

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 1807-0191

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. 27, nº 2, 2021

REVISTA OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 1807-0191 (online)

Revista publicada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública
Coordenadoria dos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Universidade Estadual de Campinas



Editora: Rachel Meneguello
Departamento de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas

Editora Assistente: Fabíola Brigante Del Porto
Revisora: Juliana Bôa

CONSELHO EDITORIAL

André Blais
Département de Science Politique
Université de Montréal

Aníbal Pérez-Liñán
Department of Political Science
University of Pittsburgh

Catalina Romero
Departamento de Ciencias Sociales
Pontificia Universidad Católica del Perú

Charles Pessanha
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fábio Wanderley Reis
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

Ingrid van Biezen
Department of Political Science
Leiden University

Leôncio Martins Rodrigues Netto
Departamento de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas
e Universidade de São Paulo

Lúcia Mercês de Avelar
Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília
e Universidade Estadual de Campinas

Marcello Baquero
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maria Laura Tagina
Escuela de Política y Gobierno
Universidad Nacional de San Martín

Marina Costa Lobo
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa

Marcus Faria Figueiredo
Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
(in memoriam)

Mitchell Seligson
Department of Political Science
Vanderbilt University

Mônica Mata Machado de Castro
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

Peter Birle
Ibero-Amerikanisches Institut

Ulises Beltrán
Centro de Investigación y Docencia
Económicas

Víctor Manuel Durand Ponte
Instituto de Investigaciones Sociales
Universidad Nacional Autónoma de México

Publicação indexada no Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades – CLASE (www.clase.unam.mx); Directory of Open Access – DOAJ (<http://www.doaj.org>); Ebsco (www.ebscohost.com/academic-search-complete); Handbook of Latin American Studies – HLAS (www.lcweb2.loc.gov/hlas/); Hispanic American Periodicals Index I – HAPI (www.hapi.ucla.edu); International Bibliography of the Social Sciences – IBSS (proquest.libguides.com/IBSS); Latindex (www.latindex.unam.mx); ProQuest (www.proquest.com); Redalyc (www.redalyc.org); Scopus (www.scopus.com); SciELO – Scientific Electronic Library Online (<http://www.scielo.br/revistas/op/paboutj.htm>); Sociological Abstracts (www.csa.com/factsheets/socioabs-set-c.php); Ulrich's International Periodicals Directory (www.ulrichsweb.com); Web of Science – Scielo Citation Index (www.webofknowledge.com)

ROP é publicada pelo CESOP desde 1993 e está aberta à submissão de artigos científicos. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

A submissão de artigos deve ser feita pelo sistema ScholarOne:
<https://mc04.manuscriptcentral.com/op-scielo>

Submissão de artigos

<https://mc04.manuscriptcentral.com/op-scielo>

Secretaria da revista

rop@unicamp.br

REVISTA OPINIÃO PÚBLICA

Universidade Estadual de Campinas, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CESOP, Rua Cora Coralina n. 100
Campinas - São Paulo - CEP: 13083-896 - Brasil
tel.: (+55) 19-3521-1712

Visite: https://www.cesop.unicamp.br/por/opinio_publica
<https://www.facebook.com/cesop.unicamp/>
www.scielo.br/op
<https://www.instagram.com/cesop.unicamp>



OPINIÃO PÚBLICA / CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –
vol. 27, nº 2, maio-agosto de 2021 – Campinas: CESOP, 2021.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Quadrimestral

ISSN 1807-0191 (versão online)

1. Ciências Sociais; 2. Ciência Política; 3. Sociologia; 4 Opinião Pública;
I. Universidade de Campinas; II. CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Maio-Agosto 2021

Vol. 27, nº 2

Sumário

	. Pág
Homenagem da <i>Opinião Pública</i> ao professor Gláucio Ary Dillon Soares	i-ii
<i>Rachel Meneguello</i>	
<i>Pedro Neiva</i>	
Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional	333
<i>Julian Borba</i>	
<i>Gabriela Ribeiro Cardoso</i>	
Rememoração e retrotopia: <i>Folha de S. Paulo</i> e	360
<i>O Globo</i> na cobertura dos 55 anos do golpe de 1964	
<i>Fernanda Nalon Sanglard</i>	
<i>Lucia Santa Cruz</i>	
<i>Juliana Gagliardi</i>	
Party cues no Brasil? Um teste crucial da capacidade do sistema de partidos brasileiro em influenciar a	385
opinião pública	
<i>Wladimir Gramacho</i>	
Polarização política e partidária nos Estados Unidos (1936–2016)	412
<i>Camila Feix Vidal</i>	
El combate a la corrupción como prioridad ciudadana para la acción gubernamental: el caso de Chile, 2000–	451
2019	
<i>Mariángeles Cifuentes Krstulovic</i>	
<i>Patricio Navia</i>	
A influência de fatores demográficos e estruturais nos significados do trabalho entre brasileiros: evidências	476
do World Values Survey	
<i>Cibele Satuf</i>	
<i>Jorge Alexandre Barbosa Neves</i>	
O bolso ou a ideologia? Determinantes da opinião dos brasileiros sobre globalização e livre comércio	509
<i>Flávio Pinheiro</i>	
<i>Ivan Filipe Fernandes</i>	
<i>Maria Herminia Tavares de Almeida</i>	
A construção de vínculos político-territoriais na cidade: evidências de São Paulo	549
<i>Telma Hoyler</i>	
<i>Lucas Gelape</i>	
<i>Graziele Silotto</i>	
Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o	585
Partido dos Trabalhadores	
<i>Marilia Silva de Oliveira</i>	
Avaliar o quê? Os vários sentidos de efetividade no campo de estudos da participação	623
<i>Carla Giani Martelli</i>	
<i>Rony Coelho</i>	
Equalização da disputa ou reprodução de desigualdades? Uso do Facebook por candidatas à Câmara Federal	651
por São Paulo em 2018	
<i>Catarina Helena Cortada Barbieri</i>	
<i>Luciana de Oliveira Ramos</i>	
<i>Ivan Osmo Mardegan</i>	
<i>Juliana Fabbion Marin Marin</i>	
<i>Lais Menegon Youssef</i>	
Los memes políticos como recurso persuasivo online. Análisis de su repercusión durante los debates	681
electorales de 2019 en España	
<i>Rocio Zamora Medina</i>	
<i>Salvador Gómez García</i>	
<i>Helena Martínez Martínez</i>	

Homenagem ao professor Gláucio Ary Dillon Soares

Gláucio Ary Dillon Soares faleceu na tarde de 14 de junho. Gláucio foi um dos mais importantes membros da nossa comunidade acadêmica das ciências sociais. Não é possível resumir ou destacar sua produção neste espaço, ele atuou em várias áreas e temas de forma marcante. *Sociedade e Política no Brasil* (1973) é uma referência obrigatória permanente para o entendimento de nosso desenvolvimento político. Dedicou-se ao estudo do comportamento político e eleitoral e dos partidos brasileiros, e sua incursão pelo sistema representativo produziu muitos trabalhos, cabe destacar aqui o livro *Democracia Interrompida* (2001). No período mais recente seguiu para o estudo da violência e da criminalidade, através de muitos artigos e livros, um dos principais, *Não Matarás* (2008), e vários outros em coautoria.

Gláucio é considerado um dos fundadores da sociologia moderna no país, mas é imprescindível destacar seu investimento na construção da ciência política como disciplina, sobretudo na discussão da questão metodológica, debatendo os parâmetros para o aperfeiçoamento da produção científica e a formação de recursos humanos. Ele foi um dos pioneiros da pesquisa eleitoral no Brasil, investigando já o pleito de 1960 no Rio de Janeiro.

Dentre suas muitas atuações em universidades e instituições internacionais e nacionais, Gláucio foi Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política entre 2000 e 2004, e Secretário Geral da Associação Latino-Americana de Ciência Política entre 2006 e 2013. Quando presidiu a ABCP, uma de suas iniciativas para o fortalecimento dos estudos em metodologia e aperfeiçoamento da pesquisa em ciência política foi realizar uma parceria com a OPINIÃO PÚBLICA nos anos de 2003 e 2004, o que consolidou a Revista e o interesse pelo campo. Como Secretário da ALACIP, Gláucio trouxe o 3º Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política para o Brasil, realizado na UNICAMP, e isso colaborou significativamente para a consolidação da área no país. Gláucio Soares foi, certamente, uma das nossas mais importantes referências na construção institucional e na construção do conhecimento das ciências sociais.

Rachel Meneguello
Editora de OPINIÃO PÚBLICA

O professor que celebrava a vida

Gláucio Soares foi um dos maiores nomes das ciências sociais brasileiras. Foi professor por quase 60 anos, passando por várias universidades importantes no mundo: Essex, UCLA, Berkeley, Washington, Florida, Harvard, MIT, UNAM, FLACSO, FGV, UnB, IESP. Orientou centenas de alunos, escreveu centenas de artigos e 11 livros, sendo o primeiro latino-americano a publicar na concorrida *American Political Science Review*.

Gláucio teve também uma participação ímpar na consolidação institucional das ciências políticas brasileira e latino-americana. Foi um dos criadores da ABCP e da ALACIP, tendo sido os seus primeiros presidente e secretário-geral, respectivamente. Lembro-me bem quando ele, orgulhoso e feliz, comentou durante o 6º Encontro da ABCP em Campinas (2008): “Quem diria? Esse negócio deu certo. Temos mais de quinhentas pessoas aqui”.

Gláucio gostava de números. É conhecida a sua luta pela consolidação da metodologia quantitativa nas ciências sociais. Chegava a ser duro com os que se opunham a ela. Em um artigo despretensioso, mas que virou referência, ele devolveu as críticas a quem estava do outro lado: “o desconhecimento dos métodos qualitativos mais rigorosos também é característico daqueles que se definem como ‘qualitativos’ simplesmente por oposição a ‘quantitativos’. No entanto, ‘qualitativos’ eles não são, porque não usam métodos qualitativos. São apenas não-quantitativos ou anti-quantitativos”.

Ao estudar a morte, e conviver com ela de perto, Gláucio estava sempre preocupado com a vida. Não se cansava de alertar que nós, cientistas sociais, “não podíamos dar uma contribuição mais nobre do que a de salvar vidas”. E foi assim que ele fez com a sua própria: resiliente, ao invés de se abater com o câncer que o acompanhou por mais de duas décadas, informou-se a respeito e deu um jeito de transformar isso em benefício das pessoas; criou um *blog*, onde repassava as últimas informações que a sua condição de pesquisador atento lhe proporcionava. Certa vez, durante um almoço em um restaurante em Brasília, ele me disse que alguns médicos ligavam para ele para trocar informações a respeito de pesquisas sobre o câncer.

Gláucio era acima de tudo um professor. Ele ensinava sempre, em qualquer lugar, da sala de aula à mesa de bar. Um professor preocupado com os seus alunos, que ficava feliz em vê-los brilhar, dividindo com os outros a sua alegria. E os alunos não eram apenas os que assistiam às suas aulas. Eram todas as pessoas que se aproximavam dele. Tinha uma solução para cada um. Sabia o que cada um precisava. Na minha defesa de doutorado, Sérgio Abranches alertou: você é privilegiado por ter tido o Gláucio como orientador. Ele, também um ex-orientando, estava certo. Foi um grande privilégio tê-lo tido por perto, não só durante o doutorado, mas como um grande amigo e referência de vida. Gláucio era assim, misturava as coisas, de forma muito tranquila e produtiva. Conseguia ser um pouco de tudo: orientador, amigo, pai, professor, tutor. Deixa um grande exemplo. E muita saudade.

Pedro Neiva

Doutor em ciência política pelo IUPERJ

Pós-doutor em métodos quantitativos e políticas públicas pela University of Texas

Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional

Julian Borba¹ 

Gabriela Ribeiro Cardoso² 

Os recentes fenômenos relacionados à denominada crise das democracias, como o populismo e a polarização política, têm colocado novos desafios à pesquisa sobre legitimidade e apoio político. Diante dos reconhecidos limites do modelo eastoniano, desde a década de 1990, vários autores têm proposto novas perspectivas analíticas aos estudos sobre o fenômeno. No presente artigo, apresentamos e analisamos, além da concepção original de David Easton, cinco perspectivas recentes que têm trazido inovações relevantes aos estudos sobre apoio político. Na parte final, são discutidos os avanços e os limites dessa literatura para a compreensão de alguns dilemas das democracias contemporâneas, especialmente o crescente apoio do eleitorado a candidatos e partidos com plataformas políticas autoritárias em vários países do mundo.

Palavras-chave: cultura política; legitimidade; apoio político; democracia

Introdução

Fenômenos políticos recentes como a vitória eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos e a ascensão eleitoral da nova direita na Europa fizeram com que o debate sobre a “crise da democracia” tenha chegado ao contexto dos países centrais. É como se a conjugação entre democracia liberal e capitalismo, que foi louvada como o “fim da história”, estivesse assentada em bases muito frágeis. O debate em torno dessa temática tem extrapolado em muito os muros da academia, tendo produzido *best-sellers* internacionais: “Como as democracias morrem” (Levitsky e Ziblatt, 2018), “O povo contra a democracia” (Mounk, 2019) e “Como a democracia chega ao fim” (Runciman, 2018) são apenas três exemplos de uma onda “pop” da ciência política.

O que há em comum nessa literatura é o diagnóstico de que: (1) a democracia está em crise; (2) o risco de reversão autoritária é real (nas jovens e velhas democracias); e, o mais surpreendente, (3) *tal reversão autoritária é amparada pela vontade do povo!*

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Sociologia e Ciência Política. Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: <borbajulian@yahoo.com.br>.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Sociologia e Ciência Política. Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: <grcgabi@gmail.com>.

O que causa surpresa nesse novo diagnóstico de crise é que o domínio institucionalista na ciência política havia criado um consenso de que a democracia construiria as condições de sua própria reprodução. Instituições democráticas, à medida que se reproduzissem ao longo do tempo, criariam as condições para o aprendizado de normas e valores democráticos pelos cidadãos (Dahlum e Knutsen, 2016). Não por acaso, a idade ininterrupta da democracia tem sido usada como um dos principais preditores de consolidação do regime (Svolik, 2014).

Mas se a democracia criaria sua própria demanda, como enquadrar o fenômeno da reversão autoritária descrito acima e que, segundo os mesmos autores, tem atingido tanto jovens quanto velhas democracias? Como explicar que cidadãos que vivem sob centenárias normas democráticas estejam possivelmente cada vez mais dispostos a abrir mão delas em troca de “crescimento econômico” ou “combate à corrupção”, para ficar apenas em dois exemplos?

Isso nos leva a um tema clássico da ciência política que foi relegado a segundo plano pela literatura recente: *como diferentes formas de organização política (ou sistemas políticos) obtêm apoio daqueles que são membros de uma comunidade política*. Estamos aqui falando dos temas da legitimidade e da legitimação, que, desde a obra de Easton, são abordados analiticamente sob o conceito de *apoio político*. Para essa literatura, as condições de reprodução de um regime não estão dadas em sua natureza, como certa tradição institucionalista chegou a pensar. Trata-se aqui de tematizar o vínculo entre cidadãos eleitores e sistema político. Por exemplo, como se estabelece o compromisso com a aceitação das regras do jogo democrático? Para usar uma expressão de Przeworski (1994), como o compromisso com a “incerteza dos resultados” se estabelece? Como se renova? E, por fim, como ele é quebrado?

Neste artigo, pretendemos avançar, mesmo que indiretamente, em torno dessas questões, fazendo um balanço de alguns desenvolvimentos recentes na literatura internacional sobre *legitimidade e apoio político*. Nossa tarefa é facilitada pela existência de iniciativa anterior que sistematizou parte do debate (Magalhães, 2018). De modo a não sermos repetitivos, vamos tentar avançar em aspectos não diretamente abordados no referido estudo, especialmente os seguintes: 1) as relações entre os conceitos de legitimidade e apoio político em David Easton; 2) as diferentes concepções de legitimidade democrática que emergiram nas duas últimas décadas. Além disso, buscaremos problematizar criticamente as contribuições e limites das pesquisas sobre legitimidade e apoio político para o diagnóstico das democracias contemporâneas.

Não é nossa intenção fazer uma análise exegética das diferentes abordagens. A leitura será orientada analiticamente por duas questões: 1) a concepção analítica e metodológica de cada abordagem; 2) como mobilizam seu enquadramento conceitual e metodológico para analisar fenômenos empíricos concretos e qual o diagnóstico do fenômeno empírico analisado.

Antes de entrar na análise das diferentes abordagens, cabem alguns esclarecimentos sobre o escopo de tal revisão e os critérios de inclusão/exclusão. Nossa

seleção dos textos seguiu uma abordagem intencional, de modo que utilizamos como critério de inclusão a representatividade e o reconhecimento dos referidos autores/textos no debate recente da área de comportamento político, utilizando para tanto a delimitação de tal campo estabelecida em estudos recentes (Dalton e Klingemann, 2007; Fisher, 2018).

Uma segunda delimitação que se faz necessária é quanto à distinção entre legitimidade democrática e satisfação com a democracia. Apesar de muitos autores usarem as duas dimensões como indicadores de “apoio” ao regime (Foa e Mounk, 2016; Mounk, 2019; Shore, 2019), trata-se de fenômenos analiticamente distintos, sendo o segundo “highly contaminated by incumbent support” (Torcal e Moncagatta, 2011, p. 4). Por essa razão, não abordaremos aqui os estudos sobre satisfação com a democracia.

O artigo está organizado em três partes, além desta introdução. Na primeira, “Legitimidade e apoio político: o modelo eastoniano”, apresentamos o pioneiro modelo de David Easton. Já a segunda parte, “Inovações na literatura sobre legitimidade e apoio político pós-1990”, trata das inovações na literatura sobre legitimidade e apoio político, após 1990. Na parte final, “Legitimidade, apoio político e as democracias contemporâneas: considerações finais”, indicamos alguns avanços e limites do referido subcampo de pesquisa e fazemos alguns apontamentos sobre seus desafios analíticos e empíricos.

Legitimidade e apoio político: o modelo eastoniano

Em 1965, David Easton publicou a obra *A systems analysis of political life*, que se tornou uma referência importante para o debate empírico sobre legitimidade democrática. A distinção ali realizada entre apoio difuso e apoio específico tornou-se central para compreender a avaliação dos regimes democráticos e embasou tanto estudos de caso quanto trabalhos comparativos.

No contexto da análise do sistema político e do apoio em relação aos objetos políticos, Easton (1965) distingue entre *modos* (apoio difuso e apoio específico) e *objetos* do apoio (comunidade política, regime político e autoridades políticas), conforme explicitado na Tabela 1. O autor tende a restringir o apoio específico às autoridades políticas, enquanto o apoio difuso está relacionado a todos os objetos do apoio. O apoio específico é definido como uma avaliação da política cotidiana e pode mudar rapidamente, enquanto o apoio difuso é definido de modo menos claro e, dependendo do objeto, possui diferentes subdimensões que assumem distintas formas (Westle, 2007). Logo, o apoio específico seria direcionado às decisões, políticas, declarações ou estilo das autoridades³.

³ “It is directed to the perceived decisions, policies, actions, utterances or the general style of these authorities” (Easton, 1965, p. 437).

Tabela 1
Apoio político segundo Easton

Modos de apoio	Objetos do apoio		
	Comunidade política	Regime político	Autoridade políticas
Difuso	X	X	X
Específico			X

Fonte: Westle (2007, p. 95).

O esforço para distinguir entre apoio difuso e apoio específico sugere que estes podem variar de modo independente, com diferentes determinantes e consequências para o funcionamento do sistema. O sentido mais primário do apoio difuso é que este se refere à avaliação do que um objeto é ou representa, e não o que ele faz. O apoio difuso consiste, assim, em “a reservoir of favorable attitudes or good that helps members to accept or tolerate outputs to which they are opposed or the effects of which they see as damaging to their wants” (Easton, 1975, p. 444).

No que diz respeito às propriedades do apoio difuso, Easton argumenta que ele tende a ser mais durável do que o apoio específico, o que não significa que nunca mudará ou que não possa flutuar em períodos curtos. Em geral, o nível de apoio difuso será independente dos *outputs* e da performance do sistema a curto prazo. No entanto, considera que a relação entre apoio difuso e performance é complexa e necessita ser qualificada. Assim, se o descontentamento com a performance continuar por um longo período, é possível que até vínculos fortes de compromisso possam declinar.

Easton (1975) já ressaltava que o apoio difuso é mais bem interpretado multidimensionalmente, o que significa que é necessário distinguir os determinantes de cada um dos seus componentes. Ao fracionar o conceito nos seus componentes, é possível proporcionar a base para ampliar as explicações e enriquecer o entendimento sobre as consequências sistêmicas.

A legitimidade é definida como a convicção de que é certo e adequado aceitar as exigências do regime e obedecer a elas. Além disso, “It reflects the fact that in some vague or explicit way he sees these objects as conforming to his own moral principles, his own sense of what is right and proper in the political sphere” (Easton, 1965, p. 278). Ela também é compreendida como uma qualidade atribuída às normas e à estrutura do regime, sendo essa crença necessária para a manutenção do apoio político, especialmente nos sistemas políticos que persistem por um período considerável.

Convém ressaltar que, em Easton, não há exatamente uma conexão entre legitimidade e democracia, isso porque a primeira está inserida na análise como um aspecto do apoio difuso e refere-se, assim, aos regimes políticos em geral, sejam eles democráticos ou autocráticos.

A maioria dos estudos emprega o conceito de apoio político da forma como definido por Easton (Hurrelmann, Schneider e Steffek, 2007). Uma possível motivação para esse autor circunscrever o debate no âmbito do apoio político seria um esforço de diferenciar a abordagem empírica de concepções normativas bastante em voga na época, as quais

possuíam uma filiação teórica ligada à tradição jurídica. Ao examinar a história da legitimidade enquanto um conceito teórico, Hurrelmann, Schneider e Steffek (2007) destacam que a abordagem normativa possui a linhagem intelectual mais antiga. O termo legitimidade tem origem no vocábulo latino *legitimus*, que era utilizado tanto na jurisprudência medieval quanto na romana para “characterize a state of affairs that was in accordance with law, justice, and customs” (Hurrelmann, Schneider e Steffek, 2007, p. 4).

A pesquisa empírica sobre o conceito de apoio político foi desenvolvida nos escritos sistêmicos e analíticos de Easton. Entretanto, o autor propriamente não operacionalizou o conceito em pesquisas empíricas, deixando-o aberto às diferentes interpretações (Westle, 2007). Na sua concepção, seria fundamental concentrar os esforços de pesquisa no âmbito do apoio ao regime, tendo essa interpretação sido acompanhada por autores como Lipset (1959) e Linz (1978) ao abordarem a quebra dos regimes democráticos no período do entreguerras (Magalhães, 2018).

Por fim, cabe destacar que, embora a publicação dos estudos de Easton sobre apoio político ter sido posterior ao *The civic culture*, de Almond e Verba (1963), foi sobretudo através da matriz teórica inaugurada por essa última obra que houve a difusão do conceito no âmbito da ciência política. A distinção operada por esses autores entre as orientações das atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político (como o regime democrático), os objetos (as instituições) e os sujeitos (os cidadãos) possibilitou o desenvolvimento de estratégias de mensuração empírica, que permitiram superar o elevado nível de abstração teórica dos estudos de Easton.

Inovações na literatura sobre legitimidade e apoio político pós-1990

Grande parte dos estudos sobre o tema da legitimidade democrática, realizados no âmbito de sua tradição de pesquisas nas décadas de 1980 e 1990, foi direcionada (1) ao diagnóstico da situação das democracias em termos de legitimidade e (2) aos desenvolvimentos teóricos e metodológicos em torno do conceito de apoio político, especialmente às relações entre o apoio difuso e o apoio específico e seus determinantes. Tais desenvolvimentos permitiram, como veremos, diferentes diagnósticos sobre os distintos contextos empíricos em análise.

Os deslocamentos analíticos na literatura estiveram relacionados especialmente às próprias formas de mensuração, num movimento que Magalhães (2018) denominou de “refinamento das medidas de apoio democrático” (p. 419). Parte dos estudos derivados da tradição eastoniana, em geral, mensurava apoio difuso e apoio específico a partir de perguntas incluídas em *surveys* que questionavam o eleitor sobre a preferência pela democracia em relação a outros regimes (apoio difuso), a avaliação dos governos e a confiança nas principais instituições políticas e sociais (apoio específico). Contra tais formas de mensuração começaram a ser apontados vários limites e imprecisões, especialmente aqueles relacionados à inexistência de medidas de apoio a alternativas autoritárias de organização política, ou mesmo à falta de controle sobre os diferentes significados

associados à ideia de democracia atribuídos pelos respondentes (Canache, 2012; De Jonge, 2016).

A partir da próxima subseção, veremos algumas inovações teóricas e metodológicas produzidas no debate sobre legitimidade democrática ao longo das últimas três décadas.

A visão multidimensional (Dalton / Norris / Booth e Seligson)

A partir dos anos 1990, os pesquisadores passaram a empregar nos *surveys*⁴ noções multidimensionais de legitimidade e apoio político, sendo que Norris (1999, 2011), Dalton (2004) e Booth e Seligson (2009) desenvolveram importantes contribuições na reformulação da concepção de Easton.

Norris⁵ (1999, 2011) e Dalton (2004) refinaram a classificação eastoniana sobre os objetos do apoio político e argumentaram acerca da necessidade de diferenciar os componentes do regime político entre três subdimensões: *princípios do regime*, *performance do regime* e *instituições do regime*. Desse modo, os autores analisaram empiricamente a estrutura das cinco dimensões do apoio político, que incluem: comunidade política, princípios do regime, performance do regime, instituições do regime e autoridades políticas. Embora as abordagens dos autores possuam grandes semelhanças, existem algumas diferenciações, especialmente no que diz respeito à compreensão sobre o apoio difuso e o apoio específico.

Norris (2011) enfatizou que o apoio específico se direciona aos políticos eleitos responsáveis por implementar decisões políticas dentro do Estado-nação. Também ressaltou que é esperado que ele oscile no tempo em resposta a fatores contextuais, de curto e médio prazos, que contemplariam a gestão do governo sobre políticas econômicas e sociais e externa, bem como o impacto de acontecimentos internacionais.

A autora considera que a distinção entre apoio específico e apoio difuso é mais plausível teoricamente e convém ser mantida se for entendida mais como um *continuum* do que uma dicotomia. Tal *continuum* parte dos níveis mais difusos para os mais específicos em um modelo aninhado, no qual cada componente corresponde a uma série de medidas empíricas.

Em consonância com a compreensão do apoio político em diferentes dimensões, Norris (2011) argumenta que a satisfação com a performance da democracia diverge em relação às aspirações públicas, sendo que a distância entre as aspirações e a satisfação é capturada pelo conceito de *déficit democrático*.

⁴ "In the past, however, researchers could not systematically measure such perceptions and thus had to rely upon their own judgments as a proxy for legitimacy. With the widespread availability of public opinion data, it has become possible to draw on surveys to measure legitimacy" (Booth e Seligson, 2009, p. 8).

⁵ Convém destacar que o livro *Democratic deficit: critical citizens revisited*, publicado em 2011, revisita a análise desenvolvida em *The critical citizens: global support for democratic government*, de 1999. A análise realizada no artigo se concentrará na obra revisitada.

Foi através da concepção de *déficit democrático* que Norris chegou à identificação do fenômeno dos *cidadãos críticos*, tema marcante em sua obra (Norris, 2001, 2002) e que é uma característica central de sua análise da legitimidade política no contexto das democracias avançadas. Para essa autora, o cidadão crítico seria uma espécie de “eleitor mediano” dos países centrais, ao conjugar aspirações democráticas como forma ideal de governo e ceticismo em relação ao funcionamento efetivo das instituições democráticas.

Dalton (2004), por sua vez, destaca que Easton contrastou o apoio específico, mais diretamente vinculado às avaliações do objeto político, com o apoio difuso, que refletiria as orientações mais generalizadas e afetivas. Em suas formulações, Dalton considera importante diferenciar entre os elementos *afetivos* e *avaliativos* do apoio político ao analisar a opinião pública. Assim, as *avaliações* referem-se aos julgamentos sobre os fenômenos políticos (apoio específico) e as orientações *afetivas* gerais representam a aderência aos valores (apoio difuso). Convém mencionar que, para Dalton, cada objeto político é sujeito tanto ao apoio difuso quanto ao específico, desse modo, os objetos podem ser difusos e específicos ao mesmo tempo, o que é distinto da compreensão de Norris (Torcal e Moncagatta, 2011).

A vasta obra empírica desenvolvida por Dalton no contexto das democracias avançadas (Dalton, 2008, 2012, 2019) tem diagnosticado, no âmbito do debate sobre legitimidade, a emergência dos chamados *cidadãos assertivos*, os quais apresentam baixa confiança nas instituições políticas, forte apoio aos princípios da democracia mas fraco apoio a esses princípios na prática (democratas insatisfeitos); no ativismo político, destacam-se as expressões que desafiam as elites (Dalton e Welzel, 2014).

Cabe mencionar a proximidade dos diagnósticos empíricos feitos por Norris e Dalton sobre a legitimidade no contexto das democracias avançadas. Podem-se buscar as origens dessa semelhança no fato de que ambos os autores tomam como parâmetro analítico a teoria da mudança cultural originalmente proposta por Inglehart (1977) e que culminou numa abrangente e ambiciosa teoria do desenvolvimento humano em Inglehart e Welzel (2009)⁶.

Uma última referência importante sobre visão multidimensional da legitimidade foi aquela desenvolvida por Booth e Seligson (2009). Os autores compartilham da perspectiva multidimensional do apoio político, no entanto, desenvolveram as suas contribuições mobilizando o conceito de *legitimidade democrática*, e não o de *apoio ao regime*, como fizeram Norris (2011) e Dalton (2004). Embora em parte da revisão teórica desenvolvida por Booth e Seligson (2009) haja um emprego da legitimidade e do apoio político em sentido semelhante, uma explicação para o foco na primeira está na própria disposição da análise realizada, considerando-a em três aspectos: a *estrutura*, as *fontes* e os *efeitos*.

⁶ A teoria do desenvolvimento humano enfatizou o processo de mudança dos valores em direção a uma postura pós-materialista, na qual os indivíduos possuiriam maior autonomia e autoexpressão. Essa mudança nos valores estaria vinculada ao desenvolvimento econômico que ocorreu nas sociedades industriais no período pós-guerra. Tal mudança provocaria alterações no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero e na participação política, que estaria voltada para as modalidades não convencionais. Em síntese, os valores pós-materialistas contribuiriam para o apoio mais sólido à democracia.

Vale assim destacar a preocupação de Booth e Seligson com os *efeitos* da legitimidade para a estabilidade política, ou seja, pode-se considerar que a centralidade na legitimidade, e não estritamente no apoio político, decorre, ao menos em parte, da preocupação com as consequências da primeira. Outra possível explicação para o emprego do conceito reside também no fato de o próprio objeto de análise estar circunscrito aos países da América Latina, que não constituem democracias consolidadas (diferentemente das abordagens mencionadas anteriormente), e para os quais a análise sobre a instabilidade e a ruptura dos regimes possuiria um papel ainda mais central.

Assim sendo, Booth e Seligson (2009) encontraram em suas análises seis dimensões da estrutura da legitimidade democrática, as quais estão agregadas do nível mais difuso ao mais específico, seguindo também a conceitualização de Easton: 1) existência de uma comunidade política (a mais básica e difusa das seis dimensões); 2) apoio aos princípios do regime; 3) apoio às instituições do regime; 4) avaliação da performance do regime (itens sociotrópicos da performance econômica); 5) apoio ao governo local; 6) apoio aos atores políticos ou autoridades (p. 49).

É relevante destacar que Booth e Seligson acrescentaram mais uma dimensão na multidimensionalidade da legitimidade. Logo, além das cinco dimensões propostas por Norris (1999, 2011) e Dalton (2004), identificaram o apoio ao governo local como sexta dimensão (Rennó et al., 2011). Booth e Seligson argumentam que a legitimidade molda o comportamento político concreto de modo que este pode reforçar ou minar a democracia.

A abordagem empírica empregada por Booth e Seligson para tratar do apoio à democracia foca mais no endosso das normas e práticas democráticas pelos cidadãos do que na preferência por tipos de regime em abstrato⁷. Como salienta Magalhães (2018), trata-se de uma das abordagens que têm sido amplamente adotadas e consiste em evitar a inclusão de questões no *survey* que se refiram diretamente ao tipo de regime. Em linhas mais gerais, o *foco nos princípios do regime* tem contribuído para enfatizar que as preferências pela democracia não estariam tão enraizadas como, em geral, os pesquisadores haviam destacado⁸. A visão de legitimidade desenvolvida por Booth e Seligson é implícita por enfocar os princípios do regime, evitando e criticando a utilização de perguntas diretas sobre a democracia em decorrência da desejabilidade social.

Os países da América Latina analisados exibiram altos níveis de crença na existência de uma comunidade política, bem como elevado apoio aos princípios do regime.

⁷ Booth e Seligson identificam dois problemas quando a palavra “democracia” é incluída para medir os princípios do regime. O primeiro problema é a questão da desejabilidade social, que pode tornar difícil aos respondentes expressarem o apoio à ditadura. Segundo, os *surveys* têm mostrado que públicos particulares interpretam os itens de modo diferente. Nesse sentido, argumentam que: “researchers should avoid the term democracy *per se* when attempting to measure regime legitimacy norms and ask instead about key principles of democracy using more neutral terminology” (Booth e Seligson, 2009, p. 42).

⁸ Em síntese, “the move to focus on regime principles, therefore, ultimately helped to underscore the growing impression that global preferences for ‘democracy’ were not as deeply rooted as scholars had previously thought to be the case. Instead such preferences were seen as essentially coexisting alongside a range of less liberal views which questioned the importance of dissent and the exercise of political freedoms, particularly among ethnic minorities, as well as the value of political participation itself” (Magalhães, 2018, p. 421).

Já as avaliações de atores políticos, governo local e performance do regime apresentaram os piores valores e as maiores variações entre os países. Booth e Seligson consideram que a contribuição das variáveis contextuais é bastante limitada no estudo, o que significa que as variações nas dimensões da estrutura da legitimidade derivam de características mais individuais do que contextuais. Os resultados empíricos apontam que os níveis de legitimidade não seriam baixos o suficiente de modo a produzirem efeitos nos comportamentos e atitudes dos cidadãos que minem as instituições democráticas na América Latina.

Booth e Seligson (2009) destacam ainda que várias possíveis relações entre participação política e legitimidade permanecem pouco exploradas na literatura. Os autores identificaram uma relação entre legitimidade e participação política⁹ no formato de U, ou seja, aqueles que mais apoiam o regime, bem como os mais desafetos dele, tendem a participar mais intensamente do que os indiferentes¹⁰. Tanto a alta quanto a baixa aprovação da performance do governo motivariam os cidadãos a participar na competição eleitoral.

Cabe mencionar ainda que a concepção de legitimidade democrática na perspectiva multidimensional, conforme elaborada por Booth e Seligson (2009), possui desdobramentos importantes nos trabalhos de pesquisadores latino-americanos e, de modo especial, entre os de brasileiros. Essas análises não apropriam de modo homogêneo suas proposições, variando de abordagens mais próximas do conceito de legitimidade democrática (Veiga et al., 2017) a análises que enfocam mais as contribuições da abordagem do apoio aos princípios do regime na formação de um sistema de crenças (Carlin e Singer, 2011; Casalecchi, 2018; Fuks et al., 2016; Fuks, Casalecchi e Ribeiro, 2019) ou às atitudes democráticas (Casalecchi, 2018). Em comum, esses trabalhos ampliam o escopo de análise para um número maior de países da América Latina com dados do Latin American Public Opinion Project (Lapop) e, em sua maioria, utilizam a modelagem multinível para tratar principalmente da influência do contexto econômico e político desses países¹¹.

Por fim, fazendo um balanço geral da abordagem multidimensional, ela trouxe importantes avanços analíticos ao questionar as abordagens explícitas, diretas, sobre a democracia, compreendendo o fenômeno da legitimidade de modo mais amplo, juntamente com a preocupação da operacionalização empírica em um conjunto de variáveis. O emprego da metodologia de análise multinível possibilitou identificar a influência de fatores contextuais dos países e tornou-se influente para pesquisas

⁹ Booth e Seligson analisaram quatro modos de participação política em suas análises: votar e registro para votar; ativismo político e partidário de campanha; contato com funcionários públicos; e ativismo comunal.

¹⁰ "Most importantly, in a striking finding with only a few exceptions, the main pattern of relationships between legitimacy and participation (...) is U-shaped – that is, *both the most supportive and the most disaffected citizens are more active* than citizens holding middling legitimacy norms" (Booth e Seligson, 2009, p. 157).

¹¹ Sobre o caso brasileiro, vale destacar o já clássico estudo de Moisés (1995), "Os brasileiros e a democracia", que representa o primeiro estudo sistemático sobre apoio à democracia pós-redemocratização. Um balanço dos estudos sobre legitimidade e apoio político no Brasil foi feito por Borba e Cardoso (2019).

posteriores. Um dos limites da abordagem multidimensional está principalmente nos tipos de diagnósticos produzidos sobre a democracia. Assim sendo, podemos destacar um certo otimismo nas análises de Dalton e Norris sobre os cidadãos críticos e assertivos, o qual passou a ser desconstruído com a emergência dos partidos e candidatos de extrema direita nos mais diversos países na última década.

A legitimidade como produto das visões e da avaliação da democracia

A obra *How Europeans view and evaluate democracy*, organizada por Ferrín e Kriesi (2016), mobilizou diversos pesquisadores europeus e realizou contribuições importantes do ponto de vista teórico, metodológico e empírico. Ela é orgânica e original, tanto no sentido das conexões estabelecidas pelos autores no decorrer dos capítulos quanto ao desenvolver uma abordagem própria para a compreensão da legitimidade democrática, *como produto da visão e da avaliação da democracia pelos eleitores*. Trata-se, assim, de uma abordagem teórica que não está filiada à tradição de Easton e não está ancorada conceitualmente na distinção entre apoio difuso e apoio específico, diferenciando-se, desse modo, das formulações de Dalton (2004), Norris (2011) e Booth e Seligson (2009).

Muito da pesquisa anterior acerca do modo como os cidadãos veem e avaliam a democracia baseou-se no conceito de apoio político de Easton, e o conceito tem sido utilizado por muitos autores, de diferentes modos. Nesse sentido, Ferrín e Kriesi consideram que a relação entre os objetos do apoio (comunidade política, regime e autoridades) e os seus tipos (difuso e específico) está entrelaçada de um modo confuso, e uma separação entre objetos e tipos poderia propiciar um melhor entendimento do fenômeno. Haveria ainda uma confusão na literatura entre a forma como o apoio político é definido e a forma como é explicado, ou seja, entre o que ele é e quais são as suas fontes.

Para simplificar essa discussão, Ferrín e Kriesi (2016) propõem uma alternativa conceitual que consideram mais fácil de identificar empiricamente em relação à abordagem de Easton. Os autores distinguem entre as *visões da democracia*, relacionadas ao ideal normativo referente a esse regime, e as *avaliações da democracia*, que se referem à avaliação do modo como os princípios estão implementados:

Views of democracy refer to the citizens' normative ideal of democracy, their ideas about what democracy *should be*. *Evaluations of democracy*, instead, refer to the citizens' assessment of the way the democratic principles have been implemented in their own country – their evaluation of the way the different aspects of democracy work in their own country (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 10).

A distinção entre visão e avaliação torna-se central para o debate sobre legitimidade, pois é a comparação entre os ideais democráticos e o funcionamento atual da democracia que possibilita o julgamento dos eleitores sobre um regime democrático.

Na maior parte do tempo, a legitimidade é concebida como um conceito formado por um conjunto de avaliações do sistema político ou um conjunto de indicadores de apoio para diferentes objetos¹², havendo pouco esforço em gerar uma medida direta das crenças democráticas dos cidadãos (Ferrín e Kriesi, 2016). Para o desenvolvimento teórico e analítico, o estudo utilizou as bases de dados do European Social Survey (ESS) da Rodada 6 (2018), que possibilitaram operacionalizar os conceitos e desenvolver a primeira análise das visões dos europeus e suas avaliações sobre a democracia (Kriesi e Morlino, 2016).

Ferrín e Kriesi, bem como os demais autores, consideram que a maior parte dos cidadãos não adota um único modelo teórico de democracia, e sim visões que são compatíveis com vários modelos ao mesmo tempo. Assim sendo, os autores defendem uma concepção ampla de democracia que inclua um conjunto maior de atributos. As visões dos cidadãos sobre a democracia são analisadas na obra considerando três grupos: *a visão liberal, a justiça social e a democracia direta*. O grupo liberal é dividido entre os componentes eleitorais e liberais, sendo que os indicadores relacionados à competição eleitoral capturam a essência da democracia representativa ao avaliar a importância que os cidadãos atribuem às eleições livres e justas. Já os elementos liberais abrangem os indicadores relacionados com os princípios liberais, os quais garantem os direitos civis básicos dos cidadãos e limitam o poder do Estado.

Os outros dois grupos, justiça social e democracia direta, correspondem a dois modelos de democracia que vão além do modelo básico de democracia liberal, mensurando assim, em primeiro lugar, quanto os cidadãos consideram ser importante para as democracias a redução das desigualdades de renda e, em segundo, quanto eles consideram que os governos deveriam proteger todos os cidadãos contra a pobreza.

Nas análises empíricas, as avaliações da democracia são consideradas de acordo com as diferentes visões (liberal, justiça social e democracia direta), e não de modo único, pois os autores ressaltam que as visões que os cidadãos possuem dos diferentes aspectos da democracia influenciam fortemente nas avaliações da performance democrática. Além disso, as avaliações da democracia seriam dependentes dos resultados sociais e econômicos do sistema político, pois “the more one is satisfied with the output of public policies or the state of economy, the better one’s evaluation of democracy, confirming once more the relative importance of this set of factors in the evaluation of democracy” (Torcal e Trechsel, 2016, p. 216).

A abordagem da legitimidade como produto das visões e da avaliação desenvolvida na obra *How Europeans view and evaluate democracy* considera que uma maneira de criar uma medida de legitimidade seria realizar uma comparação entre o “deveria” (as visões) e o “é” (as avaliações) (Weßels, 2016). Desse modo, essa abordagem está alinhada com

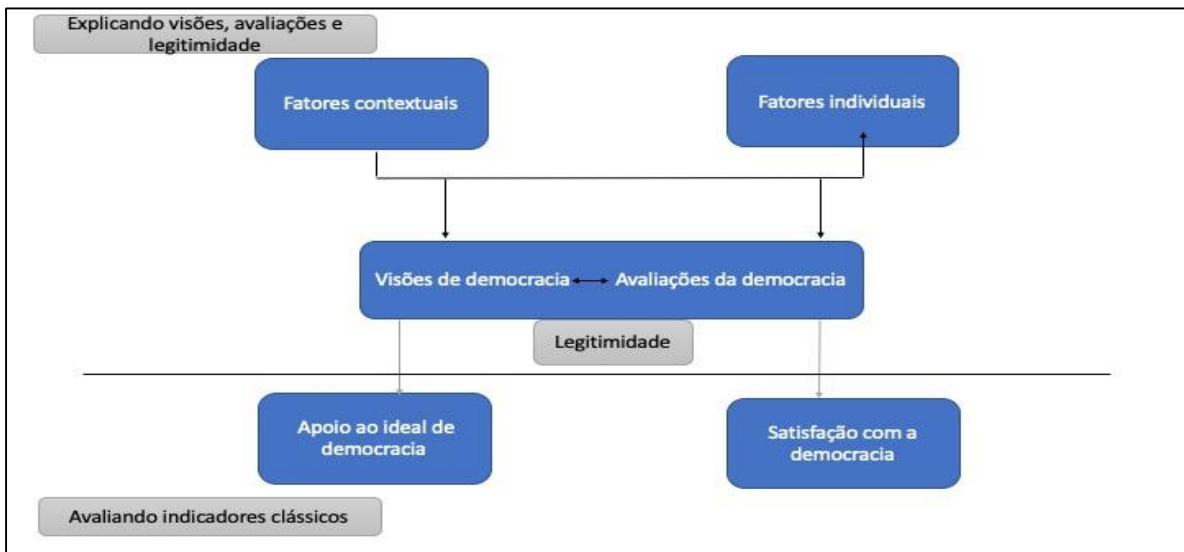
¹² “Most of the time, legitimacy is conceived as a formative concept defined either by a set of evaluations of the political system (Levi, Sacks, and Tyler 2009; Weatherford, 1992) or by several indicators of support for different objects of the political system – such as trust in political parties and regime performance (Booth e Seligson, 2009)” (Ferrín e Kriesi, 2016, p. 12).

o argumento teórico segundo o qual, na avaliação da legitimidade, é relevante que os cidadãos usem as suas próprias referências e não referências impostas externamente.

Uma distinção importante desenvolvida no decorrer da obra é a diferenciação sistemática entre as características individuais e contextuais em decorrência da premissa de que não é possível estudar as atitudes dos cidadãos sobre democracia independentemente do país em que vivem, tendo em vista que as características individuais desempenham o papel de determinar como os cidadãos veem a democracia enquanto um ideal (Ferrín e Kriesi, 2016; Kriesi e Morlino, 2016). Dessa forma, a análise multinível é empregada de modo sofisticado, sendo que os estudos empíricos avançam em um tipo de análise menos explorado na literatura, que consiste em considerar as interações entre os níveis micro e macro (indivíduo e contexto), as *cross-level interactions*¹³.

A Figura 1 possibilita realizar uma síntese das formulações teóricas, analíticas e metodológicas desenvolvidas na obra *How Europeans view and evaluate democracy* (Weßels, 2016). Desse modo, os fatores contextuais e os fatores individuais são mobilizados de modo entrelaçado para explicar as visões e avaliações da democracia. A legitimidade democrática, por sua vez, é produzida na relação entre as visões e as avaliações da democracia. Os indicadores mais clássicos e consolidados, como apoio à democracia e satisfação com a democracia, também são discutidos e considerados nas análises.

Figura 1
Visões, avaliações e legitimidade democrática



Fonte: Figura adaptada de Ferrín e Kriesi (2016, p. 14).

¹³ "Most importantly, however, our empirical analyses have shown that the impact of individual characteristics is contingent on the context in which the individuals have their experiences with democracy. The neglect of these cross-level interactions' in much of the literature on political support and democratic legitimacy has often led to weak, inconclusive, or contradictory results" (Kriesi e Morlino, 2016, p. 320).

Vale também mencionar que as consequências das visões e avaliações da democracia não foram totalmente exploradas, e ainda permanecem em aberto as consequências destas para o comportamento político dos europeus, como, por exemplo, em que medida o grau de legitimidade interfere na escolha eleitoral (Kriesi e Morlino, 2016). Cabe ainda salientar que a questão da participação política em suas diferentes modalidades não está presente nas análises, o que pode ser considerado uma lacuna dessa abordagem, tendo em vista a relevância da participação política para outras concepções de legitimidade.

No geral, os resultados empíricos apontam que os europeus possuem uma ampla visão liberal que inclui tanto componentes eleitorais e liberais como componentes centrais da visão de democracia. Entretanto, as visões sobre a democracia não são limitadas ao modelo democrático liberal, sendo que os europeus também aderem a outras visões em adição a esse modelo (Kriesi e Morlino, 2016). Eles não parecem suficientemente satisfeitos com a qualidade da prática democrática em seus países, pois haveria uma percepção generalizada de que as instituições democráticas falham em cumprir as aspirações democráticas, especialmente no que diz respeito ao *rule of law*, justiça social e elementos de democracia direta (Gómez e Palacios, 2016)¹⁴.

Legitimidade como sistema de crenças

Boa parte dos trabalhos de Ryan Carlin tem abordado os países da América Latina como objeto empírico. O autor desenvolveu vários estudos (Carlin, 2011; Carlin e Singer, 2011; Carlin, Love e Singer, 2014; Carlin e Moseley, 2015) dialogando especialmente com o modelo teórico desenvolvido por Booth e Seligson (2009). Em estudo recente (Carlin, 2018), buscou inovar nessa agenda de pesquisas, construindo um modelo sobre a legitimidade democrática no qual propõe uma articulação com o clássico debate sobre sistema de crenças (Converse, 1964), em uma abordagem indutiva sobre o tema. A questão central em seu estudo é examinar padrões de representações subjetivas e comportamentais do apoio democrático, e a partir daí estimar quais e quantos perfis estão relacionados às crenças sobre a democracia.

Em termos conceituais, a distinção entre apoio político e legitimidade não é diretamente tematizada no estudo de Carlin (2018). Seu ponto de partida é uma tentativa de articular as visões implícitas, explícitas e aqueles aportes que ele denomina de híbridos sobre o apoio à democracia. Esses últimos seriam tentativas de mensuração usando medidas explícitas (questões sobre preferência pela democracia *versus* preferência por outros regimes) e implícitas (questões sobre determinados princípios democráticos) através de estratégias de *cluster analysis* (Seligson e Carrión, 2002; Carlin, 2011; Recabarren e Maldonado, 2010; Schedler e Sarsfield, 2007; PNUD, 2004). O problema

¹⁴ Tanto os elementos eleitorais quanto os liberais são os mais bem ranqueados, já os elementos sociais e os da democracia direta obtêm os piores escores. Os dados apontam para a existência de um *gap* entre o ideal e a prática percebida das democracias na Europa.

dessas abordagens, segundo o autor, seria o fato de que elas não ponderam o peso dos valores e crenças, uns em relação aos outros. Isso tem implicações analíticas sérias, pois a força relativa de cada elemento tem impactos sobre o tipo de orientação e sobre a própria natureza do vínculo que o cidadão vai ter com a democracia (Carlin, 2018).

Como forma de superar esses limites, o autor propõe o uso de uma técnica qualitativa inicialmente utilizada na psicologia, chamada de Q-sort, empregada para fins de agrupamento de dados de modo a revelar padrões de subjetividade em estudos com pequeno número de casos. Nas palavras do autor: "Unlike surveys and interviews, Q-sorts allow individuals to reveal their belief systems behaviorally and to assign the appropriate weight of the orientations they contain" (Carlin, 2018, p. 2). O estudo empírico foi realizado no Chile e na Argentina e contou com grupos focais e entrevistas.

Por se tratar de uma abordagem híbrida, seu modelo parte de uma definição mínima de democracia (Collier e Levitsky, 1997), caracterizando como democratas aqueles "unconditionally committed to elections and the ideals of political tolerance and individual liberty" (2018, p. 5). Diante disso, Carlin (2018) usa como parâmetro de sua análise três classes de objetos constitutivos do sistema de crenças democráticas: a dimensão iliberal/liberal, a dimensão incondicional/condicional e a dimensão comprometido/não comprometido.

Sua pesquisa empírica encontrou sete perfis de "sistema de crenças" nas duas cidades analisadas. Tais perfis são produto da combinação entre as três dimensões e os pesos de determinados valores que estão presentes nos indivíduos. São eles: em Santiago, "democratic", "delegative", "fair weather" e "nondemocrat". Em Buenos Aires, "popular", "exclusionary", "delegative". Para exemplificar, um perfil que é comum às duas cidades: "delegative support". Em ambas, a referência é a concepção de O'Donnell (1991) sobre "democracia delegativa", que implica uma adesão a uma visão "iliberal" de democracia; porém, a forma como a concepção delegativa se materializa em cada uma das cidades possui algumas diferenças. Os eleitores de ambas preferem "democratic governance, dislike military intervention, and waffle on human rights" (p. 14), porém, enquanto os chilenos possuem uma visão mais "caudilhista" de delegação, os eleitores de Buenos Aires estão mais próximos de uma visão "populista".

Com esses resultados, o estudo de Carlin (2018) oferece uma interessante abordagem para o estudo qualitativo da legitimidade democrática. Além disso, a desagregação dos componentes do sistema de crenças torna possível a inclusão de novas questões nas pesquisas de opinião pública.

As características de um desenho de pesquisa qualitativo tornam difícil a comparação com outros estudos desse campo, porém a articulação feita por Carlin entre os estudos de legitimidade e a teoria do sistema de crenças oferece a oportunidade para a construção de uma nova agenda de pesquisas que guarda alguma similaridade com o estudo de Ferrín e Kriesi (2016) resenhado acima. Em outras palavras, tal agenda permite identificar os diferentes significados da legitimidade política no eleitorado.

A legitimidade como desejabilidade social

Conforme vimos até aqui, a grande maioria dos estudos sobre legitimidade democrática utiliza dados de *survey* como base empírica. Para tanto, várias estratégias de mensuração e baterias de perguntas foram desenvolvidas e validadas ao longo de mais de 50 anos de pesquisa sobre o tema. Os recentes trabalhos desenvolvidos por Graham e Svulik (Graham e Svulik, 2020; Svulik, 2020) colocam uma outra perspectiva sobre tal agenda de pesquisas, usando, para tanto, dados experimentais.

A tese central de tais estudos é que as medidas clássicas de apoio à democracia, especialmente aquelas explícitas, convidam o respondente a uma “resposta socialmente desejável” ou “politicamente correta” ao confrontar o eleitor com a opção pela democracia *versus* opção por outros regimes políticos.

Já os experimentos de “candidato/escolha” desenvolvidos pelos autores permitiriam, segundo eles, mensurar tal apoio de maneira indireta ou implícita, porém apresentando situações do mundo real. Dessa forma, “acredita-se que os respondentes ‘apoiam a democracia’ não quando dizem fazê-lo, mas quando suas escolhas revelam uma disposição para colocar princípios democráticos acima de interesses sectários” (Svulik, 2019, p. 2).

Apesar de não haver uma preocupação conceitual em distinguir legitimidade e apoio político, ficam evidentes nas análises as insuficiências empíricas da tradição de pesquisas derivada da concepção eastoniana. Pode-se argumentar que, da abordagem proposta, deriva uma ideia de que a legitimidade seria uma concepção forte de adesão que implicaria compromissos morais profundos entre o cidadão e o regime político a que ele está vinculado. Compromissos esses relacionados aos princípios, e não somente a uma ideia abstrata de “democracia” ou “autoritarismo”, ou mesmo ao apoio a instituições específicas como o parlamento.

Segundo Svulik (2019), as medidas clássicas de apoio difuso e apoio específico teriam o limite de não captarem a preferência do eleitorado por princípios democráticos quando “estes competem com outras opções” (p. 17). Em ambientes polarizados, as clivagens sociais ficam expostas, e as eleições passam muitas vezes a ser momentos de decisão entre a defesa de interesses de grupo *versus* a defesa de princípios democráticos. A tese é que, em tais contextos, a democracia tende a ser sacrificada pelo próprio povo, pois “a polarização corrói a capacidade de um eleitorado resistir ao autoritarismo” (p. 20).

Em termos empíricos, o ponto de partida de Svulik são os debates recentes sobre populismo, polarização política e recessão democrática. Para ele, a nova onda de regimes autoritários ao redor do mundo tem como característica central “a tomada de poder pelo Executivo”, de modo que a subversão da democracia tem sido feita por lideranças políticas eleitas democraticamente e contando com respaldo popular (Mounk, 2019). Sua questão, então, é saber por que o povo aceita abrir mão da democracia.

A resposta é que, em contextos de polarização política, aqueles eleitores situados nos extremos ideológicos ou partidários *aceitam abrir mão da democracia para evitar que*

os grupos oponentes cheguem ao poder. Em outras palavras, os eleitores trocam democracia por partidarismo ou ideologia.

Os estudos empíricos desenvolvidos para chegar a essas conclusões foram feitos em contextos os mais variados, como Venezuela (Svolik, 2020), Estados Unidos (Graham e Svolik, 2020) e Turquia (Svolik, 2019). A estratégia empírica, conforme mencionamos acima, foi a aplicação de experimentos de *survey* do tipo “candidato/escolha”. Usando amostras representativas do eleitorado de cada país, foram apresentados dois candidatos hipotéticos aos respondentes. Cada candidato foi descrito a partir de características sociodemográficas e de aspectos reais do sistema político de cada país, como seu partido político e propostas programáticas típicas da plataforma partidária que representaria. Além disso, através de designação aleatória, alguns candidatos foram apresentados como defendendo uma proposta que violaria algum princípio democrático, guardando correspondência com *issues* reais dos países, e que em algum momento foram utilizados de fato pelos líderes políticos que buscam subverter a democracia¹⁵.

Os resultados foram surpreendentes: em todos os três países, os eleitores extremistas (partidários ou ideológicos) aceitariam abrir mão de princípios democráticos, desde que fosse para derrotar o candidato/partido oponente. E isso vale mesmo para eleitores que respondiam positivamente às perguntas clássicas sobre preferência/apoio à democracia. Nas palavras de Svolik (2019, p. 12), “os eleitores relutam em punir políticos que desrespeitam princípios democráticos quando fazê-lo exige abandonar seu partido ou políticas favoritas”.

Uma segunda descoberta do estudo é que, nos três países estudados, aqueles eleitores localizados no centro ideológico e/ou com preferências partidárias fracas ou independentes são os que menos estão dispostos a abrir mão de princípios democráticos. Segundo Svolik, os centristas exerceriam um papel de guardiões da democracia, perfil esse que é um recurso escasso em sociedades polarizadas.

A legitimidade como humor

Um dos mais ambiciosos trabalhos recentes sobre legitimidade democrática tem sido realizado por Claassen (2020) ao aplicar o conceito de “mood”, inicialmente desenvolvido no campo dos estudos “macro” de opinião pública para analisar fenômenos como avaliação de governo (Erikson, Mackuen e Stimson, 2002; Soroka e Wlezien, 2010; Wlezien, 1995). O enquadramento teórico de tais estudos concebe a dinâmica da opinião

¹⁵ “Na Turquia, por exemplo, uma das medidas propunha demitir servidores públicos que não apoiassem o partido do candidato, e outra sugeria substituir juízes que parecessem enviesados contra o partido do candidato. Na Venezuela, um conjunto de medidas focava em mudar a composição da comissão eleitoral: as opções eram manter o significativo viés pró-governo da comissão eleitoral à época do estudo, enviesá-la ainda mais indicando mais chavistas ou eliminar esse viés indicando uma comissão politicamente independente. Nos Estados Unidos, foram apresentados candidatos que disputavam eleições estaduais (em vez da federal) e que apoiavam uma gama de políticas não democráticas historicamente adotadas no nível estadual. Algumas, como a supressão de voto por meio de *gerrymandering*, persistem até hoje” (Svolik, 2019, pp. 10-11).

pública operando na forma de um “thermostatic model”: “when government spending increases, citizens prefer that it decrease; where policy shifts to the right, citizens’ preferences move to the left” (Claassen, 2020, p. 36). Ao aplicar tal referencial, o autor se afasta da matriz eastoniana sobre apoio político e sua distinção entre as dimensões difusa e específica da legitimidade.

Aplicando esse referencial ao estudo da legitimidade democrática, o autor afirma que “publics would clamor for democracy when it is scarce, but their preference for democracy would weaken as democratic rights and institutions are supplied” (Claassen, 2020, p. 36). A grande inovação desse estudo para o campo de pesquisas sobre apoio político foi a proposta de uma análise dinâmica que avalia como mudanças nos níveis de democracia ocasionam mudanças no apoio democrático, em vez de focar correlações estáticas entre os dois planos.

De modo a operacionalizar tal perspectiva, Claassen (2020) mobiliza uma quantidade monumental de dados de pesquisa de opinião pública de 135 países, cobrindo o período de 1988-2018. Foram usados 14 “survey projects”, gerando 1.391 *surveys*. Para estimar sua variável dependente, o “democratic mood”, o autor usou medidas de país/ano, aplicando um modelo bayesiano de variáveis latentes desenvolvido em estudo anterior (Claassen, 2019). As variáveis utilizadas foram todas aquelas questões explícitas sobre apoio à democracia utilizadas nos *surveys*, relacionadas à: (1) desejabilidade da democracia; (2) comparação da democracia com outros regimes políticos; ou (3) avaliação de outras formas de governo não democráticas.

Já a variação do *mood* seria explicada por avanços em medidas de democracia. Para tanto, Claassen usou três índices do projeto Varieties of Democracy (V-DEM): o “electoral democracy index”, o “liberal component index” e o “liberal democracy index”. Enquanto o primeiro mensura os elementos propriamente poliárquicos de um país, o segundo está relacionado às suas características “contramajoritárias”, no sentido da capacidade de proteger direitos de minorias. Já o terceiro é a conjunção dos dois primeiros.

Conforme adiantamos, suas hipóteses eram de que avanços democráticos verificados nos países (mensurados pelos respectivos índices) causassem diminuição do apoio à democracia. Os resultados indicaram que o “democratic mood” é sim influenciado pelo avanço da democracia, mas somente em seu aspecto contramajoritário. Nas palavras do autor: “It is not improvements in majoritarian institutions and processes that damage democratic mood, but, instead, increased legislative and judicial oversight and enhanced protections of minority and individual rights which provoke the backlash” (Claassen, 2020, p. 50).

As implicações de tais resultados para o debate sobre legitimidade democrática são amplas. Eles questionam os pressupostos das teorias culturalistas ou institucionalistas que afirmam que a democracia cria sua própria demanda (Dahlum e Knutsen, 2016), e os cidadãos aprenderiam sobre a democracia por meio do seu exercício/prática (socialização intergeracional) ou de seus resultados (performance das instituições). Para Claassen, a produção da legitimidade democrática é mais complexa que isso. Ela é produto da reação

do público às mudanças nas instituições democráticas, especialmente quando se trata de proteção de minorias.

Como entender o mecanismo causal aí presente? O autor vai buscar a resposta na literatura sobre “judicial review” e “political tolerance”. O argumento é que princípios democráticos gerais, como “governo do povo”, são amplamente aceitos socialmente e, em geral, não enfrentam reações de qualquer segmento do eleitorado; porém, a proteção de minorias é um dos aspectos menos aceitos por muitos cidadãos, conforme demonstram os estudos de Gibson (2008), citados por Claassen.

Vale ainda observar que a questão dos efeitos do “mood” democrático na participação política não é algo explorado por Claassen, logo, caberia indagar sobre os possíveis desdobramentos do efeito termostático no comportamento eleitoral, por exemplo. Esse movimento viria acompanhado por uma reação conservadora expressa nas urnas? Consideramos que se trata de um aspecto que também pode ser aprofundado em estudos futuros.

O Quadro 1 apresenta a síntese das diferentes concepções de legitimidade democrática retratadas no artigo: apoio político; multidimensional; produto das visões e avaliações da democracia; sistemas de crenças; desejabilidade social; e humor. Desse modo, destacamos aspectos como o enquadre teórico e o foco analítico principal da abordagem, os respectivos autores(as), bem como os contextos de análise e as metodologias que foram utilizadas nos estudos. Assim sendo, é possível compor um retrato que possibilita a comparação entre as abordagens e a identificação de suas distinções e semelhanças.

Quadro 1
Síntese das concepções de legitimidade democrática

Concepções de legitimidade	Foco principal	Autores(as)	Contexto de análise	Metodologia
Apoio político	Distingue entre <i>modos</i> (apoio difuso e específico) e <i>objetos</i> do apoio (comunidade política, regime político e autoridades políticas).	Easton (1965, 1975)	-	-
Multidimensional	Apoio político como um fenômeno multidimensional que expressa um <i>continuum</i> dos níveis mais difusos para os mais específicos.	Norris (1999, 2011)	Diversos países	Quantitativa/ Regressão/ Análise multinível
Multidimensional	Ênfase nos <i>princípios do regime</i> não na preferência pela democracia em abstrato. Foco em estrutura, fontes e efeitos da legitimidade. Estrutura da legitimidade compreendida de modo multidimensional.	Booth e Seligson (2009)	América Latina (oito países)	Quantitativa/ Modelo de equações estruturais/ Análise multinível



Concepções de legitimidade	Foco principal	Autores/as	Contexto de análise	Metodologia
Produto das visões e avaliações da democracia	Diferencia as <i>visões</i> (ideal normativo de democracia) e <i>avaliações da democracia</i> (avaliação do modo como os princípios estão implementados). Legitimidade como produto da comparação entre as visões e as avaliações. Elaboração de uma tipologia da legitimidade para os países analisados.	Ferrín e Kriesi (orgs.) (2016)	Europa	Quantitativa/ Regressão/ Análise multinível
Sistema de crenças	Modelo sobre legitimidade em articulação com o debate clássico sobre sistema de crenças (Converse, 1964). Foco nos padrões de representações subjetivas e comportamentais do apoio democrático.	Carlin (2018)	Chile e Argentina	Qualitativa Q-sort (grupos focais e entrevistas)
Desejabilidade social	Legitimidade como uma concepção forte de adesão que implica compromissos com as normas de um regime democrático. Enfoque nas consequências da polarização política.	Graham e Svolik (2020), Svolik (2019, 2020)	Venezuela, Estados Unidos, Turquia	Experimentos
Humor	Legitimidade democrática como produto da reação pública às mudanças nas instituições democráticas, especialmente quando se trata da proteção de minorias. Modelo termostático. Influência dos estudos sobre a dinâmica da opinião pública.	Claassen (2020)	135 países de 1988 a 2018	Quantitativa/ Séries temporais - Análise longitudinal

Fonte: Elaboração própria.

Legitimidade, apoio político e as democracias contemporâneas: considerações finais

Depois de cinco décadas de pesquisa sobre legitimidade, afinal qual a contribuição desse campo de pesquisas para o entendimento das democracias contemporâneas e seus dilemas?

Uma primeira consideração é o reconhecimento de que, desde a publicação dos estudos iniciais de Easton, tal campo de pesquisas experimentou avanços significativos em termos teóricos e metodológicos. Destaque para os desenvolvimentos conceituais que propiciaram a transição entre uma visão unidimensional para uma abordagem multidimensional sobre a legitimidade democrática. Tal transição, como vimos, permitiu o desenvolvimento de novas estratégias de análise, que ampliaram em muito o conhecimento sobre as diferentes dimensões em que o apoio político se manifesta.

Outro desenvolvimento importante foi a transição de uma abordagem abstrata sobre apoio político para outra focada em questões sobre “princípios do regime”. A abordagem abstrata era centrada em perguntas explícitas sobre a preferência por regime democrático *versus* preferências por outros regimes políticos, que trazia consigo problemas de equivalência comparativa, pois os significados sobre o que é democracia variam de um contexto para outro. Especialmente em função do trabalho de Booth e Seligson (2009), cada vez mais os estudos empíricos analisam a legitimidade a partir de questões sobre a adesão dos cidadãos aos princípios do regime.

Em termos metodológicos, três avanços muito importantes aconteceram: um primeiro, relacionado ao tópico anterior, deu-se através de melhoras contínuas nas medidas diretas e indiretas de apoio à democracia nos diferentes *surveys* destinados a pesquisas comparativas internacionais sobre atitudes e comportamento político. Destaque aqui para as iniciativas do Barômetro das Américas (Lapop), do World Values Survey (WVS) e do European Social Survey (ESS)¹⁶. Um segundo avanço metodológico deu-se nas técnicas de análise de dados. Aqui, o uso das mais recentes técnicas multivariadas tem permitido avanços importantes nesse campo de conhecimento. Destaque para a incorporação da modelagem multinível, que tem possibilitado a análise articulada de variáveis individuais e de contexto em estudos comparativos, permitindo novas respostas a problemas antigos da área, que, em geral, esbarravam na “falácia ecológica”. O uso de séries temporais tem sido outra importante contribuição metodológica recente, como pode ser verificado no trabalho de Claassen (2020). Um terceiro avanço metodológico foi a incorporação de novos desenhos de pesquisa, especialmente os desenhos experimentais inaugurados pelos estudos de Graham e Svolik (2020), que permitiram enfrentar a crítica da “desejabilidade social” da democracia, a qual era muito difícil de ser confrontada com os recursos metodológicos oferecidos pela pesquisa tipo *survey*.

Por outro lado, em que pesem os avanços teóricos e metodológicos, dois problemas ainda continuam com respostas insuficientes pelas pesquisas da área. O primeiro é antigo e persistente nas pesquisas sobre cultura política, a falta de clareza e precisão conceitual (Johnson, 2004). Ainda que se tenha avançado muito nas medidas de legitimidade democrática, problemas conceituais continuam sem resolução, o que se reflete em diferentes estratégias empíricas para mensurar apoio político, que acabam produzindo resultados muitas vezes contraditórios.

Acreditamos, porém, que o principal problema do referido campo de estudos é de natureza empírica, especialmente no que se refere ao diagnóstico das democracias contemporâneas. Muito do que se produziu nessa área nos últimos 20 anos foi marcado por um grande otimismo com relação à natureza do vínculo que estaria conectando

¹⁶ Site do Lapop: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Site do WVS: <<https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>. Site do ESS: <<https://www.europeansocialsurvey.org/>>. A 6ª rodada do ESS proporciona a oportunidade de descrever sistematicamente e comparar as concepções europeias de democracia, utilizando um número extensivo de indicadores, o que possibilitou o desenvolvimento do projeto “Visões e avaliações da democracia”.

cidadãos e sistemas políticos. O modelo multidimensional de Norris (2011), por exemplo, produziu um diagnóstico de que o cidadão típico das democracias avançadas era “crítico”. Ele avaliaria negativamente o funcionamento das instituições democráticas, mas teria compromissos morais profundos com a democracia. As consequências políticas desse diagnóstico eram que as democracias não teriam problemas de legitimidade, mas sim que elas contariam com cidadãos cada vez mais equipados cognitivamente, que dependeriam cada vez menos das instituições políticas tradicionais para agirem politicamente. Veja-se que esse mesmo diagnóstico está presente no “cidadão pós-materialista”, de Inglehart e Welzel (2009), e no “cidadão assertivo”, de Dalton e Welzel (2014). A visão aqui era de que o mundo caminharia em direção a mais democracia, numa visão totalmente teleológica da história. Inglehart e Welzel chegam mesmo a falar em emancipação humana.

Porém, conforme indicamos na introdução, o início do século XXI colocou vários novos desafios para os regimes democráticos. As democracias iliberais (Diamond e Plattner, 2015), os populismos e os novos autoritarismos (Norris e Inglehart, 2019) são evidências de um quadro no mínimo mais complexo do que aquele previsto pelos autores acima. O que a pesquisa sobre legitimidade tem a dizer sobre isso?

De um lado, tem havido um esforço intelectual para entender tais processos com o instrumental disponível. Veja-se, por exemplo, o estudo de Norris e Inglehart (2019), que vai usar a teoria do pós-materialismo e da cidadania crítica para explicar o fenômeno do populismo. Para os autores, por trás de fenômenos como Trump, Brexit e a extrema direita na Europa, haveria um “cultural backlash” aos avanços das democracias. Os autores analisam a emergência de um *backlash* conservador e, conseqüentemente, um reflexo autoritário estimulado pela ascensão dos valores culturais liberais (valores pós-materialistas), o que constitui uma forte reação defensiva dos grupos conservadores que se sentiram ameaçados pelo rápido processo de mudança econômica, social e cultural. As condições econômicas e o crescimento na diversidade social aceleraram a reação, sendo que o *backlash* conservador contribui para o apoio aos partidos e líderes populistas e autoritários.

Por outro lado, no esforço de compreensão da ascensão do autoritarismo e do populismo, faltou a Norris e Inglehart (2019) uma autocrítica do diagnóstico otimista que emergia a partir de conceitos como “cidadãos críticos” e “pós-materialistas”. De fato, os dados sobre o declínio da confiança nas instituições políticas já estavam presentes nesses diagnósticos, os quais não eram vistos como uma possível ameaça à legitimidade democrática, por não serem compreendidos como elementos do próprio fundamento da legitimidade em um sentido difuso. Uma outra chave analítica poderia aventar que tal descrédito nas instituições de representação política já poderia servir de base para apontar indícios aos apelos dos governos populistas autoritários, marcados pelo caráter *anti-establishment*, questionando assim o poder das autoridades e instituições do Estado.

Nesse sentido, Mounk (2019) aponta que já faz algum tempo que os cientistas políticos estão conscientes acerca do declínio da confiança nas instituições democráticas e da negatividade nas avaliações dos políticos. Entretanto, o autor considera que esses

cientistas destinaram pouca atenção a esses fatos e que a perspectiva desenvolvida por estudiosos como Inglehart, Norris e Dalton torna-se menos plausível, pois é difícil considerar que pessoas comuns se voltem de forma tão radical contra os governos, sem criticar ainda mais o próprio sistema¹⁷.

Mas qual mecanismo tem operado para promover essa alteração repentina no “humor democrático”? Norris, Inglehart e a tradição de estudos da cidadania crítica indicam a reversão de expectativas criada especialmente pelos efeitos da crise econômica global pós-2008, que propiciou uma espécie de pós-materialismo às avessas. Trata-se de uma explicação importante, mas limitada. Os fenômenos políticos que estão balançando os alicerces das democracias, mesmo em países de sólida tradição democrática como EUA e Inglaterra, colocam uma interrogação sobre a natureza do compromisso com a democracia do “cidadão crítico”.

Acreditamos que a resposta para essa questão e o avanço na compreensão da natureza dos vínculos entre cidadãos e democracia implicam incorporar novas perspectivas teóricas e instrumentos metodológicos. Alguns estudos mencionados acima parecem fornecer algumas pistas. Os estudos de Svobik, ao usarem desenhos experimentais, mostraram que tais vínculos, mesmo em democracias consolidadas, tendem a ser mais frágeis do que imaginamos. Quando os valores na sociedade se tornam polarizados, a situação tende a piorar! Nesses contextos, as pessoas abrem mão facilmente dos seus princípios democráticos desde que seja para vencer a facção oponente.

O estudo de Claassen (2020), por outro lado, nos mostra como se estabelece a dinâmica da opinião pública em relação à democracia e quais eventos ajudam a romper os compromissos com ela. Surpreendentemente, suas descobertas indicam que são os avanços na própria democracia que diminuem o seu apoio no eleitorado. Assim, a democracia não criaria sua própria demanda. Pelo contrário, avanços nas instituições, especialmente em sua dimensão inclusiva, provocariam reações de parcela do eleitorado. Nesse caso, mais do que criar sua própria demanda, o avanço da democracia parece elevar as exigências sobre o eleitor, especialmente em termos de tolerância.

A abordagem da legitimidade democrática como produto das visões e avaliações da democracia (Ferrín e Kriesi, 2016), por sua vez, destaca a dependência dessas avaliações dos resultados sociais e econômicos do sistema político (Torcal e Trechsel, 2016), trazendo à tona a necessidade de articulação entre a agenda de pesquisas sobre apoio político e a relativa a políticas públicas, o que ainda é incipiente.

Enfim, a conjuntura de crise da democracia coloca a necessidade de uma redefinição da agenda de pesquisas sobre legitimidade, de modo que a ciência política tenha condições de dar algumas respostas aos desafios do presente!

¹⁷ “Por um lado, é difícil imaginar que pessoas comuns possam se voltar de forma tão radical contra governos particulares – e assumir uma visão tão negativa do funcionamento diário de suas instituições – sem criticar ainda mais o próprio sistema. Por outro, a evidência de que a democracia está sob ataque só faz crescer” (Mounk, 2019, p. 130).

Referências bibliográficas

ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little & Brown, 1963.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. *The legitimacy puzzle in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BORBA, J.; CARDOSO, G. R. "Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência". *BIB*, nº 89, p. 1-33, 2019.

CANACHE, D. "Citizens' conceptualizations of democracy: structural complexity, substantive content, and political significance". *Comparative Political Studies*, vol. 45, nº 9, p. 1.132-1.158, 2012.

CARLIN, R. E. "Distrusting democrats and political participation in new democracies: lessons from Chile". *Political Research Quarterly*, vol. 64, nº 3, p. 668-687, 2011.

_____. "Sorting out support for democracy: a Q-method study". *Political Psychology*, vol. 39, nº 2, p. 399-422, 2018.

CARLIN, R. E.; MOSELEY, M. "Good democrats, bad targets: democratic values and clientelistic vote buying". *Journal of Politics*, vol. 77, nº 1, p. 14-26, 2015.

CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. "Support for polyarchy in the Americas". *Comparative Political Studies*, vol. 44, nº 11, p. 1.500-1.526, 2011.

CARLIN, R.; LOVE, G.; SINGER, M. M. A decade of democratic legitimacy in the Americas. In: Zechmeister, E. J. (ed.). *The political culture of democracy in the Americas, 2014: democratic governance across 10 years of the AmericasBarometer*. Nashville, TN: Latin American Public Opinion Project and Usaid, p. 193-226, 2014.

CASALECCHI, G. A. *Legado democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos*. Curitiba: UFPR, 2018.

CLAASSEN, C. "Estimating smooth country-year panels of public opinion". *Political Analysis*, vol. 27, nº 1, p. 1-20, 2019.

_____. "In the mood for democracy? Democratic support as thermostatic opinion". *American Political Science Review*, p. 36-53, 2020.

COLLIER, D.; LEVITSKY, S. "Democracy with adjectives: conceptual innovation in comparative research". *World Politics*, vol. 49, nº 3, p. 430-451, 1997.

CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (ed.). *Ideology and discontent*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1964.

DAHLUM, S.; KNUTSEN, C. H. "Democracy by demand? Reinvestigating the effect of self-expression values on political regime type". *British Journal of Political Science*, vol. 47, nº 2, p. 437-461, 2016.

DALTON, R. J. *Democratic challenges, democratic choices*. New York: Oxford University Press, 2004.

_____. "Citizenship norms and the expansion of political participation". *Political Studies*, vol. 56, nº 1, p. 76-98, 2008.

_____. *The apartisan American: dealignment and electoral change*. Washington, DC: CQ Press, 2012.

DALTON, R. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 7ª ed. Washington: Congressional Quarterly Press, 2019.

DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D. Citizens and political behavior. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H.-D. (orgs.). *The Oxford handbook of political behavior*. Nova York: Oxford University Press, 2007.

DALTON, R.; WELZEL, C. *The civic culture transformed*. New York: Cambridge University Press, 2014.

DE JONGE, C. P. K. "Should researchers abandon questions about 'democracy'?" *Public Opinion Quarterly*, vol. 80, nº 3, p. 694-716, 2016.

DIAMOND, L.; PLATTNER, M. *Democracy in decline?* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015.

EASTON, D. *A systems analysis of political life*. New York: John Wiley & Sons, 1965.

_____. "A re-assessment of the concept of political support". *British Journal of Political Science*, vol. 5, nº 4, p. 435-457, 1975.

ECKSTEIN, H. *A theory of stable democracy*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

ERIKSON, R. S.; MACKUEN, M. B.; STIMSON, J. A. *The macro polity*. New York: Cambridge University Press, 2002.

EUROPEAN SOCIAL SURVEY. ESS6-2012 Edition 2.4, round 6, December 2018. Disponível em: <<http://www.europeansocialsurvey.org/>>. Acesso em: jun. 2021.

FERRÍN, M.; KRIESI, H. Introduction: Democracy – The European verdict. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (orgs.). *How Europeans view and evaluate democracy*. New York: Oxford University Press, 2016.

FISHER, J. (org.). *The Routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion*. London: Routledge, 2018.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. "The danger of deconsolidation: the democratic disconnect". *Journal of Democracy*, vol. 27, nº 3, p. 5-17, 2016.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. "Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 28, p. 7-32, 2019.

FUKS, M., et al. "Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 19, p. 199-219, 2016.

GIBSON, J. L. "Intolerance and political repression in the United States: a half century after McCarthyism". *American Journal of Political Science*, vol. 52, nº 1, p. 96-108, 2008.

GÓMEZ, B.; PALACIOS, I. Citizens' evaluations of European democracies. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (orgs.). *How Europeans view and evaluate democracy*. New York: Oxford University Press, 2016.

GRAHAM, M. H.; SVOLIK, M. W. "Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States". *American Political Science Review*, vol. 114, nº 2, p. 392-409, 2020.

HURRELMANN, A.; SCHNEIDER, S.; STEFFEK, J. *Legitimacy in an age of global politics*. London: Palgrave Macmillan UK, 2007.

INGLEHART, R. *The silent revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Francis, 2009.

JOHNSON, J. "Problemas conceituais como obstáculos ao progresso em ciência política. Quatro décadas de pesquisa em cultura política". *Teoria & Sociedade*, nº 12, 2004.

KRIESI, H.; MORLINO, L. Conclusion – What we have learnt, and where do we go from here? In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (orgs.). *How Europeans view and evaluate democracy*. New York: Oxford University Press, 2016.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, J. *The breakdown of democratic regimes: crisis, breakdown and reequilibration*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

LIPSET, S. M. "Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy". *American Political Science Review*, vol. 53, nº 1, p. 69-105, 1959.

MAGALHÃES, P. Regime support. In: FISHER, J. (ed.). *The Routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion*. London: Routledge, 2018.

MOISÉS, A. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

MOUNK, Y. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.

_____. *Digital divide? Civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.

_____. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. *Making democratic governance work: how regimes shape prosperity, welfare and peace*. New York: Cambridge University Press, 2012.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural backlash*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

O'DONNELL, G. "Democracia delegativa?". *Novos Estudos Cebrap*, nº 31, out. 1991.

PNUD. *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. Buenos Aires: Alfaguara, 2004.

PRZEWORSKI, A. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

RECARBAREN, L.; MALDONADO, G. "Objections to democracy: non-democratic citizens in Latin America". Documentos de Trabajo DT 04/2010, Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, 2010.

RENNÓ, L., et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios, 2011.

RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SCHEDLER, A.; SANSFIELD, R. "Democrats with adjectives: linking direct and indirect measures of democratic support". *European Journal of Political Research*, vol. 46, nº 5, p. 637-659, 2007.

SELIGSON, M. A.; CARRIÓN, J. F. "Political support, political skepticism, and political stability in new

democracies". *Comparative Political Studies*, vol. 35, nº 1, p. 58-82, fev. 2002.

SHORE, J. *The welfare state and the democratic citizen: how social policies shape political equality*. Switzerland: Palgrave Studies in European Political Sociology, 2019.

SOROKA, S. N.; WLEZIEN, C. *Degrees of democracy: politics, public opinion, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SVOLIK, M. W. "Which democracies will last? Coups, incumbent takeovers, and the dynamic of democratic consolidation". *British Journal of Political Science*, vol. 45, nº 4, p. 715-738, 2014.

_____. "Polarização versus democracia". In: *Journal of Democracy* (em português), vol. 8, nº 2, pp. 1-21, 2019.

_____. "When polarization trumps civic virtue: partisan conflict and the subversion of democracy by incumbents". *Quarterly Journal of Political Science*, vol. 15, p. 3-31, 2020.

TORCAL, M.; MONCAGATTA, P. Political support. In: BADIE, B.; BERG-SCHLOSSER, D.; MORLINO, L. (orgs.). *International encyclopedia of political science*. Los Angeles: Sage, 2011.

TORCAL, M.; TRECHSEL, A. H. Explaining citizens' evaluations of democracy. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (orgs.). *How Europeans view and evaluate democracy*. New York: Oxford University Press, 2016.

VEIGA, L. F., et al. "El efecto de la experiencia democrática en la estructura de la legitimidad en América Latina y el Caribe". *Opinião Pública*, vol. 23, nº 2, p. 289-315, 2017.

WEBELS, B. Determinants of democratic legitimacy: concepts, measures, outcomes. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (orgs.). *How Europeans view and evaluate democracy*. New York: Oxford University Press, 2016.

WESTLE, B. Political beliefs and attitudes: legitimacy in public opinion research. In: HURRELMANN, A.; SCHNEIDER, S.; STEFFEK, J. (orgs.). *Legitimacy in an age of global politics*. London: Palgrave Macmillan UK, 2007.

WLEZIEN, C. "The public as thermostat: dynamics of preferences for spending". *American Journal of Political Science*, vol. 39, nº 4, p. 981-1.000, 1995.

Abstract

Democratic legitimacy and political support: recent innovations in the international debate

Recent phenomena related to the so-called crisis of democracies, such as populism and political polarization, have posed new challenges to research on legitimacy and political support. Faced with the recognized limits of the estonian model, since the 1990s, several authors have proposed new analytical perspectives to studies on the phenomenon. In this article, we present and analyze, in addition to David Easton's original conception, five recent perspectives that have brought relevant innovations to studies on political support. In the final part, the advances and limits of this literature for the understanding of some dilemmas of contemporary democracies are discussed, especially the growing support of the electorate in various countries of the world for candidates and parties with authoritarian political platforms.

Keywords: political culture; legitimacy; political support; democracy

Resumen

Legitimidad democrática y apoyo político: innovaciones recientes en el debate internacional

Los fenómenos recientes relacionados con la llamada crisis de las democracias, como el populismo y la polarización política, han planteado nuevos desafíos a la investigación sobre la

legitimidad y el apoyo político. Frente a los límites reconocidos del modelo estonio, desde la década de 1990, varios autores han propuesto nuevas perspectivas analíticas a los estudios sobre el fenómeno. En este artículo, presentamos y analizamos, además de la concepción original de David Easton, cinco perspectivas recientes que han aportado innovaciones relevantes a los estudios sobre apoyo político. En la parte final, se discuten los avances y límites de esta literatura para comprender algunos dilemas de las democracias contemporáneas, especialmente el creciente apoyo del electorado en varios países del mundo para candidatos y partidos con plataformas políticas autoritarias.

Palabras clave: cultura política; legitimidad; apoyo político; democracia

Résumé

Légitimité démocratique et soutien politique: innovations récentes dans le débat international

Les phénomènes récents liés à la soi-disant crise des démocraties, tels que le populisme et la polarisation politique, ont posé de nouveaux défis à la recherche sur la légitimité et le soutien politique. Face aux limites reconnues du modèle estonien, depuis les années 1990, plusieurs auteurs ont proposé de nouvelles perspectives analytiques aux études sur le phénomène. Dans cet article, nous présentons et analysons, en plus de la conception originale de David Easton, cinq perspectives récentes qui ont apporté des innovations pertinentes aux études sur le soutien politique. Dans la dernière partie, les avancées et les limites de cette littérature pour la compréhension de certains dilemmes des démocraties contemporaines sont discutées, en particulier le soutien croissant de l'électorat dans divers pays du monde pour les candidats et les partis avec des plateformes politiques autoritaires.

Mots-clés: culture politique; légitimité; soutien politique; démocratie

Artigo submetido à publicação em 9 de junho de 2020.

Versão final aprovada em 5 de fevereiro de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



Rememoração e retrotopia: *Folha de S. Paulo* e *O Globo* na cobertura dos 55 anos do golpe de 1964

Fernanda Nalon Sanglard¹ 

Lucia Santa Cruz² 

Juliana Gagliardi³ 

Este artigo analisa como dois dos principais veículos da grande imprensa brasileira, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, abordaram o aniversário de 55 anos do golpe civil-militar de 1964. Parte-se de referencial teórico sobre memória e nostalgia e da análise de conteúdo aplicada às narrativas jornalísticas publicadas entre 26 de março e 2 de abril de 2019 para responder às seguintes questões: Houve nostalgia nas narrativas de atores políticos em relação à ditadura? Como as narrativas jornalísticas abordaram esse sentimento e se posicionaram sobre isso? Os resultados indicam a existência de memórias em disputa referentes à ditadura, o que se evidencia na fala de diversos atores. Muito embora os veículos não se alinhem com o sentimento nostálgico, a retrotopia foi identificada em 45% das declarações das fontes e o presidente Jair Bolsonaro foi o principal personagem dos textos jornalísticos.

Palavras-chave: nostalgia; Golpe de 1964; jornalismo; *O Globo*; *Folha de S. Paulo*

Introdução

Efemérides são um dos critérios de noticiabilidade pelos quais os veículos jornalísticos se orientam na seleção e ordenação dos fatos⁴. A data específica de aniversário pode justificar o motivo de se noticiar um acontecimento que já teve lugar no passado, e que não seria, portanto, exatamente atual. “É a efeméride – o próprio tempo é utilizado como esse gancho” (Traquina, 2008, p. 81). Datas comemorativas ou de rememoração, consequentemente, sempre renderam pautas em veículos jornalísticos. Toda redação mantém uma lista de datas e efemérides que podem funcionar como ganchos para reportagens do dia a dia ou para os especiais de final de semana.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM). Belo Horizonte (MG), Brasil. E-mail: <nandanalon@yahoo.com.br>.

² Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: <lucia.santacruz@espm.br>.

³ Universidade Federal Fluminense (UFF), Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide). Niterói (RJ), Brasil. E-mail: <jugagliardi@gmail.com>.

⁴ Critérios de noticiabilidade são características que veículos jornalísticos observam quando vão selecionar que acontecimentos podem virar notícias (Galtung e Ruge, 2016; Traquina, 2005; Wolf, 1999). Wolf considera que os valores-notícia agem em todo o processo de produção jornalística (seleção de acontecimentos e elaboração da notícia), no entanto, com importância diferente em cada etapa do trabalho.

Os aniversários do golpe civil-militar⁵ de 1964 começaram a ser cobertos jornalisticamente ainda durante a ditadura militar, quando as solenidades anuais conformaram um ritual político que foi noticiado pela imprensa anualmente (Gagliardi, 2014). Posteriormente, ao fim da ditadura, com base no valor-notícia da efeméride, os veículos continuaram pautando a data, ainda que com ênfases e motivações diferentes ao longo do tempo.

O golpe já havia sido objeto de ampla cobertura midiática no seu cinquentenário, em 2014. Ao analisar 8.422 narrativas jornalísticas sobre a ditadura publicadas entre 2012 e 2014 por mais de 60 veículos de comunicação, Sanglard (2017b) identificou que o ápice dessa cobertura (15% do total) se deu justamente entre março e abril de 2014, em decorrência dos 50 anos do golpe. Os principais jornais brasileiros, em suas versões impressas e *online*, os *sites* informativos, as revistas semanais e as emissoras de televisão editaram especiais, com reportagens e *longform*, infográficos, vídeos, linhas do tempo.

Cinco anos mais tarde, novamente, a efeméride pauta o noticiário. Há, porém, um cenário bastante diverso do encontrado na época do cinquentenário. Enquanto em 2014 o governo liderava um movimento de reconhecimento e de reparação dos crimes cometidos pelo Estado durante o período ditatorial, em 2019 presenciamos a negação por autoridades políticas da própria existência de uma ditadura.

Em 2014, não só havia um consenso público de que o golpe de 1964 culminara em um regime ditatorial no Brasil, como estavam em curso as investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012 pela então presidente da República, Dilma Rousseff, com o objetivo de investigar os crimes de Estado como ação em prol da “memória e verdade” (Sanglard, 2017b).

Já em 2019, o presidente Jair Bolsonaro, menos de três meses após assumir o cargo, determinou que os quartéis deveriam celebrar devidamente a data (Fernandes e Uribe, 2019). Na mesma semana, declarou que a intenção da sua determinação era “rememorar” o fato e identificar pontos corretos e errados para o “bem do Brasil no futuro” (Mazui e Barbieri, 2019). Seis dias mais tarde, o Palácio do Planalto divulgou por WhatsApp⁶ um vídeo negando que um golpe de Estado teria instaurado a ditadura militar no Brasil (G1, 2019b). O vídeo⁷ foi reproduzido também no perfil do Twitter do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente.

⁵ Neste artigo, optamos por nomear de golpe “civil-militar” o processo de articulação política entre civis e militares que levou à deposição do presidente João Goulart e à tomada do poder pelos militares em 1964, resultando em uma ditadura, que se manteve por 21 anos. Optamos pelo termo “ditadura militar” porque, apesar de também ter havido apoio civil ao regime, ele foi comandado exclusivamente pelo alto escalão das Forças Armadas – todos os presidentes eleitos indiretamente eram militares de alta patente – e a estrutura do governo foi militarizada, tendo sido cassados até mesmo alguns dos atores políticos civis que haviam apoiado o golpe. Isso não quer dizer que desconsideramos o apoio de setores civis ao regime autoritário em toda a sua duração, mas reforça a intenção de demarcar a militarização do processo repressivo. Para mais informações e discussões sobre as nomenclaturas, ver: Fico (2014) e Sanglard (2017a).

⁶ Em lista de transmissão destinada a jornalistas.

⁷ A produção audiovisual em questão teria sido financiada pelo empresário Osmar Stábile, ex-vice-presidente do time de futebol Corinthians (*Folha de S. Paulo*, 2019).

Nesse quadro que parece apontar para uma ressignificação do movimento, a proposta deste artigo é refletir sobre como a ditadura, à qual o Brasil se viu submetido entre 1964 e 1985, vem sendo abordada pela imprensa brasileira e por seus principais atores políticos 55 anos depois do golpe civil-militar.

Para tal, analisamos as narrativas jornalísticas publicadas na ocasião desse aniversário em dois dos principais jornais brasileiros: *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. O objetivo é verificar como esses dois veículos da grande imprensa abordaram a data a partir, especialmente, do posicionamento do governo. Tomamos como hipótese que esses discursos estavam impregnados do sentimento da nostalgia, diferindo, nesse sentido, das declarações consideradas pela mídia cinco anos antes. Com base no referencial teórico sobre memória e nostalgia, pretende-se entender como, em um Estado que se diz democrático, a ditadura é trazida ao presente, ressignificada e até mesmo considerada como opção viável a partir do discurso de autoridades políticas. Utilizamos, como método, a análise de conteúdo (Krippendorff, 1990; Bardin, 2008) aplicada às narrativas jornalísticas publicadas pelos dois veículos no período entre 26 de março e 2 de abril de 2019.

O artigo é dividido em seis seções: “Memória e nostalgia”, em que apresentamos os conceitos que inspiraram este estudo; “Memória social e política”, em que propomos uma breve discussão acerca das disputas que envolvem o conceito de memória social; “Passado e presente: comemorando a ditadura”, em que contextualizamos o histórico das “comemorações” e rememorações do golpe noticiadas pelos jornais; além de duas seções analíticas – “*O Globo, Folha* e o aniversário do golpe em 2019” e “Análise qualitativa do *corpus*” – e as “Considerações finais”.

Memória e nostalgia

Se as efemérides são um recurso de que o jornalismo se vale para identificar que acontecimentos podem ser transformados em notícias, também é legítimo afirmar que as datas históricas e comemorativas se constituem em gatilhos para que o passado seja revolido e se faça presente como um terreno de disputa de narrativas.

Conforme Jelin (2017), a rememoração e o “memorável” surgem quando as rotinas aprendidas e repetidas, ou seja, aquilo que se tornou habitual, se rompem e se transformam em uma narrativa que se vincula a algum objeto ou imagem, podendo, portanto, converter-se em algo comunicável.

Halbwachs (1990) dizia ser impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças sem tomar como ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de referência nessa reconstrução que chamamos de memória.

Essa frase nos indica que a memória é formada por camadas de lembrança e esquecimento, como Pollak (1989, 1992) irá ressaltar, apontando também para a sua vinculação a um contexto histórico e social. “Na verdade, a memória não é o passado, senão a maneira como os sujeitos constroem um sentido do passado, um passado que se

atualiza em seu enlace com o presente e também com um futuro desejado no ato de rememorar, esquecer e silenciar” (Jelin, 2017, p. 135, tradução nossa).

Lembrar é um exercício que acontece no presente, o que significa que o passado não aconteceu: ele acontece a cada vez que se evoca o que passou. Portanto, é na recuperação – e na narração – desse passado que este se faz acontecimento e se manifesta de maneira palpável para a sociedade. Essa reconstrução não é homogênea, mas se dá num terreno impregnado de disputas, porque a versão que se torna oficial se cristaliza como histórica, numa aproximação intencional com o conceito de verdade. Conforme Jelin (2017), o que o passado deixa são traços, rastros. Mas esses traços não constituem memória, a menos que sejam evocados e colocados em uma estrutura que lhes dê significado.

Nessa recuperação do já vivido, identifica-se cada vez mais o sentimento nostálgico, tanto como uma saudade pelo que se perdeu quanto como um desejo de restauração daquela situação ideal. Boym (2001) distingue esses dois tipos de nostalgia como reflexiva e restaurativa. Enquanto a reflexiva se fixa na perda e na recuperação dos sentimentos, ligando-se mais a estados individuais da rememoração, a restaurativa pressupõe um retorno ao estado original, sempre concebido como paradisíaco, perfeito, ideal. “Neste sentido, o passado para a nostalgia restaurativa é um valor para o presente; o passado não é uma duração, mas um instantâneo perfeito (...) e não deve revelar nenhum sinal de decadência; deve ser tinta fresca na sua imagem original e manter-se eternamente jovem” (Boym, 2001, p. 49).

Nostalgia é a “doença” da distância temporal e da desterritorialização. A nostalgia restaurativa assume os dois sintomas. A distância é compensada pela experiência íntima e pela presença do objeto desejado. A desterritorialização é curada por um retorno à casa, preferencialmente uma casa coletiva. Não há problema se não é exatamente sua casa; quando você chegar lá, você terá esquecido a diferença (Boym, 2001, p. 44).

Niemeyer, que defende que a nostalgia possui uma pluralidade de formas, expressões e significados, também segue nessa mesma linha, advertindo que o sentimento tem sido associado à melancolia, saudade ou *homesickness*⁸ (doença da ausência da casa).

A nostalgia situa-se entre recordação e esquecimento, idealização e criatividade, é uma lembrança de tempos e lugares que não existem mais, não são mais acessíveis ou talvez nunca tenham sido. (...) O sentimento nostálgico não é meramente voltado para um retorno a um lugar ou tempo passado, mas também abrange outras temporalidades, como o presente e o futuro, e está frequentemente relacionado a imaginações utópicas sociais ou políticas (Niemeyer, 2018 p. 29).

⁸ Apesar de *homesickness* ser traduzida por vezes como saudade, aqui Niemeyer usa num sentido específico, que remonta à acepção inicial da palavra nostalgia, quando cunhada no século XVII, para designar uma doença que acometia soldados suíços que estavam longe de sua terra natal.

A perspectiva utópica está presente também no conceito de retrotopia, apresentado por Bauman (2017). Para ele, retrotopia é a utopia do passado – já que não consegue imaginar futuros pois perdeu o horizonte utópico, a humanidade se volta para uma glorificação de práticas e projetos de tempos passados. Nesse processo, a nostalgia se instala como um mecanismo de defesa e de idealização de um passado mitificado, que nunca existiu realmente e do qual são pinçadas algumas partes, selecionadas para compor uma versão mais adequada às demandas individuais ou de alguns grupos.

Hoje estão emergindo “retrotopias”, visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro “ainda todavia por nascer” e, por isso, inexistente (Bauman, 2017, posição 54).

Para o autor, uma acomodação da consciência e um esquecimento de velhos medos levou a mentalidade pública a mudar radicalmente:

(...) em lugar de investir as esperanças públicas de melhoria num futuro incerto e “sempre obviamente duvidoso demais”, reinvesti-las mais uma vez no passado vagamente lembrado, valorizado por sua suposta estabilidade e, portanto, confiabilidade (Bauman, 2017, posição 91).

Uma vez despojada do poder de modelar o futuro, a política tende a ser transferida para o espaço da memória social – um espaço imensamente mais suscetível a manipulações e administração, e, por isso, promissor de uma chance de bem-aventurada onipotência, há muito perdida (e talvez irrecuperável) no presente e no futuro próximo. Especialmente quando essa recuperação memorial se dá pelo acionamento da nostalgia, por esse desejo de restauração, de reconstrução.

O perigo disso advém do fato de que, como Grainge (2000, apud Santa Cruz e Ferraz, 2018) ressalta, “a nostalgia ancora-se no tempo presente, de onde parte em forma de narrativas, estilos e ações, [refletindo] novos modos de engajamento com o passado” (p. 7). Esses novos modos de engajamento com o passado, por sua vez, podem se aproximar do que Appadurai (2011) vai chamar de “nostalgia sem memória” ou “nostalgia imaginada”, quando grupos desejam um passado que não experienciaram, mas que se reveste de tamanha idealização que se torna o tempo mítico ao qual esses grupos aspiram. O passado se converte, assim, numa alternativa ao presente e, muitas vezes, na única alternativa desejável ao presente. Como Bauman (2017) reforça, a retrotopia é uma visão seletiva, passivamente e obedientemente suscetível de manipulação.

Entre os novos modos de engajamento com o passado, podemos citar o governo do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, que frequentemente promove um estímulo formal ao sentimento nostálgico, seja diretamente ou por intermédio de seus ministros e assessores. Chama a atenção o poder que um líder de nação possui em estabelecer pautas dessa natureza. Em diversas declarações, ainda como deputado

federal⁹, ou já na presidência, Bolsonaro faz referência aos “bons tempos” da ditadura militar, capitaneando esse apelo à nostalgia como um estado desejável por parte da população.

Memória social e política

As discussões sobre a rememoração do golpe de 1964 e, consequentemente, da ditadura apontam para a necessidade de refletir sobre as noções de memória coletiva e memória social e pública, considerando o modo como são abordadas academicamente e adotadas pelo Estado brasileiro.

Tido como o expoente da teorização sobre “memória coletiva”, Halbwachs (1990) propõe a ideia de sobreposição de memórias dos indivíduos e de comunidades amplas (como família e nação) para demonstrar que elas dependem de estruturas sociais. Ele enfatiza a natureza recursiva da memória individual e coletiva – uma sempre habitando a outra. Segundo Halbwachs, os indivíduos podem se lembrar de eventos cronologicamente e espacialmente, mas, em geral, lembrar-se-ão em termos de conectividade, já que, como ser social, a pessoa vivencia os eventos em sua relação com outras pessoas. Desse modo, a sociedade é responsável por definir o que é memorável e onde essa memória será preservada, não existindo, portanto, memória individual que não seja também coletiva, por estar permeada pela relação com o outro.

Pollak (1992) propõe avanços ao considerar a dimensão política desse processo. O autor recorre às datas comemorativas e festas nacionais para demonstrar como as memórias são estruturadas do ponto de vista político: “A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (p. 204).

Todavia, segundo Oliveira (2017), durante muito tempo estudiosos adotaram a noção de memória coletiva de modo pouco crítico, tendo restado a poucos autores, entre eles Jelin (2002, 2017), a tarefa de problematizar tal conceituação. Jelin ressalta que o conceito de memória coletiva está relacionado a uma memória estável, ainda que não permanente, que congrega o discurso hegemônico encontrado na coletividade. Segundo Jelin (2002, p. 22), memória coletiva se relaciona a “algo com entidade própria, como uma entidade reificada que existe acima e separada dos indivíduos. Essa concepção decorre de uma interpretação durkheimiana extrema (pode se tomar os fatos sociais como coisa)”.

É a partir dessa reflexão que Jelin adota as expressões “memória social” e “memória pública” para afirmar não ser possível a existência de apenas uma memória coletiva, visto que as memórias estão sempre em disputa e negociação. Tal disputa se dá muitas vezes no campo da linguagem. Desse modo, a memória pública é constituída pelo

⁹ Bolsonaro foi deputado federal por sete mandatos antes de ser eleito presidente.

entrelaçamento de tradições e memórias individuais, afetadas pela prerrogativa de algumas vozes não só mais poderosas, mas também com mais acesso às arenas públicas.

É importante considerar nesse enredo que o Brasil optou historicamente por adotar em suas transições – em geral longas e controladas – a postura do apaziguamento focado no apagamento das memórias traumáticas e na manutenção de alguns atores políticos no poder, de modo a tornar as transições pactuadas. Ou seja, não houve propriamente enfrentamento e rupturas significativas, mas sim pactos dos grupos dominantes, que, em nome da ordem e da governabilidade, estabeleceram estratégias de conciliação com o passado baseadas no esquecimento institucionalizado.

Segundo Jelin (2017), como os processos de construção da memória estão sempre abertos e nunca terminados, os atores políticos costumam lançar na esfera pública narrativas sobre o passado e lutar por impor sua versão como dominante. Todavia, essas disputas são constantemente identificadas e questionadas. É também por isso que leis de anistia, comissões da verdade, datas comemorativas e monumentos não representam algo acabado e unívoco, estando sempre passíveis de questionamentos e ressignificações.

Como toda “memória impedida”¹⁰, usando o termo adotado por Ricœur (2007), a memória da ditadura é traumática e representa uma ferida, interferindo nos mecanismos de memória e esquecimento, por não ter sido processada. Porém, as tentativas de apagamento público das memórias do golpe e da ditadura parecem surtir o efeito inverso do que desejam aqueles que almejam jogar para debaixo do tapete o que ocorreu: elas retornariam como “recalque”, nos termos de Freud, ou ressentimento, conforme Nietzsche. Para essas vertentes teóricas, o passado traumático precisa ser elaborado, passar por processo crítico e de ressignificação para que seja superado e, de certo modo, esquecido¹¹.

No Brasil, há indicativos de que o passado autoritário não tenha sido superado (Fico, 2014; Sanglard, 2017b; Schwarcz, 2019). Primeiro, porque não foi algo bem trabalhado socialmente, que tenha sido alvo constante de escrutínio público, aceito e enfrentado pelo Estado. A negação – dos abusos coloniais e dos privilégios das elites, do racismo e da ditadura – é apenas um sintoma desse processo. Segundo, porque não construímos ou investimos em espaços de rememoração desses episódios. Terceiro, porque limitamos a compreensão sobre quem são as vítimas, os afetados e os concernidos nos processos autoritários, fazendo com que setores significativos da sociedade não se considerem ou não sejam considerados atingidos por violações de direitos, ainda que tenham sido.

¹⁰ A ideia de “memória impedida” de Ricœur tem inspiração nas obras “Luto e melancolia” e “Recordar, impedir e elaborar”, de Freud. Essa abordagem sugere que algumas memórias não são processadas, mas sim inconscientemente repetidas. A resistência à lembrança desses traumas se manifesta pela (inconsciente) “compulsão à repetição” e só poderia ser vencida a partir de um trabalho de rememoração, semelhante ao trabalho de luto. Assim, o que Freud chama de superação do trauma, Ricœur apresenta como reconciliação com o passado.

¹¹ Esquecimento, nesse sentido, ganha conotação positiva e não representa um apagamento de rastros, uma falha humana ou incapacidade, mas sim a potencialidade de construir uma memória capaz de promover um esquecimento salutar, um esquecimento de reserva. Ou seja, as memórias seriam trabalhadas de tal modo que não mais precisariam ser constantemente repetidas, pois ficariam à disposição para ser acionadas quando necessário.

Esse processo explica algumas das razões que levam a ser socialmente aceito o discurso de atores políticos e formadores de opinião que consideram o retorno do autoritarismo, ou até mesmo da ditadura, uma opção viável. Opção nostálgica, ou seja, uma retrotopia, já que seleciona um passado político que não se ancora em fatos reais, mas que é imaginado como uma utopia e, portanto, idealizado por alguns atores, para quem a narrativa produzida é adequada a seus interesses. Esse impulso se dá mesmo após a divulgação de um relatório público, produzido pela CNV por determinação do Estado, que aponta as graves violações de direitos humanos cometidas no regime ditatorial. A democracia, nesse sentido, parece ser algo que pode ser relativizado e que não merece ser defendido. A ditadura, apesar dos males que ocasionou, é vista, sob essa perspectiva, como algo que teria livrado o Brasil de um “mal maior”.

Passado e presente: comemorando a ditadura

Em 1965, as solenidades de comemoração do primeiro ano do golpe reuniram personagens distintos – governo, militares, sociedade civil, Igreja –, apoiadores do regime que consideravam uma “revolução”, e receberam ampla cobertura. Ordens do dia lidas pelos ministros militares, missas, participação do presidente da República. A partir de então os eventos se tornaram regulares, repetindo-se anualmente em diversos estados e em diferentes escalas, e configurando um ritual político em tempos autoritários que a imprensa transformou em notícia. Tratava-se de uma ocasião privilegiada em que o governo falava de si. Essa dimensão simbólica uniu dois discursos – um sobre o regime (os militares enquanto governo) e outro sobre a instituição militar – e foi uma alternativa para que os militares criassem legitimidade para o regime, a partir, por exemplo, de discursos que enfatizavam coesão e democracia, uma vez que a ditadura nunca foi assumida como tal.

Do ponto de vista jornalístico, na cobertura das “comemorações” da data ocorridas ainda durante a ditadura, a voz do jornalista ocupou espaço reduzido – a reprodução na íntegra dos discursos dos presidentes e dos ministros militares e a descrição dos eventos, embora, no caso de *O Globo*, sempre acompanhadas de editoriais que defendiam o movimento militar (Gagliardi, 2014). Na cobertura, a imprensa assumiu por algum tempo a função de anais, embora ainda assim estivesse fornecendo visões de mundo (Schudson, 1993). No espaço editorial, o golpe era anualmente festejado na voz do jornal, que bradava que este teria salvado o Brasil de uma suposta ameaça comunista personificada em João Goulart¹².

Além desses espaços, dos editoriais, da publicação de discursos e das notícias factuais, houve outros como citação de falas oficiais (de forma recortada) e entrevistas (respostas dos presidentes a perguntas enviadas com antecedência por jornalistas), conforme categorias sugeridas por Gagliardi (2014), que também apontavam para a

¹² Um dos diversos exemplos é o editorial de *O Globo*, em 1/4/1969, publicado na primeira página do jornal.

reprodução de falas do governo. No final dos anos 1970, há uma mudança na cobertura realizada por *O Globo*, que passa a apresentar mais matérias interpretativas, reforçando a posição dos jornalistas enquanto analistas do mundo político (Schudson, 1993).

Nos anos 1980, após o fim da ditadura, o espaço dedicado ao evento diminuiu, mas as cerimônias comemorativas continuaram a ser cobertas. Só então se passa a mencionar a repressão, as mortes sob tortura e a Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979). Na década seguinte, a cobertura perde ainda mais espaço e, em alguns anos, a efeméride não é sequer mencionada, mas, ainda assim, o jornal *O Globo* continua não empregando os termos golpe e ditadura (Gagliardi e Sanglard, 2015). Nos anos 2000, com exceção dos 40 anos, em 2004, a ditadura continuou como um tópico pouco discutido na imprensa.

Cabe aqui lembrar que em 2009, num editorial sobre o referendo que possibilitou reeleição ilimitada ao então governante da Venezuela, Hugo Chávez, a *Folha* criou um neologismo – ditabranda – para qualificar a ditadura brasileira como branda, se comparada a outras da América Latina no período. Ao editorial, seguiram-se críticas dos leitores e da blogosfera. “A maior parte desse conteúdo enfatiza o papel do jornal como colaborador do regime. O termo foi recebido pelos críticos como uma tentativa de relativizar a história, que o jornal estaria tentando camuflar, esquecer e apagar” (Dias, 2014, p. 13). É possível conjecturar que parte da ampliação da cobertura da *Folha* quanto às questões envolvendo a ditadura militar tem como base um esforço para anular o mal-estar impingido por esse infeliz neologismo.

Uma considerável mudança acontece no início da década seguinte. Em 2011, no primeiro ano de governo de Dilma Rousseff, o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, determinou às três Forças que não houvesse qualquer ato exaltando a data. Nesse contexto, o então comandante do Exército, Enzo Peri, determinou que fosse cancelada a palestra que o general Augusto Heleno, então diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, faria sobre a “contrarrevolução que salvou o Brasil”. Vinte e seis anos depois a efeméride continuava sendo notícia, mas com a novidade de um general ter sido proibido de comemorá-la. Em *O Globo*, a ênfase dada ao caso recaiu não sobre os crimes da ditadura, mas sobre a questão hierárquica – o verbo calar e sua aplicação a um general (Maltchik, 2011; Éboli, 2011). Agora a disputa pela memória sobressai.

Com a instalação da CNV em 2012 e seus dois anos e sete meses de atuação, a temática começa a ser mais recorrente nos jornais brasileiros, e não apenas nas efemérides, tendo seu ápice em 2014. A “comemoração” do 31 de março também foi se tornando um evento restrito aos militares da reserva do Clube Militar. Os termos golpe e ditadura se consolidam majoritários na cobertura dos aniversários, indicando um posicionamento editorial que prefere as terminologias acusatórias às amenizadoras¹³.

Todavia, apenas em 2013, quase 50 anos depois, *O Globo* pede desculpas pelo

¹³ A exceção nesse caso é *O Estado de S. Paulo*, que não fez na ocasião a mesma revisão sobre o apoio ao golpe de 64 e cujos editoriais ainda utilizam termos amenizadores, como “movimento civil-militar”, para se referir ao episódio (para mais, ver Sanglard, 2017a).

apoio que deu aos militares em 1964. Em 30 de março de 2014, foi a vez de a *Folha de S. Paulo* assumir em editorial que o apoio ao golpe havia sido um erro. Apesar da relevância de tal reconhecimento, o veículo relativizou os danos causados pela ditadura, apontando o crescimento econômico e “outros avanços” para justificar que, à época, o apoio parecia ser a melhor escolha.

Ao analisar o caderno especial “Tudo sobre a Ditadura Militar”, publicado pela *Folha* em decorrência dos 50 anos do golpe, em 2014, Macedo (2018) identifica que esse “tudo” prometido pelo jornal não é algo alcançável e que, mesmo tendo havido ampliação do espaço dedicado à temática e distintos pontos de vista na cobertura, a *Folha* tenta fazer de sua versão e narrativa a totalidade do que a ditadura representou, tornando invisibilizadas tantas outras perspectivas.

A eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 constitui outro marco nessa história. Em polo oposto ao de Dilma, que foi militante torturada durante a ditadura, Bolsonaro é um capitão reformado do Exército e construiu sua popularidade em torno de uma agenda conservadora de ultradireita. Um enérgico apoiador dos episódios de 1964, o presidente considera que não houve ditadura no Brasil, minimiza as consequências da intervenção militar para o processo democrático e é figura historicamente presente nas solenidades comemorativas. Em seu primeiro ano de governo, ao contrário de Dilma, Bolsonaro recomendou que os quartéis celebrassem o 31 de março (G1, 2019a). Com base nessa “novidade”, nossa hipótese neste artigo é que houve nesse período a presença de discursos impregnados do sentimento de nostalgia, diferindo-se, nesse sentido, das declarações retratadas pela mídia nos governos anteriores. No tópico a seguir, analisamos a cobertura concedida por *O Globo* e pela *Folha* à data, que mais uma vez ganhou expressividade pelo contexto particular.

O Globo, Folha e o aniversário do golpe em 2019

Com o objetivo de verificar e compreender se o sentimento de nostalgia da ditadura está presente nas narrativas jornalísticas e no discurso dos atores políticos que ganham destaque midiático na data, nesse novo contexto particular, consideramos como material empírico de nossa análise os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, dois representantes tradicionais da grande imprensa. A coleta foi realizada extraindo-se materiais publicados no primeiro caderno dos dois veículos, entre 26 de março e 2 de abril de 2019, incluindo o conteúdo noticioso e opinativo. Tal recorte resultou em *corpus* com 69 narrativas jornalísticas.

A escolha de *O Globo* e *Folha de S. Paulo* se justifica por serem dois periódicos de circulação nacional, estarem entre os de maior circulação, conforme o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), e terem sede em cidades distintas, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. O recorte temporal contempla uma semana de cobertura, considerando os dias imediatamente anteriores e posteriores à data de aniversário do golpe de 64, indo de 26 de março a 2 de abril.

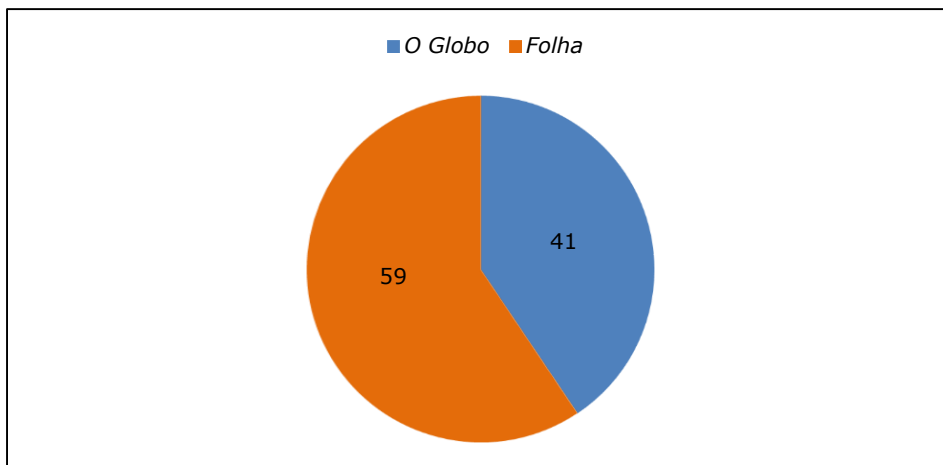
O método da análise de conteúdo (Krippendorff, 1990; Bardin, 2008) é utilizado por possibilitar o tratamento quantitativo e qualitativo dos dados e ser voltado à análise sistemática de grande quantidade de textos, de modo a proporcionar inferências que possam ser reproduzidas, utilizando o conteúdo manifesto, mas sem desconsiderar o contexto.

O *corpus* foi codificado em 21 categorias: veículo, data, página, título, autor, menção na capa, editoria/caderno, gênero do texto¹⁴ (opinativo ou informativo), formato (nota, notícia, reportagem, artigo de opinião, editorial, outros), tamanho, imagem (foto, infográfico, ilustração, misto, outras), tipo de foto (atual ou histórica), quem aparece na imagem, contextualização histórica, fontes, como o golpe de 1964 é nominado, como a ditadura é nominada, expressão de nostalgia, fontes/personagens que expressam nostalgia (reflexiva, restauradora ou retrotopia), quem manifesta nostalgia, menção crítica ou relativizadora da comemoração.

A partir da categorização e codificação, a análise foi realizada com o auxílio do *software* estatístico SPSS. Os resultados apontam que, das 69 narrativas, 41 foram publicadas pela *Folha*, o que representa 59% (Gráfico 1). A maior parte do conteúdo (68%) não foi mencionada na capa, o que indica que, embora a temática seja relevante, nem sempre mereceu o destaque de constar da primeira página dos jornais.

Proporcionalmente, a *Folha* garantiu mais destaque à temática ao dedicar mais espaço não apenas no interior das edições, mas também na capa. Na semana analisada, a *Folha* dedicou espaço em três capas ao tema (Figura 1), já *O Globo* mencionou os 55 anos do golpe em duas (Figura 2).

Gráfico 1
Quantidade de narrativas publicadas por veículo (%)



Fonte: Elaboração própria.

¹⁴ Sabendo das divergências conceituais acerca das classificações dos conteúdos jornalísticos em formatos e gêneros, optamos por usar a classificação de Melo e Assis (2016), mas não consideramos os gêneros diversional, interpretativo e utilitário.

Figura 1
Reprodução das capas da Folha



Fonte: Folha de S. Paulo, 28/3/2019, 31/3/2019 e 1/4/2019, na ordem em que aparecem as capas.

Figura 2
Reprodução das capas de O Globo



Fonte: O Globo, 31/3/2019 e 1/4/2019, na ordem em que aparecem as capas.

Todavia, em nenhuma das edições a temática foi manchete e, em geral, as chamadas foram dispostas na metade inferior das capas. Notou-se também que nenhuma narrativa ocupou sozinha uma página inteira dos dois jornais, embora o assunto tenha ocupado página inteira – com mais de uma narrativa – em algumas ocasiões, como ocorreu nas páginas A8, de 30 de março, e A6, de 1º de abril (Figura 3), da *Folha*.

Figura 3 Página inteira da *Folha* dedicada à temática

A6 SEGUNDA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2019

poder

FOLHA DE SP PAULO ***

Golpe de 64 é alvo de protestos pelo país; Paulista tem confusão

Grupos rivais se confrontaram em avenida; um manifestante foi preso, diz PM

55 ANOS DO GOLPE

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Manifestantes se reuniram nas ruas de capitais brasileiras neste domingo (31) em protestos contra o golpe de 1964. Os principais atos foram em São Paulo, onde os manifestantes se reuniram na avenida Paulista e no parque Ibirapuera, e no Rio, concentrado na Cinelândia. Ato final da manifestação na Paulista, houve confronto entre grupos rivais em frente ao prédio da Fiesp (Federação das Indústrias). Militantes favoráveis à intervenção militar se disseram provocados por manifestan-

tes contra a ditadura, resultando em trocas de insultos e agressões. No confronto, que envolveu cerca de 50 pessoas, foram usados como armas caibos de madeira e uma pistola "taser", de eletrochoque. Um dos feridos foi o assessor parlamentar Leandro Mohallem, que trabalhava para a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP). Segundo nota divulgada pela deputada, Mohallem foi atingido por trás na cabeça e caiu no chão, mas o agressor continuou chutando sua cabeça e costas. O assessor foi levado ao hospital da Barra Funda pela PM, onde levou pontos e ficou sob observa-

ção. Segundo a Polícia Militar, o agressor foi preso. Nas capitais, os manifestantes foram contra a ditadura. "Descomemurar" o golpe com cultura e silêncio foi o espírito do ato na praça da Paz, no Par- que Ibirapuera, que recordou os desaparecidos da ditadura militar e fez contraponto às declarações do presidente Jair Bolsonaro que encorajam celebrações da data. O ato, intitulado Caminhada do Silêncio, começou por volta das 18h com apresentações musicais e literárias que evocaram críticas à ditadura militar e a Bolsonaro. Por volta das 19h, começou uma caminhada até o Monumento aos Mortos e de

suparecidos Políticos, inaugurando o parque em 2014, com todo o público em silêncio nas calçadas e percursos. O MBL (Movimento Brasil Livre) de São Paulo, que comandou manifestações nos últimos anos contra a esquerda, lançou durante a tarde uma nota em que repudiava "falsas insinuações ao regime militar brasileiro". No Rio, o ato teve protesto contra Bolsonaro e pela libertação do ex-presidente Lula, preso em Curitiba há um ano. Houve também lembranças a vereadora Marielle Franco, assassinada em fevereiro de 2018, e destes contra a reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro.

Planalto e filho de Bolsonaro divulgam vídeo que celebra 64

BRASILIA O Planalto divulgou neste domingo (31) em um de seus canais oficiais de comunicação um vídeo que comemora o golpe de 1964, que resultou em uma ditadura militar de 21 anos no Brasil. Filho do presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) também compartilhou as mesmas imagens em suas redes sociais. "Num dia como hoje o Brasil foi libertado. Obrigado militares de 64! Du-

vida? Pergunte aos seus pais ou avós que viveram aquela época como foi?", escreveu. O vídeo traz um homem segurando a bandeira do Exército em 31 de março de 1964, quando foi deposto o então presidente João Goulart. "Foi aí que com clamor por jornais, rádios, TV e principalmente pelo povo na rua, que o Brasil tornou-se uma democracia", diz o vídeo. O vídeo também afirma que o Exército salvou a democracia. "Não dá para mudar a história", afirma. Sem logomarca do Planalto ou de outro órgão do governo, o vídeo foi divulgado por meio de uma lista de transmissão destinada a jornalistas. O número não foi utilizado pela assessoria de imprensa do Planalto para divulgação de agenda do presidente, mas sim um para envio de comunicados para o público externo. A assessoria de imprensa do Planalto confirmou o envio do vídeo à decisão da Justiça de sábado (30) de derrubar limitações que proibiam a divulgação da comemoração do golpe. Angela Holdrin



Fui torturado pela ditadura. É isso que Bolsonaro quer celebrar?

DEPOIMENTO

Paulo Coelho
Escritor, autor de O Alquimista, também atua como compositor para artistas como Raul Seixas e Rita Lee

No dia 28 de maio de 1974, um grupo de homens armados invadiu meu apartamento. Começaram a revistar gavetas e armários — não sei o que está procurando, mas apenas um compositor de rock. Um deles, mais gentil, pede que eu acompanhe "apenas para escrever algumas coisas". O vizinho e tio do amigo de minha família, que entra em desespero. Todo mundo sabia o que o Brasil vivia naquele momento, mesmo que nada fosse publicado nos jornais.

Sou levado para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), fechado e fotografado. Pergunto o que fiz,

e ele diz que ali quem pergunta são eles. Um tenente me faz umas perguntas soltas e me deixa ir embora. Oficialmente já não sou mais preso; o governo não é mais responsável por mim. Quando saio, o homem que me levava ao Dops sugere que tomemos um café juntos. Inesquecível, escolho um táxi e abro gentilmente a porta. Entro e peço para que vá até a casa de meus pais — espero que não saibam que aconteceu.

No caminho, o táxi é fechado por dois carros de dentro de um deles sai um homem com uma arma na mão e me puxa para fora. Caio no chão, sinto o cansa da alma na minha boca. Olho um hotel diante de mim e penso: "Não posso morrer tão cedo". Então em uma espécie de delírio não sinto medo, não sinto nada. Conheço as histórias

de outros amigos que desapareceram, sou um desaparecido, minha última visão será a de um hotel. Ele me levanta, me coloca no chão do seu carro e pede que eu coloque um capuz. O carro roda por talvez meia hora. Deven estar escolhendo um lugar para me esconder — mas continuo sem sentir nada, estou confiante do meu destino. O carro para. Sou retirado e espancado enquanto ando por aquilo que parece ser um corredor. Grito, mas as investigações não ouvindo, porque eles também estão gritando. Terrorista, dizem. Merece morrer. Está lutando contra seu país. Vai morrer devagar, mas antes vai sofrer muito. Parado sozinho, meu instinto de sobrevivência começa a reatar aos poucos.

Sou levado para sala de tortura, com uma soleira. Tropeço na soleira porque não consigo ver nada: peço que não me empurrem, mas recebo um soco pelas costas e caio. Começo a interrogatório com perguntas que não sei responder. Vendo para quem delinquentes de quem nunca ouvi falar. Dizem que não

quero cooperar, jogam água no chão e colocam algo no meu pé, e posso ver por de baixo do capuz que é uma máquina com eletrodos que são ligados nos meus genitais. Entendo que, afinal, não preciso fazer isso, confesso o que quiser, assim não mandam. Mas eles não se contentam. Então, de repente, começo a gritar minha pele. Tiro pedaços de mim mesmo. Os torturadores devem ter se assustado quando me veem coberto de sangue: posso depois me desmaiar em paz. Dizem que posso tirar o capuz quando escuto a porta bater. Tiro o capuz e vejo que estou em uma sala à prova de som, com paredes de tijolos nas paredes. Por isso a soleira.

No dia seguinte, outra sessão de tortura, com as mesmas perguntas. Repito que assim o que desejarem, mas não quero. Eles dizem que não sei responder. Vendo para quem delinquentes de quem nunca

ouvi falar. Dizem que não quero cooperar, jogam água no chão e colocam algo no meu pé, e posso ver por de baixo do capuz que é uma máquina com eletrodos que são ligados nos meus genitais. Entendo que, afinal, não preciso fazer isso, confesso o que quiser, assim não mandam. Mas eles não se contentam. Então, de repente, começo a gritar minha pele. Tiro pedaços de mim mesmo. Os torturadores devem ter se assustado quando me veem coberto de sangue: posso depois me desmaiar em paz. Dizem que posso tirar o capuz quando escuto a porta bater. Tiro o capuz e vejo que estou em uma sala à prova de som, com paredes de tijolos nas paredes. Por isso a soleira.

No dia seguinte, outra sessão de tortura, com as mesmas perguntas. Repito que assim o que desejarem, mas não quero. Eles dizem que não sei responder. Vendo para quem delinquentes de quem nunca

ouvi falar. Dizem que não quero cooperar, jogam água no chão e colocam algo no meu pé, e posso ver por de baixo do capuz que é uma máquina com eletrodos que são ligados nos meus genitais. Entendo que, afinal, não preciso fazer isso, confesso o que quiser, assim não mandam. Mas eles não se contentam. Então, de repente, começo a gritar minha pele. Tiro pedaços de mim mesmo. Os torturadores devem ter se assustado quando me veem coberto de sangue: posso depois me desmaiar em paz. Dizem que posso tirar o capuz quando escuto a porta bater. Tiro o capuz e vejo que estou em uma sala à prova de som, com paredes de tijolos nas paredes. Por isso a soleira.

No dia seguinte, outra sessão de tortura, com as mesmas perguntas. Repito que assim o que desejarem, mas não quero. Eles dizem que não sei responder. Vendo para quem delinquentes de quem nunca



Logo do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SINPROJ). Além de atuar como entidade de classe, também atua como compositor para artistas como Raul Seixas e Rita Lee. Foto: Reprodução/Arquivo da Folha de São Paulo. Foto: Reprodução/Arquivo da Folha de São Paulo.

Fonte: Folha de S. Paulo, 1/4/2019.

O tamanho mais frequente dedicado ao tema por *O Globo* foi um quarto de página (que ocorreu em oito narrativas). Já na *Folha*, a maior frequência foi de dois terços de página (nove narrativas) e um terço de página (oito narrativas).

Considerando as editoriais, 77% dos textos foram publicados em “País” (*O Globo*) e “Poder” (*Folha*), que se equivalem por tratarem de política, 27% estavam nas páginas de “Opinião” e o restante, em “Mundo” e “Cotidiano”. Isso revela que o tema ainda é tratado predominantemente pelo enfoque político. Cabe ressaltar que, apesar de não terem sido foco desta análise, narrativas sobre a temática também foram publicadas para além do primeiro caderno, como, por exemplo, nos cadernos de cultura.

Em relação aos gêneros jornalísticos, pode-se afirmar que houve um equilíbrio nos dois periódicos, visto que 53% são narrativas informativas, enquanto 46% são opinativas (Quadro 1). Mesmo nas seções noticiosas foram encontrados textos de opinião, como os boxes editoriais usados com recorrência por *O Globo*.

Quadro 1
Quantidade de narrativas por gênero

Informativo	37	Nota	2
		Notícia	22
		Reportagem	13
Opinativo	32	Artigo de opinião	23
		Editorial	3
		Nota	4
		Outros	2
Total			69

Fonte: Elaboração própria.

O modo como o golpe e a ditadura foram nomeados nas narrativas também foi observado. Os resultados demonstram que 81% delas utilizaram o termo golpe, 4% usaram apenas 1964 e 14,5% não mencionaram o termo. Em 68% do material analisado, a ditadura foi nomeada por termos acusatórios, que remetem ao caráter opressivo do regime – como ditadura, ditadura militar, regime autoritário, autoritarismo etc. – e apenas em uma narrativa foram encontrados somente termos amenizadores – como regime, regime militar, movimento civil-militar. Em 10% das narrativas, houve ocorrência mista, dos dois tipos de termos, nos casos em que, em geral, os jornalistas precisam usar sinônimos para não repetir a mesma palavra e não se preocupam com o rigor da nomenclatura. Isso revela que os dois veículos seguem a tendência observada por análises anteriores (Sanglard, 2017b) de nomear os episódios respeitando os fatos históricos e utilizando preferencialmente os termos acusatórios.

Em relação à contextualização histórica, 50% dos textos da *Folha* e 30% dos de *O Globo* fazem uso desse artifício. A *Folha*, inclusive, criou um chapéu intitulado 55 anos do golpe, marcando cada matéria sobre a temática, incluindo um box com uma linha do

tempo dos acontecimentos pré-1964. Quando as variáveis gênero/formato e presença de contextualização histórica são cruzadas, é notório que tal contextualização ocorre predominantemente nos artigos de opinião, ficando a cargo especialmente dos colunistas desempenhar essa missão, enquanto os demais conteúdos informativos são predominantemente factuais e se enquadram no formato notícia.

Imagens foram usadas em 31 narrativas (45%), o que demonstra destaque atribuído à quase metade do material em questão. Dessas imagens, há 21 fotos, um infográfico e nove ilustrações (o que inclui duas charges). Todavia, quando se analisa quem estava nas imagens, um aspecto chama a atenção: a presença de militares, do presidente Jair Bolsonaro e de seus ministros. Juntos, eles apareceram em 15 das 31 narrativas com imagem, o que representa 50%. Já fotografias de manifestantes contra a ditadura foram utilizadas em seis narrativas (34%) e de manifestantes a favor, em quatro (13%). Isso revela como, ao polemizar sobre a “comemoração” do golpe, o presidente conseguiu de algum modo se colocar no centro do noticiário, que acabou dedicando menos espaço a outros enfoques.

A análise constatou que, de modo geral, os textos não apresentaram sentimento de nostalgia. Isso nos indica que não há um alinhamento dos veículos com a expressão nostálgica, que irá aparecer restrita às fontes e personagens que constam das matérias, não sendo a fala preponderante (cerca de 45% se manifestam dessa maneira). Dos que assim o fazem, 75% se valem da retrotopia (Figura 4); quase 19%, da nostalgia restaurativa (Figura 5); e apenas 6%, da reflexiva. Se juntarmos as manifestações de retrotopia e nostalgia restaurativa, teremos 94% das declarações ancoradas num tipo de nostalgia que deseja restabelecer o passado (mesmo que ele não tenha acontecido como se imagina) e não apenas lamentar a sua perda.

Figura 4
Exemplo de retrotopia

A10 TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2019 **FOLHA DE S. PAULO** ★★

poder

Bolsonaro determina 'comemoração devida' dos 55 anos do golpe militar

Segundo porta-voz, presidente quer que militares lembrem a data, que saiu do calendário com Dilma

55 ANOS DO GOLPE

Talita Fernandes e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O porta-voz da Presidência, general Otávio Régio Barros, afirmou nesta segunda-feira (25) que o presidente Jair Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa que sejam feitas comemorações em unidades militares em referência a 31 de março de 1964, data que marca o golpe que deu início à ditadura militar no Brasil.



O caminho até o golpe

13.mar.64 Em comício na Central do Brasil, no Rio, presidente João Goulart defende nacionalização das refinarias e reforma agrária, o que irrita os militares

19.mar Milhares vão às ruas de SP na Marcha da Família

20.mar Em circular, general Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, trata as ações de Jango como

ra o 31 de Março de 1964 golpe militar. Ele considera que a sociedade reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país num rumo que salvo melhor juízo, se tudo isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém", afirmou.

Com a vitória de Bolsonaro, as Forças Armadas avallam agora reincluir o 31 de Março no calendário oficial do Exército. Procurado pela **Folha**, o Ministério da Defesa disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que por enquanto "não dispõe de informações a respeito".

Neste ano, ao menos três estabelecimentos militares incluíram a efeméride em seus calendários, como o dia da "Revolução Democrática de 1964"; a Escola Preparatória

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 26/3/2019, p. A10.

Figura 5
Exemplo de nostalgia restaurativa

Líder do governo, que já criticou 64, agora celebra comemoração da data

DIMITRIUS DANTAS
dimitrius.dantas@op.org.br
São Paulo

Líder do governo no Congresso Nacional, a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP) celebrou em suas redes sociais a decisão do presidente Jair Bolsonaro de comemorar o golpe militar de 1964. Parlamentares de oposição rebastraram a publicação, e a hashtag #DitaduraNuncaMais tornou-se ontem um dos temas mais comentados do Twitter.

Em sua publicação, Joice disse que essa seria a "retomada da narrativa verdadeira de nossa História". Durante o período, os governos militares fecharam o Congresso Nacional, cassaram direitos políticos, perseguiram e torturaram adversários políticos e censuraram órgãos de imprensa.

A opinião da deputada, no entanto, sobre o golpe militar de 1964 era bem diferente há cinco anos. No dia 24 de março de 2014, a parlamentar postou o seguinte tuite: "50 anos do golpe militar: dez razões para não ter saudade da ditadura". A frase era seguida de um link que direcionava os internautas para uma página do site "blogda-joice.com", retirada do ar.

A publicação desta semana de Joice sobre 1964 repercutiu na internet. O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou na rede que a ordem dada para que as Forças Armadas celebrem o golpe é mais um erro de Bolsonaro: "É mais um vexame e uma prova do caráter fascista de Jair Bolsonaro, mas é também uma tentativa de tirar o foco da sua própria incompetência e do fracasso que é o seu governo, que está derretendo antes de completar 100 dias".

Já a deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP) publicou no Twitter críticas a Joice acompanhadas de imagem do jornalista Vladimir Herzog após sua morte em uma das celas do DOI-Codi de São Paulo.

Fonte: *O Globo*, 27/3/2019, p. 10.

Quadro 2
Formatos X ocorrência de expressão de nostalgia

Formato	Reflexiva	Restaurativa	Retrotopia	Não há	Total
Nota	1	1	1	3	6
Notícia	0	2	11	9	22
Reportagem	0	2	4	7	13
Artigo Opinião	1	1	7	14	23
Editorial	0	0	1	2	3
Outros	0	0	0	2	2
Total	2	6	24	37	69

Fonte: Elaboração própria.

Também é nas notícias que a retrotopia aparece mais frequentemente, com um percentual de 45%. Embora haja mais textos jornalísticos sem expressão de nostalgia, quando observados os formatos, vamos identificar que há mais notícias com expressão de nostalgia, seja de que tipo for (Quadro 2).

Essa percepção torna-se ainda mais delicada quando cruzamos as categorias de contextualização histórica com a expressão de nostalgia pelas fontes. Das 24 narrativas em que os personagens demonstraram retrotopia, apenas 9 tinham contextualização histórica, ou seja, 62% dessas manifestações foram feitas sem que o texto se preocupasse em apresentar o contexto do golpe. É um *modus operandi* semelhante ao encontrado quando cruzamos a existência de contextualização com a menção crítica ou relativizada à proposta de comemoração do governo.

Quadro 3
Contextualização histórica X menção crítica à proposta de comemoração

Contextualização histórica?	Apenas cita informação	Crítica de modo raso	Crítica de modo contextual	Não se aplica	Total
Não	12	14	6	4	36
Sim	13	0	14	6	33
Total	25	14	20	10	69

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, mesmo sem a contextualização histórica com relação ao golpe de 1964, quando cotejamos as categorias “expressão de nostalgia pelas fontes” e “menção crítica ou relativização da proposta de comemoração”, o resultado aponta para um esforço dos veículos em criticar a proposta e contextualizar a questão. Assim, 54% das manifestações de retrotopia por parte das fontes contam com textos jornalísticos mais críticos quanto à ideia de comemoração dos 55 anos do golpe.

Por fim, parece-nos relevante destacar que, numa comparação entre os posicionamentos dos veículos em relação à comemoração dos 55 anos do golpe, a *Folha* adota postura mais crítica que *O Globo*, ainda que, em 39% das narrativas, não haja menção à proposta de comemoração e, portanto, não tenha havido crítica. Mesmo

considerando que 34% das matérias do jornal paulistano apenas apresentam a informação, um percentual bem próximo, quase 32%, critica a proposta e contextualiza a questão. Em *O Globo*, a proporção é diferente. Cerca de 39% se limitam a mencionar o fato, seguidos de aproximadamente 36% que criticam a proposta de modo raso e 25% que criticam a proposta fazendo contextualização.

Análise qualitativa do corpus

Na cobertura dedicada por *O Globo* à data, Bolsonaro é o principal personagem. As narrativas publicadas são, em grande parte, impulsionadas por suas declarações – de que o 31 de março deveria ser comemorado e de que ele não considerava ter existido ditadura – e por críticas feitas a elas por diversos personagens, sejam autores de colunas, sejam outras fontes, como o Ministério Público Federal (MPF) ou o presidente chileno Sebastian Piñera.

Ainda que Bolsonaro seja o principal personagem dos textos jornalísticos da *Folha*, assim como acontece em *O Globo*, bem como o agente que estabelece essa agenda no noticiário, identificamos algumas diferenças no trato da questão. A primeira delas diz respeito ao volume de notícias, reportagens e artigos de opinião. Enquanto *O Globo* publicou 28 textos, a *Folha* editou 41.

No que diz respeito à contextualização histórica, também houve diferenças. No jornal carioca, tais contextualizações são passageiras e ressaltam pontualmente aspectos ditatoriais institucionalizados depois de 1964, como cassações, perseguições, tortura, censura e prisões políticas. Já na *Folha*, essa contextualização é feita de modo mais consistente, incluindo linhas do tempo do golpe, lista de perguntas e respostas sobre o golpe e suas consequências para o país. A *Folha* também publica matérias contextuais sobre temas específicos da ditadura, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), análise de livros didáticos sobre divergências na forma como aparece o suporte civil ao golpe ou, ainda, sobre expectativas da CIA com relação ao desfecho dos governos militares após o golpe.

Outro ponto a se destacar é o modo como são apresentados tons distintos no governo sobre o 31 de março. Em *O Globo*, o ministro da Defesa, Azevedo Lima, é apontado como uma voz moderada no governo, destoando do presidente por falar em “transição para a democracia” e por dizer que “comemoração” não é o termo mais adequado, e sim lembrança, por se tratar de uma “data histórica”. A fala do ministro permite perceber um conflito entre nostalgia e memória. Na mesma narrativa, foi consultado o vice-presidente Hamilton Mourão, que tentou pacificar a ocorrência das comemorações afirmando que a ordem do dia seria conciliadora.

A *Folha*, da mesma forma, ressalta as disputas dentro do governo entre a ala militar e outros grupos, e como a ordem de Bolsonaro, de que o golpe deveria ser comemorado, teria sido criticada mesmo por seus apoiadores. O jornal também destaca a oposição à comemoração da ditadura por entidades e personagens (como a Defensoria Pública da

União e diplomatas) e críticas diversas a Bolsonaro. A *Folha* dá espaço à cobertura de protestos civis contra a comemoração, ao contrário de *O Globo*.

Embora tanto em um quanto em outro jornal haja predominância das vozes oficiais como fontes, são apresentadas vozes dissidentes, em notas, textos de opinião, análises de repórteres que aparecem como analistas ou críticos do período da ditadura e da decisão de Bolsonaro de celebrá-la. Ainda assim, nos dois jornais estão ausentes ou são minoritárias as vozes dos diretamente atingidos pela repressão. A exceção é um depoimento de Paulo Coelho (2019) sobre a tortura a que foi submetido.

Embora a nostalgia do presidente seja repreendida em *O Globo*, o jornal trata o assunto de forma econômica. Ele aparece exclusivamente no formato de críticas a medidas de personagens do governo (Bolsonaro, Damares Alves). Ou seja, ainda que criticadas, as vozes conservadoras e oficiais se sobrepõem à alternativa que seria evidente: não há narrativas com o outro lado diretamente atingido, como perseguidos e presos políticos durante a ditadura.

Na *Folha*, há matérias com tom mais crítico se comparadas às de *O Globo*, e a temática aparece em um editorial principal do jornal em que Bolsonaro é criticado especialmente por estimular a polarização e não o consenso – é, portanto, acusado (ali e em artigos de opinião) de agir de modo incompatível com o cargo que ocupa. *O Globo* não dedica um editorial principal a isso, embora tenha publicado alguns boxes editoriais em meio a matérias sobre o assunto.

O enquadramento privilegiado pelo jornal carioca é o de conflito, envolvendo especialmente a polêmica dentro da disputa pela memória: se a data deveria ou não ser comemorada, se houve ou não ditadura. Essa disputa inclusive é explicitada numa declaração de Bolsonaro, após ser confrontado por sua determinação de comemoração dos 55 anos do golpe, ao dizer que a intenção do governo era “rememorar” a data, e não comemorá-la. Chama a atenção que, após o presidente mudar o seu discurso, *O Globo* passe a adotar o termo “rememoração”. Ainda que as aspas marquem o tom crítico, a repetição do termo ameniza o episódio e dá espaço especialmente à versão de Bolsonaro. A *Folha* foca nas disputas dentro do próprio governo e produz uma cobertura mais ampla, com contextualizações, mais crítica e com mais destaques sobre aspectos da ditadura que se seguiu ao golpe.

De modo geral, chamar o que aconteceu em 1964 de golpe ou o regime instaurado de ditadura não são mais as questões em disputa: tornaram-se consenso em *O Globo* e na *Folha*. Em ambos os jornais, sobressaem as disputas pela memória dentro do próprio governo. Bolsonaro desponta como radical, sendo a representação da visão dos próprios militares sobre a data, eventualmente, construída como cautelosa. Embora as vozes oficiais não sejam as únicas a aparecer, como já dissemos, destacamos que a voz dos diretamente atingidos é silenciada.

Tais condições demonstram que não há uma memória coletiva sobre a ditadura, mas sim memórias em disputa. Apesar de majoritariamente haver algum consenso social de que os regimes autoritários ferem os direitos fundamentais dos cidadãos, a demora em

desenvolver políticas de memória e ações mais efetivas em prol da justiça de transição no Brasil abriu campo para que constantemente a memória pública mais progressista sobre o período seja confrontada, inclusive por agentes públicos. Apesar de o relatório da CNV ser o documento público e oficial produzido pelo Estado – com participação da sociedade e sustentado em depoimentos de testemunhas, pesquisas e documentos –, ainda não é possível considerar que tal avanço tenha sido impactante para a memória pública da ditadura. Obviamente contribui para o processo de tentativa de estabelecer tal memória, mas revela que foi insuficiente.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar as narrativas jornalísticas publicadas na ocasião dos 55 anos do golpe civil-militar de 1964 em dois dos principais jornais brasileiros, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, com o objetivo de verificar como esses dois veículos da grande imprensa abordam a data a partir, especialmente, do posicionamento do governo. Partimos da hipótese de que esses discursos estão impregnados do sentimento da nostalgia, diferindo, nesse sentido, das declarações consideradas pela mídia na cobertura dessa efeméride cinco anos antes. Com base no referencial teórico sobre memória e nostalgia, pretendeu-se entender como a ditadura é trazida ao presente, ressignificada e até mesmo considerada como opção viável a partir do discurso de autoridades políticas. Para isso, utilizamos como método a análise de conteúdo (Krippendorff, 1990; Bardin, 2008) aplicada às narrativas jornalísticas noticiadas pelos dois veículos no período entre 26 de março e 2 de abril de 2019.

Ainda que percebamos, em vários dos textos jornalísticos analisados neste artigo, a presença da nostalgia reflexiva ou restauradora, é como retrotopia que ela se manifestou de modo mais intenso – presente em 45% das notícias. Identificamos nas falas de diversos atores políticos – como Bolsonaro, seu filho Flávio e alguns ministros – esse desejo por um passado que se imagina utópico, que não aconteceu de fato, mas que seria, no imaginário nostálgico, fundamental para a formação de um presente positivo. É esse, por exemplo, o tom que encontramos em várias declarações que sentenciam que o golpe teria sido o responsável por livrar o Brasil de uma ditadura ou por impedir que o país se aproximasse do modelo da Venezuela.

Nessa perspectiva, a retrotopia avança para além da “rememoração”, para usar o termo que se fixou na cobertura, após Bolsonaro ajustar sua declaração inicial de determinação para a comemoração dos 55 anos do golpe civil-militar. O perigo da retrotopia consiste justamente no potencial que ela adquire de não se restringir a um sentimento nostálgico, mas de pretender remodelar a memória coletiva e se estabelecer como a verdade histórica.

As declarações retrotópicas que foram objeto desta análise apontam para essa intenção de “reescrever a história”, para que ela atenda às posições político-ideológicas do grupo que está no poder e também do grupo que se sente derrotado pelo fim da ditadura.

O que parece acalentador, nesse cenário, é que os dois principais veículos diários impressos do país não estão embalados no mesmo sentimento retróptico, ainda que percebamos a falta de pluralidade de vozes nas narrativas e as diferenças no modo de tratamento do fato entre a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Seja por meio da homenagem a agentes de Estado que atuaram na repressão e do incentivo à comemoração das violações dos direitos humanos representadas pelo golpe e pela ditadura, seja pela circulação de informações historicamente não comprovadas, o que se vê atualmente é um processo que envolve não apenas uma disputa de sentidos ou de narrativas, mas também uma política de ataque às instituições democráticas e à pesquisa no campo das humanidades e das ciências sociais, como forma de sustentar versões fantasiosas dos processos históricos. É justamente a identificação desses fatores que torna a pesquisa sobre as narrativas contemporâneas acerca dos aniversários do golpe de 1964 e, conseqüentemente, da ditadura ainda mais relevante.

Referências bibliográficas

APPADURAI, A. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUMAN, Z. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, e-book (kindle), 2017.

BOYM, S. *The future of nostalgia*. New York: Basic Books, 2001.

COELHO, P. "Fui torturado pela ditadura. É isso que Bolsonaro quer celebrar?". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º de abril de 2019. Poder, p. A.6.

DIAS, A. B. *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda"*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

ÉBOLI, E. "Após ordem de silêncio, general fica à vontade entre comando do exército". *O Globo*, p. 9, 2 abr. 2011.

FERNANDES, T.; URIBE, G. "Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz" (online). *Folha de S. Paulo*, 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. "Empresário diz que bancou vídeo sobre golpe de 64 divulgado pelo Planalto", 2 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/empresario-diz-que-bancou-video-sobre-golpe-de-64-divulgado-pelo-planalto.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

G1. "Presidente Bolsonaro manda quartéis celebrarem o 31 de março" (online), 25 mar. 2019a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/25/presidente-bolsonaro-manda-quarteis-celebrarem-o-31-de-marco.ghtml>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. "Vídeo que nega o golpe de 1964 é distribuído em canal de comunicação do Planalto" (online), 31 mar. 2019b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/31/video-que-nega-o-golpe-de-1964-e-distribuido-em-canal-de-comunicacao-do-planalto.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GAGLIARDI, J. "Mediando a 'revolução': a narrativa de *O Globo* sobre os aniversários do golpe durante o regime militar (1965-1984)". *Lumina*, vol. 8, nº 2, p. 1-35, 2014.

GAGLIARDI, J. "Um projeto de poder por vias não democráticas: *O Globo* e a narrativa do lulopetismo". Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Artes e Comunicação Social: Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

GAGLIARDI, J.; SANGLARD, F. "Traumatic past: *O Globo* newspaper coverage on the Brazilian military dictatorship". In: Global Fusion, Texas A&M University, College Station, Texas, 23-25 out. 2015.

GALTUNG, J.; RUGE, M. A estrutura do noticiário estrangeiro – A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002.

_____. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

KRIPPENDORFF, K. *Metodología de análisis de contenido*. Barcelona: Paidós, 1990.

MACEDO, C. S. "Tudo sobre a Ditadura Militar e, sobretudo, a ditadura militar: memória e esquecimento no jornal *Folha de S. Paulo*". Programa de Pós-Graduação em Comunicação: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MALTCHIK, R. "Exército manda que general se cale sobre 64". *O Globo*, p. 10, 1 abr. 2011.

MAZUI, G; BARBIERI, L. F. "Bolsonaro diz que texto a ser lido nos quartéis não tem objetivo de 'comemorar' golpe de 1964" (online). *G1*, 28 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/28/bolsonaro-diz-que-ordem-do-dia-nos-quarteis-nao-tem-objetivo-de-comemorar-golpe-de-1964.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MELO, J. M.; ASSIS, F. "Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório". *Intercom – RBCC*, São Paulo, vol. 39, nº 1, p. 39-56, jan.-abr. 2016.

NIEMEYER, K. O poder da nostalgia. In: SANTA CRUZ, L.; FERRAZ, T. (orgs.). *Nostalgias e mídia: no caleidoscópio do tempo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

OLIVEIRA, V. V. "Mídia, memória pública e Comissão Nacional da Verdade no Brasil". Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.

O GLOBO. "Cinco anos fecundos para o Brasil", 1 abr., p. 1, 1969.

POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-25, 1989.

_____. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANGLARD, F. N. "Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade". Programa de Pós-Graduação em Comunicação:

Tese de Doutorado, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017a.

SANGLARD, F. N. "Jornalismo e ditadura: análise da cobertura midiática durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade". *Anais do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política* (VII Compolítica), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 10-12 maio 2017b. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2017/06/SANGLARD_JORNALISMO-E-DITADURA.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTA CRUZ, L.; FERRAZ, T. A propósito da nostalgia. In: SANTA CRUZ, L.; FERRAZ, T. (orgs). *Nostalgias e mídia: no caleidoscópio do tempo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

SCHUDSON, M. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Editora Vega, p. 279-293, 1993.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. Vol. 12. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional*. Vol. 2. 2º ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Editora Vega, 1993.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 5º ed. Editorial Presença: Lisboa, 1999.

Abstract

Rememoration and retrotopia: Folha de S. Paulo and O Globo coverages of the 55th anniversary of the 1964 coup d'État

This article analyzes how two of the main vehicles of the great Brazilian press – *O Globo* and *Folha de S. Paulo* – addressed the 55th anniversary of the 1964 civil-military coup. It starts with a theoretical framework on memory and nostalgia and the analysis of content applied to journalistic narratives published between March 26 and April 2, 2019 to answer the following questions: Was there nostalgia in the narratives of political actors in relation to the dictatorship? How did journalistic narratives address this feeling and take a position on it? The results indicate the existence of disputed memories in relation to the dictatorship, which is evident in the speech of several actors. Although the vehicles do not align with the nostalgic sentiment, *retrotopia* was identified in 45% of the sources' statements and President Jair Bolsonaro was the main character of the news.

Keywords: nostalgia; 1964 coup d'État; journalism; *O Globo*; *Folha de S. Paulo*

Resumen

Rememoración y retrotopia: cobertura de Folha de S. Paulo y O Globo del 55º aniversario del golpe de 1964

Este artículo analiza cómo dos de los principales vehículos de la gran prensa brasileña, *O Globo* y *Folha de S. Paulo*, abordaron el 55 aniversario del golpe civil-militar de 1964. Tiene la intención de entender cómo, en un estado que dice ser democrático, la dictadura es llevada al presente, reformulada e incluso considerada como una opción viable desde el discurso del gobierno federal y sus representantes y qué papel asume el periodismo tradicional a este respecto. Partimos de un marco teórico sobre memoria y nostalgia y aplicamos el método de análisis de contenido a las narrativas

periodísticas publicadas por los dos medios en el período comprendido entre el 26 de marzo y el 2 de abril de 2019 para responder a las siguientes preguntas: Hubo nostalgia en las narrativas de los actores políticos con respecto a la dictadura? ¿Cómo abordaron las narrativas periodísticas este sentimiento? ¿Cómo se posicionó la producción periodística en esto?

Palabras clave: nostalgia; Golpe de 1964; periodismo; *O Globo*; *Folha de S. Paulo*

Résumé

Memoires et rétrotopie: Couverture de Folha de S. Paulo et O Globo du 55e anniversaire du coup d'État de 1964

Cet article analyse comment deux des principaux véhicules de la grande presse brésilienne – *O Globo* et *Folha de S. Paulo* – ont abordé le 55e anniversaire du coup d'État civilo-militaire de 1964. Il commence par un cadre théorique sur la mémoire et la nostalgie et l'analyse de contenu appliqué aux récits journalistiques publiés entre le 26 mars et le 2 avril 2019 pour répondre aux questions suivantes: Y a-t-il eu de la nostalgie dans les récits d'acteurs politiques par rapport à la dictature? Comment les récits journalistiques ont-ils abordé ce sentiment et pris position à ce sujet? Les résultats indiquent l'existence de mémoires contestés par rapport à la dictature, ce qui est évident dans le discours de plusieurs acteurs. Bien que les véhicules ne correspondent pas au sentiment nostalgique, la rétrotopie a été identifiée dans 45% des déclarations des sources et le président Jair Bolsonaro était le personnage principal des textes journalistiques.

Mots-clés: nostalgie; Coup d'État de 1964; journalisme; *O Globo*; *Folha de S. Paulo*

Artigo submetido à publicação em 15 de junho de 2020.
Versão final aprovada em 5 de fevereiro de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



Party cues no Brasil? Um teste crucial da capacidade do sistema de partidos brasileiro em influenciar a opinião pública

Wladimir Gramacho¹ 

Este artigo apresenta um teste crucial da teoria das pistas partidárias (*party cues*) ao investigar a associação entre as posições legislativas do sistema de partidos políticos brasileiro, numa dimensão governo-oposição, e a avaliação governamental feita por seus simpatizantes. O contexto do teste é o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marcado por sucessivas crises econômicas, o que tenderia a reduzir o poder de influência dos partidos sobre a opinião pública, frente ao tradicional poder explicativo das teorias do voto econômico e das funções de popularidade. Os resultados, baseados em modelos multiníveis a partir da análise de sete *surveys*, sugerem que as pistas partidárias funcionam inclusive num país como o Brasil e no contexto adverso escolhido nesse teste empírico. Os achados indicam ainda que as pistas partidárias são mais fortes segundo a relevância midiática de cada partido.

Palavras-chave: pistas partidárias; aprovação governamental; mídia; voto econômico; funções de popularidade; análise multinível

Introdução²

Este artigo apresenta um teste crucial da capacidade dos partidos políticos de influenciar as opiniões de seus simpatizantes, prevista pela teoria das pistas partidárias ou *party cues* (Ray, 2003; Edwards et al., 2005; Petersen et al., 2012; Dancey e Sheagley, 2013; Nicholson e Hansford, 2014; Bisgaard e Slothuus, 2018). Seguindo Eckstein (1975) e Rueschemeyer (2003), um teste crucial é determinado pela escolha de um *least likely case*, ou seja, um caso em que é menos provável a rejeição da hipótese nula. Se nesse cenário adverso a hipótese nula fosse rejeitada, ela também tenderia a sê-lo em contextos mais favoráveis. Em outras palavras, se os partidos políticos são capazes de influenciar as

¹ Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação. Brasília (DF), Brasil. E-mail: <wggramacho@unb.br>.

² Agradeço às/aos pareceristas da revista pelas valiosas contribuições que aperfeiçoaram este artigo, assim como a outros colegas, como José Ramón Montero, Clara Riba, Timothy J. Power, Araceli Mateos Díaz, Alessandro Freire e Pedro Mundim, que revisaram e comentaram versões anteriores deste artigo, e Álvaro Pereira e Victor Gomes, que auxiliaram na elaboração de figuras e na revisão do texto. Sou grato, em especial, a Iván Llamazares por suas sugestões originais e críticas elegantes na elaboração do desenho da pesquisa. Erros e inconsistências remanescentes, entretanto, são de minha inteira responsabilidade.

opiniões de seus apoiadores no Brasil – país em que as agremiações são especialmente débeis em seus laços com eleitores –, eles provavelmente o farão em quaisquer outras democracias nas quais esses vínculos sejam mais robustos.

O sistema político brasileiro tem sido tradicionalmente caracterizado pela fragilidade da conexão eleitoral de seus partidos e seu baixo enraizamento social, em comparação com outras democracias, inclusive da América Latina (Mainwaring, 1995; Pereira e Müller, 2003). Ainda que alguns autores tenham reconhecido a força institucional e a capacidade governativa dos partidos políticos brasileiros (Nicolau, 2000; Amorim Neto, Cox e McCubbins, 2003; Braga, 2010; Melo e Câmara, 2012), tem sido dominante na ciência política a descrição da incapacidade dessas organizações em estabelecer vínculos próximos, duradouros e influentes com parcelas expressivas da população (Carreirão, 2007a; Paiva e Tarouco, 2011; Borges e Vidigal, 2018). O Partido dos Trabalhadores (PT) tem sido apontado como a exceção a esse diagnóstico, tanto por sustentar desde 1999 a liderança de preferência partidária no país (Carreirão e Kinzo, 2004; Paiva e Tarouco, 2011) como por ser objeto de uma antipatia partidária que orienta posicionamentos e votos contra candidatos da legenda (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016; Samuels e Zucco Junior, 2018). Entretanto, pouco ainda se sabe sobre a capacidade agregada do sistema de partidos brasileiro em influenciar as opiniões individuais no país.

Entre as explicações possíveis para esse reduzido enraizamento social, estão: os incentivos do presidencialismo ao surgimento de *outsiders* (Linz, 1994; O'Donnell, 1992); uma organização federativa que pode estimular a fragmentação e inibir a efetiva nacionalização de legendas (Chhibber e Kollman, 2004; Jones e Mainwaring, 2003; Borges, 2015); um sistema eleitoral “centrado no candidato”, em que os postulantes ao Legislativo têm mais incentivos para pedir votos para si mesmos que para seus partidos (Samuels, 1997); regras flexíveis de fidelidade partidária (Melo, 2000, 2004); e uma história política com marcada experiência populista (Weffort, 1989; Masiero, 1991; Roberts, 1998; Weyland, 2003).

Uma primeira prova crucial da teoria das pistas partidárias no Brasil pode ser encontrada no estudo pioneiro de Samuels e Zucco Junior (2014), realizado em 2010 e 2011, que obteve resultados favoráveis à hipótese de que os partidos políticos brasileiros têm influência sobre a opinião de seus seguidores. Com base em dois experimentos inseridos em *surveys*, os autores mostraram que as opiniões de simpatizantes do PT e do PSDB sobre diversos temas (*e.g.*, salário mínimo, pré-sal e adesão da Venezuela ao Mercosul) oscilavam de acordo com a presença de pistas partidárias. Isto é, um simpatizante do PT [PSDB] declarava maior concordância com afirmações apoiadas pelo PT [PSDB] do que afirmações sem nenhum apoio, e tendia a concordar menos com essa mesma afirmação quando o apoio estava associado ao PSDB [PT]. Esse achado, portanto, mostra que as pistas podem ter um efeito *in-group*, quando provenientes do partido pelo qual o(a) eleitor(a) tem simpatia, ou um efeito *out-group*, quando advindas de um partido pelo qual tem antipatia.

Este artigo pretende ampliar o teste empírico sobre a existência de pistas partidárias no Brasil introduzindo três inovações importantes em comparação com o desenho de pesquisa de Samuels e Zucco Junior (2014). Em primeiro lugar, busca-se analisar a associação entre as posições não apenas do PT e do PSDB e de seus respectivos simpatizantes, mas também do sistema de partidos brasileiro e de seus adeptos. Mais especificamente, consideram-se os nove partidos com maior número de simpatizantes entre 1995 e 2002, segundo os *surveys* analisados. Ou seja, amplia-se de modo importante o escopo dessa influência para além dos partidos que foram centrais na disputa de eleições presidenciais no país entre 1989 e 2014.

Em segundo lugar, optou-se por avaliar a influência dos partidos sobre um *easy issue*, isto é, um tema sobre o qual os indivíduos em geral têm facilidade em formar uma opinião (Joslyn e Haider-Markel, 2002), e não sobre *hard issues* (e.g., questões fiscais, de infraestrutura ou de política externa), como os analisados por Samuels e Zucco Junior (2014), em que é mais custoso em termos cognitivos e informacionais formar uma opinião. Nesse caso, pretende-se analisar a influência do sistema de partidos sobre o desempenho do governo federal com base em sete *surveys* conduzidos pelo Instituto Datafolha de 1995 a 2002. Afinal, *hard issues* exigem maior conhecimento técnico e soem estimular os indivíduos a se apoiar – de fato – em influenciadores, sejam especialistas ou partidos políticos. Já a avaliação do desempenho governamental pode ser formulada a partir de várias fontes de informação e experiências cotidianas dos indivíduos, que serão discutidas ainda nesta introdução.

Em terceiro e último lugar, este desenho de pesquisa optou por analisar dados de um contexto político-econômico adverso à identificação de apoio empírico à teoria das pistas partidárias. Isto é, escolheu-se analisar uma conjuntura na qual a avaliação do desempenho do governo federal deveria responder muito mais a fatores não associados ao vínculo partidário do que a essa conexão política. Mais especificamente, a análise aqui realizada observa a associação entre a posição do sistema de partidos na dimensão governo-oposição e as opiniões de seus simpatizantes sobre o desempenho do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Como se sabe, o Plano Real e sua repercussão econômica são vistos como a dimensão mais importante da popularidade de FHC desde sua eleição em 1994 (Meneguello, 1996; Gramacho, 2005), e sua gestão foi marcada por reformas regulatórias e sucessivas tentativas de estabilizar a economia, que manteve grande saliência midiática durante os oito anos de seus dois mandatos. Além disso, a então recente reinauguração da vida democrática no país havia oferecido poucas oportunidades de conexão entre os partidos e seus eleitores; e o contexto tecnológico prescindia de redes sociais e outros meios digitais que permitissem aos políticos estabelecer uma comunicação mais direta com os indivíduos.

Sob a perspectiva teórica, ademais, a investigação da influência de pistas partidárias sobre a popularidade governamental coloca os partidos “em competição” com

um tradicional e potente determinante da aprovação dos governos: o desempenho da economia (Lewis-Beck e Stegmaier, 2013; Lewis-Beck et al., 2013; Nadeau et al., 2012; Lewis-Beck, 1990; Maravall e Przeworski, 2001; Carreirão, 1999; Rennó e Spanakos, 2006; Rennó e Gramacho, 2010; Mundim, Gramacho e Pinto, 2018). No contexto do governo FHC, portanto, seria ainda mais esperável que sua popularidade respondesse muito mais ao comportamento dos principais indicadores econômicos e dos juízos subjetivos dos indivíduos sobre a economia do que ao posicionamento de partidos políticos tradicionalmente vistos como débeis.

O escopo metodológico deste artigo está orientado a analisar as seguintes perguntas de pesquisa: As posições do sistema de partidos políticos brasileiro sobre um *easy issue*, como a avaliação do governo federal, estão associadas às opiniões de seus simpatizantes? Essa associação pode ser observada especialmente num contexto em que outros fatores (*i.e.*, a economia) facilmente bastariam para a formação de opiniões? Se essa associação existe, ela é igual para todos os partidos? Ou partidos com maior relevância midiática têm maior influência?

Os resultados apresentados ao longo do texto revelam que as posições do sistema de partidos na dimensão governo-oposição estiveram, sim, associadas às opiniões de seus simpatizantes sobre o desempenho do governo FHC. Além disso, partidos com maior relevância midiática parecem ter exercido maior influência sobre as opiniões de seus simpatizantes. Em síntese, os resultados apoiam a teoria das pistas partidárias, mesmo em condições adversas, como em um país em que os partidos têm reduzida institucionalização e enraizamento social como o Brasil, em um contexto de sucessivas crises econômicas, como o da administração FHC, e em um tema de fácil formação de opinião, como a avaliação do governo federal.

O argumento deste artigo está organizado em cinco seções adicionais. A primeira faz uma revisão sucinta da literatura sobre pistas partidárias com o propósito específico de indicar a origem das hipóteses de trabalho desta pesquisa. Foge ao escopo deste artigo, assim, uma revisão mais ampla e exaustiva da teoria das pistas partidárias. A segunda seção descreve os dados utilizados e o contexto político-econômico do governo FHC. A terceira apresenta os modelos de análise multinível aplicados neste estudo e discute seus resultados. A quarta indica as limitações deste artigo e, finalmente, a quinta e última seção reúne as conclusões do artigo e sugere possíveis tópicos para pesquisas futuras.

A teoria das pistas partidárias

A teoria das pistas partidárias, também conhecida como *cue-taking*, considera que os indivíduos raciocinam a partir de baixos níveis informacionais (*low-information rationality*) e usam os partidos políticos como um de seus principais atalhos cognitivos para compreender seu entorno e manifestar percepções e preferências (Popkin, 1991; Sniderman, 1993; Carrubba, 2001; Ray, 2003; Edwards et al., 2005; Petersen et al., 2012;

Dancey e Sheagley, 2013; Nicholson e Hansford, 2014; Bisgaard e Slothuus, 2018), ainda que existam exceções a essa expectativa (Boudreau e Mackenzie, 2014; Mérola e Hitt, 2016). Uma pista partidária pode ser definida como *qualquer mensagem ou voto emitido por representante de um partido político que permita a seu simpatizante formar opinião ou decidir sobre um assunto*.

Se, por um lado, obter informações e processá-las impõe custos (Downs, 1957), por outro, a heurística permite reduzir o valor desse investimento e, ainda assim, manter níveis razoáveis de compreensão sobre a política (Popkin, 1991; Zaller, 1992; Druckman, Peterson e Slothuus, 2013). Em sistemas democráticos, as manifestações e os votos de lideranças constituem uma das principais fontes de atalhos informativos para os indivíduos (Shively, 1979; Campbell et al., 1960), inclusive em condições de risco ou incerteza (Druckman, 2001).

A teoria das pistas partidárias, portanto, considera que os partidos políticos não são irrelevantes para o processo de formação de opiniões e atitudes pelos indivíduos. É verdade que as siglas podem ter perdido importância em diferentes países (Dalton, 2000 e 2004; Dalton e Wattenberg, 2000; Daalder, 2002), dando lugar a novos atores políticos (Lawson e Merkl, 1988; Mancini e Swanson, 1996), mas sua capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas e sociais faz com que continuem sendo importantes para o funcionamento da democracia (Aldrich, 1995; Montero e Gunther, 2002; Gunther e Diamond, 2003; Alcántara, 2004).

A hipótese central da teoria das pistas partidárias prevê que as opiniões e os comportamentos dos indivíduos estarão de acordo com a posição dos partidos políticos com que simpatizam, sobretudo nos assuntos sobre os quais seja mais difícil para os indivíduos decidir. Assim, ainda que os indivíduos tenham várias fontes de informação para avaliar o desempenho de uma administração, espera-se que (H1) *a aprovação do governo entre simpatizantes de algum partido político esteja associada à posição do partido de sua preferência na dimensão governo-oposição*. A avaliação dessa hipótese, como argumentado anteriormente, constitui o teste crucial para a teoria das pistas partidárias neste estudo.

A influência esperada, contudo, nem sempre tem efeito uniforme. Há na literatura expectativas de que essa associação básica prevista em H1 possa ser moderada por variáveis de nível individual (e.g., nível educacional, como em Zaller, 1992; ou Dalton e Wattenberg, 2000), variáveis de nível partidário (e.g., sua disciplina interna ou nível de mobilização das bases, como em Ray, 2003, ou Powell, 2000) ou variáveis de nível conjuntural (e.g., divisão das elites, como em Zaller, 1992, ou Ray, 2003).

No nível partidário, em particular, trabalhos anteriores ainda não se ocuparam do papel que a mídia pode ter como moderadora desses atalhos cognitivos. A influência dos partidos sobre a formação da opinião pública enfrenta restrições que têm sido estabelecidas há mais de um século pelo entorno tecnológico e midiático (Iyengar e Kinder, 1987; Price, 1992; Kaid e Holtz-Bacha, 1995; Mancini e Swanson, 1996; Manin, 1998;

Dalton, 2000; Norris, 2002; Vreese, 2006, entre outros), desde a imprensa escrita até a comunicação digital, passando pelo período de ouro da hegemonia da TV aberta (Prior, 2007). Para Dalton e Wattenberg (2000), a mídia não só redesenhou o espaço político no qual a competência partidária passa a ter lugar, mas também se transformou no instrumento central de comunicação dos partidos com seus votantes.

Se a comunicação entre partidos e eleitores já não se dá majoritariamente com base em contatos pessoais ou pela imprensa partidária, mas por meio dos veículos de comunicação (e, mais recentemente, pelas mídias digitais), seria esperável que a influência dos partidos sobre a opinião pública já não estivesse relacionada com alguns aspectos organizativos de caráter interpessoal (Ray, 2003), mas sim que fosse determinada por suas características intermediadas, em especial a sua capacidade de se comunicar com seus eleitores e demais indivíduos por meio dos veículos de comunicação (Margolis e Mauser, 1989). Nesse sentido, a segunda hipótese de trabalho deste artigo sustenta que (H2) *as pistas partidárias são moderadas pela relevância midiática de cada partido. Isto é, têm maior influência sobre as opiniões de seus simpatizantes os partidos mais proeminentes na mídia*. O argumento subjacente a essa hipótese sustenta que partidos cujos posicionamentos e lideranças cativam mais a atenção da mídia geram maiores oportunidades de serem vistos, lidos ou ouvidos por seus simpatizantes.

Os dados disponíveis neste artigo permitem testar, adicionalmente, algumas hipóteses sobre pistas partidárias e popularidade governamental. Entretanto, esses testes são apenas incidentais, no caso das hipóteses H3 e H4 indicadas a seguir, ou servem como controle, no caso das hipóteses de H5 a H9. No nível individual, acredita-se que (H3) *o efeito das pistas partidárias seja maior entre indivíduos de maior escolaridade*, devido à sua maior capacidade de compreender e vincular mensagens dos partidos com os quais simpatizam a opiniões ou decisões que precisam tomar sobre algum tema. Além disso, espera-se que (H4) *o efeito das pistas partidárias seja maior entre os indivíduos mais velhos*, uma vez que estes costumam ter maior interesse por política e maior informação política que os jovens (Delli Carpini e Keeter, 1996; Elo e Rapeli, 2010). Estariam, portanto, mais sujeitos aos efeitos das pistas partidárias.

Com base na literatura sobre o voto econômico e as funções de popularidade, pode-se esperar que *a aprovação ao governo seja maior* (H5) *entre indivíduos que tenham uma avaliação positiva do seu programa econômico e que tenham expectativas otimistas com relação* (H6) *à inflação e* (H7) *ao desemprego*. Além disso, espera-se que a aprovação ao governo seja maior em conjunturas com (H8) *menor inflação e* (H9) *menor desemprego*. A Tabela 1 resume as hipóteses do estudo. A próxima seção descreve os dados utilizados e o contexto político-econômico do governo FHC.

Tabela 1
Descrição das hipóteses do estudo

Código	Expectativa
H1: Pistas partidárias	A aprovação do governo pelos indivíduos está associada à posição mais governista ou mais oposicionista do partido com o qual simpatizam.
H2: Relevância midiática	As pistas partidárias são moderadas pela relevância midiática de cada partido. Isto é, têm maior influência sobre as opiniões de seus simpatizantes os partidos mais proeminentes na mídia.
H3: Escolaridade	O efeito das pistas partidárias é maior entre indivíduos de maior escolaridade.
H4: Idade	O efeito das pistas partidárias é maior entre os indivíduos mais velhos.
H5: Voto econômico subjetivo retrospectivo	A aprovação ao governo é maior [menor] entre indivíduos que têm uma avaliação positiva [negativa] do seu programa econômico.
H6: Voto econômico subjetivo prospectivo (inflação)	A aprovação do governo é maior [menor] entre indivíduos otimistas [pessimistas] com relação à inflação.
H7: Voto econômico subjetivo prospectivo (desemprego)	A aprovação do governo é maior [menor] entre indivíduos otimistas [pessimistas] com relação ao desemprego.
H8: Voto econômico objetivo retrospectivo (inflação)	A aprovação do governo é maior [menor] em conjunturas com menor [maior] inflação.
H9: Voto econômico objetivo retrospectivo (desemprego)	A aprovação do governo é maior [menor] em conjunturas com menor [maior] desemprego.

Fonte: Elaboração do autor.

Os dados e o governo FHC

O banco de dados utilizado neste artigo tem informações e observações de três fontes: *surveys* conduzidos pelo Instituto Datafolha (1995, 1997-2002), indicadores macroeconômicos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e resultados de votações disponíveis no site da Câmara dos Deputados³. Esta seção explica e descreve brevemente o comportamento das variáveis que serão analisadas em seguida.

A variável dependente deste estudo é a aprovação ao governo FHC medida numa escala de 0 a 10 pelo Instituto Datafolha em sete *surveys*⁴ realizados entre os anos de 1995 e 2002⁵. Ao todo, foram entrevistados 88.077 brasileiros nessas pesquisas. Neste artigo, entretanto, consideram-se apenas 34.193 dessas observações, após serem descartadas as entrevistas com indivíduos que não preferiam nenhum dos partidos políticos estudados (em média, 41% a cada *survey*) ou não respondiam a todas as perguntas de interesse (em média, 20% a cada *survey*). A popularidade de FHC em seus mandatos correspondeu ao padrão observado por Carlin et al. (2018), com uma lua de mel, seguida

³ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/resultadoVotacao>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

⁴ O universo das pesquisas são os brasileiros com idade igual ou superior a 16 anos. A seleção das amostras usadas pelo instituto está baseada no método de amostragem estratificada, no qual o país é dividido em quatro regiões (Sul, Sudeste, Nordeste e Norte/Centro-Oeste). Em cada região, os municípios são agrupados segundo sua localização e seu nível socioeconômico. Dentro de cada grupo, sortearam-se municípios, bairros, ruas, habitações e indivíduos que responderam às entrevistas.

⁵ Procurei utilizar *surveys* ao final de cada ano, mas isso não foi possível para os anos de 1996 (em que os estudos realizados tinham número de entrevistas muito menor que nos demais anos, o que inviabilizaria uma análise de dados dos simpatizantes dos nove partidos) e 2000 (cuja pesquisa mais recente que interrogava os entrevistados sobre seu partido político preferido havia sido produzida em junho). Logo, não foi analisado nenhum *survey* do ano de 1996, e o *survey* referente a 2000 não é do mês de dezembro, mas de junho.

por um declínio (especialmente após a desvalorização do real, em 1999) e uma recuperação ao final do segundo mandato.

Os dados do Datafolha também contemplam seis variáveis de nível individual. Três delas são determinantes tradicionais nos estudos de funções de popularidade. A primeira reporta uma avaliação retrospectiva dos entrevistados sobre o Plano Real, responsável pela estabilização monetária nos anos 1990. As respostas a essa questão foram recodificadas neste estudo e ganharam valor "-1" para os juízos negativos (que consideravam o plano "ruim" ou "péssimo"), valor "0" para respostas neutras ("regular" e "indiferente") e valor "+1" para as opiniões positivas ("ótimo" e "bom"). A dinâmica da avaliação do Plano Real foi muito parecida com a de aprovação do próprio governo, com juízos mais positivos no primeiro mandato, mais negativos em 1999 e em recuperação nos últimos três anos de gestão.

Ademais, outras duas perguntas investigaram a dimensão prospectiva do voto econômico (Nickelsburg e Norpoth, 2000; Dorussen e Palmer, 2002a e 2002b), captando as expectativas dos entrevistados sobre o desempenho futuro da inflação e do desemprego⁶. Essas variáveis também têm valores "-1" (para os pessimistas), "0" (para neutros ou indecisos) e "+1" (para otimistas). Com relação ao futuro da inflação, os brasileiros estiveram mais otimistas nos dois primeiros anos do governo FHC, pessimistas nos cinco anos seguintes (especialmente em 1999) e novamente otimistas em 2002, neste caso após a vitória eleitoral de Lula. Já com relação ao desemprego, os brasileiros estiveram pessimistas durante todo o período, salvo em dezembro de 2002, provavelmente mais animados com a eleição do candidato opositor do PT. Ainda no nível individual, as outras três variáveis eram sociodemográficas: gênero (*dummy* com valor "1" para as mulheres e "0" para os homens), idade (variável discreta, medida em anos) e educação (variável em sete níveis de estudo, desde "1", sem estudos, até "7", com superior completo ou pós-graduação).

Para que fosse possível testar a teoria das pistas partidárias, os *surveys* aqui analisados também precisavam contemplar a variável de conexão entre os dados individuais e os do sistema de partidos brasileiro. A questão utilizada foi a que interrogava os entrevistados sobre seu partido de preferência⁷: PMDB, PT, PPB, PSDB, PTB, PRN, PDT, PSB, PFL, PL ou nenhum. Salvo o PRN, com poucos simpatizantes durante o período, todos os demais foram incluídos na análise⁸.

No nível partidário, a variável fundamental deste artigo é a posição desses nove partidos na dimensão governo-oposição. Para captar essas posições, utilizei o Índice de Apoio ao Governo (IAG), proposto por Nicolau (2000). Esse índice é a razão entre o número

⁶ A redação das questões era a seguinte: "Na sua opinião, daqui para frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?" e "E o desemprego, vai aumentar, diminuir ou ficar como está?".

⁷ Vale registrar também que o vínculo aqui observado não é de identidade partidária (Campbell et al., 1960) ou de ativismo (Norris, 2002), mas simplesmente de preferência ou simpatia.

⁸ Em média, os partidos tiveram os seguintes números de simpatizantes a cada *survey*: PSDB (442), PFL (497), PMDB (1.316), PPB (128), PTB (145), PL (39), PSB (62), PDT (284) e PT (1.972).

de deputados de cada partido que vota segundo a indicação do líder do governo e o número total de cadeiras do partido. Seguindo Nicolau (2000), não foram consideradas no cálculo as votações simbólicas; as que não obtiveram quórum necessário para deliberação; as que não tiveram conflito (*i.e.*, em que a maioria obteve 90% dos votos ou mais); e aquelas sobre temas regimentais (*e.g.*, requerimentos de urgência). Em uma votação "v", na qual 20 dos 40 deputados de um partido votaram seguindo a orientação do líder do governo, o índice é de 0,5. Ao longo de um período "t", o IAG é a média do índice de apoio em todas as votações ("V")⁹. Nos anos em que os *surveys* utilizados foram realizados em dezembro, computou-se o IAG de votações de todo o ano. Para 2000, entretanto, foi utilizado o IAG acumulado do primeiro semestre, uma vez que, como dito (ver nota 5), os demais *surveys* daquele ano não tinham a questão sobre preferência partidária¹⁰. Não assumo, porém, que os indivíduos saibam ou acompanhem as votações nominais de seus partidos preferidos na Câmara dos Deputados. Apenas utilizo esses dados como variável *proxy* para posicionar cada legenda no eixo governo-oposição medido pelo Índice de Apoio ao Governo.

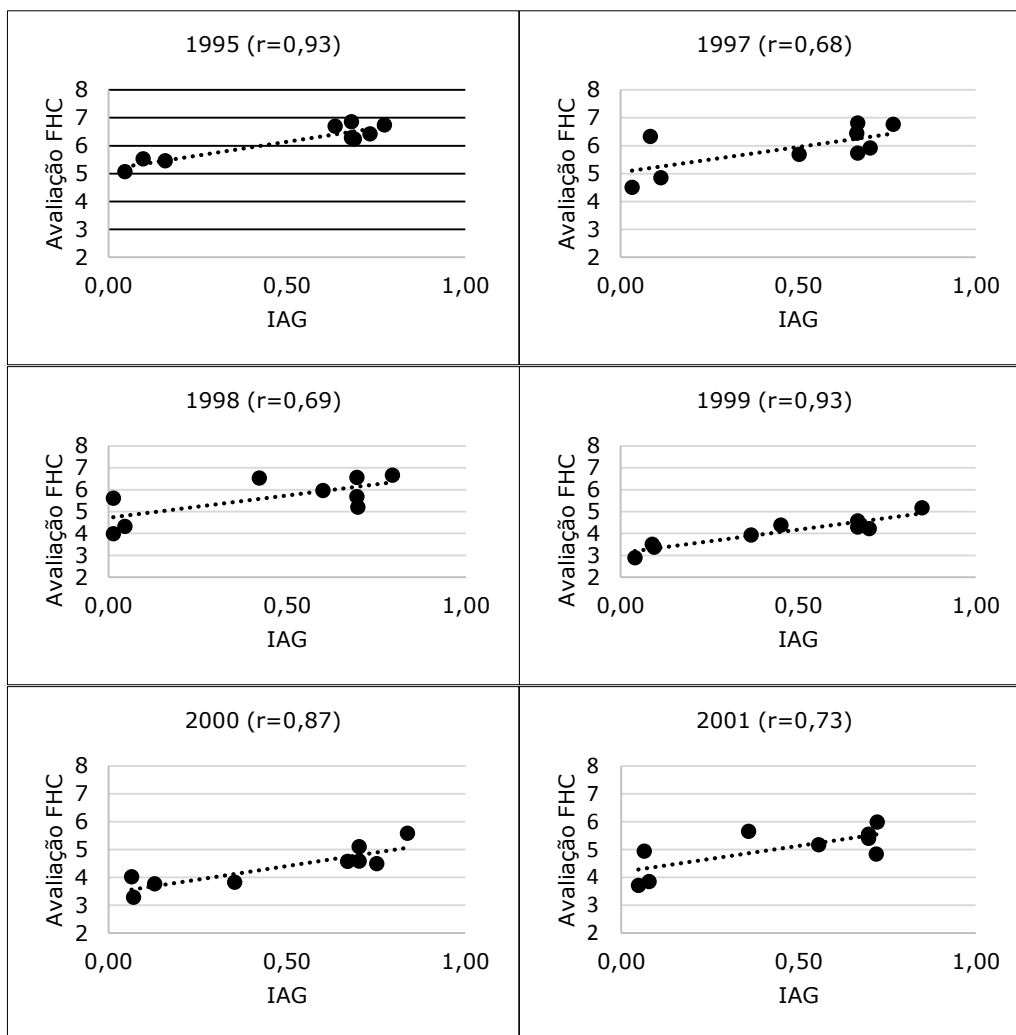
A dinâmica do IAG durante o governo FHC permite separar os partidos em três grupos: um grupo governista (PSDB, PFL, PMDB, PPB e PTB, com apoio entre 60% e 80%), o PL (que gradualmente foi retirando seu apoio ao governo) e um grupo oposicionista (PSB, PDT e PT, com apoio inferior a 20%), no qual a única exceção foi o PT em 2002, que apoiou o governo em 39% das votações, grande parte delas depois da vitória de Lula nas eleições presidenciais daquele ano e devido à necessidade de melhorar as condições fiscais antes do início do governo petista em 2003.

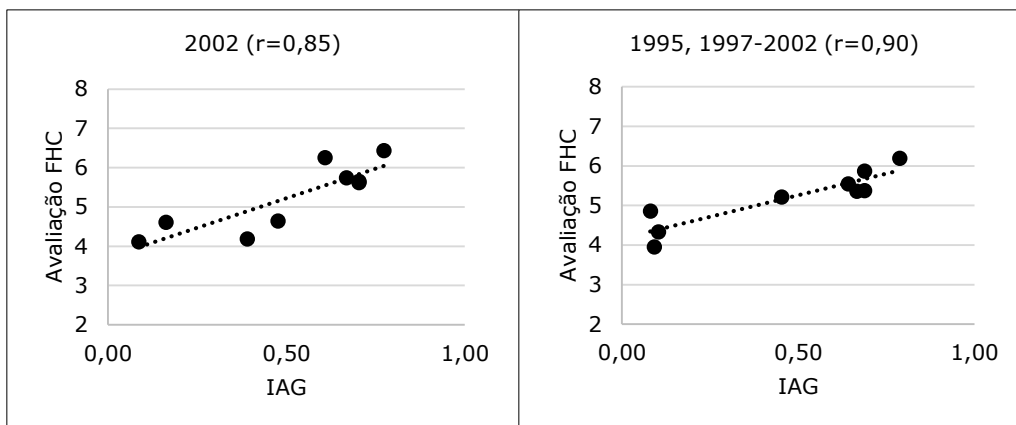
A Figura 1 apresenta oito gráficos de correlação entre o IAG e a média de aprovação do governo FHC entre os simpatizantes dos nove partidos, ano a ano, entre 1995 e 2002, além da média de todo o período 1995-2002. Os coeficientes de correlação são em geral altos ($0,68 \leq r \leq 0,93$), o que sugere que as opiniões dos simpatizantes dos partidos políticos brasileiros correspondiam em grande medida à posição legislativa de seus partidos políticos preferidos em votações na Câmara dos Deputados. A seção seguinte oferecerá um teste mais robusto dessa associação ao analisar modelos multivariados que incorporam não apenas variáveis de controle, mas também variáveis objetivas – sobre o desempenho da inflação e do desemprego – e subjetivas – sobre a avaliação retrospectiva e prospectiva dos brasileiros a respeito da economia.

⁹ Para uma visão alternativa a essa operacionalização, ver Pereira e Mueller (2003).

¹⁰ Os valores do IAG de cada partido durante o primeiro mandato de Cardoso (1995-1998) foram calculados por Nicolau (2000). Os valores do IAG para cada partido durante o segundo mandato (1999-2002) foram calculados por mim a partir da análise de 484 votações nominais realizadas nesse período, disponíveis no site da Câmara dos Deputados (<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/resultadoVotacao>>). Seguindo os critérios de Nicolau, não considereei para o cálculo do IAG as votações que não tiveram quórum suficiente para deliberação, as que não tiveram conflito (*i.e.*, a maioria alcançou 90% ou mais dos votos) ou as que constituíam simplesmente trâmites regimentais (*e.g.*, requerimentos de urgência). As votações de alterações constitucionais exigem um quórum de 308 votos; as leis complementares, 257 votos; e as leis ordinárias e medidas provisórias, a maioria dos presentes (cujo mínimo, na prática, varia entre 129 e 257 votos).

Figura 1
Gráficos de dispersão entre o Índice de Apoio ao Governo (IAG)
do sistema de partidos brasileiro e a avaliação do governo FHC
por seus simpatizantes (1995-2002)





Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos *surveys* do Datafolha para a avaliação de FHC (1995, 1997-2002), em Nicolau (2000) para o IAG de 1995 a 1998, e na análise de 484 votações nominais na Câmara dos Deputados para o IAG de 1999 a 2002.

Para mensurar o protagonismo de cada partido político na imprensa, foi construído um Índice de Relevância Midiática (IRM), que se baseou no conteúdo informativo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* no período 1995-2002. Esse índice registra, em cada ano (ou semestre, no caso dos dados de 2000), o número de citações para cada um dos nove partidos em notícias sobre o governo FHC. Um IRM de 0,2 para o partido "p" no período "t" informa que, ao longo desse período, 20% das menções aos nove partidos em notícias sobre o governo FHC corresponderam ao partido "p"¹¹. Os dados revelam que, no período FHC, o IRM separou os nove partidos analisados em dois grupos distintos, um com maior protagonismo midiático (PSDB, PFL, PMDB e PT, que juntos somavam ao menos 80% das citações a cada ano) e outro com importância secundária (PPB, PTB, PL, PSB e PDT, cuja soma das citações não superou 20% em nenhum ano). No período analisado, o PT foi o partido que mais aumentou seu IAG (de 15% em 1995 para 26% em 2002), enquanto o PPB foi o que mais perdeu espaço (de 11% em 1995 para 4% em 2002).

O conteúdo publicado pela *Folha* também é considerado aqui como uma variável *proxy* do conteúdo divulgado pelo conjunto da mídia. Por um lado, cabe reconhecer que não se pode advogar que esse conteúdo seja *a priori* representativo do contexto midiático nacional, cada vez mais fragmentado em termos regionais e de suportes midiáticos (Gramacho e Jácomo, 2015). Por outro lado, com base em estudos anteriores, assume-se que o conteúdo de jornais de referência nacional como a *Folha* – o mais lido pelos deputados federais (FSB Comunicação, 2019) –, por exemplo, tem forte correlação com o conteúdo do sistema midiático como um todo, dada a capacidade de alguns veículos de influenciarem a agenda intermidiática (Mundim, 2010; Denham, 2014).

¹¹ As pesquisas na base de dados do jornal incluíram as siglas dos nove partidos estudados e os critérios "governo" e "FHC", sigla utilizada pela *Folha* e outros jornais para referir-se ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Finalmente, as variáveis de nível conjuntural contempladas neste estudo são as condições de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulada nos 12 meses anteriores à realização do *survey*, e de desemprego, com base na média mensal da Taxa de Desemprego Aberto em 30 dias dos 12 meses anteriores à realização do *survey*. Os indicadores de inflação e desemprego, conhecidos como "the big two" (Lewis-Beck e Paldam, 2000), são com frequência associados à aprovação dos governos. A inflação caiu na maior parte da administração de FHC, com uma alta importante no último ano de sua gestão, em 2002. Já o desemprego teve tendência de crescimento durante todo o período, fruto da retração da atividade econômica causada pela política monetária restritiva. A próxima seção apresenta a estratégia multinível de análise dos dados e discute os resultados de modelos de regressão.

Análise multinível: modelos e discussão de resultados

A análise multinível (Kreft e Leeuw, 1998; Snijders e Bosker, 1999; Luke, 2004) não considera que as observações individuais sejam independentes entre si, mas que podem ter algum nível de associação, seja porque os indivíduos compartilham o mesmo distrito eleitoral (Jones, Johnston e Pattie, 1992) ou contexto político (Anderson e Tverdova, 2003), seja porque simpatizam com os mesmos partidos (Steenbergen e Jones, 2002). A ideia subjacente a esses modelos é que as características dos grupos (*i.e.*, que simpatizam com um mesmo partido ou que responderam a um *survey* num mesmo contexto macroeconômico) têm efeitos sobre a opinião ou o comportamento dos indivíduos. Do ponto de vista estatístico, uma vantagem da análise multinível é que ela permite corrigir o erro-padrão dos coeficientes estimados, ao considerar os erros compartilhados por observações retiradas de um mesmo grupo ou contexto. Num modelo de mínimos quadrados ordinários, a chance de encontrar um coeficiente estatisticamente significativo é maior, devido à redução artificial do erro-padrão estimado, aumentando, assim, as chances de cometimento de erros de Tipo I.

Neste artigo, as 34.193 entrevistas obtidas em *surveys* constituem dados de nível 1 (individuais). Os simpatizantes de um mesmo partido foram agrupados em variáveis de nível 2 (partidárias), com 63 observações (9 partidos x 7 anos). Por sua vez, a cada *survey* foram imputadas variáveis de nível 3 (contextual), que descrevem as condições macroeconômicas nas quais foi realizada a pesquisa. Esse último nível, portanto, tem apenas sete observações. Como uma análise que explorasse todas as possíveis interações entre três níveis (com seis variáveis individuais, duas variáveis partidárias e outras duas variáveis conjunturais) resultaria em modelos complexos e pouco compreensíveis, a opção nessa etapa foi buscar uma solução parcimoniosa para explicar a popularidade do governo FHC, guiada pelo teste das hipóteses anteriormente formuladas¹².

¹² Vale registrar que um teste prévio analisou a direção causal das pistas partidárias no período FHC, seguindo o método utilizado por Carrubba (2001) e Edwards et al. (2005). Uma análise de mínimos quadrados em

A Tabela 2 reúne um modelo nulo e sete outros modelos com diferentes especificações que testam as hipóteses deste artigo. O modelo nulo [0] mostra a proporção da variância na popularidade do governo FHC em cada nível de análise. Como esperado, a maior parte da variância – 87,9% – se deu no nível 1 (individual). Ainda assim, uma fração teoricamente expressiva da variância foi registrada no nível 2 (partidário), de 7,0%, e no nível 3 (conjuntural), de 5,1%. Segundo Snijders e Bosker (1999, p. 46), uma análise multinível é justificável quando ao menos 5% da variância da variável dependente está associada ao nível 2¹³. Além disso, uma segunda razão para usar um modelo multinível é que ele não se baseia no pressuposto de modelos de mínimos quadrados ordinários (MQO), segundo os quais os erros em nível individual são independentes entre si. Modelos multiníveis consideram que parte dos erros individuais é compartilhada por indivíduos de um mesmo grupo ou contexto social. A Tabela 2, a seguir, apresenta os testes de hipóteses.

duas etapas (2SLS, *two-stage least squares*) indicou que o IAG dos nove partidos políticos observados não respondeu às variações na média de aprovação da gestão entre os simpatizantes de cada partido durante o período 1995-2002. Ao contrário, foram as opiniões dos simpatizantes dos partidos que estiveram associadas ao nível agregado de apoio de cada legenda ao governo.

¹³ Em estudo também com três níveis, Steenbergen e Jones (2002, p. 231) indicaram que 5,8% da variância da avaliação dos europeus a respeito da União Europeia correspondia ao nível partidário (nível 2) e 15,3%, ao nível nacional (nível 3).

Tabela 2
Modelos multiníveis de avaliação do governo FHC

	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]
Efeitos fixos								
Nível 1 (individual)								
Avaliação do Plano Real	-	1,455*** (,073)	1,454*** (,019)	1,455*** (,019)	1,446*** (,019)	1,445*** (,019)	1,445*** (,019)	1,445*** (,019)
Expectativa sobre a inflação	-	,235 (,134)	,234*** (,022)	,234*** (,022)	,231*** (,022)	,230*** (,022)	,230*** (,022)	,230*** (,022)
Expectativa sobre o desemprego	-	,262** (,084)	,260*** (,019)	,260*** (,019)	,254*** (,019)	,254*** (,019)	,253*** (,019)	,254*** (,019)
Gênero (mulher)	-	-,001 (,022)	-,003 (,028)	-,004 (,028)	-,002 (,028)	-,001 (,028)	-,001 (,028)	-,001 (,028)
Idade	-	,002 (,002)	,002 (,001)	,001 (,001)	-,012*** (,002)	-,012*** (,002)	-,012*** (,002)	-,012*** (,002)
Escolaridade	-	-,028 (,023)	-,027*** (,008)	-,016 (,014)	-,027** (,008)	-,027** (,008)	-,027** (,008)	-,027** (,008)
Nível 2 (partidário)								
Índice de Apoio ao Governo (IAG)	-	-	1,521*** (,129)	1,522*** (,129)	1,502*** (,134)	,474 (,251)	,473 (,251)	,487 (,251)
Índice de Relevância Midiática (IRM)	-	-	-	-	-	-4,775*** (,959)	-4,773*** (,960)	-4,715*** (,957)
IAG * IRM	-	-	-	-	-	8,520*** (1,674)	8,521*** (1,675)	8,418*** (1,670)
Nível 3 (conjuntural)								
Inflação	-	-	-	-	-	-	,026 (,026)	-
Desemprego	-	-	-	-	-	-	-	-,297* (,091)
Interações interníveis								
Escolaridade (Nível 1) * IAG (Nível 2)	-	-	-	-,027 (,026)	-	-	-	-
Idade (Nível 1) * IAG (Nível 2)	-	-	-	-	,029*** (,003)	,030*** (,003)	,030*** (,003)	,030*** (,003)
Componentes da variância								
Constante	5,183*** (,272)	4,965*** (,193)	4,217*** (,182)	4,216*** (,182)	4,222*** (,182)	4,729*** (,212)	4,483*** (,321)	6,871*** (,682)
σ^2 (Nível 1)	7,739 (2,782)	6,414 (2,533)	6,415 (2,533)	6,415 (2,533)	6,399 (2,530)	6,398 (2,529)	6,398 (2,529)	6,398 (2,529)
τ_{00} (Nível 2)	,615*** (,784)	,290*** (,538)	,064*** (,254)	,065*** (,255)	,070*** (,265)	,040*** (,199)	,040*** (,199)	,039*** (,199)
ω_{00} (Nível 3)	,445*** (,667)	,168*** (,410)	,191*** (,437)	,190*** (,436)	,189*** (,434)	,207*** (,455)	,181*** (,425)	,078*** (,280)
Deviance (parâmetros)	167218 (4)	160763 (10)	160703 (11)	160702 (12)	160619 (12)	160596 (14)	160596 (15)	160590 (15)

Fonte: Elaboração do autor com base na análise dos bancos indicados na seção "Os dados e o governo FHC".

Nota: A tabela mostra os coeficientes de efeitos fixos (com seus erros-padrão entre parênteses) e os componentes da variância (com seus desvios-padrão entre parênteses). * Significativo ao nível ,05; ** significativo ao nível ,01; *** significativo ao nível ,001.

O modelo [1] está composto apenas por variáveis de nível 1 (individual). Seus resultados sugerem que a aprovação ao governo FHC esteve associada ao juízo dos brasileiros a respeito do Plano Real e suas expectativas em relação ao comportamento futuro da inflação e do desemprego. O coeficiente da variável de expectativa sobre inflação não é estatisticamente significativo nesse primeiro modelo; mas, com a inclusão das demais variáveis nos modelos seguintes, ele passa a ser significativo e tem comportamento estável. Por isso, considera-se que não se podem descartar as hipóteses H5 (voto econômico subjetivo retrospectivo), H6 (voto econômico subjetivo prospectivo, inflação) e H7 (voto econômico subjetivo prospectivo, desemprego), indicadas anteriormente, resultado que apoia as teorias do voto econômico e das funções de popularidade, reforçando também o pressuposto de que o desenho de pesquisa tinha na economia um forte concorrente para a hipótese central da teoria das pistas partidárias como fonte alternativa de informação e opinião para que os brasileiros avaliassem o governo FHC.

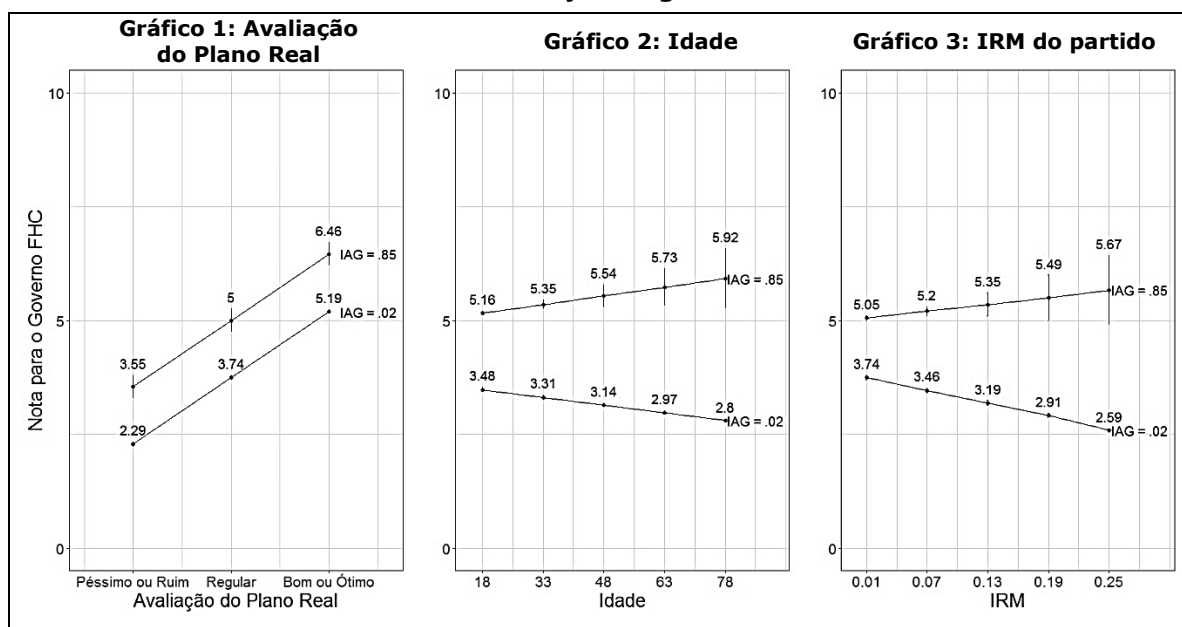
O teste crucial deste artigo, contudo, aparece nos modelos de [2] a [5]. O modelo [2] mostra que o Índice de Apoio ao Governo (IAG), que registra a posição do sistema de partidos brasileiro em votações de interesse do Executivo na Câmara dos Deputados, esteve associado à opinião de seus simpatizantes sobre a gestão de FHC. Além disso, os coeficientes de nível 1 praticamente não sofreram variações em relação ao modelo [1], o que sugere que a variância explicada pelo IAG tem outra natureza, mais bem capturada por uma análise multinível. Esse resultado não permite, portanto, descartar a hipótese da existência de pistas partidárias no Brasil sobre um *easy issue*, como a avaliação do governo federal (H1), e pode ser entendido como evidência empírica de que os partidos políticos – mesmo em um sistema em que seu enraizamento social é reconhecidamente frágil – podem influenciar as opiniões de seus simpatizantes.

Para melhor interpretar os resultados da análise, foram elaborados três gráficos (Figura 2) que ilustram os efeitos de variáveis significativas sobre a popularidade de FHC (Hox, 1995). Em todos os casos, os valores fixos das estimativas tomaram o indivíduo médio/modal da amostra: homem, 34 anos, com ensino fundamental completo, pessimista quanto ao futuro da inflação e do desemprego e neutro em relação ao Plano Real. O Gráfico 1 simula os efeitos da variação da avaliação do Plano Real para os valores mínimo e máximo do IAG, com base nos coeficientes obtidos no modelo [2]. Isto é, a Figura 2 ilustra o efeito combinado do juízo econômico retrospectivo sobre o Plano Real para os simpatizantes de um partido que registrou valor mínimo no IAG (o PSB, em 1998, com 0,02) e para os simpatizantes de um partido que registrou valor máximo no IAG (o PSDB, em 1999, com 0,85).

A Figura 2 mostra que, diante de avaliações negativas (“ruim” ou “péssimo”) sobre o Plano Real, simpatizantes de partidos muito opositoristas ou muito governistas reprovariam a gestão de FHC, dando notas abaixo de 5 (respectivamente, 2,29 e 3,55) numa escala de 0 a 10. Já indivíduos satisfeitos com o Plano Real, que o avaliassem como “ótimo” ou “bom”, tenderiam a aprovar o governo, com independência em relação à

posição das legendas com que simpatizam, dando notas acima de 5 (5,19 e 6,46, respectivamente). Entretanto, para indivíduos que avaliassem o Plano Real como “regular” ou fossem indiferentes em relação ao plano econômico, a posição de seu partido preferido pode ter tido uma influência decisiva. A simulação sugere que simpatizantes de um partido muito oposicionista dariam nota 3,74 ao governo FHC, reprovando-o, enquanto os que preferissem um partido muito governista teriam dado 5,0, no nível crítico, limítrofe entre a reprovação e a aprovação.

Figura 2
Simulações interativas do efeito das pistas partidárias
sobre a avaliação do governo FHC



Fonte: Elaboração do autor com base na análise dos bancos indicados na seção “Os dados e o governo FHC”.

Os modelos [3] e [4] testaram as hipóteses de que as pistas partidárias são moderadas pela escolaridade (H3) e pela idade (H4) dos indivíduos. Os resultados sugerem que, no caso da avaliação do governo FHC, o IAG não foi moderado pelo nível de escolaridade dos entrevistados, mas sim por sua idade. Ou seja, indivíduos mais idosos foram “mais sensíveis” ao IAG de seus partidos, conforme ilustrado pelo Gráfico 2. Dois indivíduos de 18 anos, com características idênticas nas demais variáveis do modelo, teriam uma diferença de opinião sobre o governo FHC de 1,68 ponto (5.16 – 3.48) se um deles simpatizasse com um partido com IAG de 0,02 e outro com uma legenda com IAG de 0,85. Aos 78 anos, essa mesma diferença teria sido de expressivos 3,12 pontos (5.92 – 2.80). Esses testes não apoiam, portanto, a hipótese sobre o efeito do nível de

escolaridade nas pistas partidárias (H3), mas reforçam a expectativa expressa em H4, de que indivíduos mais velhos serão mais influenciados.

Para além de características individuais que afetam as pistas partidárias, este artigo sugere, especificamente, que a associação entre as posições dos partidos e as opiniões de seus simpatizantes deve ser moderada pela relevância midiática de cada legenda (H2). O teste dessa hipótese está no modelo [5], reforçado pelos modelos [6] e [7]. De fato, a associação entre o IAG e a popularidade do governo FHC parece ter sido moderada pelo Índice de Relevância Midiática (IRM) de cada partido. Ou seja, as opiniões de simpatizantes de um partido governista e um opositorista eram tão mais distantes quanto maior o protagonismo dessas agremiações no debate midiático, conforme ilustrado pelo Gráfico 3¹⁴. A diferença de avaliação do governo FHC entre simpatizantes de partidos muito opositoristas (IAG = 0,02) e simpatizantes de partidos muito governistas (IAG = 0,85) teria sido de apenas 1,31 ponto (5,05 – 3,74) se o IRM de ambos fosse baixo, de 0,01, indicando que cada uma das legendas teve apenas 1% das citações aos nove partidos na cobertura da *Folha* sobre o governo FHC no período anterior à realização do *survey*. Entretanto, se essas mesmas siglas tivessem um IRM de 0,26, a diferença de opinião entre seus respectivos simpatizantes hipotéticos teria sido mais que o dobro, de 3,08 pontos (5,67 – 2,59).

Finalmente, os modelos [6] e [7] – além de reforçarem os achados quanto ao efeito moderador da mídia sobre as pistas partidárias – testaram as hipóteses de que a popularidade de FHC esteve associada ao desempenho objetivo dos indicadores de inflação (H8) e desemprego (H9). Os resultados não apoiam H8, pois o coeficiente não é significativo e está na direção contrária ao esperado. Depois de anos de hiperinflação, parece compreensível que os indivíduos não tenham castigado o governo por variações moderadas nos preços, que durante o período FHC estiveram abaixo dos 10% em seis dos oito anos de administração. O modelo [7], entretanto, não permite descartar a hipótese H9, uma vez que o coeficiente do estado do desemprego prévio a cada *survey* é estatisticamente significativo e mostra que a aprovação de FHC foi mais baixa quando o desemprego estava mais alto.

Em resumo, as análises realizadas nesta seção podem ser resumidas em quatro achados relevantes. Em primeiro lugar, os resultados oferecem evidência empírica a favor da teoria das pistas partidárias, num contexto adverso ao seu teste, como o da aprovação ao governo FHC no Brasil em tempos de estabilização econômica. Pode-se considerar, portanto, que a popularidade do governo FHC talvez não tenha sido influenciada apenas pelo seu desempenho econômico e pelas expectativas causadas nos indivíduos quanto ao comportamento futuro da inflação e do desemprego, mas também pelas posições do sistema de partidos políticos na dimensão governo-oposição durante seus dois mandatos.

¹⁴ Os valores para a simulação do efeito do IRM são 0,01 (registrado pelo PL no período 1997-2000) e 0,26 (registrado pelo PT em 2002).

A influência das pistas partidárias, no entanto, parece não ter sido a mesma para todos os indivíduos nem para todos os partidos. Indivíduos mais velhos registraram maior efeito das pistas partidárias, talvez por estarem expostos por mais anos a processos de persuasão política e poderem estabelecer padrões de interação continuada com suas legendas preferidas (ainda que numa democracia recente). E partidos com maior relevância midiática tiveram maior influência sobre as opiniões de seus simpatizantes. Nesse aspecto, os dados sugerem uma vantagem do PT sobre as demais siglas analisadas neste estudo, uma vez que seus valores associados à variável IRM cresceram ao longo do tempo (de 0,15 em 1995 para 0,26 em 2002). Apesar de ser percebido como um partido com maior vínculo com seus simpatizantes que os demais, uma análise de resíduos do modelo [7] não sugere um desempenho melhor do PT em relação às demais agremiações, uma vez incluídas as variáveis IRM e IAG no modelo. Ou seja, se o PT teve maior influência que outros partidos na opinião de seus simpatizantes sobre o governo FHC, isso se deveu provavelmente ao fato de que teve maior relevância midiática que outras legendas.

Finalmente, a análise também revelou apoio empírico às teorias do voto econômico e das funções de popularidade, uma vez que variáveis objetivas (*i.e.*, o desemprego) e variáveis subjetivas (tanto em versões retrospectivas como prospectivas) estiveram estatisticamente associadas à aprovação do governo FHC no período analisado.

Limitações

O presente artigo apresenta algumas limitações decorrentes de seu desenho de pesquisa. A primeira delas é inferencial. A opção por um desenho observacional – e não experimental, como o de Samuels e Zucco Junior (2014) – traz limitações de reivindicação de causalidade (McDermott, 2002; Gerber et al., 2004). Apesar da existência de outras técnicas robustas – como os experimentos naturais, as regressões descontínuas e as análises de mediação –, os experimentos controlados continuam sendo o “padrão ouro” da identificação de relações causais (Keele, 2015). Ainda assim, este artigo busca contribuir para a coleção de evidências empíricas sobre a teoria das pistas partidárias e para a ampliação das hipóteses que compõem seu modelo explicativo. Como lembra Stokes (2014, p. 53), a construção teórica não envolve apenas testes de causa e efeito, mas também testes indutivos e deduções.

Em segundo lugar, vale ressaltar que este artigo não se ocupa de uma possível relação entre as posições dos partidos políticos e as opiniões de indivíduos não simpatizantes de nenhuma legenda, sejam eles antipartidários difusos ou específicos. Estes podem ter suas opiniões influenciadas pelo contexto informacional construído pelas elites políticas ou simplesmente distribuir-se de modo aleatório entre as alternativas existentes. Outros trabalhos poderão se dedicar a essa questão.

Em terceiro lugar, a análise aqui apresentada assume que as posições legislativas dos partidos concordaram com suas manifestações públicas, incluindo suas posições em

entrevistas e pronunciamentos, e que essas posições foram assimiladas por seus simpatizantes, produzindo influência em suas opiniões sobre o governo FHC. Não assume o contrário, isto é, que as posições legislativas dos partidos foram influenciadas pelas opiniões de seus simpatizantes. O teste desse pressuposto sobre a direção causal dessa relação, contudo, constitui um tópico importante para investigações futuras sobre a teoria das pistas partidárias e sua adequação à relação entre os partidos brasileiros e seus simpatizantes.

Finalmente, uma quarta limitação decorre do fato de que os dados analisados correspondem apenas ao período FHC, que não necessariamente representa o estado posterior do vínculo entre os partidos e seus simpatizantes no país. Ou seja, é possível que processos recentes de aumento da desconfiança em relação aos partidos em meio às crises sanitária e econômica ofereçam novas condições para testes cruciais da hipótese central da teoria das pistas partidárias.

Considerações finais

O argumento desenvolvido neste artigo é que a investigação empírica sobre a teoria das pistas partidárias durante o governo FHC constitui um teste crucial para a hipótese de que os partidos políticos podem influenciar as opiniões de seus simpatizantes. Tradicionalmente, a literatura tem olhado de forma cética para os estudos de caso (Bartolini, 1988), mal os interpretando como o estudo de uma única observação, como argumenta Rueschemeyer (2003). Todavia, o potencial dos estudos de caso ultrapassa a geração de hipóteses e a descrição de casos atípicos (Lijphart, 1971), podendo proporcionar oportunidades cruciais para testar uma teoria (Eckstein, 1975; Peters, 1998). Se não é possível obter toda a evidência empírica existente para comprovar uma teoria de modo definitivo, testá-la num contexto em que a sua aplicabilidade é muito improvável pode aumentar significativamente a confiança sobre a correção de suas hipóteses.

Os resultados descritos aqui sugerem que o sistema de partidos políticos brasileiro tem um papel importante na formação das opiniões dos indivíduos e na organização de sua visão sobre a política (Strøm e Svåsand, 1997). Mais especificamente, os dados mostram que as opiniões dos indivíduos sobre o governo FHC estiveram associadas ao posicionamento do sistema de partidos no eixo governo-oposição, mesmo em um período marcado por forte aumento do desemprego e reduzido crescimento econômico, resultado dos esforços por manter a inflação sob controle. Isto é, inclusive quando a economia era um forte determinante da avaliação governamental, tal como prevista pela teoria do voto econômico, o sistema de partidos parece ter sido uma referência influente na formação da opinião pública no país sobre a popularidade de FHC.

Portanto, se os partidos políticos podem ter influência sobre um *easy issue* tal qual a avaliação governamental num contexto institucional adverso como o brasileiro (*i.e.*, presidencialismo, federalismo, multipartidarismo e personalismo, entre outras

características) e em um período econômico como o enfrentado por FHC, também terão em outros países nos quais seus vínculos sociais e eleitorais estejam mais arraigados e em períodos em que as condições macroeconômicas sejam menos salientes.

Este artigo também revela que a associação entre as posições dos partidos e as opiniões de seus simpatizantes foi mais forte entre indivíduos idosos e, mais importante para os objetivos deste estudo, entre partidos com maior relevância no conteúdo midiático. As mudanças recentes no sistema partidário brasileiro – com a redução do poder institucional e eleitoral do PSDB e do PT e o surgimento de novas ou remodeladas legendas como o PSL e o PSD – e as transformações midiáticas que têm tornado mais marcante o uso de redes sociais digitais na comunicação política e eleitoral, entretanto, sugerem novas questões para a agenda de pesquisas sobre a teoria das pistas partidárias. Essas recentes ou reconfiguradas legendas têm maior influência sobre as opiniões e os comportamentos de seus simpatizantes que as mais longevas, como PT, PSDB e MDB? Para além da relevância midiática de cada partido, que outras características organizacionais ou programáticas podem tornar algumas legendas mais influentes entre seus simpatizantes? A comunicação direta entre partidos e indivíduos pelas redes sociais, por exemplo, produz pistas partidárias mais fortes que a comunicação intermediada pela mídia tradicional?

A resposta a essas questões pode oferecer testes adicionais quanto à influência do sistema de partidos políticos em geral, e de algumas siglas em particular, sobre as opiniões e os comportamentos de seus simpatizantes. Mesmo num país como o Brasil.

Referências bibliográficas

- ALCÁNTARA, M. *¿Instituciones o máquinas ideológicas?* Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials (ICPS), 2004.
- ALDRICH, J. *Why parties?* The origin and transformation of political parties in America. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1995.
- AMORIM NETO, O.; COX, G. W.; McCUBBINS, M. D. "Agenda power in Brazil's Câmara dos Deputados 1989-98". *World Politics*, vol. 55, nº 4, p. 550-578, 2003.
- ANDERSON, C.; TVERDOVA, Y. "Corruption, political allegiances, and attitudes toward government in contemporary democracies". *American Journal of Political Science*, vol. 47, nº 1, p. 91-109, 2003.
- BARTOLINI, S. Metodología de la investigación política. In: PASQUINO, G., et al. *Manual de ciencia política*. Madri: Alianza Editorial, 1988.
- BISGAARD, M.; SLOTHUUS, R. "Partisan elites as culprits? How party cues shape partisan perceptual gaps". *American Journal of Political Science*, vol. 62, nº 2, p. 456-469, 2018.
- BORGES, A. "Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão". *Dados*, vol. 58, nº 3, p. 651-688, 2015.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. "Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 1, p. 53-89, abr. 2018.

BOUDREAU, C.; MACKENZIE, S. "Informing the electorate? How party cues and policy information affect public opinion about initiatives". *American Journal of Political Science*, vol. 58, nº 1, p. 48-62, 2014.

BRAGA, M. S. S. "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 4, p. 43-73, jul.-dez. 2010.

CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

CARLIN, R. E., et al. "Public support for Latin American presidents: the cyclical model in comparative perspective". *Research & Politics*, vol. 5, nº 3, p. 1-8, 2018.

CARREIRÃO, Y. "Avaliação do governo e 'voto econômico'". *Lua Nova*, vol. 48, p. 213-232, 1999.

_____. "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the Eseb (Brazilian Electoral Study) data". *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, nº 1, p. 70-101, 2007a.

_____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007b.

CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D. G. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, p. 131-167, 2004.

CARRUBBA, C. "The electoral connection in European Union politics". *Journal of Politics*, vol. 63, nº 1, p. 141-158, 2001.

CHHIBBER, P.; KOLLMAN, K. *The formation of national party systems: federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

DAALDER, H. Parties: denied, dismissed, or redundant? A critique. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R.; LINZ, J. J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DALTON, R. The decline of party identifications. In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (eds.). *Parties without partisans – Political change in advanced industrial democracies*. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. "Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate". UC Irvine, Center for the Study of Democracy, 2004. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/7gz6t2bb>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DALTON, R.; WATTENBERG, M. Unthinkable democracy: political change in advanced industrial democracies. In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (eds.). *Parties without partisans – Political change in advanced industrial democracies*. New York: Oxford University Press, 2000.

DANCEY, L.; SHEAGLEY, G. "Heuristics behaving badly: party cues and voter knowledge". *American Journal of Political Science*, vol. 57, nº 2, p. 312-325, 2013.

DATAFOLHA. Avaliação de Fernando Henrique Cardoso (1 ano), dezembro de 1995, Brasil. In: Banco de Dados do Cesop, pesquisa nº 475. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/1531>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Avaliação FHC (2 anos e 11 meses), dezembro de 1997, Brasil. In: Banco de Dados do Cesop, pesquisa nº 857. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/964>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DATAFOLHA. Avaliação FHC, dezembro de 1998, Brasil. In: Banco de Dados do Cesop, pesquisas nº 934 a nº 943. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Avaliação Presidente Fernando Henrique Cardoso, dezembro de 1999, Brasil. In: Banco de Dados do Cesop, pesquisa nº 980. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/75>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Avaliação FHC, junho de 2000, Brasil. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.5176332>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Avaliação Presidente Fernando Henrique Cardoso, dezembro de 2001, Brasil. In: Banco de Dados do Cesop, pesquisa nº 1599. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/837>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Avaliação Presidente Fernando Henrique Cardoso, dezembro de 2002, Brasil. In: Banco de Dados do Cesop, pesquisa nº 1839. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/2418>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DELLI CARPINI, M. X.; KEETER, S. *What Americans know about politics and why it matters*. New Haven, CT & London: Yale University Press, 1996.

DENHAM, B. E. "Intermedia attribute agenda setting in the *New York Times*: the case of animal abuse in U.S. horse racing". *Journalism & Mass Communication Quarterly*, vol. 91, p. 17-37, 2014.

DORUSSEN, H.; PALMER, H. D. The context of economic voting. In: DORUSSEN, H.; TAYLOR, M. (eds.). *Economic voting*. New York: Routledge, 2002a.

_____. Group economic voting: a comparison of the Netherlands and Germany. In: DORUSSEN, H.; TAYLOR, M. (eds.). *Economic voting*. Nova York: Routledge, 2002b.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publishers, 1957.

DRUCKMAN, J. "Using credible advice to overcome framing effects". *Journal of Law, Economics & Organization*, vol. 17, nº 1, p. 62-82, 2001.

DRUCKMAN, J. N.; PETERSON, E.; SLOTHUUS, R. "How elite partisan polarization affects public opinion formation". *American Political Science Review*, vol. 107, nº 1, p. 57-79, 2013.

ECKSTEIN, H. Case study and theory in political science. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (eds.). *Handbook of political science 7*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.

EDWARDS, E., et al. "Who's cueing whom? Assessing the relationship between electorate opinion and party positions on the European Union". In: Euroskepticism Conference, Amsterdam, 1-2 jul. 2005.

ELO, K.; RAPELI, L. "Determinants of political knowledge: the effects of the media on knowledge and information". *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 20, nº 1, p. 133-146, 2010.

FSB COMUNICAÇÃO. "Hábitos de informação e monitoramento político". *Mídia & Política 2019*. Ano 12 (online), 2019. Disponível em: <<https://www.fsb.com.br/noticias/baixe-aqui-o-novo-midia-e-politica-2019-com-exclusividade/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GERBER, A., et al. The illusion of learning from observational research. In: SHAPIRO, I.; SMITH, R.; MASOUD, T. (eds.). *Problems and methods in the study of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRAMACHO, W. "Ciclos de información y funciones de popularidad: el período Cardoso en Brasil (1995-2002)". *Desarrollo Económico*, vol. 45, nº 177, p. 99-121, 2005.

GRAMACHO, W.; JÁCOMO, A. "Padrões de uso dos meios de comunicação no Brasil e seu impacto sobre níveis de informação política". *Debates*, vol. 9, nº 3, p. 11-36, 2015.

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. "Species of political parties: a new typology". *Party Politics*, vol. 9, nº 2, p. 167-199, 2003.

HOX, J. J. *Applied multilevel analysis*. Amsterdam: TT-Publikaties, 1995.

IYENGAR, S.; KINDER, D. *News that matters*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

JONES, K.; JOHNSTON, J.; PATTIE, C. J. "People, places and regions: exploring the use of multi-level modelling in the analysis of electoral data". *British Journal of Political Science*, vol. 22, nº 3, p. 343-380, 1992.

JONES, M. P.; MAINWARING, S. "The nationalization of parties and party systems: an empirical measure and an application to the Americas". *Party Politics*, vol. 9, nº 2, p. 139-166, 2003.

JOSLYN, M.; HAIDER-MARKEL, D. "Framing effects on personal opinion and perception of public opinion: the cases of physician-assisted suicide and social security". *Social Science Quarterly*, vol. 83, nº 3, p. 690-706, 2002.

KAID, L. L.; HOLTZ-BACHA, C. An introduction to parties and candidates on television. In: KAID, L. L.; HOLTZ-BACHA, C. (eds.). *Political advertising in Western democracies: parties and candidates on television*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

KEELE, L. "The statistics of causal inference: a view from political methodology". *Political Analysis*, vol. 23, nº 3, p. 313-335, 2015.

KREFT, I.; LEEUW, J. *Introducing multilevel modeling*. London: Sage Publications, 1998.

LAWSON, K.; MERKL, P. Alternative organizations: environmental, supplementary, communitarian, and authoritarian. In: LAWSON, K.; MERKL, P. (eds.). *When parties fail: emerging alternative organizations*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

LEWIS-BECK, M. S. *Economics and elections: the major Western democracies*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1990.

LEWIS-BECK, M. S.; PALDAM, M. "Economic voting: an introduction". *Electoral Studies*, vol. 19, nº 2-3, p. 113-121, 2000.

LEWIS-BECK, M. S., et al. "The nature of economic perceptions in mass publics". *Electoral Studies*, vol. 3, nº 3, p. 524-528, 2013.

LEWIS-BECK, M. S.; STEGMAIER, M. "The VP-function revisited: a survey of the literature on vote and popularity functions after over 40 years". *Public Choice*, vol. 157, nº 3, p. 367-385, 2013.

LIJPHART, A. "Comparative politics and the comparative method". *American Political Science Review*, vol. 65, p. 682-693, 1971.

LINZ, J. Presidential of parliamentary democracy: does it make a difference? In: LINZ, J. J.; VALENZUELA, A. (eds.). *The failure of presidential democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

LUKE, D. *Multilevel modeling*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

MAINWARING, S. Brazil: weak parties, feckless democracy. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (eds.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MANCINI, P.; SWANSON, D. Politics, media, and modern democracy: introduction. In: SWANSON, D. L.; MANCINI, P. (eds.). *Politics, media, and modern democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*. Westport: Praeger Publishers, 1996.

MANIN, B. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

MARAVALL, J. M.; PRZEWORSKI, A. Political reactions to the economy: the Spanish experience. In: STOKES, S. C. (ed.). *Public support for market reforms in new democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MARGOLIS, M.; MAUSER, G. A. Introduction: public opinion as a dependent variable. In: MARGOLIS, M.; MAUSER, G. A. (eds.). *Manipulating public opinion*. Pacific Grove: Brooks/Cole Publishing Company, 1989.

MASIERO, G. Origens e desenvolvimento do populismo. In: BRESSER PEREIRA, L. C. (org.). *Populismo econômico*. São Paulo: Nobel, 1991.

MCDERMOTT, R. "Experimental methods in political science". *Annual Review of Political Science*, vol. 5, p. 31-61, 2002.

MELO, C. R. "Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 43, nº 2, p. 207-223, 2000.

_____. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. "Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 1, p. 71-117, 2012.

MENEGUELLO, R. "Electoral behavior in Brazil: the 1994 presidential elections". *International Social Science Journal*, vol. 147, nº 47, p. 627-641, 1996.

MÉROLA, V.; HITT, M. "Numeracy and the persuasive effect of policy information and party cues". *Public Opinion Quarterly*, vol. 80, nº 2, p. 554-562, 2016.

MONTERO, J.; GUNTHER, R. Introduction: reviewing and reassessing parties. In: MONTERO, J.; GUNTHER, R.; LINZ, J. J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MUNDIM, P. S. "Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, vol. 16, nº 2, p. 394-425, 2010.

MUNDIM, P. S.; GRAMACHO, W.; PINTO, A. J. P. "Razão e emoção: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal". *Opinião Pública*, vol. 24, nº 1, p. 90-113, 2018.

NADEAU, R., et al. "Economics and elections revisited". *Comparative Political Studies*, vol. 46, nº 5, p. 551-573, 2012.

NICHOLSON, S.; HANSFORD, T. G. "Partisans in robes: party cues and public acceptance of supreme court decisions". *American Journal of Political Science*, vol. 58, nº 3, p. 620-636, 2014.

NICKELSBURG, M.; NORPOTH, H. "Commander-in-chief or chief economist? The president in the eye of the public". *Electoral Studies*, vol. 19, nº 2-3, p. 313-332, 2000.

NICOLAU, J. "Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 4, p. 709-736, 2000.

NORRIS, P. *Democratic phoenix: reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.

O'DONNELL, G. "Delegative democracy?". *Journal of Democracy*, vol. 5, nº 1, p. 55-69, 1992.

PAIVA, D.; TAROUÇO, G. S. "Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, p. 426-451, nov. 2011.

PEREIRA, C.; MÜELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil". *Dados*, vol. 46, nº 4, p. 735-771, 2003.

PETERS, G. B. *Comparative politics: theory and methods*. New York: New York University Press, 1998.

PETERSEN, M. B., et al. "Motivated reasoning and political parties: evidence for increased processing in the face of party cues". *Political Behavior*, vol. 35, nº 4, p. 831-854, 2012.

PRICE, V. *Communication concepts 4: public opinion*. Newbury Park: Sage Publications, 1992.

PRIOR, M. *Post-broadcast democracy: how media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

POPKIN, S. *The reasoning voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

POWELL, G. *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven: Yale University Press, 2000.

RAY, L. "When parties matter: the conditional influence of party positions on voter opinion about European integration". *Journal of Politics*, vol. 65, nº 4, p. 978-994, 2003.

RENNÓ, L.; GRAMACHO, W. "Let's blame everyone: executive and legislative evaluations of economic performance in Brazil and Chile". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 2, p. 53-78, 2010.

RENNÓ, L.; SPANAKOS, A. P. "Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002". *Dados*, vol. 49, nº 1, p. 11-40, 2006.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, p. 603-637, dez. 2016.

ROBERTS, K. El neoliberalismo y la transformación del populismo en América Latina: el caso peruano. In: MACKINNON, M. M.; PETRONE, M. A. (comps.). *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

RUESCHEMEYER, D. Can one or a few cases yield theoretical gains? In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (eds.). *Comparative historical analysis in social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, D. "Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil". *Dados*, vol. 40, nº 3, p. 493-536, 1997.

SAMUELS, D.; ZUCCO JUNIOR, C. "The power of partisanship in Brazil: evidence from survey experiments". *American Journal of Political Science*, vol. 58, nº 1, p. 212-225, 2014.

_____. Frontmatter. In: SAMUELS, D.; ZUCCO JUNIOR, C. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SHIVELY, W. "The development of party identification among adults: exploration of a functional model". *American Political Science Review*, vol. 73, nº 4, p. 1.039-1.054, 1979.

SNIDERMAN, P. The new look in public opinion research. In: FINIFTER, A. W. (ed.). *Political science: the state of the discipline II*. Washington: The American Political Science Association, 1993.

SNIJDERS, T.; BOSKER, R. *Multilevel analysis: an introduction to basic and advanced multilevel modeling*. London: Sage Publications, 1999.

STEENBERGEN, M.; JONES, B. "Modeling multilevel data structures". *American Journal of Political Science*, vol. 46, nº 1, p. 218-237, 2002.

STOKES, S. A defense of observational research. In: TEELE, D. (ed.). *Field experiments and their critics*. New Haven: Yale University Press, 2014.

STRØM, K.; SVÅSAND, L. (eds.). *Challenges to political parties: the case of Norway*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

VREESE, C. "Political parties in dire straits? Consequences of national referendums for political parties". *Party Politics*, vol. 12, nº 5, p. 581-598, 2006.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WEYLAND, K. "Neopopulism and neoliberalism in Latin America: how much affinity?". *Third World Quarterly*, vol. 24, nº 6, p. 1.095-1.115, 2003.

ZALLER, J. *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Abstract

Party cues in Brazil? A crucial test on the ability of the Brazilian party system to influence public opinion

This article presents a crucial test for the theory of party cues by investigating the association between the legislative positions of the Brazilian political party system in a government-opposition dimension and the governmental assessment made by their supporters. The context of the test is the Fernando Henrique Cardoso government (1995-2002), characterized by successive economic crises, which would tend to reduce the parties' influence over public opinion, in face of the traditional explanatory power of theories of economic voting and VP-functions. The results, based on multilevel models built upon seven surveys, suggest that party cues work even in a country like Brazil and in the adverse context chosen for this empirical test. The findings also indicate that party cues were stronger according to the media relevance of each political party.

Keywords: party cues; government approval; media; economic voting; VP-functions; multilevel analysis

Resumen

¿Party cues en Brasil? Un test crucial de la capacidad del sistema de partidos brasileño para influir en la opinión pública

Este artículo presenta un test crucial de la teoría de las pistas partidistas al investigar la asociación entre las posiciones legislativas del sistema de partidos políticos brasileño en una dimensión gobierno-oposición y la evaluación gubernamental realizada por sus simpatizantes. El contexto del test es el gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marcado por sucesivas crisis económicas, que tenderían a reducir la influencia de los partidos sobre la opinión pública, frente al poder explicativo tradicional de las teorías del voto económico y de las funciones de popularidad. Los resultados de modelos multinivel basados en siete encuestas sugieren que las pistas partidistas funcionan incluso en un país como Brasil y en el contexto adverso elegido para esta prueba empírica. Los resultados también indican que las señales de los partidos eran más fuertes según la relevancia de cada partido en los medios de comunicación.

Palabras clave: pistas partidistas; aprobación gubernamental; medios de comunicación; voto económico; funciones de popularidad; análisis multinivel

Résumé

Party cues au Brésil ? Un test crucial de la capacité du système des partis brésilien à influencer l'opinion publique

Cet article présente un test crucial pour la théorie des signaux des partis politiques en étudiant l'association entre les positions législatives du système des partis politiques brésiliens dans une dimension gouvernement-opposition et l'évaluation gouvernementale faite par leurs partisans. Le contexte du test est le gouvernement Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marqué par des crises économiques successives, qui tendraient à réduire l'influence des partis sur l'opinion publique, face au pouvoir explicatif traditionnel des théories du vote économique et des fonctions de popularité. Les résultats, basés sur des modèles à plusieurs niveaux construits sur sept enquêtes, suggèrent que les indices de parti fonctionnent même dans un pays comme le Brésil et dans le contexte défavorable choisi pour ce test empirique. Les résultats indiquent également que les indices des partis étaient plus forts selon la pertinence médiatique des partis.

Mots-clés: signaux des partis politiques; approbation du gouvernement; médias; vote économique; VP fonctions; analyse à plusieurs niveaux

Artigo submetido à publicação em 28 de fevereiro de 2020.

Versão final aprovada em 18 de maio de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



Polarização política e partidária nos Estados Unidos (1936-2016)

Camila Feix Vidal¹ 

O presente artigo dedica-se à compreensão da polarização partidária estadunidense. Por meio de uma metodologia que privilegia o uso de plataformas nacionais e de indicadores de gradação, busca-se evidenciar empiricamente aproximações e distanciamentos ideológicos entre os dois principais partidos políticos nos EUA e, consequentemente, a ascensão ou o declínio de ideologias como conservadorismo e liberalismo. O recorte temporal feito se dá entre 1936 e 2016. Os resultados nos indicam que há uma polarização partidária no período recente caracterizada, sobretudo, pela ascensão conservadora do Partido Republicano no que tange às questões sociais. Resta saber se esse processo beneficia a democracia ao representar a sociedade com todas as suas idiossincrasias ou a prejudica por contemplar extremos nem sempre característicos da sociedade como um todo.

Palavras-chave: polarização; Estados Unidos; plataformas; Partido Republicano; Partido Democrata

Introdução

Este artigo dedica-se a compreender a suposta polarização partidária estadunidense. Por meio de uma metodologia que privilegia o uso de plataformas nacionais como indicativo de retrato ideológico partidário, bem como de indicadores de gradação e de *softwares* como SPSS e NVivo, busca-se evidenciar empiricamente aproximações e/ou distanciamentos entre os partidos políticos Republicano e Democrata e, consequentemente, a ascensão ou o declínio de ideologias como conservadorismo e liberalismo entre 1936 e 2016. Os resultados nos indicam que há uma polarização partidária no período recente; que, no entanto, não é singular na história do país. Da mesma forma, percebe-se que há uma ascensão conservadora por parte do Partido Republicano, sobretudo no que diz respeito a certas categorias de análise como as questões sociais, o que resulta em uma polarização partidária em ambos os partidos políticos.

Em 1950, o relatório anual da American Political Science Association (APSA) atentava para a conformidade ideológica dos dois principais partidos nos Estados Unidos,

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Economia e Relações Internacionais. Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: <camilafeixvidal@gmail.com>.

concluindo que “alternatives between the parties are defined so badly that is often difficult to determine what the election has decided even in the broadest terms” (APSA, 1950, p. 3). Em busca de um “more responsible two party system”, esse mesmo relatório propunha que os partidos refletissem reais opções aos eleitores, posicionando-se de maneira distinta ideologicamente. Esse era o período conhecido como “me too politics” (Fiorina, 1999), caracterizado por partidos ideologicamente semelhantes em que facções liberais e conservadoras compartilhavam e dividiam espaço em ambos os partidos. Esse era também o período das políticas centristas e bipartidárias no Congresso norte-americano, que facilitava a implantação de medidas e aprovação de leis (McCarty, Poole e Rosenthal, 2006), de níveis altos de *split-ticket voting* e de apartidarismo no eleitorado (Levendusky, 2009). Como resultado, essa baixa coesão ideológica intrapartidária (inclusive vários membros do Congresso votavam mais frequentemente com a oposição do que com seu próprio partido) dava a impressão de fragilidade ao sistema partidário (Sinclair, 2006). Não por acaso, afloravam nesse período trabalhos que previam o declínio (Crotty, 1984; Wattenberg, 1998) e mesmo o fim dos partidos políticos (Broder, 1972) e da ideologia (Bell, 1980). Também não por acaso, esse mesmo período presenciava a emergência de abordagens racionalistas (Downs, 1999) que explicavam e legitimavam o atual posicionamento centrista dos partidos políticos. Conforme Fiorina (1999) aponta, o tempo não seria gentil com esses autores.

Algumas décadas depois do discurso proferido na APSA, o presidente dessa organização chamaria a atenção para a “incongruência ideológica” entre governo e sociedade e para a crescente polarização partidária que questiona o próprio entendimento que se tem sobre democracia (Powell, 2012). Em 2003, Broder, que algumas décadas antes escrevera “The party is over” (1972), agora alertava para o “excesso partidário” que contribuía para uma “perversão do sistema representativo de governo” (Broder, 2003, apud Masket, 2012, p. 6). Com efeito, o debate acadêmico atual nos EUA não mais trata do fim da ideologia, mas da ideologia extremada; não mais da fragilidade dos partidos políticos, mas da sua força; não mais do eleitor mediano, mas da “base”; e, por fim, não mais das políticas centristas, mas das políticas partidárias extremadas. Segundo Fiorina (2014), “Today partisanship, ideology and issue positions go together in a way they did not in the mid 20th century. Issues and ideology used to cross-cut partisan distribution, now they reinforce it (p. 3)”.

Por polarização, entende-se uma separação ideológica entre os campos liberal e conservador, e a ida para os seus extremos (McCarty, Poole e Rosenthal, 2006; Fiorina, 2014). Esse mesmo debate busca entender a atual política estadunidense e redefinir o papel e a importância tanto dos partidos políticos como da ideologia. Partido e ideologia atualmente estão mais alinhados do que em gerações passadas, com o campo liberal sendo representado pelo Partido Democrata e o conservador, pelo Partido Republicano. Da mesma forma, com os partidos políticos mais diretamente relacionados a uma determinada ideologia, o número de eleitores apartidários e mesmo de *split-ticket voting*

diminuiu consideravelmente. Longe de ser irrelevante para a política, o partido passa a ser o fator principal de comportamento eleitoral².

Estudos acerca da polarização partidária, no entanto, são relativamente recentes. Na maioria dos casos, ou se concentram em uma análise de posicionamentos de congressistas (Mann, 2014; Poole e Rosenthal, 1984, 1985; McCarty, Poole e Rosenthal, 2006) ou refletem um senso comum, na sua maioria de forma qualitativa e indutiva, que inclui desde a relação entre lideranças e a comparação entre elas, bem como a relação do partido com a mídia e com eventos específicos (Wolfe, apud Hunter e Wolfe, 2006; Mann e Ornstein, 2012; Pierson e Hacker, 2005; Mann, 2014; Fiorina e Abrams, 2008; Prior, 2013).

O primeiro estudo detalhado (e até hoje utilizado como referência) sobre a polarização partidária foi feito por Poole e Rosenthal (1984). Intitulado “The polarization of American politics”, o estudo utilizava-se de dados de votações de senadores e de avaliação de determinados grupos de interesse sobre esses mesmos senadores no período 1959-1980. Os resultados dão uma medida de distância: uma classificação baixa significa uma distância grande e vice-versa. Utilizando-se de uma técnica de *least squares unfolding*, os autores usaram essas distâncias para posicionar os senadores em uma escala liberal-conservador (+1 para extremamente conservadores; -1 para extremamente liberais). O resultado do estudo desenvolvido por esses autores é bastante interessante já que projeta resultados que só agora estão sendo observados nos estudos de Fiorina (1999, 2014) e Pew Research Center (2014), entre outros. Em anos subsequentes, Poole e Rosenthal afinaram a metodologia usada e desenvolveram a mais utilizada e referenciada técnica nos estudos de polarização partidária: o *Nominate* (ou DW Nominate). Essa técnica utiliza-se de contabilização de votos de congressistas e os posiciona em uma escala liberal-conservador. A partir daí, foram vários os estudos feitos por esses autores com o uso dessa técnica³. Recentemente, McCarty, Poole e Rosenthal (2006) desenvolveram trabalho utilizando-se de votações no Congresso de 1900 a 2000, e concluíram que, entre 1900 e 1975, a fração de posicionamentos moderados cresce; no entanto, a partir de 1975, a polarização no Congresso mantém-se ascendente.

Ainda que seja importante o mapeamento do papel dos congressistas no debate acadêmico, parte-se do pressuposto aqui que o posicionamento político de um indivíduo, através de discursos ou votações no congresso, não reflete necessariamente o agregado de indivíduos e a complexidade de um partido político. Afinal, o conjunto de congressistas é o partido? Ou seja, será que a caracterização de um partido estadunidense com todas as suas especificidades – inserido em um sistema bipartidário, descentralizado e sem estatuto – e com todas as suas idiossincrasias é mais bem

² Esses dados podem ser verificados nos gráficos desenvolvidos pelo Pew Research Center (2014) e por McCarty, Poole e Rosenthal (2006).

³ Esses estudos estão disponíveis em <polarizedamerica.com>. Acesso em: jun. 2021.

representado pelos congressistas? Não por acaso, recentemente afloram estudos sobre ativismo, grupos de interesse e redes de relação destes com os partidos políticos (Dominguez, 2005; Feinstein e Schickler, 2008; Masket, 2007, 2012; Noel, 2012a, 2012b). Em específico, emergem na academia estadunidense novos referenciais teóricos que buscam explicar o fenômeno da polarização política como o Partido Expandido (ou Partido Network), que enfatiza a “base” dos partidos nos EUA, sejam eles ativistas, grupos de interesse, *think tanks* ou ideólogos (Schwartz, 1990; Bawn et al., 2012; Bernstein, 2005; Cohen et al., 2008; Heaney et al., 2012; Koger, Masket e Noel, 2009).

Desse modo, o objetivo deste artigo é desenvolver uma análise empírica acerca da suposta ida para os extremos dos dois principais partidos nos EUA através do uso de uma metodologia diferenciada – as plataformas nacionais partidárias. Entende-se que o melhor indicativo da ideologia de um partido em nível nacional seja a sua plataforma nacional: único documento atribuído ao partido e endossado por todos, tácita ou formalmente, em que os posicionamentos políticos e pressupostos ideológicos do partido estão expostos. Escritas a cada eleição presidencial, elas são, em última instância, sinalizações do que o partido pretende implementar uma vez eleito. Conforme Jordan, Webb e Wood (2014) apontam, são raros os estudos que se utilizam das plataformas nacionais partidárias:

Released every 4 years, party platforms are an explicit construction of party ideology by a broader set of party elites. Accordingly, they offer unique leverage and insight into the changing ideology of elites (and perhaps ideological divergence as well). Yet surprisingly few studies have systematically analyzed the content of the party platforms, and no study of which we are aware specifically attempts to leverage the platforms to examine elite ideological divergence over time (Jordan, Webb e Wood, 2014, p. 170).

Assim, neste artigo, trata-se o fenômeno da polarização partidária como hipótese a ser testada. Entende-se que a força dessa tese depende de uma análise comparada historicamente dos posicionamentos e ideologias expostos pelos próprios partidos. O recorte temporal feito diz respeito ao momento em que os conceitos de “liberalismo” e “conservadorismo” começavam a ser debatidos e construídos no meio acadêmico e político: a partir da instauração do primeiro New Deal, em 1933, até o período mais recente, caracterizado pela eleição à presidência em 2016. No que diz respeito às plataformas nacionais, esse recorte se dá entre 1936 (primeira eleição presidencial pós-New Deal) e 2016 (eleição de Donald Trump pelo Partido Republicano).

O artigo está apresentado da seguinte forma: uma primeira seção que reconta a criação e a ascensão dos conceitos de conservadorismo e liberalismo nos Estados Unidos; uma segunda seção que analisa empiricamente as plataformas nacionais dos dois partidos políticos nesse país; e, por fim, as considerações finais com os resultados da pesquisa feita.

Conservadorismo e liberalismo nos Estados Unidos

O conservadorismo estadunidense e o Partido Republicano (PR) ou ainda o Partido Democrata (PD) e o liberalismo não são termos intercambiáveis. Ainda que o conservadorismo hoje seja diretamente relacionado ao PR e o liberalismo, ao PD, essa é uma situação relativamente nova, consequência do *sorting* verificado nas últimas décadas que retirou a convivência de duas facções distintas em um mesmo partido. A noção de “liberalismo” nos Estados Unidos emerge no meio político e está associada diretamente com as políticas do New Deal (1933 e 1936), ao passo que a ideia de “conservadorismo” é construída e moldada por três diferentes grupos de atores (intelectuais, religiosos ativistas e empresários) no período imediatamente posterior, como tentativa de articular uma frente oposta àquelas políticas (Vidal, 2016). Vale lembrar que, até meados do século XX, o Partido Republicano podia ser considerado relativamente progressista. Urbano e atrelado ao norte do país, esse mesmo partido contribuiu de forma direta para o fim da escravidão. O Partido Democrata, ao contrário, aliando-se aos interesses sulistas da oligarquia agrária, opôs-se tanto à abolição da escravatura como aos primeiros movimentos de emancipação racial. A troca de posicionamentos de ambos os partidos, que já se delineava desde o New Deal com o democrata F. D. Roosevelt, foi efetivada na década de 1960. A partir de 1964 com a candidatura de Barry Goldwater à presidência nacional e, em especial, na eleição à presidência de Ronald Reagan em 1980, o conservadorismo passaria a ser característica intrínseca dos Republicanos, distanciando-se progressivamente dos Democratas.

É importante mencionar ainda que, apesar de serem conceitos relativamente novos nos EUA, sempre existiram vertentes que poderiam hoje ser definidas como liberais ou conservadoras. O próprio debate acerca da organização federal e constitutiva estadunidense já atentava para dois grupos: federalistas e antifederalistas. Assim, esses conceitos são continuações de certas visões de mundo e de filosofias políticas que fizeram parte da história do país. No entanto, passam a ser mais bem definidos, justificados e legitimados a partir de um determinado momento, por conta da atuação de alguns atores que buscam impor uma certa caracterização ideológica para agendas próprias e atrelá-las a um partido político. No caso do liberalismo, a partir de meados da década de 1930 com o governo F. D. Roosevelt; no caso do conservadorismo, a partir da década de 1950 com o desenvolvimento de um *network* composto por intelectuais, ativistas e empresários.

O entendimento de liberalismo nos EUA é, em primeiro lugar, distinto do entendimento de liberalismo no Brasil ou mesmo na Europa – onde é associado ao liberalismo clássico, portanto à Escola Austríaca. Nos EUA, o liberalismo é a ideologia política atual mais fortemente vinculada com a esquerda do espectro político; portanto, ao contrário do *laissez-faire*, defende um amplo escopo de atuação federal na construção de um Estado de bem-estar social. Em segundo lugar, a emergência dessa ideologia

deve-se ao papel central desenvolvido por lideranças políticas Democratas, em especial, F. D. Roosevelt. Em terceiro lugar, o liberalismo está diretamente vinculado a problemas de ordem prática – longe de ser uma ideologia que já nasce a partir de certos preceitos e de uma agenda política clara, é o resultado de uma série de tomadas de posição frente a assuntos práticos de ordem política. Por fim, ele possui raízes tanto nos movimentos progressistas quanto nos movimentos populistas nos Estados Unidos. Com a presidência de Roosevelt, essas tendências seriam rebatizadas com o nome de “liberalismo” sem, no entanto, perderem as linhas basilares que definiam esses movimentos, em específico a ênfase na igualdade e no papel do governo na condução a uma sociedade mais igualitária.

Já o conservadorismo tem raízes no âmbito externo às instituições políticas e surge através do esforço conjunto de intelectuais, empresários e movimentos sociais (Brennan, 1995; Critchlow, 2007; Peele e Aberbach, 2011; Nash, 1996, 2009). Longe de comportar uma única e identificável ideologia, esse movimento compõe-se de várias vertentes, por vezes antagônicas, entre elas o tradicionalismo, o libertarianismo e o intervencionismo unilateral, formando uma espécie de “guarda-chuva ideológico” (Nash, 2009). O conservadorismo nasce como reação ao liberalismo e ganha força a partir de fins da década de 1950 (Pierson e Skocpol, 2007; Nash, 1996, 2009; Gifford e Williams, 2012; Thompson, 2007; Peele e Aberbach, 2011; Himmelstein, 1989; Philips-Fein, 2009). Ainda que tenha raízes antigas datando da própria formação dos Estados Unidos, essa ideologia, em conjunto com as vertentes que a definem hoje, foi efetivamente “inventada” (Gottfried, 2007) ou “construída” (Nash, 1996) no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial com dois objetivos muito claros: fazer uma contraposição à ideologia dominante (o liberalismo) e “capturar” um partido político com esse fim (Gifford e Williams, 2012; Thompson, 2007).

Análise das plataformas

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa que deu origem a este artigo assemelha-se aos moldes das escalas de quantificação desenvolvidas por Feinstein e Schickler (2008), Koster, Masket e Noel (2009) e Lange (2007), mas foram construídas a partir de quatro categorias distintas: política externa⁴, política econômica⁵, políticas de *welfare* ou bem-estar social⁶ e questões sociais⁷.

De modo mais específico, a metodologia empregada na codificação das plataformas seguiu o modelo de Feinstein e Schickler (2008). Esses autores analisaram

⁴ Abrange temas como diplomacia, comércio exterior, exército e defesa.

⁵ Abrange temas como impostos, inflação, regulação do mercado, desemprego, salário mínimo, despesas do governo, iniciativa privada, corporações, sindicatos, entre outros.

⁶ Abrange temas como Social Security, Medicare e Medicaid, educação, pobreza, regulação e proteção trabalhista, regulamentação armamentícia, regulamentação do meio ambiente, entre outros.

⁷ Abrange questões morais como gênero, imigração, questões raciais, família, religião, aborto, homossexualismo, entre outros.

mais de mil plataformas estaduais nos Estados Unidos escritas pelo Partido Democrata e Partido Republicano no período de 1920 a 1968, buscando evidenciar posicionamentos favoráveis ou contrários ao movimento dos *civil rights*. Nesse sentido, os autores conduziram análises que contabilizaram os posicionamentos partidários contrários ou a favor dos *civil rights* em uma escala de 10 pontos (entre -4 e 5). Assim:

A platform that makes no mention of civil rights policy receives a 0. The highest value on this summary score signals that a platform advocates government policies to outlaw discrimination broadly across at least two different issue dimensions, in what appears to be an enforceable manner. For example, a platform that supports both a state fair employment practices commission with enforcement powers and a fair housing practices law would be coded as a 5. A platform that endorses the concept of equal treatment, but does not include any call for concrete governmental action receives a score of 1. Platforms that advocate discriminatory policies receive the lowest scores. For example, the 1964 Wyoming Republican platform, which expressed support for “the right to rent or sell property, [or] employ whomsoever [business owners] see fit” would qualify for a -3, because it explicitly opposes fair housing and fair employment legislation, two key civil rights proposals. A score of -4 is reserved for those platforms that most strenuously oppose civil rights legislation; many of these platforms predict “chaos” or a “breakdown in civic society” if civil rights proposals become law (Feinstein e Schickler, 2008, p. 8).

Concordamos com a afirmação dos autores de que “the platforms indicate how each party chose to position itself on major issues” (Feinstein e Schickler, 2008, p. 7). Da mesma forma, buscamos, assim como eles, dividir nossa codificação em dois momentos. No primeiro momento, foi feita análise de conteúdo marcando os parágrafos onde as categorias de análise estavam presentes. Por exemplo, foram marcados todos os parágrafos em que é mencionado o aborto na plataforma. Por fim, no segundo momento, analisamos esses parágrafos e os mensuramos de acordo com as posições apresentadas (ver Anexo). Nesse sentido, buscou-se codificar posicionamentos os mais objetivos e explícitos possíveis para minimizar a possibilidade de erro. Assim, só foram considerados e codificados em -1 ou 1 os argumentos explícitos apresentados na plataforma. Com relação ao aborto, por exemplo, é necessário que a plataforma codificada apresente de maneira clara e objetiva a sua apreciação contrária ao aborto (ou contrária à decisão da Suprema Corte no caso *Roe vs. Wade*, que reconhece o direito ao aborto ou interrupção voluntária da gravidez) ou favorável a ele.

No caso de categorias mais abrangentes, como é o da imigração, por exemplo, buscou-se codificar as intenções de agenda na plataforma. Por exemplo, no caso da imigração ilegal, ainda que o documento em um determinado parágrafo valorize o “melting pot” estadunidense e o papel histórico dos imigrantes, no momento em que

esse mesmo documento apresenta um parágrafo propondo ações de extradição dos imigrantes ilegais, a codificação feita se restringe ao segundo ponto. Por isso a ênfase nas ações apresentadas pelos partidos nesses documentos. Assim, ou o partido apresenta ações que visam incorporar esses imigrantes ilegais na sociedade estadunidense (provendo direitos a eles) ou ele apresenta ações que visam diminuir direitos ou, em última instância, retirar todos com a deportação.

Portanto, ainda que as plataformas possam ser consideradas no seu todo como contraditórias ou ambíguas, para a codificação feita se buscou enfatizar as ações apresentadas ou o posicionamento explicitado em vez de discursos vagos. Nesse sentido, a contradição não se faz presente porque ou o partido está advogando a deportação de ilegais ou está defendendo sua integração – uma mesma plataforma não vai apresentar ambos os pontos. Por serem documentos propositivos, apresentando a agenda política do partido caso eleito, as posições políticas estão geralmente descritas de forma bastante clara. Assim, o que torna o documento como um todo ambíguo ou contraditório é a análise da sua totalidade. Por exemplo, um mesmo documento que valoriza um Estado mínimo – portanto, que defende ações de desregulamentação no âmbito econômico – valoriza também um papel ativo desse mesmo Estado nas questões consideradas privadas ou sociais, como homossexualismo e aborto.

Nesse sentido, através do uso de *softwares* como NVivo e SPSS, são pontuados posicionamentos explicitados nas plataformas nacionais de ambos os partidos de acordo com a presença de indicador liberal (-1) ou conservador (+1), conforme Anexo. É importante mencionar que essa análise possui uma certa semelhança com o método de codificação manual desenvolvido pelo Manifesto Research Group (MRG), recentemente intitulado Manifest Research Database (Marpor); no entanto, não é uma releitura deste.

Em primeiro lugar, o foco não está na saliência, mas no confronto. Ao contrário do Manifesto, não se parte do pressuposto de que partidos possuem os “seus temas” e que vão explorá-los em detrimento dos temas do seu adversário. Em segundo lugar, buscou-se categorizar também a abstenção do partido acerca de um tema já pautado no debate político atribuindo-lhe uma disposição centrista e o “0” na sua quantificação, por se entender que a recusa em se posicionar acerca de um tema é, também, uma escolha. Nesse sentido, fez-se uma análise que levasse em conta o momento em que a plataforma foi escrita. Ou seja, pretendeu-se utilizar as categorias e quantificá-las a partir de uma seleção prévia que contemplasse os temas naquele cenário político. O tema do aborto, por exemplo, só passa a fazer parte do debate político na década de 1970 e aparece pela primeira vez nas plataformas em 1976. As temáticas contabilizadas, portanto, só são feitas a partir do momento da sua primeira aparição em pelo menos uma das plataformas dos dois partidos. A linha do tempo desenvolvida neste artigo (Quadro 1) busca esclarecer quando determinados temas surgiram no debate político e poderiam, então, passar a ser analisados e quantificados nas plataformas. Por fim, faz-se o seguinte cálculo: P/T , onde P é o somatório dos pontos em uma dada plataforma e T é

o somatório dos temas presentes no debate político na época (ver Anexo). Assim, buscou-se elencar princípios considerados centrais para o conservadorismo e o liberalismo, e verificar a presença destes nas plataformas dos partidos políticos em perspectiva histórica⁸.

Quadro 1
Linha do tempo – Temas e partidos

Ano	Partido Republicano	Partido Democrata
1936	Social Security Questão racial Corte Internacional de Justiça (CIJ)	Social Security Comunismo
1940	Segunda Guerra Mundial Gênero: Equal Rights Amendment (ERA) Imigração	Segunda Guerra Mundial Questão racial e <i>civil rights</i>
1944	ONU	ONU ERA CIJ
1948	Comunismo	Imigração Meio ambiente Armas nucleares
1952	<i>Civil rights</i> Armas nucleares URSS/Rússia Child Care	URSS/Rússia Child Care Otan
1956	Otan OEA Poluição meio ambiente	OEA Food Stamps Poluição meio ambiente
1964	Religião	
1968	Armas de fogo Drogas Medicare e Medicaid	Armas de fogo Drogas Medicare e Medicaid Educação – currículo e valores
1972	Food Stamps	
1976	Aborto Terrorismo Família (valores, comunidade)	Aborto
1980	Energia renovável	Terrorismo Energia renovável
1984	Educação – currículo e valores Gravidez na adolescência Entretenimento	Homossexualismo Entretenimento
1988	Aids	Aids
1992	Homossexualismo Camada ozônio/Efeito estufa	Camada ozônio/Efeito estufa Gravidez na adolescência Família (valores, comunidade)
1996	Defense of Marriage Act (Doma)	Religião Educação – valores
2004	Terrorismo	Terrorismo

Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Republicanas e Democratas (1936-2016).

⁸ Por exemplo, tradicionalmente o movimento conservador defendeu uma agenda pró-vida, ao passo que os liberais defenderam o direito de escolha. Assim, na contabilização dessa temática, buscou-se verificar a presença ou ausência desses princípios conforme Anexo: 3.2 Aborto 3.2.1 A plataforma mostra-se *Pro-life* (contra Roe vs. Wade) (+1) 3.2.2 Não faz menção (0) 3.2.3 A plataforma mostra-se *Pro-choice* (a favor de Roe vs. Wade) (-1).

Análise das plataformas – Partido Republicano

A política econômica defendida nas plataformas republicanas durante o período estudado demonstra a predominância de posicionamentos conservadores. Oscilou inicialmente até o ano de 1972 e, a partir de 1976, há uma tendência à manutenção conservadora. De modo geral, as plataformas analisadas no que tange à área econômica podem ser divididas em três momentos: um primeiro momento conservador, de 1936 a 1944; um segundo momento “misto” (em que há preceitos liberais e conservadores coexistindo), de 1948 a 1972, e, por fim, um terceiro momento conservador, de 1976 até 2016.

Relativamente ao primeiro momento, a política econômica defendida pelo Partido Republicano enfatiza o livre comércio, a livre iniciativa e o setor privado. É valorizada, nesse sentido, uma política econômica de cunho hayekiana com duras críticas ao New Deal. Já o segundo momento é caracterizado por uma relativa oscilação entre preceitos liberais e conservadores. Em 1948, por exemplo, a plataforma apresentada poderia ser identificada como liberal, que enfatiza práticas keynesianas, seja no papel do governo federal para manutenção e ampliação de programas e serviços públicos, seja no papel do governo federal na definição de metas de produção ou mesmo na valorização dos sindicatos e na proteção dos trabalhadores. Por fim, o terceiro momento representa o fim da ambiguidade e a ascensão do conservadorismo. Entre 1976 e 2016, há praticamente a ausência de preceitos liberais⁹. Também nesse terceiro período passa a ser desenvolvido o argumento do “poverty trap”: a suposta perpetuação de dependência em relação ao governo federal pela parcela da população que recebe ajuda social.

De modo semelhante, no que tange às políticas de *welfare* defendidas pelo PR, podemos verificar dois momentos distintos: um primeiro, entre 1936 e 1972, e um segundo, entre 1976 e 2016. No primeiro período, ocorre oscilação entre posicionamentos liberais e conservadores. Inicialmente, é caracterizado pela crítica ao New Deal e por debates acerca de políticas emergenciais para a população. Os principais temas, nesse sentido, passam a ser o Social Security, o desemprego, a saúde e a proteção relativa ao operariado.

Já o segundo período apresenta predominância do posicionamento conservador. Assim como no caso da economia, um marco importante é a plataforma de 1980 – a primeira plataforma desde a década de 1950 cujos indicadores analisados são todos conservadores. Esses documentos passam, então, a defender a liberdade individual, a iniciativa privada e a diminuição de escopo do governo federal no que diz respeito às políticas de bem-estar social. A partir desse momento, defende-se o repasse de programas sociais para os estados e localidades, ao mesmo tempo que se busca

⁹ A de 1980, por exemplo, é a primeira plataforma republicana em que, na área econômica, não consta nenhum indicador liberal. Das dez plataformas que compõem o período, somente três delas apresentam algum tipo de indicador liberal.

“emancipar” o indivíduo do governo. Nesse sentido, esse segundo período pode ser caracterizado por um discurso a favor da iniciativa privada e do governo mínimo, que se reflete nas propostas e posicionamentos relativos às mais diversas áreas. Também nesse segundo período, podemos perceber a relação traçada entre as políticas de bem-estar social e o papel da família, da comunidade e da religião. As plataformas, a partir de 1976, na sua grande maioria, enfatizam instituições voluntárias e religiosas, o papel da família e da comunidade e as vantagens de um sistema de livre mercado para o fim do “ciclo da pobreza”. Ainda nesse segundo momento, pode ser percebido um maior destaque para a religião e tentativas de moralização da sociedade, ainda que essa não seja a área por excelência a tratar desses assuntos. De todo modo, seja na defesa da abstinência sexual e da fidelidade no matrimônio para prevenção da Aids, seja na tentativa de maior disciplina de alunos e mesmo de um maior protagonismo da religião nas escolas, seja na relação feita entre pobreza e estrutura familiar fragilizada, nota-se uma inflexão moralizante nas plataformas desse período mais recente, praticamente ausente no primeiro período analisado.

As questões sociais possuem dois momentos distintos caracterizados por dois ápices invertidos: um primeiro momento, que se estende entre 1936 e 1972, consistentemente liberal; e um segundo, entre 1976 e 2016, consistentemente conservador. O PR, até a década de 1960, se concentraria em temas relativos ao movimento *civil rights*, emancipação feminina, imigração e minorias. Nesse momento, há uma certa manutenção no posicionamento do partido que privilegia noções de igualdade. A plataforma de 1960, por exemplo, destina grande parte do seu espaço para a questão racial, reiterando o caráter “injusto e imoral” da discriminação, e intensifica a crítica à segregação. A partir de 1964, novos temas surgem nas plataformas republicanas e verifica-se, pela primeira vez, a relação entre a religião e os espaços públicos. Entretanto, a partir de 1976, nota-se o início da inflexão conservadora. Esse segundo momento define-se por uma variedade de temas relativos a questões sociais e uma maior preocupação com aspectos “morais”. A plataforma de 1976 traz, por exemplo, a preocupação republicana com uma suposta ruptura da estrutura familiar na sociedade e com as práticas de aborto. Nesse segundo período, as questões raciais e de gênero vão perdendo espaço nas plataformas até serem eliminadas por completo. A partir de 1980, o partido passa a defender a igualdade de direitos sem interferência federal, valorizando, para isso, legislações estaduais e o papel do livre mercado, que supostamente propiciaria oportunidades iguais. O partido mantém-se contrário às cotas e a tratamentos preferenciais.

Por fim, diferentemente das outras áreas já analisadas, a política externa defendida pelo PR oscila ao longo de todo o período analisado. Ainda assim, é possível notar três períodos relativamente distintos. Um primeiro período entre 1936 e 1940; um segundo, entre 1944 e 1972; e um terceiro, a partir de 1976. No primeiro período, verifica-se maior presença de posicionamentos conservadores – em específico no que diz

respeito às organizações internacionais, projetos de defesa e atuação externa. É um momento, no entanto, que foge do internacionalismo, característica tanto do liberalismo quanto do conservadorismo, que o partido adotaria a partir da plataforma de 1944. O isolacionismo predomina nesse período, seja em relação às instituições internacionais, seja no que se refere a um envolvimento internacional relacionado à Segunda Guerra Mundial¹⁰.

Já o segundo momento é um período de grande oscilação que conjuga plataformas tipicamente liberais (1944, 1948, 1968 e 1972), conservadoras (1952 e 1964) e “mistas” – em que as duas filosofias políticas estão igualmente apresentadas – (1956 e 1960). As plataformas da década de 1940 defendem um maior engajamento do país no cenário internacional e uma valorização de instituições e arranjos internacionais multilaterais. Estão ainda inseridas na lógica da Segunda Guerra Mundial e o inimigo é representado pela ameaça de “governos totalitários”. O discurso centra-se no fortalecimento das Nações Unidas (ONU) e na valorização de organismos jurídicos internacionais, como a Corte Internacional de Justiça (CIJ). As próximas três plataformas se caracterizam pela defesa de posicionamentos tanto liberais quanto conservadores e, por conta disso, apresentam uma certa ambiguidade: valoriza-se uma ação externa unilateral de liderança estadunidense e de efetivos militares como tentativa de manutenção da paz ao mesmo tempo que se defende o fortalecimento de organismos internacionais justamente para a manutenção da paz. Esse é o momento de início do contencioso com a União Soviética (URSS), portanto está pautado na lógica da Guerra Fria. De modo geral, verifica-se nas plataformas de 1952, 1956 e 1960 uma inflexão conservadora no que diz respeito à atuação externa e aos projetos de defesa e segurança. Há, nesse sentido, destaque para o papel de liderança a ser desempenhado pelos Estados Unidos de forma relativamente unilateral no cenário externo. O relacionamento com a URSS tende a ser mais confrontacionista, pautado por um discurso que privilegia a liderança estadunidense. Ainda assim, defende-se o fortalecimento de organismos internacionais como a ONU e de alianças como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A busca por uma “opção” ideológica e todo o esforço feito por conservadores para levar o conservadorismo para dentro do PR seriam, enfim, evidenciados na plataforma de 1964. Assim como ocorreu nas outras áreas já analisadas, a plataforma de 1964 situa-se como um hiato entre plataformas liberais republicanas. De fato, os próximos dois documentos partidários seriam pautados pelo liberalismo como

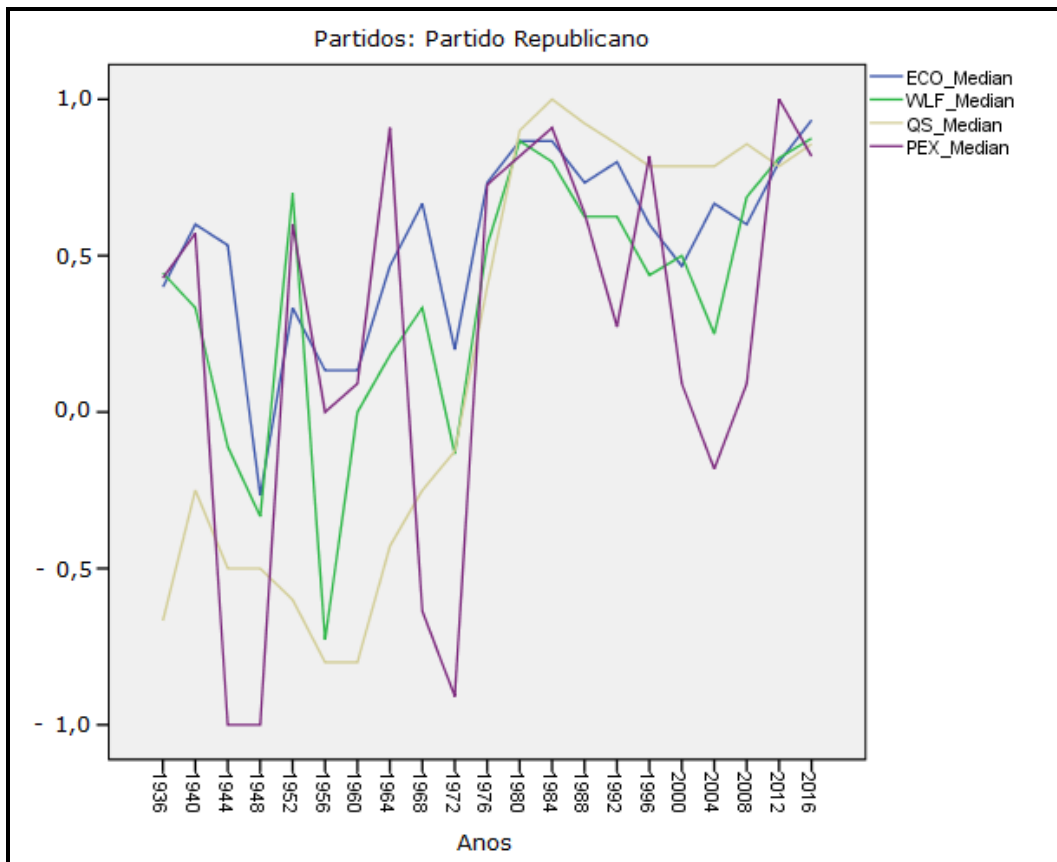
¹⁰ Alas isolacionistas coexistiam em ambos os partidos até meados do século XX. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, entretanto, a ideia de manter os Estados Unidos fora de assuntos “europeus” ou mesmo fora do sistema internacional foi suplantada pelo poder econômico e pela força hegemônica alcançada pelo país com o fim do conflito. Como argumentou F. D. Roosevelt em 1945: “Neste ano de guerra, 1945, aprendemos que não podemos viver sozinhos em paz; que nosso bem-estar é dependente do bem-estar de outras nações distantes. Aprendemos que devemos viver como homens, não como avestruzes” (Roosevelt, 1945, in *The American Presidency Project*, 2013).

corrente ideológica, atestando a oscilação ideológica e as lutas intrapartidárias que marcavam o período.

A partir de 1976, começa o último período, marcado pela ascensão e manutenção de políticas conservadoras. Consoante os preceitos conservadores, esse período é caracterizado pela ênfase na defesa nacional através de maior quantidade de armamentos, pela busca por um papel de liderança na arena internacional, pela desvalorização de organizações e tratados multilaterais, por um caráter mais moralista nas relações internacionais e uma postura confrontativa evidenciada pela valorização da força no que tange às ameaças externas. A partir dos anos 2000 e, em específico, após o atentado de 11 de setembro, a “Guerra ao Comunismo” é substituída pela “Guerra ao Terrorismo”. As plataformas de 2000, 2004 e 2008 fazem uma certa inflexão ao liberalismo ao valorizar arranjos institucionais internacionais e cooperação internacional. É importante mencionar que a Rússia deixa de ser tratada como ameaça e passa a ser vista como um país que compartilha os mesmos interesses estadunidenses.

Assim, há uma certa divisão entre dois períodos que a análise das plataformas nos suscita. Inicialmente, há um período de grande oscilação ideológica até meados da década de 1970. Esse período seria marcado pela presença de posicionamentos tanto liberais quanto conservadores em uma mesma plataforma, demonstrando certa ambiguidade e disputas intrapartidárias. Posteriormente, há um segundo momento que se caracteriza pelas plataformas apresentadas a partir de 1976. Esse período demonstra a ascensão e a manutenção do conservadorismo no PR, apresentando uma relativa homogeneização ideológica, conforme se pode observar no Gráfico 1, onde a linha lilás mostra a política externa do Partido Republicano no período analisado, a linha amarela representa as questões sociais, a verde representa as políticas de *welfare* e, por fim, a azul representa a política econômica nas plataformas:

Gráfico 1
Médias Partido Republicano (economia, welfare,
questões sociais e política externa)



Fonte: Elaboração própria.

Análise das plataformas – Partido Democrata

A política econômica do PD pode ser dividida em três períodos: um primeiro momento tipicamente liberal, entre 1936 e 1988; um segundo momento, entre 1992 e 2004, caracterizado por posicionamentos tanto conservadores quanto liberais; e, por fim, um terceiro momento de retomada do liberalismo entre 2008 e 2016. O primeiro momento, e o mais longo, pode ser definido como genuinamente liberal. A própria construção da ideologia liberal nos EUA teve forte influência de líderes partidários democratas nesse momento. Assim, de certo modo, esse primeiro momento é tanto um reflexo como uma construção do liberalismo, perceptível na política econômica defendida nesse período.

É importante lembrar o contexto doméstico em que as primeiras plataformas estão inseridas: uma conjuntura ainda marcada pelas consequências da Grande Depressão, em que a política econômica desenhada pelo PD para mitigar os efeitos da

crise é tipicamente keynesiana. É o governo que planeja, regula e orienta a política econômica. É ele que cria empregos, injeta recursos em indústrias e estimula diretamente o setor privado. Além disso, é uma espécie de árbitro entre o mercado e a sociedade para a promoção do bem comum. As políticas do New Deal, nesse sentido, são a tradução desse primeiro momento liberal democrata. De fato, nota-se, nas plataformas desse período, uma constante valorização dessas políticas e do papel do governo federal como uma espécie de “protetor” de consumidores, trabalhadores, desempregados e pobres. O papel do governo federal, nesse sentido, é planejar e regular o mercado; minimizar a distância entre os privilégios de uns e as necessidades de outros e incentivar o crescimento econômico.

O segundo momento da política econômica democrata (1992-2004) caracteriza-se por plataformas que possuem tanto elementos liberais quanto conservadores. Diferentemente do primeiro período, esse segundo momento apresenta plataformas relativamente ambíguas, cujos posicionamentos se mostram por vezes contraditórios. Resgatando elementos conservadores, as plataformas desse período priorizam a “oportunidade”, o livre comércio e a iniciativa privada na economia. Em uma tentativa, talvez, de se distanciar do antigo padrão liberal do partido democrata nessa área, as plataformas mencionam constantemente o “novo partido democrata” ou “esse partido democrata”, em contraposição ao “antigo”. Além disso, há também menções constantes ao “fim da era” do governo de amplo escopo, como se pode verificar nas plataformas de 1996 e 2000. No entanto, consta também a presença de posicionamentos liberais que seguem defendendo a cobrança de impostos progressivos, programas públicos para treinamento e capacitação profissional, ênfase na necessidade de regulações federais e valorização dos sindicatos, por exemplo.

Se, no entanto, o segundo momento foi de inflexão conservadora, o terceiro é de retorno e manutenção do liberalismo. Nesse momento, há o retorno da primazia do governo na política econômica através da regulação do mercado e da construção de ampla gama de programas e proteções. É importante mencionar que, assim como ocorreu com as primeiras plataformas analisadas, as plataformas desse terceiro período também se caracterizam por uma tentativa de romper com a crise econômica através do governo federal. Da mesma forma, retorna-se às críticas sobre a desregulamentação de Wall Street e sobre a necessidade de ajuda para os mais atingidos pela crise financeira. Retornando a pauta do governo de amplo escopo, essas plataformas passam a defender o fim das privatizações e o fim da “panaceia” do governo mínimo. Retomando o discurso do primeiro período, critica-se a concentração de riqueza enquanto se defende a necessidade do governo de minimizar os danos do livre comércio e de reduzir a desigualdade. Por fim, esse período conta, também, com o entendimento mais holístico no que tange ao progresso econômico. Em 2008, por exemplo, o PD argumenta em favor da necessidade de rever aspectos sociais básicos como o custo da saúde e da educação.

Há o entendimento, tipicamente liberal, de que o crescimento econômico não está desassociado da qualidade de vida e do Estado de bem-estar social.

Referente às políticas de *welfare*, notam-se três momentos: um primeiro, entre 1936 e 1992, caracterizado por posicionamentos liberais; um segundo momento, entre 1996 e 2004, que se define por plataformas mistas; e, por fim, um terceiro momento, entre 2008 e 2016, que retorna ao liberalismo. Entre 1936 e 1992, as plataformas democratas valorizam um ativo papel do governo federal na instauração de uma ampla gama de programas e serviços que visam à construção de um Estado de bem-estar social. Refletindo princípios liberais, as plataformas desse período defendem a atuação de um governo que tem obrigações com seus cidadãos. É importante mencionar que a própria interpretação da Constituição e mesmo do processo democrático é diferente da visão conservadora. Há, nas plataformas desse período, a percepção de que, constitucionalmente, o governo tem a obrigação de lidar tanto com a segurança externa quanto com a segurança interna, em que a defesa de um Estado de bem-estar social é justificada a partir de uma visão holística da democracia.

Já o segundo momento apresenta plataformas ambíguas e posicionamentos contraditórios: ao mesmo tempo que se defendem a redução do escopo do governo e a maior atuação dos estados na manutenção de programas federais, mantém-se a valorização desses programas através do papel do governo. Enquanto se privilegia a noção de responsabilidade individual, valoriza-se uma certa rede de proteção pública. Nesse sentido, as plataformas parecem estar pregando uma lógica conservadora no discurso, mas na prática seguem com os mesmos posicionamentos liberais de manutenção dos programas e serviços federais.

Por fim, há uma volta ao liberalismo no terceiro momento. Esse período busca retomar uma espécie de “liberalismo mítico” através de constantes menções a F. D. Roosevelt e ao New Deal, bem como a J. F. Kennedy e à New Frontier – responsáveis, em grande parte, pela própria construção do liberalismo enquanto ideologia política. É bom lembrar que, assim como na década de 1930, esse período também é marcado por uma importante crise econômica; desse modo, ocorre novamente a ênfase em políticas de assistência emergencial. Uma das prioridades dessas plataformas é a questão da saúde como direito universal e “imperativo moral” (2008). Nesse sentido, as plataformas dão destaque para os mais e menos privilegiados (praticamente ausente no momento anterior). A pobreza volta a ser tratada como prioridade nessas plataformas.

Assim como no caso da política econômica e das políticas de *welfare*, as plataformas democratas, no que se referem às questões sociais, podem ser divididas em um primeiro momento, entre 1936 a 1992, identificado como um período genuinamente liberal – salvo o hiato de 1964; um segundo, entre 1996 e 2004, definindo-se a partir de uma inflexão conservadora; e, por fim, o último período, entre 2008 e 2016, caracterizado pelo retorno ao liberalismo. O primeiro momento apresenta como temas mais recorrentes gênero, imigração e questões raciais. Posteriormente, incluem-se temas

como aborto, homossexualismo e posse de armas de fogo. Com exceção da plataforma de 1964, que faz uma leve inflexão conservadora, as plataformas nesse período se caracterizam pela defesa de posições tipicamente liberais.

O debate acerca do gênero, mais especificamente acerca da emancipação feminina, inicia-se a partir de 1940, quando a plataforma relativa a esse ano advoga direitos iguais no trabalho a partir do EPEW (*equal pay for equal work*). O debate acerca da questão racial e dos *civil rights* também se inicia em 1940, quando o partido defende salvaguardas legislativas contra a discriminação no âmbito federal. A defesa da diversidade é também percebida nos posicionamentos democratas acerca da educação. De fato, durante todo esse primeiro momento, valoriza-se a diversidade étnico-cultural. Palavras como “mosaico” e “melting pot” são recorrentes.

O segundo momento define-se por uma inflexão conservadora. Há uma maior preocupação com valores morais e com uma espécie de uniformização da sociedade estadunidense através da disciplina. Isso se traduz nas áreas de imigração e educação. Pela primeira vez, valoriza-se a religião cristã como pilar da sociedade estadunidense. A própria linguagem, utilizando-se recorrentemente de palavras como Deus, fé e religião, demonstra essa inflexão. A plataforma de 1996, por exemplo, defende o direito de expressar a religião em público e enfatiza a relação entre religião, fé e história dos Estados Unidos como sendo um constitutivo do outro. Também pela primeira vez, o partido iria ressaltar a necessidade de regulação de certos veículos de entretenimento com objetivo de maior moralização da sociedade. A área da educação passa a ser enfatizada a partir da necessidade de disciplina, respeito e ordem. Esse segundo período é também marcado por posturas mais conservadoras acerca da imigração, que passa a ser tratada como uma questão de segurança e não mais como uma questão social.

Por fim, o terceiro período caracteriza-se pelo retorno ao liberalismo. No que tange à educação, retorna-se à valorização da diversidade e do multiculturalismo através da defesa de posicionamentos como a revitalização de línguas indígenas, programas bilíngues e ensino obrigatório de uma segunda língua nas escolas públicas. Relativamente à imigração, o partido defende uma reforma imigratória mais “humana”, que defenda benefícios a imigrantes, um processo de naturalização mais fácil e acessível e um projeto de cidadania automática para determinados imigrantes ilegais.

Diferentemente das políticas domésticas, a política externa do PD caracteriza-se por constantes oscilações entre os períodos, com certos posicionamentos genuinamente liberais e outros em que convivem tanto posturas liberais quanto conservadoras. Podemos perceber cinco períodos na análise das plataformas: um primeiro, entre 1936 e 1948, predominantemente liberal; um segundo, entre 1952 e 1964, apresentando exposição de posicionamentos “mistos”; um terceiro, entre 1968 e 1976, tipicamente liberal; um quarto, entre 1980 e 1992, marcado por colocações “mistas”; e, por fim, um quinto momento, entre 1996 e 2016, onde há um retorno ao liberalismo.

As primeiras plataformas caracterizam-se por posicionamentos isolacionistas em um contexto de emergência da Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, valoriza-se o multilateralismo para solução dos conflitos (1936) e o entendimento mais holístico de defesa, que contempla não só o meio militar, mas também o econômico e social (1940). As plataformas seguintes (1944 e 1948), por fim, passam a valorizar o intervencionismo multilateral, explicitando o entendimento de que a paz seria um resultado conjunto de nações e organizações internacionais.

A partir de 1952, há uma leve inflexão conservadora. Nesse segundo momento, o partido passa a valorizar a questão armamentícia e um engajamento internacional mais unilateral. A paz mundial é constantemente enfatizada a partir da liderança desempenhada pelos Estados Unidos e inicia-se aqui o discurso acerca do papel dos Estados Unidos na instauração da liberdade e da democracia no mundo. Esse período, no entanto, apresenta também posicionamentos liberais. Há a valorização do desarmamento nuclear e do papel de organizações internacionais no estabelecimento de uma ordem mundial mais segura. Além disso, há uma certa valorização do papel da diplomacia no trato com a União Soviética.

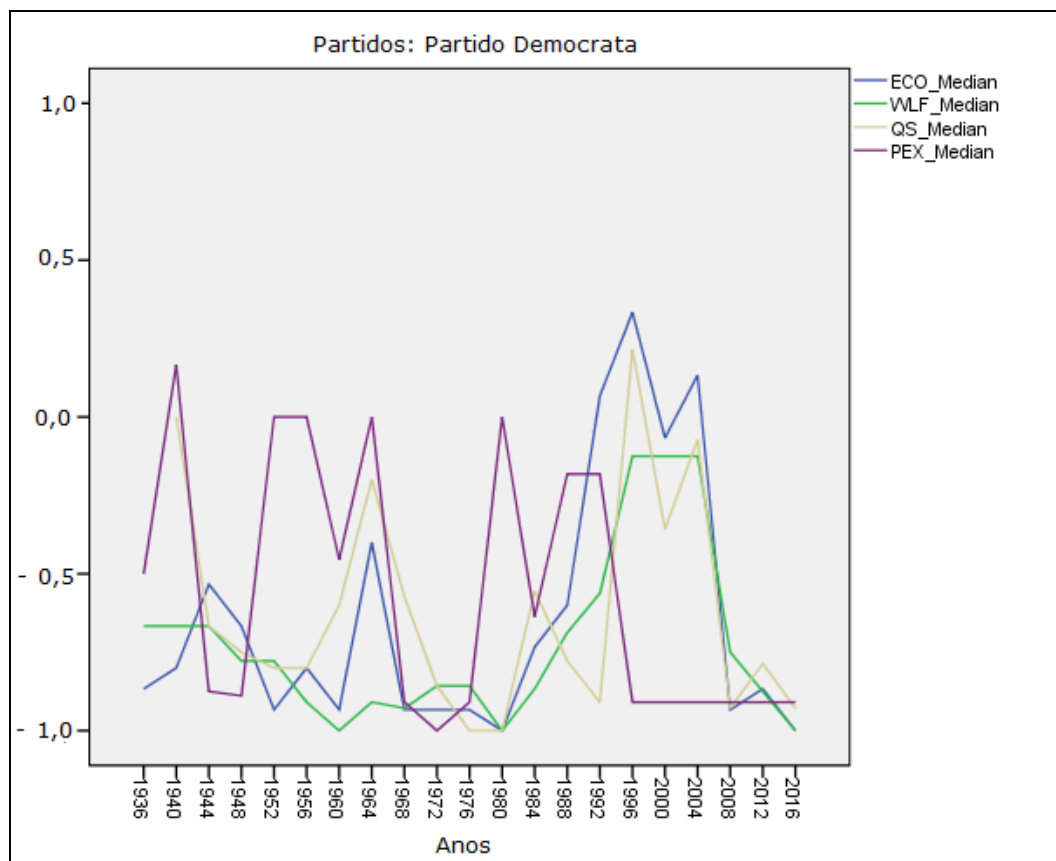
Entre 1968 e 1976, as plataformas passam a ser ideologicamente homogêneas, caracterizadas por colocações liberais. No que diz respeito à União Soviética, valorizam-se os pontos de comum interesse entre ambos os países, inclusive na redução do orçamento da defesa nacional. Nesse período, defendem-se a saída militar e política do Vietnã e uma percepção holística relativa à defesa nacional – advoga-se uma transferência de recursos advindos da defesa para áreas outras como educação, habitação e desemprego. Percebe-se, ainda, um discurso crítico acerca da pobreza no mundo e da necessidade de ajuda humanitária por parte dos Estados Unidos.

A plataforma seguinte, no entanto, retornaria ao padrão “misto” das plataformas anteriores. Entre 1980 e 1992, as plataformas democratas compartilham, novamente, posicionamentos tanto conservadores quanto liberais. O objetivo principal passa a ser o fortalecimento das Forças Armadas através de maiores recursos. Em vez de valorizar os aspectos em comum entre União Soviética e Estados Unidos, as plataformas desse período valorizam, sobretudo, as diferenças.

Por fim, o último período, entre 1996 e 2016, representa um retorno ao liberalismo. É importante lembrar que esse momento é caracterizado pelo fim da Guerra Fria. Há, nesse sentido, uma percepção mais “otimista” das relações internacionais e mesmo da Rússia. Mantém-se ainda a ênfase na redução de armamentos nucleares através de meios multilaterais e de ajuda humanitária. Há maior valorização do papel da diplomacia e da coletividade de nações na busca por soluções para novas ameaças, entre as quais, terrorismo, crimes internacionais, tráfico de drogas. A segurança e a paz mundial, nesse sentido, passam a ser entendidas a partir de um engajamento multilateral que privilegia aspectos outros que não só militares.

Ao contrário da política externa, que demonstra importantes oscilações entre preceitos conservadores e liberais, os posicionamentos democratas acerca da política doméstica (economia, *welfare* e questões sociais) possuem uma mesma caracterização em relação à natureza ideológica. De todo modo, quando se verificam essas áreas em conjunto, nota-se que o período da década de 1990, marcado por uma inflexão conservadora, passa a ser uma espécie de hiato na trajetória do PD, tipicamente liberal. Ao contrário de um partido que oscila entre ideologias ou que permanece no centro do espectro político, o PD expõe, em praticamente todo o período analisado, uma ideologia genuinamente liberal, em que os fatores conservadores desse segundo período representam mais uma exceção do que efetivamente uma mudança, o que pode ser observado no Gráfico 2, em que a linha lilás mostra a política externa do partido no período analisado, a linha amarela representa as questões sociais, a verde indica as políticas de *welfare* e, por fim, a azul representa a política econômica nas plataformas:

Gráfico 2
Médias Partido Democrata (economia, *welfare*,
questões sociais e política externa)

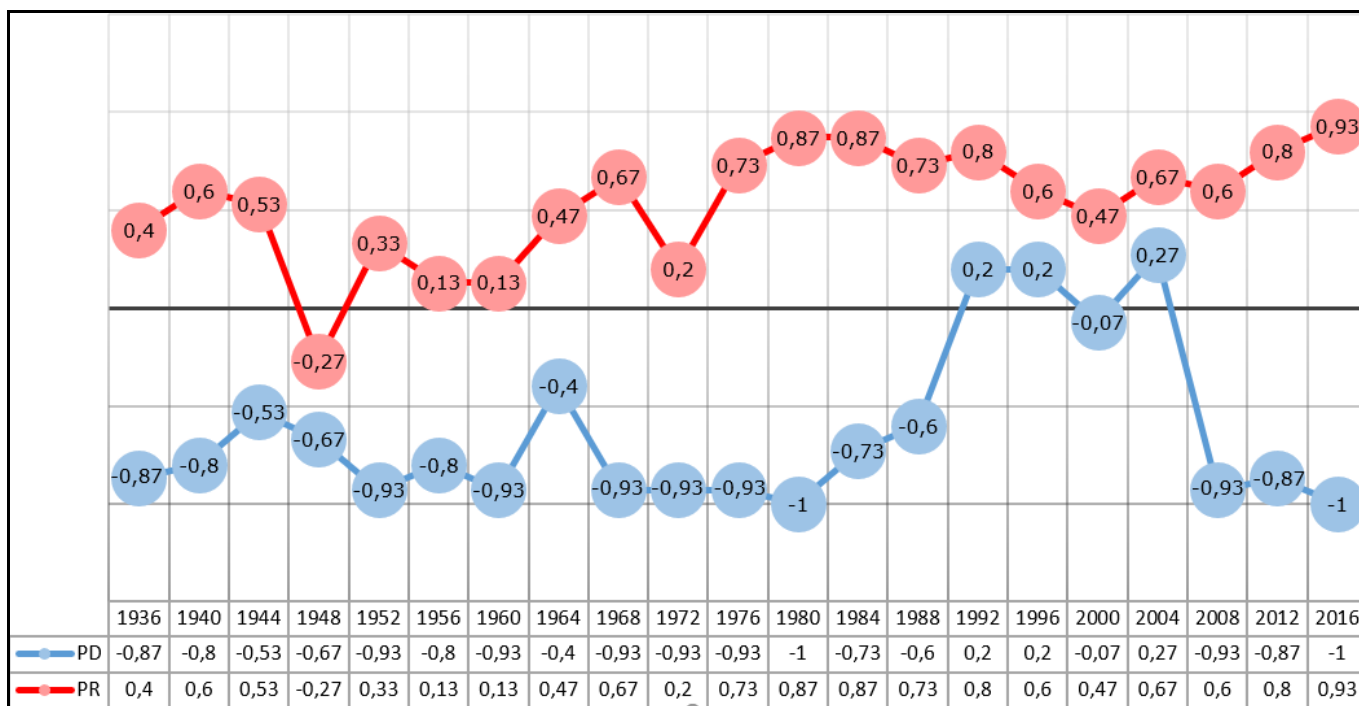


Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Análise das plataformas – Comparação entre os partidos

Na categoria referente à economia, podemos perceber períodos de maior e menor aproximação entre os partidos durante os anos analisados. Inicialmente, há uma polarização seguida pela aproximação entre os partidos na plataforma de 1948, resultado da inflexão liberal representada pelo PR. Novamente, há um certo distanciamento a partir da década de 1950, culminando em uma importante polarização entre os anos de 1976 e 1984. O período relativo à década de 1990 e início dos anos 2000 marca o momento de mais longa aproximação entre os partidos, por conta, principalmente, da inflexão conservadora do PD. Por fim, nas últimas plataformas, nota-se uma importante polarização. Desse modo, pode-se perceber que: em primeiro lugar, ao contrário de um gradual e linear distanciamento entre os partidos, o que ocorre são aproximações e distanciamentos ao longo dos anos, por conta de inflexões conservadoras ou liberais desses partidos; e, em segundo lugar, a recente polarização que se verifica não é inédita, já que houve outros momentos de distanciamento, como ocorreu na década de 1980.

Gráfico 3
Médias política econômica (PD e PR)

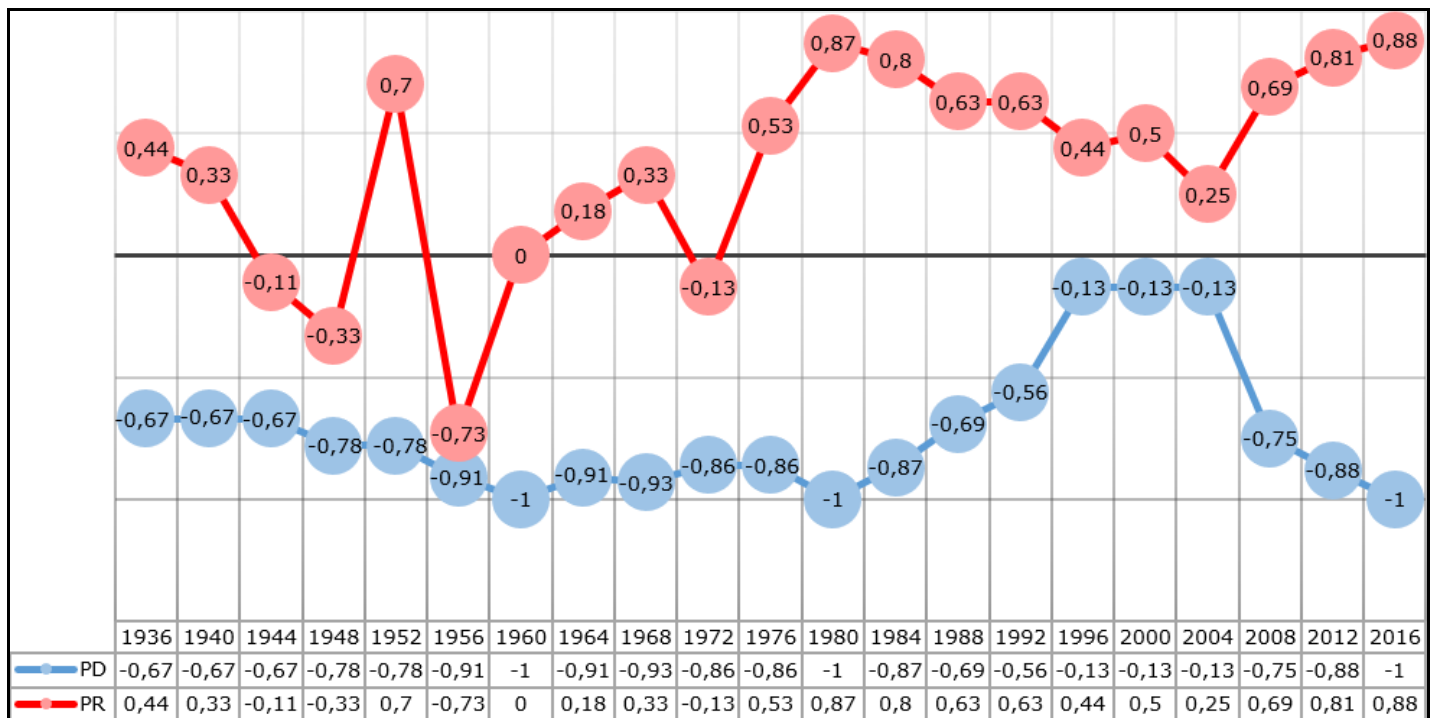


Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Conforme o Gráfico 4 aponta, os posicionamentos republicanos acerca de questões de *welfare* expõem dois momentos: um primeiro, de 1936 até 1972, marcado

por profundas oscilações, adentrando o campo liberal por três vezes nesse período; e um segundo momento, de 1972 até 2012, caracterizado pela ascensão e manutenção de posicionamentos conservadores. Já o PD demonstra maior constância, representada pela manutenção de posicionamentos liberais, salvo o hiato referente à década de 1990 e início dos anos 2000. Notam-se, assim, importantes aproximações entre os partidos, destacando-se os anos de 1948 e 1956, em função da inflexão liberal do PR, e entre os anos 1996 e 2004, em função da inflexão conservadora do PD. De todo modo, há polarizações importantes ao longo dos anos, principalmente no período entre os anos 1976 e 1988 e, recentemente, a partir de 2008. É importante mencionar que, no caso do Partido Republicano, ao contrário da categoria da política econômica, que se manteve em uma ascensão conservadora linear a partir de 1980, a categoria de *welfare* apresenta uma ascensão conservadora a partir de 1980, mas não linear, já que em 2004 a plataforma apresenta uma aproximação liberal nessa categoria. Assim, ainda que tenha havido uma ascensão conservadora no período mais recente, ela não foi gradativa, mas oscilou em um determinado momento.

Gráfico 4
Médias *welfare* (PD e PR)

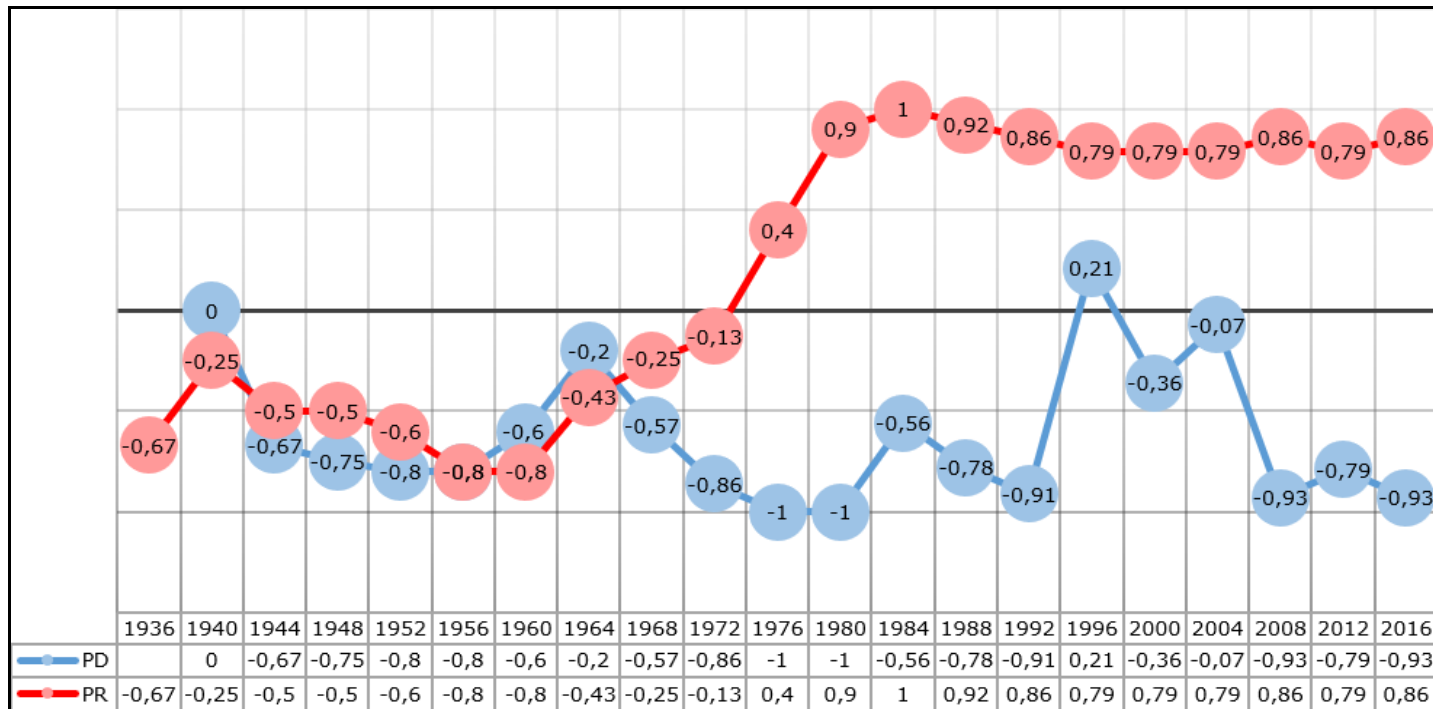


Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

O Gráfico 5, acerca das questões sociais, é o mais emblemático, no que tange tanto à suposta ascensão conservadora quanto à suposta polarização partidária. O PR

possui dois ápices invertidos: um primeiro momento, marcado por posicionamentos consistentemente liberais; e um segundo momento, a partir de 1972, caracterizado por posicionamentos conservadores. Enquanto no primeiro momento o PR se situa no espectro liberal do Gráfico 5, inclusive refletindo médias mais liberais que as do próprio PD em certos períodos, o segundo momento caracteriza-se por uma ascensão no campo conservador, culminando com a plataforma de 1984. Percebe-se, portanto, uma ascensão e posterior manutenção de posições conservadoras a partir da década de 1970 por parte do PR. O PD, ao contrário, mantém-se no espectro liberal, salvo o período de exceção representado pela plataforma de 1996. Desse modo, nota-se uma aproximação entre os partidos nos primeiros anos analisados (de 1936 a 1972), caracterizados por posicionamentos liberais por parte de ambos os partidos políticos. Do mesmo modo, é visível a polarização partidária que se segue a partir de então. Nesse sentido, verifica-se, nas últimas plataformas, a maior polarização já presenciada, sobressaindo, inclusive, a polarização que se deu na década de 1980. Assim, a hipótese acerca da polarização partidária nos anos recentes é corroborada neste estudo, em especial no que concerne às questões de cunho social.

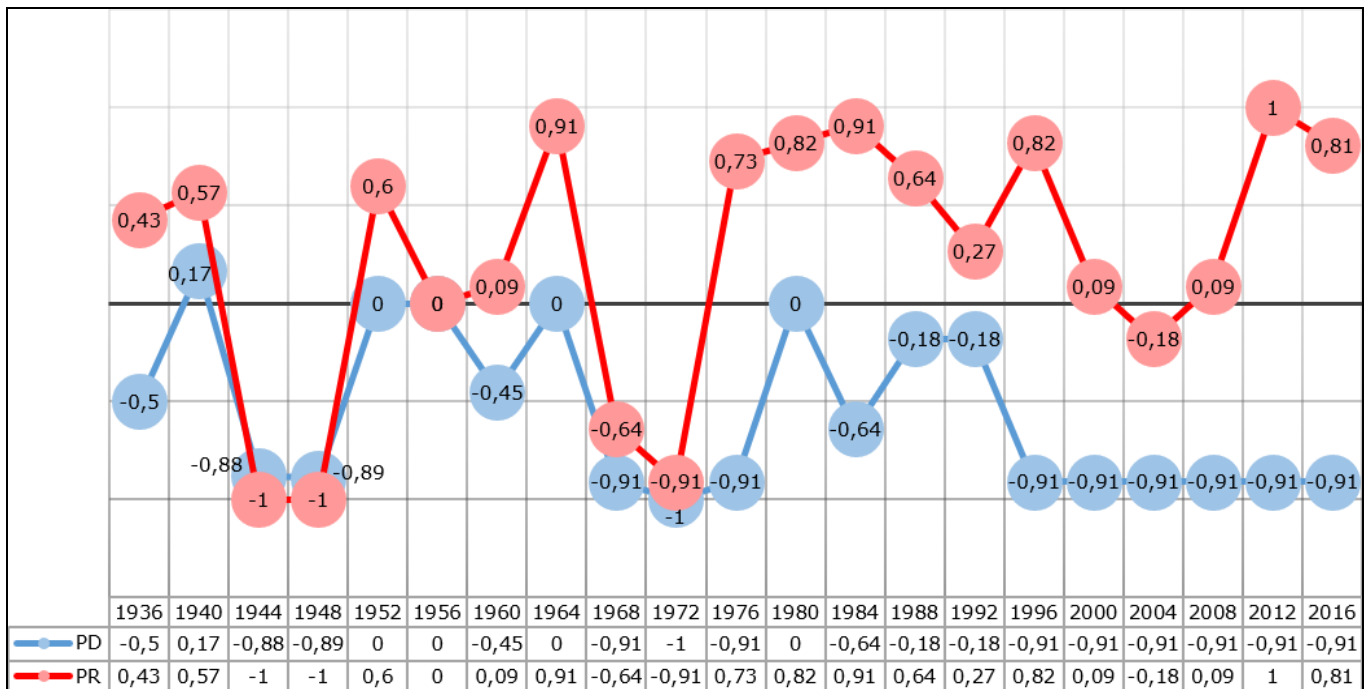
Gráfico 5
Médias questões sociais (PD e PR)



Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Já os posicionamentos expressados pelos partidos acerca da política externa podem ser considerados como os mais correlacionados entre si, comparando-se as quatro áreas analisadas. Com efeito, ambos os partidos oscilam ao longo de todo o período em estudo de maneira relativamente convergente, contribuindo para uma maior aproximação ideológica entre eles em praticamente todo o período. De fato, o ano de 2008 marca uma ruptura nesse padrão, caracterizando-se por um crescente distanciamento entre os partidos e refletindo, em 2012, na mais clara polarização partidária durante todo o período analisado. Nessa última plataforma, o PR situa-se no extremo do espectro político conservador, enquanto o PD situa-se no extremo do espectro liberal. Ao que parece, enquanto o período de 1936 a 1996 convive com aproximações entre os partidos por conta de constantes inflexões tanto conservadoras por parte do PD quanto liberais por parte do PR, indicando respostas semelhantes para mesmos eventos e questões externas, as duas últimas plataformas, ao se distanciarem, contribuiriam para a percepção de maior polarização partidária nos anos recentes. Ao contrário do que ocorre com as questões sociais, cuja polarização se dá principalmente por uma ascensão conservadora no PR, nesse caso a polarização pode ser entendida como resultado de um distanciamento causado tanto por uma ascensão conservadora por parte do PR a partir de 2008 quanto por uma ascensão liberal por parte do PD a partir dos anos 2000.

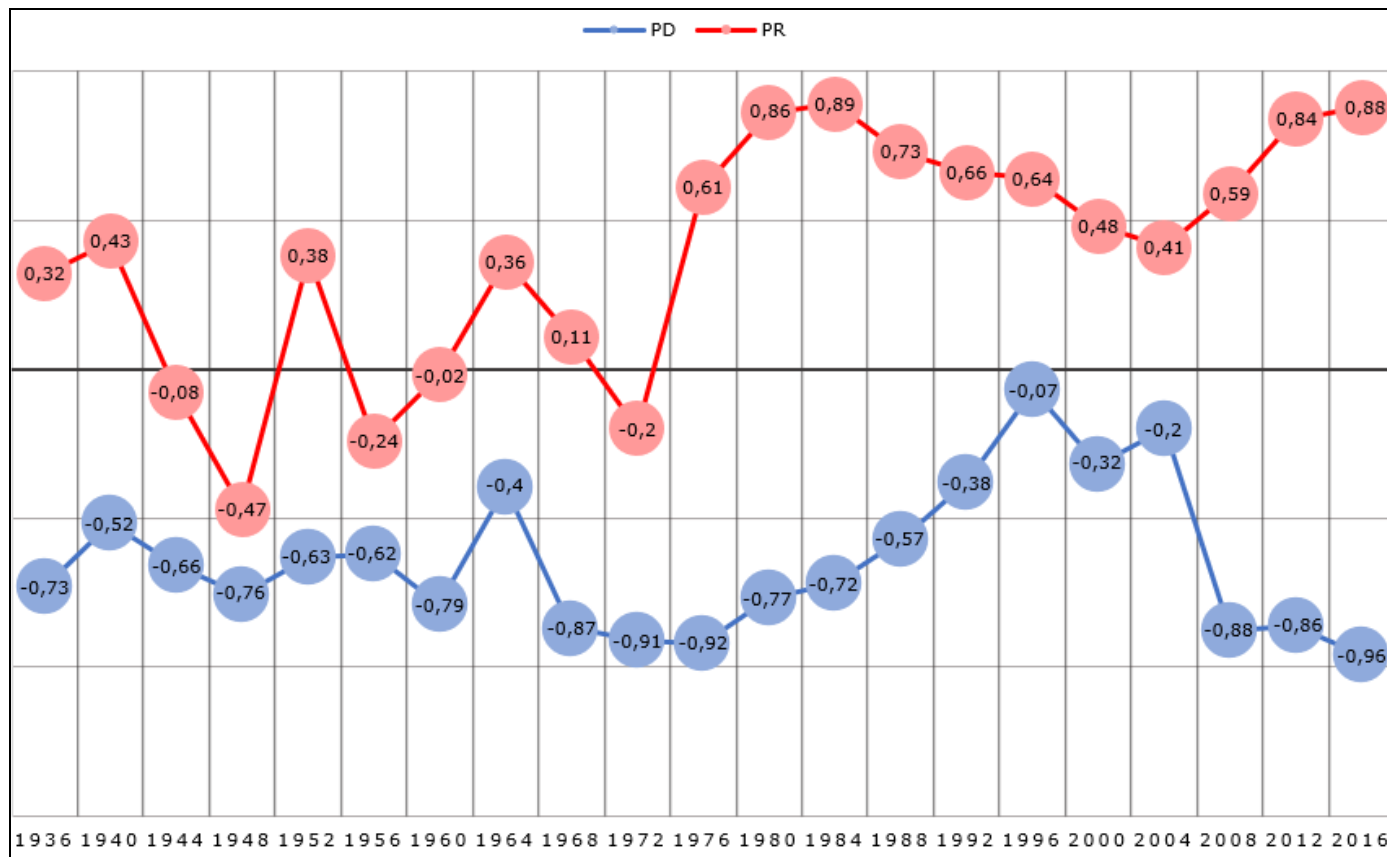
Gráfico 6
Médias política externa (PD e PR)



Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

Por fim, no Gráfico 7 – condensando todas as categorias de cada partido – verifica-se de modo mais abrangente a suposta polarização partidária.

Gráfico 7
Média geral por partido (PR e PD)



Fonte: Elaboração própria com base nas Plataformas Nacionais Democratas e Republicanas (1936-2016).

O estudo feito nos indica duas questões importantes. Em primeiro lugar, podemos perceber que há uma ascensão conservadora do PR, que se inicia no ano de 1976 e se mantém relativamente estável ainda que com uma rápida inflexão liberal no início dos anos 2000. Essa ascensão, portanto, não é exatamente linear e gradativa, mas surge de modo abrupto e convive com momentos decrescentes. E, em segundo lugar, pode-se perceber uma polarização partidária atual. Esta, no entanto, não é caso singular na história recente dos EUA. Entretanto, ao contrário das últimas polarizações, essa recente parece ser singular no sentido em que ambos os partidos apresentam um movimento crescente aos extremos do espectro ideológico político.

O período caracterizado pelo fim da década de 1970 e início dos anos 1980 já sinalizava um importante distanciamento ideológico. Nesse sentido, houve uma maior

aproximação nos anos seguintes (década de 1990) em função tanto de uma inflexão liberal por parte do PR quanto de uma inflexão conservadora por parte do PD e, por fim, um distanciamento progressivo a partir de 2008 entre os dois partidos. O que se quer dizer com isso é que a polarização partidária atual pode ser entendida como resultado tanto de uma ascensão conservadora por parte do PR de forma relativamente inédita a partir da década de 1980, quanto de um retorno ao padrão liberal do PD, interrompido de forma abrupta na década de 1990. É importante mencionar ainda que muito dessa percepção polarizada se dá através das questões sociais. De fato, elas foram as grandes contribuintes para esse distanciamento e, em específico, para a maior média republicana no âmbito conservador.

Considerações finais

Fenômeno de crescente importância no debate acadêmico estadunidense atual, a suposta polarização partidária tem sido objeto de inúmeros trabalhos. As análises feitas, no entanto, ao associarem o posicionamento de congressistas com a polarização partidária, caracterizam o partido político a partir dessas lideranças políticas. É importante lembrar que os partidos nos EUA são instituições bastante complexas, marcadas por um certo horizontalismo hierárquico e descentralização, o que permite uma ampla gama de atores na sua condução: delegados, presidente, congressistas, membros associados, braços intelectuais, entre outros. Esse artigo, diferentemente dessas análises, apresenta uma forma de analisar o fenômeno da polarização partidária a partir das plataformas nacionais. Nesse sentido, de modo algum intenta sobrepor-se aos estudos já feitos ou subjugar-los; ao contrário, pretende ser um complemento a estes a partir de certas lacunas que foram evidenciadas.

As plataformas partidárias são utilizadas como um meio para solucionar (ao menos em parte) a complexificação dessa questão. Apropriando-se de uma corrente de estudos que percebe nas plataformas o melhor retrato ideológico do partido político, buscou-se verificar o posicionamento do partido com base em quatro categorias – economia, *welfare*, questões sociais e política externa –, e a relação dessas posturas com o que se depreende do conservadorismo e do liberalismo no contexto estadunidense.

Nesse sentido, foi feita uma análise das colocações dos partidos a partir da categorização por indicadores que contam com a presença/ausência de preceitos liberais ou conservadores e da gradação desses preceitos ao longo dos anos em escalas de quantificação nas análises de plataformas nacionais partidárias. Desse modo, o artigo aqui apresentado é fruto de trabalho de interpretação – de leitura e de releitura de mais de 40 plataformas analisadas. Esses documentos bastante extensos e complexos propiciam um retrato ideológico partidário passível de ser comparado ao longo dos anos de maneira bem precisa. O resultado deste estudo é, muito provavelmente, inédito no sentido de codificar a partir de escalas de posicionamento em quatro áreas distintas ao

longo de quase um século de história política. Assim, pode-se observar como certos temas foram sendo trazidos para o debate político ao longo dos anos, como os partidos foram se posicionando sobre esses temas e como houve inflexões em relação a esse comportamento.

Como se pôde observar, os partidos não tendem a seguir um certo padrão linear ou mesmo a associar-se com outras posturas de mesmo perfil ideológico. Esses documentos nos mostram que há inflexões tanto no que diz respeito ao posicionamento explicitado ao longo dos anos referente a um determinado tema quanto aos posicionamentos frente a diferentes temas e áreas – nem sempre ideologicamente coerentes entre si. A análise feita ainda nos mostra uma convergência das plataformas liberais e conservadoras com a própria construção e discussão desses conceitos nos âmbitos social e político. Ao fim, a análise aqui feita corrobora a hipótese levantada referente à polarização partidária. De fato, em todas as áreas analisadas há um distanciamento ideológico entre esses partidos caracterizados por posicionamentos distintos. No entanto, essa polarização não é única, já que, em outros momentos, ela também ocorreu. Como já foi mencionado, essa recente polarização é resultado de um crescente e constante distanciamento ideológico entre os partidos nas questões sociais. Por fim, a polarização atual parece ser singular no sentido em que ambos os partidos apresentam um movimento aos extremos do espectro ideológico político.

Ainda que de forma muito incipiente e possivelmente com lacunas explicativas, o artigo buscou elucidar um fenômeno importante nos EUA e mesmo para a ciência política, qual seja, o atual distanciamento dos partidos em relação ao centro do espectro político. De fato, o que os estudos recentes e a análise aqui realizada nos mostram é uma atual oposição entre partidos com base em visões de mundo e, consequentemente, em posicionamentos políticos. Longe de se caracterizarem por um discurso centrista ou pouco comprometido com posições políticas, supostamente com o intuito de angariar a maioria do eleitorado, os dois principais partidos estadunidenses atualmente se definem por colocações opostas e firmes, resultando em um confronto ideológico em todas as áreas analisadas. Resta saber se esse processo beneficia a democracia ao representar a sociedade com todas as suas idiossincrasias ou, ao contrário, a prejudica por contemplar extremos nem sempre característicos da sociedade como um todo.

Referências bibliográficas

APSA. American Political Science Association. "Toward a more responsible two-party system: a report of the committee on political parties". *The American Political Science Review*, vol. 44, nº 3, set. 1950.

BAWN, K., et al. "A theory of political parties: groups, policy demands and nominations in American politics". *Perspectives on Politics*, vol. 10, nº 3, p. 571-597, set. 2012.

BELL, D. *O fim da ideologia*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

BERNSTEIN, J. "Party network research, factions, and the next agenda. State of the parties". Conference, Ohio, 2005. Disponível em: < <https://www.uakron.edu/bliss/docs/state-of-the-parties-documents/Bernstein.pdf> >. Acesso em: 4 jan. 2014.

BRENNAN, M. *Turning right in the sixties: the conservative capture of the GOP*. Chappel Hill: The University of North Carolina Press, 1995.

BRODER, D. *The party's over: the failure of politics in America*. New York: Harper and Row, 1972.

COHEN, M., et al. *The party decides: presidential nominations before and after reform*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

CRITCHLOW, D. *The conservative ascendancy: how the GOP right made political history*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

CROTTY, W. *American parties in decline*. Boston: Little Brown and Company, 1984.

DOMINGUEZ, C. "Groups and party coalitions: a network analysis of overlapping donor lists". In: Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, D.C., set. 2005. Disponível em: <<http://home.sandiego.edu/~caseydominguez/groupspartycoalitions.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

DOWNES, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

FEINSTEIN, B.; SCHICKLER, E. "Platforms and partners: the civil rights realignment reconsidered". *Studies in American Political Development*, Cambridge University Press, nº 22, p. 1-31, 2008.

FIORINA, M. P. "What happened to the medium voter?". In: MIT Conference on Parties and Congress, 1999. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~mfiorina/Fiorina%20Web%20Files/MedianVoterPaper.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. "Americans have not become more politically polarized". *The Washington Post*, 23 jun. 2014.

FIORINA, M.; ABRAMS, S. J. "Political polarization in the American public". In: Annual Review of Political Science, 2008. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~jcampbel/documents/AnnualReviewFiorina.pdf>> Acesso em: 4 ago. 2012.

GIFFORD, L. J.; WILLIAMS, D. (eds.). *The right side of the sixties: reexamining conservatism's decade of transformation*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GOTTFRIED, P. *Conservatism in America: making sense of the American right*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007.

HEANEY, M., et al. "Polarized networks: the organizational affiliations of national party convention delegates". *American Behavioral Sciences*, vol. 56, nº 2, p. 1.654-1.676, 2012.

HIMMELSTEIN, J. *To the right: the transformation of American conservatism*. Berkeley: University of California Press, 1989.

HUNTER, J. D.; WOLFE, A. *Is there a culture war?* Washington: Brookings Institution Press, 2006.

JORDAN, S.; WEBB, C.; WOOD, D. "The president, polarization and party platforms, 1944-2012". *The Forum*, vol. 12, nº 1, 2014.

KOGER, G.; MASKET, S.; NOEL, H. "Partisan webs: information exchange and party networks". *British Journal of Political Science*, vol. 39, nº 3, p. 633-653, 2009.

KOSTER, W.; ACHTERBERG, P.; VAN DER WALL, J. "The new right and the welfare state". *International Political Science Review*, vol. 34, 2012.

LANGE, S. "A new winning formula? The programmatic appeal of the radical right". *Party Politics*, vol. 13, nº 4, 2007.

LEVENDUSKY, M. *The partisan sort*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

MANN, J. "Politics is more broken than ever". *The Atlantic*, 2014 (online). Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/politics/print/2014/05/dysfunction/371544/>>. Acesso em: 8 maio 2015.

MANN, T. E.; ORNSTEIN, N. J. *The broken branch*. New York: Oxford University Press, 2006.

_____. *It's even worse than it looks*. New York: Basic Books, 2012.

MASKET, S. "It takes an outsider: extralegislative organization and partisanship in California". *American Journal of Political Science*, vol. 51, nº 3, p. 482-497, jul. 2007.

_____. *No middle ground: how informal party organizations control nominations and polarize legislatures*. Michigan: The University of Michigan Press, 2012.

MCCARTY, N.; POOLE, K.; ROSENTHAL, H. *Polarized America*. London: The Mit Press, 2006.

NASH, G. H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 1996.

_____. *Reappraising the right: the past and future of American conservatism*. Wilmington: Isi Books, 2009.

NOEL, H. "The coalition merchants: the ideological roots of the civil rights realignment". *The Journal of Politics*, vol. 74, nº 1, p. 156-173, 2012a.

_____. "Toward a network's theory of political parties: a social network's analysis of internal party cleavages in presidential nominations". In: American Political Parties: Past, Present and Future Conference. Charlottesville, 2012b. Disponível em: <<http://faculty.virginia.edu/jajenkins/Noel.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

PARTIDO DEMOCRATA. *Democratic Party national platforms, 1936-2016*. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

PARTIDO REPUBLICANO. *Republican Party national platforms, 1936-2016*. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

PEELE, G.; ABERBACH, J. (eds.). *Crisis of conservatism? The Republican Party, the conservative movement, and American politics after Bush*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

PEW RESEARCH CENTER. *Political polarization in the American public*, 2014. Disponível em: <www.pewresearch.org>. Acesso em: 21 jan. 2015.

PHILIPS-FEIN, K. *Invisible hands: the making of the conservative movement from the New Deal to Reagan*. New York: W.W. Norton and Company, 2009.

PIERSON, P.; HACKER, J. *Off center: the Republican Revolution and the erosion of American democracy*. New Haven: Yale University Press, 2005.

PIERSON, P.; SKOCPOL, T. (eds.). *The transformation of American politics: activist government and the rise of conservatism*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

POOLE, K.; ROSENTHAL, H. "The polarization of American politics". *The Journal of Politics*, vol. 46, nº 4, p. 1.061-1.079, nov. 1984.

_____. "A spatial model for legislative roll call analysis". *American Journal of Political Science*, vol. 29, nº 2, p. 357-384, maio 1985.

POWELL, G. B. "Representation in context: election laws and ideological congruence between citizens and government". Discurso proferido para a APSA, 2012. Disponível em: <<http://www.apsanet.org/media/PDFs/GovDept/2011%20Powell.pdf>>. Acesso em: jul. 2014.

PRIOR, M. "Media and political polarization". *Annual Review of Political Science*, vol. 16, fev. 2013.

SCHWARTZ, M. *The party network: the robust organization of Illinois republicans*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990.

SINCLAIR, B. *Party wars*. Oklahoma: Oklahoma University Press, 2006.

THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT. *website*, 2013. UC Santa Barbara. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

THOMPSON, M. *Confronting the new conservatism: the rise of the right in America*. New York: New York University Press, 2007.

VIDAL, C. F. "Polarização partidária e ascensão conservadora: uma análise das plataformas nacionais Republicanas e Democratas nos Estados Unidos (1936-2012)". Tese de Doutorado em Ciência Política. UFRGS, 2016.

WATTENBERG, M. *The decline of American political parties*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

Anexo

Indicadores de presença/ausência de preceitos conservadores/liberais

1 Política econômica

1.1 Modelo adotado (keynesianismo x hayekianismo)

1.1.1 A plataforma privilegia o livre mercado, a iniciativa privada e/ou a não interferência federal na economia (+1)

1.1.2 Não faz menção (0)

1.1.3 A plataforma privilegia o papel do governo federal na economia como uma espécie de árbitro desta (-1)

1.2 Regulação do mercado

1.2.1 A plataforma mostra-se contrária (+1)

1.2.2 Não faz menção (0)

1.2.3 A plataforma mostra-se a favor (-1)

1.3 Orçamento federal

1.3.1 A plataforma dá prioridade ao orçamento equilibrado através da diminuição de gastos federais (+1)

1.3.2 Não faz menção (0)

1.3.3 A plataforma dá prioridade à manutenção da rede de proteção social. O equilíbrio orçamentário se dá por meio de maior arrecadação através de impostos progressivos (-1)

1.4 Impostos

1.4.1 A plataforma enfatiza impostos mínimos e/ou iguais (+1)

1.4.2 Não faz menção (0)

1.4.3 A plataforma enfatiza impostos progressivos (-1)

1.5 Sindicatos

1.5.1 A plataforma abstém-se de envolvimento federal e/ou valoriza uma negociação entre empregador e empregado (+1)

1.5.2 Não faz menção (0)

1.5.3 A plataforma valoriza o papel dos sindicatos (-1)

1.6 Salário mínimo

1.6.1 A plataforma mostra-se contrária à legislação federal (a favor de legislações estaduais ou da livre negociação) (+1)

1.6.2 Não faz menção (0)

1.6.3 A plataforma mostra-se a favor de legislação federal (-1)

1.7 Proteção ao consumidor

1.7.1 A plataforma abstém-se de uma atuação do governo federal (+1)

1.7.2 Não faz menção (0)

1.7.3 A plataforma mostra-se favorável ao envolvimento do governo federal (-1)

1.8 Desemprego

1.8.1 A plataforma enfatiza o papel da iniciativa privada e/ou dos estados e instituições voluntárias na assistência aos desempregados (+1)

1.8.2 Não faz menção (0)

1.8.3 A plataforma enfatiza o papel do governo através de programas federais e/ou na assistência financeira aos desempregados (-1)

1.9 Infraestrutura nacional

1.9.1 A plataforma enfatiza o desenvolvimento pela iniciativa privada e/ou pelos estados (+1)

1.9.2 Não faz menção (0)

1.9.3 A plataforma enfatiza o desenvolvimento pelo governo federal (-1)

1.10 Transportes ferroviários públicos

1.10.1 Fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada e/ou privatização (+1)

1.10.2 Não faz menção (0)

1.10.3 Fortalecimento através do papel desempenhado pelo governo federal (-1)

1.11 Corporações, monopólio e oligopólio

1.11.1 A plataforma mostra-se contrária a regulamentações federais (+1)

1.11.2 Não faz menção (0)

1.11.3 A plataforma defende legislação federal com vistas a regulamentação ou coibição (-1)

1.12 Produção

1.12.1 Favorável à abstenção do governo federal – Ênfase na iniciativa privada (+1)

1.12.2 Não faz menção (0)

1.12.3 Favorável ao envolvimento do governo federal no gerenciamento e/ou na construção de programas e incentivos (-1)

1.13 Iniciativa privada e governo federal referente a programas públicos

1.13.1 Ênfase na iniciativa privada (+1)

1.13.2 Não faz menção (0)

1.13.3 Ênfase no governo federal (-1)

1.14 Geração de empregos

1.14.1 Ênfase na desregulamentação e/ou desoneração da iniciativa privada para geração de empregos e/ou em capacitação através de instituições voluntárias ou privadas (+1)

1.14.2 Não faz menção (0)

1.14.3 Ênfase em programas federais para geração de empregos e/ou em capacitação através de programas ou incentivos federais (-1)

1.15 Agricultura

1.15.1 Pouco ou nenhum envolvimento no que diz respeito a incentivos, crédito e/ou programas específicos – Ênfase recai na iniciativa privada (+1)

1.15.2 Não faz menção (0)

1.15.3 Amplo envolvimento do governo federal no que diz respeito a incentivos, crédito e/ou programas específicos (-1)

2 Welfare – Rede de proteção federal

2.1 Papel do governo

2.1.1 A plataforma enfatiza a prestação de serviços essenciais previstos pela Constituição (+1)

2.1.2 Não faz menção (0)

2.1.3 A plataforma enfatiza uma ampla rede de proteção econômica e social (-1)

2.2 Indivíduo

2.2.1 Ênfase na "liberdade" – Direito de fazer por si e responsabilizar-se sem interferência federal (+1)

2.2.2 Não faz menção (0)

2.2.3 Ênfase na proteção dada pelo governo – Governo federal tem o dever de "proteger" (-1)

2.3 Rede de proteção econômica e social – Assistência

2.3.1 Papel da iniciativa privada, dos estados e/ou da responsabilidade individual (+1)

2.3.2 Não faz menção (0)

2.3.3 Papel do governo federal (-1)

2.4 Pobreza

2.4.1 A ser combatida principalmente pelo crescimento econômico através da iniciativa privada e/ou pelo fortalecimento da família e instituições voluntárias (+1)

2.4.2 Não faz menção (0)

2.4.3 A ser combatida pelo esforço do governo federal, através de programas e recursos financeiros (-1)

2.5 Social Security

2.5.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada (total ou semiprivatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)

2.5.2 Não faz menção (0)

2.5.3 Valorização – Seu fortalecimento através do papel do governo federal (-1)

2.6 Medicare

2.6.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior abertura por meio de competição com a iniciativa privada (total ou semiprivatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)

2.6.2 Não faz menção (0)

2.6.3 Valorização – Seu fortalecimento através do papel do governo federal (-1)

2.7 Medicaid

2.7.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior abertura por meio de competição com a iniciativa privada (total ou semiprivatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)

2.7.2 Não faz menção (0)

2.7.3 Valorização – Seu fortalecimento através do papel do governo federal (-1)

2.8 Educação pública (ensino fundamental e médio)

2.8.1 Repasse federal diretamente aos estados – Papel mínimo do governo federal e/ou valorização através de incentivos econômicos de outras modalidades de ensino (+1)

2.8.2 Não faz menção (0)

2.8.3 Amplo papel do governo federal, que não se restringe ao repasse federal às escolas, mas também envolve aumento de recursos através da distribuição de maiores aportes financeiros, construção de escolas etc. (-1)

2.9 Educação universitária

2.9.1 Manutenção e/ou diminuição de repasses e/ou incentivos federais – Ênfase no crescimento econômico e na iniciativa privada (+1)

2.9.2 Não faz menção (0)

2.9.3 Aumento de repasses e/ou incentivos federais (inclusive na criação de universidades públicas). Ênfase no papel direto do governo federal (-1)

2.10 Serviço Postal¹¹

2.10.1 Relativa desvalorização – Seu fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada e/ou privatização (+1)

2.10.2 Não faz menção (0)

2.10.3 Valorização – Fortalecimento através do papel desempenhado pelo governo federal (-1)

2.11 Labor¹² – Rede de proteção

2.11.1 A plataforma valoriza uma menor regulação federal (+1)

2.11.2 Não faz menção (0)

2.11.3 A plataforma valoriza a regulação federal (-1)

2.12 Meio ambiente

2.12.1 Ênfase no “equilíbrio” entre crescimento econômico e preservação (a economia não deve ser prejudicada) e/ou ênfase em uma relativa desregulamentação federal (+1)

2.12.2 Não faz menção (0)

2.12.3 Ênfase na preservação do meio ambiente através de regulamentação federal (-1)

2.13 Food Stamps

2.13.1 Desvalorização: Menores recursos federais e/ou transferência de responsabilidade para outros entes (+1)

¹¹ Optou-se por incluir esse serviço porque foi um dos primeiros programas financiados e administrados pelo governo federal na história dos Estados Unidos – é um tema relativamente recorrente nas plataformas.

¹² Refere-se ao trabalho operário – manual. Optou-se por manter esse conceito em inglês pela falta de um sinônimo em português.

2.13.2 Não faz menção (0)

2.13.3 Valorização e/ou fortalecimento através de expansão (-1)

2.14 Combate à Aids

2.14.1 Ênfase no comportamento (+1)

2.14.2 Não faz menção (0)

2.14.3 Ênfase na manutenção e/ou na expansão de programas federais (-1)

2.15 Combate às drogas

2.15.1 A plataforma enfatiza o papel da família e do comportamento pessoal priorizando o seu combate pela polícia (+1)

2.15.2 Não faz menção (0)

2.15.3 A plataforma enfatiza o papel do governo federal – Assistência federal ao usuário através de programas e/ou recursos priorizando uma visão social do problema (-1)

2.16 Sistema de saúde pública

2.16.1 A plataforma menciona ser contrária (+1)

2.16.2 Não faz menção

2.16.3 A plataforma menciona ser a favor (-1)

3 Questões sociais

3.1 Gênero

3.1.1 Abstenção do governo federal – Assunto a ser tratado pelos estados, menção favorável ao EPEW¹³ tão somente, ou ao crescimento econômico para maiores conquistas (+1)

3.1.2 Não faz menção (0)

3.1.3 Defesa de uma rede de proteção e de extensão de direitos pelo governo federal que não se restringe ao EPEW, mas que abarca legislações como o ERA (-1)

3.2 Aborto

3.2.1 A plataforma mostra-se *Pro-life* (contra *Roe vs. Wade*) (+1)

3.2.2 Não faz menção (0)

3.2.3 A plataforma mostra-se *Pro-choice* (a favor de *Roe vs. Wade*) (-1)

3.3 Homossexualismo

3.3.1 Relativa segregação de direitos civis – A plataforma defende a diminuição de direitos civis já conquistados ou advoga pela ingerência estadual e local sobre o assunto (+1)

3.3.2 Não faz menção (0)

¹³ Equal Pay for Equal Work.

3.3.3 Inclusão de direitos civis – A plataforma defende a não discriminação e/ou manifesta-se a favor da inclusão de direitos civis (–1)

3.4 Imigração

3.4.1 A plataforma enfatiza a diminuição de direitos a imigrantes legais e/ou deportação dos ilegais (+1)

3.4.2 Não faz menção (0)

3.4.3 A plataforma enfatiza a extensão de direitos a imigrantes legais ou ilegais que já vivem nos EUA (–1)

3.5 Família

3.5.1 Ênfase nos valores tradicionais e na moralidade – Fortalecimento através do governo federal ou de instituições *faith based* (+1)

3.5.2 Não faz menção (0)

3.5.3 Ênfase nas condições práticas de manutenção – Fortalecimento através de programas federais para a manutenção da família; e/ou valorização de uma definição de família que inclua casais homossexuais (–1)

3.6 Educação – Currículo

3.6.1 Ênfase na educação cívica, na ordem e/ou na história dos Estados Unidos – Nacionalismo (+1)

3.6.2 Não faz menção (0)

3.6.3 Ênfase em temas como homossexualismo e orientação sexual e/ou na discussão sobre minorias – Multiculturalismo (–1)

3.7 Gravidez na adolescência – Orientação sexual na escola

3.7.1 A plataforma mostra-se contrária à orientação sexual e/ou defende a abstinência até o casamento (+1)

3.7.2 Não faz menção (0)

3.7.3 A plataforma mostra-se a favor de orientação sexual (–1)

3.8 Entretenimento (pornografia e conteúdo de TV para crianças, por exemplo)

3.8.1 Regulação do governo federal (+1)

3.8.2 Não faz menção (0)

3.8.3 Abstenção do governo federal (–1)

3.9 Religião

3.9.1 Expressa como uma extensão do governo federal – Seu fortalecimento através da defesa e valorização dos seus símbolos e rituais nas dependências e extensões do governo federal (+1)

3.9.2 Não faz menção (0)

3.9.3 Expressa em separado do governo federal – Respeito ao multiculturalismo (–1)

3.10 Religião e instituições voluntárias de fé (*faith based institutions*)

3.10.1 Defesa da atuação dessas instituições como um “braço” do governo federal, podendo vir a substituir-lhe funções humanitárias e sociais (+1)

3.10.2 Não faz menção (0)

3.10.3 Entendimento de que estas trabalham em conjunto com o governo federal e/ou são orientadas por ele, mas não substituem o seu papel (-1)

3.11 Questão racial – *Civil rights*

3.11.1 Mais direitos através de legislação estadual e/ou do crescimento econômico – Sem envolvimento do governo federal (+1)

3.11.2 Não faz menção (0)

3.11.3 Legislação deve ser feita pelo governo federal (-1)

3.12 Minorias – Índios, negros e imigrantes, por exemplo

3.12.1 Desqualifica ações afirmativas ou mostra-se descrente quanto a elas (+1)

3.12.1 Não faz menção (0)

3.12.3 Valoriza ações afirmativas (-1)

3.13 Armas de fogo

3.13.1 Desregulamentação federal – É direito individual (+1)

3.13.2 Não faz menção (0)

3.13.3 Regulamentação federal – É dever do governo federal

3.14 *Child Care* (relativo ao debate de gênero)

3.14.1 Enfatiza o papel de estado, município, instituições religiosas, privadas ou voluntárias (+1)

3.14.2 Não faz menção (0)

3.14.3 Enfatiza o papel do governo federal na construção e/ou na distribuição de recursos (-1)

4 Política externa

4.1 Atuação externa

4.1.1 Enfatiza a soberania e/ou os interesses norte-americanos – Relativo unilateralismo. A prioridade está na liderança norte-americana (+1)

4.1.2 Não faz menção (0)

4.1.3 Enfatiza parcerias e/ou tratados multilaterais – Multilateralismo. A prioridade está na cooperação (-1)

4.2 Defesa e segurança

4.2.1 Projeto unilateral – Segurança interna está baseada em armamentos (+1)

4.2.2 Não faz menção (0)

4.2.3 Projeto coletivo – Segurança interna está baseada em alianças externas e/ou em fatores estruturais internos (pobreza e educação) (–1)

4.3 Paz mundial

4.3.1 Projeto unilateral através de liderança norte-americana (+1)

4.3.2 Não faz menção (0)

4.3.3 Projeto coletivo através de cooperação internacional (–1)

4.4 Relacionamento com o inimigo

4.4.1 Enfatiza armamentos e efetivos – Foco na dissuasão através da punição (+1)

4.4.2 Não faz menção (0)

4.4.3 Enfatiza a diplomacia – Foco na dissuasão através do diálogo (–1)

4.5 Armamentos nucleares

4.5.1 Enfatiza manutenção ou aumento destes de modo unilateral (+1)

4.5.2 Não faz menção (0)

4.5.3 Enfatiza diminuição destes de modo multilateral (–1)

4.6 OIs e tratados multilaterais

4.6.1 Mostra-se reticente – Ênfase recai no custo-benefício e/ou na soberania norte-americana (+1)

4.6.2 Não faz menção (0)

4.6.3 Valoriza – Fortalecimento através de recursos financeiros e/ou efetivo pessoal (–1)

4.7 ONU

4.7.1 Mostra-se reticente – Enfatiza os problemas da instituição e/ou a primazia da soberania norte-americana. Pode, assim, evocar a diminuição de recursos e/ou a não participação em certos programas ou unidades (+1)

4.7.2 Não faz menção (0)

4.7.3 A plataforma a valoriza – Enfatiza os benefícios da instituição. Pode, assim, evocar a manutenção e/ou o aumento de recursos e participação norte-americana (–1)

4.8 Otan

4.8.1 Fortalecimento através de liderança norte-americana – Ênfase no custo-benefício para a defesa norte-americana (+1)

4.8.2 Não faz menção (0)

4.8.3 Fortalecimento através do multilateralismo – Ênfase na defesa multilateral que a organização propicia (–1)

4.9 CIJ

4.9.1 Reticente quanto à participação dos EUA (+1)

4.9.2 Não faz menção (0)

4.9.3 Valoriza a participação dos EUA (-1)

4.10 Ajuda humanitária

4.10.1 Reticente – Enfatiza a iniciativa privada e instituições voluntárias (+1)

4.10.2 Não faz menção (0)

4.10.3 Valoriza – É papel do governo, através de ajuda financeira e/ou efetivo pessoal (-1)

4.11 Relacionamento com a URSS/Rússia

4.11.1 Enfatiza *deterrence* – Prioridade está na questão armamentícia (+1)

4.11.2 Não faz menção (0)

4.11.3 Enfatiza *appeasement* – Prioridade está no diálogo (-1)

Abstract

Political and Party Polarization in United States (1936-2016)

This research is aimed at understanding the supposed US party polarization. Through a methodology that privileges the use of national platforms as an indicative of ideological portrait and gradation indicators, this study aims to empirically show in a historical perspective the approximations and distances between the two most important political parties in USA and, consequently, the rise or decline of ideologies as conservatism and liberalism. The time framed goes from 1936 (first election post New Deal) to 2016. The results indicate that there is a party polarization in recent period, not singular in the history of the country, but unique in the sense that both parties head to extremes of the political spectrum characterized, mainly, by a conservative ascendancy by the Republican Party with regards to social issues. Far from a centrist discourse or not committed supposedly intending to collect a higher number of electors, the US parties define themselves by opposed positionings. One still needs to know if this is a process that benefits democracy when representing society with all its idiosyncrasies or it is one process that harms democracy by contemplating extremes not always characteristics of the society as a whole.

Keywords: polarization; United States; platforms; Republican Party; Democratic Party

Resumen

Polarización Política y Partidario en los Estados Unidos (1936-2016)

Esta investigación se dedica a una comprensión de la polarización partidaria estadounidense. A través de una metodología que enfoca el uso de las plataformas nacionales como indicativo de retrato ideológico partidario y de indicadores de gradación, este estudio busca evidencia empírica y perspectiva histórica, cercanías y distancias ideológicas entre los dos principales partidos políticos en Estados Unidos y, por consiguiente, el ascenso o deterioro de ideologías como conservadurismo y liberalismo. El recorte temporal se hace desde 1936 (primera elección post New Deal) hasta 2016. Los resultados nos dicen que hay una polarización partidaria recientemente, que no es singular en la historia del país, pero única cuando los dos partidos caminan para extremos del espectro político caracterizado, principalmente, por un ascenso conservador por parte del Partido Republicano con relación a los dilemas sociales. Lejos de ser un discurso centrista o no comprometido supuestamente con la intención de recoger un gran número de electores, los partidos estadounidenses se definen por posiciones contrarias. Cabe analizar si ese es un proceso que beneficia a la democracia por representar la sociedad con todas sus idiosincrasias o que perjudica la democracia por contemplar extremos que ni siempre caracterizan a toda la sociedad.

Palabras clave: polarización; Estados Unidos; plataformas; Partido Republicano; Partido Demócrata

Résumé

Polarisation Politique et Partisane aux Etats-Unis (1936-2016)

Cette recherche s'est dédiée à la compréhension à propos de la supposée polarisation partidaire aux États-Unis. À partir d'une méthodologie qui prend l'analyse des plateformes nationales comme indicatives du portrait de l'idéologie partidaire et de ses gradations, cette étude cherche à montrer empiriquement et en perspective historique les approximations et les distances idéologiques entre les deux principaux partis politiques aux États-Unis, et en conséquence, la montée ou le déclin des idéologies comme le conservatisme et le libéralisme. La sélection temporelle est définie entre 1936 (première élection à président après le New Deal) et 2016. Les résultats montrent-ils une polarisation partidaire dans la période récente, pas singulière dans l'histoire du pays, mais sans pareil donc les deux partis se sont tournés vers les extrêmes du spectre politique caractérisé, surtout, à cause de la montée conservatrice du Parti républicain, notamment en ce qui concerne aux questions sociales. Loin de se définir par un discours de centre ou prétendument peu engagé avec l'intention de toucher la plupart des électeurs, les partis aux États-Unis se sont définis par des prises de position opposées. Reste à savoir si ce processus est bénéfique à la démocratie en représentant la société avec toutes ses idiosyncrasies, ou s'il nuit la démocratie à l'englober les extrêmes pas tout à fait caractéristiques de la société dans son ensemble.

Mots-clés: polarisation; Etats-Unis; plateformes; Parti Républicain; Parti Démocrate

Artigo submetido à publicação em 6 de dezembro de 2019.

Versão final aprovada em 5 de fevereiro de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



El combate a la corrupción como prioridad ciudadana para la acción gubernamental: el caso de Chile, 2000-2019

Mariángeles Cifuentes Krstulovic¹ 

Patricio Navia² 

Después de una discusión teórica sobre qué explica la percepción de corrupción y la importancia que le da la gente a que el combate a la corrupción sea una prioridad para la acción gubernamental, planteamos 4 hipótesis que testeamos en Chile, una democracia con baja percepción de corrupción, pero con varios escándalos de corrupción en años recientes. Usamos 43 encuestas (N = 63.768) nacionales del Centro de Estudios Públicos (CEP) entre 2000 y 2019 para estimar modelos logísticos binarios. La probabilidad de mencionar a la corrupción por sobre otros asuntos como prioridad para la acción gubernamental es menor entre los que aprueban al presidente, mayor entre los que más consumen medios de comunicación para informarse políticamente, menor en los primeros años y mayor en los últimos años de cada gobierno, y menor en personas que consideran que la delincuencia, el empleo y otros temas sociales debieran ser prioridad para el gobierno.

Palabras clave: corrupción; opinión pública; confianza institucional; aprobación presidencial; Chile

Introducción

Una de las formas más comunes de medir los niveles de corrupción es la percepción de corrupción, que refleja los sentimientos de la ciudadanía sobre qué tan extendido está este fenómeno. Pero en países donde hay bajos niveles de percepción de corrupción, hay poca varianza y resulta difícil estimar los determinantes de dicha percepción. Además, como las encuestas a menudo preguntan sobre percepción de corrupción –y no ponen a la corrupción en una lista de prioridades a las que el gobierno debiera abocarse–, no sabemos si la gente da más importancia al combate a la corrupción o a otras prioridades, como el empleo, la inflación o la seguridad ciudadana. De ahí que optamos por usar un indicador

¹ Universidad Diego Portales, Facultad de Ciencias Sociales e Historia. Santiago (RM), Chile.

E-mail: <mariangeles.cifuentes.k@gmail.com>.

² New York University, Liberal Studies. New York (NY), Estados Unidos. Universidad Diego Portales, School of Political Science. Santiago (RM), Chile. E-mail: <patricio.navia@nyu.edu>.

alternativo que evalúa qué tan importante es para la gente que el gobierno haga del combate a la corrupción una prioridad.

Si bien es uno de los dos países de América Latina con menores niveles de corrupción, de acuerdo al Índice de Percepción de Corrupción (CPI, por sus siglas en inglés), Chile ha bajado su puntaje en el CPI desde 2014. El CPI utiliza encuestas de expertos para asignar un puntaje (100, sin corrupción, 0 completamente corrupto). En 2019, con 67 puntos, Chile ocupó el puesto 26 entre 180 países y fue el segundo menos corrupto a nivel regional. En 2014, con un *ranking* de 73 puntos, Chile había ocupado el puesto 21 y empató con Uruguay como el país menos corrupto de América Latina. A pesar de su buena posición en el CPI, el Barómetro Global de la Corrupción (Hardoon y Finn, 2013) advirtió, en el último año que se realizó en Chile, que un 76% de los chilenos percibe a los partidos políticos como altamente corruptos. El Congreso Nacional (68%), el Poder Judicial (67%) y los funcionarios públicos (58%) también son percibidos con niveles altos de corrupción.

De ahí que, aunque en general Chile aparece bien posicionado en los índices internacionales, también hay evidencia de que la gente percibe corrupción en el país. Por eso, aquí estudiamos qué tan importante es para la gente que el combate a la corrupción sea una prioridad para la acción gubernamental. En 2007, menos de un 10% de los chilenos mencionaba a la corrupción como una de las tres prioridades a las que se debería abocar el gobierno. En mayo de 2017, en medio de varios escándalos de corrupción, esta cifra llegó a un 32%, pero todavía detrás de otras prioridades, como la delincuencia, educación o salud. Con todo, desde abril de 2015, la corrupción ha estado entre las 5 prioridades más importantes para la acción gubernamental en las encuestas realizadas en Chile. Aunque, en general, Chile es percibido como un país con bajos niveles de corrupción, en las encuestas que permiten comparar la importancia que da la gente al combate a la corrupción respecto a otras prioridades para la acción gubernamental, la gente da una importancia creciente al combate a la corrupción.

En lo que sigue, primero discutimos los múltiples significados de corrupción y luego la teoría sobre los determinantes de la percepción de corrupción y, a partir de ella, articulamos un argumento metodológico para usar un indicador que permite comparar qué tan importante es para la gente que el gobierno se aboque a combatir la corrupción respecto a otras prioridades. A partir de eso, elaboramos 4 hipótesis. Después de justificar el uso de Chile como caso de estudio, presentamos los datos y procedemos a evaluar las hipótesis. Reportamos que es menos probable que las personas que se identifican con el gobierno mencionen el combate a la corrupción como una prioridad para la acción gubernamental, que esa probabilidad es mayor en personas que consumen más medios de comunicación para adquirir información política, es menor en personas que dan más importancia a la delincuencia, el empleo y los temas económicos, y es menor en los primeros años de gobierno y mayor en los últimos años de cada gobierno.

Los múltiples significados de corrupción

La corrupción es entendida como el abuso de poder para beneficio privado (Transparencia Internacional, 2015). Para Kaufmann (2015), la corrupción se refiere a un negocio entre dos partes, en la que una ofrece un pago a cambio de un beneficio superior y la otra acepta la realización del servicio. Soriano (2011) la define como el quebrantamiento de las normas por parte de funcionarios públicos para la obtención de beneficios personales o grupales, e identifica al soborno y la extorsión como unidades básicas de estas prácticas. Rose-Ackerman (2001) la entiende como un síntoma de la mala gestión del Estado, en donde las instituciones se utilizan para el enriquecimiento personal. Mientras que, para Della Porta y Vannucci (1997), es un fenómeno que puede atacar dos principios fundamentales de la democracia, la igualdad de los ciudadanos por sobre las instituciones y la apertura de la toma de decisiones.

De acuerdo a Transparencia Internacional (2015), la corrupción se agrupa en tres tipos – grande, pequeña y política. La grande consiste en actos cometidos por líderes en altos niveles de gobierno para beneficiarse a expensas de los bienes públicos y distorsiona las políticas y el funcionamiento del Estado. La pequeña se refiere al abuso cotidiano de funcionarios públicos –de niveles medios y bajos– que pretenden beneficiarse de las interacciones con ciudadanos que buscan acceder a bienes y servicios básicos. La corrupción política, por su parte, corresponde a la manipulación de políticas, instituciones y reglas de parte de los *decision makers* para beneficiarse en la asignación de recursos y mantener su poder, status y bienestar. Para Gambetta (2002), la corrupción “refiere a la degradación de los agentes en el sentido ético, su falta de integridad moral o incluso su depravación” (p. 34). Varraich (2014) explica que la corrupción es un *umbrella concept* que se compone de diversas prácticas de connotación negativa, entre las que destacan el clientelismo, patronazgo, patrimonialismo y *state capture*. Si bien Varraich (2014) incluye dentro del concepto de corrupción las prácticas clientelares y de patronazgo, la corrupción es una práctica ilegal penalizada por la ley, mientras que el clientelismo y patronazgo no lo son. En contextos de instituciones débiles y bajos niveles de confianza institucional, la corrupción se convierte en un mecanismo de refuerzo del clientelismo político (Maíz, 2003). Filgueiras (2008) subraya la falta de consenso sobre el significado del concepto corrupción, tanto teórica como empíricamente.

Seligson (2006) advierte que la corrupción es un fenómeno complejo de medir, pues es difícil saber la cantidad de sobornos que reciben los funcionarios públicos. Los primeros esfuerzos para medir el nivel de corrupción se basaron en contar la cantidad de condenas por corrupción en un país. La principal dificultad de este método fue la gran cantidad de datos espurios. Con el fin de superar los problemas de medición, nacieron dos grandes enfoques –la percepción y la victimización– que pueden utilizar tanto datos nacionales en serie de tiempo como encuestas (Morales, 2009).

La percepción de corrupción es concebida como un fenómeno cultural que depende del entendimiento social de las reglas (Melgar, Rossi y Smith, 2010). Blanchard et al. (2005), al estudiar el fenómeno como modelo matemático –similar al de una epidemia– dan cuenta de que personas con estándares más altos de transparencia, podrían “infectarse” por la corrupción si se rodean mayoritariamente de gente corrupta. Los grados de legitimidad y confianza en las instituciones democráticas de los países influirán también en diferencias en esos niveles de percepción entre distintos países (Rennó et al., 2011; Moisés, 2010).

Mientras la percepción de corrupción se refiere a la cantidad de corrupción que las personas creen que existe en su país (Morris, 2008) y se centra en la gran corrupción política y consta de actos ilícitos altamente difundidos por los medios de comunicación (Morales, 2009; Seligson, 2006), la victimización se refiere a la micro-corrupción y contempla actos ilícitos donde el encuestado fue un actor pasivo que recibió presiones por parte de agentes públicos (Morales, 2009). Pero Julnes y Villoria (2014) indican que la percepción de corrupción depende de cómo las personas entiendan la corrupción, ejemplificando que quienes creen que la corrupción es un fenómeno que se produce sólo en los altos grados de la política percibirán solo la gran corrupción. A su vez, aquellos que tengan una definición más amplia y presenten interés en las transgresiones que se realizan en sectores medios del sistema también podrán percibir a los actores administrativos como corruptos. Así, conceptualmente, los dos métodos, percepción y victimización, “claramente no son lo mismo: uno se centra en el comportamiento, o al menos la observación directa, mientras que el otro se enfoca en las creencias generales acerca de la naturaleza del sistema y el comportamiento de otros” (Morris, 2008, p. 391).

Peor aún, ambos métodos tienen una serie de limitantes para estudiar la corrupción. A pesar de que la victimización es la más adecuada para identificar las implicancias de la corrupción pequeña, ésta deja de lado la importancia de la corrupción en los altos niveles de la política. Al considerar sólo a quienes declaran haber vivido en primera persona algún tipo de soborno, se sesga la muestra y no es posible determinar si los involucrados actuaron voluntariamente en el traspaso de beneficios (Canache y Allison, 2005; Seligson, 2006). Por su parte, los estudios que utilizan la percepción de corrupción incurrir en la subjetividad de los entrevistados (Canache y Allison, 2005). Si bien las prácticas corruptas en un país pueden ser bajas, los sujetos pueden percibir –gracias a una multiplicidad de factores– altos niveles de corrupción (Seligson, 2006).

Por eso, aquí proponemos una forma alternativa de medir la corrupción – que, de hecho, busca complementar las fortalezas de los dos métodos ya discutidos. Sugerimos evaluar el combate a la corrupción en competencia con otras prioridades para la acción del gobierno. De esta forma, podemos identificar mejor qué tan importante es para la gente combatir la corrupción, más allá de cuánta corrupción perciben o de si fueron víctimas de actos de corrupción. Por eso, formalmente no estamos midiendo percepción de corrupción sino estamos evaluando qué tan importante es para la gente que el gobierno se aboque a

combatir la corrupción respecto a otras prioridades de la acción gubernamental, como la salud o la educación.

Determinantes de la percepción de corrupción

La percepción de corrupción está determinada por factores de corto y largo plazo. Pueden ser económicos, culturales, sociodemográficos e institucionales. Los económicos pueden tener una relación endógena con la corrupción. Treisman (2000) explica que, a mayor desarrollo humano y producto interno bruto (PIB), menor será la corrupción. Pero esta interpretación también se puede realizar de forma inversa y observar que, a mayor corrupción, menor será el crecimiento económico (Treisman, 2000). Montinola y Jackman (2003) identifican características económicas de corte estructural que también inciden sobre la corrupción – y sobre la percepción de corrupción. Por ejemplo, países productores y exportadores de petróleo presentan un nivel más alto de corrupción.

Un segundo enfoque corresponde al cultural y sociodemográfico. Naciones protestantes o de tradición legalista británica son percibidas –por su propia población y por otros– como menos corruptas que las católicas (Treisman, 2000). Distintas sociedades reconocen y evalúan la corrupción de forma diferente (Melgar, Rossi y Smith, 2010). De hecho, Gambetta (2002) explica que, “dado que la noción de qué es legítimo o legal varía de país en país y de tiempo en tiempo, la definición de corrupción es argumentada como si fuera una inferencia obvia, que debe variar acorde y no debe entenderse como una sola” (p. 34).

Dollar, Fisman y Gatti (2001) argumentan que las mujeres piensan en el bien común en mayor medida que los hombres, por lo que deberían ser más proclives a percibir corrupción. Canache y Allison (2005) sostienen que tanto mujeres como personas mayores tienden a percibir mayor corrupción. Estos resultados serían similares para el caso chileno (Cantillana y Morales, 2008). La corrupción es menor cuando mujeres ocupan puestos políticos (Swamy et al., 2001). Al menos un quinto más de hombres en comparación a mujeres considera que el soborno siempre es justificable (Swamy et al., 2001). De hecho, las mujeres están menos dispuestas a justificar un soborno (Torgler y Valev, 2006). Por otro lado, no hay acuerdo respecto al efecto de la edad sobre la percepción de corrupción, en tanto algunos plantean que los más jóvenes perciben más corrupción (Julnes y Villoria, 2014) y otros plantean lo opuesto (Canache y Allison, 2005).

Otro factor que importa son los institucionales. Anderson y Tverdova (2003) explican que la relación entre corrupción y la forma en que se percibe el funcionamiento político-institucional tiene como filtro la identificación política de los individuos. En países con mayor nivel de corrupción, mayor será la evaluación negativa hacia el sistema político. Sin embargo, ésta se verá atenuada en aquellas personas que se identifican políticamente y tienen mayor valoración por el funcionamiento de las instituciones. La percepción de corrupción impacta sobre la satisfacción con el régimen democrático, lo que a su vez daña

su legitimidad. Pero, la percepción no es causa suficiente para la preferencia por otro sistema político (Morales, 2009). Por otra parte, Sandholtz y Koetzle (2000) explican que el nivel de corrupción dependerá de la transparencia y efectividad institucional. Países con mayor libertad democrática y probidad presentarán menor corrupción. Tavitz (2007) argumenta que la corrupción política depende de la efectividad del proceso democrático y de la capacidad de los electores para monitorear a los candidatos, y su respectiva *accountability* al momento de la elección.

La identificación política también afecta la percepción de corrupción. Anderson y Tverdova (2003) proponen que la identificación política del electorado neutraliza el impacto de la percepción de corrupción, en tanto la gente percibe menos corrupción en gobiernos a los que son ideológicamente afines. En un estudio comparado entre México, Costa Rica y Chile, Davis, Camp y Coleman (2004) señalan que los simpatizantes de partidos de derecha son más propensos a percibir corrupción si la coalición centroizquierdista está en el poder. Aquellos que se sienten ideológicamente más cercanos al gobierno perciben que la corrupción ha disminuido (Cantillana y Morales, 2008). De ahí que nosotros también consideremos que, mientras menor sea la *aprobación al desempeño del gobierno* –y en particular del presidente– mayor será la probabilidad de que algunas personas consideren el combate a la corrupción como una prioridad más importante para la acción gubernamental que otros asuntos.

Otro elemento que afecta la percepción de corrupción –y por extensión, la importancia que le dan a combatir la corrupción como prioridad para la acción gubernamental– son los medios de comunicación. Éstos tienen una fuerte incidencia en la exposición de los casos de corrupción, pues cumplen una función de “perro guardián”, investigando y exhibiendo las acciones de los políticos (Iyengar y McGrady, 2007). El monitoreo realizado por los medios de comunicación limita tanto las actividades como los incentivos de la corrupción (Anderson y Tverdova, 2003). Los escándalos políticos, que corresponden a la exposición que realizan los medios de comunicación sobre algún tipo de actividad oculta –muchas veces ilícita– que viola valores y normas, genera una reacción de reparo y amonestación por parte de la opinión pública (Thompson, 2003). Los escándalos afectan directamente la percepción de corrupción que tienen las personas. Los medios de comunicación tienen gran relevancia al analizar el escándalo político *per se*, pues “la política de los escándalos es el arma elegida para luchar y competir en la política informacional” (Castells, 2003, p. 371). Para el caso de Chile, Cantillana y Morales (2008) observan que, a mayor frecuencia en el consumo de medios en temas políticos, mayor es la percepción de corrupción, incluso más allá de la agenda o línea editorial del medio. Por esta razón, aquí también utilizamos el *consumo de medios* como una variable que impacta en percepción de corrupción y, por extensión, en la importancia que da la gente al combate a la corrupción como prioridad para la acción gubernamental.

Diversos estudios sobre el ciclo electoral de los gobiernos democráticos apuntan al efecto del primer año de gobierno sobre el éxito de la agenda y prioridades de cada

administración. Los gobiernos son más populares en su primer año, en tanto se benefician de la cercanía del mandato obtenido en las urnas (Rivers y Rose, 1985). A su vez, los gobiernos tienen niveles más bajos de popularidad hacia el fin de sus periodos (Carlin, Love, Martínez-Gallardo, 2015). Luego, cuando la gente menciona el combate a la corrupción como una prioridad para la acción gubernamental, pudiera estar realizando una velada crítica al gobierno de turno, por lo que debiésemos esperar que esa percepción también varíe junto al ciclo electoral. En los primeros años de gobierno, la prioridad que da la gente al combate a la corrupción debiese ser menor y, a su vez, debiese ser mayor en el último año de gobierno. Por cierto, esta generalización no aplicaría al caso de gobiernos que llegan al poder con una campaña donde el combate a la corrupción es una promesa central. En ese caso, el efecto del ciclo electoral no debiese ser el mismo. Pero como en Chile ninguno de los gobiernos en el periodo centró su campaña electoral en el combate a la corrupción, para este caso de estudio, esperamos que el combate a la corrupción sea una cuestión más prioritaria para la gente hacia fines del periodo presidencial que en el primer año de gobierno.

Finalmente, la prioridad que da la gente al combate a la corrupción entra en competencia con otras prioridades de la gente para la acción gubernamental. Morlino (2010) da cuenta de que la legitimidad sobre las instituciones democráticas está ligada a la existencia de derechos y al proceso de toma de decisiones. Por lo mismo, existen procesos de deslegitimación hacia actitudes negativas de ciertas instituciones cuando la ciudadanía cree que no están trabajando bien, o en absoluto. Por ello, “la sociedad civil y organismos intermediarios en la presencia de partidos débiles, esparcen confianza social, siendo vitales para explicar al menos una faceta de responsabilidad: la percepción de necesidades” (Morlino, 2010, p. 216).

Este énfasis en el desempeño del gobierno como variable explicativa de la legitimidad entiende al combate a la corrupción como parte de un set de políticas públicas cuyo diseño e implementación son normalmente prioridades de acción de los gobiernos. Para Della Porta y Vannucci (1997), las demandas sociales son de suma importancia para el *accountability* y legitimación del régimen y sistema político. En efecto, las demandas ciudadanas deben darse mediante el filtro político. Citando a Pizzorno (1992), los autores explican que,

para identificar e interpretar las necesidades y deseos ciudadanos, se deben seleccionar y generalizar aquellos que pueden ser expresados en términos políticos, además de proponer, justificar y criticar políticas y medidas para alcanzar dichos fines, o cuando sea necesario, explicar por qué no pueden ser satisfechas (Della Porta y Vannucci, 1997, p. 517).

Tomando en cuenta lo anterior, parece razonable suponer que, al identificar prioridades para la acción gubernamental, los ciudadanos escogen entre distintos tipos de políticas públicas, como la educación, la delincuencia o incluso el combate a la corrupción.

En sociedades que atraviesan por crisis económicas, resulta comprensible que las personas prioricen el empleo o los sueldos por sobre preocupaciones post-materiales como la educación o el medioambiente (Inglehart y Baker, 2000). A su vez, en democracias emergentes, *las preocupaciones por ampliar oportunidades y red de protección social – como acceso a la educación o la salud–* pudieran anteponerse a la corrupción entre las prioridades para la acción gubernamental. Por eso, aquí evaluamos la priorización del combate a la corrupción en competencia con otras prioridades de la ciudadanía para la acción gubernamental. Considerando que Chile es una democracia con niveles relativamente altos de desarrollo para el estándar de América Latina, pero con altos indicadores de desigualdad, sugerimos que la preocupación que pudieran tener las personas por prioridades más inmediatas relacionadas al empleo, la delincuencia y otros asuntos sociales como la educación y la salud van a estar negativamente correlacionadas con la importancia que da la gente al combate a la corrupción como prioridad para la acción gubernamental.

A partir de la discusión anterior, formalmente postulamos 4 hipótesis:

H1: La probabilidad de mencionar la corrupción como prioridad para la acción gubernamental es menor en personas que aprueban el desempeño del presidente.

H2: La probabilidad de mencionar la corrupción como prioridad para la acción gubernamental es mayor en personas que consumen más medios de comunicación.

H3: La probabilidad de mencionar la corrupción como prioridad para la acción gubernamental es menor en el primer año y mayor en el último año de cada gobierno.

H4: La probabilidad de mencionar la corrupción como prioridad para la acción gubernamental es menor en personas que consideran que la delincuencia, el empleo y otros temas sociales debieran ser prioridad.

Metodología

Utilizamos la serie de encuestas del Centro de Estudios Públicos (CEP)³, la de mayor reputación que se realiza en Chile al menos dos veces al año. Las encuestas CEP incluyen indicadores para todas las variables del estudio. El universo utilizado para las muestras aleatorias de la CEP corresponde a una población de mayores de 18 años, en zonas rurales y urbanas. Su muestra es probabilística y de aproximadamente 1.500 personas para cada encuesta.

Si bien la encuesta se realiza desde antes del retorno de la democracia, nuestro estudio abarca desde 2000, por tres razones. Primero, como lo explicamos más abajo, la pregunta que utilizamos para medir qué tan prioritario considera la gente que debiera ser el combate a la corrupción como política del gobierno hace difícil la comparación con encuestas más antiguas, porque la lista de prioridad para la acción gubernamental que

³ Toda la información sobre estas encuestas, incluidas las bases de datos, cuestionarios y metodología, se puede encontrar en su sitio <web www.cepchile.cl>.

incluía la encuesta era mucho más corta. Segundo, en los primeros años de democracia, la amenaza de una regresión autoritaria y la presencia de enclaves autoritarios convertían a la consolidación democrática en la gran preocupación política del país, haciendo que los temas como la corrupción pasaran a segundo plano. Tercero, tal vez por la misma razón, la cobertura mediática de los casos de corrupción –que por cierto los hubo– fue sustancialmente menor y por lo tanto la importancia que daba la gente a que el combate a la corrupción fuera una prioridad en la acción gubernamental pudiera haber sido afectada por la menor cobertura mediática que recibían los casos.

Nuestra variable dependiente es la probabilidad de mencionar la corrupción como prioridad para la acción gubernamental. Ya que la corrupción se ha convertido en un problema de política pública solo en años recientes, las encuestas CEP no incluyen una pregunta sistemáticamente sobre percepción de corrupción. Por eso, usamos una pregunta de la encuesta CEP que ha sido incluida desde 1990. La pregunta es “¿cuál es el problema principal al que debería dedicar mayor esfuerzo el gobierno en solucionar?”. Los encuestados deben mencionar tres prioridades. Las opciones varían entre un mínimo de 15 y un máximo de 16 alternativas en una lista cerrada. Una de esas alternativas es corrupción.

Ya que la pregunta indaga sobre las tres prioridades a las que el gobierno debiera abocarse, es razonable suponer que las distintas prioridades entran en competencia entre sí. Esto tiene sus ventajas y desventajas. La ventaja principal es que la gente que menciona corrupción como una prioridad, tácitamente está dándole una importancia mayor a la corrupción que a otros temas, como la educación, salud o delincuencia. Luego, las menciones a corrupción aquí representan una intensidad superior a la que podría existir cuando a una persona le preguntan si percibe que hay corrupción en el país o si percibe que la corrupción ha aumentado respecto a años anteriores. La desventaja de medir corrupción en un indicador que la hace competir con otras prioridades es que las menciones a corrupción pudieran estar influidas por otras dinámicas asociadas a la economía o la delincuencia. Si la situación económica es mala, parecería razonable suponer que más gente mencionará temas asociados al empleo o a los salarios que cuando la situación económica es buena. Luego, la importancia que da la gente a combatir la corrupción pudiera estar condicionada a otros asuntos. Cuando el país pasa por un buen momento económico y hay bajos niveles de delincuencia, el porcentaje de personas que mencionan la corrupción pudiera aumentar simplemente porque otros problemas están menos presentes entre sus prioridades. Por eso, aquí incluimos como variables de control la preocupación por la delincuencia, la salud, la educación, el empleo y los salarios (sueldos, como se les llama en Chile). De esta forma, podemos tanto minimizar las desventajas de usar un indicador que fuerza a la competencia entre distintas prioridades para la acción del gobierno como tomar ventaja de esta pregunta que fuerza a la gente a definir qué tan prioritario le resulta el combate a la corrupción. Creamos una variable en que 1 para las

personas que mencionan a la corrupción como una de sus tres prioridades y 0 para quienes no lo hacen.

La Tabla 1 muestra todas las encuestas que utilizamos con información básica sobre cuándo se realizaron, el número de encuestados y el porcentaje de personas que menciona la corrupción como una de las prioridades para la acción gubernamental.

Tabla 1
Cuadro comparativo de las encuestas CEP utilizadas en el estudio, Chile, 2000-2019

# Encuesta CEP	Fecha	# casos	% que menciona corrupción como prioridad para la acción de gobierno	# prioridades para la acción gubernamental que incluye la encuesta
39	2000: Marzo – Abril	1503	5	15
40	2000: Noviembre – Diciembre	1503	8	15
41	2001: Junio	1502	7	15
42	2001: Diciembre – 2002: Enero	1501	8	15
43	2002: Julio	1504	11	15
44	2002: Diciembre	1505	13	15
45	2003: Junio – Julio	1503	11	15
46	2003: Diciembre	1505	16	15
47	2004: Junio – Julio	1504	14	15
48	2004: Diciembre	1503	12	15
49	2005: Junio – Julio	1505	11	15
50	2005: Agosto – Septiembre	1505	11	15
51	2005: Octubre – Noviembre	1505	11	15
52	2006: Junio – Julio	1505	8	15
54	2006: Diciembre	1505	15	15
55	2007: Junio	1505	11	15
56	2007: Noviembre – Diciembre	1505	9	15
57	2008: Junio	1505	11	15
58	2008: Noviembre – Diciembre	1505	14	15
59	2009: Mayo – Junio	1505	11	15
60	2009: Agosto	1505	15	15
61	2009: Octubre	1505	13	15
62	2010: Junio – Julio	1495	11	15
63	2010: Noviembre – Diciembre	1436	15	15
64	2011: Junio – Julio	1554	10	15
65	2011: Noviembre – Diciembre	1559	10	15
66	2012: Abril	1564	8	15
67	2012: Julio – Agosto	1512	10	15
68	2012: Noviembre – Diciembre	1484	12	15
69	2013: Julio – Agosto	1471	8	15
70	2013: Septiembre – Octubre	1437	12	16



# encuesta CEP	Fecha	# casos	% que menciona corrupción como prioridad para la acción de gobierno	# prioridades para la acción gubernamental que incluye la encuesta
71	2014: Julio	1442	9	17
72	2014: Noviembre	1432	9	17
73	2015: Abril	1434	28	16
74	2015: Agosto	1420	25	16
75	2015: Noviembre	1449	24	16
77	2016: Julio – Agosto	1416	36	16
78	2016: Noviembre–Diciembre	1464	25	16
79	2017: Abril – Mayo	1481	32	16
80	2017: Julio – Agosto	1419	22	16
81	2017: Septiembre – Octubre	1424	20	16
82	2018: Octubre – Noviembre	1402	19	16
83	2019: Junio	1380	23	16
Total	43 encuestas	58143	---	---

Fuente: Elaboración propia con datos de encuesta CEP (2000-2019).

La variable independiente para la primera hipótesis es la aprobación presidencial. Para ello, utilizamos la pregunta ¿Usted aprueba la forma en que el/la presidente/a está conduciendo su gobierno?”. Recodificamos las respuestas de tal forma que 1 es aprueba, 0 no aprueba ni desaprueba y -1 desaprueba. Esta pregunta aparece en 42 de las 43 encuestas (en marzo-abril de 2000, la encuesta indaga por el presidente que acaba de dejar el poder, Eduardo Frei, no por el que recién asumía, Ricardo Lagos).

Nuestra variable de interés para la hipótesis 2 es el consumo de medios de comunicación. La pregunta utilizada para medir esta variable es “para cada actividad que le nombraré, por favor dígame si usted la realiza frecuentemente, a veces o nunca”. Usamos dos indicadores, “mira programas políticos en televisión” y “lee noticias sobre política”. Excluimos a los que no responden y, para los que responden, promediamos la frecuencia en el consumo de ambas respuestas. Dado que esta pregunta no se presenta en todas las encuestas, incluimos modelos con y sin esta pregunta.

Nuestra variable de interés para la hipótesis 3 es el ciclo electoral. Para ello, identificamos las encuestas que se realizaron en el primer año de gobierno de los 5 gobiernos cubiertos en el periodo (2000, 2006, 2010, 2014 y 2018) y en último año de cada gobierno (2005, 2009, 2013, 2017). En ambos casos creamos variables *dummy* para identificar dichos años.

Nuestra variable independiente de interés para la hipótesis 4 son los temas alternativos que la gente pudiera mencionar como prioridades de gobierno. Como los temas que más se mencionan en el periodo son educación, salud, empleo, delincuencia y sueldos, usamos el porcentaje de menciones a esos temas como variables explicativas de la mención de corrupción como una prioridad para la acción gubernamental. Ya que a las personas se les pide indicar 3 prioridades, la suma total de menciones llega a un 300%.

Naturalmente, debe haber una correlación negativa entre la mención de corrupción y la mención de otras prioridades. Pero como muestra la Tabla 2, la magnitud de estas correlaciones varía dependiendo de las prioridades. Así, la corrupción aparece con mayor correlación negativa con la salud, el empleo y los sueldos, mientras que la correlación – aunque siempre negativa– es menor con la delincuencia. Esto es, las personas que mencionan a la corrupción como una de las 3 prioridades para la acción gubernamental tienen más probabilidades de mencionar también la delincuencia que de mencionar los sueldos o el empleo.

Tabla 2
Correlaciones de selección de prioridades a las que debe abocarse el gobierno, Chile, 2000-2019

	Corrupción	Delincuencia	Salud	Educación	Empleo	Sueldos
Corrupción	1	-.011** 0.005	-.165** 0.000	-.084** 0.000	-.123** 0.000	-.125** 0.000
Delincuencia		1	-.191** 0.000	-.169** 0.000	-.143** 0.000	-.171** 0.000
Salud			1	.015** 0.000	-.108** 0.000	-.062** 0.000
Educación				1	-.128** 0.000	-.151** 0.000
Empleo					1	-.075** 0.000
Sueldos						1

Fuente: Elaboración propia con datos de encuesta CEP (2000-2019).
N = 63.768. ** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Usamos como variables de control la identificación ideológica, edad, género, ruralidad y nivel de escolaridad. Para identificación ideológica, usamos la pregunta “¿Con qué posición política usted se identifica o simpatiza más?”. Hay 7 opciones de respuesta: izquierda, centroizquierda, centro, centroderecha, derecha, independientes y ninguno. Siguiendo la forma en que tradicionalmente se codifica la identificación ideológica en Chile, agrupamos las respuestas de derecha y centroderecha en derecha, y las de izquierda y centroizquierda en izquierda, de tal forma de crear cuatro variables *dummy*: derecha, centro, izquierda e independiente/ninguno. Excluimos a los que responden no sabe/no contesta. La variable edad es de categoría continua. En género, 1 es mujer y 0 es hombre. Identificamos ruralidad con la variable zona, donde 1 corresponde a rural y 0 a urbano. Finalmente, el nivel de escolaridad es de categoría continua, medido por los años de escolaridad de cada persona.

La Tabla 3 muestra los estadísticos descriptivos de nuestras variables dependiente e independientes. La media de la variable priorización del combate a la corrupción es de 0,13 y su desviación estándar es 0,34.

Tabla 3
Estadísticos descriptivos de variables relevantes, encuestas CEP, 2000-2019

Variables	# encuestas	N	Mín.	Máx.	Media	Desviación Estándar
Prioridad Corrupción	43	63768	0	1	0,13	0,34
Aprobación Presidencial	41	56637	-1	1	0,46	0,90
Consumo Medios de Comunicación	32	47536	1	3	1,61	0,62
Prioridad Delincuencia	43	63768	0	1	0,48	0,49
Prioridad Salud	43	63768	0	1	0,40	0,49
Prioridad Educación	43	63768	0	1	0,32	0,46
Prioridad Empleos	43	63768	0	1	0,32	0,46
Prioridad Sueldos	43	63768	0	1	0,28	0,45
Identificación Política	43	63768	1	4	3,01	1,15
Dummy luna de miel	43	63768	0	1	0,20	0,40
Dummy último año	43	63768	0	1	0,25	0,43
Edad	43	62357	18	99	46,51	17,73
Género	43	63768	0	1	0,58	0,49
Zona	43	62595	0	1	0,14	0,35
Escolaridad	43	63267	0	21	10,22	4,59

Fuente: Elaboración propia con datos de encuesta CEP (2000-2019).

El caso de Chile

Si bien Chile aparece relativamente bien posicionado en los *rankings* internacionales de corrupción, en años recientes una serie de escándalos de corrupción han sido ampliamente cubiertos por la prensa y, al haber dominado el debate político en distintos momentos, presumiblemente pudieran haber impactado en los niveles de percepción de corrupción y en la importancia que da la gente al combate a la corrupción como una prioridad para la acción gubernamental.

El Centro de Derechos Humanos de la Universidad de Chile (2009) recopiló información sobre escándalos de corrupción durante el periodo 2000-2009. Para el gobierno de Lagos (2000-2006) identificó 15 escándalos de corrupción. De ellos, 4 estuvieron ligados a municipios, el de San Fernando, en 2002, Iquique y Pitrufquén en 2003 y Coquimbo en 2005. Cinco se vincularon a las Fuerzas Armadas – caso Mirage en 2003, caso Riggs en 2004, y los casos Tanques Leopard, Venta de Armas a Croacia y Venta de Armas a Ecuador en 2005. Tres estuvieron relacionados al sistema legislativo e instituciones del Estado – caso Coimas en 2002 y los casos Banco Central-Inverlink y Corfo-Inverlink de 2003. Uno involucró a empresas del Estado – caso Indemnizaciones de 2000. Otro involucró tanto al poder legislativo como a municipalidades (Caso Programa de Generación de Empleos en 2005) y uno a ministerios (MOP-Gate en 2003). Este último tuvo alta repercusión e impactó en la agenda de transparencia y medidas anticorrupción de años posteriores.

El efecto de los escándalos políticos que estallaron en el gobierno de Lagos llevó a un acuerdo para una reforma de modernización del Estado entre el oficialismo y la

oposición que fijó nuevas prácticas de transparencia, tanto en el nombramiento de altos funcionarios como en la gestión financiera del sector público y en las campañas electorales. Adicionalmente las reformas buscaron regular el *lobby* y una mayor y mejor entrega de información estatal a los ciudadanos (Rehren, 2008). Las consecuencias de este acuerdo fueron la ley 19.884 (Sobre la transparencia, límite y control del gasto electoral) que regula el financiamiento electoral de partidos políticos y candidatos, y la ley 19.886 (Sobre bases de contratos administrativos y prestación de servicios), que determina la regulación de los contratos del Estado.

Durante el primer gobierno de Michelle Bachelet (2006-2010), el Centro de Derechos Humanos de la Universidad de Chile (2009) identificó 16 escándalos de corrupción. En 2006, se dieron a conocer 6 casos (Chiledeportes, Municipalidad de Camarones, Municipalidad María Elena, Publicam, Publicam-Servel y el Caso Revistas). En 2007, el Centro de Derechos Humanos de la Universidad de Chile identificó solo dos casos (Empresas de Ferrocarriles del Estado –EFE– y el caso de la Municipalidad de Quinta Normal). En 2008, salieron a la luz ocho casos (caso Cancillería, caso Frambuesa, GMA-Huechuraba, Recoleta, Viña del Mar; Municipalidad de Algarrobo, Red de Corrupción, Registro Civil-TATA, Sobresueldos en Municipalidad de Viña del Mar y el caso de Subvenciones Escolares).

Durante el primer mandato de Bachelet (2006-2010), se promulgaron cuatro leyes anticorrupción. En 2006, se dictó la ley 20.088, que exige la declaración jurada de patrimonios de los funcionarios públicos. En 2007, se publicó la ley 20.205, con la que se busca proteger a los funcionarios que denuncien faltas a la probidad. En 2008, se promulgó la ley 20.285, que regula el principio de transparencia y el derecho al acceso ciudadano a la información. Finalmente, en 2010, se realizó una reforma constitucional mediante la ley 20.414 para la transparencia, modernización del Estado y calidad de la política, que obliga a una declaración de intereses de candidatos a cargos públicos y el traspaso de estos a terceros para evitar conflictos de interés.

Debido a que el Centro de Derechos Humanos dejó de recopilar este tipo de datos después de 2010, intentamos replicar su metodología para identificar los principales escándalos de corrupción dados a conocer por la prensa en el gobierno de Sebastián Piñera (2010-2014) y en la segunda administración de Michelle Bachelet (2014-2018). En el mandato de Piñera, identificamos 10 casos de corrupción. En 2010, hubo un nuevo escándalo en Chiledeportes –esta vez rebautizado como Instituto Nacional de Deporte– y otro del programa de reconstrucción por el terremoto de 2010, Manos a la Obra. En 2011, hubo 3 casos – MINVU-Gate o Kodama, los subsidios entregados por la Intendente de la Región del Bío-Bío, y el caso Fragatas. En 2012, también hubo tres casos (Perdonazo del Servicio de Impuestos Internos a la cadena comercial Johnson's, el Caso Plan Frontera o Sobreprecios y el caso de la Policía de Investigaciones, PDI). Finalmente, en 2013, se dieron los casos de la Municipalidad de Arica y el de las inversiones no declaradas del exministro, y precandidato presidencial oficialista, Laurence Golborne.

Por último, en el segundo mandato de Bachelet (2014-2018), se dieron a conocer, en 2014, los casos de financiamiento irregular de la política de las empresas Penta y Soquimich (SQM) – que a su vez incluye la llamada arista Cascadas. En 2015, explotaron el Caso Caval –que involucraba al hijo de la presidenta–, el caso Corpesca de captura del Estado y el caso Basura. En 2016, los casos SQM, Caval y Penta mantuvieron su presencia en los medios de comunicación a medida que las investigaciones seguían su curso. A ellos, se les sumó el caso de alza de sueldos y pensiones irregulares en Gendarmería, las que serían sobre el límite legal y que habrían beneficiado a civiles. Por otra parte, tanto en 2016 como en 2017, se dieron a conocer los casos de financiamiento irregular de la política de las empresas de construcción brasileñas OAS y Odebrecht, que afectan a prácticamente toda América Latina. En este caso, se vieron involucrados varios políticos de centro-izquierda por supuestas contribuciones irregulares de campaña realizadas por OAS. Por otra parte, también se distinguen las irregularidades investigadas por contraloría sobre gastos de alcaldes y concejales para viajes internacionales bajo el marco de capacitaciones de funcionarios municipales. Finalmente, en 2016, estalló el escándalo conocido como Paco-Gate, que involucraba un fraude al fisco por US\$ 40 millones en la policía de Carabineros.

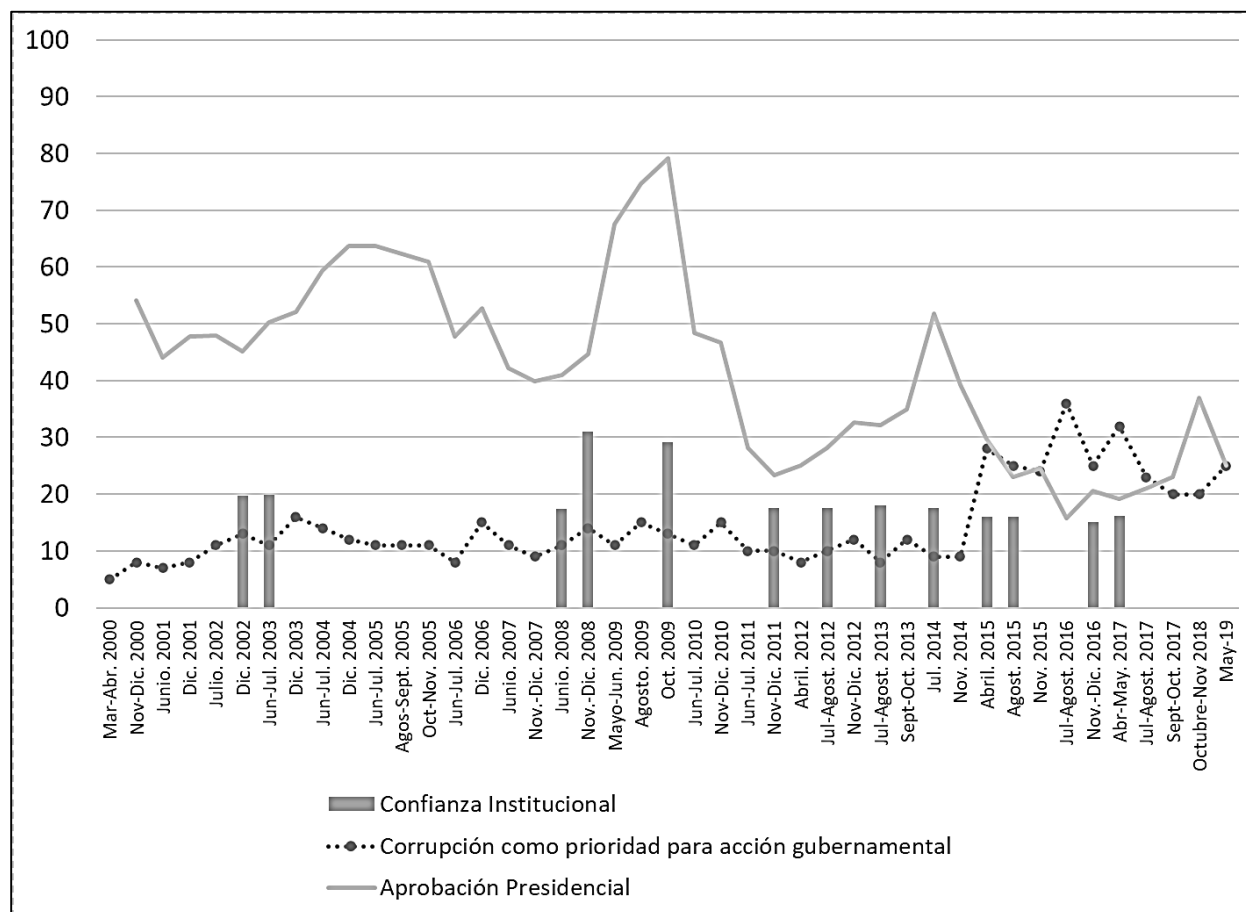
En 2015, en respuesta a los escándalos Penta, Soquimich y Caval, Bachelet creó una comisión especial –la Comisión Engel– que realizó una serie de propuestas de reformas a favor de la probidad (Consejo Asesor Presidencial Contra los Conflictos de Interés, el Tráfico de Influencias y la Corrupción, 2015). Entre las recomendaciones adoptadas a partir de las sugerencias del Consejo, destacan la mayor autonomía del Servicio Electoral, mayor transparencia en el financiamiento de campañas electorales, una nueva ley de partidos políticos y de financiamiento estatal de los partidos, un sistema integral de transparencia y la creación de una institución que vele por los derechos de los ciudadanos en temas de Administración Pública (Ciudadano Inteligente, 2015).

Como queda en evidencia, en todo el periodo que cubre nuestro estudio, hubo distintos casos de corrupción que recibieron amplia cobertura mediática. Pero, como veremos a continuación, la importancia que la gente daba a la corrupción como una prioridad para la acción gubernamental no varió mucho en los primeros años de este siglo. La Figura 1 presenta la evolución en la mención de corrupción como uno de los tres principales problemas a los que debiera abocarse el gobierno, la aprobación presidencial y la evolución en la confianza en instituciones del Estado. Este último indicador también lo obtenemos de las encuestas CEP ya discutidas anteriormente. Las encuestas CEP preguntan por el nivel de confianza en distintas instituciones del Estado –tribunales de justicia, partidos políticos, congreso y gobierno– en una escala de cuatro valores que son nada de confianza, poca, bastante y mucha confianza. Normalizamos esas respuestas a una escala de 0-100 y calculamos el promedio de respuesta a las 4 preguntas.

Es evidente que ha aumentado –en particular desde 2015– la importancia que la gente atribuye a la corrupción como una prioridad para la acción gubernamental. La

confianza en las instituciones del Estado se ha mantenido relativamente estable desde 2011 – después de haber alcanzado puntos máximos en 2008 y 2009. La aprobación presidencial ha disminuido en el último gobierno.

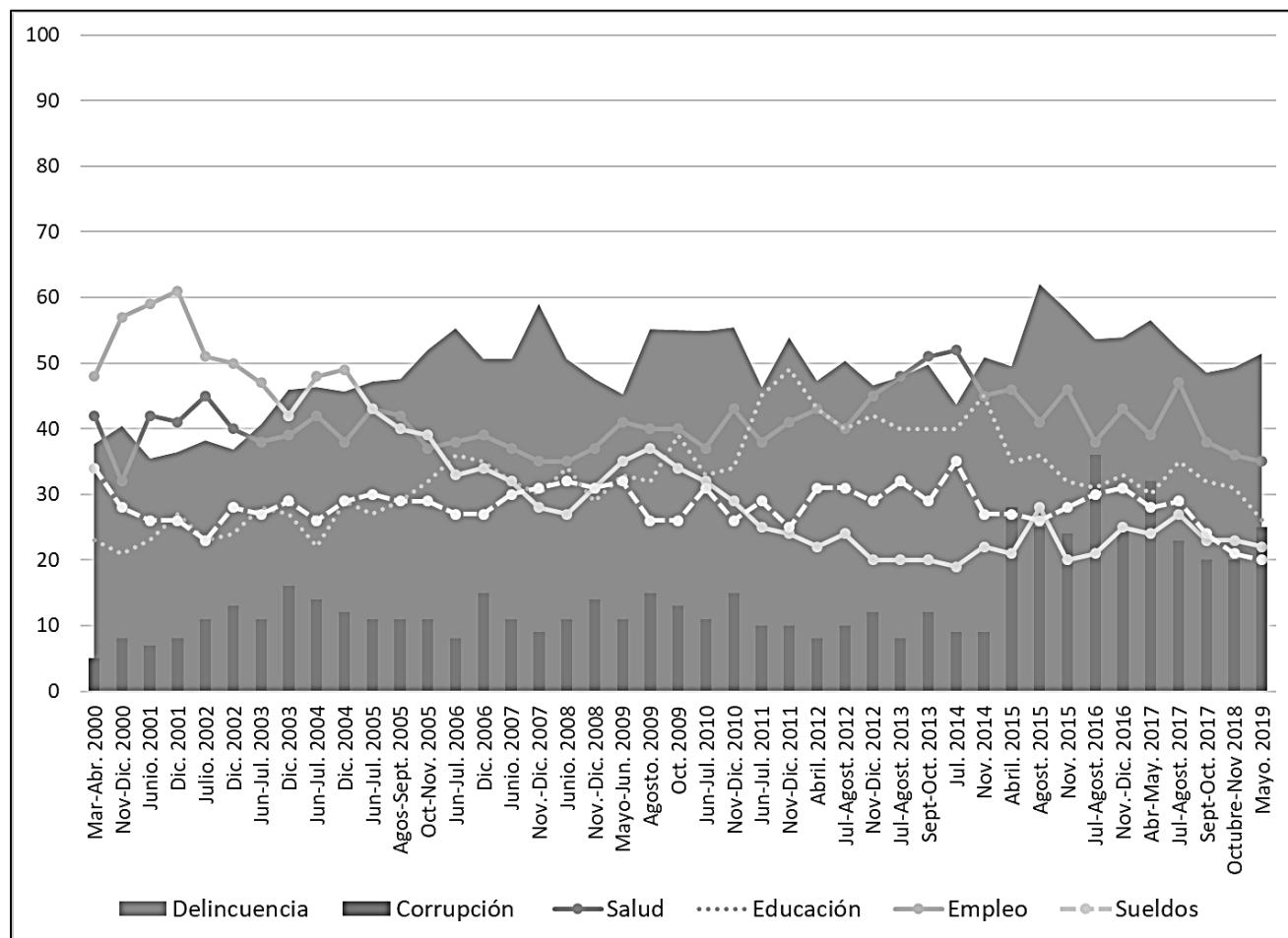
Figura 1
Confianza institucional, aprobación presidencial y corrupción como prioridad para la acción gubernamental en Chile, 2000-2019



Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta CEP (2000-2019).

La Figura 2 muestra la comparación de la importancia que la gente atribuye a combatir la corrupción en relación a otras prioridades incluidas en las encuestas CEP que más menciones reciben – delincuencia, salud, educación, empleo y sueldos. La priorización de corrupción como problema más importante al que el gobierno debiera abocarse se mantiene estable en los primeros años. Sin embargo, a partir de 2015, comienza a competir con las otras opciones, incluso llegando a superar a educación, empleos y sueldos en 2016, 2017 y 2019.

Figura 2
Evaluación de la priorización de corrupción y de otras prioridades
en la acción gubernamental en Chile, 2000-2019



Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta CEP (2000-2019).

Análisis inferencial

La Tabla 4 presenta seis modelos logísticos binarios. La variable dependiente es la mención al combate a la corrupción como prioridad para la acción gubernamental. Es una variable dicotómica e indica si la persona encuestada menciona a la corrupción como una de las tres prioridades a las que debe abocarse el gobierno.

El modelo 1 evalúa el efecto de la aprobación presidencial y de las variables de control. Quienes aprueban el desempeño del presidente tienden a mencionar menos la corrupción como prioridad. Si bien esto parece razonable, como el efecto de la aprobación

se incluye en este modelo junto a las variables de control, podemos aseverar que, independientemente de si los electores comparten el color político del gobierno, aquellos que aprueban el desempeño del presidente son menos propensos a mencionar la corrupción como una prioridad a la que debe abocarse el gobierno. Este efecto parece especialmente relevante de entender, en tanto la importancia que da la gente al combate a la corrupción no es autónomo a la evaluación que la gente hace del desempeño del presidente.

El modelo 2 evalúa nuestra segunda hipótesis, sobre el efecto del consumo de medios. Quienes se informan sobre política a través de televisión y radio son más propensos a mencionar que la corrupción debiese ser una prioridad para la acción gubernamental. Como este modelo también incluye las variables de control que dan cuenta de los determinantes ya identificados en la literatura como relevantes para explicar la percepción de corrupción, resulta claro que el consumo de medios tenga un efecto positivo sobre las menciones de corrupción como una de las prioridades a las que se debe abocar el gobierno. Mientras más se informa la gente de política a través de radio y televisión, más probabilidades tienen de considerar el combate a la corrupción como una prioridad a la que debe abocarse el gobierno.

El modelo 3 evidencia que el efecto luna de miel es el esperado. La priorización de corrupción tiende a ser menor en los primeros años de gobierno y mayor en los últimos años de gobierno. Ya sea porque la gente le da el beneficio de la duda a los gobiernos que recién asumen o porque las prioridades en los primeros años se asocian más a las promesas que llevaron al gobierno a ganar la elección, la gente tiene menos disposición a mencionar la corrupción como una prioridad a la que debe abocarse el gobierno en el primer año y, coincidentemente, más disposición a mencionarla en el último año de cada gobierno.

El modelo 4 evalúa la importancia que la gente da a la corrupción como una prioridad respecto a otras prioridades. Como la encuesta requiere que la gente mencione tres prioridades, es esperable que el efecto de las otras prioridades sobre la corrupción sea negativo. Pero como mostramos en la Tabla 2 más arriba, la correlación entre las menciones a corrupción y las menciones a otras prioridades no es uniforme. De hecho, la magnitud del efecto de la importancia a otras prioridades varía. Las personas que priorizan sueldos y salud están inclinadas con menor magnitud a priorizar corrupción que los que priorizan delincuencia.

El modelo 5 incluye todas las variables del estudio mientras que el modelo 6 excluye el consumo de medios de comunicación – ya que esta pregunta no es incluida en todas las encuestas. En ambos modelos observamos que la aprobación presidencial mantiene un efecto negativo. Esto es, a mayor aprobación presidencial, menos probable es que la gente mencione a la corrupción como una prioridad a la que debe abocarse el gobierno. Asimismo, el efecto del consumo de medios de comunicación –incluido solo en el modelo 5– permanece positivo. Mientras más se informa la gente de política por radio o televisión, más probable es que mencionen el combate a la corrupción como una prioridad

para el gobierno. El efecto del ciclo electoral también se mantiene: es menos probable que la gente mencione a la corrupción como una prioridad en el primer año y es más probable que lo haga el último año de cada gobierno. Esto apunta a la existencia de un efecto de luna de miel. En el primer año de cada gobierno, disminuye la preocupación por la corrupción en la ciudadanía y aumenta en el último año. Luego, el ciclo electoral parece afectar también la importancia que la gente da a la corrupción. En años electorales –que coinciden con el último año de cada gobierno– la gente parece más preocupada de la corrupción que en el resto del periodo.

El efecto de las otras prioridades a las que debe abocarse el gobierno –delincuencia, salud, educación, empleo y sueldos– se mantiene negativo con similares magnitudes. A mayor preocupación por sueldos, empleo y salud, menos probable es que la gente mencione a la corrupción como una prioridad a la que debe abocarse el gobierno.

Las variables de control, por cierto, presentan los signos y significancia esperados, con una excepción. A mayor nivel de educación, urbanidad y edad, mayor es la importancia que la gente atribuye a la corrupción. La excepción es el efecto del género. Si bien hay múltiples estudios que muestran que las mujeres perciben más corrupción –y están menos dispuestas a aceptarla– estos modelos muestran que los hombres tienen más probabilidad de mencionar a la corrupción como una prioridad a la que debe abocarse el gobierno. Especulamos que esta anomalía se puede deber a que, como los encuestados deben escoger entre distintas prioridades, las mujeres pudieran escoger otras prioridades asociadas con el bienestar de sus familias o de la sociedad –como la educación, la salud o el empleo– y por ello dan menor importancia relativa a la corrupción que los hombres.

Tabla 4
Modelos logísticos binarios sobre los determinantes de mencionar a la
corrupción como una prioridad para la acción gubernamental, Chile, 2000-2019

	Modelo 1 H1 Aprobación	Modelo 2 H2 Consumo de medios	Modelo 3 H3 Ciclo electoral	Modelo 4 H4 Competencia con otras prioridades	Modelo 5 Todos	Modelo 6 Todos excepto consumo de medios
Aprobación Presidencial	-0,189*** (0,014)	--	--	--	-0,230*** (0,018)	-0,206*** (0,016)
Consumo Medios de Comunicación	--	0,100*** (0,024)	--	--	0,098*** (0,028)	--
Efecto Luna de Miel	--	--	-0,331*** (0,036)	--	-0,184*** (0,052)	-0,204*** (0,040)
Efecto último año gobierno	--	--	0,067* (0,028)	--	0,103** (0,038)	0,089** (0,034)
Prioridad Delincuencia	--	--	--	-0,905*** (0,028)	-0,886*** (0,035)	-0,933*** (0,030)
Prioridad Salud	--	--	--	-1,497*** (0,031)	-1,526*** (0,040)	-1,529*** (0,034)
Prioridad Educación	--	--	--	-1,140*** (0,032)	-1,093*** (0,040)	-1,149*** (0,034)
Prioridad Empleo	--	--	--	-1,357*** (0,033)	-1,372*** (0,040)	-1,353*** (0,035)
Prioridad Sueldos	--	--	--	-1,468*** (0,036)	-1,458*** (0,045)	-1,496*** (0,039)
<i>Dummy</i> Centro	-0,108* (0,042)	-0,166*** (0,048)	-0,130*** (0,040)	-0,174*** (0,043)	-0,176*** (0,054)	-0,144*** (0,045)
<i>Dummy</i> Izquierda	-0,120*** (0,034)	-0,125*** (0,038)	-0,119*** (0,032)	-0,159*** (0,034)	-0,161*** (0,045)	-0,160*** (0,037)
<i>Dummy</i> Derecha	0,040 (0,035)	-0,040 (0,038)	0,010 (0,033)	0,000 (0,035)	-0,049 (0,043)	0,023 (0,037)
Género (Mujer)	-0,365*** (0,026)	-0,344*** (0,028)	-0,361*** (0,024)	-0,311*** (0,026)	-0,314*** (0,033)	-0,313*** (0,028)
Nivel Educacional	0,071*** (0,003)	0,071*** (0,004)	0,072*** (0,003)	0,073*** (0,003)	0,062*** (0,004)	0,067*** (0,003)
Zona (Rural)	-0,204*** (0,043)	-0,230*** (0,046)	-0,217*** (0,040)	-0,170*** (0,042)	-0,186*** (0,053)	-0,166*** (0,045)
Edad	0,013*** (0,001)	0,012*** (0,001)	0,013*** (0,001)	0,012*** (0,001)	0,011*** (0,001)	0,012*** (0,001)
Constante	-3,142 (0,046)	-3,055 (0,073)	-2,948 (0,062)	-1,055 (0,068)	-1,005 (0,090)	-0,984 (0,074)
% predicho	87,1	86,3	86,9	86,8	86,5	87
R2 Cox y Snell	0,021	0,020	0,020	0,112	0,119	0,116
R2 Nagelkerke	0,039	0,036	0,037	0,208	0,217	0,215
N	53799	44334	60726	60726	38096	53799

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta CEP (2000-2019).

***significativo al 0.001, **significativo al 0.01, *significativo al 0.05.

Conclusiones

Chile se destaca como uno de los países con menores niveles de corrupción en América Latina. Transparencia Internacional (2019) –a través del CPI– lo clasificó en el puesto 26 a nivel mundial. Sin embargo, el Barómetro Global de la Corrupción (Hardoon y Finn, 2013) muestra que la ciudadanía chilena considera a los funcionarios públicos, partidos políticos y al congreso, como altamente corruptos. Es más, en años recientes, varios casos de corrupción han generado escándalo y polémica pública.

Con evidencia de encuestas de opinión realizadas en Chile entre 2000 y 2019, evaluamos la evolución en la importancia que da la gente al combate a la corrupción como una prioridad para la acción gubernamental en Chile. Reportamos que, a mayor aprobación presidencial, menor la probabilidad de mencionar al combate a la corrupción como una prioridad para la acción del gobierno. Por otro lado, mientras más se informa de política la gente en televisión y radios, más probable es que mencione a la corrupción como una prioridad. Finalmente, las menciones a corrupción como una prioridad a la que debe abocarse el gobierno son menores en los primeros años de gobierno y mayores en los últimos años. La mención de corrupción como una prioridad para la acción gubernamental tiene una relación inversa menos marcada con la priorización de la delincuencia que con la salud o los sueldos.

Porque la percepción de corrupción está influida por la historia de corrupción en cada país –por lo que en algunos países con altos niveles de corrupción la gente deja de percibirla como un problema– y por los niveles de tolerancia ante la corrupción –que responden a patrones culturales y también históricos– aquí medimos corrupción de una forma que permite ver qué tan importante es para la gente que el gobierno convierta al combate a la corrupción en una prioridad de su accionar –contrastándola con otras prioridades de interés para la opinión pública. Esta forma de medir la importancia que da la gente al combate a la corrupción nos permite complementar los estudios que dan cuenta de qué tanta corrupción percibe las personas y de la evaluación que hace la gente sobre la forma en que los gobiernos la combaten.

En general, precisamente porque la corrupción es un concepto que significa distintas cosas para distintas personas, al evaluar la priorización que da la gente a que el gobierno combata la corrupción nos permite ubicar este fenómeno en un contexto de las prioridades de políticas públicas que tiene la ciudadanía. Así, podemos ir más allá de simplemente identificar qué tanta corrupción se percibe para indagar qué tan importante es para la gente que los gobiernos se aboquen a combatir la corrupción.

Referencias bibliográficas

ANDERSON, C. J.; TVERDOVA, Y. V. "Corruption, political allegiances, and attitudes toward government in contemporary democracies". *American Journal of Political Science*, vol. 47, nº 1, p. 91-109, 2003.

BLANCHARD, P., et al. "The epidemics of corruption. ArXiv preprint physics/0505031, 2005. Disponible en: <<https://arxiv.org/pdf/physics/0505031.pdf>>. Accesado el: 2 set. 2015.

CANACHE, D.; ALLISON, M. E. "Perceptions of political corruption in Latin American democracies". *Latin American Politics and Society*, vol. 47, nº 3, p. 91-111, 2005.

CANTILLANA, C.; CASTAÑEDA, J. Escándalos políticos y su efecto sobre el desempeño electoral de los candidatos a la Cámara de Diputados en las legislativas 2013. In: MORALES, M.; NAVIA, P.; GARRIDO, C. *Las elecciones de 2013: el año de Bachelet*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2015.

CANTILLANA, C.; MORALES, M. "Algunos determinantes de la percepción de corrupción en Chile". 4º *Informe de Encuesta Nacional ICSO-UDP*, p. 67-76, 2008.

CARLIN, R. E.; LOVE, G. J.; MARTÍNEZ-GALLARDO, C. "Cushioning the fall: scandals, economic conditions, and executive approval". *Political Behavior*, vol. 37, nº 1, p. 109-130, 2015.

CASTELLS, M. *La era de la información*. Economía, sociedad y cultura: el poder de la identidad, vol. II. 4ª ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 2003.

DAVIS, C. L.; CAMP, R. A.; COLEMAN, K. M. "The influence of party systems on citizens' perceptions of corruption and electoral response in Latin America". *Comparative Political Studies*, vol. 37, nº 6, p. 677-703, 2004.

DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. "The perverse 'effects' of political corruption". *Political Studies*, vol. XLV, p. 516-538, 1997.

DOLLAR, D.; FISMAN, R.; GATTI, R. "Are women really the 'fairer' sex? Corruption and women in government". *Journal of Economic Behavior & Organization*, vol. 46, nº 4, p. 423-429, 2001.

EASTON, D. "A re-assessment of the concept of political support". *British Journal of Political Science*, vol. 5, nº 4, p. 435-457, 1975.

ESTÉVEZ, A. M. "Reflexiones teóricas sobre la corrupción: sus dimensiones política, económica y social". *Revista Venezolana de Gerencia*, vol. 10, nº 29, p. 43-85, 2005.

FILGUEIRAS, F. Marcos teóricos da corrupção. In: AVRITZER, L., et al. (eds.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 299-306, 2008.

GAMBETTA, D. Corruption: an analytical map. In: KOTKIN, S.; SAJÓ, A. (eds.). *Political corruption in transition: a skeptic's handbook*. Budapest y New York: Central European University Press, 2002.

GÓMEZ, S. G. "Indicadores: la corrupción mundial". *Lecturas de Economía*, nº 56, p. 145-170, 2002.

GÓMEZ-VILCHIS, R. R. "Changes in perceptions of corruption and presidential approval in Mexico". *Public Integrity*, vol. 14, nº 4, p. 341-360, 2012.

HARDOON, D.; FINN, H. *Global corruption barometer 2013*. New York: Transparency International, 2013.

HUNTINGTON, S. P. *Political order in changing societies*. New Haven y London: Yale University Press, 1968.

INGLEHART, R.; BAKER, W. E. "Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values". *American Sociological Review*, p. 19-51, 2000.

IYENGAR, S.; MCGRADY, J. *Media politics: a citizen's guide*. New York: WW Norton, 2007.

- JULNES, P.; VILLORIA, M. "Undertsanding and addressing citizens' perceptions of corruption: the case of Spain". *International Review of Public Administration*, vol. 19, nº 1, p. 23-43, 2014.
- KAUFMANN, D. "Escándalos de corrupción en América Latina: similitudes y diferencias". In: Foro Corrupción en Chile y América Latina: los desafíos pendientes, Santiago, 6 oct. 2015.
- MAÍZ, R. "Jama, caleta y camello: la corrupción como mecanismo de autorrefuerzo del clientelismo político". *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 65, nº 1, p. 3-39, 2003.
- MELGAR, N.; ROSSI, M.; SMITH, T. W. "The perception of corruption". *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 22, nº 1, p. 120-131, 2010.
- MOISÉS, J. A. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo: Edusp, 2010.
- MONTINOLA, G. R.; JACKMAN, R. W. "Sources of corruption: a cross-country study". *British Journal of Political Science*, vol. 32, nº 1, p. 147-170, 2003.
- MORALES, M. "Evaluando la confianza institucional en Chile: una mirada desde los resultados Lapop". *Revista de Ciencia Política*, vol. 28, nº 2, p. 161-186, 2008.
- _____. "Corrupción y democracia: América Latina en perspectiva comparada". *Gestión y Política Pública*, vol. 18, nº 2, p. 205-252, 2009.
- MORLINO, L. "Legitimacy and the quality of democracy". *International Social Science Journal*, vol. 60, nº 196, p. 211-222, 2010.
- MORRIS, S. "Disaggregating corruption: a comparison of participation and perceptions in Latin America with focus on Mexico". *Bulletin of Latin American research*, vol. 27, nº 3, p. 388-409, 2008.
- NORRIS, P. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- PIZZORNO, A. La corruzione nel sistema político. In: Della Porta, D. (ed.). *Lo scambio occulto*. Bologna: Il Mulino, 1992.
- REHREN, A. *La evolución de la agenda de transparencia en los gobiernos de la Concertación*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2008.
- RENNÓ, L., et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. Brasília: Intermeios, 2011.
- RIVERS, D.; ROSE, N. L. "Passing the president's program: public opinion and presidential influence in Congress". *American Journal of Political Science*, vol. 29, nº 2, p. 183-196, 1985.
- ROSE-ACKERMAN, S. *La corrupción y los gobiernos: causas, consecuencias y reforma*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A., 2001.
- SANDHOLTZ, W.; KOETZLE, W. "Corruption: economic structure, democracy, and trade". *International Studies Quarterly*, vol. 44, nº 31-50, 2000.
- SEGOVIA, C. "Political trust in Latin America". Doctorate's dissertation of philosophy (political science). University of Michigan, Michigan, 2008.
- SELIGSON, M. A. "The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries". *The Journal of Politics*, vol. 64, nº 2, p. 408-433, 2002.

_____. "The measurement and impact of corruption victimization: survey evidence from Latin America". *World Development*, vol. 34, nº 2, p. 381-404, 2006.

SORIANO, R. "La corrupción política: tipos, causas y remedios". *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, vol. 45, p. 382-402, 2011.

SWAMY, A., et al. "Gender and corruption". *Journal of Development Economics*, vol. 64, nº 1, p. 25-55, 2001.

TAVITZ, M. "Clarity of responsibility and corruption". *American Journal of Political Science*, vol. 51, nº 1, p. 218-229, 2007.

THOMPSON, J. B. "La transformación de la visibilidad". *Estudios Públicos*, nº 90, p. 273-296, 2003.

TORGLER, B.; VALEV, N. T. "Corruption and age". *Journal of Bioeconomics*, vol. 8, nº 2, p. 133-145, 2006.

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL. "Corruption by country/territory" (online), 2014. Disponible en: <<http://www.transparency.org/country/#CHL>>. Accesado el: 15 mar. 2015.

_____. "How do you define corruption?" (online), 2015. Disponible en: <http://www.transparency.org/whoweare/organisation/faqs_on_corruption>. Accesado el: 2 sep. 2015.

_____. "Corruption by country/territory" (online), 2019. Disponible en: <<https://www.transparency.org/es/news/cpi-2019-global-highlights>>. Accesado el: 24 dic. 2020.

TREISMAN, D. "The causes of corruption: a cross-national study". *Journal of Public Economics*, vol. 76, nº 3, p. 399-457, 2000.

VARRAICH, A. "Corruption: an umbrella concept". *QoG Working Paper Series*, nº 5, p. 2-30, 2014.

Abstract

Combating corruption as a citizen priority for government action: the case of Chile, 2000-2019

After a theoretical discussion on the determinants of perception of corruption and on the importance people give to fighting corruption as a priority for government action, we postulate 4 hypotheses and we test them for the case of Chile, a democracy with low levels perception of corruption, but with several corruption scandals in recent years. We use 43 (N=63768) national polls conducted by the Center for Public Studies (CEP) between 2000 and 2019 to estimate binary logistic models. The likelihood of mentioning corruption instead of other issues as a priority for government action is lower among people who approve of the president's performance, higher in those who use more media to get their political information, lower in the first year and higher in the last year of every administration, and lower among those who think crime, employment and other social issues should be a priority for government action.

Keywords: corruption; public opinion; trust in institutions; presidential approval; Chile

Resumo

O combate à corrupção como prioridade cidadã para a ação governamental: o caso do Chile, 2000-2019

Após uma discussão teórica sobre o que explica a percepção de corrupção e a importância que as pessoas atribuem ao combate da corrupção como uma prioridade para a ação governamental, propusemos 4 hipóteses que testamos no Chile, uma democracia com baixa percepção de corrupção, mas com vários escândalos de corrupção nos últimos anos. Usamos 43 pesquisas nacionais (N =

63.768) do Centro de Estudos Públicos (CEP) entre 2000 e 2019 para estimar modelos logísticos binários. A probabilidade de citar a corrupção em detrimento de outras questões como prioridade para a ação governamental é menor entre os que aprovam o presidente, maior entre aqueles que mais consomem mídia para informação política, menor nos primeiros anos e maior nos últimos anos de cada governo, e menor entre as pessoas que consideram que o crime, o emprego e outras questões sociais devem ser uma prioridade para o governo.

Palavras-chave: corrupção; opinião pública; confiança institucional; aprovação presidencial; Chile

Résumé

La lutte contre la corruption comme priorité citoyenne de l'action gouvernementale: le cas du Chili, 2000-2019

Après une discussion théorique sur les déterminants de la perception de la corruption et sur l'importance que les citoyens accordent à la lutte contre la corruption comme priorité de l'action gouvernementale, nous postulons 4 hypothèses et nous les testons pour le cas du Chili, une démocratie à faible niveau de perception de la corruption, mais avec plusieurs scandales de corruption ces dernières années. Nous utilisons 43 (N=63768) sondages nationaux menés par le Center for Public Studies (CEP) entre 2000 et 2019 pour estimer des modèles logistiques binaires. La probabilité de mentionner la corruption au lieu d'autres questions comme une priorité pour l'action du gouvernement est plus faible chez les personnes qui approuvent la performance du président, plus élevée chez ceux qui utilisent davantage les médias pour obtenir leurs informations politiques, plus faible la première année et plus élevée la dernière année de chaque administration, et inférieure parmi ceux qui pensent que la criminalité, l'emploi et d'autres questions sociales devraient être une priorité pour l'action gouvernementale.

Mots-clés: la corruption; opinion publique; confiance dans les institutions; approbation présidentielle; Chili

Artigo submetido à publicação em 18 de junho de 2018.
Artigo resubmetido à publicação em 9 de janeiro de 2020.
Versão final aprovada em 3 de maio de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



A influência de fatores demográficos e estruturais nos significados do trabalho entre brasileiros: evidências do World Values Survey

Cibele Satuf¹ 

Jorge Alexandre Barbosa Neves² 

O trabalho passou por transformações que modificaram os valores e determinantes de seus significados, colocando em xeque sua centralidade. Este artigo investiga os significados do trabalho entre brasileiros, bem como a influência de elementos demográficos e estruturais nessa atribuição. Os significados do trabalho referem-se à interpretação individual, influenciada pelo contexto social, do trabalho e do que ele representa. Utilizou-se a amostra brasileira do World Values Survey. A influência de características socioeconômicas e estruturais foi analisada via modelagens de equações estruturais (MEE). O modelo foi bem ajustado, tendo um coeficiente de determinação de 0,951. Os resultados descritivos indicaram alta valorização do trabalho e forte percepção deste como obrigação social. Os resultados da MEE indicaram que homens atribuem maior significado ao trabalho em comparação com mulheres e que o aumento da idade influencia a atribuição de significados do trabalho. A criatividade, a intelectualidade e a independência nas atividades executadas têm influência indireta (via nível socioeconômico - NSE) e negativa na percepção de significados do trabalho. As análises priorizaram a articulação entre aspectos sociais e econômicos com o processo de significação do trabalho, perspectiva pouco explorada na produção científica brasileira, mas fundamental para que o fenômeno seja compreendido de maneira mais ampla, especialmente em sociedades estratificadas, como o Brasil.

Palavras-chave: significados do trabalho; brasileiros; fatores de influência; World Values Survey

Introdução

O trabalho passou por diversas transformações ao longo do tempo. As mudanças em sua estruturação no decorrer do desenvolvimento da sociedade contribuíram para moldar os significados que lhe são atribuídos. Em sociedades mais antigas, como na Antiguidade Clássica e na Renascença, o trabalho era visto como uma atividade de baixa

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte (MG), Brasil. E-mail: <cibelesatuf@gmail.com>.

² Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte (MG), Brasil. E-mail: <jorgeaneves@gmail.com>.

importância, à margem de valores sociais centrais. Com o desenvolvimento da sociedade industrial, a atividade passa a ser alvo de algum reconhecimento em termos de valores políticos, psicológicos e sociais, chegando a ocupar um lugar de maior importância e centralidade na vida dos indivíduos. Contudo, as transformações no mundo do trabalho culminaram em um período marcado pela flexibilidade e imaterialidade, o que coloca em xeque a centralidade do trabalho. Tem-se, portanto, um cenário marcado por transformações que alteram a concepção social, os valores, as atitudes e determinantes dos sentidos e os significados do trabalho (Araújo e Sachuk, 2007).

As alterações relacionadas à estruturação do trabalho ajudaram a moldar os seus significados ao longo do tempo e fundamentaram um extenso debate. Por um lado, há teses que advogam o fim de sua importância e centralidade, defendidas por autores como Méda (2010) e Gorz (1982). Segundo essa abordagem, a realidade atual, marcada por forte desemprego e precarização do trabalho, traz impactos sociais profundos, já que a ausência de um trabalho significativo se traduz em fonte de miséria e frustração (Dahrendorf, 1980). Esse cenário desfavorável contribui para a queda da centralidade do trabalho e valorização de outras esferas sociais (Offe, 1989). Por outro lado, autores como Castel (1997) e Antunes (2009) defendem a importância do trabalho para a estrutura social, mesmo em situações de degradação e precarização. Ainda que diante de uma nova morfologia, marcada por formas de estranhamento e alienação, o trabalho se mantém como uma referência nas esferas psicológica, social e econômica (Navarro e Padilha, 2007). Nessa direção, De la Garza e Hernández (2000) afirmam que as teses sobre o fim do trabalho se fundamentaram em teorias direcionadas a contextos e temporalidades específicos, como aqueles vivenciados em alguns países europeus avançados e nos Estados Unidos, marcados pela concretização de políticas neoliberais e pelo declínio da força sindical. Os autores esclarecem que os defensores da tese do fim do trabalho, ao atestarem que as mudanças nas posições e relações de mercado influenciariam na determinação de normas, valores e atitudes, estariam adotando uma análise de caráter amplamente estruturalista e simplista. Nesse sentido, De la Garza e Hernández (2000) defendem que as relações entre estruturas, ocupações, subjetividades e ações coletivas são demasiado complexas, não cabendo a adoção de tamanho situacionismo estruturalista. Por mais que o trabalho seja permeado por ambiguidades que perpassam desde a sua percepção como fonte de criação e de subsistência à sua identificação como fonte de desenvolvimento, satisfação e identidade (Kovács, 2006), a categoria trabalho mantém, sem dúvidas, sua importância social. Portanto, não se pode falar de um fim da sociedade do trabalho, sendo incontestável a sua relevância social (Bizerra e Souza, 2014).

Mesmo diante dessas transformações, a sociedade permanece se guiando em prol da acumulação de capital, e, nesse movimento, o trabalho permanece como principal mercadoria e mecanismo de geração de valor. Essa realidade é ainda mais patente quando se analisam países latino-americanos, nos quais a atividade persiste como um elemento de formação e manutenção do ser social. Nessas realidades, o acesso restrito ao consumo

se faz presente, algo que tende a ser superado essencialmente por meio do trabalho, o que reforça sua manutenção como um fator de integração social e garantia da sobrevivência (Oliveira e Piccinini, 2011). Nesse sentido, não se pode falar no fim de sua posição de centralidade no entendimento social (Cardoso, 2008).

Nessa investigação, assume-se que o trabalho permanece como um elemento central para a sociedade. Contudo, entende-se que as mudanças que ocorreram em seus processos e estrutura possuem potencial para influenciar a conformação dos significados a ele atribuídos, bem como a percepção de sua importância na sociedade. Desse modo, pretende-se investigar os significados atribuídos ao trabalho por brasileiros, e também a influência de elementos demográficos e estruturais nessa atribuição.

Os significados do trabalho são abordados em diversos estudos. Na produção científica brasileira, geralmente são analisados com enfoque em categorias ocupacionais, como entre professores universitários (Vilas Boas e Morin, 2014, 2015), enfermeiros (Rodrigues, Barrichello e Morin, 2016), agentes penitenciários (Santos, 2014), executivos (Coda e Fonseca, 2004) ou entre trabalhadores ligados a instituições específicas (Bitencourt et al., 2014). Essas perspectivas consideram que o processo de atribuição de significados do trabalho ocorre essencialmente entre pessoas que realizam atividades laborais, diferenciando-se conforme a área de atuação dos indivíduos. Ainda que alguns desses estudos englobem de alguma maneira a dimensão social, os métodos empíricos que os fundamentam impedem que os resultados sejam generalizados.

Ao efetuarem uma extensa revisão de literatura sobre os significados do trabalho, Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) chamaram atenção para o fato de que as investigações tendem, em linhas gerais, a analisar fatores ou processos singulares que contribuem para o significado do trabalho, em vez de adotarem uma visão mais abrangente. Ardichvili e Kuchinke (2009) destacam a importância da articulação entre aspectos sociais e econômicos com o processo de significação do trabalho, especialmente em sociedades estratificadas, como no caso do Brasil, para que o fenômeno possa ser compreendido de maneira mais ampla.

Desse modo, este artigo pretende contribuir para a literatura científica ao incluir elementos sociais mais amplos na atribuição dos significados do trabalho. Partindo de uma amostra representativa da população brasileira, o objetivo geral dessa investigação é verificar a influência de características socioeconômicas e estruturais na atribuição dos significados do trabalho. Como desdobramento do objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: identificar os significados atribuídos ao trabalho; verificar em que medida características demográficas, como idade, sexo e religião, influenciam na diferenciação dos significados que são atribuídos ao trabalho; e analisar a influência de características estruturais, como a natureza da atividade realizada e o nível socioeconômico, na atribuição dos significados do trabalho.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta primeira, de caráter introdutório. Na "Fundamentação teórica", a conceituação sobre os significados do trabalho

é apresentada, indicando alguns de seus estudos seminais, bem como a proposta debatida pelo Meaning of Work Research Team (MOW, 1987), adotada como referência neste artigo. Em seguida, a “Metodologia” permite conhecer a base de dados secundária utilizada, desenvolvida pelo World Values Survey, as “Hipóteses” a serem testadas, assim como as “Análises estatísticas” empregadas na investigação. Os achados da pesquisa são discutidos na seção “Resultados” e, finalmente, a seção “Conclusões” contempla alguns apontamentos sobre esses achados, assim como algumas limitações da pesquisa e indicações de investigações futuras.

Fundamentação teórica

Os significados do trabalho

Os significados do trabalho são analisados através de diversas abordagens teóricas (Rodrigues et al., 2018; Rosso, Dekas e Wrzesniewski, 2010), tendo suas origens nos campos da psicologia e da sociologia. A perspectiva psicológica afirma que as percepções sobre os significados do trabalho se fundamentam nas interpretações subjetivas que os indivíduos fazem sobre suas experiências e interações no decorrer dessa atividade, conforme seu referencial próprio. Já a vertente sociológica pressupõe que a avaliação desses significados sofre influência de visões de mundo e sistemas de valores sociais ou culturais, sendo, portanto, mais complexa. A atribuição de significados leva em conta não somente as atitudes e expectativas em relação ao trabalho, mas também o papel dessa categoria na sociedade, bem como as inter-relações entre a atividade e outras esferas significativas (Méda e Vendramin, 2013; Warr, 2008). Portanto, quando os sistemas sociais e culturais em torno das pessoas atribuírem valor às suas atividades laborais, o trabalho, possivelmente, será considerado significativo.

O processo de avaliação do trabalho compreende um conjunto flexível de cognições que se desenvolvem tanto antes quanto no decorrer do processo de socialização no trabalho, sendo influenciado por fatores contextuais, sociais e experiências pessoais (Zubieta et al., 2008). Os significados do trabalho abrangem um componente da realidade socialmente construída e reproduzida, que resulta do intercâmbio entre variáveis pessoais e sociais em um determinado contexto histórico (Tolfo e Piccinini, 2007), com implicações que vão desde ações individuais até processos grupais e sociais (Tolfo et al., 2011). Em sua formação, há um conteúdo que é partilhado socialmente, mas que, ao mesmo tempo, é permeado por singularidades que se formam nas trajetórias individuais e sociais. Incorporam, portanto, elementos ideológicos da sociedade, relacionados à estrutura macroeconômica e influenciados por agentes de socialização (Borges e Barros, 2015).

Esses significados se relacionam à cognição social e neles se articulam as dimensões individual (história pessoal), social e ocupacional. Referem-se à interpretação individual, embora amplamente influenciada pelo contexto social, do trabalho e do que ele

representa para o indivíduo, sendo que, para uns, pode ser meio de sustento, para outros, uma vocação ou até mesmo um meio de se manter ocupado (Rosso, Dekas e Wrzesniewski, 2010). Goulart (2009) salienta que o significado do trabalho pode ser compreendido como um conjunto de valores, crenças e atitudes em relação ao trabalho, permeado por variações subjetivas no âmbito da organização e do emprego. Constitui-se, portanto, como uma cognição subjetiva histórica e em mudança contínua.

Um dos estudos seminais acerca dos significados do trabalho foi conduzido por Morse e Weiss (1955). Os autores estavam interessados em analisar o impacto das mudanças ocasionadas pela industrialização nos significados atribuídos ao trabalho, especialmente acerca de sua instrumentalização. A questão central apresentada aos participantes da pesquisa consistia em verificar se continuariam a trabalhar mesmo que herdassem uma quantia que garantisse uma vida com conforto. Os resultados da investigação, que envolveu trabalhadores estadunidenses, mostraram que grande parte permaneceria em atividade mesmo nessas condições, indicando que o trabalho ainda era um elemento central na vida das pessoas, garantindo a integração social, a ocupação do tempo e um propósito de vida. Sua ausência representava sentimentos negativos, como o receio de perder a sanidade, sentir-se inútil ou entediado. Além disso, foram verificadas diferenciações dos significados do trabalho conforme a idade e os grupos ocupacionais. Nesse sentido, a intenção de permanecer trabalhando era maior entre os mais jovens e menor entre os trabalhadores sem qualificação. Ademais, entre os trabalhadores de classe média, trabalhar significava majoritariamente um propósito, um meio para a realização e a autoexpressão. Para os trabalhadores rurais e operacionais, trabalhar significava manter-se ativo, ocupado.

Os estudos de Morse e Weiss (1955) foram replicados por Vecchio (1980), que identificou uma queda significativa em relação à centralidade do trabalho, exceto no grupo formado por trabalhadores entre 45 e 54 anos. Os resultados sinalizavam que a “ética de lazer” poderia estar substituindo a tradicional “ética de trabalho” nos Estados Unidos. Embora os resultados verificados nas duas pesquisas tivessem algumas limitações, ambas serviram como fonte de inspiração para diversos estudos sobre o tema, entre os quais se destacam aqueles conduzidos pelo Meaning of Work Research Team (MOW).

A equipe do MOW foi formada por cientistas das áreas de sociologia, psicologia organizacional e do trabalho, psicologia social, economia e gestão, recursos humanos e sociopsicologia do trabalho e das organizações. Os pesquisadores se reuniram em 1978, tendo fundado o The MOW International Research Center em 1980. Considera-se que os resultados obtidos por esse grupo foram os que mais se destacaram no campo dos significados do trabalho e ainda influenciam a maior parte dos estudos sobre o tema (Goulart, 2009). O objetivo dos pesquisadores era identificar a variedade de significados atribuídos ao trabalho por indivíduos e grupos na sociedade industrial, compreender o modo como esses significados se desenvolvem e se distinguem (ou não) diante de diferentes nacionalidades e sistemas culturais, bem como entender as consequências dos

diferentes significados para os indivíduos, organizações e sociedades (Ruiz-Quintanilla e Claes, 2000).

O MOW adotou a concepção do significado do trabalho como o conjunto de valores, crenças e expectativas que, embora tenham natureza individual, são influenciados pela sociedade por meio de agentes de socialização, como família, instituições de ensino e organizações de trabalho. Os significados do trabalho funcionam como uma estrutura de referência para a ação, por meio da realização de crenças individuais sobre os resultados esperados do trabalho, sobre o que se deve oferecer em dada situação de trabalho no sentido de alcançar esses resultados, bem como acerca da identificação com o trabalho, ou seja, a importância deste para a autoimagem (Ruiz-Quintanilla, 1991). Ademais, é importante esclarecer que o MOW (1987) considerou como trabalho somente as atividades realizadas em troca de salário, excluindo, desse modo, atividades não remuneradas, como o trabalho doméstico e o voluntário.

O modelo proposto pelo MOW é heurístico, ou seja, foi pensado para funcionar como uma diretriz de pesquisa. Pressupõe que os significados do trabalho são determinados por escolhas e experiências vivenciadas pelos indivíduos e pelo contexto social e de trabalho, e considera três níveis em sua operacionalização: variáveis condicionais (antecedentes), em que se relacionam a situação familiar, o contexto profissional atual e passado, além do ambiente micro e macroeconômico; variáveis centrais (dimensões dos significados do trabalho); e consequências dessas significações para o ambiente socioeconômico. As cinco dimensões abarcadas pelo modelo são a centralidade do trabalho, as normas sociais sobre o trabalho, os resultados esperados/valorizados no trabalho, a importância dos objetivos e produtos do trabalho e as definições sobre o ato de trabalhar. Após uma série de estudos de validação, somente as três primeiras dimensões persistiram empiricamente como maiores representações dos significados do trabalho (Ruiz-Quintanilla e Claes, 2000) e, portanto, apenas estas serão descritas aqui.

A centralidade do trabalho é definida como o grau de importância atribuído ao trabalho na vida de um indivíduo em dado momento. Em sua constituição, encontram-se dois componentes teóricos. Um deles, de caráter valorativo, que compreende a avaliação absoluta da importância atribuída ao trabalho. O segundo envolve a análise da importância do trabalho em relação a outras esferas, como a familiar, a religiosa e a do lazer, sendo, portanto, de orientação relativa (Ruiz-Quintanilla e Claes, 2000).

A centralidade absoluta resulta de um procedimento cognitivo que se baseia na comparação entre o trabalho como uma atividade e a percepção do *self*. Por meio dessa comparação, o trabalho pode emergir como central ou periférico para a autoimagem, sendo parte de um processo de autoidentificação. Contempla, adicionalmente, o envolvimento com o trabalho, partindo de uma resposta afetiva em que este é visto como parte da vida da pessoa (MOW, 1987). A centralidade relativa se orienta na premissa de que os interesses pessoais são segmentados em diferentes subesferas, conforme defendido por Dubin (1956) em seus estudos sobre os "interesses centrais da vida" dos trabalhadores industriais. Nessa

perspectiva, os indivíduos, embora participem das diversas esferas imprescindíveis à sua socialização, atribuem preferência e maior significado àquelas que oferecem recompensas mais positivas para seus comportamentos.

A centralidade absoluta parte da crença ou orientação valorativa em relação ao *self*, já a centralidade relativa perpassa um processo decisório de natureza comparativa entre diferentes elementos ou subesferas da vida, em que o trabalho pode emergir, ou não, como aquela de sua preferência. Os investigadores do MOW advertem que essas medidas se correlacionam apenas moderadamente, de modo que a esfera laboral pode, concomitantemente, ocupar uma posição de centralidade e ter seus interesses divididos com outras esferas, ou mesmo ser preterida em relação a elas.

As normas sociais representam os padrões avaliativos sobre o trabalho e se concentram em duas visões normativas: a norma da obrigação e a norma do direito. A primeira parte do ponto de vista individual, centrando-se nos padrões e normas sociais que remetem ao trabalho como uma obrigação para com a sociedade. A normatividade da obrigação como um padrão avaliativo está assente na responsabilidade pessoal ou nas normas internalizadas sobre o dever e o comprometimento social. Essa orientação é marcada pela percepção de que a pessoa deve contribuir, por meio de seu trabalho, para o desenvolvimento da sociedade, tendo a responsabilidade de economizar para sua segurança futura. Ou seja, parte da crença de que a pessoa tem o dever ou a responsabilidade de contribuir para a unidade social por meio do trabalho.

A segunda norma remete aos padrões sociais e normas relacionados ao direito das pessoas e às obrigações da sociedade para com o indivíduo. Relaciona-se à presunção, implícita ou explícita, sobre equidade nas relações de trocas entre as contribuições individuais e o sistema social de recompensa, tendo como um de seus fundamentos o contrato social de Rousseau. A normatividade sobre o trabalho como um direito pode estar relacionada à noção de bem-estar social, assim como à instituição social, e explica, por exemplo, o processo de sindicalização.

A dimensão formada pelos resultados valorizados/esperados no trabalho examina os objetivos individuais na execução dessa atividade, como também a importância relativa destes. Esses objetivos se dividem em expressivos e instrumentais. Os primeiros abarcam o aspecto voltado para a satisfação intrínseca obtida por meio da realização das tarefas, o *status* ou prestígio social oriundo da atividade realizada, a percepção de que a atividade desempenhada é moralmente valorizada na sociedade, bem como a possibilidade de estabelecer contatos sociais interessantes. Os aspectos instrumentais compreendem o trabalho como uma atividade econômica realizada fundamentalmente para obtenção do sustento e da satisfação de necessidades e como uma atividade capaz de manter um senso de organização e rotina. Nesse sentido, o trabalho funciona como um meio para evitar algumas consequências negativas que são entendidas socialmente como associadas à preguiça e à ociosidade, como o envolvimento com atividades ilegais e criminalidade (Kaplan e Tausky, 1974).

O modelo enfatiza a reciprocidade como um ponto essencial. Desse modo, os significados do trabalho tanto são afetados quanto alteram a estrutura social, ou seja, as condições culturais e sociais influenciam os significados do trabalho, e estes, por sua vez, afetam a formação de grupos e mudanças sociais (MOW, 1987). A partir do momento em que certos padrões de significados são desenvolvidos por indivíduos e grupos, eles, por sua vez, afetam a sociedade, de modo que o indivíduo define a realidade, mas também é definido por ela. Os autores do MOW evitam entender os significados do trabalho como algo totalmente determinado por forças externas, mas também rejeitam a proposição de que o agente social é o único responsável pela transformação social, reduzindo a interpretação da realidade a critérios meramente subjetivos.

As pesquisas conduzidas pelo MOW (1987) apontaram a centralidade como elemento fundamental para a compreensão do construto. Essa medida deve englobar as justificativas para que uma pessoa avalie o trabalho como algo importante, ou não, em sua vida. A equipe do MOW ressalta, adicionalmente, que as dimensões se relacionam teórica e empiricamente, tendo como um de seus fundamentos a estrutura do mercado de trabalho e das ocupações, o que ajudaria a explicar as diferentes avaliações sobre seus significados e centralidade. Ademais, os resultados obtidos pelo MOW (1987) contribuíram para confirmar a tese de defesa da centralidade do trabalho, ratificando o argumento da manutenção de centralidade mesmo em situações de grande informalidade e precariedade, atestada por diversos autores (Antunes, 2009; Bendassolli, 2007; Castells, 2011; De La Garza e Hernández, 2000). Reforçam, portanto, que o trabalho se mantém como um elemento central na sociedade, mas elucidam que essa valorização pode ter como referência o que se atinge por meio dele, bem como a avaliação daquilo que nele se investe, ou mesmo uma combinação desses fatores.

Além disso, os resultados das pesquisas conduzidas pelo MOW chamaram atenção para as diferenciações entre os componentes dos significados do trabalho conforme o gênero, a idade, a qualidade do trabalho executado, assim como a escolaridade. Essas características influenciaram a percepção da centralidade, das normas relativas aos direitos e obrigações, assim como dos aspectos mais valorizados no trabalho (Ruiz-Quintanilla e Claes, 2000).

Os resultados obtidos tanto nas pesquisas conduzidas pelo MOW quanto em estudos subsequentes indicaram que a importância do trabalho se altera mediante variações sócio-históricas, culturais e individuais. Faz-se mister chamar atenção para a necessidade de voltar o olhar para a influência de fatores como o papel das classes sociais na formação dos significados do trabalho, algo pouco explorado na literatura (Ardichvili e Kuchinke, 2009) e os aspectos socioeconômicos. Desse modo, para favorecer a compreensão do construto é fundamental que se articulem aspectos sociais e econômicos nos processos de significação do trabalho.

Este artigo propõe, portanto, que a influência de alguns elementos socioeconômicos nos significados do trabalho seja analisada, mas também inclui a

verificação do papel de fatores demográficos, como gênero, idade e religiosidade, nessa relação. É importante ressaltar que há outras abordagens teóricas acerca dos significados do trabalho (Morin, Tonelli e Pliopas, 2007; Rosso, Dekas e Wrzesniewski, 2010; Tolfo e Piccinini, 2007; Tolfo et al., 2011), no entanto, este estudo se ateve essencialmente àquela que orienta os dados fornecidos pela base de dados secundários utilizada.

Metodologia

Os dados utilizados para as análises foram obtidos através da quinta onda do World Values Survey (WVS) (Inglehart et al., 2018) e referem-se exclusivamente à amostra brasileira. O WVS é constituído por uma rede global de cientistas sociais e teve seu início marcado por uma pesquisa conduzida pelo European Values Survey Group (EVS) em 1981, que contemplou 24 países da Europa (Inglehart et al., 2000). Desde então, as coletas de dados ocorrem de modo sucessivo nas chamadas “ondas”, realizadas entre os períodos de 1981 a 1984 (onda 1), de 1990 a 1994 (onda 2), de 1995 a 1998 (onda 3), de 1999 a 2004 (onda 4), de 2005 a 2009 (onda 5), de 2010 a 2014 (onda 6) e de 2017 a 2021 (onda 7). Conforme informado no *website*³ da instituição, atualmente são realizadas pesquisas nacionalmente representativas em quase 100 países, contemplando aproximadamente 90% da população mundial, tendo como base um questionário comum. As amostras são periodicamente coletadas de modo aleatório em todos os países participantes, abrangendo todas as suas regiões. As entrevistas são conduzidas pessoalmente e no idioma oficial do país participante. Trata-se de um microconjunto de dados, pois contém informações personalizadas para cada indivíduo em diferentes momentos no tempo, ainda que não seja um painel. Os dados da população brasileira constituem uma amostra probabilística formada por 1.500 participantes e foram coletados entre novembro e dezembro de 2006, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

O projeto WVS aborda atitudes perante diversos fatores, como aspectos religiosos e éticos, relações familiares, avaliação do trabalho, felicidade, saúde e satisfação com a vida, explorando a hipótese de que os sistemas de crenças em massa estão mudando, o que tem importantes consequências econômicas, políticas e sociais. Segundo os organizadores do *survey*, a análise da transformação no sistema de crenças, bem como seu impacto social, somente seria possível se toda a gama de variações culturais, políticas e econômicas fosse abarcada. A estratégia adotada permitiria fomentar a difusão de técnicas empíricas das ciências sociais nas sociedades em que eram pouco utilizadas anteriormente. Isso se fundamenta na percepção de que a pesquisa ocupa um lugar de relevância na medida em que fornece aos cientistas sociais e tomadores de decisão uma vasta gama de informações valiosas acerca das mudanças sociais, crenças e preferências de massa (Inglehart et al., 2000), que podem, inclusive, embasar o desenvolvimento de políticas públicas. Um de seus destaques é que os dados por ela fornecidos podem ser úteis

³ Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org>>. Acesso em: 16 ago 2019.

para pesquisas que se apoiam em outros referenciais teóricos, até mesmo aqueles não alinhados à vertente teórica em que a pesquisa se embasa (Castro, Ranincheski e Capistrano, 2015).

O projeto WVS foi influenciado por algumas teorias, entre elas a teoria da mudança intergeracional de valores, proposta por Ronald Inglehart, presidente fundador do World Values Survey Association. Essa teoria explora a hipótese de que ocorreram mudanças nos valores entre coortes geracionais em virtude do desenvolvimento do Estado de bem-estar social que emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Nessa perspectiva, as mudanças no contexto econômico e social, passando de uma realidade marcada pela fome e privação a um contexto permeado pela segurança econômica em grande parte das sociedades industrializadas, teriam alterado as prioridades individuais daqueles que nasceram na geração pós-guerra. Isso teria levado a uma mudança gradual, por meio da sobreposição de gerações, de valores materialistas (com foco na segurança física e econômica) em direção aos valores pós-materialistas (com ênfase na autoexpressão, liberdade e qualidade de vida). Assim, algumas transformações socioeconômicas, políticas e culturais verificadas na segunda metade do século XX, principalmente em sociedades industriais avançadas ou pós-industriais, culminaram na alteração da prioridade de valores básicos, como resultado das alterações nas condições em que ocorre a socialização primária dos indivíduos (Inglehart, 2008).

A mudança da modernização para a pós-modernização se relaciona à percepção de segurança devido à superação da escassez econômica e consequente valorização de outros fatores por parte da sociedade. De certa maneira, podemos relacioná-la à hierarquia de necessidades de Maslow, que atesta que somente com a superação de necessidades fisiológicas básicas, como fome, sono e segurança, o indivíduo busca atingir as necessidades mais elevadas, como as de estima e autorrealização. A teoria que defende a mudança intergeracional de valores está apoiada nas hipóteses de escassez e socialização, que são complementares (Inglehart, 2018). A primeira delas reflete a distinção básica entre as necessidades materiais de sobrevivência e segurança física e as necessidades não materiais, como as de estima, autoexpressão e estética. Como as necessidades materiais são imediatamente cruciais para a sobrevivência, quando elas são escassas, tendem a ter prioridade sobre quaisquer outras necessidades, incluindo as necessidades pós-materialistas. Porém, estando as condições de segurança garantidas, as pessoas tenderiam a enfatizar os objetivos pós-materialistas, como pertencimento, estima e livre escolha (Inglehart e Welzel, 2005). A hipótese da escassez se assemelha ao princípio da utilidade marginal decrescente proposto na teoria econômica e reflete a distinção entre as necessidades materiais de sobrevivência e segurança física e as necessidades não materiais, como as de autoexpressão e satisfação estética. Isso implica que períodos prolongados de alta prosperidade incentivam a disseminação dos valores pós-materialistas, enquanto o declínio econômico duradouro tem o efeito oposto.

Já a hipótese da socialização preconiza que os valores individuais estão enraizados na socialização primária, mas se alteram principalmente por meio da substituição intergeracional da população. Cabe ressaltar, contudo, que o impacto das mudanças econômicas na dimensão cultural não é algo simples, já que o processo depende do sentimento de segurança material, que tem cariz subjetivo, parcialmente moldado pelo nível de renda de uma sociedade, mas também por suas instituições de assistência social e sua segurança. Embora a renda *per capita* seja um indicador das condições que levam a essas transformações, o elemento teoricamente crucial é o senso de segurança existencial. A percepção e a satisfação de cada um variam em decorrência do entorno cultural em que a pessoa foi inserida e daquele em que ela foi socializada. Convém ressaltar que a hipótese da socialização afirma que as prioridades básicas de valor das pessoas não mudam da noite para o dia. Um dos conceitos mais difundidos nas ciências sociais é que a estrutura básica da personalidade se cristaliza quando se chega à idade adulta. Evidências consideráveis indicam que os valores básicos das pessoas são desenvolvidos na primeira socialização e cristalizados quando atingem a idade adulta, mudando relativamente pouco depois disso. A mudança de valor entre gerações ocorre quando as gerações mais jovens crescem sob condições diferentes daquelas que moldaram as gerações anteriores (Inglehart, 2018).

Tomadas em conjunto, as duas hipóteses permitem gerar diversas previsões sobre a alteração nos valores. Enquanto a hipótese da escassez implica que a prosperidade é propícia à disseminação dos valores pós-materialistas, a hipótese da socialização sugere que a mudança de valor social ocorrerá de forma gradual, principalmente através da substituição intergeracional da população. Portanto, os efeitos da mudança econômica nos valores não acontecem de imediato, sendo perceptível a existência de um intervalo de tempo considerável entre as mudanças econômicas e seus efeitos políticos (Inglehart, 2008, 2018).

Nessa perspectiva, os agentes sociais atribuem maior valor subjetivo aos elementos que identificam como carentes, de modo que suas prioridades somente se alteram na medida em que experimentam melhorias socioeconômicas, voltando o interesse para fatores que propiciam sua emancipação. Segundo a teoria do materialismo e pós-materialismo, os valores passam por dois extremos, que vão da sobrevivência, com ênfase na segurança e estabilidade econômica, à autoexpressão e emancipação, quando se valorizam elementos como a qualidade de vida, democracia, tolerância, igualdade de gêneros e diversidade (Inglehart e Welzel, 2005). A lógica desse argumento, segundo os autores, é que a superação das necessidades de sobrevivência leva ao desenvolvimento da independência não somente no aspecto financeiro, mas também no cognitivo e social. Isso aumenta o senso de autonomia e fomenta a ênfase na liberdade de escolha e, eventualmente, na demanda por participação civil e política. É importante ressaltar, contudo, que o projeto conduzido pelo WVS não prevê nenhum tipo de determinismo da economia ou da cultura. Os resultados verificados até então sugerem que as relações entre

valores, economia e política são recíprocas, sendo a natureza exata dos vínculos uma questão empírica, e não algo que pode ser determinado *a priori* (Inglehart et al., 2000).

O esclarecimento acerca dos valores materialistas e pós-materialistas permite, adicionalmente, compreender que a formação de preferências e valores possui uma natureza relacional, sendo influenciada pelo ambiente socioeconômico e cultural (Harpaz e Fu, 2002; Hirvilammi et al., 2019). Há significativas evidências de que esses valores influenciam a percepção dos significados e centralidade do trabalho em uma sociedade (Yeganeh, 2017). Desse modo, salienta-se que a ênfase em aspectos intrínsecos do trabalho marca uma mudança social, ressaltando a preferência por valores pós-materialistas em detrimento dos materialistas (Cartwright e Holmes, 2006; Hirvilammi et al., 2019; Pyöriä et al., 2017). Assim, sociedades com predominância de valores pós-materialistas seriam caracterizadas por menor envolvimento com o trabalho e ênfase em lazer e outras atividades (Ruiz-Quintanilla e Wilpert, 1991).

Hipóteses

Alguns dos primeiros estudos acerca dos significados do trabalho (Morse e Weiss, 1955; Vecchio, 1980) identificaram a idade como um fator de influência no construto, sinalizando que a centralidade do trabalho era maior entre os mais jovens. Em investigações mais recentes, Hajdu e Sik (2018) relataram que a centralidade do trabalho aumentava ao longo do tempo, chegando a um pico por volta dos 45 anos, mas decaía a partir dos 53 anos. Segundo os autores, a explicação para esse declínio se relaciona com o conceito de atividade econômica no decorrer da vida. Ou seja, quando se deixa de ter a atividade laboral como fonte de renda, a importância do trabalho diminui. Além disso, os objetivos relacionados ao trabalho também se alteravam, com uma tendência à valorização de objetivos extrínsecos com o passar da idade. Um padrão similar foi encontrado em contexto sul-americano, que sinalizou aumento da centralidade do trabalho ao longo dos anos, ressaltando o papel da idade em relação às concepções do trabalho (Zubieta et al., 2008). Para os autores, as condições de inserção dos mais jovens no mercado de trabalho são essencialmente precárias, fruto de um cenário de flexibilização nas formas de contratação, o que contribui para a maior valorização de outras esferas, que não a laboral. Desse modo, tem-se como hipótese que a idade exerça influência sobre os significados do trabalho, no sentido de que estes serão mais salientes com o passar do tempo.

Os estudos que envolvem a relação entre gênero e significados do trabalho apresentam resultados divergentes. Alguns sinalizam que os homens estão mais propensos a valorizar objetivos como remuneração e oportunidades de crescimento, reportando maior centralidade em relação ao trabalho (Bastos, Pinho e Costa, 1995). Em direção oposta, outros indicam que a independência, a valorização de metas pessoais e a estimulação intelectual se mostram mais presentes entre mulheres (Oguegbe et al., 2014), que também denotam maior centralidade do trabalho (Kubo, Gouvêa e Mantovani, 2013).

Entende-se que a avaliação em relação ao trabalho tende a se equalizar nas situações em que as mulheres possuem as mesmas condições de trabalho e acesso a oportunidades de crescimento profissional (Lu, Huang e Bond, 2016), o que não é o caso do cenário brasileiro. Nossa realidade é marcada pela desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Percebe-se a prevalência da atuação feminina em trabalhos relacionados ao cuidado (Georges, 2011), bem como a diferenciação salarial, na comparação com homens de mesma escolaridade. Além disso, nota-se que as mulheres ainda assumem majoritariamente as atividades domésticas, o que implica a chamada “dupla jornada” e reforça a tendência para alocação em atividades com menor jornada de trabalho remunerado (Queiroz e Aragón, 2015). Tendo-se em conta esse contexto nacional, tem-se como hipótese que os significados do trabalho sejam mais proeminentes entre os homens.

Segundo Harpaz e Meshoulam (2004), o modo como indivíduos lidam com suas expectativas, desejos e expressividade, inclusive na esfera laboral, pode ser orientado pela fé religiosa. A análise de Weber (2004) acerca da doutrina protestante mostrou o modo como os aspectos econômicos e racionais do trabalho foram evidenciados por meio desses princípios religiosos. A pesquisa feita por Arslan (2001) destacou que católicos e protestantes avaliavam o trabalho de modo desigual. A percepção do trabalho como um fim em si mesmo, com ênfase na valorização do dinheiro e da economia, foi mais saliente entre protestantes. A avaliação de que o trabalho duro traz sucesso, sendo visto como condição para uma vida boa, foi maior entre os católicos. Harpaz (1998) sinalizou maior centralidade do trabalho entre trabalhadores de países majoritariamente protestantes, que receberam educação religiosa e que mantinham a prática da religiosidade, o que indicaria a presença de uma ética protestante do trabalho. Similarmente, Cardoso et al. (2009) verificaram, entre brasileiros protestantes, maior motivação para o trabalho em comparação aos membros das demais religiões. Desse modo, espera-se que os protestantes atribuam maior significado ao trabalho, quando comparados com os católicos. Considera-se relevante analisar a influência do elemento religioso entre os significados do trabalho reportado por brasileiros, sobretudo em virtude da expansão do protestantismo no país.

Ardichvili e Kuchinke (2009) ressaltaram a importância da articulação entre aspectos socioeconômicos e os significados do trabalho, especialmente em sociedades estratificadas, como no caso do Brasil. Mejía Reyes (2017) salienta que sociedades desiguais e menos desenvolvidas tendem a apresentar maior centralidade do trabalho, ao passo que em países menos desiguais e mais desenvolvidos economicamente o trabalho tende a ser menos central na vida das pessoas. Segundo o autor, a proposta teórica de valores materialistas e pós-materialistas ajuda a explicar essa relação: em países mais desenvolvidos, nos quais as pessoas possuem maior nível de bem-estar material, elementos não materiais seriam mais valorizados. Já nos países menos desenvolvidos e com maior desigualdade socioeconômica, o trabalho teria maior centralidade exatamente

por permitir o acesso aos objetivos materiais. Essa diferenciação entre os significados do trabalho conforme aspectos socioeconômicos também se faz presente quando se comparam diferentes classes sociais. As condições materiais e desigualdades sociais podem influenciar a percepção do trabalho, assim como evidenciam diferenças estruturais no acesso a oportunidades.

Considerando a definição de classes sociais por critérios objetivos, como renda e escolaridade, Allan, Autin e Duffy (2014) demonstraram empiricamente que pessoas oriundas de classes sociais mais altas atribuíram maior significado expressivo ao trabalho. Isso ocorre provavelmente devido ao aumento no poder de decisão sobre a carreira e à diminuição de restrições financeiras que eventualmente comprometeriam suas escolhas profissionais. Embora se verifique baixa diferenciação entre as classes no que diz respeito ao desejo de seguir determinada carreira, a possibilidade de contemplar esse anseio deve ser afetada em razão da classe social e da escolaridade do trabalhador (Duffy et al., 2013). Como consequência disso, verificam-se muitos casos em que as classes mais baixas relacionam o trabalho à sobrevivência financeira, ao passo que, entre as classes mais altas, além da valorização financeira, as pessoas buscam atingir necessidades psicológicas mais elevadas, como a satisfação pessoal e a possibilidade de executar algo que viabilize o desenvolvimento de habilidades, bem como a contribuição para a sociedade (Blustein et al., 2002). Em uma investigação que analisou a influência de características pessoais na atribuição de significados do trabalho, Davidson e Caddell (1994) salientaram o efeito da escolaridade e da renda. Os resultados indicaram que as pessoas com maior escolaridade revelaram tendência a avaliar o trabalho como uma carreira ou vocação, de modo que o decréscimo da escolaridade se relacionava à percepção instrumentalizada do trabalho. Portanto, inclui-se nesta investigação a análise da influência desse fator nos significados do trabalho, com a hipótese de que estes são mais proeminentes entre pessoas de menor nível socioeconômico.

Por fim, o modelo de equações estruturais a ser testado leva em consideração a influência da natureza das atividades na atribuição de significados ao trabalho. Steyn e Kotzé (2004) compararam os objetivos e metas relacionados ao trabalho entre trabalhadores que executavam tarefas com diferentes graus de independência e intelectualidade. Os resultados indicaram a valorização do salário e da segurança entre os trabalhadores que atuavam com atividades manuais, que reportaram menor busca por realização. Em contexto sul-americano, Zubieta et al. (2008) identificaram que trabalhadores com maior independência e variedade nas tarefas percebiam o trabalho como uma função expressiva. Tolfo e Piccinini (2007) salientaram que algumas pesquisas realizadas em contexto brasileiro ressaltaram maior percepção de centralidade entre trabalhadores que exerciam atividades mais intelectualizadas. Resultados similares foram reportados por Bendassolli e Borges-Andrade (2011), que destacaram a presença de uma associação positiva e significativa entre a percepção de autonomia e a centralidade do

trabalho. Desse modo, espera-se que trabalhadores que atuam em tarefas criativas, intelectuais e com independência atribuam maior centralidade ao trabalho.

Análises estatísticas

Considerando-se os objetivos desta pesquisa⁴, foram realizadas medidas de estatística descritivas, assim como modelagem de equações estruturais (MEE). Todas as análises foram realizadas com apoio do *software* Stata. A MEE é uma técnica estatística multivariada que combina aspectos da análise fatorial e da regressão linear múltipla, de modo a conjugar modelos determinísticos e modelos de mensuração (Neves, 2018). A modelagem de equações estruturais se baseia em um quadro teórico estabelecido *a priori*, que será confirmado, ou não, após a coleta e análise dos dados. É importante salientar que a confirmação de um modelo teórico na explicação da estrutura relacional dos dados não exclui a possibilidade de que outros modelos teóricos também sejam adequados (Marôco, 2014). Contudo, é importante que se tenha confiança teórica no modelo que será testado, já que se trata de uma técnica confirmatória, e não exploratória (Neves, 2018). Geralmente, os modelos de equações estruturais são visualizados por meio de diagramas de trajetórias, que contemplam equações de regressão, de modo a estimar efeitos diretos e indiretos das variáveis independentes sobre as dependentes (Neves, 2018) e possuem como elementos básicos as setas e as variáveis. Convencionou-se que as variáveis latentes são representadas dentro de círculos e as manifestas, dentro de retângulos. As relações causais são representadas por setas de sentido único, no sentido da causa para o efeito. As associações são indicadas por setas de duplo sentido, com duas pontas (Marôco, 2014).

A literatura disponibiliza várias medidas de ajuste, geralmente calculadas com o uso de *softwares* de análises de equações estruturais (Marôco, 2014). Para verificar a qualidade do modelo testado, é importante que se utilizem ao menos um índice incremental, um índice absoluto, assim como o valor da estatística de *qui-quadrado* dos graus de liberdade associados. Desse modo, considera-se que um modelo que relata os valores de *qui-quadrado* normatizado, CFI (índice de ajuste comparativo ou *comparative fit index*) e RMSEA (raiz do resíduo quadrático médio de aproximação ou *root mean square error of approximation*), geralmente dispõe de informação suficiente para sua avaliação (Hair et al., 2009).

O diagrama de equações estruturais proposto considera a relação empírica entre as dimensões dos significados do trabalho (centralidade absoluta do trabalho, normas sociais relativas a obrigações do trabalho e resultados esperados/valorizados no trabalho)

⁴ Salienta-se que esta investigação não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois faz uso de dados secundários agregados e, conforme previsto na resolução 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, artigo 1º, parágrafo único: "Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/Conep: V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual".

adotadas pelo MOW (1987), assim como algumas características demográficas e estruturais indicadas previamente na seção em que se elencaram as hipóteses da investigação, conforme se visualiza na Figura 1. Em consonância com o referencial teórico, entende-se como trabalho somente as atividades realizadas em troca de remuneração.

A centralidade absoluta (CTR) é acessada por meio do item: Indique em que medida o trabalho é importante para sua vida. A escala de respostas varia entre 1 (*muito importante*) e 4 (*não é importante*). Contudo, para facilitar a análise dos resultados, a escala foi invertida, de modo a variar entre 1 (*não é importante*) e 4 (*muito importante*). Em estudos anteriores, Hajdu e Sik (2018), Parboteeah e Cullen (2003) e Mejía Reyes (2017) investigaram a centralidade do trabalho por meio dessa mesma variável, fornecida no questionário do WVS.

A medida referente às normas relativas a obrigações do trabalho (N1 a N5) é acessada através de cinco itens: Para desenvolver inteiramente suas habilidades, o(a) Sr(a). precisa de um emprego; É humilhante receber dinheiro sem ter trabalhado para isso; As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas; Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade; O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre. Para esses itens, a categoria de respostas variou de *concordo totalmente* (1) a *discordo totalmente* (5). Para facilitar a análise dos resultados a escala de respostas também foi recodificada, passando a variar entre *discordo totalmente* (1) a *concordo totalmente* (5). Essa medida foi validada em estudos conduzidos pelo MOW (1987), por Parboteeah, Hoegl e Cullen (2009) e por Den Dulk et al. (2013).

Em consonância com investigações prévias (Klonoski, 2014; Salinas-Jiménez et al. 2010; Steyn e Kotzé, 2004), os resultados e objetivos valorizados no trabalho (OBJ) foram acessados por meio da seguinte indagação: Gostaria de perguntar sobre as coisas que seriam mais importantes para o(a) Sr(a)., se estivesse procurando emprego. Vou ler algumas coisas que muitas pessoas levam em conta em relação a seu trabalho. Se o(a) Sr(a). estivesse procurando emprego, o que o(a) Sr(a). colocaria em primeiro lugar? As opções de resposta para esse item são: 1- Um bom salário, para não se preocupar com dinheiro; 2- Um emprego seguro, sem risco de fechar, ou de desemprego; 3- Trabalhar com pessoas que o(a) Sr(a). gosta; 4- Fazer um trabalho importante para se sentir realizado. Foi levada em consideração a organização ordinal da escala de respostas, que parte de uma perspectiva de valorização de objetivos extrínsecos a intrínsecos.

As características demográficas abarcadas no modelo são idade, sexo e religião. As características estruturais incluem o nível socioeconômico e a natureza das atividades desempenhadas. Desse modo, o MEE contempla, adicionalmente, as seguintes variáveis:

ID: idade medida por meio de variável contínua e se refere à idade do entrevistado no momento de aplicação do questionário.

SX: sexo, variável binária⁵ (*dummy*), sendo o sexo feminino codificado como 0 e o masculino como 1.

CA: católico, variável binária, sendo 1 = católico e 0 = não católico.

PR: protestante, variável binária, sendo 1 = protestante e 0 = não protestante.

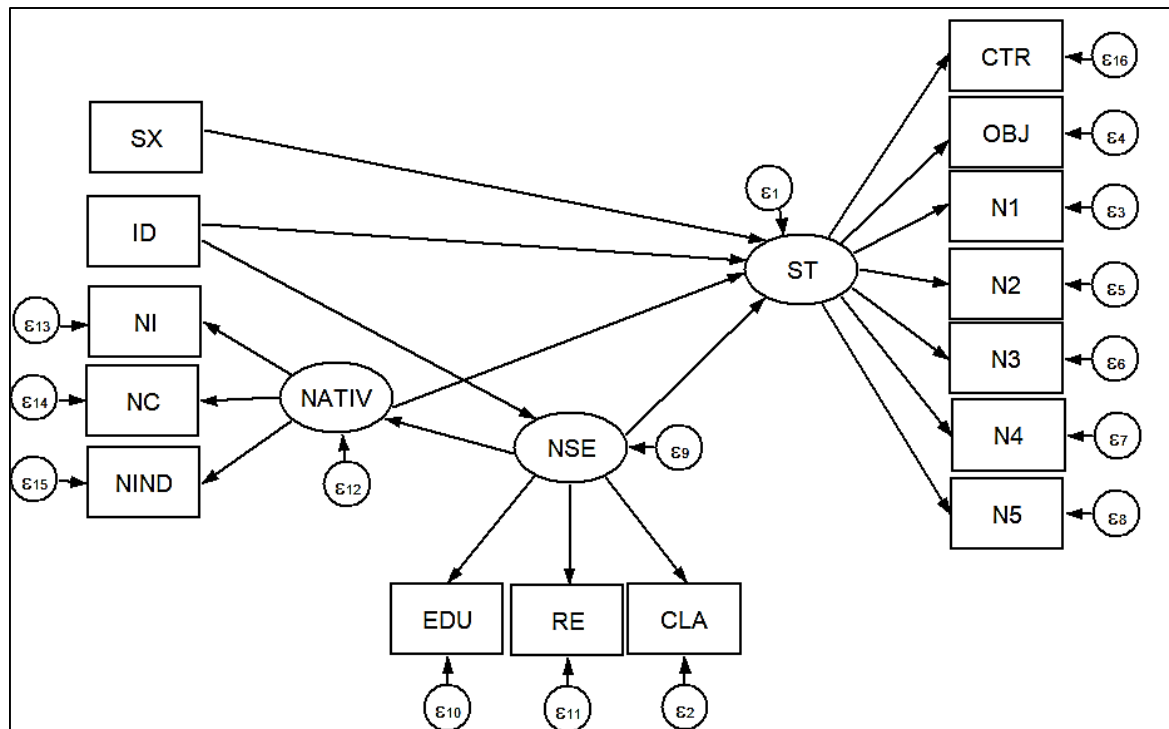
NSE: construto latente referente ao nível socioeconômico, estimado por meio das variáveis relativas a nível educacional (EDU), classe (CLA) e rendimentos (RE) informados pelos respondentes. No questionário do WVS, os níveis de escolaridade variam de 1 (*não frequentou a escola*) a 9 (*ensino superior completo*). A classe social varia entre cinco níveis, de 1 (*classe alta*) a 5 (*classe baixa*). Essa escala foi recodificada, de modo a apresentar orientação crescente, conforme os demais elementos que compõem o NSE. Desse modo, passou a variar entre 1 (*classe baixa*) e 5 (*classe alta*). O rendimento varia do *nível mais baixo de salários* ao *nível mais alto de salários*, em uma escala que vai de 1 a 10. A quinta onda do WVS não forneceu dados sobre a escolaridade dos pais ou sobre o *status* socioeconômico da ocupação do pai, impossibilitando a estimação do *status* socioeconômico (SSO), conforme utilizado por Blau e Duncan (1967). Desse modo, espera-se obter uma aproximação.

NATIV: construto latente que se refere à natureza da atividade laboral, formado pelas variáveis: NI = Natureza intelectual da tarefa executada, com uma escala de respostas que varia entre mais tarefas manuais (1) e mais tarefas intelectuais (10); NC = Natureza criativa das tarefas desempenhadas, em uma escala que varia entre 1 (mais tarefas repetidas) e 10 (mais tarefas criativas); e NIND: Independência na execução das tarefas. A escala de respostas varia entre nenhuma independência (1) e total independência (10).

ST: construto latente referente aos significados do trabalho. Essa estrutura se baseia na mensuração teórica proposta pelo MOW, na qual as dimensões mais representativas dos significados do trabalho são a centralidade absoluta (CTR), as normas relativas ao trabalho (de N1 a N5) e os objetivos e metas relacionados ao trabalho (OBJ).

⁵ O World Values Survey fornece a identificação binária, utilizando a nomenclatura sexo (e não gênero). Segundo a metodologia de aplicação do questionário, o entrevistador deve anotar se o respondente é do sexo masculino ou feminino, sem perguntar sua identificação. As análises quantitativas realizadas neste artigo tendem a utilizar a nomenclatura adotada no *survey*.

Figura 1
Diagrama teórico proposto do modelo de equações estruturais completo
para explicação dos significados do trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores.

Resultados

Em relação ao perfil dos respondentes, 58,4% eram do sexo feminino e 41,6% eram do sexo masculino. A maior parte era casada (41,27%), 26,40% eram solteiros e 16,67% viviam com alguém, embora não fossem casados. A média de idade foi de 39,93 anos ($DP = 15,71$). Acerca da escolaridade, um terço dos entrevistados afirmou possuir o ensino fundamental incompleto (33,3%), aproximadamente um quarto deles possuía o ensino médio completo (25,47%) e 15,6% possuíam ensino superior completo ou incompleto. A maioria (51,87%) trabalhava no momento da pesquisa, seja como autônomo, trabalhador integral (mais de 30 horas/semana) ou em meio período (até 30 horas/semana). Entre os que não trabalhavam, 16,07% estavam desempregados, 13,2% eram aposentados, 11,53% eram donas de casa e 4,93% eram estudantes.

Os resultados indicaram que os brasileiros atribuíram forte centralidade absoluta ao trabalho. A maioria (65,4%) indicou atribuir forte importância a essa categoria, avaliando-a com o grau máximo de importância. Adicionalmente, 33,4% disseram que o trabalho era importante. Nota-se que apenas 1,2% dos participantes não atribuiu importância ao trabalho em suas vidas. É interessante ressaltar que, na comparação com

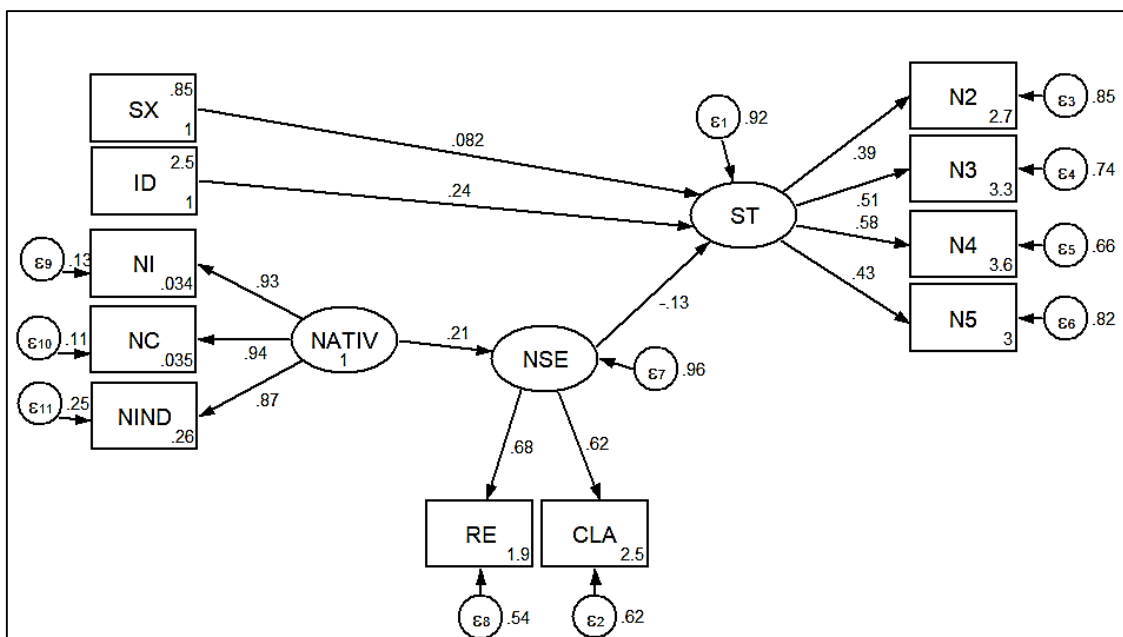
outras esferas, somente a familiar ocupa posição de maior destaque. Entre os participantes, 99,5% classificaram a família como importante ou muito importante ($M = 3,85$, $DP = 0,38$), e 98,8% atribuíram essa avaliação ao trabalho ($M = 3,64$, $DP = 0,51$). No que concerne à religião, essa classificação foi demonstrada por 91%, fazendo desta a terceira esfera mais valorada ($M = 3,38$, $DP = 0,72$), e, por fim, o lazer, que foi valorizado por 84,7% da amostra ($M = 3,09$, $DP = 0,70$). Esses dados indicam que, ao se aferir a centralidade relativa do trabalho, essa esfera foi a segunda colocada, sendo que, proporcionalmente, apenas a família foi mais valorizada.

A análise dos resultados enalteceu a forte orientação para a normatividade do trabalho como uma obrigação social. O exame pormenorizado desse indicador mostra que 71% dos respondentes acreditavam que, para que pudessem desenvolver seus talentos, precisavam de um emprego ($M = 3,77$, $DP = 1,07$), reforçando que o trabalho é o meio primordial para o desenvolvimento de suas habilidades. Mais da metade (56,7%) afirmou achar humilhante receber algum dinheiro sem trabalhar, o que reforça a percepção de que o trabalho é visto como um meio moralmente aceito para obtenção de dinheiro ($M = 3,49$, $DP = 1,16$). Novamente a moralidade do trabalho foi reforçada com a avaliação de que as pessoas que não trabalham se tornam preguiçosas, compartilhada por 74,2% dos brasileiros participantes do estudo ($M = 3,83$, $DP = 1,04$). A grande maioria (76%) afirmou entender que o trabalho era um dever para com a sociedade ($M = 3,86$, $DP = 0,96$) e 65,9% julgaram que o trabalho deveria vir em primeiro lugar, mesmo que isso significasse ter menos tempo livre ($M = 3,60$, $DP = 1,1$). A presença dessas normas indicia que o indivíduo percebe o dever de cumprir uma obrigação para com a sociedade, devendo contribuir para o desenvolvimento desta por meio de seu trabalho. Essa normatividade preconiza, adicionalmente, que todos possuem o dever de valorizar o trabalho, independentemente de sua natureza. Assim como postulado na ética protestante salientada por Weber (2004), essa categoria é geralmente vista como o principal meio para a garantia de dignidade.

Em relação aos resultados e objetivos valorizados no trabalho, a maior parte valorizou a segurança (46,67%); 28,27% priorizaram a realização de um trabalho importante, em que possam se sentir realizados; 16,27% priorizaram um bom salário; e 8,40% priorizaram o relacionamento com os colegas. Evidenciou-se, portanto, a valorização de um objetivo extrínseco por meio do trabalho, já que os participantes salientaram a importância da segurança na esfera laboral. Essa necessidade pode estar relacionada ao índice de desemprego no país, que reflete um cenário socioeconômico marcado por incertezas. Salienta-se, contudo, que o segundo objetivo mais valorizado pelos participantes remete a um fator intrínseco. A identificação da necessidade de fazer algum trabalho importante, em que se sinta realizado, pode ser um indicativo da importância da vinculação social por meio do trabalho, tido como uma esfera que confere realização e dignidade às pessoas.

Em relação à modelagem de equações estruturais, a qualidade de ajustamento do modelo teórico proposto foi aferida de acordo com os índices de qualidade propostos por Hair et al. (2009). Embora o modelo inicial tenha apresentado índices de qualidade de ajuste favoráveis, os resultados indicaram que havia trajetórias não significativas. Desse modo, foram feitas modificações que deram origem a um modelo mais parcimonioso, conforme reportado na Figura 2, em que se visualizam os pesos fatoriais padronizados. O modelo final revelou uma qualidade de ajuste satisfatória ($\chi^2/df = 4,60$, $p < 0,001$; CFI = 0,969; TLI = 0,960; SRMR = 0,045; RMSEA = 0,05, $p = 0,50$). Esses valores estão de acordo com o referencial proposto (Hair et al., 2009; Marôco, 2014). O coeficiente de determinação (CD), que indica a proporção da variância total explicada pelo modelo, considerando todas as variáveis incluídas (Neves, 2018), foi de 0,951. O teste de significância da estatística de *qui-quadrado* pode ter tido um valor significativo devido ao tamanho amostral (Marôco, 2014) e não deve ser avaliado sozinho (Hair et al., 2009). Os valores de CFI, RMSEA e SRMR (raiz padronizada do resíduo médio ou *standardized root mean residual*) sustentam a qualidade do modelo (Hair et al., 2009).

Figura 2
Modelo final de equações estruturais para explicação
dos significados do trabalho (coeficientes padronizados)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A modelagem de equações estruturais sinalizou que apenas as normas sociais convergiram para o construto dos significados do trabalho, o que pode ser interpretado como um forte indicativo da centralidade cultural dessa esfera em nossa sociedade. Esses resultados sinalizam uma intensa normatização dessa categoria como uma obrigação

social, o que novamente contribui para ressaltar a disseminação da ética do trabalho (Weber, 2004). Dessa forma, faz-se patente a forte presença da normatização do trabalho como uma obrigação social, reforçando a centralidade dessa categoria em nossa sociedade.

Os resultados da modelagem de equações estruturais evidenciaram um efeito positivo e direto da idade em relação aos significados do trabalho ($\beta = 0,24$, $p < 0,001$), indicando que o aumento da idade se relaciona com a maior percepção de sua centralidade e normatividade, o que sugere a confirmação da hipótese colocada. Desse modo, a atribuição de relevância ao trabalho, assim como da importância de contribuir para o desenvolvimento social por meio dessa atividade, tende a se consolidar no decorrer dos anos.

Um padrão semelhante foi encontrado em contexto sul-americano por Zubieta et al. (2008), que identificaram o aumento da centralidade do trabalho com o acréscimo da idade. Os resultados verificados pelos autores demonstraram que, em comparação com trabalhadores mais jovens (entre 18 e 25 anos), os participantes com mais de 26 anos indicaram maior centralidade laboral. Uma das explicações para esse aumento da centralidade estaria relacionada com as condições de inserção dos mais jovens no mercado de trabalho, que seriam marcadas por um contexto de forte precariedade. Ao vislumbrarem um cenário laboral permeado pela flexibilização nas formas de contratação, os trabalhadores mais jovens teriam uma tendência a valorizar outras esferas, que não a laboral. Entende-se, contudo, que no decorrer do amadurecimento tem-se a consolidação de uma valoração moral daquilo que representa a condição de ser trabalhador, conforme destacado em resultados observados na literatura (Alonso et al., 2016; Mattos e Chaves, 2006).

Os dados trazem indícios de confirmação da hipótese de que o gênero exerce influência nos significados do trabalho, de modo que o modelo final indicou um efeito direto do sexo nos significados do trabalho ($\beta = 0,082$, $p = 0,017$). Dessa maneira, pode-se afirmar a tendência de os homens atribuírem maior centralidade ao trabalho em comparação com as mulheres. Esses resultados se assemelham aos verificados por Mejía Reyes e Martín Artiles (2018), que identificaram a presença de maior centralidade do trabalho entre os homens estadunidenses. Tais resultados foram explicados pelo fato de as mulheres ainda ocuparem de maneira significativa a esfera doméstica, voltada para o cuidado familiar, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho remunerado. Nos casos em que conseguem entrar no mercado laboral, as mulheres ainda ocupam espaços marcados pela informalidade e por desigualdades salariais.

Em sequência, foi analisada a hipótese de que a religião exerceria efeito nos significados do trabalho, de modo que os protestantes atribuiriam maior centralidade quando comparados aos católicos. Os resultados da modelagem de equações estruturais não indicaram efeitos estatisticamente significativos da religião em relação aos significados do trabalho e não permitiram, portanto, sustentar tal afirmação. Assim, não foram encontrados elementos que permitissem a confirmação dessa hipótese. Ali, Falcone e Azim

(1995) afirmaram que a amplitude do fluxo de informações, a extensa mobilidade, bem como a forte interação social na sociedade contemporânea, podem diminuir as diferenças em atitudes referentes ao trabalho que seriam atribuídas a um determinado grupo religioso. Os autores também não encontraram diferenças em relação à ética do trabalho ao comparar católicos e protestantes. Geser (2009) identificou que a atitude positiva em relação ao trabalho estava relacionada à fé cristã em geral, não havendo distinção entre essas afiliações.

A natureza das atividades indicou possuir um efeito indireto de $-.0273$ nos significados do trabalho, o que se efetiva por meio do nível socioeconômico, este com um efeito direto negativo ($\beta = -0,13$, $p = 0,005$). Ou seja, quanto maior o nível de intelectualidade, criatividade e independência nas atividades executadas, mais elevado tenderia a ser o nível socioeconômico ocupado e mais baixa tenderia a ser a percepção de significados do trabalho. O trabalho tenderia a ser, portanto, mais central entre aqueles com estatuto socioeconômico mais baixo e que atuam com atividades de natureza repetitiva e manual, e realizadas com menor independência. Salienta-se que a variável latente NSE se mostrou mais bem ajustada quando mensurada por meio da classe social e da escala de rendimentos, de modo que a escolaridade foi excluída do construto.

Conclusões

Este artigo buscou investigar os significados do trabalho entre os brasileiros, bem como a influência de elementos demográficos e estruturais nessa atribuição. Os resultados descritivos permitiram identificar uma alta valorização do trabalho por parte dos brasileiros, sinalizando a presença de forte centralidade da esfera laboral e também a intensa inclinação para a percepção do trabalho como uma obrigação social. Por meio da modelagem de equações estruturais, não foi possível confirmar a estrutura dos significados do trabalho formada pelas três dimensões sinalizadas pelos estudos do MOW. No entanto, verificou-se que características demográficas, como sexo e idade, assim como fatores estruturais, especificamente a natureza das atividades e o nível socioeconômico, influenciaram os significados atribuídos ao trabalho.

Ressalta-se que somente as normas sociais relativas a obrigações convergiram para o construto, diferenciando-se da estrutura de dimensões indicada no modelo heurístico do MOW (1987). Kubo, Gouvêa e Mantovani (2013) sistematizaram resultados de estudos que replicaram o modelo do MOW e sinalizaram diferenças em relação à organização de suas dimensões, embora tenham usado como ponto de partida o modelo composto pelas três dimensões (centralidade, normas sociais e objetivos). Pérezgonzález e Vilela (2005), por exemplo, verificaram uma estrutura bidimensional, em que se salientam os motivos e valores, como papéis do trabalho e conforto, e as crenças normativas, que resumem a centralidade, deveres, direitos e contribuição social. Os estudos de Soares (1992, apud Kubo, Gouvêa e Mantovani, 2013) verificaram um modelo

composto pelas dimensões centralidade do trabalho, centralidade da família, centralidade da religião, resultados sociais, resultados econômicos, objetivos intrínsecos e objetivos extrínsecos.

Como salientaram Ruiz-Quintanilla e Claes (2000), o entendimento do trabalho como uma obrigação parte da percepção partilhada de que todos devem trabalhar para garantir o desenvolvimento da sociedade. A noção de obrigação para com o trabalho no nível de um país é tida como um valor cultural profundo, sinalizando um conjunto de crenças amplamente partilhado por seus membros, e reflete a presença da centralidade cultural do trabalho, na qual se entende que essa categoria é valorizada e vista como um dever e uma obrigação para com a sociedade (Den Dulk et al., 2013).

Salienta-se, dessa maneira, a percepção de que o trabalho ocupa uma posição de relevância social e centralidade entre os brasileiros, em consonância com outras pesquisas realizadas no país (Bastos, Pinho e Costa, 1995; Kubo e Gouvêa, 2012; Kubo, Gouvêa e Mantovani, 2013). Conforme destacou Mejía Reyes (2017), sociedades que apresentam maior desigualdade social e menor distribuição de riquezas, como é o caso do Brasil, tendem a apresentar maior centralidade do trabalho quando comparadas a nações mais desenvolvidas e menos desiguais. Segundo o autor, isso é explicado pela proposta teórica do pós-materialismo, pois, uma vez que os agentes sociais determinam maior valor subjetivo aos elementos da vida que são mais carentes, à medida as suas condições econômicas e sociais melhoram, eles passam a ter outras prioridades. Em consonância com os resultados identificados por Yeganeh (2017), que verificou empiricamente a associação entre os valores pós-materialistas e a centralidade do trabalho, pode-se sugerir que a alta valorização conferida a essa esfera pelos brasileiros estaria relacionada ao desenvolvimento socioeconômico do país. Portanto, ainda que muitos se deparem com uma realidade de trabalho precarizado e até mesmo degradado, o cenário nacional não possibilita que a superação das necessidades de sobrevivência e segurança seja vivenciada pela maioria.

Como ressaltado anteriormente, essa proposta teórica advoga que os valores se orientam por dois extremos: um marcado pela sobrevivência, em que se exprime ênfase na importância da estabilidade econômica e da segurança, e outro, em que os valores de autoexpressão atribuem prioridade a valores de emancipação, como igualdade entre gêneros, tolerância com a diversidade e a diferença, entre outros. Em 2006, no eixo sobrevivência/autoexpressão, o Brasil pontuava aproximadamente 0,5 (em uma escala que varia entre -2 e +2), próximo a países como Venezuela e Peru.

A relação entre centralidade do trabalho e necessidade de sobrevivência também pode ser identificada por meio da análise da centralidade relativa dessa esfera. Os resultados sinalizaram que, entre os brasileiros, o trabalho foi, majoritariamente, preferido em relação ao lazer. O estudo de Yeganeh (2017) sinalizou que a opção por preferir o lazer, favorecendo a escolha do trabalho, é uma característica típica das sociedades menos desenvolvidas, em que a sobrevivência ainda é tida como um elemento a ser superado.

Desse modo, chama-se atenção para a atribuição do significado voltado para a garantia da sobrevivência, que se revela distinta do significado econômico conferido por pessoas em países desenvolvidos (Borges, 1999), envolvidos na maioria dos estudos conduzidos pelo MOW.

A presença da forte normatividade do trabalho como uma obrigação social se relaciona com a centralidade cultural dessa categoria na sociedade. Essa centralidade estaria associada à importância do trabalho na vida dos indivíduos e da comunidade, incluindo a crença de que o trabalho é um dever para com a sociedade. Segundo Hirschfeld e Feild (2000), a atribuição de importância ao trabalho se baseia em uma noção normativa, estando fortemente associada à ética protestante do trabalho. Verifica-se, portanto, indícios da presença de uma ética do trabalho profissional racional em que a atividade é ressaltada como o principal meio para garantia da dignidade às pessoas. Aqueles que não a executam tendem a não ser vistos como indivíduos moralmente relevantes para a sociedade, de modo que se incentiva que o trabalho seja objetivo de todos, o que se aproxima da ética do trabalho weberiana. Como ressalta Zubieta (2012), a saliência dessa normatividade é verificada em países mais conservadores, menos desenvolvidos e mais desiguais. Para a autora, uma vez que os países atingem um certo nível de desenvolvimento econômico, essa normatividade pautada na ética do trabalho tende a decair, permitindo a emergência de outros interesses. Portanto, é esperado haver uma forte correlação entre a centralidade e tal normatividade, já que ela capta, justamente, as atitudes relacionadas à centralidade do trabalho (Yeganeh, 2017). Assim, a forte centralidade reportada na amostra brasileira e a convergência das normas sociais para o significado do trabalho, algo visualizado na modelagem de equações estruturais, podem ser indicativos dessa centralidade cultural.

A maior atribuição de significados e o aumento na percepção de centralidade do trabalho com o passar da idade, algo verificado neste estudo, também foram sinalizados nas pesquisas de Mejía Reyes e Martín Artiles (2018) e Warr (2008). No contexto brasileiro, Bastos, Pinho e Costa (1995) verificaram menor centralidade do trabalho, assim como maior discordância em relação às normas do trabalho entre trabalhadores em fase inicial na carreira, portanto mais jovens, em comparação com aqueles que estavam em uma etapa mais avançada da vida laboral. Esses resultados indicam que a percepção do trabalho como um elemento central, como um dever pessoal e coletivo se consolida com o decorrer da idade. Enquanto os mais jovens priorizam outras esferas, como a social, os mais velhos percebem o trabalho como um dever, como um meio para obtenção de recursos econômicos e sustento (Zubieta, 2012).

Entende-se, dessa maneira, que a noção de que o trabalho atua como um dos principais meios para inserção do indivíduo na sociedade, assim como a ênfase na importância de contribuir socialmente, tende a se solidificar com o passar dos anos, o que se reflete na valorização da manutenção desse vínculo, e, conseqüentemente, na sustentação da centralidade do trabalho. Nessa direção, os achados sinalizaram que a

consolidação do trabalho como uma obrigação social se evidenciava com o aumento da idade, indiciando efeitos de uma socialização que prepara os indivíduos para o trabalho, favorecendo a sua valorização ao fomentar a ideia de que essa categoria funciona como uma fonte digna e moralmente aceita para a vinculação do indivíduo ao tecido social.

Os resultados sinalizaram a diferenciação entre os significados do trabalho conforme o gênero dos participantes, indicando que, entre os homens, há maior entendimento de que o trabalho constitui uma obrigação para com a sociedade, o que estaria relacionado a uma maior centralidade do trabalho, situação semelhante à reportada por Mejía Reyes e Martín Artiles (2018) e por Bastos, Pinho e Costa (1995). Essa diferença seria reflexo da desigualdade no acesso ao trabalho, assim como da percepção de que os homens ainda ocupam majoritariamente o espaço público relacionado ao labor e ao prover, ao passo que as mulheres estariam mais voltadas para as esferas domésticas e do cuidado, com sérias limitações para o acesso a espaços e posições mais privilegiados. Isso porque as condições de trabalho das mulheres, apesar de sua incorporação crescente no mercado de trabalho, são geralmente mais precárias e desiguais em relação aos benefícios salariais e sociais (Hirata, 2018; Mejía Reyes e Martín Artiles, 2018). É importante ressaltar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem crescido no país, e muitas delas são, inclusive, responsáveis pelo sustento e manutenção de suas famílias. Ainda assim, a desigualdade se faz presente, sendo que as mulheres possuem menor jornada semanal, bem como menor acesso a posições mais elevadas e com maior remuneração (Madalozzo, Martins e Shiratori, 2010). Portanto, esse histórico de desigualdades e a responsabilização concomitante pelas esferas da família e do cuidado podem contribuir para que o trabalho remunerado não seja um elemento tão central na vida das mulheres (Torgler, 2012). As práticas de socialização primária muitas vezes reverberam que as mulheres devem assumir funções pensadas para absorver características definidas socialmente como femininas, como atividades voltadas para o cuidado e o afeto, por vezes classificadas como menos complexas (Saboya, 2015). Identificam-se, dessa maneira, indícios da socialização de alguns estereótipos de gênero, disseminados por meio de figurações (Elias, 1994) que visam à manutenção de certos tipos de privilégio e poder, influenciam as posições ocupadas pelas mulheres e acabam por induzir o modo como elas atribuem significados ao trabalho.

Neste artigo, não foram verificadas diferenças nos significados do trabalho entre católicos e protestantes. Segundo Ali, Falcone e Azim (1995), isso pode indicar que a amplitude do fluxo de informações e também as extensas interações sociais na sociedade atual e a mobilidade podem ajudar a reduzir as diferenças nas atitudes relacionadas ao trabalho que são atribuídas a um determinado grupo religioso. Desse modo, entende-se que a atitude positiva em relação ao trabalho pode estar relacionada à fé cristã em geral, não havendo distinção entre as respectivas afiliações (Geser, 2009). Além disso, como a igreja está imersa em um contexto impulsionado por marcadores econômicos, essa instituição se vê obrigada a desempenhar um papel de promoção da ética do trabalho, de modo a contribuir para o crescimento da economia e a sua estabilidade. Assim, cada

proclamação da igreja deve ser entendida como um ato econômico, já que até mesmo os resultados do sistema capitalista se inserem como uma oferta para a religião. Reforça-se, portanto, o papel notável que a igreja desempenha ao inculcar uma ética do trabalho que atua como força motriz da atividade econômica (Steenkamp, 2013).

A atribuição de maior significado ao trabalho por parte das pessoas que atuam em tarefas manuais, repetitivas e marcadas por menor grau de independência, e ocupam posições socioeconômicas mais baixas, pode ter sua explicação ancorada na perspectiva do pós-materialismo apresentada por Inglehart (2008, 2018). Como explanado anteriormente, os agentes sociais atribuem maior valor subjetivo aos elementos que garantem sua subsistência e segurança, e, somente quando estes são atingidos, os valores relacionados à expressão e à emancipação podem ser vislumbrados. Assim, os aspectos socioeconômicos conformam os valores associados ao trabalho, sendo esperado haver maior centralidade do trabalho em situações marcadas por condições socioeconômicas mais desfavoráveis (Yeganeh, 2017). Nessa direção, entende-se que o trabalho seria mais central para aqueles com menor nível socioeconômico porque o não trabalho estaria associado à não garantia de sua sobrevivência, à não existência. Dessa maneira, essa categoria seria fundamental para a emergência do senso de segurança existencial.

É importante salientar que o trabalho é um meio para que se possam suprir necessidades básicas, como as de segurança, alimento e abrigo, mas também pode prover recursos sociais, como *status* e prestígio. Contudo, para que o indivíduo possa voltar sua atenção e interesse para objetivos mais elevados, ele precisa que esses elementos básicos sejam minimamente supridos. Isso pode sinalizar que os caminhos para a dotação de significado ao trabalho tendem a passar pelo acesso a oportunidades, de modo que, embora também sejam marcados por aspectos e escolhas individuais, estejam fortemente relacionados ao contexto social e econômico vivenciado (Blustein et al., 2002).

Pode-se entender que o desequilíbrio socioeconômico, ao influenciar tanto o *habitus* como as disposições, figurações e relações de poder, contribui para a diferenciação das ocupações/profissões e posições que cada um tende a acessar no campo laboral. Os agentes sociais ocupam posições distintas no campo social, de modo que percebem a realidade de modo desigual, construindo diferentes significados sobre o trabalho. Essas posições são influenciadas pelo volume de capital desses agentes, contudo as lutas que estabelecem nesses campos também alteram a distribuição desse capital, modificando sua estrutura.

Por fim, os resultados aqui obtidos sinalizam que os fatores sociodemográficos e estruturais elencados contribuem para influenciar os trajetos que levam à formação dos diferentes significados compartilhados sobre o trabalho, sinalizando caminhos distintos na socialização dos indivíduos, caminhos estes que ajudam a conformar, de alguma maneira, as posições que esses sujeitos ocupam nos espaços sociais. Essas posições influenciam a percepção social do trabalho e dos seus significados. Mas, ao mesmo tempo em que as representações compartilhadas sobre o trabalho se constroem a partir dessas posições,

elas alteram tais posições e a dinâmica do campo social, modificando a realidade, bem como as ações e percepções desses agentes sociais. Os resultados aqui verificados permitiram, portanto, elucidar que a conformação dos significados do trabalho passa por caminhos muito mais complexos do que aqueles pautados em aspectos singulares, como a mera aproximação entre ocupações e áreas de atuação profissional.

Embora este artigo tenha atingido seus objetivos, tendo contribuído para a compreensão dos significados do trabalho entre brasileiros, assim como de elementos que influenciam em sua diferenciação, é importante ressaltar suas limitações. Ainda que a amostra utilizada seja probabilística e, portanto, representativa da população brasileira, os dados retratam a situação no país em 2006, algo que difere dos dias atuais em alguns aspectos. A título de exemplo, segundo dados do IBGE, em 2006 o país tinha uma taxa de desemprego de 8,41%, e, no primeiro trimestre de 2019, essa taxa saltou para 12,4%. Em 2006, 19,31% dos brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza e, em 2019, 25% estavam nessas condições. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas em contexto atual, de modo que se possa aprofundar a análise dos significados do trabalho.

Uma melhor compreensão da influência dos fatores demográficos e estruturais aqui ressaltados pode ser atingida, complementarmente, por meio de abordagens qualitativas. A comparação dos significados do trabalho entre grupos formados por pessoas de diferentes gêneros, idades e posições socioeconômicas, assim como entre pessoas que atuam em atividades de natureza distintas, pode favorecer o entendimento do modo como esses fatores conduzem a diferentes trajetórias e, por conseguinte, contribuem para diferenciar as atribuições de significados do trabalho. Ademais, o trabalho foi abordado somente em seu aspecto remunerado, sendo importante acessar as percepções sobre os significados referentes a outras modalidades de trabalho, como o voluntário e o doméstico. Desse modo, este é apenas um passo inicial, havendo ainda bastante espaço para a implementação de investigações futuras.

Referências bibliográficas

- ALI, A. J.; FALCONE, T.; AZIM, A. A. "Work ethic in the USA and Canada". *Journal of Management Development*, vol. 14, nº 6, p. 26-34, ago. 1995.
- ALLAN, B. A.; AUTIN, K. L.; DUFFY, R. D. "Examining social class and work meaning within the psychology of working framework". *Journal of Career Assessment*, vol. 22, nº 4, p. 543-561, 11 nov. 2014.
- ALONSO, F. S. A., et al. "Trabalho e aprendizagem: as perspectivas de futuro profissional de jovens aprendizes na cidade de Três Rios, RJ". *Revista de Administração do Unifatea – RAF*, vol. 13, nº 13, p. 64-84, 2016.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- ARAÚJO, R. R.; SACHUK, M. I. "Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas". *Revista de Gestão USP*, vol. 14, nº 1, p. 53-66, 2007.

ARDICHVILI, A.; KUCHINKE, K. P. "International perspectives on the meanings of work and working: current research and theory". *Advances in Developing Human Resources*, vol. 11, nº 2, p. 155-167, 24 abr. 2009.

ARSLAN, M. "The work ethic values of protestant British, catholic Irish and Muslim Turkish managers". *Journal of Business Ethics*, vol. 31, nº 4, p. 321-339, 2001.

BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M.; COSTA, C. A. "Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais". *RAE – Revista de Administração de Empresas*, vol. 35, nº 6, p. 20-29, 1995.

BENDASSOLLI, P. F. *Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho*. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. "Significado do trabalho nas indústrias criativas". *RAE*, vol. 51, nº 2, p. 143-159, 2011.

BITENCOURT, B. M., et al. "Sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees". *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, vol. 7, nº 2, p. 142-155, 2014.

BIZERRA, F. A.; SOUZA, R. M. "A 'sociedade de informação' e a centralidade do trabalho: uma relação polêmica". *Argumentum*, vol. 6, nº 1, p. 253-270, 2014.

BLAU, P.; DUNCAN, O. *The American occupational structure*. New York: The Free Press, 1967.

BLUSTEIN, D. L., et al. "Voices of the forgotten half: the role of social class in the school-to-work transition". *Journal of Counseling Psychology*, vol. 49, nº 3, p. 311-323, 2002.

BORGES, L. D. O. "A estrutura fatorial dos atributos valorativos e descritivos do trabalho: um estudo empírico de aperfeiçoamento e validação de um questionário". *Estudos de Psicologia*, vol. 4, nº 1, p. 107-139, 1999.

BORGES, L. D. O.; BARROS, S. C. Inventário de significado do trabalho para trabalhadores de baixa instrução. In: PUENTE-PALÁCIOS, K.; PEIXOTO, A. L. A. (eds.). *Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia*. Porto Alegre: Artmed, p. 232-253, 2015.

CARDOSO, L. A. "A centralidade da categoria trabalho: uma análise crítica do debate sociológico contemporâneo". *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, vol. 10, nº 1, p. 11-41, 2008.

CARDOSO, A. A., et al. "Protestantismo, motivação e mobilidade: dois estudos sobre religião e comportamento econômico". *Teoria & Sociedade*, vol. 17, nº 2, p. 216-239, 2009.

CARTWRIGHT, S.; HOLMES, N. "The meaning of work: the challenge of regaining employee engagement and reducing cynicism". *Human Resource Management Review*, vol. 16, nº 2, p. 199-208, 2006.

CASTEL, R. *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1997.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6ª ed., vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTRO, H. C. O.; RANINCHESKI, S.; CAPISTRANO, D. "O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa Mundial de Valores – WVS". *Temas y Debates*, vol. 19, nº 29, p. 53-76, 2015.

CODA, R.; FONSECA, G. F. "Em busca do significado do trabalho: relato de um estudo qualitativo entre executivos". *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, vol. 6, nº 14, p. 7-18, 2004.

- DAHRENDORF, R. "Is the work society running out of work?". *Omega*, vol. 8, nº 3, p. 281-285, jan. 1980.
- DAVIDSON, J. C.; CADDELL, D. P. "Religion and the meaning of work". *Journal for the Scientific Study of Religion*, vol. 33, nº 2, p. 135, 1994.
- DE LA GARZA, E.; HERNÁNDEZ, J. M. Fin del trabajo o trabajo sin fin. In: DE LA GARZA TOLEDO, E. (coord.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, p. 755-774, 2000.
- DEN DULK, L., et al. "National context in work-life research: a multi-level cross-national analysis of the adoption of workplace work-life arrangements in Europe". *European Management Journal*, vol. 31, nº 5, p. 478-494, out. 2013.
- DUBIN, R. "Industrial workers' worlds: a study of the 'central life interests' of industrial workers". *Social Problems*, vol. 3, nº 3, p. 131-142, 1956.
- DUFFY, R. D., et al. "Calling and life satisfaction: it's not about having it, it's about living it". *Journal of Counseling Psychology*, vol. 60, nº 1, p. 42-52, 2013.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GEORGES, I. Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S. (eds.). *Saídas de emergência*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- GESER, H. "Work values and Christian religiosity. An ambiguous multidimensional relationship". *Journal of Religion & Society*, vol. 11, p. 1-36, 2009.
- GORZ, A. *Farewell to the working class: an essay on post-industrial socialism*. London: Pluto Press, 1982.
- GOULART, P. M. "O significado do trabalho: delimitações teóricas (1955-2006)". *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, vol. 12, nº 1, p. 47-55, 2009.
- HAIR, J. F. J., et al. *Análise multivariada de dados*. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HAJDU, G.; SIK, E. "Age, period, and cohort differences in work centrality and work values". *Societies*, vol. 8, nº 1, p. 11, 12 fev. 2018.
- HARPAZ, I. "Cross-national comparison of religious conviction and the meaning of work". *Cross-Cultural Research*, vol. 32, nº 2, p. 143-170, 1998.
- HARPAZ, I.; FU, X. "The structure of the meaning of work: a relative stability amidst change". *Human Relations*, vol. 55, p. 639-668, 2002.
- HARPAZ, I.; MESHOULAM, I. "Differences in the meaning of work in Israel: workers in high-tech versus traditional work industries". *The Journal of High Technology Management Research*, vol. 15, nº 2, p. 163-182, ago. 2004.
- HIRATA, H. "Gênero, patriarcado, trabalho e classe". *Trabalho Necessário*, vol. 16, nº 29, p. 14-27, 2018.
- HIRSCHFELD, R. R.; FEILD, H. S. "Work centrality and work alienation: distinct aspects of a general commitment to work". *Journal of Organizational Behavior*, vol. 21, p. 789-800, 2000.
- HIRVILAMMI, T., et al. "Reflecting on work values with young unemployed adults in Finland". *Nordic Journal of Working Life Studies*, vol. 9, nº 2, p. 87-104, 2019.

INGLEHART, R. "Changing values among Western publics from 1970 to 2006". *West European Politics*, vol. 31, nº 1-2, p. 130-146, 2008.

INGLEHART, R. *Cultural evolution: people's motivations are changing, and reshaping the world*. New York: Cambridge University Press, 2018.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, culture change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, R., et al. *World values surveys and European values surveys, 1981-1984, 1990-1993, and 1995-1997*. Ann Arbor, Michigan: ICPSR Inter-University Consortium for Political and Social Research, 2000.

_____. *World values survey: Round five – Country-pooled datafile*. Madrid, Spain; Vienna, Austria: JD Systems Institute & WVSA Secretariat, 2018.

KAPLAN, H. R.; TAUSKY, C. "The meaning of work among the hard-core unemployed". *The Pacific Sociological Review*, vol. 17, nº 2, p. 185-198, 1974.

KLONOSKI, R. "Assessing lower and higher order needs: a cross-cultural comparative study". *British Journal of Economics, Management & Trade*, vol. 4, nº 2, p. 173-182, 10 jan. 2014.

KOVÁCS, I. "Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho". *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 52, p. 41-65, 2006.

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A. "Análise de fatores associados ao significado do trabalho". *Revista de Administração*, vol. 47, nº 4, p. 540-554, 2012.

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A.; MANTOVANI, D. M. N. "Dimensões do significado do trabalho e suas relações". *Pretexto*, vol. 14, nº 3, p. 28-49, 2013.

LU, Q.; HUANG, X.; BOND, M. H. "Culture and the working life". *Journal of Cross-Cultural Psychology*, vol. 47, nº 2, p. 277-293, 20 fev. 2016.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. "Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?". *Estudos Feministas*, vol. 18, nº 2, p. 547-566, 2010.

MARÔCO, J. *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações*. 2ª ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber, Lda, 2014.

MATTOS, E. D.; CHAVES, A. M. "As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes: um estudo piloto". *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, vol. 16, nº 3, p. 66-75, 2006.

MÉDA, D. *Le travail: une valeur en voie de disparition?* Paris: Flammarion, 2010.

MÉDA, D.; VENDRAMIN, P. *Reinventing work in Europe*. France: Palgrave Macmillan, 2013.

MEJÍA REYES, C. "La centralidad del trabajo y su relación con variables macroeconómicas. Una lectura del caso mexicano en comparativa". *Investigación y Ciencia*, nº 71, p. 68-76, 2017.

MEJÍA REYES, C.; MARTÍN ARTILES, A. "La centralidad del trabajo en Estados Unidos de América. Una exploración transversal: 1995-2014". *Sociedad y Economía*, vol. 34, p. 185-209, 2018.

MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. "O trabalho e seus sentidos". *Psicologia & Sociedade*, vol. 19, nº 1, p. 47-56, 2007.

- MORSE, N. C.; WEISS, R. S. "The function and meaning of work and the job". *American Sociological Review*, vol. 20, nº 2, p. 191-198, 1955.
- MOW, International Research Center Team. *The meaning of working*. London: Academic Press, 1987.
- NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. "Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo". *Psicologia & Sociedade*, vol. 19, nº 1, p. 14-20, 2007.
- NEVES, J. A. B. *Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada*. Brasília: Enap, 2018.
- OFFE, C. "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?". *RBCS*, vol. 4, nº 10, p. 1-34, 1989.
- OGUEGBE, T. M., et al. "Role of self-efficacy and sex on work centrality among workers". *International Journal of Humanities and Social Science*, vol. 4, nº 5, p. 297-302, 2014.
- OLIVEIRA, S. R. D.; PICCININI, V. C. A constituição do trabalho na sociedade moderna. In: PICCININI, V. C.; ALMEIDA, M. L. D.; OLIVEIRA, S. R. D. (eds.). *Sociologia e administração: relações sociais nas organizações*. p. 203-217. [s.l.] Elsevier, 2011.
- PARBOTEEAH, K. P.; CULLEN, J. B. "Social institutions and work centrality: explorations beyond national culture". *Organization Science*, vol. 14, nº 2, p. 137-148, 2003.
- PARBOTEEAH, K. P.; HOEGL, M.; CULLEN, J. "Religious dimensions and work obligation: a country institutional profile model". *Human Relations*, vol. 62, nº 1, p. 119-148, jan. 2009.
- PÉREZGONZÁLEZ, J. D.; VILELA, L. D. *La centralidad del trabajo*. Dublin: Lulu Inc, 2005.
- PYÖRIÄ, P., et al. "The millennial generation: a new breed of labour?". *SAGE Open*, p. 1-14, 2017.
- QUEIROZ, V. D. S.; ARAGÓN, J. A. O. "Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras". *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 45, nº 4, p. 787-819, 2015.
- RODRIGUES, A. L.; BARRICHELLO, A.; MORIN, E. M. "Os sentidos do trabalho para profissionais de enfermagem: um estudo multimétodos". *RAE*, vol. 56, nº 2, p. 192-208, abr. 2016.
- RODRIGUES, A. L., et al. "Meaning of work: challenges for the XXI century". *RAM*, vol. 19, p. 2-8, 2018.
- ROSSO, B. D.; DEKAS, K. H.; WRZESNIEWSKI, A. "On the meaning of work: a theoretical integration and review". *Research in Organizational Behavior*, vol. 30, p. 91-127, jan. 2010.
- RUIZ-QUINTANILLA, S. A. "Introduction: the meaning of work". *European Work and Organizational Psychologist*, vol. 1, nº 2-3, p. 81-89, abr. 1991.
- RUIZ-QUINTANILLA, S. A.; CLAES, R. Mow research programs. In: KATZ, J. A. (ed.). *Databases for the study of entrepreneurship*. New York: Elsevier Science, p. 335-391, 2000.
- RUIZ-QUINTANILLA, S. A.; WILPERT, B. "Are work meanings changing?". *European Work and Organizational Psychologist*, vol. 1, nº 2-3, p. 91-109, 1991.
- SABOYA, M. C. L. "Socialização e qualificação para o trabalho: construção de identidades". *Educação, Gestão e Sociedade*, Revista da Faculdade Eça de Queirós, vol. 4, nº 18, p. 1-16, 2015.
- SALINAS-JIMÉNEZ, M., et al. "Income, motivation, and satisfaction with life: an empirical analysis". *Journal of Happiness Studies*, vol. 11, nº 6, p. 779-793, 9 dez. 2010.
- SANTOS, T. A. "Os sentidos do trabalho para os agentes penitenciários: uma análise na cadeia pública de Salvador". *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, vol. 7, nº 2, p. 19-34, 2014.

- STEENKAMP, P. L. "Protestant ethic: contributing towards a meaningful workplace". *HTS Teologiese Studies/Theological Studies*, vol. 69, nº 1, p. 1-11, 14 jan. 2013.
- STEYN, C.; KOTZÉ, H. "Work values and transformation: the South African case, 1990-2001". *Society in Transition*, vol. 35, nº 1, p. 145-164, jan. 2004.
- TOLFO, S. D. R.; PICCININI, V. C. "Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros". *Psicologia & Sociedade*, vol. 19, p. 38-46, 2007.
- TOLFO, S. D. R., et al. "Sentidos y significados del trabajo: un análisis con base en diferentes perspectivas teóricas y epistemológicas en psicología". *Universitas Psychologica*, vol. 10, nº 1, p. 175-188, 2011.
- TORGLER, B. "Work values in western and eastern Europe: paper 645". *Fondazione Eni Enrico Mattei. Working Papers*, [s.n.], 2012.
- VECCHIO, R. P. "The function and meaning of work and the job: Morse and Weiss (1955) revisited". *Academy of Management Journal*, vol. 23, nº 2, p. 361-367, 1980.
- VILAS BOAS, A. A.; MORIN, E. M. "Sentido do trabalho e fatores de qualidade de vida no trabalho para professores de universidades públicas do Brasil e do Canadá". In: XXXVIII Encontro da ANPAD - EnANPAD, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.
- _____. "Sentido do trabalho e orientação para o trabalho: um estudo em universidades públicas de Minas Gerais e do Quebec". *Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, vol. 8, nº 4, p. 117, 2015.
- WARR, P. "Work values: some demographic and cultural correlates". *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, vol. 81, nº 4, p. 751-775, dez. 2008.
- WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- YEGANEH, H. "Cultural modernization and work-related values and attitudes: an application of Inglehart's theory". *International Journal of Development Issues*, vol. 16, nº 2, p. 130-146, 2017.
- ZUBIETA, E. La socialización para el trabajo. In: GUZMÁN, M. L. J.; Boso, R. (eds.). *Juventud precarizada: de la formación al trabajo, una transición riesgosa*. Cuernavaca: UAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, p. 265-293, 2012.
- ZUBIETA, E., et al. "Concepciones y creencias sobre el trabajo. Estudio descriptivo de algunas fuentes de variación en una muestra laboralmente activa". *Anuario de investigaciones*, vol. XV, p. 35-50, 2008.

Abstract

The influence of demographic and structural factors on the meanings of work among Brazilians: evidence from the World Values Survey

Work underwent transformations that changed the values and determinants of their meanings, putting its centrality in check. This research investigates the meanings of work among Brazilians, as well as the influence of demographic and structural elements on this attribution. The meanings of work refer to individual interpretation, influenced by the social context, about work and what it represents. World Values Survey Brazilian's sample was used. The influence of socioeconomic and structural characteristics was analyzed via structural equation modeling. The model was well adjusted, having a coefficient of determination of .951. Descriptive results indicated high valuation of work and strong perception of it as a social obligation. The SEM results indicated that men attribute higher meaning to work compared to women and that increasing age influences the attribution of meaning to work. Activities with creativity, intellectuality and independence

have indirect (via NSE) and negative influence on the perception of work meanings. Analyzes prioritized the articulation between social and economic aspects with the process of meaning of work, a perspective little explored in the Brazilian's scientific production, but fundamental for a broader understanding of the phenomenon, especially in stratified societies such as Brazil.

Keywords: meanings of work; Brazilians; influence factors; World Values Survey

Resumen

La influencia de los factores demográficos y estructurales en los significados del trabajo entre los brasileños: evidencias de la Encuesta Mundial de Valores

El trabajo experimentó transformaciones que cambiaron los valores y determinantes de sus significados, cuestionando su centralidad. Esta investigación analiza los significados del trabajo entre los brasileños, así como la influencia de los elementos demográficos y estructurales en esta atribución. Los significados del trabajo se refieren a la interpretación individual, influenciada por el contexto social, el trabajo y lo que representa. Se utilizó la muestra brasileña de la Encuesta Mundial de Valores. La influencia de las características socioeconómicas y estructurales se analizó mediante modelos de ecuaciones estructurales. El modelo estaba bien ajustado, con un coeficiente de determinación de .951. Los resultados descriptivos indicaron una alta valoración del trabajo y una fuerte percepción de este como una obligación social. Los resultados de MME indicaron que los hombres atribuyen mayor significado al trabajo en comparación con las mujeres y que el aumento de la edad influye en la atribución de significado al trabajo. La creatividad, la intelectualidad y la independencia en las actividades realizadas tienen una influencia indirecta (a través de NSE) y negativa en la percepción de los significados del trabajo. Los análisis priorizaron la articulación entre los aspectos sociales y económicos con el proceso de significado del trabajo, una perspectiva poco explorada en la producción científica brasileña, pero fundamental para que el fenómeno se entienda de manera más amplia, especialmente en sociedades estratificadas, como Brasil.

Palabras clave: significados del trabajo; brasileños; factores de influencia; encuesta mundial de valores

Résumé

L'influence des facteurs démographiques et structurels sur la signification du travail chez les Brésiliens: données tirées du World Values Survey

Le travail a subi des transformations qui ont changé les valeurs et les déterminants de leurs significations, en mettant en échec leur centralité. Cette recherche examine la signification du travail chez les Brésiliens, ainsi que l'influence des éléments démographiques et structurels sur cette attribution. Les significations du travail renvoient à une interprétation individuelle, influencée par le contexte social, le travail et ce qu'il représente. L'échantillon brésilien du World Values Survey a été utilisé. L'influence des caractéristiques socio-économiques et structurelles a été analysée via modélisation par équation structurelle. Le modèle a été bien ajusté ($CD = .951$). Les résultats descriptifs indiquaient une élevée valorisation du travail et forte perception de celui-ci en tant qu'obligation sociale. Les résultats du MME indiquent que les hommes attribuent plus de sens au travail que les femmes et que l'âge augmente l'influence du sens du travail. La créativité, l'intellectualité et l'indépendance des activités exercées ont une influence indirecte (à travers de NSE) et négative sur la perception des significations du travail. Les analyses ont priorisé l'articulation entre les aspects sociaux et économiques et le processus de signification du travail, une perspective peu explorée dans la production scientifique brésilienne, mais fondamentale pour une compréhension du phénomène, en particulier dans des sociétés stratifiées telles que le Brésil.

Mots-clés: significations du travail; Les brésiliens; facteurs d'influence; enquête sur les valeurs mondiales

Artigo submetido à publicação em 24 de setembro de 2019.

Versão final aprovada em 3 de maio de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



O bolso ou a ideologia? Determinantes da opinião dos brasileiros sobre globalização e livre comércio

Flávio Pinheiro¹ 

Ivan Filipe Fernandes² 

Maria Herminia Tavares de Almeida³ 

O artigo discute os determinantes das opiniões dos brasileiros sobre a integração da economia brasileira aos mercados globais, analisando dados de *survey* nacional, realizado no âmbito do projeto "O Brasil, as Américas e o mundo". Mostramos que os brasileiros, em boa medida, são favoráveis à abertura internacional de nossa economia e que suas atitudes são guiadas tanto por motivações econômicas como por ideias e valores políticos. A baixa exposição da economia brasileira à concorrência externa parece contribuir para a existência de opiniões favoráveis a maior acesso a bens importados. A posição ideológica, por sua vez, age como um filtro dessas percepções independentemente das condições econômicas dos indivíduos. Assim, evidências indicam que a posição do indivíduo como consumidor, sua ideologia política e suas visões nacionalistas influem em suas opiniões sobre globalização e livre comércio. Os resultados confirmam estudos anteriores sobre o mesmo tema feitos em países em desenvolvimento.

Palavras-chave: opinião pública; comportamento político; globalização; comércio internacional; economia política internacional

Introdução⁴

O propósito deste artigo é descrever e explicar as opiniões, em geral positivas, do público brasileiro sobre a globalização e o livre comércio. O que pensam os brasileiros sobre a integração da economia nacional aos mercados globais? Quais são as suas atitudes em relação à globalização econômica e ao livre comércio e que fatores determinam suas visões?

No século XX, o Brasil se desenvolveu com políticas de substituição de importações que mantiveram a economia bastante protegida. A abertura econômica e as chamadas

¹ Universidade Federal do ABC, Departamento de Políticas Públicas. Santo André (SP), Brasil.
E-mail: <pinheiro.f@ufabc.edu.br>.

² Universidade Federal do ABC, Departamento de Políticas Públicas. Santo André (SP), Brasil.
E-mail: <ivan.fernandes@ufabc.edu.br>.

³ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo (SP), Brasil.
E-mail: <mhbtdalm@usp.br>.

⁴ Este artigo traz resultados parciais do Projeto Temático Fapesp 2010/06356-3, 2013/00445-4 e 2018/00646-1. Versões preliminares foram apresentadas em painéis nas reuniões da Red de Economía Política de América Latina – Repal (2017), em Bogotá, e da Latin American Studies Association – Lasa (2018), em Boston, e se beneficiaram dos comentários dos participantes. Os autores agradecem os comentários e as preciosas sugestões de Leandro Piquet Carneiro sobre o modelo estatístico utilizado.

reformas de mercado dos anos 1990 foram moderadas e asseguraram a permanência de proteção a setores industriais relevantes, pela via de tarifas ou subsídios. E a discussão sobre liberalização *versus* protecionismo continua a dividir as lideranças políticas, empresariais e sociais, sem vencedor claro. Paradoxalmente, a maioria significativa dos brasileiros aprova a liberalização comercial e a globalização, essa última entendida como maior contato da economia nacional com outras economias do mundo, mesmo quando apresentada a algumas de suas consequências negativas. A porcentagem dos que declaram apoio à globalização no país é significativa também se comparada a de outros públicos latino-americanos.

Utilizamos dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo"⁵ (Almeida et al., 2014) para entrar nesse debate. Nossa tese é que as opiniões dos indivíduos sobre livre comércio e abertura econômica são determinadas em grande parte por sua postura como consumidor mais ou menos propenso a adquirir produtos importados, por sua ideologia política e por seu grau de nacionalismo. Nossos resultados reforçam achados da literatura de economia política internacional sobre países em desenvolvimento, mas ainda pouco explorados para o caso brasileiro e pela literatura nacional.

Optamos por utilizar duas medidas para avaliar as atitudes dos brasileiros em relação àqueles fenômenos. A primeira capta a percepção do impacto imediato da liberalização comercial e da globalização sobre a vida do próprio respondente, enquanto a segunda mede o apoio ou a reprovação à globalização econômica e ao livre comércio em termos mais amplos e multidimensionais, em razão do efeito percebido desses fenômenos sobre as empresas nacionais, a economia do país, a geração de empregos, a estabilidade no trabalho, a agricultura, o meio ambiente e as gerações futuras.

O artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, "O que pensam os brasileiros?", apresentamos as informações que encontramos para o Brasil. Na segunda seção, "Opinião pública, globalização e livre comércio", revemos as explicações correntes na literatura, concedendo especial atenção aos estudos sobre países em desenvolvimento, em particular aos latino-americanos. Na terceira, "Explicando as opiniões dos brasileiros: o modelo", descrevemos a estratégia de análise empírica, a definição das variáveis de maior interesse e os resultados da análise dos determinantes das preferências brasileiras em relação à integração da economia nacional aos mercados globais. Na última seção, apresentamos a "Conclusão".

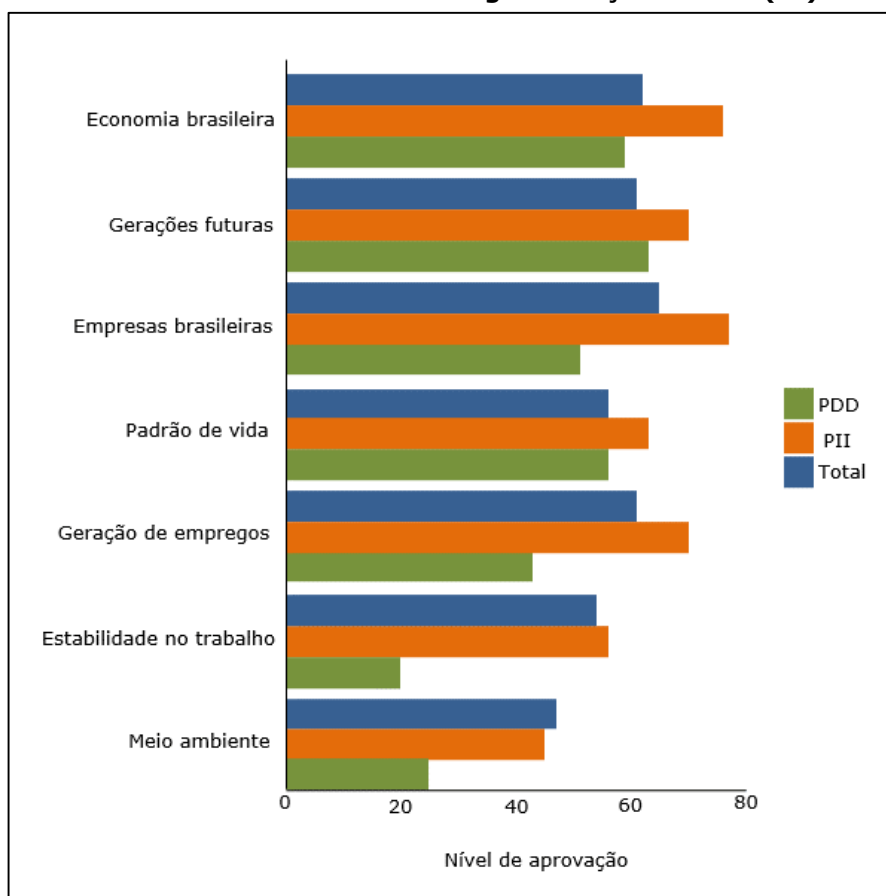
O que pensam os brasileiros?

Os brasileiros têm, de um modo geral, opinião positiva sobre os efeitos da globalização, ainda que a proporção dos que a apoiam varie segundo seu interesse e a

⁵ Pesquisa de opinião pública realizada em novembro de 2014 com amostra probabilística, com distribuição nacional estratificada, com 1.881 entrevistados e margem de erro de 2,3%. O trabalho foi coordenado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Brasil_Ame%CC%81ricas%E2%80%933mundo.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2020.

informação sobre questões internacionais. Para captar essa diferença, dividimos os respondentes de nossa amostra em duas categorias: Público Interessado e Informado (PII) e, o seu contrário, Público Desinteressado e Desinformado (PDD). Analisamos as atitudes dos entrevistados em relação aos efeitos do fenômeno sobre diversas dimensões: economia brasileira, gerações futuras, empresas brasileiras, padrão de vida do entrevistado, geração de empregos, estabilidade no trabalho e meio ambiente. Os resultados estão no Gráfico 1:

Gráfico 1
Os brasileiros e os efeitos da globalização – 2014 (%)



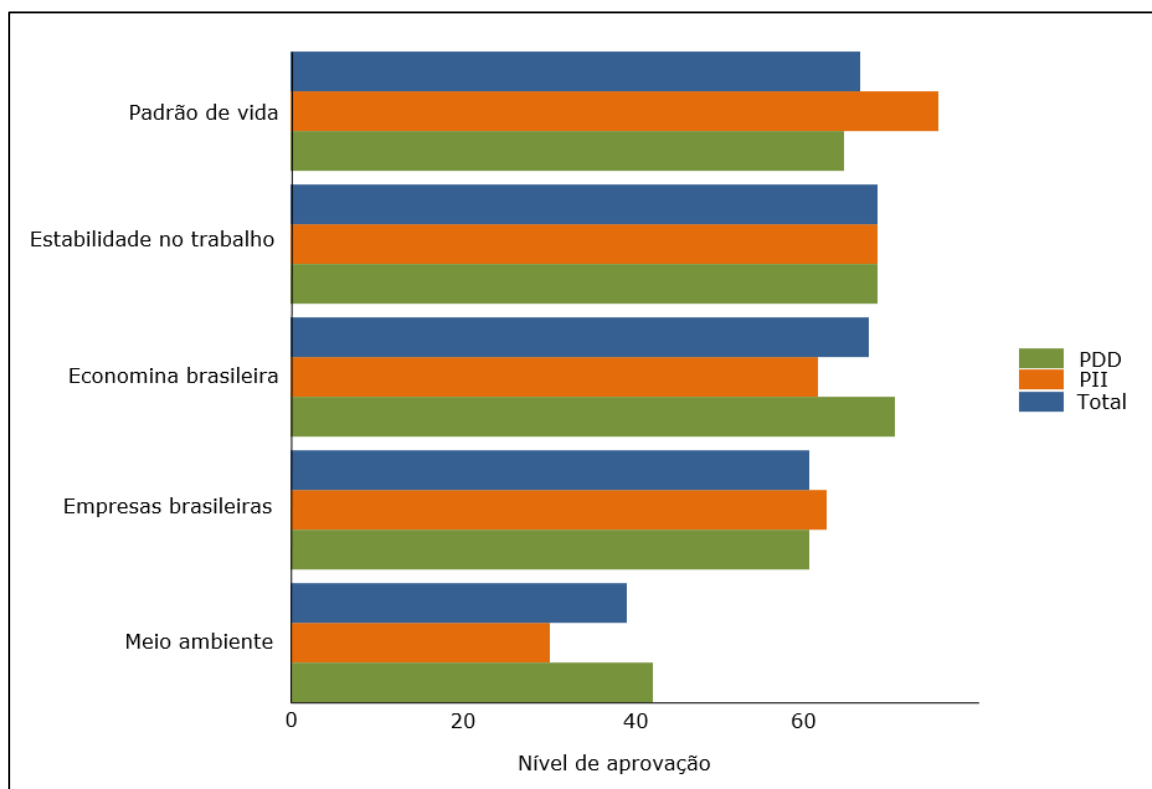
Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014). Pergunta: *O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para (...)?* Notar que o nível de aprovação é a soma das respostas "bom e muito bom".

Para parcela significativa do público brasileiro, os efeitos da globalização são sempre positivos, exceção feita a seu impacto no meio ambiente. A parcela do público interessada e relativamente informada é sistematicamente mais otimista. Esse resultado não surpreende: ele se repete em pesquisas semelhantes feitas em outros países. Pessoas pouco informadas

e pouco interessadas por questões internacionais tendem a ser mais paroquiais e mais reticentes e desconfiadas dos efeitos domésticos dos processos globais.

Encontramos o mesmo padrão de respostas à pergunta sobre as consequências do livre comércio, como é possível observar no Gráfico 2:

Gráfico 2
Os brasileiros e os efeitos do livre comércio – 2014 (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o Mundo” (Almeida et al., 2014).

Nota: Pergunta: *O(a) sr.(a) acha que livre comércio é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para (...).* Notar que o nível de aprovação é a soma das respostas “bom e muito bom”.

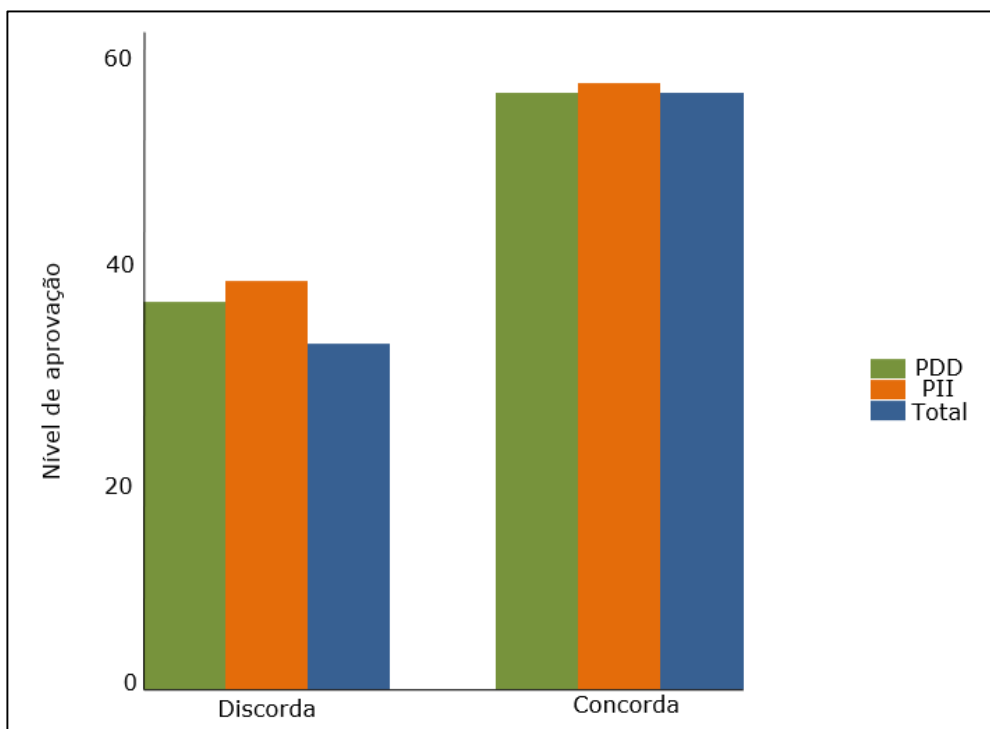
É patente a existência de um apoio majoritário à integração da economia nacional ao mercado internacional. Em cinco dos seis temas, mais de 60% da população entende que a liberalização comercial é positiva para o Brasil. Mesmo quando a pergunta se refere às consequências do livre comércio para o trabalho e o padrão de vida do respondente, o apoio é de impactantes 68% e 67%, respectivamente. Os entrevistados percebem consequências negativas apenas quando se trata do meio ambiente. Percebe-se maior convergência de opiniões entre os dois grupos de entrevistados na discussão sobre livre comércio do que o observado quando o assunto é globalização.

As atitudes favoráveis à abertura econômica ao exterior são confirmadas por

respostas a duas outras perguntas que dizem respeito ao efeito dos investimentos estrangeiros e à redução de barreiras à entrada de produtos estrangeiros. Os dados estão nos Gráficos 3 e 4. Encontramos novamente um apoio importante dos brasileiros à abertura da economia ao exterior. Cerca de 58% dos respondentes são favoráveis à redução de barreiras comerciais, não havendo diferença significativa entre *PII* e *PDD* (Gráfico 3).

Por outro lado, parcela majoritária do *PII* acha que a atração de investimentos estrangeiros é benéfica ao país (Gráfico 4). Encontramos maior resistência entre os membros do *PDD*: apenas 33,7% dos entrevistados consideram positiva a atração de investimentos estrangeiros.

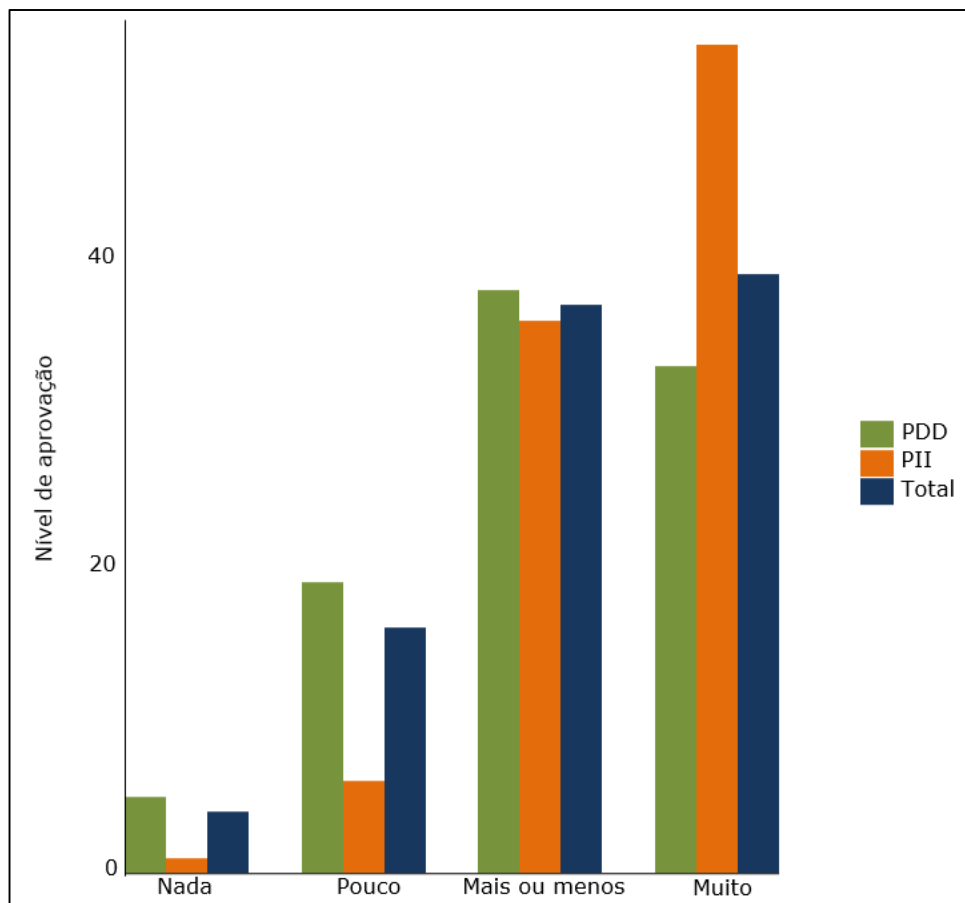
Gráfico 3
Nível de aprovação popular sobre redução de barreiras a produtos estrangeiros – 2014 (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014).

Nota: Pergunta – *Você concordaria ou não se o Brasil reduzisse as barreiras de entrada de produtos estrangeiros? Concordaria muito/Concordaria um pouco/Discordaria um pouco/Discordaria muito/NS/NR.*

Gráfico 4
Nível de aprovação popular sobre
atração de investimentos externos – 2014 (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014).

Nota: Pergunta – *Quanto você acredita que a atração de investimentos beneficia Brasil?*
 Muito/Mais ou menos/Pouco/Nada/NS/NR.

As evidências apresentadas indicam, portanto, um forte apoio à globalização econômica e ao livre comércio no Brasil. Elas confirmam achados das poucas pesquisas de opinião sobre o tema realizadas nos últimos 30 anos no país⁶. Percebe-se, também, significativa permanência das opiniões ao longo do tempo. A proporção de atitudes favoráveis à globalização e ao livre comércio, ainda que não seja a mesma, é elevada

⁶ Temos conhecimento de levantamentos com amostras nacionais realizados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope, 1990), Datafolha (1995), Latinobarômetro (1996), além do *survey* realizado por Baker (2003, 2010) em quatro cidades brasileiras em 1995 e 2005 (Belém, Porto Alegre, Recife e São Paulo). Apesar de as perguntas terem formulação distinta em cada uma das pesquisas, os resultados variaram entre 60% e 75% de aprovação.

(superior a 62%) nos levantamentos realizados pelo projeto “O Brasil, as Américas e o Mundo”, em 2010, 2014 e 2019 (Almeida, M. et al., 2010, 2014, 2019), período em que as orientações da política externa brasileira sofreram mudança radical, o que parece indicar que estamos em presença de atitudes, no sentido usualmente empregado pela literatura de cultura política, e não apenas de opiniões contingentes e voláteis⁷.

Opinião pública, globalização e livre comércio

As explicações clássicas sobre o apoio dos indivíduos à integração de economias nacionais ao sistema internacional – e, em especial, ao livre comércio entre nações – se baseiam em modelos econômicos que supõem que o interesse do indivíduo é a chave da formação de suas preferências. Grande parte dessa literatura apoia-se em formalizações da teoria das vantagens comparativas. Esse é o caso do modelo Heckscher-Ohlin (H-O), que supõe que a atitude dos indivíduos com relação ao comércio internacional depende da dotação de fatores da economia doméstica e da atividade econômica que eles desempenham. De forma simplificada, esse modelo supõe que capital e trabalho – ou trabalhadores com habilidades específicas e trabalhadores sem habilidades específicas – se distribuem de forma diversa em diferentes países e nos diferentes setores produtivos dentro de cada país, proporcionando-lhes vantagens comparativas específicas. Assim, aquelas economias nacionais – ou segmentos dela – dotadas de fatores abundantes e, por conseguinte, de vantagens comparativas, seriam mais beneficiadas pela abertura comercial para o exterior. Desse modo, indivíduos aí inseridos veriam com bons olhos o comércio internacional sem travas. Ao passo que onde não existem vantagens comparativas, mas sim desvantagens, a abertura comercial teria efeitos negativos e geraria opiniões igualmente negativas sobre ela.

Em outros termos, os efeitos distributivos sobre a renda – sejam eles referentes à dicotomia capital-trabalho ou à relação entre trabalhadores qualificados e os sem qualificação – seriam os determinantes centrais das atitudes individuais com relação ao comércio internacional.

Estudos empíricos feitos em países de economias avançadas, onde existe abundância de capital e de mão de obra qualificada, confirmaram o modelo H-O (Balistreri, 1997; Beaulieu, 2002; Fordham e Kleinberg, 2012; Jäkel e Smolka, 2013, 2017; Lake e Lindsey, 2013; Mayda e Rodrik, 2005; O’Rourke e Sinnott, 2006; Rho e Tomz, 2017; Scheve e Slaughter, 2001). Naquele contexto, Scheve e Slaughter (2001), em um dos primeiros estudos com observação de opiniões individuais, mostraram que, nos Estados Unidos, trabalhadores pouco qualificados davam forte apoio a políticas protecionistas.

⁷ A porcentagem dos entrevistados que pensam que a globalização é boa para economia brasileira foi 73% em 2010, 62% em 2014 e 76% em 2019. Nos mesmos anos, a proporção dos que indicaram que o livre comércio é bom para a economia brasileira foi 69%, 63% e 72%, respectivamente. Decidimos usar os dados de 2014, porque eles são menores do que os dos outros anos (2010 e 2019) e, nessa medida, permitem-nos um teste mais exigente da relação da variável dependente com as variáveis independentes selecionadas.

Outros estudos, na contramão dos modelos de dotação de fatores, sustentam que os indivíduos com nível educacional mais elevado estariam mais inclinados a apoiar medidas de abertura econômica. Esse grupo teria maior facilidade de se adaptar às mudanças no mercado de trabalho, independentemente da dotação de fatores em seu país (Ardanaz, Murillo e Pinto, 2013; Beaulieu, Yatawara e Wang, 2005; Blonigen, 2011; Kagitani e Harimaya, 2017; Kaltenthaler, Gelleny e Ceccoli, 2004). Dessa forma, a correlação encontrada entre pouca qualificação e protecionismo econômico não seria resultado da propensão dos trabalhadores pouco qualificados a rejeitarem o livre comércio, mas sim dos qualificados a se adaptarem às mudanças que a integração econômica impõe sobre o livre comércio. Na mesma direção, Kagitani e Harimaya (2017, p. 22), estudando o Japão, mostraram que os trabalhadores menos qualificados, independentemente da inserção setorial na economia, tendem a sentir-se mais inseguros com o crescimento do movimento de bens, capitais e pessoas entre fronteiras, produzido pela globalização.

Não obstante a maior prevalência de explicações econômicas baseadas no autointeresse, alguns trabalhos apresentam evidências do impacto das ideias e ideologias políticas nas avaliações da globalização e livre comércio (Guisinger, 2009; Hainmueller e Hiscox, 2006; Herrmann, Tetlock e Diascro, 2001; Rathbun, Kertzer e Paradis, 2017; Rho e Tomz, 2015). Alguns autores enfatizam o impacto do nacionalismo de tipo xenófobo, que se manifesta como aversão ao estrangeiro ou como simples preconceito com relação ao que vem de fora (Bekhuis, Lubbers e Verkuyten, 2014; Kaltenthaler e Miller, 2013; Kuo e Naoi, 2015; Mansfield e Mutz, 2009; Sabet, 2013), enquanto Kaltenthaler e Miller (2013) ressaltam a importância da percepção dos riscos e benefícios resultantes de trocas culturais. A aceitação das trocas culturais indicaria o grau de *cosmopolitismo* do indivíduo e seria peça central de um sistema de crenças no qual o comércio internacional é visto como oportunidade de experimentar novos produtos e interagir com o mundo mais amplo.

Por fim, destacam-se duas outras abordagens que se afastam da explicação assentada no autointeresse econômico. A primeira enfatiza a diferença entre gêneros (*gender gap*) na avaliação da globalização e do livre comércio internacional, mostrando que, em geral, as mulheres são mais protecionistas (Beaulieu e Napier, 2008; Burgoon e Hiscox, 2008; Drope e Chowdhury, 2014; Mansfield, Mutz e Silver, 2015; Kagitani e Harimaya, 2017; Bromhead, 2018). Burgoon e Hiscox (2008) e Hiscox (2006) atribuem preferências distintas entre gêneros em razão de o número de homens em cursos de economia ser maior do que o de mulheres. Mansfield, Mutz e Silver (2015) indicam que as mulheres seriam mais antiglobalistas por serem mais avessas à competição e por estarem mais preocupadas com mudanças em seus postos de trabalho. Já Naoi e Kume (2015) argumentam que a situação das mulheres no mercado de trabalho é mais instável e que elas são consumidoras mais preocupadas com a segurança e a qualidade dos alimentos e produtos.

A segunda abordagem considera que a avaliação feita pelos indivíduos sobre os parceiros comerciais influi nas suas atitudes em relação ao livre comércio. Simpatia pelo país parceiro seria mais importante do que o cálculo autointeressado dos benefícios ou

desvantagens de acordos de livre comércio (Chiang, Liu e Wen, 2013; DiGiuseppe e Kleinberg, 2018; Hicks, Milner e Tingley, 2014; Naoi e Urata, 2013; Spilker, Bernauer e Umaña, 2016, 2018).

A maior parte dos estudos citados tem como referência empírica países desenvolvidos. Há poucos trabalhos sobre as atitudes dos latino-americanos, menos ainda sobre as dos brasileiros. Em geral, eles contradizem os modelos de dotação de fatores, abrindo espaço para outras explicações, baseadas no capital humano, na lógica do consumidor, na influência das elites políticas ou no papel das ideias.

Assim, Beaulieu, Yatawara e Wang (2005) analisaram a preferência de cidadãos em relação à integração regional em 17 países da América Latina com dados do Latinobarômetro de 1996 e mostraram que, em média, os trabalhadores com melhor qualificação, que são a minoria da força de trabalho, apoiam mais a integração econômica do que os não qualificados, indo na contramão do modelo de dotação de fatores. Ao observar o efeito em cada país, o resultado se mantém significativo para apenas oito deles, incluindo o Brasil.

Esses achados foram confirmados por estudos posteriores que trataram especificamente do processo de integração regional na América Latina (Deutschmann e Minkus, 2018; Fattore e Fitzpatrick, 2016) e do apoio à globalização (Merino e Vargas, 2013). Em análise do caso argentino e buscando avaliar os efeitos de enquadramento (*framing*), Ardanaz, Murillo e Pinto (2013) encontraram resultados semelhantes e mostraram que o nível de escolaridade é fator preditivo da opinião do indivíduo sobre abertura econômica.

Hicks, Milner e Tingley (2014) refutam a hipótese Heckscher-Ohlin em estudo de caso sobre o referendo do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (Cafta-RD) na Costa Rica. Os autores demonstram a importância da liderança exercida pelos partidos, fato que sublinha a relevância das elites. Esse tema, muitas vezes deixado de lado em estudos sobre formação de preferências relativas ao comércio internacional, já foi ressaltado por Baker (2010) em seu estudo sobre a América Latina. Em termos econômicos, os autores confirmam predições do modelo Ricardo-Viner⁸, ao encontrar maior apoio a acordos de comércio entre aqueles vinculados a setores exportadores.

Merecem destaque os trabalhos de Baker (2003, 2005, 2010) sobre os países latino-americanos e sobre o Brasil, especificamente. Seus resultados indicam que a explicação das preferências individuais se encontra no tipo de bem consumido. O consumidor propenso a adquirir produtos importados – ou expostos à concorrência dos importados – teria atitudes mais positivas sobre a abertura econômica, pois se veria beneficiado pela variedade de produtos disponíveis no mercado, com qualidade similar ou superior à nacional a preços menores. Já os consumidores de produtos exportáveis tenderiam a preferir a proteção, pois

⁸ O modelo Ricardo-Viner, também denominado modelo de fatores específicos, pressupõe baixa mobilidade de fatores de produção, com exceção do trabalho, indicando que o livre comércio beneficiaria firmas ou setores que detêm maior vantagem comparativa. Logo, o que determinaria a formação de preferências do indivíduo sobre livre comércio não seria a remuneração de fatores, resultante de sua abundância ou escassez, mas o setor no qual o indivíduo está inserido.

o comércio internacional tende a aumentar os preços domésticos dos exportáveis⁹. De acordo com Baker, isso ocorreria apesar dos custos já impostos pelo livre comércio e das vantagens já trazidas pela abertura econômica.

Este artigo quer contribuir para o entendimento dos determinantes da preferência individual pela inserção da economia nacional no mercado internacional, observando atitudes em relação a dois fenômenos próximos mas distintos, quais sejam: livre comércio e globalização econômica. Focalizamos as opiniões relativas a seus impactos seja sobre a situação dos indivíduos, seja sobre diferentes dimensões da realidade econômica mais ampla. Em consonância com a literatura, apontamos que as atitudes se explicam por motivações econômicas, mas estas, por sua vez, passam pelo filtro de ideias e valores políticos.

O Brasil é um bom caso para o teste das explicações econômicas por dois motivos. Em primeiro lugar, a dotação de fatores no Brasil é o oposto daquela encontrada nos países desenvolvidos. A economia brasileira é intensiva em trabalho não qualificado, ao passo que o mundo desenvolvido é intensivo em capital e trabalho qualificado. Por isso, no Brasil – em termos puramente relacionados à dotação de fatores –, os mais educados, que aqui são fator escasso, deveriam ser menos propensos a apoiar o livre comércio. Ou seja, o contrário do previsto pelas teorias sobre capital humano e comércio, que associam educação à maior capacidade de adaptação às mudanças causadas pela integração econômica e a atitudes mais cosmopolitas e politicamente tolerantes.

Em segundo lugar, o Brasil tem economia relativamente fechada, tornando os efeitos da abertura sobre o consumo mais imediatamente sentidos pelos cidadãos do que suas consequências potenciais para o sistema produtivo. Os indivíduos não sabem de antemão quais serão os setores da economia beneficiados ou prejudicados em decorrência daquele processo. Mas os “ágios” nos preços de produtos nacionais que poderiam ser substituídos por importados – além da maior variedade disponível – são imediatamente percebidos, ainda mais em tempos de acesso fácil a empresas de comércio eletrônico de outros países.

Explicando as opiniões dos brasileiros: o modelo

Utilizamos dados do *survey* realizado no âmbito do projeto “O Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014) para discutir os determinantes das opiniões do público brasileiro em relação à globalização e ao livre comércio. Fomos buscar na literatura as variáveis explicativas mais relevantes. Como nos interessam as percepções do impacto da globalização e do livre comércio tanto sobre a situação individual do entrevistado quanto sobre fenômenos socioeconômicos mais gerais, construímos duas variáveis dependentes distintas.

⁹ Uma *proxy* para mensuração da diversificação da cesta de bens consumidos seria a própria renda do indivíduo. *Ceteris paribus*, indivíduos com maior renda tendem a adquirir mais produtos importados e, portanto, se beneficiar mais da integração econômica.

Variáveis dependentes

Criamos quatro indicadores de apoio à globalização e ao livre comércio a partir das perguntas sobre *Apoio Autointeressado à Globalização (AG-vida)*, *Índice de Apoio Genérico à Globalização (AG-I)*, *Apoio Autointeressado ao Livre Comércio (ALC-vida)*, *Índice de Apoio Genérico ao Livre Comércio (ALC-I)*, cuja distribuição de respostas está nos Gráficos 1 e 2.

A variável *AG-I* é uma medida resumo resultante do somatório das opções de resposta às quais atribuímos os seguintes valores: muito ruim (-2); ruim (-1); nem bom e nem ruim (0); bom (1); muito bom (2); não sei (0); não respondeu (0). Como temos uma bateria de perguntas sobre oito temas (Economia Brasileira, Empresas Brasileiras, Consumidores, Geração de Empregos, Estabilidade no Trabalho, Padrão de Vida, Gerações Futuras e Meio Ambiente), *AG-I* varia teoricamente entre -16 (respondente que entende que a globalização é muito ruim para o Brasil em todos os oito aspectos) e +16 (respondente que entende que a globalização é muito boa para o Brasil em todos os aspectos).

Por sua vez, para cada uma das perguntas sobre livre comércio, atribuímos os seguintes valores: bom (1), ruim (-1), não sei (0), não respondeu (0), depende (0). Como temos outra bateria de perguntas sobre seis temas (Economia Brasileira, Empresas Brasileiras, Nível de Vida, Trabalho, Agricultura e Meio Ambiente), a variável *ALC-I* tem valores entre -6 e +6, seguindo a mesma lógica da variável *AG-I*.

As duas variáveis captam atitudes frente aos impactos mais abrangentes da abertura econômica ao exterior em diversas áreas da vida social.

Seguindo a mesma lógica, construímos variáveis dependentes que traduzem as percepções autointeressadas dos entrevistados. Na primeira, *ALC-vida*, o respondente indica se o livre comércio é bom (1), indiferente (0) ou ruim (-1) para o *nível de vida de pessoas como ele*; na segunda, *AG-vida*, capta a percepção das consequências da globalização econômica *para o seu próprio padrão de vida*: muito ruim (-2), ruim (-1), indiferente (0), bom (1), muito bom (2).

As estatísticas descritivas das quatro variáveis dependentes estão na Tabela 1. No Apêndice B, apresentamos os testes de avaliação de confiabilidade e validade das escalas por meio do Alfa de Cronbach e do Modelo de Rasch.

Tabela 1
Estatísticas descritivas das variáveis dependentes

	Índice de Apoio Geral à Globalização (AG-I)	Apoio Autointeressado à Globalização (AG-vida)	Índice de Apoio Geral ao Livre Comércio (ALC-I)	Apoio Autointeressado ao Livre Comércio (ALC-vida)
Média	3,32	0,46	2	0,44
DP	4,68	0,9	3,39	0,83
Mediana	4	1	2	1
Mínimo	-13	-2	-6	-1
Máximo	13	2	6	1
N	1881	1881	1881	1881

Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014).

Variáveis independentes e controles

Escolhemos variáveis que foram utilizadas em estudos anteriores sobre o tema: *Idade, Escolaridade, Renda, Ocupação, Sexo, Ideologia, Partido, Voto na Eleição de 2014, Nacionalismo Cultural, Atitude em Relação ao Estrangeiro e Avaliação do Contexto Político*. Incluímos também uma variável binária que indica se o indivíduo pertence ao grupo *PII* (*Público Interessado e Informado*) ou *PDD* (*Público Desinteressado e Desinformado*).

Escolaridade e *Renda* são as duas variáveis explicativas centrais mobilizadas pela literatura especializada para dar conta da formação de preferência por razões econômicas. A primeira é uma *proxy* comumente utilizada para determinar o nível de habilidade e qualificação dos indivíduos e a segunda, uma *proxy* para mensurar a capacidade de consumo. Nossa variável *Escolaridade* é categórica e o *baseline* são os menos educados, ou seja, os não alfabetizados, os que apenas sabem ler e os que frequentaram a primeira etapa do ensino fundamental (até o 5º ano completo do ensino fundamental). O segundo grupo abarca os que frequentaram a segunda etapa do ensino fundamental, tendo-o completado ou não (do 6º ao 9º ano do ensino fundamental). O terceiro grupo é composto pelos que possuem ensino médio incompleto ou completo. O quarto grupo inclui os que possuem ensino superior incompleto. Por fim, o quinto grupo abarca os que completaram o ensino superior, com ou sem pós-graduação.

A variável *Renda*, também categórica, corresponde à renda individual mensal. Optamos pela utilização da renda individual, pois as explicações econômicas baseiam-se na posição do indivíduo como produtor/trabalhador e consumidor no mercado. Nesse caso, o *baseline* abrange os que não possuem renda e os que ganham até 1 salário mínimo (SM). O segundo grupo é formado pelos que ganham mais de 1 SM até 2 SMs; o terceiro, pelos que recebem entre mais de 2 e 5 SMs; e o quarto grupo, pelos que têm remuneração superior a 5 SMs.

Em seguida, vêm as variáveis que expressam a posição político-ideológica do indivíduo, como *Ideologia, Partido, Voto* e *Avaliação do Contexto Político*. A variável *Ideologia* é uma medida categórica da autolocalização do indivíduo em uma escala direita-esquerda.

A escala vai de 0 a 10, sendo 0 esquerda e 10 direita. Dividimos os entrevistados em quatro grupos: esquerda (0 a 3); centro (4 a 6); direita (7 a 10); o último grupo é composto por aqueles que não quiseram ou não souberam responder. A transformação da medida em categorias – esquerda, centro, direita, não sabe e não respondeu – é uma estratégia para não perdemos as informações da quarta categoria (não quiseram ou não souberam responder).

A variável *Partido* se refere à identificação partidária, captada pela pergunta: *Normalmente você se considera mais apoiador de qual partido?* Nesse caso, o *baseline* é ausência de identificação partidária. As demais preferências são: PSDB (1), PT (2) e PMDB (3). A quarta categoria inclui todos os outros partidos (4) e na quinta e última estão os que não souberam ou não quiseram responder (5).

A variável *Voto* capta o voto declarado nas eleições de 2014. Criamos as seguintes categorias: voto no PT (*baseline*), voto no PSDB (1), não votou (2), não sabe ou não respondeu (3) e voto em outro partido (4). Procuramos controlar os efeitos do humor político do entrevistado por meio da variável *Avaliação do Contexto Político (ACP)*, uma *dummy* que indica se o respondente tem uma visão negativa do cenário político mundial, retrospectivo e prospectivo, no intervalo de 10 anos. Entrevistado identificado com (1) respondeu que o mundo piorou nos últimos 10 anos e vai piorar nos próximos 10 anos.

Por fim, recorremos a outras variáveis de controle tradicionais, que classificam os respondentes pela ocupação profissional, sexo e idade. A variável *Ocupação* está dividida em sete categorias, tendo os servidores públicos como *baseline*. As categorias seguintes são: participante do setor privado: funcionário e empresário (1), profissional liberal (2), desempregado (3) e pessoa fora da população economicamente ativa (PEA), incapacitado, do lar, estudante e aposentado (4).

A variável *Sexo* indica se o indivíduo é do sexo feminino (0) ou masculino (1). A variável *Idade* também é categórica: o *baseline* abrange os jovens de 16 a 29 anos, em seguida os jovens adultos de 30 a 39 anos, os adultos de 40 a 49 anos, os adultos de 50 a 59 anos e, finalmente, adultos com mais de 60 anos. Na Tabela 2, apresentamos as estatísticas descritivas das variáveis independentes.

Tabela 2
Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Variáveis	Categorias	n	Variáveis	Categorias	n
Idade			Escolaridade		
16 a 29 anos	0	636	Até 5º ano ensino fundamental	0	361
30 a 39 anos	1	403	Até ensino fundamental completo	1	387
40 a 49 anos	2	337	Até ensino médio completo	2	836
50 a 59 anos	3	249	Ensino superior incompleto	3	133
mais de 60 anos	4	256	Ensino superior completo	4	164
Total		1881	Total		1881
IPI			Sexo		
PDD	0	1417	Feminino	0	985
PII	1	464	Masculino	1	896
Total		1881	Total		1881
Ocupação			Renda		
Servidores públicos	0	115	Sem renda e até 1 SM	0	942
Setor privado	1	545	1 a 2 SMs	1	554
Profissional liberal	2	566	Mais de 2 a 5 SMs	2	290
Desempregado	3	151	Mais de 5 SMs	3	75
Fora da PEA	4	504	Total		1861
Total		1881			
Partido			Voto		
Sem partido	0	405	PT	0	840
PSDB	1	347	PSDB	1	495
PT	2	713	Não votou	2	326
PMDB	3	130	Não sabe/Não respondeu	3	113
Outros	4	206	Outros	4	107
Não sei/Não respondeu	5	80	Total		1881
Total		1881			
Contrário ou neutro a ideias e costumes estrangeiros	0	767	Contrário ou neutro à presença de estrangeiros	0	572
Favorável a ideias e costumes estrangeiros	1	1114	Favorável à presença de estrangeiros	1	1309
Total		1881	Total		1881
Avaliação contexto político (AVP)			Ideologia		
Visão não negativa	0	1340	Esquerda	0	204
Visão negativa	1	541	Centro	1	514
Total		1881	Direita	2	856
			Sem partido	3	507
			Total		1881

Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014).

Analisamos os efeitos de nossas variáveis independentes para as quatro variáveis dependentes. Estimamos quatro modelos distintos de regressão, logística ordinal para as variáveis de autointeresse e logísticas lineares para as variáveis índices, e analisamos detalhadamente cada um dos resultados¹⁰. Nas análises, agregamos o Público Interessado e

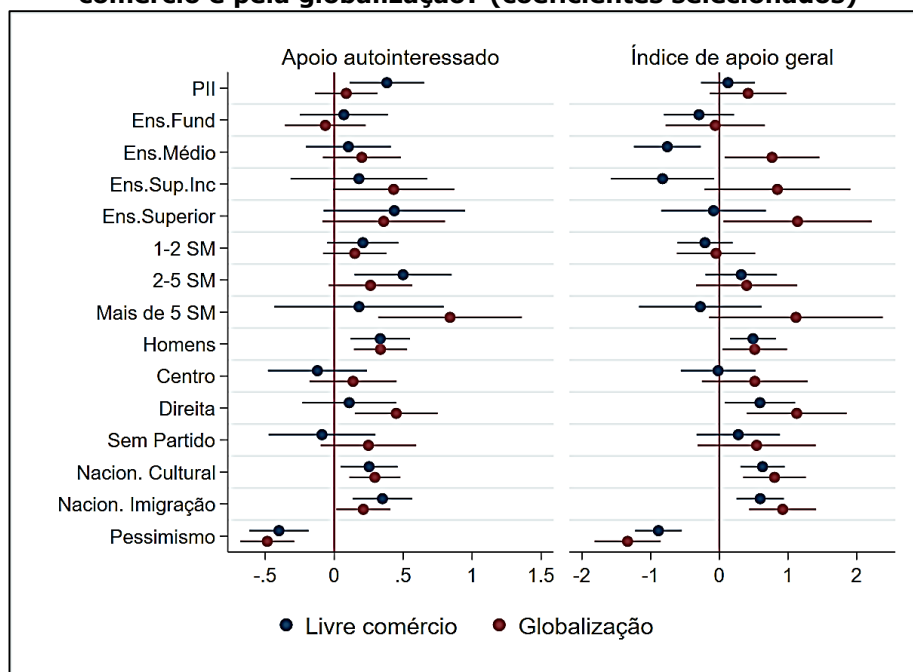
¹⁰ Nas Tabelas A1 e A2 do Apêndice A, apresentamos os resultados completos para os quatro modelos estimados. Os coeficientes de apoio autointeressado correspondem aos modelos das colunas (2) e (4) da Tabela A2 (modelos logísticos ordenados). Os coeficientes das variáveis índices correspondem aos modelos (4) e (10)

Informado (PII) e o Público Desinteressado e Desinformado (PDD). Nesse caso, incluímos a variável *dummy Interesse e Informação sobre política Internacional (IPI)*, como valor 1 para o PII. Nas Tabelas A1 e A2 do Apêndice A estimamos também os mesmos modelos para os grupos PII e PDD. A escolha de modelos lineares ou logísticos ordinais não afeta os resultados.

Resultados

Os principais resultados estão dispostos no Gráfico 5, que mostra os coeficientes dos efeitos de variáveis independentes selecionadas. Nossa expectativa é que os efeitos das variáveis econômicas *Renda* e *E escolaridade* sejam significativos para *Apoio Autointeressado* (variáveis *ALC-vida* e *AG-vida*), à esquerda no quadro, pois medem as atitudes dos brasileiros diante da integração econômica à economia internacional a partir da perspectiva do interesse próprio dos entrevistados. Por seu turno, as variáveis relacionadas a ideologia política, nacionalismo e atitudes em relação a estrangeiros e as que dizem respeito ao sexo dos entrevistados devem ter efeito mais acentuado sobre *Índice de Apoio Genérico* (*ALC-I* e *AG-I*). Seus resultados aparecem à direita no quadro.

Gráfico 5
Determinantes da formação de preferência individual do brasileiro pelo livre comércio e pela globalização? (coeficientes selecionados)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014).

da Tabela A1 (modelos lineares).

A existência de várias categorias das variáveis *Escolaridade* e *Renda* dificulta a análise dos coeficientes do Gráfico 5. Por isso, optamos por analisar mais detalhadamente os mesmos resultados nos Gráficos 6 e 7.

Os resultados do Gráfico 6 indicam um padrão interessante. De um lado, as variáveis que medem a percepção autointeressada da globalização e do livre comércio (*ALC-vida* e *AG-vida*) não são afetadas pelos diferentes níveis de *escolaridade*. Todos os intervalos de confiança para as duas categorias (IC – 90%) são sobrepostos, indicando que as estimações não são diferentes do ponto de vista estatístico. Por outro lado, quando analisamos as variáveis índices, que procuram captar as atitudes sobre as consequências genéricas da globalização e do livre comércio, encontramos efeitos opostos. No caso do livre comércio, a expectativa de apoio é menor – e estatisticamente significativa – quando os indivíduos têm ensino médio do que quando os indivíduos são analfabetos ou cursaram até o 5º ano do ensino fundamental. Há uma diferença de 0,7 ponto na escala de apoio ao livre comércio. Já quando se trata da globalização, a situação se inverte. Ou seja, os mais educados são menos favoráveis ao livre comércio e mais propensos a apoiar a globalização.

Esse resultado parece indicar que a escolaridade não é um bom indicador das habilidades no mercado de trabalho, mas sim da propensão do indivíduo em aceitar maior abertura para o mundo em diversas dimensões da vida, além da economia. Nesse sentido, nossa variável *globalização* parece mais adequada como indicador de um fenômeno multidimensional, que ultrapassa o intercâmbio econômico, enquanto a variável *livre comércio* remete diretamente à dimensão da troca de bens no mercado internacional.

É importante enfatizar que as noções de livre comércio e globalização, embora associadas, não descrevem o mesmo fenômeno. O coeficiente de correlação de Pierson entre as duas variáveis índices é de apenas 0,29, a indicar que estão positivamente associadas, mas mensuram fenômenos distintos. A correlação entre as variáveis de avaliação autointeressada dos dois fenômenos também apresenta resultados semelhantes. O coeficiente Rho de Spearman é de 0,25.

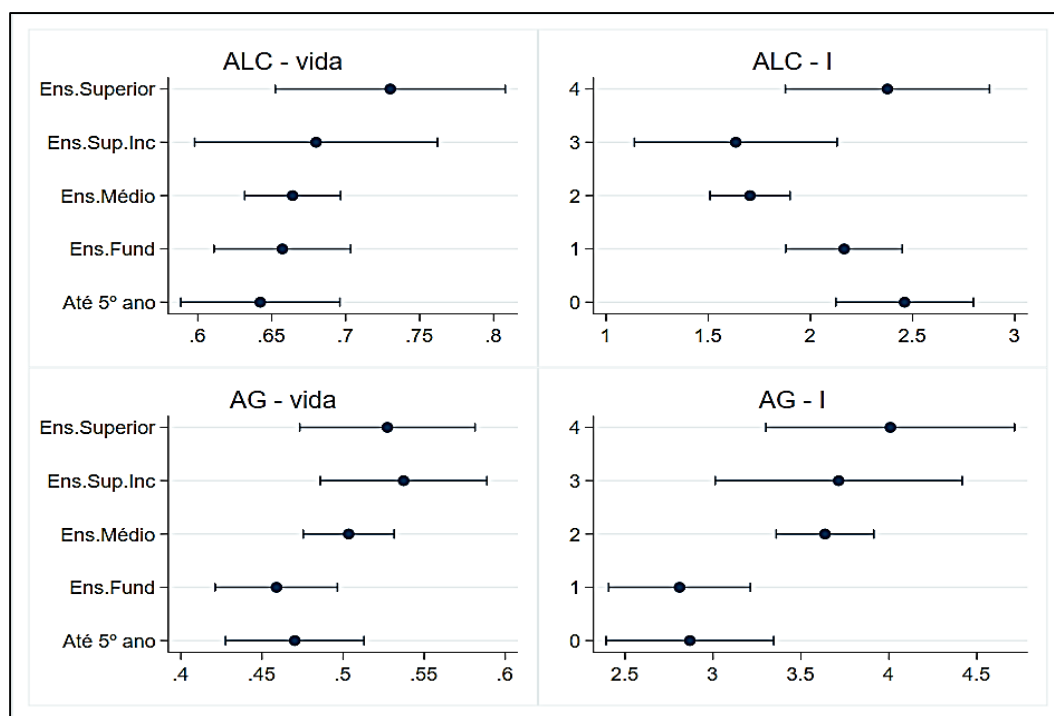
Em suma, a educação não parece afetar a percepção dos efeitos da globalização e do livre comércio da ótica do autointeresse. Mas afeta de maneira oposta as variáveis que capturam as opiniões sobre os efeitos mais gerais dos dois fenômenos. Os menos educados tendem relativamente a ver mais positivamente o livre comércio do que a globalização quando comparados com os grupos com maior educação. Os efeitos sobre as percepções a respeito do livre comércio, contudo, são menos claros. A tendência de apoio ao protecionismo aumenta com a escolaridade, apesar de o grupo mais educado – *ensino superior completo* – ter expectativa de apoio similar à dos menos educados. Assim, nossos resultados contrastam com as teorias ao afirmar que os indivíduos com habilidades médias tendem a ser mais protecionistas.

Também no que respeita à globalização, as previsões do modelo de Hecksher-Ohlin não se confirmam. Segundo ele, os mais educados no Brasil deveriam ser menos propensos a defender a integração à economia internacional uma vez que o capital humano qualificado

é recurso pouco abundante no país. Isso não se verificou em nenhum de nossos modelos. Quer se trate de livre comércio ou da globalização, as atitudes positivas aumentam no topo da escolaridade.

Em suma, as teorias econômicas não dão conta de explicar os efeitos da educação sobre as atitudes dos brasileiros diante da globalização e do livre comércio. Outros efeitos da educação, que não a qualificação profissional, acabam se sobrepondo, especialmente no caso de atitudes dos indivíduos com educação superior¹¹.

Gráfico 6
Predições do efeito de *Escolaridade* sobre *Integração à Economia Internacional*



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014).

Predições dos modelos estimados para o Gráfico 5 e para as Tabelas A1 e A2 no Apêndice. Outras variáveis foram fixadas na média. ICs de 90%. No eixo horizontal, são apresentadas as probabilidades de respostas positivas nos modelos logísticos ordenados *ALC-vida*: 1 (bom) e *Glob-vida*: 1 (bom) e o valor previsto nos modelos lineares (*ALC - I* e *AG - I*). As predições tomam como base a média das outras covariáveis.

A literatura especializada estabeleceu relação positiva entre *renda* e *disposição para apoiar o livre comércio internacional*. A variável é utilizada como *proxy* de propensão ao

¹¹ Para explorar as diferenças encontradas no Gráfico 6, testamos as mesmas relações apenas para a avaliação dos efeitos da globalização e do livre comércio sobre o meio ambiente, questão na qual é maior o pessimismo dos entrevistados. O resultado se repete, de forma ainda mais nítida, quando se trata do impacto do livre comércio e perde significância no caso da globalização. Os resultados do modelo aplicado apenas ao meio ambiente são apresentados no Apêndice A (Gráfico A6).

consumo de importados: quanto maior a renda, maior e mais diversificada é a cesta de bens, inclusive de bens importados. Encontramos confirmação desse achado: indivíduos com maior renda tendem a dar mais apoio ao livre comércio e à globalização, como se pode observar nos Gráficos 5 e 7.

No Gráfico 7, apresentamos os valores preditos pelos modelos para todas as categorias de renda. O efeito é mais importante quando se trata do que chamamos de apoio autointeressado (*ALC-vida* e *AG-vida*).

A probabilidade de que um indivíduo apoie o livre comércio aumenta com a renda. A probabilidade de o indivíduo de menor renda (até 1 SM) ver positivamente o livre comércio é de 64%, enquanto é de 68% entre os que ganham mais de 1 a 2 SMs. Essa probabilidade alcança 74% para os indivíduos com renda de mais de 2 a 5 SMs – um aumento de 10 pontos percentuais em relação aos mais pobres quando se trata de apoio autointeressado. Os resultados são mais incertos para a categoria mais rica, que inclui menor número de indivíduos – apenas 75 –, pois a estimação de um intervalo de confiança grande não nos permite fazer comparações válidas. Por sua vez, não encontramos efeito significativo algum da renda sobre a visão genérica dos efeitos do livre comércio. Todos os intervalos de confiança das quatro categorias se sobrepõem, indicando não haver qualquer diferença válida entre elas.

No caso das opiniões sobre globalização (*AG-vida* e *AG-I*), os pontos estimados para as categorias de maior renda são quase sempre maiores que os estimados para as categorias de menor renda. Outra vez, os efeitos são significativos apenas quando a variável dependente mensura a opinião relativa aos efeitos do livre comércio sob a lente do autointeresse. É de 47% a probabilidade de os mais pobres apoiarem a globalização. Ela aumenta para 50% entre os indivíduos com renda de 1 a 2 SMs, atinge 52% entre os entrevistados com renda intermediária e 58% entre os mais ricos – um incremento de cerca de 11 pontos percentuais. Por sua vez, todos os intervalos de confiança dos grupos de renda estão sobrepostos quando a variável dependente é o índice das atitudes em relação à globalização (*AG-I*). Um resultado sem significância estatística.

Os efeitos da renda sobre o apoio ao livre comércio e à globalização são mais claros nos modelos que medem o efeito das atitudes autointeressadas. Eles confirmam as explicações baseadas na lógica do consumo, ou seja, quanto maior a cesta de bens consumida por um indivíduo – incluindo importados –, maior será sua disposição a apoiar o livre comércio e a globalização econômica.

Já os efeitos da renda sobre as variáveis índices (*ALC-1* e *AG-1*), embora tenham a direção esperada, não são significativos, indicando a importância de introduzir outras variáveis explicativas, que não as econômicas.

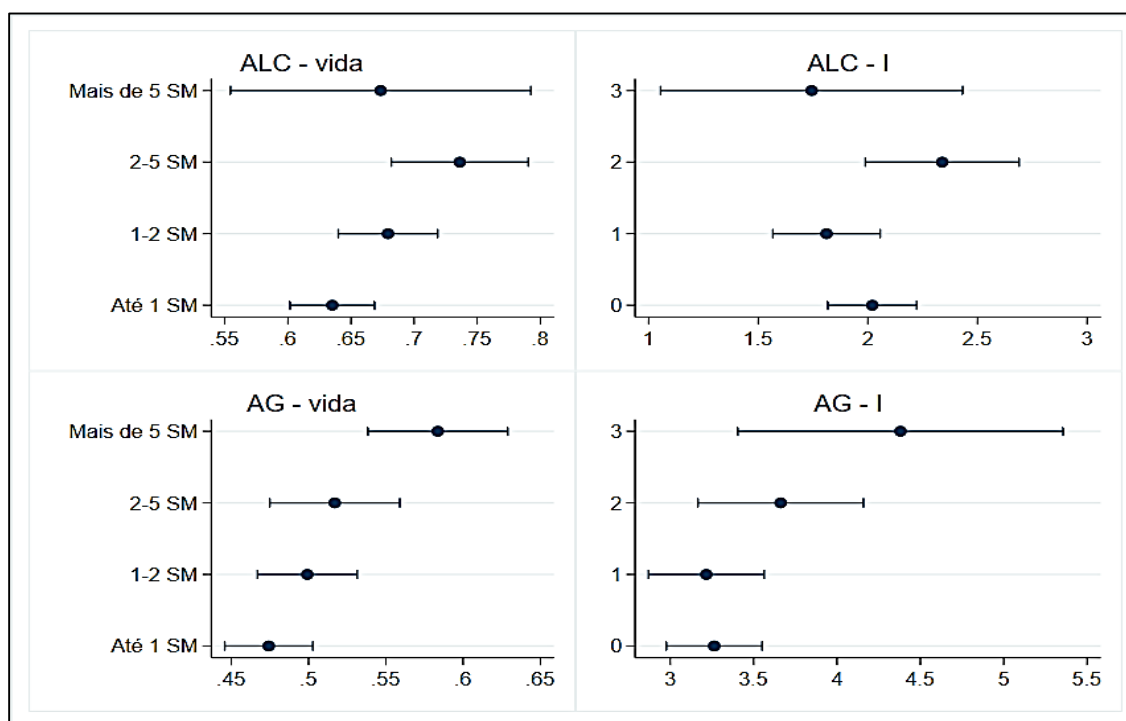
Por essa razão, introduzimos variáveis relativas ao sexo dos respondentes e às orientações ideológicas e políticas. As variáveis *Sexo*, *Nacionalismo Cultural* e *Atitude Contra Imigrantes* são binárias.

Nosso modelo confirma estudos anteriores que afirmaram que mulheres são mais

protecionistas que os homens e que essa diferença ocorre nos grupos mais informados e interessados (Tabela A1 no Apêndice A)¹². Ou seja, maior interesse e mais informação são elementos associados ao protecionismo feminino. Nosso estudo não elucida o mecanismo causal, mas traz mais informação para o debate ao mostrar que a diferença de gênero ocorre apenas entre os indivíduos mais interessados em temas internacionais.

Com relação à dimensão ideológica, os resultados são intuitivos e confirmam estudos anteriores.

Gráfico 7
Renda e Opinião Acerca da Integração à Economia Internacional



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014). Predições dos modelos estimados para o Gráfico 5 e para as Tabelas A1 e A2 no Apêndice. Outras variáveis foram fixadas na média. ICs de 90%. No eixo horizontal são apresentadas as probabilidades de respostas positivas nos modelos logísticos ordenados *ALC-vida*: 1(bom) e *Glob-vida*: 1 (bom) e o valor previsto nos modelos lineares (*ALC - I* e *AG - I*). As predições tomam como base a média das outras covariáveis.

O indivíduo que tem uma visão favorável à entrada de ideias e costumes estrangeiros no Brasil (*Nacionalismo Cultural*) e também à participação do estrangeiro no dia a dia da sociedade brasileira (*Atitude contra Imigrantes*) mostra maior apoio à globalização econômica e ao livre comércio. Outra vez, os efeitos são mais fortes para *ALC-I* e *AG-I*.

São contraditórios os efeitos das variáveis de cunho político – *Partido, Voto, Ideologia*

¹² Na Tabela A1 do Apêndice A, dividimos a amostra em dois grupos, os PIIs e os PDDs, e reestimamos modelos lineares para cada um desses grupos nas colunas 2, 5, 8 e 11 (PDD); e 3, 6, 9 e 12 (PII).

e ACP. *Partido*, assim como *Voto*, não tem impacto sobre a preferência do brasileiro em relação ao livre comércio e à globalização¹³. Mas ter votado em outro partido que não o PT e o PSDB reduz apoio ao livre comércio.

No entanto, encontramos efeitos significativos de *Ideologia* tanto sobre as duas variáveis índices (*ALC-1* e *AG-1*) quanto sobre *AG-vida*. Situar-se à direita no espectro político aumenta a propensão para apoiar o livre comércio e a globalização. Não há diferenças estatisticamente significativas entre as atitudes daqueles que se colocam à esquerda e ao centro ou as dos que não possuem partido político para as quatro variáveis dependentes.

O humor político (ACP) também tem impacto estatisticamente significativo sobre preferências relativas a livre comércio e globalização, para todas as variáveis dependentes. Os pessimistas, que têm visão retrospectiva e prospectiva negativa do cenário político mundial, são menos propensos a apoiar a abertura econômica para o exterior.

Nossa análise também indica baixa influência dos fatores *Ocupação* e *Idade* do respondente¹⁴. Não há diferenças entre as quatro categorias ocupacionais comparadas com a posição dos servidores públicos sobre a opinião relativa à globalização, qualquer que seja a forma de medi-la. Diferenças significativas aparecem apenas na opinião sobre livre comércio. Todas as categorias profissionais são mais liberalizantes do que a dos servidores públicos. Quando a variável dependente capta a opinião a respeito do impacto do livre comércio sobre a vida do indivíduo (*ALC-vida*), os que não participam do mercado de trabalho (Não- PEA) têm atitudes mais positivas¹⁵. A *Idade* não tem qualquer efeito sobre as preferências.

Finalmente, constatamos que ter informação e interesse por questões internacionais tem efeito positivo sobre apoio à abertura econômica para o exterior em todos os modelos (variável *IPI*, Gráfico 5), embora seja estatisticamente significativo apenas no caso do apoio autointeressado ao livre comércio.

Na Tabela A1 do Apêndice A, estão os resultados completos das estimações dos modelos *lineares*, em que dividimos as amostras em PII e PDD. Além disso, nos Gráficos A1, A2, A3, A4 e A5, (Apêndice A), apresentamos os efeitos preditivos de cada variável independente, respectivamente, *voto em 2014*, *identificação partidária*, *idade*, *ideologia* e *ocupação*.

Conclusão

Nossos dados indicam a existência de significativo apoio no público brasileiro à integração da economia nacional aos mercados globais. Essa afirmação vale para a abertura

¹³ Os resultados para *Partido* e *Voto* não estão no Gráfico 5, mas na Tabela A1 e nos Gráficos A1 e A2 no Apêndice A.

¹⁴ Os resultados para *Ocupação* e *Idade* não estão no Gráfico 5, mas na Tabela A1 e A2, no Apêndice A.

¹⁵ Em todas as análises, unificamos as categorias funcionário do setor privado e empresário, pois os resultados são semelhantes nos modelos em que estimamos as duas categorias em separado. Dessa forma, para simplificar a exposição dos dados, unificamo-las numa mesma categoria.

ao exterior vista do prisma tanto do livre comércio quanto da globalização. Eles corroboram levantamentos anteriores feitos pelo Ibope (1990), Datafolha (1995), Latinobarômetro (1996), Baker (2003, 2010) e projeto “O Brasil, as Américas e o mundo” (2010).

A constatação pura e simples de que os brasileiros são favoráveis à maior integração da economia nacional ao mercado global não representa novidade. No entanto, é bastante notável que essa atitude tenha se mantido ao longo de quase três décadas, durante as quais houve variação no contexto econômico e no debate sobre os estilos de desenvolvimento desejáveis e possíveis.

Ademais, nossos resultados contribuem para os estudos sobre a formação de preferência individual em temas de economia política, ao mostrar que não encontramos evidências que corroborem as previsões de modelos consagrados, como o de Heckscher-Ohlin (H-O). O caso brasileiro é interessante por permitir uma separação clara dos efeitos previstos da educação em termos da tolerância ao estrangeiro e dos efeitos no mercado de trabalho, o que não ocorre nos países desenvolvidos, onde ambas as explicações apontam que os mais educados seriam mais propensos a atitudes favoráveis à integração econômica. No caso analisado, a escolaridade não possui efeitos relevantes e consistentes sobre a propensão do indivíduo a uma visão positiva da integração à economia internacional. Os grupos detentores de maior capital humano – o fator escasso no modelo H-O para o caso do Brasil – não são consistentemente mais protecionistas que os menos qualificados – fator abundante na economia brasileira.

Encontramos evidências mais consistentes no que diz respeito às explicações que analisam os efeitos da propensão ao consumo de importados sobre as atitudes pró-liberalização econômica. De fato, a renda individual – *proxy* da propensão do indivíduo a consumir – está associada a atitudes positivas em relação à economia internacional. Nossos achados indicam que pessoas do estrato C de renda são mais propensas a atitudes positivas em face do livre comércio e que os indivíduos dos estratos A, B e C possuem maior propensão a encarar positivamente a globalização. Esses resultados são compatíveis com as explicações baseadas na lógica do consumidor, uma vez que essa hipótese indica que os indivíduos mais propensos a comprar produtos importados seriam mais favoráveis ao livre comércio e à globalização.

Acreditamos que o fato de o Brasil ser pouco integrado à economia internacional em comparação com países de mesmo perfil é fator que pode gerar uma situação ambígua no processo de formulação das preferências do brasileiro. Isso porque o contexto brasileiro torna o respondente menos sensível às potenciais transformações que a integração da economia nacional aos mercados globais pode provocar no mercado de trabalho. E, ao mesmo tempo, o deixa mais exposto aos efeitos que a proteção econômica provoca no aumento do custo de produtos importados, principalmente com a maior exposição às informações dos mercados internacionais pelo fácil acesso às empresas de comércio eletrônico de outros países. Atualmente, não seria exagero classificar a economia brasileira

como relativamente fechada, se comparada à dos países emergentes ou membros da OCDE¹⁶.

Por conseguinte, o brasileiro, na condição de consumidor, tenderia a ver positivamente a integração econômica, por perceber o ônus do protecionismo em termos de preços mais altos, qualidade inferior e pouca diversificação de bens acessíveis. Ao mesmo tempo, não estaria exposto de maneira significativamente clara aos possíveis efeitos negativos e positivos da abertura da economia para o mercado de trabalho, o emprego e a distribuição dos ganhos.

Tratamos de separar os efeitos de variáveis que medem o autointeresse de maneira mais direta dos efeitos de variáveis que captam percepções dos efeitos mais abrangentes da globalização e do livre comércio. Os resultados confirmam que existem diferenças de atitude quando a pergunta trata das duas situações. Tanto num caso quanto no outro, as variáveis que medem valores e ideologia têm efeitos significativos, embora sejam mais fortes quando se trata das consequências mais gerais da globalização e do livre comércio.

Nossas evidências também indicam que a posição ideológica à direita está associada à maior aceitação da integração econômica, assim como o nacionalismo aumenta a probabilidade de uma visão mais negativa. Por último, mas não menos importante, os resultados confirmam que as mulheres são mais protecionistas que os homens. No entanto, há indicações de que esses efeitos estão concentrados na população com maior interesse e informação sobre as relações internacionais. Não há diferenças entre homens e mulheres não informados ou não interessados em questões internacionais. Tal resultado joga luz sobre o debate dos mecanismos que explicam a existência de diferença de opinião segundo o sexo, tema que requer aprofundamento tanto teórico quanto empírico.

São muitos os desafios na agenda de pesquisa sobre a formação de preferências individuais em relação à globalização econômica. Ainda não estão claros os mecanismos causais específicos que explicariam as correlações encontradas neste artigo, assim como os meios pelos quais os indivíduos adquirem e processam informação sobre temas de comércio internacional. Além disso, não sabemos quanto a capacidade de compreensão individual dos efeitos pouco intuitivos do livre comércio sobre a vida das pessoas pode afetar os resultados. Estudos futuros devem aprofundar a análise das interações entre as explicações econômicas e ideacionais, destrinchar os mecanismos causais principais, assim como descobrir quanto o nível de informação fática sobre os efeitos do comércio pode afetar as correlações mais fundamentais.

¹⁶ De acordo com Kume (2017), o Brasil possui a 14ª maior tarifa média (13,5%) entre os 134 países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a 8ª maior em relação a produtos industrializados (14,1%) – a média mundial de tarifa aplicada é 3%, ao passo que no Brasil é 10%. Entre os 10% mais protegidos nesse setor, estão: Argentina, Brasil, Djibuti, Camarões, República Africana Central, Chade, Gabão, Zimbábue, Gâmbia, Bangladesh, Venezuela, Zâmbia, Tunísia e Paquistão.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M., et al. *O Brasil, as Américas e o mundo segundo a opinião do público e dos líderes*. São Paulo: Cebrap, 2010.
- _____. *O Brasil, as Américas e o mundo segundo a opinião do público e dos líderes*. São Paulo: Cebrap, 2014.
- _____. *O Brasil, as Américas e o mundo segundo a opinião do público*. São Paulo: Cebrap, 2019.
- ARDANAZ, M.; MURILLO, M. V.; PINTO, P. M. "Sensitivity to issue framing on trade policy preferences: evidence from a survey experiment". *International Organization*, vol. 67, nº 2, p. 411-437, abr. 2013.
- BAKER, A. "Why is trade reform so popular in Latin America? A consumption-based theory of trade policy preferences". *World Politics*, vol. 55, nº 3, p. 423-55, 2003.
- _____. "Who wants to globalize? Consumer tastes and labor markets in a theory of trade policy beliefs". *American Journal of Political Science*, vol. 49, nº 4, p. 924-938, 2005.
- _____. *The market and the masses in Latin America: policy reform and consumption in liberalizing economies*. Cambridge; New York, NY: Cambridge University Press, 2010.
- BALISTRERI, E. J. "The performance of the Heckscher-Ohlin-Vanek Model in predicting endogenous policy forces at the individual level". *The Canadian Journal of Economics/Revue Canadienne d'Economique*, vol. 30, nº 1, p. 1-17, 1997.
- BEAULIEU, E. "Factor or industry cleavages in trade policy? An empirical analysis of the Stolper-Samuelson Theorem". *Economics & Politics*, vol. 14, nº 2, p. 99-131, 2002.
- BEAULIEU, E.; NAPIER, M. "Why are women more protectionist than men?". Manuscrito não publicado. Department of Economics, University of Calgary, 2008. Disponível em: <<http://www.uvic.ca/socialsciences/economics/assets/docs/pastdept-3/beaulieu.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2008.
- BEAULIEU, E.; YATAWARA, R. A.; WANG, W. G. "Who supports free trade in Latin America?". *The World Economy*, vol. 28, nº 7, p. 941-958, 2005.
- BEKHUIS, H.; LUBBERS, M.; VERKUYTEN, M. "How education moderates the relation between globalization and nationalist attitudes". *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 26, nº 4, p. 487-500, 2014.
- BLONIGEN, B. A. "Revisiting the evidence on trade policy preferences". *Journal of International Economics*, vol. 85, nº 1, p. 129-135, 2011.
- BOONE, W. J.; STAYER, J. R.; YALE, M. S. *Rasch analysis in the human sciences*. [s.l.] Springer Netherlands, 2014.
- BROMHEAD, A. D. "Women voters and trade protectionism in the interwar years". *Oxford Economic Papers*, vol. 70, nº 1, p. 22-46, 2018.
- BURGOON, B.; HISCOX, M. J. "The mysterious case of female protectionism: gender bias in the attitudes and politics of international trade". In: American Political Science Association, Chicago, IL. Set. 2-5. 2004.
- _____. "The gender divides over international trade: why do men and women have different views about openness to the world economy?", 2008. Manuscrito não publicado. Department of Government, Harvard University. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Brian_Burgoon/publication/228432050_The_Gender_Divide_ov>

er_International_Trade_Why_Do_Men_and_Women_Have_Different_Views_about_Openness_to_the_World_Economy/links/0deec51dfedd2170f5000000.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2008.

CHACHAMOVICH, E. "Teoria de resposta ao item: aplicação do modelo Rasch em desenvolvimento e validação de instrumentos em saúde mental". Tese de doutorado. Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CHIANG, C.-F.; LIU, J.-T.; WEN, T.-W. "Individual preferences for trade partners in Taiwan". *Economics & Politics*, vol. 25, nº 1, p. 91-109, 2013.

CLARO, H. G. "Validação dos instrumentos avaliação global das necessidades individuais – inicial e de rastreio rápido". Tese de Doutorado em Cuidados em Saúde. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DATAFOLHA, Avaliação Fernando Henrique Cardoso (6 meses), junho de 1995, Brasil. In: CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública, Banco de Dados, Pesquisa nº 432. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/1486>. Acesso em: 1 jan. 2020.

DEUTSCHMANN, E.; MINKUS, L. "Swinging leftward: public opinion on economic and political integration in Latin America, 1997-2010". *Latin American Research Review*, vol. 53, p. 38-56, 2018.

DI GIUSEPPE, M.; KLEINBERG, K. B. "Economics, security, and individual-level preferences for trade agreements". *International Interactions*, vol. 45, nº 2, p. 289-315, 2018.

DROPE, J.; CHOWDHURY, A. "The puzzle of heterogeneity in support for free trade". *Business and Politics*, vol. 16, nº 3, p. 453-479, out. 2014.

FATTORE, C.; FITZPATRICK, B. "Perceived inequality and support for trade liberalization in Latin America". *Journal of International Trade Law and Policy*, vol. 15, nº 2-3, p. 102-114, 2016.

FORDHAM, B. O.; KLEINBERG, K. B. "How can economic interests influence support for free trade?". *International Organization*, vol. 66, nº 2, p. 311-328, abr. 2012.

GUISINGER, A. "Determining trade policy: do voters hold politicians accountable?". *International Organization*, vol. 63, nº 3, p. 533-557, 2009.

HAINMUELLER, J.; HISCOX, M. J. "Learning to love globalization: education and individual attitudes toward international trade". *International Organization*, vol. 60, nº 2, p. 469-498, abr. 2006.

HERRMANN, R. K.; TETLOCK, P. E.; DIASCRO, M. N. "How Americans think about trade: reconciling conflicts among money, power, and principles". *International Studies Quarterly*, vol. 45, nº 2, p. 191-218, 2001.

HICKS, R.; MILNER, H. V.; TINGLEY, D. "Trade policy, economic interests, and party politics in a developing country: the political economy of Cafta-DR". *International Studies Quarterly*, vol. 58, nº 1, p. 106-117, 2014.

HISCOX, M. J. "Through a glass and darkly: attitudes toward international trade and the curious effects of issue framing". *International Organization*, vol. 60, nº 3, p. 755-780, 2006.

HUMPHREYS, L. G.; MONTANELLI JR., R. G. "An investigation of the parallel analysis criterion for determining the number of common factors". *Multivariate Behavioral Research*, vol. 10, nº 2, p. 193-205, 1975.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos e administrativos, Brasil, agosto de 1990. In: CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública, Banco de Dados, Pesquisa nº 229. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/474>. Acesso em: 1 jan. 2020.

JÄKEL, I. C.; SMOLKA, M. "Individual attitudes towards trade: Stolper-Samuelson revisited". *Open Economies Review*, vol. 24, nº 4, p. 731-761, 2013.

_____. "Trade policy preferences and factor abundance". *Journal of International Economics*, vol. 106, p. 1-19, 2017.

KAGITANI, K.; HARIMAYA, K. "Who fears or favors globalization? Evidence from individual-level survey data in Japan". *International Economics*, vol. 156, p. 61-76, 2017.

KALTENTHALER, K. C.; GELLENY, R. D.; CECCOLI, S. J. "Explaining citizen support for trade liberalization". *International Studies Quarterly*, vol. 48, nº 4, p. 829-852, 2004.

KALTENTHALER, K.; MILLER, W. J. "Social psychology and public support for trade liberalization". *International Studies Quarterly*, vol. 57, nº 4, p. 784-790, 2013.

KUME, H. "Avaliação e reformulação da estrutura tarifária no Brasil" (online). Iepe/CdG, 2017. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/artigos/avaliacao-e-reformulacao-da-estrutura-tarifaria-no-brasil/>>. Acesso em: 1 jan. 2019.

KUO, J.; NAOI, M. Individual attitudes. In: MARTIN, L. (ed.). *The Oxford handbook of the political economy of international trade*, p. 99-118. Oxford University Press, USA, maio 2015.

LAKE, D. A.; LINDSEY, D. *Moral foundations and individual-level foreign policy preferences*. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2013.

LATINOBARÓMETRO, 1996. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 1 jan. 2020.

MANSFIELD, E. D.; MUTZ, D. C. "Support for free trade: self-interest, sociotropic politics, and out-group anxiety". *International Organization*, vol. 63, nº 3, p. 425-457, jul. 2009.

MANSFIELD, E. D.; MUTZ, D. C.; SILVER, L. R. "Men, women, trade, and free markets". *International Studies Quarterly*, vol. 59, nº 2, p. 303-315, 2015.

MAYDA, A. M.; RODRIK, D. "Why are some people (and countries) more protectionist than others?". *European Economic Review*, vol. 49, nº 6, p. 1.393-1.430, 2005.

MERINO, M.; VARGAS, D. "How consumers perceive globalization: a multilevel approach". *Journal of Business Research*, vol. 66, nº 3, p. 431-438, 2013.

NAOI, M.; KUME, I. "Workers or consumers? A survey experiment on the duality of citizens' interests in the politics of trade". *Comparative Political Studies*, vol. 48, nº 10, p. 1.293-1.317, 2015.

NAOI, M.; URATA, S. "Free trade agreements and domestic politics: the case of the trans-pacific partnership agreement". *Asian Economic Policy Review*, vol. 8, nº 2, p. 326-349, 2013.

ONG, A. D.; DULMEN, M. H. M. V. *Oxford handbook of methods in positive psychology*. [s.l.] Oxford University Press, 2006.

O'ROURKE, K. H.; SINNOTT, R. "The determinants of individual attitudes towards immigration". *European Journal of Political Economy*, vol. 22, nº 4, p. 838-861, 2006.

PEREIRA, J. C. R. *Bioestatística em outras palavras*. São Paulo: Edusp, 2010.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2018.

RATHBUN, B. C.; KERTZER, J. D.; PARADIS, M. "Homo diplomaticus: mixed-method evidence of variation in strategic rationality". *International Organization*, vol. 71, nº S1, p. S33-S60, abr. 2017.

RHO, S.; TOMZ, M. "Industry, self-interest, and individual preferences over trade policy". Working paper R&R, 2015.

_____. "Why don't trade preferences reflect economic self-interest?". *International Organization*, vol. 71, nº S1, p. S85-S108, abr. 2017.

SABET, S. *What's in a name?* Isolating the effect of prejudice on individual trade references. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2013.

SCHEVE, K. F.; SLAUGHTER, M. J. "What determines individual trade-policy preferences?". *Journal of International Economics*, vol. 54, nº 2, p. 267-292, 2001.

SPIPKER, G.; BERNAUER, T.; UMAÑA, V. "Selecting partner countries for preferential trade agreements: experimental evidence from Costa Rica, Nicaragua, and Vietnam". *International Studies Quarterly*, vol. 60, nº 4, p. 706-718, 2016.

_____. "What kinds of trade liberalization agreements do people in developing countries want?". *International Interactions*, vol. 44, nº 3, p. 510-536, 2018.

TAVAKOL, M.; DENNICK, R. "Making sense of Cronbach's alpha". *International Journal of Medical Education*, vol. 2, p. 53-55, 2011.

ZELLER, R. A.; CARMINES, E. G. *Measurement in the social sciences: the link between theory and data*. [s.l.] CUP Archive, 1980.

Apêndice A - Outros resultados

Tabela A1
Resultados completos dos modelos estimados com OLS para toda a amostra, para os não informados ou não interessados (PDD) e para os informados e interessados (PII)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
	ALC-vida	ALC-vida (PDD)	ALC-vida (PII)	ALC-I	ALC-I (PDD)	ALC-I (PII)	AG-vida	AG-vida (PDD)	AG-vida (PII)	AG-I	AG-I (PDD)	AG-I (PII)
IPI (1-PII)	0.127 (0.049)*			0.127 (0.201)			0.060 (0.053)			0.420 (0.284)		
<i>Idade (0: 16 a 29 anos)</i>												
De 30 a 39 anos	0.023 (0.055)	-0.021 (0.066)	0.156 (0.100)	0.135 (0.224)	-0.074 (0.258)	0.784 (0.458)§	0.002 (0.059)	-0.016 (0.070)	0.054 (0.109)	0.436 (0.317)	0.566 (0.375)	0.062 (0.604)
De 40 a 49 anos	0.036 (0.059)	0.035 (0.071)	0.064 (0.111)	0.285 (0.241)	0.254 (0.277)	0.510 (0.508)	-0.002 (0.064)	0.021 (0.075)	-0.075 (0.121)	0.597 (0.341)§	0.722 (0.402)§	0.040 (0.671)
De 50 a 59 anos	-0.018 (0.068)	-0.038 (0.083)	0.046 (0.115)	0.429 (0.275)	0.237 (0.327)	0.906 (0.528)§	-0.075 (0.073)	-0.082 (0.089)	-0.130 (0.126)	0.505 (0.389)	0.430 (0.474)	0.204 (0.697)
Mais de 60 anos	-0.140 (0.075)§	-0.166 (0.088)§	-0.060 (0.144)	-0.359 (0.303)	-0.703 (0.344)*	0.912 (0.657)	-0.295 (0.080)* **	-0.299 (0.094)* *	-0.323 (0.157)*	-0.617 (0.430)	-0.584 (0.500)	-0.840 (0.868)
<i>Escolaridade (0: Até 5º ano Ensino Fundamental)</i>												
Ens. Fund. (do 6º ao 9º ano)	0.027 (0.064)	0.024 (0.070)	0.005 (0.206)	-0.296 (0.260)	-0.377 (0.275)	-0.266 (0.942)	-0.032 (0.069)	-0.038 (0.075)	0.105 (0.225)	-0.059 (0.369)	-0.167 (0.400)	0.477 (1.243)
Ensino Médio	0.036 (0.061)	0.023 (0.069)	0.075 (0.184)	-0.757 (0.249)* *	-0.874 (0.269)* *	-0.365 (0.843)	0.079 (0.066)	0.070 (0.073)	0.166 (0.201)	0.768 (0.352)* *	0.835 (0.391)*	0.123 (1.113)
Superior	0.074	0.065	0.120	-0.826	-1.011	-0.117	0.158	0.082	0.348	0.846	0.801	0.518

Incompleto	(0.094)	(0.129)	(0.200)	(0.383)*	(0.505)*	(0.915)	(0.101)	(0.137)	(0.218)	(0.542)	(0.733)	(1.207)
Renda (0: até 1 SM)												
De 1 a 2 SMs	0.086 (0.051)§	0.104 (0.060)§	0.038 (0.099)	-0.209 (0.206)	-0.225 (0.234)	-0.021 (0.452)	0.096 (0.054)§	0.123 (0.064)§	-0.016 (0.108)	-0.047 (0.291)	-0.025 (0.339)	-0.124 (0.596)
De mais de 2 a 5 SMs	0.187 (0.065)**	0.268 (0.080)* **	-0.027 (0.116)	0.319 (0.266)	0.619 (0.314)*	-0.280 (0.529)	0.129 (0.070)§	0.124 (0.085)	0.159 (0.126)	0.398 (0.376)	0.210 (0.455)	0.953 (0.699)
Ocupação (0: setor público)												
Setor Privado	0.100 (0.088)	0.114 (0.119)	0.071 (0.125)	0.744 (0.357)*	0.559 (0.466)	1.086 (0.572)§	0.058 (0.094)	0.011 (0.127)	0.163 (0.136)	-0.119 (0.506)	-0.390 (0.676)	0.280 (0.755)
Profissional Liberal	0.141 (0.089)	0.138 (0.118)	0.142 (0.134)	0.680 (0.360)§	0.420 (0.460)	1.222 (0.613)*	0.042 (0.095)	-0.018 (0.125)	0.214 (0.146)	-0.177 (0.509)	-0.546 (0.667)	0.692 (0.809)
Desempregado	0.046 (0.110)	0.070 (0.139)	-0.049 (0.195)	0.934 (0.446)*	0.782 (0.543)	1.129 (0.891)	-0.067 (0.118)	-0.125 (0.148)	0.100 (0.213)	-0.763 (0.632)	-1.154 (0.788)	0.266 (1.177)
Não Ocupado (Não-PEA)	0.222 (0.094)*	0.228 (0.123)§	0.176 (0.148)	1.150 (0.382)* *	0.929 (0.483)§	1.612 (0.675)*	0.086 (0.101)	0.054 (0.131)	0.161 (0.161)	-0.106 (0.541)	-0.430 (0.701)	0.736 (0.891)
Partido (0: Sem partido)												
PSDB	-0.021 (0.067)	-0.010 (0.082)	-0.054 (0.112)	0.160 (0.271)	0.384 (0.323)	-0.337 (0.514)	0.008 (0.072)	0.115 (0.088)	-0.242 (0.123)*	0.119 (0.384)	0.575 (0.468)	-0.933 (0.679)
PT	0.049 (0.059)	0.049 (0.071)	0.040 (0.110)	0.374 (0.241)	0.275 (0.278)	0.754 (0.504)	0.118 (0.064)§	0.126 (0.075)§	0.157 (0.120)	0.359 (0.341)	0.482 (0.403)	0.379 (0.666)
PMDB	0.059 (0.085)	0.070 (0.099)	0.056 (0.188)	0.654 (0.346)§	0.716 (0.386)§	0.688 (0.861)	0.132 (0.091)	0.152 (0.105)	0.098 (0.206)	0.635 (0.490)	0.698 (0.561)	1.029 (1.137)
Outros	-0.026 (0.073)	-0.010 (0.089)	-0.106 (0.126)	0.329 (0.296)	0.397 (0.349)	0.069 (0.574)	-0.003 (0.078)	0.056 (0.095)	-0.166 (0.137)	-0.359 (0.419)	0.018 (0.506)	-1.255 (0.757)§
NS/NR	-0.061 (0.103)	-0.004 (0.119)	-0.440 (0.219)*	-0.062 (0.418)	0.293 (0.466)	-1.783 (1.000)§	-0.019 (0.110)	0.020 (0.127)	-0.028 (0.239)	-0.443 (0.591)	-0.314 (0.676)	-0.162 (1.320)
Voto 2014 (0: PT)												
PSDB	-0.062 (0.063)	-0.118 (0.077)	0.069 (0.111)	-0.161 (0.255)	-0.436 (0.300)	0.599 (0.508)	0.049 (0.067)	-0.002 (0.082)	0.217 (0.121)§	-0.022 (0.361)	-0.330 (0.435)	1.010 (0.670)
PMDB	-0.053 (0.060)	-0.008 (0.070)	-0.254 (0.120)*	0.061 (0.243)	0.089 (0.273)	-0.131 (0.550)	0.059 (0.064)	0.047 (0.074)	0.145 (0.131)	-0.040 (0.344)	-0.189 (0.397)	0.678 (0.726)
NS/NR	-0.135 (0.090)	-0.149 (0.105)	-0.254 (0.190)	-0.062 (0.366)	-0.430 (0.410)	0.554 (0.866)	-0.085 (0.096)	-0.202 (0.112)§	0.462 (0.207)*	-0.354 (0.518)	-0.683 (0.596)	1.606 (1.144)
Outro partido	-0.185 (0.093)*	-0.243 (0.114)*	-0.025 (0.161)	-0.769 (0.376)*	-1.040 (0.446)*	-0.032 (0.734)	0.015 (0.099)	0.003 (0.121)	0.138 (0.175)	0.344 (0.532)	0.217 (0.647)	1.099 (0.970)
Sexo (1: Masculino)	0.118 (0.042)**	0.081 (0.051)	0.198 (0.075)* *	0.491 (0.170)* *	0.326 (0.198)	0.810 (0.343)*	0.130 (0.045)* *	0.091 (0.054)§	0.259 (0.082)* *	0.516 (0.241) *	0.475 (0.287)§	0.713 (0.453)
Ideologia (0: Esquerda)												
Centro	-0.051 (0.068)	-0.094 (0.088)	0.040 (0.107)	-0.017 (0.277)	-0.358 (0.342)	0.672 (0.489)	0.079 (0.073)	0.063 (0.093)	0.081 (0.117)	0.517 (0.393)	0.386 (0.497)	0.572 (0.646)
Direita	0.043 (0.065)	0.016 (0.081)	0.088 (0.105)	0.592 (0.262)*	0.474 (0.318)	0.723 (0.480)	0.189 (0.069)* *	0.158 (0.087)§	0.274 (0.115)*	1.128 (0.371) **	1.019 (0.462)*	1.099 (0.634)§
NS/NR	-0.018 (0.076)	-0.053 (0.092)	0.152 (0.153)	0.277 (0.310)	0.145 (0.360)	0.955 (0.702)	0.121 (0.082)	0.099 (0.098)	0.199 (0.168)	0.544 (0.439)	0.281 (0.522)	1.796 (0.926)§
Nacionalism o Cultural	0.098 (0.041)*	0.117 (0.048)*	0.031 (0.078)	0.630 (0.164)* **	0.698 (0.187)* **	0.348 (0.354)	0.116 (0.043)* *	0.140 (0.051)* *	0.042 (0.085)	0.804 (0.233) ***	0.846 (0.272)* *	0.554 (0.468)
Nacionalism o Estrangeiro	0.137 (0.043)**	0.130 (0.051)*	0.144 (0.085)§	0.596 (0.176)* **	0.613 (0.199)* *	0.325 (0.389)	0.101 (0.046)*	0.073 (0.054)	0.197 (0.093)*	0.923 (0.249) ***	0.831 (0.288)* *	1.178 (0.514)*
ACP	-0.163 (0.043)** *	-0.150 (0.051)* *	-0.210 (0.080)* *	-0.886 (0.173)* **	-0.835 (0.198)* **	-1.084 (0.368)* *	-0.223 (0.046)* **	-0.190 (0.054)* **	-0.354 (0.088)* **	-1.335 (0.246) ***	-1.230 (0.288)* **	-1.735 (0.486)* **
Constante	-0.085 (0.153)	-0.037 (0.190)	-0.009 (0.312)	-0.283 (0.621)	0.348 (0.745)	-1.334 (1.428)	-0.103 (0.164)	0.003 (0.203)	-0.464 (0.341)	-0.112 (0.880)	0.377 (1.081)	-0.473 (1.885)
R ²	0.07	0.06	0.11	0.07	0.09	0.11	0.08	0.07	0.15	0.09	0.09	0.11
N	1861	1400	461	1861	1400	461	1861	1400	461	1861	1400	461

Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014).

Erros-padrão entre parênteses. § p. < 0.1; * p. < 0.05; **p. < 0.01; ***p. < 0.001.

Tabela A2
Resultados completos dos modelos estimados com OLS e OLOGIT
para toda a amostra – Variáveis dependentes de autointeresse

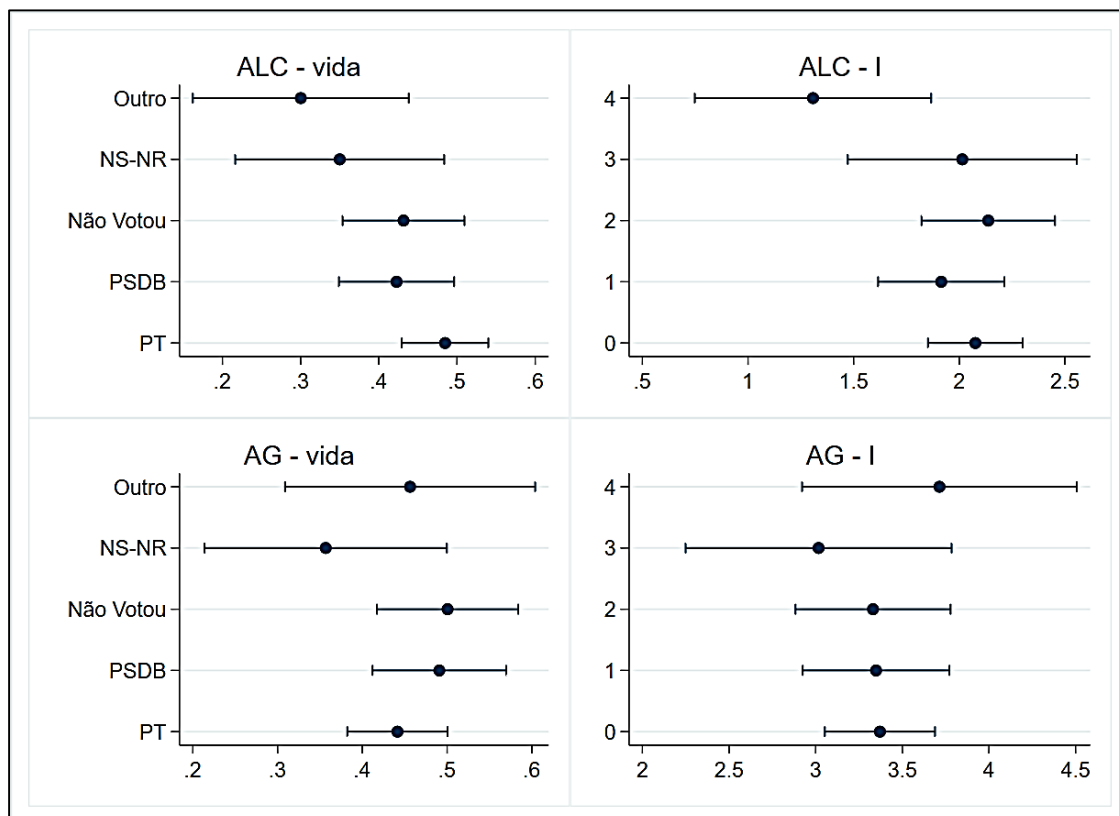
	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS	OLOGIT	OLS	OLOGIT
	ALC-vida		AG-vida	
IPI (1: PII; 0: PDD)	0.127 (0.049)*	0.382 (0.138)**	0.060 (0.053)	0.087 (0.116)
<i>Idade (0: 16 a 29 anos)</i>				
30 a 39 anos	0.023 (0.055)	0.075 (0.148)	0.002 (0.059)	0.064 (0.130)
40 a 49 anos	0.036 (0.059)	0.054 (0.156)	-0.002 (0.064)	0.082 (0.141)
50 a 59 anos	-0.018 (0.068)	-0.041 (0.179)	-0.075 (0.073)	-0.095 (0.160)
Mais de 60 anos	-0.140 (0.075)§	-0.369 (0.192)§	-0.295 (0.080)***	-0.573 (0.173)***
<i>Escolaridade (0: Até 5º ano do Ensino Fundamental)</i>				
Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	0.027 (0.064)	0.070 (0.163)	-0.032 (0.069)	-0.065 (0.149)
Ensino Médio	0.036 (0.061)	0.103 (0.157)	0.079 (0.066)	0.200 (0.144)
Superior Incompleto	0.074 (0.094)	0.179 (0.253)	0.158 (0.101)	0.431 (0.224)§
Superior Completo	0.168 (0.096)§	0.436 (0.262)§	0.114 (0.103)	0.359 (0.227)
<i>Renda (0: até 1 SM)</i>				
De 1 a 2 SMs (salários mínimos)	0.086 (0.051)§	0.208 (0.132)	0.096 (0.054)§	0.149 (0.117)
De mais de 2 a 5 SMs	0.187 (0.065)**	0.499 (0.180)**	0.129 (0.070)§	0.263 (0.155)§
Mais de 5 SMs	0.068 (0.112)	0.180 (0.313)	0.356 (0.120)**	0.840 (0.266)**
<i>Ocupação (0: setor público)</i>				
Setor Privado	0.100 (0.088)	0.279 (0.234)	0.058 (0.094)	0.222 (0.206)
Profissional Liberal	0.141 (0.089)	0.432 (0.236)§	0.042 (0.095)	0.157 (0.207)
Desempregado	0.046 -0.110	0.152 -0.283	-0.067 -0.118	-0.077 -0.258
Não Ocupado (Não-PEA)	0.222 (0.094)*	0.609 (0.249)*	0.086 (0.101)	0.251 (0.221)
<i>Partido (0: Sem partido)</i>				
PSDB	-0.021 (0.067)	-0.020 (0.175)	0.008 (0.072)	0.075 (0.155)
PT	0.049 (0.059)	0.156 (0.154)	0.118 (0.064)§	0.286 (0.136)*
PMDB	0.059 (0.085)	0.187 (0.223)	0.132 (0.091)	0.320 (0.197)
Outros	-0.026 (0.073)	-0.012 (0.190)	-0.003 (0.078)	0.013 (0.169)
Não Soube /Não Respondeu	-0.061 (0.103)	-0.152 (0.252)	-0.019 (0.110)	-0.049 (0.237)



<i>Voto 2014 (0: PT)</i>				
PSDB	-0.062 (0.063)	-0.165 (0.166)	0.049 (0.067)	0.087 (0.146)
PMDB	-0.053 (0.060)	-0.111 (0.156)	0.059 (0.064)	0.115 (0.138)
Não Soube /Não Respondeu	-0.135 (0.090)	-0.285 (0.223)	-0.085 (0.096)	-0.158 (0.209)
Outro partido	-0.185 (0.093)*	-0.454 (0.238)§	0.015 (0.099)	0.058 (0.219)
Sexo (1: Masculino; 0:Feminino)	0.118 (0.042)**	0.334 (0.110)**	0.130 (0.045)**	0.336 (0.098)***
<i>Ideologia (0: Esquerda)</i>				
Centro	-0.051 (0.068)	-0.122 (0.183)	0.079 (0.073)	0.137 (0.161)
Direita	0.043 (0.065)	0.109 (0.174)	0.189 (0.069)**	0.450 (0.153)**
Não Soube /Não Respondeu	-0.018 (0.076)	-0.089 (0.198)	0.121 (0.082)	0.248 (0.177)
Nacionalismo Cultural	0.098 (0.041)*	0.253 (0.106)*	0.116 (0.043)**	0.295 (0.094)**
Nacionalismo em relação ao Estrangeiro	0.137 (0.043)**	0.350 (0.110)**	0.101 (0.046)*	0.211 (0.100)*
ACP	-0.163 (0.043)***	-0.401 (0.110)***	-0.223 (0.046)***	-0.485 (0.100)***
Constante para colunas 1 e 3 e cut1 para colunas 2 e 4	-0.085 (0.153)	0.117 (0.398)	-0.103 (0.164)	-2.436 (0.383)***
cut2		0.718 (0.399)§		-0.417 (0.359)
cut3		1861.000		1.123 (0.360)**
cut4				4.070 (0.374)***
N	1,861	1,861	1,861	1,861

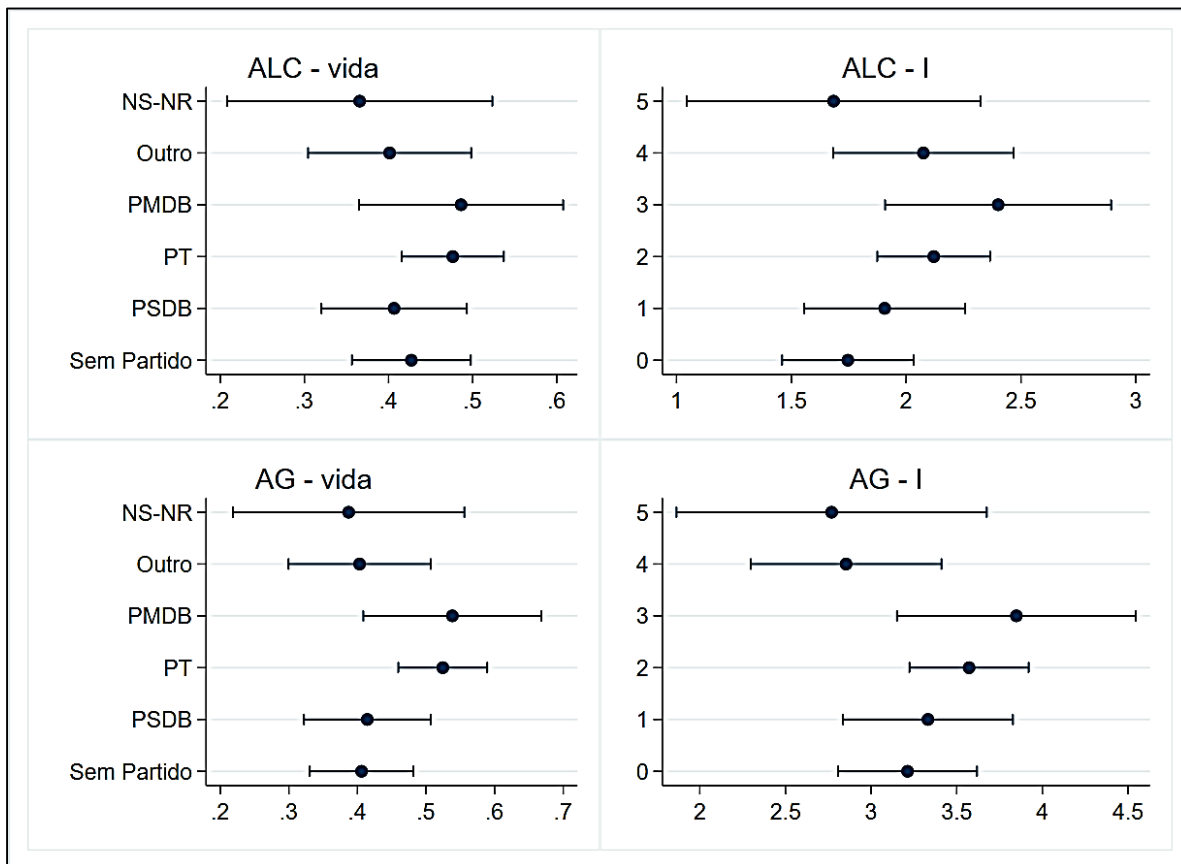
Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014). Erros-padrão entre parênteses. § p. < 0.1; * p. < 0.05; **p. < 0.01; ***p. < 0.001.

Gráfico A1
Predições do efeito do Voto nas Eleições de 2014 sobre Integração Econômica



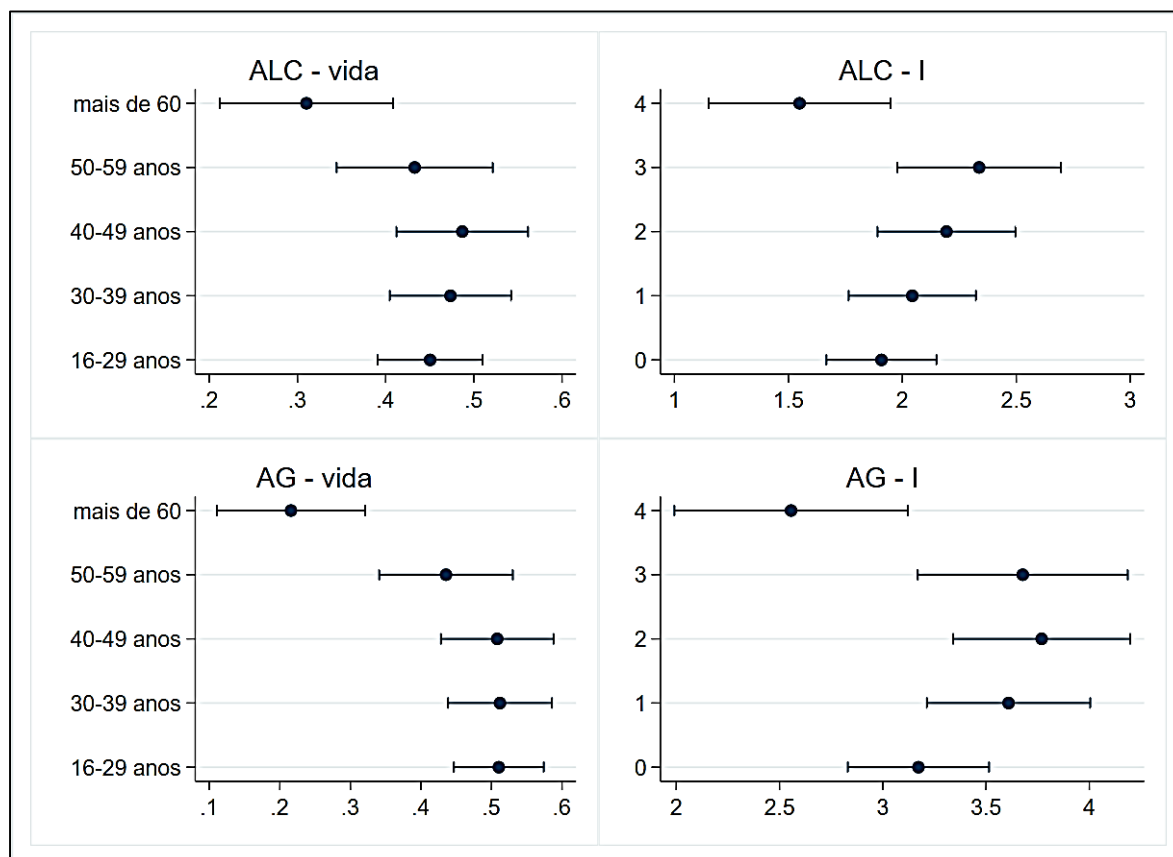
Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014). Em todos os gráficos apresentamos as predições lineares dos modelos completos estimados nas colunas (1), (4), (7) e (10) da Tabela A1. Outras variáveis foram fixadas na média. IC – 90%.

Gráfico A2
Predições do efeito de *Identificação Partidária* sobre *Integração Econômica*



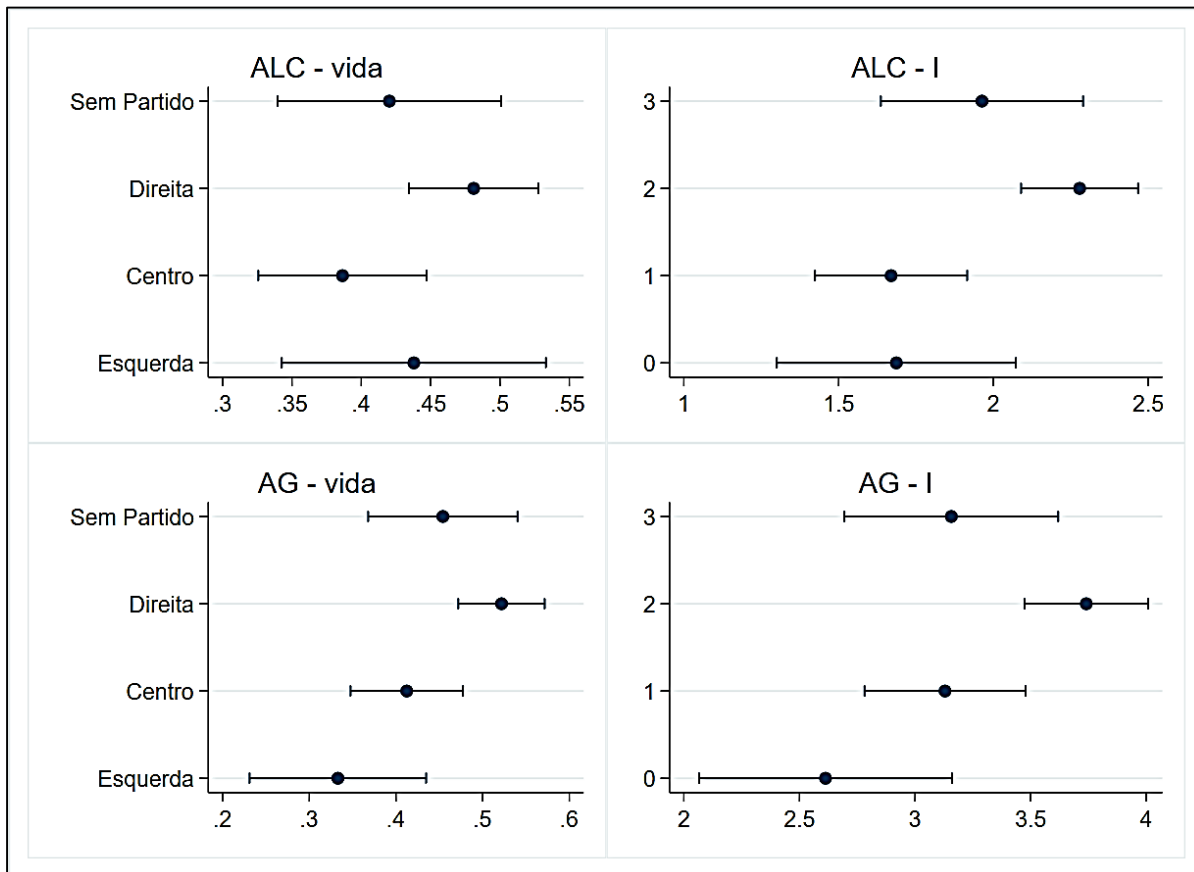
Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014). Em todos os gráficos, apresentamos as predições lineares dos modelos completos estimados nas colunas (1), (4), (7) e (10) da Tabela A1. Outras variáveis foram fixadas na média. IC – 90%.

Gráfico A3
Predições do efeito de Idade sobre Integração Econômica



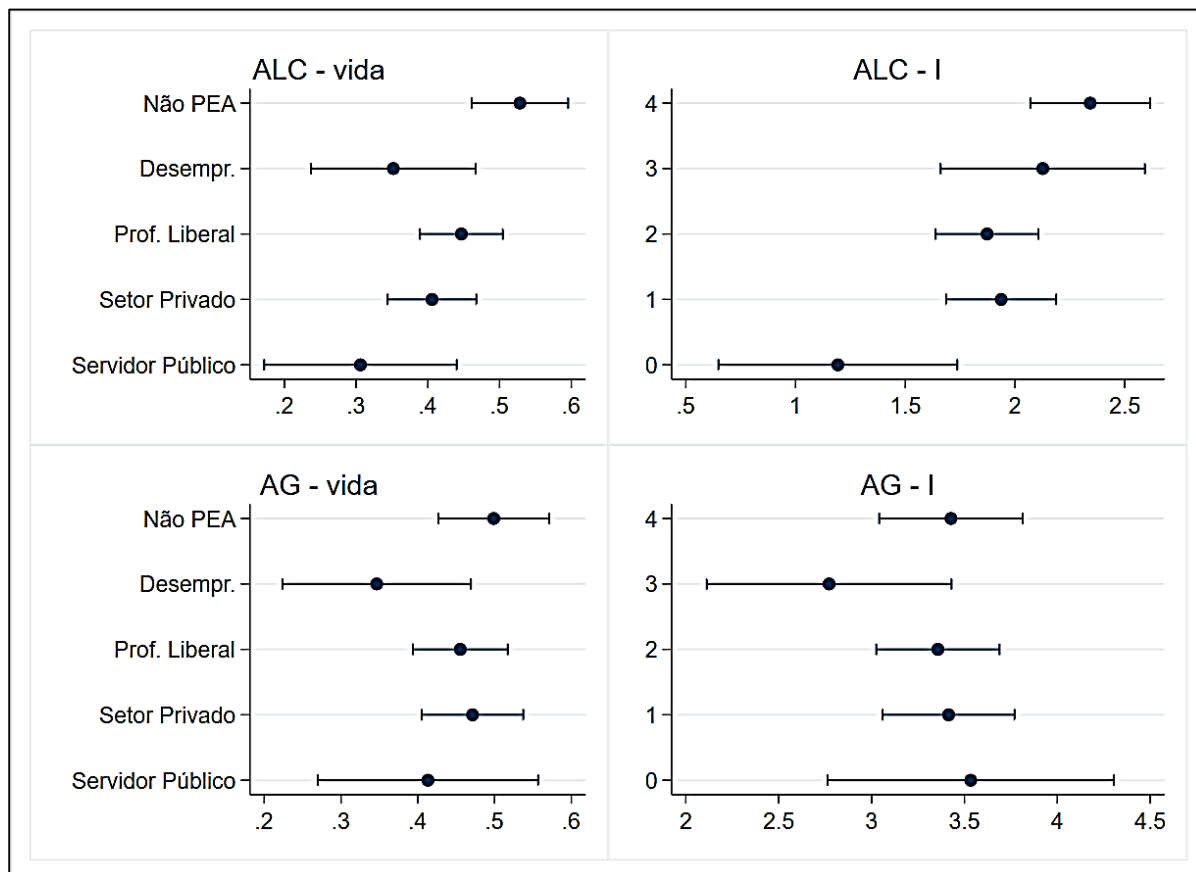
Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014). Em todos os gráficos, apresentamos as predições lineares dos modelos completos estimados nas colunas (1), (4), (7) e (10) da Tabela A1. Outras variáveis foram fixadas na média. IC – 90%.

Gráfico A4
Predições do efeito de *Ideologia* sobre *Integração Econômica*



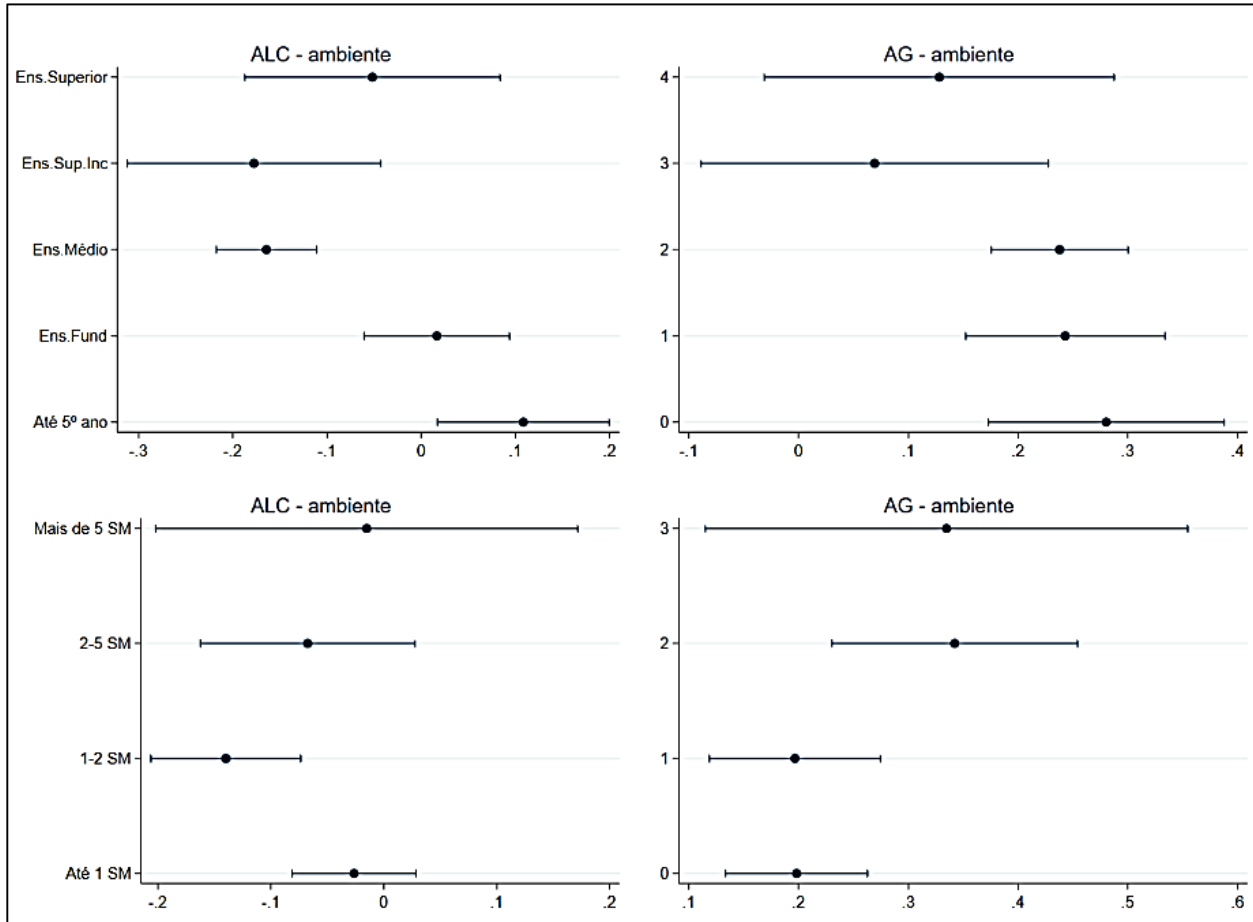
Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto "Brasil, as Américas e o mundo" (Almeida et al., 2014). Em todos os gráficos, apresentamos as predições lineares dos modelos completos estimados nas colunas (1), (4), (7) e (10) da Tabela A1. Outras variáveis foram fixadas na média. IC – 90%.

Gráfico A5
Predições do efeito de Ocupação sobre Integração Econômica



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014). Em todos os gráficos, apresentamos as predições lineares dos modelos completos estimados nas colunas (1), (4), (7) e (10) da Tabela A1. Outras variáveis foram fixadas na média. IC – 90%.

Gráfico A6
Predições do efeito de Educação e Renda sobre o apoio à
Integração Econômica na dimensão Meio Ambiente



Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014).

Em todos os gráficos, apresentamos as predições lineares dos modelos completos estimados tendo como variável dependente apenas a pergunta sobre os efeitos do livre comércio e da globalização sobre o meio ambiente. Outras variáveis foram fixadas na média. IC – 90%.

Apêndice B

Confiabilidade e validade das escalas de globalização e livre comércio

Um elemento importante do presente artigo é a qualidade das escalas utilizadas para mensurar as atitudes dos indivíduos sobre a globalização e o livre comércio. Para isso, fizemos alguns testes para verificar a confiabilidade e validade dessas escalas. Adotamos procedimentos estatísticos tradicionais utilizados na psicometria para a mensuração do comportamento humano: o alfa de Cronbach e o modelo de Rasch (Claro, 2015)

O procedimento de verificação da consistência entre os itens de uma escala de mensuração é o alfa de Cronbach. Quando os itens correlacionados medem comportamentos que estão associados, pode-se dizer que há consistência entre eles na escala. Itens que medem coisas pouco ou nada correlacionadas com o restante dos itens da escala diminuem o coeficiente alfa de Cronbach – e no resultado da análise é possível verificar quais são eles –, o que pode sugerir sua remoção da escala, a fim de obter uma melhor consistência interna (Zeller e Carmines, 1980).

Os índices de consistência interna variam teoricamente entre 0,00 (nenhuma covariação) e 1,00 (perfeita covariação); portanto, quanto mais alto o valor do coeficiente de consistência interna, mais consistente é a medida (Polit e Beck, 2018). Embora existam diversas críticas à mensuração da consistência interna por esse método, a medida é francamente utilizada, sobretudo nas áreas de saúde e psicologia, uma vez que facilmente aponta itens divergentes do restante da escala (Ong e Dulmen, 2006).

Para mensurar a validade da escala, isto é, se ela mede aquilo que deveria medir, optamos pelo tradicional modelo de Rasch (Pereira, 2010). Idealizado para uso na área da educação e da avaliação de conhecimento baseado no paradigma da Teoria da Resposta ao Item, o modelo de Rasch leva em conta a análise tanto da dificuldade de responder ao item quanto da habilidade do sujeito da pesquisa.

Para mensurar as propriedades do instrumento utilizando o modelo de Rasch, tem-se como variável dependente a probabilidade de acerto de um item para cada pessoa. O acerto equivale a responder positivamente a um item de acordo com uma maior quantidade da característica (*trait*) que está sendo mensurada. Em nosso caso, o acerto em uma escala que mensura a propensão ao apoio à integração da economia nacional aos mercados globais é dado como uma resposta positiva (o entrevistado possui a atitude mensurada pelo item)¹⁷. Uma pessoa mais severa – no caso, mais propensa à integração – possuirá mais respostas positivas do que uma pessoa menos severa. Dessa forma, o modelo de Rasch analisa se a escala é de fato capaz de detectar mais severidade nas pessoas mais severas e menor severidade nas pessoas menos severas.

As variáveis independentes são o traço de habilidade do sujeito (Φ) – quanto o indivíduo possui das características, no presente caso, quão mais severa é sua propensão à integração – e o nível de dificuldade do item parâmetro (δ) – a palavra mais indicada seria *raridade*: itens raros seriam respondidos positivamente apenas por usuários mais severos, da mesma forma que questões mais difíceis de uma prova têm respostas acertadas por indivíduos mais inteligentes (Chachamovich, 2007).

O modelo de Rasch, assim, é um método prescritivo, por meio do qual é possível verificar se a escala testada atende às condições necessárias e suficientes para a mensuração fundamental desejada. O objetivo é alcançar um bom ajuste dos dados ao modelo que, por definição, atende aos requisitos necessários para a mensuração fundamental. Assim, as escalas que atendem aos requisitos do modelo de Rasch são adequadas para a mensuração da variável latente (Boone, Staver e Yale, 2014).

Por fim, antes e após a aplicação do modelo de Rasch, foram realizadas Análises de Componente Principal para verificar se o pressuposto da unidimensionalidade exigido para a aplicação do modelo é

¹⁷ O termo acerto é bastante utilizado na Teoria de Resposta ao Item, pois muitos de seus procedimentos foram criados para a análise da qualidade de testes educacionais.

atendida pelos dados. Unidimensionalidade é a avaliação, pelo conjunto de itens, de uma única dimensão latente. Para tal, analisamos em um primeiro momento os escores brutos das escalas para verificar a existência de uma variável latente mensurada pela mesma e, em seguida, os resíduos do modelo de Rasch, a fim de verificar se existe alguma outra variável secundária após a remoção de variância do fator latente.

Resultados sobre confiabilidade (alfa de Cronbach) e validade (modelo de Rasch)

Foram entrevistados 1.881 sujeitos. Para a análise dos dados das escalas de globalização e livre comércio não houve respostas *missings*. As respostas Não Sei e Não Quero Responder foram consideradas neutras. Como pode ser observado na Tabela B1, o índice de consistência interna das duas escalas é superior a 0,7, podendo ambas serem consideradas confiáveis. Por meio de análise item a item, verificou-se que não há nenhum item a ser eliminado que aumentaria o coeficiente alfa da escala caso fosse excluído. Dessa forma, todos os itens são adequados para as escalas. Alguns autores indicam que o valor desejável do alfa de Cronbach deve estar entre 0,7 e 0,9. Escalas com alfa inferior a 0,7 são inconsistentes e escalas com alfa superior a 0,9 são redundantes, indicando que alguns itens são desnecessários e poderiam ser retirados em busca de uma escala mais parcimoniosa (Claro, 2015; Tavakol e Dennick, 2011).

Tabela B1
Análise descritiva e alfa de Cronbach das escalas de
globalização e livre comércio

Escala	Média	Variância	Desvio-padrão	Nº itens	Alfa de Cronbach	IC 95%
LC	2	11,47	3.39	6	0,737c	0,718 - 0,755
GLOB	3,85	28,2	5.32	8	0,864c	0,854 - 0,873
Análise item a item						
Livre comércio			Globalização			
Item	Média com exclusão †	Alfa com exclusão‡	Item	Média com exclusão†	Alfa com exclusão‡	
globeconbrasileira	3,27	0,851	lcmeioambiente	2,06	0,726	
globempbrasileiras	3,22	0,847	lcecobrasileira	1,62	0,686	
globconsumidores	3,32	0,840	lcvida	1,56	0,695	
globempregos	3,34	0,864	lcempresasbrasileiras	1,68	0,713	
globambiente	3,66	0,864	lcagricultura	1,53	0,693	
globtrabalhista	3,45	0,844	lcatrabalho	1,54	0,687	
globvida	3,39	0,84				
globgeracoes	3,3	0,841				

Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014).

Nota: †Média da escala se o item for excluído. ‡Alfa de Cronbach se o item for excluído.

Para a análise do modelo de Rasch, optamos por transformar as variáveis em 0 e 1. Indicamos como 0 as respostas neutras ou negativas e como 1 as respostas positivas. Após a recategorização, procedeu-se à análise fatorial de cada escala. A análise exploratória foi feita por meio da análise de

componentes principais com rotação varimax. Em ambos os casos, a análise fatorial exploratória indica uma solução de apenas um fator.

Modelo de Rasch: globalização

Na escala de globalização, as primeiras três unidades de variância (*eigenvalues*) são de 4,1, 0,8 e 0,7, sendo o primeiro fator responsável por 51% da variância de toda a escala, o segundo por apenas 10% e o terceiro por 8%, o que indica que existe uma solução de um único fator. Antes e após a rotação varimax, todos os itens apresentaram carga fatorial (*loadings*) superior a 0,6 com o primeiro fator. Comprovada a unidimensionalidade de cada uma das escalas, procedemos à análise com a verificação da adequabilidade dos dados ao modelo de Rasch. Apresentamos na Tabela B2 os dados da análise de *Rasch* por itens para a escala de globalização.

Os valores de *mean square* de *Infit* e *Outfit* indicam que todos os itens são aceitáveis pelo modelo de *Rasch*, e todos os itens estão entre 0,8 e 1,3. Os melhores níveis para a mensuração são os mais próximos de 1. Entre 0 e 0,5 são considerados improdutivos para a mensuração, embora não a prejudiquem, e de 0,5 a 1,5 são considerados ótimos. De 1,5 a 2 são considerados improdutivos para a mensuração, embora não a prejudiquem. Caso o *Infit* ou o *Outfit* apresente valor acima de 2, considera-se que o item distorce a mensuração (Boone, Staver e Yale, 2014). Nos casos em que o *mean square* para *Infit* e *Outfit* é superior a 2, é feita a análise do teste de aleatoriedade do *mean square* (ZSTD). Quando o valor do ZSTD é também superior a 2, conclui-se que o resultado não é aleatório, e o item de fato prejudica a mensuração. Nenhum item da escala de globalização possui *Infit* ou *Outfit* para o *mean square* acima de 2.

Tabela B2
Análise do modelo de Rasch da escala de globalização

Item	Parâmetros			Média		ZSTD			
	%	Severidade	X ²	df	p-valor	Outfit	Infit	Outfit	Infit
globambiente	48	0,80	1620,6	1224	0,00	1,3	1,2	6,4	7,7
globtrabalhista	54	0,33	1032,8	1224	1,00	0,8	0,9	-4,0	-3,4
globvida	56	0,19	1127,3	1224	0,98	0,9	0,9	-2,0	-2,7
glogeracoes	61	-0,16	1050,8	1224	1,00	0,9	0,9	-3,3	-3,2
globconsumidores	61	-0,18	1215,7	1224	0,56	1,0	1,0	-0,2	0,3
globempregos	62	-0,21	1032,9	1224	1,00	0,8	0,9	-3,6	-3,5
globeconbrasileira	62	-0,25	1324,1	1224	0,02	1,1	1,0	1,7	1,5
globempbrasileiras	66	-0,52	1216,4	1224	0,56	1,0	1,0	-0,1	0,7

Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (Almeida et al., 2014).

Finalmente, a análise de componentes principais dos resíduos não apresenta indícios de que haja outra dimensão na escala, o que confirma sua unidimensionalidade, pois a variação da dimensão latente foi extraída pelo modelo de Rasch. O primeiro componente dos resíduos responde por apenas 1,42 unidade de variância, enquadrando-se no limite de 1,9 sugerido pela literatura de *Rasch*, seguido de outros componentes com 1,34 e 1,26 unidade de variância, cada um correspondendo,

respectivamente, a 18%, 17% e 16% da variância – ou seja, não existe uma dimensão a ser detectada pela análise fatorial (Humphreys e Montanelli Jr., 1975).

Modelo de Rasch: livre comércio

Na escala de livre comércio, as primeiras três unidades de variância (*eigenvalues*) são de 4,7, 0,81 e 0,77, sendo o primeiro fator responsável por 45% da variância de toda a escala, o segundo por apenas 14% e o terceiro por 13%, o que indica que existe uma solução de um único fator para os dados. Antes e após a rotação varimax, quase todos os itens apresentaram carga fatorial (*loadings*) superior a 0,6 com o primeiro fator. Apenas o item *livre comércio – meio ambiente* apresentou fator inferior. Comprovada a unidimensionalidade de cada uma das escalas, procedemos à análise com a verificação da adequabilidade dos dados ao modelo de Rasch. Apresentamos na Tabela B3 os dados da análise de Rasch por itens para a escala de livre comércio. Os valores de *mean square* de *Infit* e *Outfit* indicam que todos os itens são aceitáveis pelo modelo de Rasch, pois todos estão entre 0,8 e 1,1.

Tabela B3
Análise do modelo de Rasch da escala de livre comércio

Item		Severidade	Parâmetros			Média		ZSTD	
			X2	df	p-valor	Outfit	Infit	Outfit	Infit
lcmeioambiente	39	1,34	1491,4	1335	0,00	1,1	1,1	2,1	2,9
lcempresasbrasileiras	60	0,05	1394,1	1335	0,13	1,0	1,0	1,2	1,7
lcecobrasileira	63	-0,13	1143,6	1335	1,00	0,9	0,9	-3,9	-3,9
lcvida	66	-0,36	1235,1	1335	0,98	0,9	0,9	-1,8	-2,1
lcagricultura	67	-0,44	1159,1	1335	1,00	0,9	0,9	-3,1	-2,2
lctrabalho	67	-0,45	1120,8	1335	1,00	0,8	0,9	-3,8	-2,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto “Brasil, as Américas e o Mundo” (Almeida et al., 2014).

Finalmente, a análise de componentes principais dos resíduos não apresenta indícios de que haja outra dimensão na escala, o que confirma sua unidimensionalidade, pois a variação da dimensão latente foi extraída pelo modelo de Rasch. O primeiro componente dos resíduos responde por apenas 1,4 unidade de variância, seguido de outros componentes com 1,3 e 1,2 unidades de variância, cada um correspondendo, respectivamente, a 23%, 21% e 20% da variância – ou seja, não existe uma dimensão a ser detectada pela análise fatorial.

Abstract

Money or ideology? Determinants of individual-level attitudes towards globalization and free-trade in Brazil

In this paper, we seek to explain the determinants of individual-level attitudes of Brazilians towards free-trade. We use national survey data collected by the project “O Brasil, as Américas e o mundo” and show that Brazilians support open trade. We argue that individual attitudes are guided by economic interests, ideational factors, and political values. The low exposure of the Brazilian economy to international competition seems to contribute to favorable opinions about access to imported goods.

Ideological preferences, in turn, filter these perceptions regardless of the individual's economic conditions. Overall, our results are similar to the findings of a broad literature on trade-policy preference in developed countries.

Keywords: public opinion; political behavior; globalization; international political economy; free trade preferences

Resumen

¿El bolsillo o la ideología? Determinantes de la opinión de brasileños sobre globalización y libre comercio

El artículo analiza los determinantes de las opiniones de los brasileños sobre la integración de la economía brasileña en los mercados globales, analizando los datos de encuesta, con una muestra nacional, realizada en el ámbito del proyecto "Brasil, las Américas y el mundo". Demostramos que los brasileños, en gran medida, son a favor de la apertura internacional de nuestra economía y que sus actitudes están guiadas tanto por motivaciones económicas como por ideas y valores políticos. La baja exposición de la economía brasileña a la competencia externa parece contribuir a la existencia de opiniones a favor de un mayor acceso a los bienes importados. La posición ideológica, a su vez, actúa como un filtro para estas percepciones independientemente de las condiciones económicas de los individuos. Así, la evidencia indica que la posición del individuo como consumidor, su ideología política y sus puntos de vista nacionalistas influyen en sus puntos de vista sobre la globalización y el libre comercio. Los resultados confirman estudios previos sobre el mismo tema realizados en países en desarrollo.

Palabras clave: opinión pública; comportamiento político; globalización; comercio internacional; economía política internacional

Résumé

La poche ou l'idéologie? Déterminants de l'opinion de les brésiliens sur la mondialisation et le libre-échange

L'article traite des déterminants des opinions brésiliennes sur l'intégration de l'économie brésilienne dans les marchés mondiaux, nous analysons les données d'enquête, avec un échantillon national, réalisée dans le cadre du projet "Brésil, les Amériques et le monde". Nous montrons que les Brésiliens, dans une large mesure, sont favorables à l'ouverture internationale de notre économie et que leurs attitudes sont guidées par des motivations économiques et par des idées et des valeurs politiques. La faible exposition de l'économie brésilienne à la concurrence extérieure semble contribuer à l'existence d'opinions en faveur d'un meilleur accès aux biens importés. La position idéologique, à son tour, agit comme un filtre pour ces perceptions quelles que soient les conditions économiques des individus. Ainsi, les preuves indiquent que la position de l'individu en tant que consommateur, son idéologie politique et ses opinions nationalistes influencent ses opinions sur la mondialisation et le libre-échange. Les résultats confirment des études antérieures sur le même sujet menées dans des pays en développement.

Mots-clés: opinion publique; comportement politique; mondialisation; commerce international; économie politique internationale

Artigo submetido à publicação em 2 de março de 2020.

Versão final aprovada em 3 de maio de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



A construção de vínculos político-territoriais na cidade: evidências de São Paulo

Telma Hoyer¹ 

Lucas Gelape² 

Graziele Silotto³ 

Os legislativos municipais têm sido interpretados por meio de uma transposição teórico-argumentativa do cenário federal, tendo projetos de lei e o padrão de distribuição de votos como focos empíricos privilegiados para testar a hipótese distributivista. Porém, essas são *proxies* imperfeitas para testar a existência da atuação territorial de vereadores. Para investigar o tema, introduzimos de forma inédita a análise das indicações parlamentares em São Paulo, bem como seu estudo a partir de uma abordagem multimétodos, incluindo entrevistas em profundidade, observação participante e teste de hipótese de autocorrelação espacial local. Argumentamos que a atuação territorial de vereadores ocorre por meio de uma estrutura capilarizada de *brokers*, que alimenta e constrói vínculos ao longo de todo o mandato. Nada disso é capturável pelos métodos tradicionais que tratam do tema.

Palavras-chave: *brokers*; vereadores; vínculo territorial; indicações parlamentares; legislativo municipal

Introdução⁴

O que fazem vereadores durante os três anos não eleitorais de seu mandato? Quem compõe um mandato parlamentar? Projetos de lei estão mesmo entre as prioridades de vereadores? Eles atuam de maneira territorializada ou procuram dispersar-se pela cidade e promover políticas difusas? De que maneira criam vínculos com os eleitores e quais

¹ Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política. São Paulo (SP), Brasil.
E-mail: <telmahoyer@gmail.com>.

² Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, São Paulo (SP), Brasil.
E-mail: <lgelape@gmail.com>.

³ Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, São Paulo (SP), Brasil.
E-mail: <grazielesilotto@gmail.com>.

⁴ Os autores agradecem a Andréa Freitas, Jonathan Phillips, Eduardo Marques e Glauco Peres da Silva pelos comentários e sugestões recebidos em versões preliminares deste artigo, ao Centro de Estudos da Metrópole (Fapesp; processo número 2013/07616-7) pelo apoio institucional que nos possibilitou a conclusão do georreferenciamento e da categorização das indicações, e aos pareceristas anônimos da revista *Opinião Pública* pelos comentários e sugestões que resultaram na versão final. Agradecemos ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio (processo número 2017/05910-6) e à Capes e ao CNPq (processos número 140736/2017-4 e 169056/2018-0) pelas bolsas concedidas. Aprimoramentos necessários e eventuais equívocos são de nossa inteira responsabilidade.

estratégias adotam para isso? Como sua atuação se relaciona à governança da cidade como um todo? Essas são algumas perguntas de uma agenda de pesquisa pouquíssimo explorada. Em parte, ela permanece inexplorada porque, além de raramente estudado, o funcionamento dos legislativos municipais tem sido interpretado à luz do caminho que a literatura de ciência política traçou para o cenário federal, como se a dinâmica local reproduzisse em miniatura processos que ocorrem naquele plano.

A literatura tem tradicionalmente abordado o tema da atuação dos vereadores por meio da análise de projetos de lei e do resultado eleitoral, associando votações médias dispersas dos eleitos (Gelape, 2017; Kinzo, Borin e Martins Jr., 2003) e destinação majoritária de projetos de lei previamente categorizados como “temáticos ou não particularizáveis” à ausência do trabalho territorial (Caetano, 2005; Silva, 2014). Essas pesquisas procuram questionar a hipótese distributivista, questão que orientou o debate sobre o Congresso Nacional brasileiro no final da década de 1990 e início da de 2000. Partindo dessa transposição teórico-argumentativa e com base nessa metodologia, grande parcela dos trabalhos tem concluído, então, pela refutação de que vereadores direcionam suas ações a clientelas específicas. Tais pesquisas estão, evidentemente, concentradas no debate sobre os incentivos que as regras eleitorais e as instituições formais dos parlamentos geram sobre o comportamento dos parlamentares. Mas teriam esses modelos incluído todas as variáveis relevantes? Em outros termos: se ampliarmos o escopo das variáveis para outras instituições/instrumentos/interesses desses atores e mudarmos a metodologia para um conjunto de métodos que nos permita enxergar a realidade de uma forma mais abrangente, as conclusões serão as mesmas?

Caminha paralelamente a esse debate, pela abordagem norte-americana da *rational choice*, a discussão sobre clientelismo. Focada no efeito da distribuição de políticas sobre voto, essa literatura tem argumentado pela existência de padrões clientelistas na distribuição de políticas, em especial em países da África e da América Latina. Esses são continentes bastante privilegiados nas análises, uma vez que está nos pressupostos desse debate que o fenômeno seria uma característica de países pobres. Embora desconsidere todo o avanço teórico sobre como políticas públicas são implementadas e tenha forte viés normativo, essa literatura avançou na introdução de *brokers* como atores políticos que conectam eleitos e eleitores.

De um lado, temos, então, uma importante parcela do debate sobre instituições eleitorais e legislativas questionando a tese da proximidade entre eleitores e eleitos. De outro, a discussão sobre clientelismo postula a existência dessa proximidade. E, no meio, as perguntas que dão início a este artigo permanecem intocadas. Parece-nos haver, portanto, uma lacuna teórica a ser enfrentada por meio de novas formas de investigação empírica.

Evidentemente, uma agenda de pesquisa não se resolve com um ou poucos artigos, mas é nessa direção que procuramos avançar. Em termos *macroanalíticos*, este artigo aponta novos caminhos na investigação que a ciência política faz sobre legislativos

municipais de grandes cidades. Em termos *mesoanalíticos*, procuramos mostrar como a atuação dos vereadores e a relação que criam com o eleitorado ocorrem por intermédio de *brokers* e, em termos *microanalíticos*, apresentamos como *brokers* operam por meio do instrumento das indicações parlamentares. Nosso argumento geral é que as relações entre os vereadores e os eleitores são mediadas pelos *brokers*, e que a atuação destes é territorialmente localizada, de forma que eles constroem vínculos político-territoriais com os eleitores no espaço urbano. Indicação parlamentar é um instrumento que possibilita a construção desses vínculos a depender de como é mobilizado e nos permite olhar para além tanto do momento eleitoral quanto dos projetos de lei.

O artigo está estruturado em três partes principais, além desta breve introdução e das “Considerações finais”: a primeira seção, “O que já sabemos e para onde vamos”, mergulha no percurso teórico que tem tematizado o tema dos vereadores e *brokers*; a segunda seção, “Metodologia” apresenta a metodologia multimétodo desta pesquisa e a base inédita de indicações parlamentares; e a terceira seção, “As indicações parlamentares na cidade de São Paulo”, mostra as evidências da pesquisa propriamente dita, ou seja, uma incursão qualitativa sobre o que são e como funcionam as indicações paulistanas a partir da atuação do *broker*, combinada com uma análise de evidências quantitativas sobre o uso e a distribuição espacial das indicações na cidade de São Paulo.

O que já sabemos e para onde vamos

A semelhança entre os níveis federal e local quanto às características de ordem institucional-legal tem sustentado o transplante automático do enquadramento teórico de um nível a outro: como o sistema eleitoral e as regras gerais de funcionamento do Legislativo são os mesmos, esperam-se também os mesmos incentivos aos parlamentares em termos da relação com o Executivo e com os eleitores. Assim, os poucos estudos dedicados a compreender a relação Executivo-Legislativo em contextos estaduais e municipais o fizeram desconsiderando, na maior parte dos casos, as especificidades das instituições, dos atores e dos processos políticos locais, permanecendo de maneira proeminente a clivagem dicotômica adaptada da discussão travada desde os anos 1990 no plano federal a respeito do impacto de nossas instituições sobre a governabilidade.

O debate é antigo e conhecido. *Grosso modo*, de um lado, somam-se pesquisas sobre o sistema de escolha dos legisladores e seu efeito paroquialista a partir de estratégias para conquistar eleitores (Ames, 1995, 2003; Mainwaring, 2001) e, de outro lado, trabalhos criticam a ausência de evidências empíricas sobre a orientação paroquialista e dedicam-se a entender o efeito dos partidos sobre o comportamento dos parlamentares no Congresso Nacional, o que garantiria a governabilidade do incumbente no Executivo e constrangeria os incentivos à agência personalista (Figueiredo e Limongi, 1999).

No âmbito municipal, do lado que enfatiza o papel personalista dos vereadores no caso paulistano, encontramos argumentos como o de Neto (2003), para quem o vereador,

assim como os parlamentares federais, não se percebe eleito para controlar o governo ou governar, de modo que sua imagem poderia ser traduzida como a de uma caricatura de assistente social com poderes especiais. Para o autor, o arcabouço institucional erguido após a Constituição de 1988, que centralizou poderes nas mãos do chefe do Executivo e dispersou o número de partidos devido à fórmula eleitoral proporcional de lista aberta, é a razão da fraqueza do parlamento e do papel clientelista e fisiológico desempenhado pelos vereadores.

De outro lado, Kinzo, Borin e Martins Jr. (2003) refutaram a hipótese distributivista ao examinar os padrões de competição eleitoral nos distritos administrativos da cidade de São Paulo a partir dos votos obtidos nas eleições de 1992, 1996 e 2000. Considerando como base eleitoral concentrada os candidatos que tiveram mais de 50% dos votos em até seis distritos contíguos, concluem que existe o predomínio de representantes com base eleitoral dispersa. Isto é, não existiria a “distritalização informal” necessária para as hipóteses distributivistas. Seguindo outra linha investigativa, mas traçando conclusões que se aproximam, Caetano (2005) buscou aplicar o modelo de análise de Figueiredo e Limongi (1999) a São Paulo ao examinar os projetos de lei aprovados entre 2001 e 2004. O autor concluiu que o Executivo possui fortes instrumentos de coordenação que propiciam não só a aprovação de suas matérias, mas uma aprovação mais rápida, e que não existe respaldo empírico para a tese da primazia das iniciativas de caráter não programático e que os vereadores focam suas ações na política social de maneira difusa. Conclusão semelhante teve Silva (2014) ao analisar as propostas de legislação encaminhadas pelos vereadores à mesa da Câmara Municipal de São Paulo no período entre 2001 e 2008. Dos 5.383 projetos analisados, apenas 1,3% foi destinado ao que ele considerou regiões específicas do município, apontando, mais uma vez, para a inexistência da conexão eleitoral, ou seja, para a rejeição da hipótese distributivista.

Diversas críticas ao modelo distributivista já foram realizadas por autores da teoria centrada nos partidos, que, por seu turno, avançou consideravelmente ao introduzir a forma como se organiza o processo decisório nos parlamentos como variável analítica fundamental. Ainda assim, ambos os lados do debate desconsideram, para a análise da relação candidato-eleitor, elementos que vão além da atividade de legislar e dos seus aspectos formais.

Pesquisas recentes têm demonstrado que o trabalho dos vereadores não se resume apenas ao processo de produção de legislação ordinária. Por meio de um *survey* realizado com 422 vereadores de 44 municípios mineiros, Rocha e Silva (2017) encontraram, por exemplo, que mais de 50% consideram que a função mais importante no exercício do mandato é resolver os problemas do município ou do bairro, contra apenas 17% que consideram em primeiro lugar a elaboração legislativa como principal atividade desempenhada pelo vereador. Ao apresentar um detalhamento da investigação da mesma

amostra⁵, Bastos (2017) obteve achado semelhante. Apenas 3,8% dos vereadores declararam que a principal forma de atender aos eleitores que os procuram é por meio da apresentação de um projeto de lei. Antes disso aparecem as indicações ou requerimentos, com 33% das respostas e, em seguida, a busca de ajuda direta com prefeito, secretários ou funcionários da prefeitura (26,4%) e o encaminhamento para órgãos competentes (18,3%). É curioso notar como ainda assim é a produção legislativa ordinária que permanece sendo objeto empírico privilegiado nas principais análises em relação a esse tema. Todo o resto das atividades é frequentemente enquadrado como “clientelismo” ou “paroquialismo”, termos que aparecem muitas vezes mais como adjetivação normativa do que como conceito.

Ao privilegiar o enfoque das instituições formais que balizam a relação entre Executivo e Legislativo no âmbito federal, o debate brasileiro acabou por desviar-se das investigações sobre como funciona, na prática, a relação territorial entre eleitor e representante e consolidou-se pela negação de tal proximidade. O exame do tema em nível federal foi feito, sobretudo, pela análise da destinação de projetos de lei (Ricci, 2006; Amorim Neto e Santos, 2003) e emendas ao orçamento público (Firpo, Ponczek e Sanfelice, 2015; Pereira e Mueller, 2003; Limongi e Figueiredo, 2005; Mesquita, 2008; Mesquita et al., 2014; Vassellai e Mignozzetti, 2014), sendo também reproduzido para a cidade de São Paulo, como vimos. De modo geral, tais testes partem do pressuposto de que, quanto mais individualizáveis e mais concentrados territorialmente forem os projetos ou emendas e quanto mais concentrados os votos dos parlamentares, mais “personalista” ou “clientelista” será o parlamentar. Com base na categorização prévia do que é considerado individualizável e concentrado, esses estudos concluem, de modo geral, que tal não é o padrão no caso brasileiro, ou seja, não há indícios nas instituições legislativas sobre o uso predominante de estratégias clientelistas dos parlamentares (a hipótese distributivista).

Enquanto a principal parcela do debate nacional refuta, portanto, a proximidade entre parlamentares e eleitores pela conexão eleitoral, o debate sobre clientelismo produzido pela *rational choice* norte-americana sobre a América Latina especifica o que entende por clientelismo de uma maneira diferente do argumento da conexão eleitoral. Ainda assim, mantém como fato consolidado que o sucesso da distribuição de políticas com vistas ao voto ocorre por uma infraestrutura organizacional de *brokers* que operam próximos aos eleitores, conectando-os aos políticos (Kitschelt, 2000; Stokes et al., 2013; Oliveros, 2016).

Brokers são caracterizados pela literatura como lideranças locais, ativistas, moradores, funcionários de partidos, líderes comunitários ou até mesmo vereadores/prefeitos que se situam entre a política institucional e os cidadãos em geral. Possuem um papel central seja na implementação de políticas, ao proporcionar o acesso

⁵ Pesquisa “Representação política no nível municipal no Brasil”, conduzida pelo Núcleo de Estudos sobre Política Local (Nepol/UFJF). Para mais informações sobre a pesquisa citada, ver Bastos (2017).

de cidadãos a determinados recursos, seja na conquista de fatias do eleitorado (Stokes et al., 2013; Novaes, 2018). Isso se dá pela construção de relações de confiança que *brokers* conseguem estabelecer com eleitores, de forma a conseguirem informações sobre suas demandas e eventualmente atendê-las em busca do voto.

Nas interpretações da ciência política, os *brokers* se fazem presentes em dois momentos. O primeiro deles é o momento eleitoral, especialmente na conquista do eleitorado em prol de determinados candidatos/políticos; ao passo que o segundo é aquele em que há atuação desses intermediários entre eleições, facilitando o acesso a serviços públicos e supostamente monitorando os representados.

O momento eleitoral é, de longe, o mais explorado pela literatura (Stokes et al., 2013; Lima, 2016; Novaes, 2018). Por meio de promessas de políticas futuras ou de compra de votos (Brusco, Nazareno e Stokes, 2004; Finan e Schechter, 2012; Nichter, 2018; Schaffer e Baker, 2015), o *broker* é quem leva aos cidadãos tudo aquilo que corresponde à esfera política formal. Esse modelo pressupõe que, em troca, os eleitores votariam em quem o *broker* apresenta como fiador da promessa, do financiamento ou da promoção da política em questão. Essa relação é identificada como *clientelista* se a “distribuição de políticas” ocorre com base em políticas não programáticas, entendidas por programáticas aquelas que possuem critérios de distribuição claros e publicizados, aplicando-se o critério da condicionalidade do voto, nos termos descritos por Stokes et al. (2013, p. 8).

Dada a sua vinculação com o conceito de clientelismo, a atuação do *broker* vem quase sempre carregada de um sentido normativamente negativo, relacionado à desvirtuação da política, que geraria, por exemplo, impactos negativos para relações de *accountability* (Gallego, Li e Wantchekon, 2018), já que o eleitor ficaria confuso sobre quem ele deve cobrar ou de quem ele deve esperar *policies* – do *broker* ou do político? Ou geraria ainda o que Stokes (2005) chamou de *accountability* perversa, em que o político exerce controle sobre o eleitor e não o contrário. Tais relações clientelistas, como criticou Hagopian (2009), seriam consideradas características de países pobres e/ou democracias emergentes, fechando um ciclo negativo que retroalimentaria os problemas políticos, sociais e econômicos dos países. De acordo com Stokes, a própria definição de clientelismo aponta para a pobreza do cliente⁶. Isso é justificado pela aversão ao risco, maior entre pobres que entre ricos; pela preferência por recompensas imediatas, em vez de políticas programáticas, que poderão nunca ser cumpridas (Kitschelt, 2000); e pelo ganho marginal na distribuição de recursos, que é maior para pobres do que para ricos (Calvo e Murillo, 2004; Kitschelt e Wilkinson, 2007; Dixit e Londregan, 1996).

Uma análise mais abrangente, menos normativa e que expande a análise da atuação dos *brokers* para além do momento eleitoral foi desenvolvida por Zarazaga (2014)

⁶ “(...) the very definition of clientelism points toward the poverty of the client. Indeed, it is impossible to survey the qualitative literature on political clientelism without concluding that it is a feature disproportionately of poor countries” (Stokes, 2005, p. 217).

e Ayuero (1999, 2000) para o caso de cidades argentinas. Nesses trabalhos, os *brokers* aparecem como atores que, em geral, residem no local em que atuam e constroem vínculos com a população pela proximidade cotidiana. Zarazaga (2014) enfatiza que a própria viabilidade da política e da governança nas cidades dependeria desses intermediadores, uma vez que é pela proximidade com os eleitores/cidadãos que eles podem intervir no poder público. O trabalho desses intermediários vai desde a construção de redes locais, nas quais os *brokers* são responsáveis por mediar a relação entre seus chefes políticos e os eleitores, passando por uma esfera de governança, na qual ajudam na entrega de serviços públicos durante todo o período de mandato e resolvem problemas de pequena escala dos moradores (como iluminação pública, poda de árvores, pontos de ônibus etc.), até a promoção da eleição de seus chefes políticos.

Zarazaga (2014) argumenta que esses atores realizam essas múltiplas tarefas porque sua eficácia (do ponto de vista do político) depende de que eles estejam sempre presentes no cotidiano local dos moradores que almejam fidelizar. São eles que resolvem pequenos problemas nos bairros/comunidades e conseguem acesso a recursos públicos, e somente na medida em que eleitores veem os retornos às suas demandas é que confiam no *broker*. E, apenas assim, eles são capazes de munir políticos de informações relevantes, em relação tanto ao aspecto eleitoral quanto à provisão de determinadas políticas públicas onde elas são necessárias.

Em comparação à abordagem da *rational choice* focada no momento eleitoral, Zarazaga aporta uma visão mais abrangente sobre as relações de *brokerage*, já que, além de provedores de votos para seus chefes políticos, tais atores são analisados também como aqueles que intervêm junto ao poder público e proveem benesses essenciais à vida cotidiana das pessoas, permitindo, assim, que o Estado chegue até elas. O que é visto como uma mera questão de “distribuição de políticas” no primeiro enfoque ganha maior complexidade pela consideração de que as políticas não estão simplesmente prontas, mas são construídas ao longo de sua implementação, como a vasta literatura sobre políticas públicas vem trabalhando desde a década de 1970 (Pressman e Wildavsky, 1973; Gun, 1978; Gun e Hogwood, 1982). A atuação dos *brokers* constrói não apenas uma estrutura que possibilita relações eleitorais, mas também estruturas relacionadas à entrega de políticas públicas aos cidadãos, uma vez que são eles que adentram lugares pouco ou até mesmo não acessados pelo Poder Executivo. Embora o autor afirme que essa atuação configura *pork barrel*, ela não seria clientelista, pois não conta com o componente discricionário para a definição de quem serão os beneficiários (a condicionalidade), baseado no suporte político individual.

Além de atribuírem normativamente o termo clientelismo aos países em desenvolvimento e de ignorarem o processo envolvido na implementação de políticas, os estudos sobre clientelismo em cidades brasileiras que partem da abordagem *rational choice* (Nichter, 2018; Frey, 2019) também têm muitas vezes feito generalizações para o Brasil com base em cidades do Nordeste agrário, ignorando as diferenças de dinâmica entre rural

e urbano, assim como características próprias do nível municipal. Ademais, não incluem de maneira estruturante os *brokers* na compreensão do fenômeno.

São poucos e ainda isolados os trabalhos existentes sobre *brokers* no caso brasileiro. As pesquisas apontam para a importância dos políticos locais como *brokers* de políticos nacionais. Ames (1995) já identificava os prefeitos como cabos eleitorais de candidatos à presidência. Barone (2014) expandiu a análise de Ames longitudinalmente e incluiu demais cargos legislativos, encontrando alguns resultados nesse sentido no caso brasileiro. Novaes (2018) se alinha a tal visão e aponta o caso dos partidos que buscam *brokers* entre pessoas localmente conhecidas, como líderes comunitários, burocratas locais, caciques ou ainda políticos locais. Lima (2016) também reforça o caso dos prefeitos como *brokers* de parlamentares, configurando o que chamou de *committed brokers*. Em suma, para essa literatura, políticos locais seriam responsáveis pela provisão de palanques eleitorais para candidatos das disputas nacionais e garantiriam votos locais aos políticos da esfera nacional. Mais uma vez, o nível local não é analisado detidamente e o momento eleitoral é o privilegiado.

O estudo de como indicações são criadas e utilizadas por meio de uma abordagem multimétodos, foco do presente artigo, traz pelo menos três vantagens: (1) leva-nos a pensar a função dos *brokers* não apenas como o elo entre o plano federal e o municipal – como eles têm sido observados no Brasil –, mas também como agentes que exercem poder conectando a si mesmos e os vereadores aos eleitores e territórios da cidade; (2) privilegia os demais três anos de mandato que não o ano eleitoral, o qual tem balizado o debate da conexão eleitoral; (3) avança no detalhamento de como essa vinculação acontece.

Em relação ao clientelismo, considerando o percurso que a literatura adotou, tal termo não poderia ter sido omitido na construção de um argumento e de uma revisão teórica que inclui poderes, parlamentares, eleitores e territórios, e por isso foi mencionado. Propomos, contudo, um passo atrás, que consiste em suspender a aplicação direta da normatividade implicada nas principais teorias em voga e iniciar um movimento dedutivo-indutivo de compreensão da construção desses vínculos. Isto é, informados pela teoria, mas sem deixar que ela limite nossa compreensão mais profunda do fenômeno. Se a existência de clientelismo puder ser derivada, por exemplo, dos critérios de entrega de uma política, será preciso então compreender como tais critérios são formados e como a política é implementada, e isso foge ao escopo deste artigo. Nosso argumento principal é que as relações entre os vereadores e os eleitores são mediadas pelos *brokers*, cuja atuação se dá por meio da construção de vínculos político-territoriais com os eleitores no espaço urbano. Indicação parlamentar é um instrumento que possibilita a construção desses vínculos e que nos permite olhar além tanto do momento eleitoral quanto dos projetos de lei.

Para mergulhar nessa tarefa, o presente artigo enfoca o município de São Paulo, tendo em vista o casamento entre a lacuna de estudos similares, a importância em compreender a dinâmica municipal de maneira detida (Marques, 2017) e a disponibilidade

de dados que permitam olhar para essa dinâmica de maneira abrangente. Os argumentos aqui presentes são potencialmente generalizáveis a outras cidades que adotem regras (sistema eleitoral), instrumentos (indicações, requerimentos e afins) e instância de poder (descentralização territorial municipal, como subprefeituras) semelhantes. Nesse sentido, embora genericamente falemos do “nível municipal”, é na dinâmica de grandes cidades brasileiras (em termos populacionais) que possivelmente encontraremos casos semelhantes. Em cidades pequenas, ainda que conte com uma equipe de assessoria, o próprio vereador consegue atender às demandas dos eleitores pessoalmente. Assim, este artigo inicia essa agenda de pesquisa para o caso paulistano por meio da exploração do uso de *indicações* pelos vereadores paulistanos. Como veremos, indicação é um *instrumento legislativo* de uso facultativo pelo qual o vereador pode demandar ações ao Executivo. Nesse sentido, somamos esforços aos recentes trabalhos que problematizam a análise de projetos de lei como principais preocupações dos vereadores (Rocha e Silva, 2017) e que utilizam informações quantitativas sobre indicações nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (D’Ávila, Cerqueira Lima e Jorge, 2014; Rangel, 2014).

Metodologia

Este artigo utiliza uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos. Para compreender o que são indicações e como são utilizadas, acompanhamos⁷, entre julho de 2018 e agosto de 2019, o cotidiano de dois *brokers* de partidos distintos (Antônio, centro-direita, e Júlio, centro-esquerda) por meio de uma observação participante (Schwartz-Shea e Majic, 2017). Além disso, para explorar a possibilidade de generalizações a partir da observação participante, triangular informações e obter uma compreensão mais aprofundada do fenômeno, realizamos entrevistas com burocratas do Executivo (4) e assessores e vereadores de diferentes partidos (14 assessores e 5 vereadores). Embora não tenhamos o objetivo de elaborar conclusões por partido, buscamos obter certa diversidade no espectro ideológico, a qual foi condicionada, pela natureza do método, à disponibilidade dos interlocutores em nos receber. Adicionalmente, a escolha dos parlamentares foi também condicionada pela atuação em territórios distintos da cidade, de maneira a minimizar os dilemas éticos para os pesquisadores. Ao longo de todo o texto, alteramos nomes, partidos, endereços, número de documentos e datas de modo a preservar nossas fontes.

Para a análise quantitativa das informações, utilizamos um banco de dados inédito construído com todas as indicações produzidas por vereadores paulistanos entre os anos de 1991 e 2012. Ao todo, esse banco de dados é composto por 92.959 observações, correspondentes a cada indicação emitida e protocolada na Câmara Municipal de São Paulo

⁷ Telma Hoyler, coautora deste artigo, realizou o acompanhamento e as entrevistas como parte de sua pesquisa doutoral, em processo de finalização.

nesse período. Para trabalharmos somente com legislaturas inteiras, este artigo restringe a análise ao período entre 1993 e 2012, abrangendo cinco legislaturas e totalizando 89.891 observações. O banco foi coletado com as seguintes informações: número, ano, ementa, órgão destinatário, motivo, endereço, administração regional destinatária, bairro, vereador autor da indicação e partido. A partir do endereço informado, utilizamos um sistema de captura automática de coordenadas a partir de endereços para georreferenciar essas indicações. Esse processo foi bem-sucedido para um total de 75.277 observações⁸, ou seja, cerca de 84% das indicações das cinco legislaturas analisadas.

Realizamos duas análises principais desses dados de indicações. Primeiramente, fizemos uma exploração da sua distribuição ao longo dos anos e das legislaturas, identificando padrões e categorizando os vereadores a partir do volume de indicações emitidas por cada um deles nesses dois intervalos de tempo diferentes. Além disso, dado o argumento de atuação territorial dos *brokers*, realizamos testes de autocorrelação espacial local (Moran Local) para investigar a existência de *clusters* de maior propositura de indicações por cada vereador (a cada legislatura).

As indicações parlamentares na cidade de São Paulo

Esta seção apresenta as evidências da pesquisa construída com base na metodologia acima explicitada. Inicialmente, descrevemos o que são as indicações e como elas tramitam entre os órgãos públicos. Em seguida, descrevemos como os vereadores as utilizam ao longo dos anos, destacando que há variação na quantidade de indicações emitidas por cada um deles. Entrando em nosso argumento principal, a subseção seguinte apresenta como elas se distribuem pelo espaço, destacando a existência de formação de *clusters* de áreas com volume alto de indicações em um contingente expressivo dos vereadores que propuseram ao menos 30 delas numa legislatura (esse recorte corresponde a 53,1% dos pares de vereador-legislatura em nosso banco de dados). Em seguida, demonstramos como as indicações nascem nos territórios e têm sua tramitação acompanhada pelos *brokers*. Por fim, esboçamos um argumento sobre como isso se relaciona ao momento eleitoral, a ser aprofundado por pesquisas futuras.

O que são e como tramitam

Indicação é um instrumento legislativo de uso facultativo pelo qual o vereador pode demandar ações ao Executivo, sem a força legal de um projeto de lei, e que não precisa ser submetido a um processo de aprovação no plenário da Câmara. Como o regimento interno da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) é bastante vago na regulamentação

⁸ A geocodificação foi realizada utilizando-se a API do Here Geocoder, a partir da busca pela combinação de endereço, bairro/subprefeitura, cidade e estado de cada indicação.

desse instrumento, limitando-se a defini-lo em um único artigo⁹, diferentes caminhos operacionais são possíveis em sua tramitação. Alguns vereadores optam por encaminhar as indicações ao poder Executivo por meio da burocracia da CMSP, enquanto outros o fazem sem registrá-las institucionalmente, mas pela atuação dos *brokers*, que entram diretamente em contato com burocratas do Executivo responsáveis por encaminhar a demanda ou resolver o problema. Muitos dos mandatos¹⁰ optam pelas duas formas, a depender do pedido em questão.

Há diferentes razões para os mandatos parlamentares operarem de uma forma ou outra. Aqueles que encaminham formalmente as indicações podem estar procurando respaldo institucional a um pedido ou, até mesmo, não ter real preocupação/interesse em resolver a demanda em questão. Isso porque a via formal implica um encaminhamento de ofícios pela burocracia, que, sem o devido acompanhamento, pode facilmente se perder ao longo dessa cadeia. Ainda assim, caso essa solicitação tenha sido formalizada, o vereador ou *broker* pode informar ao eleitorado que “o pedido foi encaminhado”, ainda que se omita da responsabilidade pela condução da questão. Um dos motivos para o envio direto das indicações ao Executivo pode estar ligado a uma tentativa de o gabinete do vereador agilizar a condução da demanda, beneficiando-se de contatos com burocratas e secretários construídos ao longo de suas carreiras.

Por meio de indicações, os parlamentares enviam sugestões na forma de ofícios de prestação de serviços específicos ao Executivo. Elas podem incluir desde questões mais pontuais de zeladoria urbana, como pavimentação, tapa-buraco, limpeza urbana, sinalização de rua e iluminação pública, até aquelas que exigem planejamento de mais longo prazo, como extensão da rede de assistência, saúde e educação. São sempre demandas de benefícios localizados, porém não individualizáveis. A partir das indicações, os vereadores esperam ser associados a benefícios tangíveis aos eleitores. Essa associação ocorre por meio de uma estrutura de *brokers* que atuam territorialmente, atores fundamentais para a compreensão da política urbana, como veremos adiante.

Somente as indicações encaminhadas ao Executivo pela burocracia da CMSP compõem a base de dados que utilizamos no presente artigo. Portanto, essa base subestima o total de indicações realizadas por vereadores paulistanos. Embora isso seja potencialmente problemático para extrair conclusões sobre o conteúdo das indicações em si, encontramos que cerca de 70% dos vereadores¹¹ em cada uma das legislaturas analisadas protocola as indicações institucionalmente via CMSP (embora não necessariamente o façam de maneira exclusiva), o que nos sugere que as afirmações desta

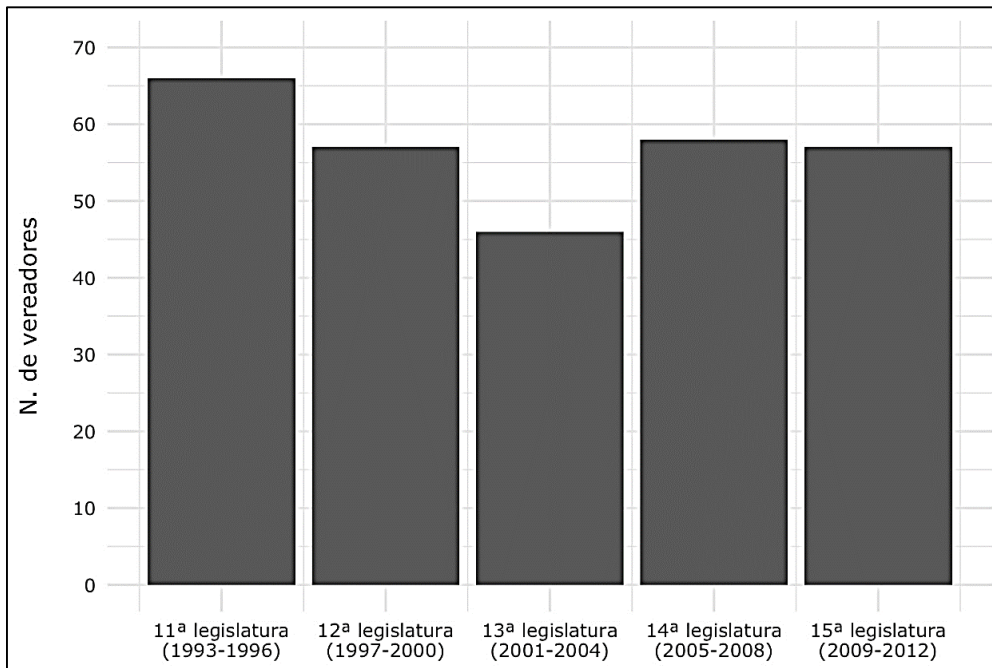
⁹ O artigo 219 da Resolução nº 2, de 26 de abril de 1991, prevê apenas que “indicação é a proposição em que o vereador sugere aos poderes competentes medidas de interesse público”.

¹⁰ Chamamos de “mandato” o projeto político e os atores que se organizam em torno de um gabinete parlamentar. Essa distinção é importante, pois há pessoas que estão no mandato, mas não estão formalmente na estrutura do gabinete. O termo é também utilizado para designar o período de quatro anos em que o vereador ocupa o cargo, mas essa diferença pode ser identificada pelo contexto da frase.

¹¹ Uma vez desconsiderados os suplentes.

pesquisa têm potencial para se aplicar à população dos vereadores. Assim, em conjunto com a análise qualitativa, essas informações nos possibilitam compreender o funcionamento da dinâmica espacial de atuação dos mandatos, ainda que não nos permitam fazer inferências quantitativas sobre todas as indicações produzidas na cidade no período analisado. No Gráfico 1, vemos o número absoluto de vereadores que formalizaram ao menos uma indicação por legislatura.

Gráfico 1
Número de vereadores que usaram indicações por legislatura



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMSP.

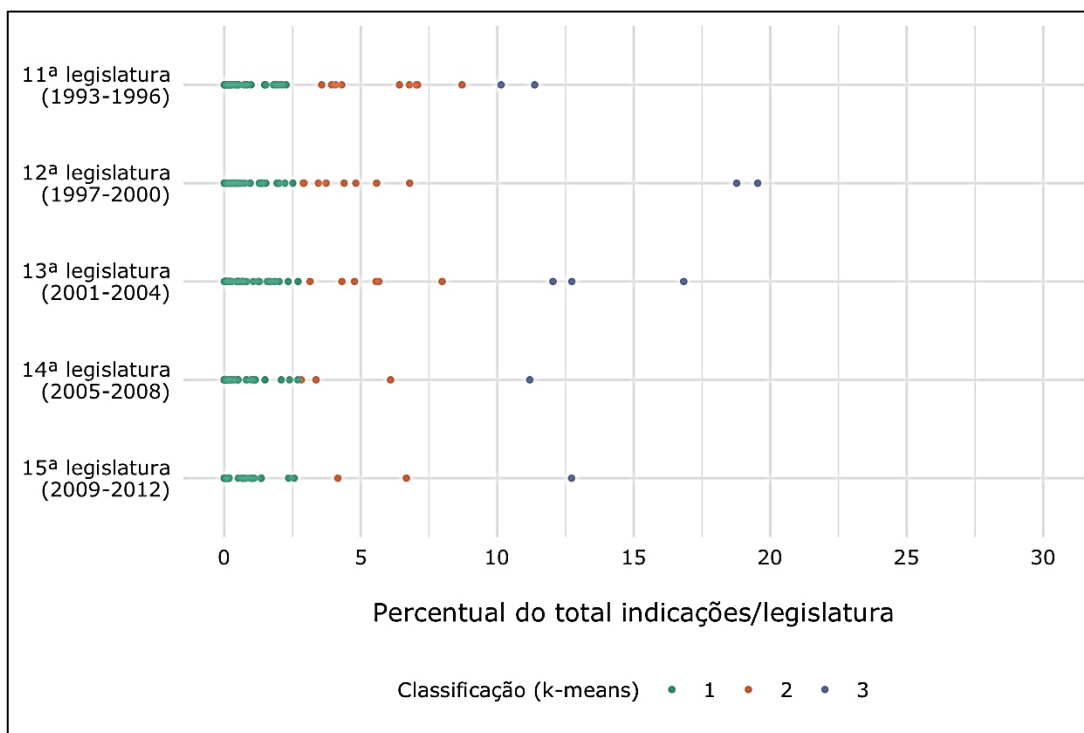
Quem utiliza

Para identificarmos padrões de utilização das indicações pelos vereadores, realizamos uma categorização por meio de um algoritmo *k-means* de clusterização (Tan et al., 2019). Essa técnica categoriza as observações de um conjunto de dados em *k* grupos, sendo *k* o número de grupos definido pelo pesquisador, por meio da proximidade de um dos *k*-centroides estabelecidos. Dessa forma, as observações mais próximas entre si são atribuídas ao mesmo grupo. Para estabelecermos o número de grupos, utilizamos a função

NbClust¹² (do pacote de mesmo nome no R), encontrando que o *melhor número de clusters* é *três*, para o número de indicações por ano ou por legislatura. Sendo assim, agrupamos as observações em três diferentes grupos.

Attila Russomanno, um dos vereadores (que será abordado mais detidamente na próxima subseção), é um forte *outlier* em relação aos demais. Nas duas legislaturas em que ele exerceu mandato, foi responsável por quase 60% do total das indicações formalizadas. Sendo assim, para nossa análise, também retiramos os *outliers* do agrupamento¹³, visto que as duas observações referentes a esse vereador compunham um dos três grupos. Com a retirada dos *outliers*, ganhamos um pouco mais de nuance entre os grupos.

Gráfico 2
Percentual do total de indicações por vereador,
agrupados de acordo com esse valor



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMSP.

¹² Essa função recorre a 30 índices identificados na literatura para indicar qual o melhor número de *clusters* para o conjunto de dados em análise (Charrad et al., 2014).

¹³ Utilizamos novamente a função NbClust do R para estimar o melhor número de *clusters* para esse novo conjunto de dados (sem os *outliers*). Mais uma vez obtivemos o número de 3. Sendo assim, as demais observações foram categorizadas em três grupos.

Podemos ver no Gráfico 2 que a maior parte dos vereadores emite poucas indicações em relação ao total e estão classificados no primeiro grupo, constituído somente por vereadores que emitiram até 2,7% do total de indicações de cada legislatura. O segundo grupo é composto por vereadores que foram responsáveis por entre 2,8% e 8,71% das indicações, enquanto o terceiro é aquele com menor número de vereadores – somente aqueles que têm entre 10,14% e 19,54% das indicações. Esses grupos nos permitem verificar que o volume de indicações feito pelos vereadores varia, mas que a maior parte deles faz poucas indicações em relação ao total.

Como indicações se distribuem no espaço

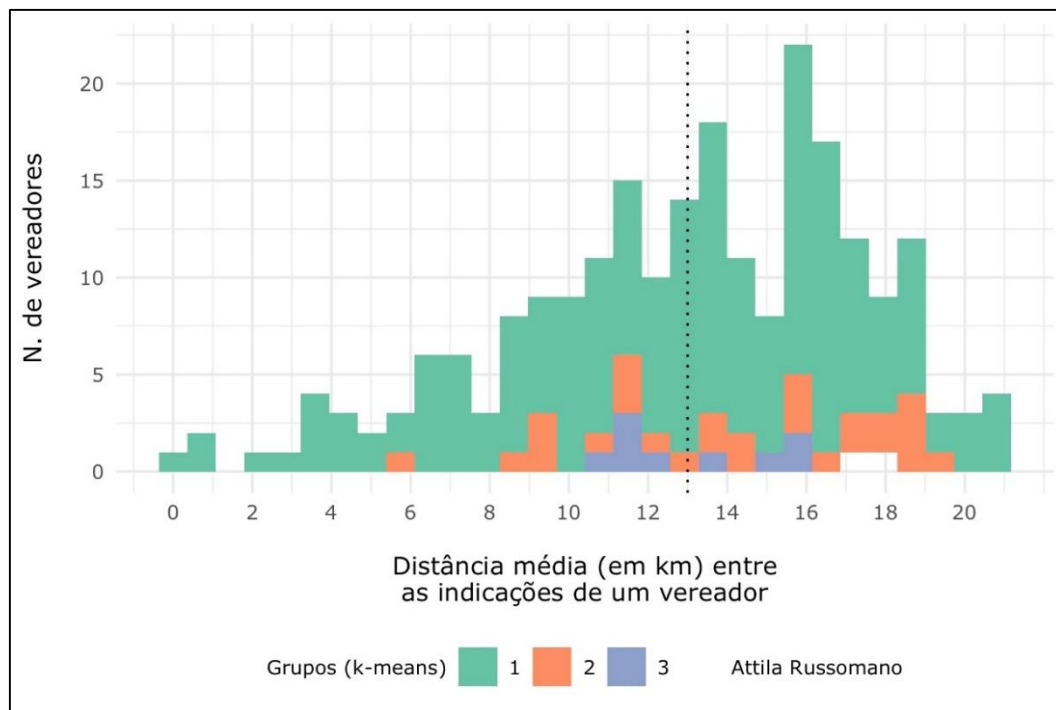
O padrão geral encontrado é que, no agregado, as indicações de um mesmo vereador estão dispersas pela cidade¹⁴. Considerando as indicações por legislatura, a distância média das indicações¹⁵ emitidas por um mesmo vereador é de 13 km, sendo que poucos são os vereadores com distâncias médias pequenas entre suas indicações¹⁶. O Gráfico 3 ilustra esse resultado, considerando os grupos descritos na subseção “Quem utiliza”. Vemos que poucos são os vereadores com distâncias médias pequenas entre suas indicações. O gráfico inclui a informação com a retirada dos *outliers* e a classificação nos três grupos. O primeiro grupo ocupa toda a distribuição (média de 12,77 km), ao passo que o segundo (média = 14,18 km) e o terceiro (média = 13 km) grupos se concentram ao redor da média (os dois “buracos” no histograma correspondem às observações referentes ao vereador Attila Russomanno – média = 17,58 km).

¹⁴ Nesta subseção, fazemos uso das mais de 75 mil indicações georreferenciadas nas cinco legislaturas em análise para identificar como elas se distribuem no espaço e quais padrões conseguimos encontrar nessa distribuição.

¹⁵ Para criar esse indicador, calculamos a distância entre cada um dos pontos que representavam as indicações e, em seguida, tiramos a média desse conjunto de distâncias. Foram excluídos aqueles que emitiram apenas uma indicação

¹⁶ Foram excluídos vereadores que formalizaram apenas uma indicação que tenha sido geocodificada. O desvio-padrão dessa distribuição foi de 4,67 km.

Gráfico 3
Distância média entre as indicações de um vereador por grupo (*k-means*)



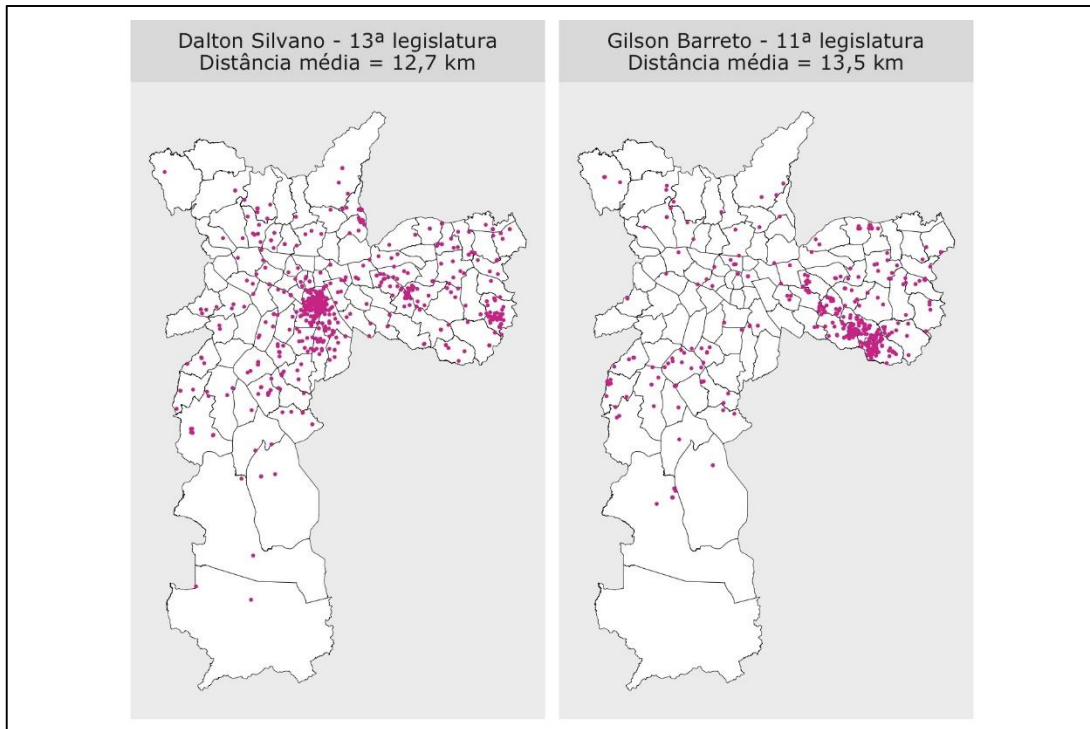
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMSP.

Das distâncias médias elevadas, contudo, não se pode derivar que não haja trabalho territorial ou mesmo concentração na atuação desses parlamentares. Essas distâncias médias somente nos permitem refutar a hipótese de que a estratégia predominante seja concentrá-las majoritariamente em uma única região (ou poucas regiões próximas entre si)¹⁷.

Os dois mapas abaixo (Figura 1) evidenciam esse fenômeno. Seleccionamos as indicações de dois vereadores (cada um em uma legislatura), Dalton Silvano (13ª legislatura) e Gilson Barreto (11ª), com distâncias médias entre indicações próximas a 13 km (média do nosso conjunto de dados). Apesar dessa distância média, vemos com clareza a existência de *clusters* de indicações. Embora tenham emitido indicações espalhadas pela cidade, Dalton Silvano registra uma presença forte na região de fronteira entre os distritos de Vila Mariana, Liberdade, Cambuci e Ipiranga, além do distrito de Cidade Tiradentes, ao passo que as indicações de Gilson Barreto se destacam nos distritos de São Mateus e São Rafael, na Zona Leste.

¹⁷ Isso também está em consonância com estudos sobre a concentração do voto em eleições proporcionais no Brasil. Se tomarmos os votos como evidências de ligações dos políticos com regiões, a votação de candidatos eleitos, seja para vereador (Kinzo, Borin e Martins Jr., 2003; Gelape, 2017), deputado estadual (Corrêa, 2016) ou deputado federal (Avelino, Biderman e Silva, 2016), é predominantemente dispersa.

Figura 1
Indicações georreferenciadas dos vereadores
Dalton Silvano (13ª legislatura) e Gilson Barreto (11ª legislatura)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMSP e do IBGE.

Quão generalizável é esse padrão entre os vereadores analisados? Ou seja, também encontramos *clusters* de indicações para os demais vereadores? Arbia, Espa e Giuliani (2015, seção 3) explicam que indicadores de autocorrelação espacial global (como o I de Moran) não são apropriados para testar concentração espacial em dados de área. Portanto, para identificarmos a existência de áreas com expressivo volume de indicações, utilizamos testes de autocorrelação espacial local (Lisa, em sua sigla em inglês) para identificar esses *clusters*. Segundo Anselin (1995, p. 94, tradução nossa), um dos elementos definidores do Lisa é que “(...) para cada observação ele indica a extensão de uma clusterização espacial significativa de valores semelhantes ao redor de uma observação”.

Assim, utilizaremos o Moran Local como indicador da existência de *clusters* de observações que tenham um volume alto e estatisticamente significativo de indicações numa área em relação aos vizinhos¹⁸. Estimamos a autocorrelação espacial local para todos

¹⁸ O Moran Local foi calculado a partir do pacote *spdep*, do R (Bivand, Pebesma e Gómez-Rubio, 2013; Bivand e Wong, 2018). Os mapas com os resultados da categorização do Moran Local estão disponibilizados no *site* do Cesop: <cesop.unicamp.br>, na página deste artigo (seção Revista Opinião Pública).

os vereadores que tenham protocolado ao menos 30 indicações que conseguimos georreferenciar ao longo de uma legislatura, que resultam em 135 pares de vereador-legislatura (53,1% dos pares no banco de dados)¹⁹. Agregamos as indicações realizadas por vereadores em duas unidades geográficas²⁰ (distritos e subprefeituras) e definimos a matriz de vizinhança com base em uma matriz de contiguidade *queen* de primeira ordem.

No Moran Local, testamos a hipótese nula (H_0) de inexistência de autocorrelação espacial, e a interpretação de seus valores é semelhante à do indicador global, porém levando em conta somente essa observação e seus vizinhos definidos pela matriz de vizinhança. Com base nos resultados da estatística-teste, classificamos cada observação (unidade geográfica de um vereador-legislatura) em uma de cinco categorias: alto-alto, alto-baixo, baixo-baixo, baixo-alto e sem significância estatística. Cada categoria indica a relação do valor da variável de interesse na observação (o número de indicações por unidade geográfica) com o de seus vizinhos, condicionada pela significância estatística do teste. Se a unidade não é classificada como *sem significância estatística*, ela atingiu valores menores do que o p-valor máximo estabelecido para o teste (em geral, 0,05 para um nível de confiança de 95%) e identifica essa relação. Por exemplo, áreas identificadas como alto-alto apontam que uma observação possui valores altos da variável de interesse, tal como seus vizinhos.

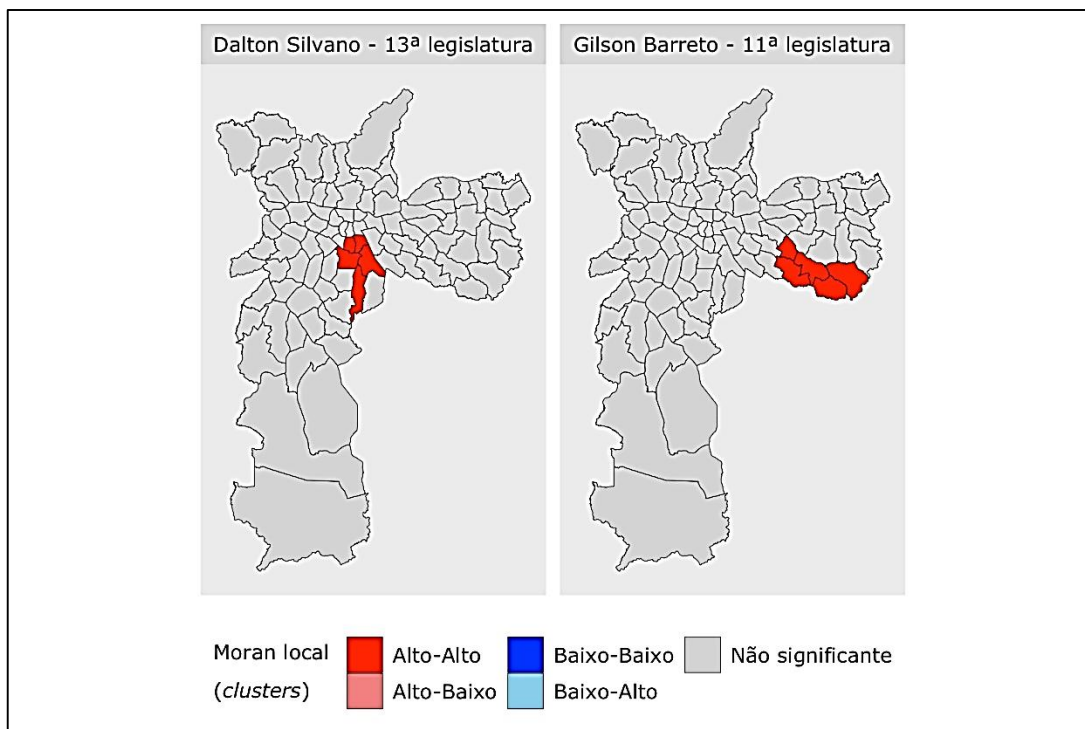
Nesse sentido, *nossa hipótese é que a existência de clusters alto-alto ou alto-baixo aponta para uma estratégia de concentração na atuação dos vereadores e seus brokers em certas regiões da cidade*. Isso porque a existência de observações com um valor alto de indicações sugere um esforço do vereador naquela região. A inexistência de tais *clusters* seria evidência contrária a uma atuação territorial desses políticos.

Com base na agregação das indicações em distritos e em um nível de confiança de 95%, *todos* os vereadores-legislatura analisados (aqueles com mais de 30 indicações protocoladas e georreferenciadas por legislatura) apresentaram unidades geográficas classificadas como alto-alto ou alto-baixo. Ao adotarmos um nível de confiança mais exigente (99%), somente dois dos vereadores não apresentam esses *clusters* (1,5% do total em análise). Esses dados fornecem evidências sugestivas de trabalho territorial dos vereadores em certos distritos paulistanos. A título de exemplo, reproduzimos os mapas com os Lisa de Dalton Silvano (13ª legislatura) e Gilson Barreto (11ª legislatura) exibidos anteriormente, nos quais os *clusters* alto-alto coincidem com as regiões em que apontamos a predominância de indicações.

¹⁹ Os resultados são robustos diante do aumento ou da diminuição desse número. Realizamos os mesmos testes considerando um mínimo de 20 ou 40 indicações por legislatura. No primeiro caso, aumentamos o número de pares considerados (60,6% do total) e, no segundo, diminuímos (50% do total). Em ambos, os resultados vão no mesmo sentido daqueles reportados no restante da subseção.

²⁰ Buscando investigar a incidência do MAUP (*modifiable areal unity problem*), no qual escalas diferentes podem condicionar as inferências realizadas (Darmofal, 2015, p. 26-27; Gonçalves, 2016).

Figura 2
Lisa (Moran Local) do número de indicações por distrito
Vereadores Dalton Silvano (13ª legislatura) e Gilson Barreto (11ª legislatura)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMSP e do IBGE.

Se as indicações forem agregadas em subprefeituras, essa relação é menos evidente, mas ainda é verificada. Cerca de 85,9% dos pares vereador-legislatura (sob um nível de confiança de 95%) com mais de 30 indicações apresentaram áreas classificadas como alto-alto ou alto-baixo – ou 77,8% sob um nível de confiança de 99%. Dessa forma, acreditamos que os Lisa acrescentam evidências quanto à realização de construção de vínculos territoriais dos vereadores por meio das indicações.

Subprefeituras são órgãos importantes do funcionamento da política paulistana (Grin, 2015) e centrais na execução de serviços de zeladoria, área de destaque entre indicações. Para o gerenciamento da coalizão, o Executivo concede aos vereadores forte influência na nomeação de seus cargos. Os vereadores, por sua vez, procuram cargos naquelas subprefeituras que concentram o maior número de distritos em que atuam, mas isso não significa que estes têm controle absoluto sobre os cargos ou o território da subprefeitura. Isso nos ajuda a entender o resultado acima, que pode, alternativamente,

ser lido como a constatação de que os vereadores emitem parte considerável de suas indicações dentro de uma (ou poucas) subprefeituras²¹.

Isso sugere que, embora politicamente relevantes, as subprefeituras não são a melhor unidade de agregação para identificar a atuação de *brokers* no espaço, pois elas circunscreveriam parte considerável das indicações de um mesmo vereador, porém com pouco *spillover* entre regiões vizinhas, afetando essa relação de vizinhança, ao contrário do que seria observado entre distritos dentro de uma subprefeitura. Dessa forma, obteríamos uma série de falsos negativos, pois os vereadores teriam atuação territorial, mas os resultados dos testes não permitiriam que rejeitássemos H_0 (erro do tipo II).

Em resumo, nossos resultados sugerem que vereadores concentram indicações em algumas áreas da cidade de São Paulo, uma vez que identificamos *clusters* de áreas com alta incidência de indicações protocoladas por um vereador ao longo de uma legislatura. Além disso, os distritos – na ausência de uma unidade oficial de agregação espacial mais granulada como os bairros – parecem uma unidade geográfica mais adequada para observarmos a clusterização de indicações, se comparados às subprefeituras. Mesmo que entre as duas divisões administrativas oficiais os distritos apareçam como unidades de agregação significativas, o trabalho qualitativo sugere que as indicações não acontecem em distritos, mas sim em regiões menores, pelos vínculos criados pelos *brokers*. O padrão de distribuição espacial das indicações não constitui uma estratégia isolada, relacionando-se com a dinâmica mais ampla do mandato parlamentar.

Vereadores paulistanos contam com um gabinete composto formalmente por um chefe de gabinete e até 17 assessores parlamentares. Via de regra²², apenas dois ou três desses assessores (de imprensa, jurídicos, legislativos ou relacionados a outras funções específicas conforme a organização do mandato) permanecem de fato ocupando o espaço do gabinete para trabalho cotidiano. Todos os demais realizam trabalhos territoriais. Assim, embora assessor parlamentar seja o nome formal para ocupantes de um gabinete parlamentar, utilizamos neste artigo a nomenclatura *broker* para designar a função desempenhada pela maior parte dos assessores, justamente pela natureza do trabalho que executam nos territórios, a de intermediação política.

A trajetória de vida dos *brokers* e as relações que eles têm com outros assessores, tal como nos foi relatado por meio das entrevistas, apontam que existe rotatividade dos *brokers* ao longo de todo o período que um vereador permanece na Câmara. Essa rotatividade pode ser provocada pela disputa por cargos e recursos, por intrigas internas, pela oferta de melhor remuneração por outros vereadores, pela estratégia de expansão de vínculos nos territórios e pelo resultado de eleições em outros níveis federativos que

²¹ Isso fica mais claro na observação dos mapas em que plotamos as indicações como pontos, como na Figura 1.

²² Há vereadores, como Fernando Holiday, que centram atenção na construção e promoção de sua imagem em redes sociais de maneira bastante importante, considerando como distribui competências entre seus assessores. No mais das vezes, a divulgação em redes sociais é combinada com o trabalho territorial.

empregam ou desempregam pessoas de grupos políticos próximos. Ao saírem de um mandato, *brokers* podem levar para outros políticos territórios em que possuem vínculos e podem também deixar um espaço vazio a ser ocupado, como também sugeriu Novaes (2018) em suas explicações sobre “*brokers* desleais”. Analogamente, *brokers* podem também trazer novos territórios ao se associarem a um mandato, ampliando a área de influência do vereador. Como as indicações são um dos instrumentos de criação desses vínculos, a fotografia de sua distribuição espacial em determinado momento capta também os territórios em que o vereador acaba de criar ou perder vínculos em função dessa dinâmica. Isso justificaria pontos isolados, que aparecem espacialmente distantes.

A disputa política permanece entre os *brokers* que querem expandir sua área de influência. Veremos na subseção seguinte um exemplo empírico de como isso se expressa no momento de fazer uma indicação.

Como nascem as indicações

Indicações são um instrumento útil para construção de vínculos. Elas permitem a captação e a resolução de problemas pelos quais é possível fazer *credit claiming*, mas também evidenciam a atuação diária junto à população de determinado bairro²³. Quando começam a trabalhar para um vereador ou dão início a sua inserção em um novo território, *brokers* realizam uma busca ativa por demandas no contato direto com a população. “Se precisar de alguma coisa, pode contar comigo”²⁴ – é como eles procuram deixar claro aos seus vizinhos, ao dono da padaria, do bar, que aqui enquadraremos como “moradores”. Ao identificar um problema, procuram alguém que possa notar sua resolução, misturando *credit claiming* e a preocupação com o uso do serviço: “A gente não tem que querer nada, as pessoas têm que dizer o que querem, senão depois ninguém sabe que a gente fez e a praça fica lá, sem uso”²⁵. Mas, à medida que se tornam conhecidos, a busca ativa diminui e são os moradores desses bairros que levam a eles suas demandas.

Um caso típico (no sentido de que diversas histórias são narradas por *brokers* de diferentes partidos com fluxo e procedimentos similares) de como nascem indicações é descrito pelo *broker* Antônio:

(...) a gente está construindo um trabalho com o pessoal lá da Vila Nova já faz um tempo já, daí um vai falando pro outro (...) e chegou um pedido de ajuda pra gente falar com a CET [Companhia de Engenharia de Tráfego]. A rua Caique Reis tem uma curva bem fechada e depois que ela foi recapeada os carros passaram a circular com uma velocidade bem alta. Então o pessoal da rua estava pedindo a implantação de redutores de velocidade, em especial

²³ A Figura 1A do Apêndice mostra o exemplo de texto de um ofício de indicação ao Executivo e a folha de solicitação pela qual a demanda é coletada junto à população.

²⁴ Entrevistado: Bruno (partido do governo) – entrevista concedida em setembro de 2018.

²⁵ Conversa com Antônio (*broker* do vereador Paulo) em outubro de 2018.

perto do número 209, onde fica a curva. A gente protocolou o pedido, a CET foi lá, fez um estudo e implantaram dois redutores de velocidade. Daí é isso... a gente às vezes coloca faixa [do vereador], às vezes nem precisa, no dia a dia a gente vai falando pras pessoas que a gente conseguiu e que foi uma conquista deles também, né? Esse caso eu divulguei no Facebook.

Brokers também operam filtrando demandas e aumentando o custo político para vereadores concorrentes em um mesmo território. O trecho abaixo, obtido quando andávamos de carro pela região em que Júlio²⁶ atua, ilustra como tanto o *broker* pode adotar a estratégia de aumento do custo político para a oposição que controla a subprefeitura, como a própria subprefeitura, órgão fundamental para canalizar e resolver demandas de zeladoria urbana, também faz um filtro ao *credit claiming* de um vereador concorrente no território:

Olha o tamanho dessa cratera. Cai um carro nisso aí, não sai mais. Eu até podia tentar resolver, mas não vou. Tô cansado! Você protocola o pedido na subprefeitura e se ela tiver com a concorrência, nem te atendem. Tem lugar que é mais tranquilo, aqui nem olham na sua cara. Então o que eu tô fazendo é mostrar pro povo aqui do bairro como a cidade está abandonada com essa administração. Toda vez que eu passo aqui, eu comento isso. Eles vêm me pedir pra resolver e eu falo que o vereador [concorrente na região, que ocupa os cargos da subprefeitura] e o prefeito não deixam.

Artur²⁷ relatou uma experiência diferente da de Júlio. Enquanto Júlio é *broker* em uma região bastante pobre na cidade, Artur concentra sua atuação em um bairro de classe média e relata seu processo de formular indicações como uma intermediação de protocolos feitos pelos próprios cidadãos – algo que não é tão simples de pedir a munícipes de baixa renda, que muitas vezes não possuem acesso a interfaces digitais ou familiaridade com elas e conhecem menos seus direitos. Além disso, como atua para um vereador que não faz oposição declarada ao governo, ele consegue contornar com mais facilidade eventuais disputas partidárias, que Júlio não consegue. Segundo ele,

O trâmite é assim: aqui todo mundo já me conhece, então tudo vem pra mim. É sinalização de CET, poda de árvore, paisagismo de praça... Como é um bairro de classe média, média alta, é mais essas coisas... O que eu faço, que eu vi que dá certo, é pedir pra própria pessoa ligar no 156 e me passar o número do SAC. Daí eu peço pro gabinete fazer um ofício, eles mandam o original pra subprefeitura e me mandam uma foto que eu já encaminho pra um amigo meu lá dentro "ô, fulano, pode agilizar isso pra mim?".

²⁶ *Broker* do vereador Pereira (posição de "independência" em relação ao governo Bruno Covas) – observação participante realizada em setembro de 2018.

²⁷ *Broker* do vereador Paulo – entrevista concedida em março de 2019.

Quando perguntamos se isso depende de o subprefeito e o vereador serem oposição ou não, Artur respondeu: “Isso influencia porque podem ir empurrando, mas se tem bom relacionamento com o pessoal interno, de carreira, se tem articulação lá dentro [da subprefeitura] consegue”.

Esse trecho, além de evidenciar como o alinhamento ao governo da prefeitura influencia a resolução do problema, mostra também que as demandas existem na classe média e que a função que o *broker* precisa desempenhar se altera. Em bairros mais pobres, além de encaminhar o ofício, é o próprio *broker* quem faz o protocolo oficial do pedido (no canal 156), ao passo que, nos de classe média, o *broker* pode apenas se ocupar de “agilizar” a tramitação (de pedidos que, nesse caso, são feitos geralmente pelos moradores). As demandas e a frequência dos pedidos se alteram em bairros pobres, médios ou ricos em função da distribuição desigual de políticas que se sobrepõem no espaço e formam padrões de desigualdade na cidade (Marques, 2015); porém, independentemente disso, essa diferença (a variação relacionada ao *status* socioeconômico do bairro) aproxima cidadãos em termos da relação que têm com *brokers*. A literatura sobre clientelismo enfoca apenas o contato de *brokers* com a população mais pobre, embutindo na explicação pressupostos elitistas.

Como mencionamos, nem todas as atividades de intermediação que um *broker* realiza são objeto de formalização na base de dados, e muitas são “encaminhadas” a colegas na burocracia do Executivo na base do “diálogo”. Por vezes, o próprio *broker* acompanha as pessoas na resolução de seus problemas cotidianos, dispensando o uso de documentos. Parte da tarefa de um *broker* é saber quando recorrer a cada uma dessas estratégias.

Tanto a observação participante quanto as entrevistas identificaram que, na maior parte dos casos, o vereador sequer toma conhecimento do conteúdo das indicações. Em uma cidade como São Paulo, que se destaca pelo tamanho do seu eleitorado, pela sua importância no cenário político nacional e pela complexidade na produção de políticas urbanas, o vereador concentra sua atuação na articulação política mais ampla. São os *brokers* que procuram fazer o atendimento das indicações no cotidiano do mandato. Alguns *brokers* como Artur, inclusive, identificam o efeito positivo que isso tem sobre a solução do problema, uma vez que podem driblar a questão partidária por meio de vínculos com burocratas de médio escalão que são formados a partir de convívios prévios em um mesmo espaço, como numa secretaria municipal ou num mandato parlamentar, o que seria mais difícil quando a negociação é feita pelo vereador no alto escalão. Apenas as indicações de grande importância e difícil solução são comunicadas pelos *brokers* aos vereadores.

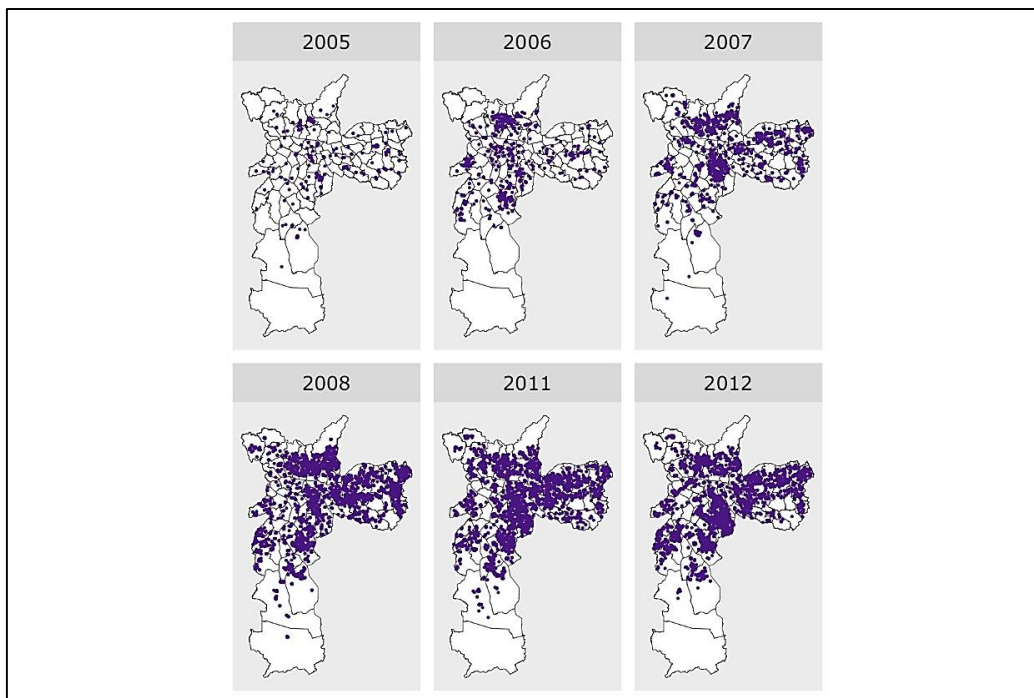
A indicação é um instrumento que ajuda os *brokers* a construírem vínculos com os moradores de determinada região, mas o sucesso dessa empreitada não é garantido, uma vez que a construção de vínculos não é apenas uma questão técnica e estratégica, mas também de ordem pessoal, como a literatura já demonstrou (Ayuerdo, 1999, 2000). O sucesso na criação de vínculos está relacionado não apenas ao instrumento, mas à forma

como o mandato e os *brokers* utilizam os instrumentos à sua disposição, como evidencia o caso do vereador Attila Russomanno.

Russomanno é um *outlier* importante em nossa análise, uma vez que ele é responsável por parte considerável das indicações da nossa base de dados (mais de 26.000 delas, o que corresponde a quase 30% do total, considerando todas as legislaturas) e também reforça a explicação da importância da criação de vínculos. Attila foi eleito em 2004 com a força de seu sobrenome, pelo qual os eleitores o associavam ao seu irmão Celso Russomanno²⁸, bastante conhecido pela sua presença na televisão. Assim, Attila foi eleito com mais de 25 mil votos, distribuídos de forma bastante pulverizada na cidade.

Em cada uma das duas legislaturas em que exerceu mandato, ele foi responsável por quase 60% das indicações formalizadas (totalizando 14.222 entre 2005 e 2008, e outras 12.135 em 2011 e 2012). A distância média entre as suas indicações é ainda mais alta do que a média geral: 17,58 km. Além disso, ele possui uma distribuição espacial de indicações que progressivamente foi se espalhando por toda a cidade, como mostram os mapas abaixo.

Figura 3
Indicações georreferenciadas do vereador Attila Russomanno (ano)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMSP e do IBGE.

Nota: Attila Russomanno não foi eleito em 2008, assumindo o mandato como suplente em 2011.

²⁸ Ex-candidato a prefeito da cidade de São Paulo e deputado federal. Foi uma figura constante em meios de comunicação, como rádio e TV, na atuação de casos sobre direito do consumidor.

Ao longo de seus mandatos, em vez de concentrar sua atuação, Attila Russomanno adotou uma “estratégia arriscada”, como consideraram entrevistados que conviveram com o vereador na Câmara. Essa estratégia consistia em enviar *brokers* para eventos abertos e locais com grande fluxo de pessoas (como feiras de rua e pontos de metrô) espalhados por toda a cidade, de maneira a captar demandas relacionadas a problemas dos bairros e convertê-las em indicações. Como os *brokers* operavam em locais onde não necessariamente tinham vínculos, além de eles não estabelecerem aí um trabalho político suficientemente duradouro e substantivo para construí-los, a população dessas regiões raramente recebia um retorno sobre suas solicitações.

Além disso, diante do volume de indicações, o acompanhamento da solução do problema dificilmente ocorria. Ao chegarem à CMSP, vindos das ruas, os *brokers* de Attila Russomanno protocolavam as indicações na burocracia (possivelmente esse é um dos únicos casos em que todas as indicações feitas pelo vereador constam na base de dados) e consideravam o trabalho finalizado. Ou seja, embora numerosas, as indicações tornavam-se inefetivas do ponto de vista eleitoral e das políticas públicas, pois não tinham sua tramitação monitorada (e acelerada) no Executivo. E como não criavam vínculos, os *brokers* raramente ofereciam um retorno à população sobre os motivos de uma eventual demora ou impossibilidade de resolução do problema. Attila Russomanno empreendeu essa estratégia de maneira progressiva e crescente, tendo mantido um alto volume de indicações até 2012, quando, com apenas 6.741 votos, não foi reeleito.

Acompanhamento da tramitação e comunicação com a população

Uma vez enviadas aos órgãos do Executivo, as indicações integrarão o conjunto de demandas que o órgão recebe, sendo preciso realizar o monitoramento constante da solicitação. “A gente oficializa, mas tem que ficar em cima, senão não sai. Muita coisa eu consigo porque conheço gente lá dentro”, como Antônio disse a um colega do mesmo mandato²⁹.

A operacionalização desse acompanhamento junto aos órgãos do Executivo depende de como cada mandato organiza suas rotinas e processos internos. Alguns gabinetes possuem um assessor de perfil administrativo, responsável pela gestão de um banco de dados interno, que registra todas as indicações feitas, data e órgão para o qual foi encaminhada, endereço ao qual se destina, *status* de atendimento e nome do *broker* responsável por trazer a indicação ao gabinete. Essa gestão também pode ser feita de maneira individual por cada *broker*. Em um dos sistemas internos (ao gabinete) que vimos, a planilha que listava os ofícios tinha ainda um campo “carta”, em que o assessor registrava se já havia sido feito o envio de uma carta aos moradores do bairro onde a indicação foi

²⁹ Observação participante – fevereiro de 2019.

solicitada para informar, em caso de cumprimento, que isso ocorreu pelo protagonismo do vereador em questão e, em caso de não atendimento, as razões para isso, num exemplo evidente de como esse instrumento pode ser utilizado para *credit claiming*. Como já é conhecido na literatura (Kuschnir, 2000), um cadastro dos moradores dos bairros ao qual o vereador destina suas ações é uma prática bastante comum entre vereadores e uma etapa fundamental para que essa comunicação aconteça durante todo o mandato. Em caso de demora na execução do serviço, a carta também é enviada, mas, nesse caso, contendo o ofício de solicitação ao Executivo em anexo.

Segundo um vereador entrevistado³⁰, para garantir que os *brokers* possam dar uma resposta a qualquer momento para a população, “eles já saem daqui [gabinete do vereador] com uma cópia do ofício [que será enviado posteriormente ao Executivo]”. Assim, é possível que o vereador faça o *credit claiming* pela execução ou tentativa de execução do serviço e evite, assim, a sua responsabilização pela inexecução. Encontramos consonância na literatura a esse respeito. Segundo D’Ávila, Cerqueira Lima e Jorge (2014), os vereadores dedicam parte substantiva de sua produção à elaboração de um dispositivo que não tem força de lei porque a formalização é garantia suficiente do certificado de autoria, fundamental para a construção da reputação do vereador junto à base local.

Mais recentemente, outra estratégia para *credit claiming* tem sido o uso de grupos no WhatsApp. Desse modo, além da vantagem de cadastrar o celular de eleitores, o *broker* pode enviar registros fotográficos dos ofícios trocados com o Executivo e de reuniões em que participou com o intuito de solucionar a demanda. Caso não seja possível executar a solicitação, os moradores terão acompanhado em tempo real todas as investidas do *broker* para atendê-la. É, ao mesmo tempo, uma estratégia arriscada, uma vez que é preciso mostrar-se bastante proativo na resolução do problema, mas também de bastante retorno do ponto de vista da construção do vínculo, afirmam diferentes *brokers*.

De maneira unânime, os *brokers* com os quais conversamos consideram que a estratégia mais eficiente para informar o morador/eleitor sobre o andamento da demanda é o boca a boca. Segundo eles, dessa maneira mostra-se a presença física no território, associada pelos moradores a maiores níveis de atenção às suas demandas. A presença física é muito importante para criar a sensação de que o *broker*/vereador está empenhado. Tanto a presença física do *broker* no território quanto a presença da população em reuniões na burocracia são importantes, o que, por vezes, além de possibilitar que o vereador ou o *broker* mostrem que estão trabalhando para resolver o problema, permite que os moradores compreendam a complexidade envolvida na entrega de políticas. Recorremos a outro relato para ilustrar esse ponto. O caso é sobre iluminação pública.

Em algumas ruas da região onde Júlio atua, a Enel³¹ fez o cabeamento para regularizar o fornecimento de energia elétrica nas casas e na rua, mas o Ilume (órgão

³⁰ Entrevista concedida em abril de 2019 – vereador de centro-esquerda.

³¹ Empresa concessionária de distribuição de energia elétrica com atuação no estado do São Paulo, incluindo sua capital.

municipal da prefeitura) não havia colocado as lâmpadas nos postes. O problema assumiu grande proporção, pois os moradores passaram a ser assaltados nos trechos escuros e reclamavam da cobrança de energia em suas casas, pois não tinham iluminação pública nas ruas. Não havia, entretanto, uma solução rápida para a questão, uma vez que a parceria público-privada sob a coordenação do Ilume, que deveria então instalar ou substituir todas as lâmpadas da cidade por LED, foi paralisada na justiça por suspeita de improbidade administrativa, e o órgão não poderia fazer nenhuma nova instalação até segunda ordem. Por um ofício de indicação, Júlio havia feito a solicitação ao Ilume e, diante da ausência de retorno, agendou uma reunião com técnicos do órgão, em que também compareceu a chefe de gabinete do vereador. O problema continuou, as reclamações dos moradores e os casos de assalto aumentaram e nova reunião foi agendada para tentar solucionar o problema, ou, pelo menos, mostrar aos moradores que o vereador e sua equipe estavam de fato tentando resolvê-lo. Além dos diretores e burocratas do Ilume, do vereador e do *broker*, dessa vez Júlio levou também cinco moradores da região.

O vereador começa apresentando a questão de maneira bastante diplomática e buscando validação com os moradores:

Quero agradecer mais uma vez a gentileza de nos atender, a gente está aqui com o pessoal da Vila Mila, também com o Jeremias que é ali da Vila Zaleti (...). A gente sabe que tem a confusão do contrato da PPP, mas a gente queria apelar pra ver se tem alguma solução emergencial, porque assaltam as mulheres de manhã, o pessoal é abordado na rua (...). É um drama e a gente não consegue mais explicar como a gente não consegue este ponto de luz.

O diretor concorda e lamenta:

Então, vereador, estes pedidos já estão aqui dentro, já estão cadastrados, projetados. Mas, em função dessa PPP, o senhor deve ter acompanhado nosso caso pela imprensa e tudo o mais, em dezembro o juiz mandou cancelar. Autorizou apenas casos de manutenção pra não gerar um caos na cidade, enquanto não se tem um novo contrato, uma nova PPP³².

O vereador insiste diplomaticamente e abre a conversa com os moradores:

Eu não tinha ciência dessa questão, agora eu tenho ciência de como funciona mais ou menos, mas o povo lá não entende. A Enel chega, coloca a energia e começa a cobrar, beleza, mas aí, cadê a iluminação pública? Basicamente é uma coisa à parte, mas o povo em si não entende essa parte.

³² Ele refere-se à paralisação pelo TJ da parceria público-privada de iluminação no valor de R\$ 7 bilhões em função de suspeita de fraude na contratação. Para informações midiáticas, ver, por exemplo: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/12/tj-anula-ppp-da-iluminacao-publica-em-sao-paulo.ghtml>>; <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mais-uma-vez-justica-suspende-ppp-da-iluminacao-de-sp,10000082137>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

A reunião foi encerrada com o compromisso de que técnicos do Ilume agendariam com Júlio uma visita à região e intermediariam a relação com a Enel. Alguns dias depois, fomos à zona sul acompanhar o trabalho de Júlio e com ele encontramos Carlos, morador de uma das ruas com mais pontos cegos de luz. Júlio começou uma longa conversa, tentando explicar o andamento da solicitação, mas foi uma comunicação bastante difícil, confusa, truncada pela própria natureza do problema e pela forma como os atores atuavam: a Enel, sem que Júlio soubesse, esteve na rua no dia posterior à reunião retirando os cabos de energia e postes. Isso gerou confusão entre os moradores, que viram ser retirado o que, mesmo que parcialmente, havia sido instalado.

Somente com uma certa suspensão analítica é possível entender como essa demanda por iluminação estava atravessada por decisões de outras instâncias, por problemas de governança dentro de um mesmo órgão e por limitações legais e espaços discricionários e não regulados: embora a liminar do juiz permitisse que a manutenção de postes (em que se enquadrava a instalação de lâmpadas) pudesse ocorrer, colocar lâmpada em postes antigos (que era o caso) não caracterizaria manutenção por questões de contrato da PPP. Seria preciso, então, mudar o poste, mas a mudança de poste extrapolaria o que se entende por manutenção. E, assim, os cabos foram retirados, mas novos cabos não foram instalados e Júlio enfrentou muita dificuldade em explicar isso aos moradores.

Esse é também um relato sobre a complexidade envolvida na implementação de uma política que raramente pode ser caracterizada como simples “entrega”, e quase sempre é um conjunto (mais ou menos conforme as capacidades de coordenação e planejamento) encadeado de ações levadas adiante por distintas burocracias, suas ideias, interesses, instrumentos, regras etc. Esses cruzamentos e sobreposições deixam, muitas vezes, espaços não regulados ou situações não previstas. Nessas situações, *brokers* atuam como intermediários, tentando apresentar de baixo para cima o problema não (pre)visto pelas burocracias e, no sentido contrário, fazendo chegar a informação de cima para baixo. São atores politicamente motivados para isso, o que é bastante diferente de dizer que o voto condiciona a entrega da política.

Essa complexidade pode tornar bastante difícil a comunicação de procedimentos formais e de entraves institucionais de diversas ordens que uma demanda pode enfrentar. Como resumiu Júlio:

(...) e aí toda vez que eu falo com eles [moradores], passo carão, porque acham que a gente está de braço cruzado. Por isso que você viu naquela reunião lá, eu levei aquela quantidade de pessoas, eu sempre levo, um, dois de cada lugar pra eles verem a dificuldade que é negociar as coisas, porque eles acham que é fácil, entendeu? A situação que eles vivem também não é fácil, eu sei.

Para não dizer que não falamos do período eleitoral

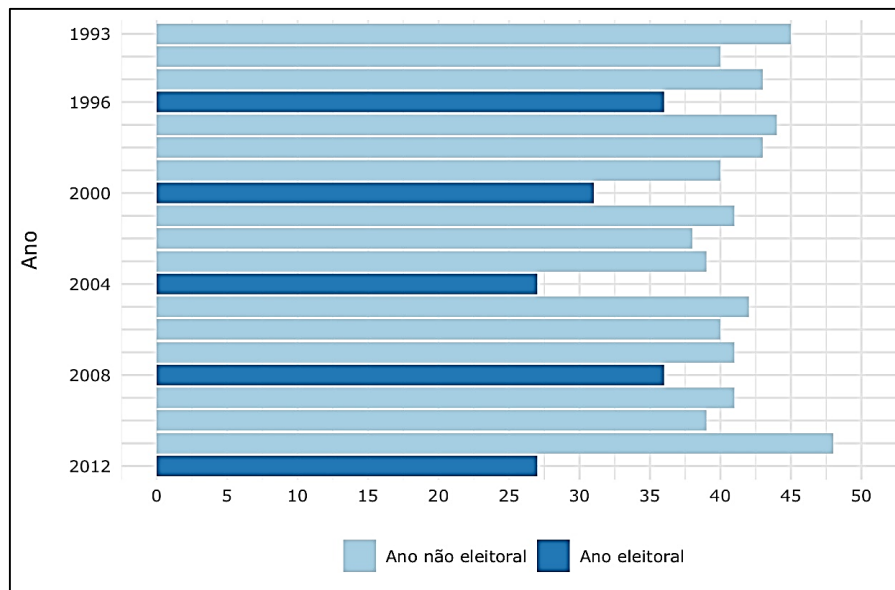
Júlio: Só estou te dando uma satisfação que nós estamos brigando lá [na Prefeitura].

Sr. Carlos: Vamos ver Júlio, que daqui a dois anos vai ter eleição de novo, só que a gente quer ter um acompanhamento, senão não dá.

Foi assim que terminou a conversa entre Júlio e o morador Carlos. Além de ilustrar à população em geral o desafio de comunicação de entraves judiciais e técnicos que atravancam o andamento de uma política, a fala de Carlos poderia sugerir uma vinculação entre indicações e eleições. Como vimos, esse é um argumento bastante comum na literatura, sobretudo quando se trata de recursos oriundos do orçamento público federal, como é o caso dos estudos sobre emendas individuais dos parlamentares. Com ou sem questionamentos ao argumento da conexão eleitoral, os testes se dão para verificar se os recursos públicos (mobilizados na forma de instrumentos como emendas) seriam usados por políticos como forma de conquistar eleitorado (testes medidos em termos de votos).

Ao explorar o argumento que o Sr. Carlos coloca para Júlio, não encontramos um padrão que vincule a intensidade de uso do instrumento ao ano eleitoral. Como evidencia o Gráfico 4 apresentado, não parece existir uma relação direta entre anos eleitorais (o último ano de cada legislatura) e o uso de indicações. Ao contrário, os anos eleitorais das cinco legislaturas analisadas são aqueles em que encontramos menor número de vereadores formalizando indicações junto à CMSP.

Gráfico 4
Número de vereadores que usaram indicações por ano



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMSP.

Não afirmamos com isso que indicações não são uma estratégia eleitoral. A construção do vínculo entre *brokers* e a população tem, afinal, esse propósito. Procuramos mostrar que tanto o uso de mecanismos de construção do vínculo com o eleitor ao longo de todo o mandato (entre outros, as indicações) quanto a forma como isso se converte em voto são mais complexos do que temos suposto até aqui. Ou, pelo menos, que a metodologia adotada para fazer testes sobre a conexão eleitoral e os pressupostos da *rational choice* sobre a distribuição de políticas são insuficientes para captar a forma como se vinculam eleição e distribuição de políticas, o que produz voto e se existe ou não trabalho territorial.

As entrevistas apontam que, em anos eleitorais, ao contrário, a captura e a resolução de demandas por meio de indicações decrescem porque os *brokers* passam a se concentrar na montagem e na coordenação das equipes de campanha. Evidentemente, os *brokers* de um mandato não são suficientes para dar conta de uma campanha eleitoral, mas coordenam equipes contratadas para fazer campanha e distribuir material promocional do candidato. Em especial em regiões de baixa renda da cidade, esse é o momento em que aquelas pessoas que procuraram ajuda e se aproximaram do mandato durante os anos anteriores passam a atuar como *brokers*, no sentido de promover o vereador na sua rede de conhecidos e também desconhecidos, sendo contratadas para isso. Conforme essa pesquisa identificou, essas pessoas são escolhidas, preferencialmente, com base nos vínculos que o *broker* construiu ao longo do mandato. A relação de confiança é muito importante para evitar que as pessoas contratadas recebam dinheiro sem terem feito campanha, uma vez que se trata de um trabalho de difícil monitoramento (mensurar quanto estão se empenhando em divulgar o nome de um candidato e se de fato ficam nas ruas durante todo o período, por exemplo).

O caso de Attila Russomanno é mais uma vez uma excelente evidência em relação a esse ponto. Embora ele tenha protocolado volume impressionante de indicações e ainda adotado a estratégia de distribuí-las por toda a cidade, isso não resultou em votos suficientes para sua reeleição. Notícias da época³³ apontam que ele teria pedido que seu partido interrompesse as remessas de material de campanha porque ele não tinha estrutura de pessoal suficiente para fazer a distribuição. No caso desse político, pela forma como foram utilizadas, as indicações não resultaram na construção de vínculos e, no momento da campanha, o candidato teve incrível dificuldade em montar suas equipes de divulgação eleitoral. Esse caso evidencia que a capacidade de converter o trabalho cotidiano em voto varia conforme estratégias adotadas em cada mandato, tornando o voto, visto isoladamente, uma *proxy* imperfeita para observação da complexidade da dinâmica de criação ou não de vínculos. Evidentemente, mais pesquisas precisam ser feitas para sustentar esse argumento, que é, na verdade, um ponto de chegada, não de partida, deste

³³ Disponível em: <<http://poderonline.ig.com.br/index.php/tag/attila-russomanno/>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

artigo. Nossas evidências sugerem que os *brokers* são importantes elementos na montagem da estrutura de campanhas legislativas, e futuras análises precisam incorporar esses indivíduos nas explicações dessas dinâmicas.

Considerações finais

A literatura de ciência política aplica as análises feitas sobre os Poderes Executivo e Legislativo nacional na interpretação da lógica de funcionamento desses poderes no nível municipal. Nesse cenário teórico "emprestado", instrumentos e instituições próprias à lógica política local restam subexplorados ou não são levados em conta. Este artigo propõe uma inserção em sentido diferente. Com a perspectiva voltada à esfera local e partindo de uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, analisamos o processo pelo qual são feitas indicações pelo Poder Legislativo na cidade de São Paulo. Enquanto parte da literatura tem se desenvolvido no sentido da negação do trabalho territorial de vereadores, encontramos que: (i) as relações de políticos e cidadãos em São Paulo são construídas via *brokers* que atuam territorialmente; (ii) entre os instrumentos de atuação para a construção desses vínculos com eleitores, estão as indicações; (iii) existem *clusters* com alta incidência de indicações por um vereador ao longo de uma legislatura; e (iv) não há evidências de maior uso de indicações em anos eleitorais, sugerindo um mecanismo mais complexo para explicar o fenômeno da conexão eleitoral.

Indicações são distribuídas de forma relativamente esparsa na cidade, o que, a princípio, parece contrastar com as evidências qualitativas do uso das indicações para a construção do vínculo entre eleitores e políticos. Entretanto, uma análise mais detida revela que, a despeito das largas distâncias entre as indicações, estas formam *clusters* ao longo do território, reforçando que, nos locais em que vereadores têm apoio dos *brokers*, as indicações tendem a ser protocoladas com mais frequência que nos demais.

Há, ainda, um vasto campo a ser explorado para compreender os mecanismos de criação desses vínculos, como isso se relaciona às equipes de campanhas e aos padrões de votação, bem como os desafios de implementação de políticas e a razão pela qual os *brokers* aparecem como atores essenciais para que algumas políticas cheguem a territórios periféricos da cidade. Para nos aproximarmos dessas respostas, seguimos defendendo a combinação de métodos e também a ponte entre referenciais teóricos – nesse caso, aliando aos estudos legislativos e à discussão sobre conexão eleitoral o debate sobre burocracias e políticas públicas – como caminho profícuo de investigação.

Referências bibliográficas

AMES, B. "Electoral strategy under open-list proportional representation". *American Journal of Political Science*, vol. 39, nº 2, p. 406-433, 1995.

AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. "O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros". *Dados*, vol. 46, nº 4, p. 449-479, 2003.

ANSELIN, L. "Local indicators of spatial association". *Geographical Analysis*, vol. 27, nº 2, p. 93-115, abr. 1995.

ARBIA, G.; ESPA, G.; GIULIANI, D. Analysis of spatial concentration and dispersion. In: KARLSSON, C.; ANDERSSON, M.; NORMAN, T. (orgs.). *Handbook of research methods and applications in economic geography*. Cheltenham, Reino Unido; Northampton, EUA: Edward Elgar Publishing, p. 135-157, 2015.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. "A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014)". *Dados*, vol. 59, nº 4, p. 1.091-1.125, 2016.

AYUERO, J. "Performing Evita: a tale of two peronist women". *Journal of Contemporary Ethnography* vol. 27, nº 4, p. 461-493, 1999.

_____. "The logic of clientelism in Argentina: an ethnographic account". *Latin American Research Review*, vol. 35, nº 3, p. 55-81, 2000.

BARONE, L. S. "Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional". Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas, Eaesp, São Paulo, 2014.

BASTOS, G. "O clientelismo político e o joio e o trigo da política municipal". Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

BIVAND, R. S.; WONG, D. W. S. "Comparing implementations of global and local indicators of spatial association". *Test*, vol. 27, nº 3, p. 716-748, 2018.

BIVAND, R. S.; PEBESMA, E.; GÓMEZ-RUBIO, V. *Applied spatial data analysis with R*. New York: Springer, 2013.

BRUSCO, V.; NAZARENO, M.; STOKES, S. "Vote buying in Argentina". *Latin American Research Review*, vol. 39, nº 2, p. 66-88, 2004.

CAETANO, B. "Executivo e Legislativo na esfera local: agenda e construção de maiorias na Câmara Municipal de São Paulo". *Novos Estudos – Cebrap*, vol. 71, p. 101-125, 2005.

CALVO, E.; MURILLO, M. "Who delivers? Partisan clients in the Argentine electoral market". *American Journal of Political Science*, vol. 48, nº 4, p. 742-757, 2004.

CHARRAD, M.; et al. "NbClust: an R Package for determining the relevant number of clusters in a data set". *Journal of Statistical Software*, vol. 61, nº 6, 2014.

CORRÊA, F. "O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DARMOFAL, D. *Spatial analysis for the social sciences*. New York, NY: Cambridge University Press, 2015.

D'ÁVILA, P. M. F.; CERQUEIRA LIMA, P. C. G.; JORGE, V. "Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004". *Revista de Sociologia e*

Política, vol. 22, nº 49, p. 39-60, 2014.

DIXIT, A.; LONDREGAN, J. "The determinants of success of special interests in redistributive politics". *The Journal of Politics*, vol. 58, nº 4, p. 1.132-1.155, 1996.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Fundação Getulio Vargas Editora, 1999.

FINAN, F.; SCHECHTER, L. "Vote-buying and reciprocity". *Econometrica*, vol. 80, nº 2, p. 863-881, 2012.

FIRPO, S.; PONCZEK, V.; SANFELICE, V. "The relationship between federal budget amendments and local electoral power". *Journal of Development Economics*, vol. 116, p. 186-198, 2015.

FREY, A. "Cash transfers, clientelism, and political enfranchisement: evidence from Brazil". *Journal of Public Economics*, vol. 176, p. 1-17, 2019.

GALLEGO, J.; LI, C.; WANTCHEKON, L. "The political economy of patrons, brokers, and voters". Documentos de Trabajo 016547, Universidad del Rosario, 2018. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/col/000092/016547.html>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

GELAPE, L. O. "A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo". Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

GONÇALVES, R. D. "Onde agrego os votos? Contribuições à geografia eleitoral aplicada a problemas político-eleitorais brasileiros". Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GRIN, E. "Construção e desconstrução das subprefeituras na cidade de São Paulo no governo Marta Suplicy". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 55, p. 119-145, 2015.

GUN, L. "Why is implementation so difficult?". *Management Services in Government*, vol. 33, p. 169-179, 1978.

GUN, L.; HOGWOOD, B. *Models of policy-making*. Centre for the Study of Public Policy. Glasgow: University of Strathclyde, 1982.

HAGOPIAN, F. Parties and voters in emerging democracies. In: BOIX, C.; STOKES, S. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford; New York: Oxford University Press, p. 582-603, 2009.

KINZO, M. D.; BORIN, I.; MARTINS JR., B. "Padrões de competição eleitoral na disputa para a Câmara paulistana: 1992-2000". *Novos Estudos – Cebap*, vol. 65, p. 45-56, 2003.

KITSCHOLT, H. "Linkages between citizens and politicians in democratic polities". *Comparative Political Studies*, vol. 33, nº 6-7, p. 845-879, 2000.

KITSCHOLT, H.; WILKINSON, S. Citizen-politician linkages: an introduction. In: KITSCHOLT, H.; WILKINSON, S. (eds.). *Patrons, clients, and policies: patterns of democratic accountability and political competition*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-49, 2007.

KUSCHNIR, K. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2000.

LIMA, F. "Committed brokers: a união entre prefeitos e deputados no Brasil". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. "Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas

individuais, apoio ao Executivo e programas de governo". *Dados*, vol. 48, nº 4, p. 737-776, 2005.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Mercado Aberto; Editora FGV, 2001.

MARQUES, E. C. L. (org.). *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. "Em busca de um objeto esquecido: a política e as políticas do urbano no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 95, 2017.

MESQUITA, L. "Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados brasileira". Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MESQUITA, L., et al. "Emendas individuais e concentração de votos: uma análise exploratória". *Teoria e Pesquisa*, vol. 23, nº 2, p. 82-106, 2014.

NETO, J. O Legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, M. V.; KERCHER, F.; VANUCCI, P. (orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

NICHTER, S. "Vote buying or turnout buying? Machine politics and the secret ballot". *The American Political Science Review*, vol. 102, nº 1, p. 19-31, 2018.

NOVAES, L. M. "Disloyal brokers and weak parties". *American Journal of Political Science*, vol. 62, nº 1, p. 84-98, 2018.

OLIVEROS, V. "Making it personal: clientelism, favors, and the personalization of public administration in Argentina". *Comparative Politics*, vol. 48, nº 3, p. 373-391, 2016.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil". *Dados*, vol. 46, nº 4, p. 735-771, 2003.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. *Implementation*. Berkeley: University of California Press, 1973.

RANGEL, A. "Produção parlamentar municipal: os projetos de indicação". *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, vol. 2, nº 1, p. 113-132, 2014.

RICCI, P. "De onde vêm nossas leis? Origem e conteúdo da legislação em perspectiva comparada". Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROCHA, M.; SILVA, B. "O poder de indicar: preferências legislativas de vereadores mineiros". *Cadernos Adenauer*, vol. XVIII, nº 2, p. 185-208, 2017.

SCHAFER, J.; BAKER, A. "Clientelism as persuasion-buying: evidence from Latin America". *Comparative Political Studies*, vol. 48, nº 9, p. 1.093-1.126, 2015.

SCHWARTZ-SHEA, P.; MAJIC, S. "Ethnography and participant observation: political science research in this 'late methodological moment'". *PS: Political Science & Politics*, vol. 50, nº 1, p. 97-102, 2017.

SILVA, P. "O poder legislativo municipal, estrutura, composição e produção". Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

STOKES, S. "Perverse accountability: a formal model of machine politics with evidence from Argentina". *American Political Science Review*, vol. 9, nº 3, p. 315-325, 2005.

STOKES, S. C., et al. *Brokers, voters, and clientelism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TAN, P., et al. *Introduction to data mining*. 2º ed. New York: Pearson, 2019.

VASSELAI, F.; MIGNOZZETTI, U. G. "O efeito das emendas ao orçamento no comportamento parlamentar e a dimensão temporal: velhas teses, novos testes". *Dados*, vol. 57, nº 3, p. 817-853, 2014.

WILDAVSKY, A. *Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis*. Little Brown: Boston, 1979.

ZARAZAGA, S. J. R. "Brokers beyond clientelism: a new perspective through the Argentine case". *Latin American Politics and Society*, vol. 56, nº 3, p. 23-45, 2014.

Apêndice - Ofício de indicação e folha de solicitação

Figura 1A
Exemplo de ofício de indicação – São Paulo

Ofício P /200V São Paulo, _____ de _____ de 200V. Sr. Secretário, Solicito providências de vossa Senhoria no sentido de que seja implantado um semáforo na Avenida Comendador Sant'Anna, altura do número, 548, no Capão Redondo. Atenciosamente, Vereador X – Partido Y

Fonte: Elaboração própria com base em documentos oficiais.

Figura 2A
Folha de solicitação a ser preenchida pelo *broker* junto à população

[illegible]

Fonte: Documento elaborado pelo mandato de um vereador.

Abstract

The construction of political-territorial ties: evidence from of São Paulo

Current interpretations on the inner workings of Brazilian city councils are rooted in the scholarly debate of national politics. In the latter, the presence of legislation proposals with territorial goals and concentrated electoral voting patterns are the main evidence of distributivism/clientelism. We argue, however, that such characteristics of legislative and electoral politics at the national level are ill-suited proxies for analysis of the local level, failing to capture nuances of political mobilization in cities. Instead, by means of a mixed-methods analysis of an instrument called representatives' requests – in-depth interviews, participant observation, and local spatial autocorrelation hypothesis tests – we argue that city councilors' geographically targeted actions take place through a capillary and rooted structure of brokers that feeds back and creates ties throughout local mandates and voters.

Keywords: brokers; city councilors; territorial ties; representatives' requests; city council

Resumen

La construcción de vínculos político-territoriales en la ciudad: el caso de São Paulo

Las interpretaciones actuales sobre el funcionamiento interno de los concejos municipales en Brasil provienen de los debates académicos centrados en la política nacional. Para estos, la evidencia

principal del distributismo/clientelismo es tanto la presencia de propuestas legislativas con objetivos territoriales, como los patrones de concentración del voto electoral. Sin embargo, nosotros argumentamos que dichas características procedentes de la política legislativa y electoral a nivel nacional son aproximaciones poco adecuadas para analizar el nivel local, ya que no captan los matices de la movilización política en las ciudades. En su lugar, mediante el análisis de un instrumento llamado peticiones legislativas a través de métodos mixtos (entrevistas detalladas, observación de participantes y pruebas de hipótesis de autocorrelación espacial-local), argumentamos que las acciones geolocalizadas de los consejeros municipales tienen lugar mediante una estructura capilar y arraigada de intermediarios (brokers), que se retroalimenta y crea vínculos a través de los mandatos y los votantes locales.

Palabras clave: *brokers*; consejeros municipales; vínculos territoriales; peticiones legislativas; concejo municipal

Résumé

La construction de liens politiques territoriaux dans le ville: Le cas de São Paulo

Au Brésil, les législatures municipales ont été étudiées à partir d'une transposition théorico-argumentative de la politique fédérale, en portant une attention privilégiée aux projets de lois et au modèle de distribution des votes dans la mise en évidence de logiques distributives / clientélistes. Toutefois, il s'agit-là de proxis imparfaits pour rendre compte de la performance territoriale des conseillers. Pour étudier le sujet à São Paulo, nous introduisons l'analyse d'un instrument appelé "indication parlementaire", ainsi que son étude à partir d'une approche multi-méthodes, comprenant des entretiens approfondis, l'observation participante et des tests d'hypothèse d'autocorrélation spatiale locale. Nous soutenons que la performance territoriale des conseillers passe par une structure capillaire de brokering qui construit des liens tout au long du mandat. Cette réalité ne peut être saisie tant par les méthodes traditionnelles que par les approches par le clientélisme.

Mots-clés: *brokers*; conseillers municipaux; liens territoriaux; indications parlementaires; législature municipale

Artigo submetido à publicação em 8 de janeiro de 2020.

Versão final aprovada em 1 de julho de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores

Marília Silva de Oliveira¹ 

O objetivo deste artigo é aproximar analiticamente duas literaturas que geralmente caminharam apartadas: a de movimentos sociais e a de partidos políticos. Propomos um debate sobre os processos de formação de identidade coletiva e de identidade partidária junto com elementos que definem a escolha de estratégia dos movimentos sociais e dos partidos políticos. Argumentamos que questões de identidade e de estratégia terão peso importante para estabelecer as interações entre movimentos sociais e partidos políticos e que tais interações podem ocorrer a partir da intermediação de lideranças sociopartidárias influentes tanto no campo social quanto no partidário. A discussão teórica foi desenvolvida com base em estudo de caso que observou a articulação de líderes do movimento ambientalista com partidos políticos, especialmente com o Partido dos Trabalhadores, desde a década de 1980 até o processo de formação da Rede Sustentabilidade. A intermediação da líder Marina Silva entre mundo social e mundo partidário foi fundamental para que lideranças do movimento ambientalista adentrassem os partidos políticos e suas arenas: legislativa, governamental e eleitoral. Concluímos que a relação prévia do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores foi crucial para a decisão de ambientalistas se engajarem na formação de um novo partido, a Rede Sustentabilidade.

Palavras-chave: movimentos sociais; partidos políticos; interação movimento social e partido político; Partido dos Trabalhadores; movimento ambientalista

Introdução²

O movimento ambientalista no Brasil reserva importante peculiaridade se comparado a movimentos equivalentes nos Estados Unidos e Europa: uma relação muito próxima com o sistema político desde o seu surgimento, na década de 1980 (Hochstetler e Keck, 2007). Diferentes estudos observaram como ambientalistas articularam campanhas para a eleição de candidatos aliados à causa ambiental e à promoção da democracia; buscaram auxiliar e fortalecer mandatos legislativos com os quais construíram

¹ Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília (DF), Brasil.
E-mail: <mariliasoliveira@gmail.com>.

² Agradeço as ricas contribuições dos pareceristas da revista *Opinião Pública*, as quais foram essenciais para a melhoria do artigo.

parcerias; assessoraram governos em âmbitos municipal, estadual e federal; e trabalharam para a formação de partidos políticos, tais como o Partido Verde e a Rede Sustentabilidade (Pádua, 1987; Viola, 1987; Bernardo, 1999; Alonso, Costa e Maciel, 2007; Hochstetler e Keck, 2007; Losekann, 2009; Abers e Oliveira, 2015; Oliveira, 2016). Lideranças do movimento ambientalista foram indispensáveis para a criação e o fortalecimento das instituições públicas brasileiras na área ambiental (Hochstetler e Keck, 2007).

As análises sobre a ação política do movimento ambientalista no Brasil focam, principalmente, nas suas interações com o executivo (Alonso, Costa e Maciel, 2007; Hochstetler e Keck, 2007; Losekann, 2009; Abers e Oliveira, 2013, entre outros autores) e com o legislativo (Bernardo, 1999; Hochstetler e Keck, 2007; Araújo, 2007, 2013). Poucos trabalhos abordaram essa ação a partir da interação do movimento com partidos políticos (Oliveira, 2016). Essa perspectiva importa, especialmente, porque esse é o único movimento social brasileiro que criou dois partidos políticos em sua história: o Partido Verde, em 1986, e a Rede Sustentabilidade, em 2015, além de ter construído conexões importantes com partidos políticos, especialmente com o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, o objetivo deste artigo é observar interações de atores do movimento ambientalista com partidos políticos desde seu surgimento, na década de 1980, até a articulação de lideranças do movimento para a formação do partido político Rede Sustentabilidade (Rede), em 2013. Pretendemos trabalhar a seguinte questão: Quais elementos aproximam e distanciam movimentos sociais e partidos políticos? De forma mais específica, buscamos compreender como atores de movimentos sociais e partidos políticos se unem, como interagem ao longo do tempo e como superam os conflitos que surgem dessa relação.

Apresentamos três argumentos para o desenvolvimento da análise: i) as identidades e estratégias assumidas por movimentos sociais e por partidos políticos são elementos que os aproximam no processo de viabilizar a realização de objetivos em comum e de alcançar eficácia política³ em suas lutas, mas também contribuem para o surgimento de conflitos entre ambos, quando há mudanças em suas identidades e estratégias, podendo distanciar-los na relação por vez construída; ii) as identidades e estratégias partilhadas podem ser ativadas pelas múltiplas identidades encontradas nos atores que fazem parte de movimentos sociais e/ou de partidos políticos; e iii) as lideranças sociopartidárias, líderes no partido e no movimento, exercem papel crucial na mediação, no formato e na intensidade da interação entre as diferentes partes, o que pode dar sobrevida à interação ao longo dos anos.

³ Compreendemos eficácia política como a capacidade dos movimentos sociais de adequarem seus meios com vistas a atingir suas metas, realizarem seus objetivos políticos e provocarem mudança social (cf. Tatagiba, 2008). O mesmo conceito se aplica para eficácia política dos partidos políticos, porém, considerando para esses últimos a conquista de votos no mercado eleitoral.

Para Rosenblum (2008) e Heaney e Rojas (2007, 2015), nas interações que atores de movimentos sociais engendram com partidos políticos, especialmente nas situações de conflito, a identidade partidária terá preponderância em relação à identidade coletiva dos movimentos sociais, pois eles a consideram mais forte e representativa de maior pluralidade de grupos sociais. Neste artigo, entendemos que as identidades dos atores sociais e políticos são processuais e que se transformam à medida que diversificam suas relações. O fato de os movimentos sociais se aproximarem e interagirem com partidos políticos, ainda que sua identidade coletiva seja transformada nessa relação, não implica necessariamente que ela será eclipsada ou preterida pela identidade do partido político. Esse fenômeno pode acontecer, mas não é determinante. A identidade que membros dos partidos políticos desenvolveram com sua legenda também será transformada nessa interação e pode igualmente ser preterida por uma outra forma de identidade social, provavelmente quando o partido político não distribui adequadamente os incentivos de identidade e solidariedade necessários para reforçar a lealdade dos membros – e aqui consideramos também simpatizantes – aos partidos políticos, elementos não considerados nem por Rosenblum nem por Heaney e Rojas.

As interações entre movimentos sociais e partidos políticos são recorrentemente apontadas pela literatura especializada como um problema de pesquisa importante. Há não muito tempo, os estudos raramente aprofundavam as análises dessa interação, muito mencionada, mas pouco explorada (Combes, 2009; McAdam e Tarrow, 2010). Essa situação está se transformando (Gold e Peña, 2018) e já podemos classificar bons estudos que tentam abordar essa questão sob diferentes perspectivas⁴. Contudo, a maioria concentra as observações em momentos específicos, como em processos de abertura democrática na América Latina e no Leste Europeu (Alvarez, 1990; Glenn, 2003; Van Cott, 2005; Combes, 2009), em campanhas eleitorais (Blee e Currier, 2006; Fischer, 2012; Gold e Peña, 2018) ou em contextos sociais e políticos críticos que geram grandes protestos, como nos casos recentes da Primavera Árabe, da luta contra medidas econômicas austeras na Europa (Taibo, 2011; Bringel, 2015) e do processo de *impeachment* da presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff (Alonso e Mische, 2016; Dias, 2017; Tatagiba, 2018). Os efeitos da relação cotidiana entre partido e movimentos sociais, e em perspectiva histórica, ainda não foram explorados pela literatura no Brasil⁵.

Pretendemos suprir essa lacuna, analisando interações entre movimentos sociais e partidos políticos. Todavia, partimos de um foco analítico no movimento ambientalista, uma vez que este artigo é fruto de pesquisa que buscou compreender mecanismos que

⁴ Algumas referências são: Della Porta e Rucht, 1995; Poguntke, 2001; Desai, 2003; Goldstone, 2003, 2004; Kitschelt, 2006; Anria, 2013; Cowell-Meyers, 2014; Heaney e Rojas, 2015; Schlozman, 2015; Von Bülow e Bidegain, 2015; Abers e Oliveira, 2015; Meza e Tatagiba, 2016; Oliveira, 2016; Della Porta et al., 2017; Albala, 2018; Pirro, 2019.

⁵ O trabalho de Meza e Tatagiba (2016) sobre interações do movimento feminista com o sistema partidário na Nicarágua entre 1974 e 2012, faz detalhado apanhado histórico com importante contribuição teórica e empírica sobre os processos de interação entre movimentos sociais e partidos políticos. Todavia, o estudo está centrado na Nicarágua e não no Brasil.

acionam e sustentam a interação desse movimento com partidos políticos ao longo do tempo. Observamos uma interação próxima e continuada do movimento com o Partido dos Trabalhadores (PT), o que possibilitou fazer análises sobre a ação desse partido em sua relação com o movimento ambientalista, mas o foco é este último.

Dessa forma, por meio de um estudo de caso aprofundado, buscamos evidências de mecanismos de como atores se engajam em certos processos de ação coletiva para produzir resultados. Acionamos as literaturas de movimentos sociais e de partidos políticos, estabelecendo paralelos entre elementos próprios de cada uma: identidade e estratégia coletivas; identidade e estratégia partidárias; e o papel das lideranças sociopartidárias, construindo pontes entre esses dois campos relacionais. A partir desse diálogo, propomos dois quadros de análise da relação entre movimento social e partido político, com destaque para o papel das lideranças sociopartidárias. Não pretendemos, com isso, propor generalizações sobre interações entre movimentos sociais e partidos políticos, mas trazer condições específicas do caso estudado que promoveram a ação conjunta do movimento ambientalista com partidos políticos.

Para a condução do estudo, realizamos 43 entrevistas entre os anos 2013 e 2015. Com o intuito de preservar a identidade das pessoas, numeramos cada entrevista. Optamos por essa forma de apresentação porque alguns entrevistados solicitaram anonimato, por revelarem informações que poderiam lhes causar conflitos. Há perdas para o trabalho ao assumirmos o anonimato dos entrevistados, porém, posto na balança, a perda seria maior se não pudéssemos utilizar a informação por eles concedida.

Kathryn Hochstetler, que realizou pesquisa no Brasil sobre a formação do movimento e das instituições ambientalistas no país, gentilmente cedeu diferentes documentos com registros sobre atividades dos ambientalistas, partidos políticos e instituições públicas e também um estoque de mais de 30 entrevistas realizadas durante as décadas de 1980 e 1990 com diferentes atores⁶. Esse material foi essencial para reconstruirmos a dinâmica de interação entre movimento e partido naquele período. Algumas das pessoas entrevistadas por essa autora foram novamente acessadas durante a condução da pesquisa que estrutura este artigo.

Na sequência desta Introdução, em "Caracterizando movimentos sociais e partidos políticos", discorreremos sobre o processo de formação de identidades e estratégias coletivas e partidárias, abordamos a interação entre movimentos sociais e partidos políticos em função de identidades e estratégias partilhadas e defendemos o importante papel que lideranças sociopartidárias, presentes nos movimentos sociais e nos partidos políticos, exercem no formato, na intensidade e na longevidade da interação entre os atores dos

⁶ Kathryn Hochstetler é atualmente professora do Departamento de Desenvolvimento Internacional da London School of Economics and Political Science. Os resultados de sua pesquisa acerca do ambientalismo no Brasil, realizada durante as décadas de 1980 e 1990, podem ser encontrados no livro *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*, que escreveu em coautoria com Margaret Keck (Hochstetler e Keck, 2007).

diferentes grupos. Por fim, trazemos o “Estudo de caso” que sustentou a elaboração teórica que apresentamos e a “Conclusão” do artigo.

A análise, que observa 30 anos de ação do movimento ambientalista, revela quanto ele se articulou com partidos políticos, especialmente com o PT, para alcançar êxito em seu objetivo de influenciar as instituições públicas e conquistar eficácia política em suas ações. Esses atores sociais, além das ações de protesto, também escolheram as arenas partidárias para exercerem sua luta⁷. A análise revela ainda que foi fundamental a mediação de uma liderança sociopartidária, Marina Silva, para definir o formato e a arena prioritária da interação.

Caracterizando movimentos sociais e partidos políticos

Movimentos sociais, partidos políticos e grupos de interesse são constantemente comparados uns com os outros por serem analisados dentro de um padrão geral de intermediação de demandas e de interesses (Kitschelt, 1990, 2006). Entre eles, observamos algumas semelhanças e também diferenças marcantes. Para Della Porta e Diani (2006), a diferença fundamental se assenta no fato de que os movimentos sociais não são organizações, nem mesmo um tipo peculiar delas, como são os partidos políticos e grupos de interesse. Eles são redes que podem ou não incluir organizações, dependendo de circunstâncias especiais. Como consequência, uma organização, independentemente de seu traço dominante, não pode ser um movimento social (p. 25). Abordaremos, nesta seção, características específicas que configuram os movimentos sociais e os partidos políticos, com a intenção de marcar aquilo que os compõe e os mecanismos que os aproximam e também que os distanciam enquanto atores intermediadores de demandas e de interesses.

Movimentos sociais, identidade e estratégia coletivas

O conceito de movimentos sociais é prenhe de significados. Elaborar, a partir de referências na literatura, o sentido que ele assume neste artigo é fundamental. Diani (2003) define movimentos sociais como atores engajados em processos sociais que estão envolvidos em relações de conflito com um oponente claramente identificado, partilham identidade coletiva e estão conectados por redes informais. A ação coletiva desses atores é conduzida num contexto de redes interorganizacionais que precedem campanhas e coalizões específicas e sobrevivem a elas (Diani e Bison, 2004). Essas vinculações possuem razões estratégicas e táticas para que os movimentos sociais, articulados em rede, alcancem seus objetivos.

⁷ Arenas partidárias: eleitoral, governamental e parlamentar (Ribeiro, 2008).

Na literatura sobre movimentos sociais, correntes importantes os posicionaram ora como autônomos ao Estado, ora em posição de conflito com esse ator, contra o qual os movimentos sociais deveriam medir forças (Abers e Von Bülow, 2011). Os movimentos sociais, todavia, não devem ser analisados apenas como forças reprimidas que lutam contra o Estado. Ao contrário, pesquisas empíricas vêm demonstrando repetidamente que os atores e as estruturas dos partidos políticos, do Estado e dos movimentos sociais são interdependentes (Goldstone, 2003, 2004; Almeida, 2006; Silva e Oliveira, 2011; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Gurza Lavalle e Szwako, 2015; Rossi e Von Bülow, 2015; dentre outros). Para Mische (2008), eles são constituintes do sistema político em suas ações de apoio e trocas com os partidos políticos, os burocratas e as constelações de grupos e dinâmicas que se formam durante os processos eleitorais, de campanha política e de protesto. Dessa feita, mapear o campo das relações dos movimentos sociais com outros atores e grupos que afetam suas atividades é fundamental.

Cada movimento social se organiza e se estrutura de forma distinta. Eles constroem identidade coletiva própria, elaboram estratégias e escolhem o formato de ação. Neste artigo, focalizamos a importância da identidade coletiva e da estratégia dos movimentos sociais para a relação com partidos políticos.

A identidade coletiva é um processo recorrente de ativação das relações que vinculam os atores sociais e nas quais indivíduos partilham orientações e o campo de oportunidades e ameaças onde a ação coletiva acontece (Melucci, 1996, p. 70). Concebida como um processo, está associada a redes de relações ativas entre atores que interagem, se comunicam, influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões. Com isso, as formas que se organizam e os modelos de liderança dos grupos sociais, que definem identidade coletiva, são partes constitutivas e também resultados da influência das relações em rede. Para Tilly (2005), os indivíduos e grupos terão tantas identidades quantas forem as relações e laços sociais que construírem com outros indivíduos e grupos, e, conforme mudam suas relações sociais, mudam igualmente suas identidades. Melucci (1996), todavia, defende que a identidade coletiva nunca é inteiramente negociável, porque a participação na ação coletiva está dotada de significados para os indivíduos e para o grupo.

Ao discorrer sobre os dilemas que envolvem as identidades coletivas dos movimentos sociais, Mische (2008) apura a compreensão de Tilly e de Melucci ao afirmar que o processo de construção e transformação de identidade repousa nas redes relacionais dos atores sociais que se ligam pelas histórias e projetos a eles associados. Os projetos são um horizonte de possibilidades mais ou menos aberto, estruturado culturalmente por meio de narrativas existentes, e implicam orientação, missão, vocação, num engajamento autoconsciente de um futuro mutável (Mische, 2001, p. 139). Conforme os indivíduos e grupos elaboram suas ações futuras, eles redefinem estrategicamente a ação e, portanto, as relações sociais e a identidade coletiva.

Quando os indivíduos mudam de um ambiente organizacional para outro, os alinhamentos que tinham com determinado grupo se transformam ao longo do tempo, afetando as identidades coletivas dos atores sociais, que passam a ser múltiplas. Nesse aspecto, Mische (2008) argumenta que a identidade múltipla dos agentes impõe uma série de desafios aos movimentos sociais, tais como: Quais identidades representam e quais projetos defendem? Qual identidade ou projeto deve se sobrepôr ao outro?

O que a autora chama de projeto tem um efeito importante para a identidade coletiva, pois, conforme os indivíduos e grupos elaboram suas ações futuras com os projetos – em função da resignificação que fazem de experiências passadas e da interpretação de contextos, favoráveis ou não à ação coletiva no presente –, eles redefinem a ação, as relações sociais e a identidade coletiva. Essa constatação nos autoriza a considerar que, se atores políticos – vinculados a partidos políticos – fazem parte da rede relacional dos movimentos sociais, ou se atores sociais e políticos fazem parte do mesmo movimento e do mesmo partido simultaneamente, esses atores que carregam seus grupos consigo poderão influenciar a identidade coletiva dos movimentos sociais e também poderão influenciar a identidade partidária. Essa identidade pode ser partilhada em função dos projetos que defendem e que podem orientar suas ações em conjunto. Assim, a identidade coletiva é uma categoria útil de análise, que incorpora elementos essenciais ao nosso estudo, como: aspecto relacional; influência do ambiente organizacional; e projeto.

Trabalhamos com a perspectiva de que a identidade assumida pelos grupos influenciará a formulação das estratégias da ação coletiva. Isto é, estratégia está em forte associação com elementos simbólicos. Conforme assinala Jasper (1997, 2014), essa ligação é balizada pelos valores do grupo, experiências, ideologia e cultura que direcionam os ativistas para as estratégias que lhes são familiares, de acordo com valores individuais e identidades coletivas.

Estabelecer a existência de estratégia de movimentos sociais e analisá-la não são tarefas fáceis, pois o que é mais visível às observações sobre movimentos sociais são suas táticas⁸ (Donoso, 2017). Ademais, não há consenso na literatura sobre como definir estratégias. Assim, sintetizando diferentes trabalhos sobre o tema, Donoso (2017, p. 68) adotou uma abordagem geral que nos é útil: estratégias podem ser pensadas como um plano de ação coletiva com intenção de alcançar certos objetivos. Para a autora, isso envolve tomar decisões sobre demandas e táticas, sobre os alvos de reclamações dos movimentos e as arenas nas quais se engajam na ação coletiva. Segundo Meyer e Staggenborg (2008, 2012), a escolha de estratégia envolve processos de tomada de decisão nas interações com movimentos de oposição, autoridades e outros atores do campo multiorganizacional do movimento (2008, p. 213). Tal como identidade coletiva, a escolha de estratégias depende do processo relacional.

⁸ Estratégia é um plano de ação para atingir determinado objetivo. Táticas são os meios específicos de implementar estratégias e compreendem as formas de ação coletiva adotadas pelos movimentos (Meyer e Staggenborg, 2008, p. 213-214).

O entendimento sobre estratégia que consideramos neste artigo é: um plano de ação elaborado a partir de interações diversas entre atores do grupo e outros atores das redes do movimento. Aspecto relacional, demandas, táticas e alvos são os elementos da estratégia que auxiliam a elaborar plano de ação em comum. Ela é, ainda, influenciada por contextos culturais e simbólicos, como a identidade coletiva, e reflete o que os movimentos sociais são.

Partidos políticos, identidade e estratégia partidárias

A literatura sobre partidos políticos é extensa e apresenta modelos analíticos que foram refeitos e ampliados ao longo dos anos. Numa análise funcional dos partidos políticos, Schattschneider (1964, p. 61) assinalou que partido é, antes de tudo, um intento organizado de alcançar o poder, entendendo por tal o controle do aparato estatal. A vida dos partidos, para o autor, gira em torno da posse do poder ou da luta por ele. Apesar de, na literatura sobre partidos políticos, o número de trabalhos que os definem a partir de seus objetivos ser vultoso, Panebianco (2005) considera esse recorte um preconceito teleológico e afirma que o que distingue os partidos políticos de outras organizações é o “ambiente específico no qual desenvolvem uma atividade específica (...), somente os partidos atuam na arena eleitoral disputando votos” (p. 11). Sua ação, todavia, extrapola a arena eleitoral e alcança igualmente as arenas parlamentar e governamental (Ribeiro, 2008).

Na década de 1990, ganhou força na ciência política um modelo que aproximou os partidos políticos do Estado e os distanciou da sociedade, o partido cartel⁹. Katz e Mair (1995), proeminentes dessa literatura, defendem que as ligações estabelecidas com o Estado são igualmente ou mais importantes do que seus vínculos com a sociedade civil. Os autores argumentam que o exercício de poder no governo e o espaço conquistado no parlamento foram experiências determinantes para a sobrevivência dos partidos políticos, uma vez que permitiram seu acesso a recursos estatais considerados vitais. Nessa lógica, os vínculos com o Estado são considerados cruciais, contribuindo para uma partidarização do Estado, que se coloca entre o partido e a sociedade.

Apesar da onda que entrelaçou partidos políticos e Estado de forma determinante e ganhou espaço na literatura sobre organizações partidárias, são também registradas pesquisas que concebem os partidos políticos principalmente como campos de atores heterogêneos e largamente variados que estão informalmente interconectados, os partidos em rede (Schwartz, 1990; Bernstein, 2005; Schlozman, 2015). Dentro dessa abordagem, partidos não são estruturados apenas por entidades que se organizam formalmente sob o rótulo partidário, mas incluem pessoas e organizações que trabalham de forma regular

⁹ Partido cartel: um partido diferente para o qual a conquista de espaços no parlamento e no governo é fundamental para sua sobrevivência, uma vez que permite acesso do partido a recursos considerados vitais (Katz e Mair, 1995).

para promover e/ou moldar os interesses do partido, como grupo de ativistas, profissionais de campanha e consultores que, em alguns momentos, podem ser filiados ao partido, participando de sua estrutura formal, mas, em outros, são apenas pessoas vinculadas a candidatos, a campanhas específicas, ao braço executivo ou legislativo do governo, a doadores, a grupos de interesse associados ou não ao partido (Bernstein, 2005; Heaney et al., 2009) e a movimentos sociais (Schwartz, 2006; Heaney e Rojas, 2007, 2015; Schlozman, 2015).

Heaney e Rojas (2015) consideram que, apesar de ter componentes organizados formalmente, a totalidade da organização partidária é muito mais informal do que formal, o que confronta correntes clássicas da literatura sobre organização partidária. Nessa abordagem, os atores que compõem o chamado setor informal dos partidos políticos são, em muitos casos, considerados tão essenciais a eles quanto o são seus filiados e oficiais internos (Schwartz, 1990; Bernstein, 2005; Schlozman, 2015). Essa abordagem abriu avenidas para explorarmos a influência de movimentos sociais nas organizações partidárias e também nas arenas em que atuam.

Quando se trata de identidade partidária, tem-se à mão um leque de diferentes enquadramentos que podem se referir desde à ideologia da organização partidária até à capacidade de eleitores se identificarem com a imagem externa de determinados partidos políticos. Pode se tratar da identidade dos membros do partido com sua organização ou dos eleitores com diferentes partidos políticos. Para Borges e Vidigal (2018, p. 56), as pesquisas sobre identidade partidária eleitoral se baseiam em duas linhas de pensamento: i) a formação da identidade com um partido a partir de sentimento de apego pessoal, afetivo, com base em sentimentos de proximidade com os grupos sociais vinculados às partes, que seria uma conexão psicológica; e ii) identidade partidária determinada por eventos, personalidades e temas políticos importantes.

Com adesão à primeira linha, Rosenblum (2008, p. 336) assinala que identidade partidária se refere à “filiação declarada de um eleitor com um partido político, a qual tem elementos cognitivo e afetivo. É uma questão de identificação pessoal e não um *status* legal ou filiação (...)”. A identidade partidária, nesse contexto, se estabelecerá por elementos simbólicos do eleitor com a organização partidária”. Para Janda et al. (1995), que se enquadram na segunda linha, a identidade partidária é definida como a imagem que os cidadãos trazem à mente quando pensam sobre determinado partido. Os autores defendem que os partidos políticos desenvolvem sua identidade através das diferentes faces que apresentam para o público: a identidade pode ser moldada pelos líderes e apoiadores do partido quando estão no governo; pode ser formada pela sua face organizacional; e pelas posições que tomam relativas a questões políticas, ou *issues*.

Uma vez que lideranças, apoiadores, organizações partidárias e políticas/*issues* mudam ao longo do tempo, os partidos políticos exibirão diferentes identidades. Eles podem ter certo controle ao moldar sua imagem, influenciando a forma como os eleitores os identificam, ou podem não ter controle nenhum, quando ocorrem casos de corrupção e

escândalos que maculam sua face pública e organizacional (Janda et al., 1995, p. 172). Samuels e Zucco (2018) destacam as crises econômicas e escândalos políticos envolvendo lideranças partidárias como elementos que afetam consideravelmente a identificação dos eleitores com partidos políticos. Nessa perspectiva, a identidade partidária tende a se deslocar à medida que as pessoas acessam informações e formam novas atitudes políticas (Borges e Vidigal, 2018). Sobre a identidade partidária dos membros do partido, Panebianco (2005) argumenta que a ideologia do partido – manifesta ou latente – é o que alimenta as lealdades dos seus membros por meio da distribuição de incentivos coletivos de identidade e os incentivos seletivos. O primeiro incentivo é administrado de forma igual a todos os membros, ao passo que o segundo, que pode ser material e de *status*, é distribuído de forma desigual a alguns membros do partido. Os partidos necessitam das duas formas de incentivos, que devem estar em equilíbrio na organização partidária.

Os incentivos seletivos materiais podem ser a distribuição de cargos e salários, e os incentivos seletivos de *status* se referem à distribuição de recursos e posições de poder, geralmente dentro da estrutura estatal. Importante atentar para o fato de que consideramos que os incentivos influenciam também os atores sociais que agem no partido informal e que não são necessariamente membros formais dos partidos políticos. Extrapolamos a linha do partido formal porque entendemos que, muitas vezes, atores que atuam na órbita do partido e que não são a ele filiados terão mais influência na política partidária do que seus próprios membros¹⁰.

A identidade partidária é alimentada, prioritariamente, pela ideologia, que também demarca o território político do partido. Seguindo o trabalho de Panebianco (2005), Ribeiro (2008) explica que a ideologia terá credibilidade apenas se for expressa, por meios práticos e imediatos, em uma linha política que apresenta os esforços empregados para a consecução dos objetivos ideológicos. De acordo com o autor, a linha política, centro simbólico da identidade partidária, estabelece a atuação tática do partido e, dessa maneira, define a identidade externa e reforça sua contraparte interna ao partido.

Distintos grupos da elite do partido possuem sua própria e concorrente linha política, por meio da qual distribuirão incentivos àqueles que os apoiam. As elites competem entre si pelo controle da linha política predominante. Dá-se, internamente ao partido, competições e distintos jogos de poder vinculados a interesses e preferências. Dentro dessa dinâmica, o elemento simbólico do partido, a ideologia, é mantido em razão da distribuição de incentivos relativos a elementos simbólicos, mais especialmente a elementos materiais e de poder.

Dessa forma, a identidade da organização partidária é construída, em boa parte, em função dos interesses de poder. Ela é calcada em disputas internas, que alcançam atores externos ao partido, e se mostra fraturada pela competição das linhas políticas. Já que as linhas são o centro simbólico da identidade partidária e estabelecem a atuação

¹⁰ Defendemos essa posição apoiados no trabalho de Heaney e Rojas (2015); Schlozman (2015); Schwartz (2006), entre outros pesquisadores já citados neste artigo.

tática do partido, no processo de competição, a identidade partidária pode sucumbir às necessidades táticas dos concorrentes em busca de poder. Isso vale tanto para partidos tradicionais quanto para partidos de esquerda, mais leais à sua ideologia e estrutura organizacionais, especialmente após experiências de mandato no poder Executivo (Katz e Mair, 2009).

Observamos um forte enlace entre identidade e estratégia, mas o elemento estratégico parece ter preponderância nos cálculos partidários, ao passo que, para os movimentos sociais, essa equação pode ser mais equilibrada. Antes de avançar, importante expor elementos trabalhados na identidade partidária: i) identidade dos eleitores: aspectos afetivos/cognitivos; papel dos líderes do partido, sua face organizacional, *issues* defendidas e aspectos externos como crises e escândalos; ii) identidade dos membros do partido: incentivos coletivos de identidade, incentivos seletivos. A diferença entre a identidade dos eleitores e a dos membros do partido é apenas analítica e não supõe que não haja influência dos distintos elementos em eleitores e partidários. Aqueles que atuam na parte informal do partido também serão influenciados pelos diferentes elementos.

Sobre estratégia e identidade partidárias, seguimos a orientação já exposta neste artigo de que ambas estão imbricadas, e Panebianco e Ribeiro sinalizam que essa relação é também factível para o estudo sobre partidos políticos. A literatura que evoca as estratégias dos partidos políticos parece se basear fortemente na dinâmica da competição que ocorre no mercado eleitoral (Schattschneider, 1960; Mair, 1997; Hug, 2001; Meguid, 2005) para definir a escolha de estratégias pelos partidos políticos. Schattschneider (1960) afirma que estratégias e táticas estão direcionadas para a conquista de votos e de poder. De acordo com Mair (1997), a existência de um mercado eleitoral pode ser vista como uma condição necessária e suficiente para a competição partidária em que os partidos disputam espaço, para além da arena eleitoral, nas arenas legislativa e governamental.

Assim, a estratégia partidária normalmente é guiada pela dinâmica do mercado, pela realização de interesses e pela conquista de votos, poder e espaço político no sistema eleitoral e no governo. A ideologia do partido, conforme estabeleceu Panebianco, também pode ser elemento importante para a estratégia partidária e, de acordo com Mair (1997), as políticas de identidade terão influência sobre o grau de abertura de um mercado eleitoral, bem como sobre as estratégias partidárias. Porém, as estratégias necessárias para obter sucesso no mercado eleitoral e sustentação nas arenas partidárias podem afetar as ideologias dos partidos políticos, dilema intrínseco aos partidos de esquerda¹¹. O mercado eleitoral e a conquista de votos e poder são elementos da estratégia partidária. No caso de partidos de esquerda, os elementos estratégicos *versus* a manutenção de sua ideologia são marcadores importantes.

¹¹ Por exemplo, vários partidos de esquerda europeus reorientaram sua organização, estratégias e identidade após assumirem mandatos no poder Executivo em meados do século passado (Mair, 1997). O Partido Social Democrata da Alemanha Oriental, em 1959, realizou congresso em que oficialmente anunciou sua modernização e moderação ideológica, o que refletia sua experiência no governo (Ribeiro, 2014).

O Quadro 1 sintetiza os elementos trabalhados das identidades e estratégias coletivas e das identidades e estratégias partidárias:

Quadro 1
Elementos analíticos de identidades e estratégias coletivas e partidárias

	Elementos
Identidade coletiva	Aspecto relacional; influência do ambiente organizacional; projeto.
Estratégia coletiva	Aspecto relacional; demandas; táticas e alvos => plano de ação comum.
Identidade partidária	Dos eleitores: aspectos afetivos/cognitivos; papel dos líderes do partido; sua face organizacional; e <i>issues</i> . Dos membros do partido: incentivos coletivos e incentivos seletivos.
Estratégia partidária	Mercado eleitoral; votos e poder; ideologia.

Fonte: Elaboração própria.

Movimentos sociais em interação com partidos políticos: o papel das lideranças sociopartidárias

Em consonância com a literatura especializada, movimentos sociais são redes informais de organizações e indivíduos que compartilham identidade coletiva e estratégias de ação coletiva que são pouco comuns aos partidos políticos, organizações de natureza estritamente política que, no geral, se orientam pela busca de poder e de voto. Ambos são conjuntos descentralizados e distintos de organizações e indivíduos estrategicamente motivados. Em algumas situações, a literatura considera que podem partilhar estratégias e reforçar a identidade um do outro (Schwartz, 2006), mas tanto as estratégias quanto a identidade dos movimentos e dos partidos podem ser construídas em processos e com propósitos distintos, conforme defendem Heaney e Rojas (2015). Eles não são atores unificados nem homogêneos. Como movimentos e partidos trabalham juntos ou formam alianças sob essas condições? Ainda, diante dos conflitos intrínsecos da relação entre atores heterogêneos, como se mantêm as interações ao longo dos anos?

Dentro do prisma das estratégias, assumimos que a aproximação entre atores sociais e político-partidários pode acontecer em função de demandas, táticas, alvos e plano de ação compartilhados com a intenção de alcançar objetivos em comum (cf. Donoso, 2017) e eficácia política nas lutas em que se lançam conjuntamente. O plano de ação será orientado por elementos estratégicos e também simbólicos e pode ser posto em prática tanto para fortalecer a posição e a luta dos movimentos sociais em situações de protesto como para apoiar partidos políticos em campanhas políticas e eleitorais.

As identidades coletiva e partidária também são responsáveis pela aproximação entre atores sociais e político-partidários. Isto é, atores que se reúnem em movimentos

sociais e constroem uma identidade coletiva podem se aproximar de um partido político por várias razões: pelas *issues* que o partido defende; por adesão ao posicionamento político de lideranças desse partido; e pela sua face organizacional (cf. Janda et al., 1995) ou mesmo por questões afetivas ou cognitivas (cf. Rosenblum, 2008) e incentivos coletivos e seletivos, desenvolvendo com o partido lealdade e identidade partidária (cf. Panebianco, 2005). A aproximação pode ocorrer com a vinculação formal de eleitores aos partidos políticos ou pela ação na órbita ou no campo relacional dos partidos, conforme a proposta de partido informal acima apresentada. Nessa última perspectiva, consideramos que os incentivos coletivos, que reforçam a identidade partidária, e também os incentivos seletivos valerão para os membros partidários e para aqueles que atuam no partido informal, ou formal, no caso do partido movimento.

Para os partidos políticos, atentos à conquista de votos e de poder, a aproximação com movimentos sociais mobiliza sua rede de apoio social, que pode transferir força e legitimidade para suas causas, linhas políticas e ideologia. Isso alimenta a identidade partidária de dentro e de fora da organização. Todavia, um realinhamento de identidade e/ou de estratégia de ambos os grupos pode desestabilizar e afetar os vínculos entre movimentos sociais e partidos políticos, rompendo com relações outrora profícuas.

Atores vinculados, ao mesmo tempo, a partidos políticos e a movimentos sociais podem exercer a função de elo entre esses dois grupos. Ao considerar a proposta de filiações grupais de Simmel (1955), de que indivíduos pertencentes a grupos diferentes são portadores das identidades desses grupos, entendemos que ativistas políticos presentes em movimentos sociais e partidos políticos, com suas múltiplas identidades, constroem as pontes e alianças entre estes. Essa abordagem já foi trabalhada por Mische (2001, 2008) em diferentes estudos nos quais defende que lideranças com dupla ou múltiplas identidades conectam grupos diferentes, exercendo o papel de *brokers*, e que, a depender do “público”, uma ou outra identidade irá se sobrepor. Para Heaney e Rojas (2007, 2015) e Rosenblum (2008), a identidade partidária sempre se sobrepõe à identidade coletiva dos movimentos sociais, especialmente em situações de conflito, porque a julgam a mais forte e representativa de vários grupos sociais.

Neste artigo, abordamos exatamente a situação oposta, de que os movimentos sociais podem preferir reforçar sua identidade nas diferentes interações que estabelecem com partidos políticos, inclusive influenciar a identificação que os membros do partido têm com sua legenda. Os autores que defendem a sobreposição da identidade partidária sobre a coletiva não problematizam alguns elementos cruciais aos partidos no sentido de cultivar a identidade e os laços de seus membros e simpatizantes com a organização partidária, como a distribuição de incentivos de pertencimento e solidariedade.

Cada linha política do partido, com suas diferentes elites e lideranças, disputará os incentivos seletivos que, de acordo com Panebianco (2005), têm influência no fortalecimento da ideologia e da identidade partidárias de seus membros. São, portanto, estratégicos e podem definir a permanência ou não de apoiadores e atores em suas

organizações partidárias. Nesse aspecto, a falta de incentivos para o apoio ao partido e para a permanência nele pode levar aqueles que também têm atuação nos movimentos sociais a se sentir livres para assumir novas referências e identidades. Diante desse dilema, propomos uma discussão sobre lideranças sociopartidárias, que estão presentes em ambos os grupos.

O papel de liderança sociopartidária é fundamental para analisar as interações entre movimentos sociais e partidos políticos, pois, além das identidades coletivas e estratégias que aproximam ou separam esses distintos grupos, defendemos que o líder que faz a mediação das interações entre eles pode definir a intensidade, o formato e a longevidade das interações, uma vez que assume ou defende de forma categórica os projetos de um e/ou de outro. No caso dos partidos, as suas lideranças (ou elites) são centrais para definir as políticas partidárias e as novas *issues* que entram na agenda. Elas coordenam as atividades partidárias, supervisionam seus membros e asseguram que todos adiram à linha partidária (Cross e Pilet, 2015). As lideranças recorrem ao recurso dos incentivos coletivos de identidade e seletivos para manter vínculos com os membros do partido e com os eleitores. Os vínculos com os eleitores também são alimentados por aspectos afetivos e por líderes e apoiadores no governo, pela face organizacional, pelas *issues* e pela ideologia, conforme já mencionado. O líder partidário fará a defesa de linha(s) política(s) específica(s) e disputará com outros líderes. No caso de movimentos sociais, a relação líder e liderados se constrói de outra forma.

Para Melucci (1996), o fundamento da liderança repousa nas relações sociais. O autor defende que a identificação é um dos cinco tipos de poder que concedem legitimidade ao líder, isto é, o critério fundamental que governa as trocas entre o líder e sua base de apoio e o fundamento do poder do líder. Esses tipos de poder são: poder de recompensa; poder de coerção; poder de conformidade; poder de identificação; e poder de competência. Para este artigo, interessa especificamente os poderes de recompensa, de identificação e de competência, que legitimam a relação entre ambientalistas e a líder sociopartidária Marina Silva, conforme apresentaremos no estudo de caso.

O poder de recompensa é baseado no reconhecimento de que o líder está apto a fornecer benefícios aos membros e ajudá-los a obter as vantagens que buscam. Esse reconhecimento envolve o estabelecimento de relações contratuais e formas de negociação entre o líder e sua base. O poder de identificação é baseado na identificação dos membros com o líder, no respeito e na aceitação de que ele goza, e na gratificação emocional que ele proporciona. A capacidade do líder de fornecer símbolos de identificação e de reforçar a identidade coletiva é de grande importância, uma vez que, dessa forma, o líder também reforça a estrutura psicológica dos membros individuais (Melucci, 1996, p. 341). O poder de competência significa o reconhecimento dos talentos específicos do líder com respeito aos objetivos do grupo. Sucessos ou falhas ao alcançar os objetivos são o maior ponto de referência ao avaliar a efetividade do líder.

O autor considera as lideranças como combustíveis para o processo de mobilização e ação coletiva dos movimentos sociais. São responsáveis por promover os objetivos, as estratégias e as táticas para a mobilização, prover os meios da ação, manter e reforçar a identidade e mobilizar o apoio da base. Tornar-se um líder, defende Melucci (1996), requer a internalização dos valores e normas do grupo, além de representar e defender esses arranjos normativos (p. 342). Percebe-se, então, que o líder assume um papel de defesa dos projetos dos movimentos sociais, que contêm e reforçam suas identidades, demandas, estratégias, planos de atividade. Ao defender os projetos e obter sucesso em sua jornada, sua base legitima os poderes de recompensa, identificação e competência do líder. Se considerarmos que uma liderança sociopartidária transita em mundos diferentes, social e partidário, ela terá a capacidade de aproximar ou distanciar diferentes atores, a depender do poder de reconhecimento de suas ações em assegurar sucesso na realização dos objetivos de suas bases.

É importante observar que, para exercer o papel de liderança, os mecanismos que ativam e legitimam esse papel devem estar operantes entre líder e liderados de ambos os campos, social e político, para ter efeito. Eles são ativados em função da defesa de projetos dos liderados pelo líder. O Quadro 2 apresenta os elementos analíticos da relação entre liderança sociopartidária e liderados:

Quadro 2
Elementos de análise das lideranças sociopartidárias

	Elementos
Social	Poder de recompensa; poder de identificação; poder de competência.
Partidária	Incentivos coletivos; incentivos seletivos; linhas políticas

Fonte: Elaboração própria.

Estudo de caso

Aproximação do PT e ação na arena legislativa

O movimento ambientalista se constituiu durante o período de transição do regime autoritário para o democrático, entre as décadas de 1970 e 1980. O país vivia o momento de distensão política que conduziu à abertura democrática após anos de ditadura militar. Esse contexto político, para Hochstetler e Keck (2007), contribuiu para configurar um ambientalismo mais politizado e orientado para a esquerda e contribuiu para a construção de fortes relações interpessoais entre ambientalistas nas instituições políticas e na sociedade civil.

Além da formação de novos movimentos sociais durante os anos 1980, essa década também foi marcada pela criação e registro de novos partidos políticos, como o Partido Verde (PV) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, a criação de um partido verde no

Brasil foi controversa, pois parte do movimento era contrária à formação de uma legenda que poderia vir a monopolizar a agenda ambiental e a enfraquecer o movimento, que era recente (Gabeira, 1987). Nesse sentido, o PV não conseguiu o monopólio da representação política para os ambientalistas, que se vincularam a outras legendas partidárias. O apoio do movimento, na época, se concentrou principalmente no Partido dos Trabalhadores e no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (Hochstetler e Keck, 2007; Viola, 1987).

O movimento ambientalista era e é bastante diverso. Parte dos atores e organizações do movimento, ainda na década de 1980, se decidiu por uma atuação técnica, sem envolvimento político; enquanto outra parte entendia que a questão ambiental passava necessariamente pelo debate nas esferas de poder e se articulava em nível nacional. É essa parte que nos interessa. A formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, nos anos 1980, demandou aos ambientalistas a necessidade de se organizarem, caso quisessem influenciar a política e a elaboração da nova Constituição Federal (Alonso, Costa e Maciel, 2007). Para Viola (1987), a Constituinte foi crucial para que atores e grupos do movimento se decidissem pelo envolvimento na política partidária e na arena eleitoral.

Os ambientalistas elaboraram uma Lista Verde, que indicava candidatos sensíveis à causa ambiental em diferentes partidos (tática) e, dessa forma, se mobilizaram para eleger um constituinte com credenciais ambientais (alvo), deixando clara sua estratégia de intervir no plano eleitoral. Isto é, elaboraram um plano de ação, ou uma estratégia, que servia ao movimento e a alguns partidos políticos. Dos 20 candidatos da Lista Verde, apenas um foi eleito, Fábio Feldmann, que se candidatou pelo PMDB com um programa que se constituiu em torno de ideias inovadoras¹². A intenção primeira de Feldmann era se candidatar pelo PT; porém, o candidato não encontrou abertura para desenvolver a pauta ambientalista, considerada assaz burguesa para um partido que se preocupava principalmente em debater direitos sociais e trabalhistas (Bernardo, 1999). Curioso é que na Lista Verde havia uma concentração maior de candidatos filiados ao Partido dos Trabalhadores (11 no total) do que a soma de candidatos de todos os outros partidos (Hochstetler e Keck, 2007).

Apesar da importância de Fábio Feldmann e sua militância ambiental na arena legislativa, inicialmente junto ao PMDB e posteriormente com o PSDB, Hochstetler e Keck (2007) assumem que é inescapável reconhecer o papel fundamental que o Partido dos Trabalhadores exerceu nesse período da história do ambientalismo. As autoras assinalam que, apesar de o PT tratar a questão ambiental como agenda secundária das demandas

¹² Feldmann, enquanto foi constituinte e deputado federal, construiu importantes canais de interlocução entre ambientalistas e a Câmara dos Deputados: a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar Ambientalista, que seriam muito aproveitadas pelos ambientalistas dedicados a defender seus interesses e a influenciar parlamentares na aprovação e bloqueio de projetos de lei que estavam em votação ou em elaboração (Bernardo, 1999).

sociais, esse era o único partido cujas questões programáticas eram seriamente debatidas com seus membros, os quais poderiam mudar o posicionamento do partido (p. 110-111). Dessa feita, o Partido dos Trabalhadores se tornou “casa” para muitos ambientalistas, afirmam as autoras, não apenas por conta do seu originário socialismo, mas porque o partido se comprometeu com práticas de democracia radical e participação direta e com organizações de base. De acordo com Samuels e Zucco (2018), a adesão ao PT, ou ao petismo, ocorreu especialmente em função da identidade que os eleitores criaram com a forma de o partido fazer política.

O PT era um partido de características peculiares no sistema partidário brasileiro, pois se organizou em torno das mobilizações do novo sindicalismo, de movimentos populares, de intelectuais e de setores marginalizados ansiosos por representação política e promoção de uma forma mais democrática de se fazer política (Meneguello, 1989; Keck, 1992). O PT surgiu e se consolidou com uma estrutura organizacional mais flexível no sentido de abertura e inclusão de diferentes setores, organizações e atores sociais. Dentro do modelo de partido expandido abordado neste artigo, a parte informal do PT acolhe uma rede de atores e organizações sociais que não são necessariamente filiados ao partido, mas que atuam em sua órbita, como os movimentos sociais. Nesse sentido, os incentivos coletivos de identidade e mesmo os incentivos seletivos, que envolviam concessão de cargos e posições de poder a seus membros e a apoiadores do partido em campanhas eleitorais exitosas, são importantes para consolidar e manter o apoio de atores sociais ao partido.

Na leitura de importante membro do quadro do PT, o ambientalismo foi se constituindo aos poucos na legenda. O apoio do partido à ação do seringueiro Chico Mendes¹³ e a realização da Eco-92 tiveram grande influência nesse processo. Mas também foi importante o suporte que lideranças ambientais em todo o Brasil deram ao partido em sua fase de consolidação (Entrevista 18, 28/11/2013). Em determinado momento, afirma outro entrevistado, o PT tinha mais ambientalistas do que o PV, e os mais relevantes deles estavam dentro do PT (Entrevista 14, 7/7/2014). Essa informação nos interessa no sentido de mostrar que o surgimento da pauta ambiental no partido vem da ação de lideranças sociais que deram suporte à estruturação partidária, num vínculo orgânico.

A abertura do partido para a participação política de diferentes grupos possibilitou que, nos anos 1990, o PT oferecesse uma importante unidade de suporte político para o ambientalismo: a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD), fundada em 1993. Nessa instância, membros do partido se articulavam com movimentos sociais. Era o único partido que tinha uma instância direcionada para a pauta de meio ambiente e de significativo poder simbólico. Marina Silva teve importante atuação nesse processo. Por meio da SMAD, muitos ambientalistas influenciariam as decisões do PT (Entrevista 14,

¹³ Liderança responsável pela criação do PT no estado do Acre e assassinado em 1988 em razão de sua luta pela defesa dos povos da floresta e da Amazônia.

7/7/2014), atuando no partido formal e informal. Dessa forma, o meio ambiente se tornou uma linha política do PT que fortalecia sua identidade com os ambientalistas, os quais, da sua parte, construíam estratégias de atuação política com o partido.

Ao considerar essas informações e a análise de Hochstetler e Keck (2007), um misto de aspectos afetivos aliados à face organizacional do partido, às *issues*, às políticas de interesse também dos ambientalistas, como democracia e participação direta, e à sua prática política parecem ter influenciado a identidade dos ambientalistas com o partido e também a estratégia de se aproximarem dele. Num momento de abertura democrática, era estratégico apoiar a ação partidária direcionada para a promoção da democracia, que viabilizasse a participação coletiva e difusa dos diferentes grupos da sociedade civil. Assim, os ambientalistas, com suas demandas e táticas e numa relação próxima com a organização partidária, inseriram e auxiliaram a desenvolver a agenda ambiental no PT, que, mais adiante, estabeleceria com ambientalistas um plano de ação comum para as políticas ambientais. Essa dinâmica não acontecia de forma fluida nos outros partidos aqui citados, com exceção do PV, mas esse ainda era um partido questionável para uma parcela dos ambientalistas (Viola, 1987).

Como exposto, na década de 1980, a identificação dos ambientalistas com o partido se dava mais no diapasão da democracia participativa, da estratégia e do formato de articulação política e da sua face organizacional, do que na dimensão do conteúdo ecológico. Não havia lideranças sociopartidárias intermediando diretamente as interações entre partido e movimento. Aqui, vale voltar a Fábio Feldmann e introduzir Marina Silva, importante figura política do PT que começou a se destacar na década de 1990. Em sua atuação político-partidária, Feldmann, que vinha do movimento ambientalista, sempre buscou interface com o setor empresarial e tentou desenvolver instrumentos econômicos para tratar das questões ambientais. O seu ambientalismo é menos social, mais técnico (Entrevista 36, 29/5/2014). Sua compreensão sobre meio ambiente não é a mesma daquela de Marina Silva, que defende o socioambientalismo e se volta para os povos da floresta, elementos que vão assegurar maior proximidade da parlamentar e do partido com os ambientalistas.

Essa observação que estabelece diferença entre a perspectiva de Marina Silva e de Feldmann interessa especialmente em um sentido. Feldmann, dentro do PMDB e PSDB, foi um ator decisivo e de grande importância para as conquistas políticas e sociais obtidas na área ambiental durante as décadas de 1980 e 1990. Ele foi importante *broker* ao conectar atores sociais e políticos. Mas, conforme será apresentado a seguir, Marina Silva foi *broker* liderança. Sua importância para a relação entre movimento e partido político foi muito além daquela exercida pelo ex-deputado. As razões para isso podem ser diversas, tais como: a influência do socioambientalismo¹⁴, que teve boa aderência entre os

¹⁴ O socioambientalismo emergiu com a redemocratização do país, na década de 1980, e redefiniu a ideia de meio ambiente como a relação entre grupos sociais e recursos naturais. A definição do problema ambiental sai exclusivamente das ciências naturais e vai para as ciências humanas (Alonso, Costa e Maciel, 2007)

ambientalistas e do qual Marina Silva se tornou a grande representante; as características do partido que cada um representava; e também o perfil pessoal de cada um dos parlamentares. Apostamos principalmente nesse último elemento e na organização partidária, mas consideramos os outros como relevantes.

O socioambientalismo que se fortaleceu na Amazônia com a ação de Chico Mendes e, posteriormente, de Marina Silva, a qual teve o suporte do PT, é elemento que muda a chave de interação entre atores do movimento e do partido a partir dos anos 1990. A mulher negra, seringueira, petista e jovem chegava a Brasília para assumir o cargo de senadora federal pelo estado do Acre, no ano de 1995. Antes disso, tinha sido deputada estadual, em 1989. Ela foi novamente eleita senadora federal nas eleições de 2002, também pelo PT.

Ao assumir o cargo de senadora, uma das primeiras iniciativas foi elaborar um projeto de lei para regulamentar o acesso aos recursos genéticos, que era de enorme interesse para os ambientalistas brasileiros. Outra agenda com a qual se envolveu intensamente foi a dos transgênicos. Em 1997, a então senadora apresentou projeto de lei que estabelecia moratória no plantio, comércio e consumo de organismos geneticamente modificados e seus derivados. O PT, na pessoa de Luiz Inácio Lula da Silva, também se posicionou contra o plantio dos transgênicos, chegando a apresentar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra tentativas de o governo do PSDB liberar a transgenia no país. Marina Silva tinha apoio da principal liderança de seu partido, Lula, o que fortalecia sua linha política dentro do partido e seu papel de liderança na agenda ambiental.

Ao todo, a ex-senadora apresentou 54 projetos de lei (PL) e mais de 100 proposições, a grande maioria vinculada a assuntos socioambientais e à Amazônia (César, 2010). De acordo com um dos seus assessores, Marina conduzia um “legislar coletivo”, em que consultava a comunidade científica, os diferentes setores da sociedade e, principalmente, os representantes do movimento ambientalista, estruturados em ONGs, que se capacitaram e profissionalizaram para acompanhar a complexidade da agenda socioambiental (Entrevista 19, 7/3/2014). Para representante do Instituto Socioambiental (ISA), organização especializada no trabalho de *advocacy*, Marina Silva estabeleceu

uma relação muito direta com a sociedade civil no âmbito do mandato do Senado (...) ela era, digamos, o porto seguro das nossas demandas no Senado, assim como nós éramos o aparato, o apoio dela, muitas vezes, de produção de subsídios, de propostas, de pareceres para a atuação dela (Entrevista 2, 24/4/2013).

Foi nesse período que os ambientalistas reconheceram em Marina Silva, então no PT, uma grande aliada e a liderança que poderia defender seus projetos. Outros representantes do partido, como Aloisio Mercadante, Eduardo Suplicy e Gilney Viana também eram defensores, de diferentes formas, das causas ambientais (Entrevista 18,

28/11/2013). Os ambientalistas recorriam também à representação da Assessoria Especial de Meio Ambiente do PT, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para influenciar seus parlamentares com ideias socioambientais. Mas Marina Silva era a pessoa a quem recorriam com mais confiança e que mais abordavam para influenciar membros do partido (Entrevista 31, 16/1/2015).

A fala que revela Marina Silva como “porto seguro” dos ambientalistas demonstra como se formou uma relação de confiança de atores sociais com a parlamentar. Os ambientalistas viam nela competência e identidade, o que os lançava a trabalhar em conjunto como estratégia para alcançar eficácia política. E o PT, dessa forma, fortalecia os laços de identidade com os ambientalistas. Essa aproximação com os movimentos sociais mobilizava redes de apoio social que podiam transferir força e legitimidade para as linhas políticas do partido (Panebianco, 2005).

Em suma, a aproximação dos ambientalistas com o PT na década de 1980 se deu por meio da identidade partilhada em relação à defesa e ao fortalecimento da democracia participativa. Na década de 1990, para além de identidades compactuadas, observamos a constituição de plano de ação comum, ou seja, de estratégias a serem defendidas em parceria por ambientalistas e representantes do partido, como Marina Silva. Nessa fase, já registramos a constituição dos poderes necessários para estabelecer identidade social – com os poderes de identidade, competência e reconhecimento – e identidade partidária – com o reconhecimento daqueles que atuam nas estruturas formal e informal do partido em que a linha política de Marina Silva vinha se fortalecendo.

Nessa relação de atores sociais e político-partidários, novas identidades e estratégias eram forjadas conforme partilhavam ideologias, projetos, planos de ação em comum e *issues*, e conforme atuavam num ambiente comum: a arena legislativa. A partir da década de 1990, a relação com Marina Silva e com o PT se intensificou na defesa de projetos em comum, e a arena legislativa foi o principal lócus de ação política dos ambientalistas que se articulavam no Congresso Nacional, especialmente com Marina Silva. Apesar da ampla ação no legislativo, esses atores também buscavam influenciar o governo do PSDB, por meio de serviços e consultorias prestadas, sem ocupar cargos na administração pública. Esse momento foi crucial para os ambientalistas se aperfeiçoarem profissionalmente na atividade de *advocacy* e mostrarem a importância de suas capacidades técnicas. A experiência com Marina Silva e seu partido teria importante efeito para atuação do movimento nos anos 2000.

Governo do PT e ação na arena governamental

Um grupo importante de ambientalistas, desde a década de 1980, trabalhou em campanhas do PT em diferentes momentos e em diferentes níveis da federação, auxiliando na organização de campanhas e no desenvolvimento de programas de governo (Entrevista 44, 1990; Entrevista 2, 27/4/2013; Entrevista 25, 7/2014) (Hochstetler e Keck, 2007;

Oliveira, 2016), influenciando, portanto, a arena eleitoral. Na década de 1990, a aproximação inicial com Fábio Feldmann e, mais tarde, com Marina Silva levou esses atores sociais a uma ação direcionada para a arena legislativa, apesar de também tentarem influenciar o poder Executivo. Nesse período, a ação ocorria no campo da sociedade civil e era direcionada para o sistema político. A partir de 2003, esses atores passaram a atuar dentro da arena governamental, conformando, desse modo, ações e articulações nas arenas próprias dos partidos políticos (eleitoral, legislativa e governamental).

Quando Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, foi eleito presidente da República, em 2002, o movimento ambientalista mobilizou centenas de instituições que enviaram uma carta ao novo presidente solicitando que Marina Silva assumisse a pasta ambiental (Oliveira, 2016), com a estratégia de viabilizar na arena governamental a parceria e a implementação de um plano de ação comum, ou seja, de uma estratégia, conforme já ocorria na arena legislativa. E assim foi, ele nomeou Marina Silva – já uma líder social e política, de reconhecimento internacional¹⁵ – para chefiar o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A nomeação para cargos na estrutura governamental foi um importante incentivo material e de *status* para membros do partido, pois reforçava seus vínculos e compromissos com a organização partidária. Isso foi significativo até mesmo para Marina Silva, que já era uma liderança interna ao PT. Sua nomeação expressou coordenação entre sua linha partidária e aquela do principal líder do partido, Lula, o que teve efeito simbólico importante e possibilitou maior aproximação da base social e partidária da nova ministra com o partido.

No cargo, Marina Silva indicou três diferentes perfis para compor a elite dirigente (secretarias e diretorias) do MMA: i) um grupo de pessoas vindas de organizações não governamentais do movimento ambientalista; ii) outro grupo de membros do PT, alguns parlamentares, outros não; iii) e pessoas com experiência profissional prévia nas burocracias federal, estadual e municipal, algumas destas servidoras públicas. Havia equilíbrio entre o número de nomeados dos diferentes grupos, mas os ambientalistas vindos da sociedade civil conseguiram destaque na gestão da ministra. No geral, os nomeados para cargos políticos no MMA eram comprometidos com causas e projetos na área ambiental, mesmo aqueles vinculados ao PT (Abers e Oliveira, 2015).

Assessora direta da ex-ministra relata que essas pessoas tinham “formação acadêmica e conhecimento na área, tinham militância e capacidade técnica” (Entrevista 19, 7/3/2014). Os nomeados cuja trajetória profissional anterior se dava na sociedade civil demonstravam possuir vínculos com Marina Silva em razão de projetos que eles ou suas organizações de origem elaboraram e defenderam com ela ainda quando era senadora (Oliveira, 2016). No MMA, esses atores teriam a chance de imprimir internamente um

¹⁵ No seguinte *link*, é possível encontrar a lista de prêmios que Marina Silva havia recebido até o momento de sua nomeação como ministra do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/estruturas/cgti/_arquivos/curriculoport.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

pouco da sua prática política, assim como os atores de outros grupos. Eles teriam a oportunidade de, assumindo cargos na burocracia estatal, influenciar diretamente as políticas públicas do governo do PT, o que significava atuar na estrutura formal do partido.

Especificamente sobre o movimento de ida de representantes da sociedade civil para o governo do PT, um ambientalista relata que, “para a maioria de nós, pareceu lógico ir para um governo que a gente tinha apoiado. A maioria de nós ajudou a escrever programas” (Entrevista 31, 16/1/2015). De fato, algumas lideranças e organizações do movimento participaram da elaboração do programa de governo do novo presidente quando ele ainda era candidato pelo PT (Oliveira, 2016). Participar de seu governo seria viabilizar a estratégia de ação dos ambientalistas com o partido, isto é, a execução de um plano de ação em comum, com demandas – suas agendas – e alvos específicos (políticas públicas), e dar continuidade ao que eles ajudaram a definir como política.

Assim, o PT junto com ambientalistas, intermediados pela liderança sociopartidária de Marina Silva, estavam alinhados para a execução de um projeto e planos de ação em comum, elementos que confirmam aspectos simbólicos (identidade) e estratégicos para a relação entre movimento e partido. Porém, ao participar do governo do PT, algumas questões foram postas aos ambientalistas, tais como: quais identidades representam e quais projetos defendem? Suas identidades se tornaram múltiplas, pois carregavam seus vínculos e valores de sociedade civil, mas representavam um partido no governo, ou seja, o PT e o MMA. Os seus projetos, nesse momento, eram partilhados com os do governo. Entretanto, segundo um ambientalista que saiu de uma organização da sociedade civil e migrou para o MMA, ele trabalhava para Marina Silva e não para o PT (Entrevista 4, 8/4/2013), demonstrando que a liderança sociopartidária de Marina Silva estava ativada, sendo esta mais importante do que a relação com o próprio partido.

Importantes políticas desenvolvidas durante a gestão de Marina Silva no MMA se originaram em projetos e elaborações com esses atores que vinham da sociedade civil e que já traziam pautas organizadas para o governo do PT (Entrevista 21, 2/4/2014). O melhor exemplo é o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAm), que diminuiu consideravelmente as taxas de desmatamento na região. A elaboração rápida desse plano foi possível a partir do produto de estudos coordenados por João Paulo Capobianco enquanto era coordenador da ONG Instituto Socioambiental (ISA), que dava importante apoio ao mandato de Marina Silva como senadora. Na gestão da acreana no governo federal, Capobianco se tornou secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) e, mais adiante, secretário-executivo do MMA. Na opinião da maioria dos entrevistados com algum tipo de vínculo ou experiência de articulação com o Ministério, Capobianco foi o secretário que mais se destacou nesse período e “foi o escolhido de Marina para se tornar o seu braço direito” (Entrevista 12, 21/7/2014).

No ISA, entre 1999 e 2002, Capobianco coordenava o Projeto de Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira. Nesse projeto, 379 áreas foram

definidas como prioritárias na região e foram elaboradas fichas com rico detalhamento técnico a respeito de cada uma delas, bem como estratégias para a conservação da Amazônia, entre outras ações (Oliveira, 2016). Ao assumir a secretaria, Capobianco realizou alguns seminários com representantes de diferentes setores e atualizou os dados coletados para o referido projeto. Pronto, estava rascunhada uma estratégia para atacar de frente os problemas de desmatamento na Amazônia brasileira, apoiada e viabilizada pelo PT. Foi em virtude dessa experiência que Capobianco conseguiu seu cargo no MMA (Entrevista 2, 24/4/2013).

Segundo um dirigente do MMA, à época, chegar ao governo com uma agenda política definida deu credibilidade ao órgão governamental e capacidade de ação rápida (Entrevista 21, 2/4/2014). A partir desse material, elaboraram o PPCDAm, com coordenação política da Casa Civil e técnica do MMA. Para outro dirigente, ocorreu o seguinte:

Na agenda do desmatamento, tem dois elementos aí, a Casa Civil coordenava, mas tinha no Capô[bianco] uma liderança que fazia tudo acontecer. Então era assim: o Capô usava a legitimidade da Casa Civil, mas quem pressionava era ele, com o aval da Marina, que tinha acesso direto ao Lula também. E, no começo, ao Zé Dirceu [José Dirceu, que era ministro da Casa Civil à época]. A Marina tinha um acesso muito bom ao Zé Dirceu. Ele dava carta branca pra Marina. Ele conduziu [o Plano] durante dois anos e Marina tinha bom acesso a ele e ao Lula. E o Capô aproveitou isso também e fez a coisa rodar e a gente tinha, naquele período, altas taxas de desmatamento (Entrevista 4, 8/4/2013).

Essas narrativas revelam uma confluência de fatores do contexto político e também um trabalho de militância e agência de ambientalistas, do partido, de Marina Silva e de João Paulo Capobianco, que contribuíram para o desenvolvimento da agenda de combate ao desmatamento. O apoio de Marina Silva à causa, que lhe era bastante cara, cacifou politicamente o projeto até então técnico. Antes de seguir, é importante informar que José Dirceu e Lula compunham o Campo Majoritário, linha política dominante dentro do PT, o que revela um alinhamento político interno ao partido. Assim, o suporte alcançado com o núcleo político do PT no governo abriu as portas para, no início do mandato, definir uma ação interministerial importante, envolvendo órgãos de diferentes áreas no apoio à agenda de combate ao desmatamento com o PPCDAm¹⁶. Os ambientalistas atuavam na arena governamental por dentro da estrutura partidária.

O PPCDAm foi considerado a política mais importante na área ambiental por conseguir diminuir vertiginosamente o desmatamento na Amazônia. Segundo dados do

¹⁶ Em 2004, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, com mais de 15 órgãos do governo envolvidos para atacar o problema do desmatamento na Amazônia. O PPCDAm se constituiu a partir desse GTI coordenado por Capobianco.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 2014, quando se celebravam 10 anos da implementação do Plano, o desmatamento na Amazônia havia diminuído em 82%. Essa realização permitiu ao Brasil ocupar posição de liderança nas negociações internacionais sobre políticas de redução de emissão de gases de efeito estufa e sobre mudanças climáticas. Tal feito trouxe reconhecimento e reforço em diferentes níveis: para a gestão de Marina Silva e para sua liderança dentro do governo e do partido; para o governo brasileiro em nível internacional; e para os eleitores e atores sociais preocupados com a pauta ambiental, os quais renovaram sua identidade com o partido que defendia e promovia uma *issue* tão relevante.

A ação do partido no governo em viabilizar a execução da agenda de Marina Silva não só confirmava, de certa forma, os incentivos coletivos de identidade e solidariedade com os ambientalistas, mas também os incentivos seletivos ao conceder cargos importantes do governo na área ambiental a atores sociais e poder político na implementação de políticas públicas. Esses incentivos foram primordiais para Marina Silva se fortalecer como liderança no partido, com reforço da linha política que defendia, mas também estimular sua liderança social, ativando os poderes de recompensa, identificação e competência na sua relação com os atores sociais. Contudo, a relação partido-movimento não era suave, e chegava a ser conflituosa em vários aspectos.

A tarefa de elevar a política ambiental brasileira a um patamar de importância jamais vista no governo federal foi árdua e encontrou vários contra-ataques. Os mais expressivos foram a derrota da pauta ambiental contra a liberação de consumo e comercialização de transgênicos no Brasil, de interesse do agronegócio (Lisboa, 2011); e o processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica do Rio Madeira, em 2007, que expôs, publicamente, conflitos entre os projetos defendidos pela ministra e os defendidos pelo presidente Lula (Oliveira, 2016). O governo do PT começou a implementar uma agenda desenvolvimentista e fez um redirecionamento de rota, que chocou em alguns aspectos com direcionamentos da política ambiental defendidos por Marina Silva. Um realinhamento da estratégia partidária desestabilizou vínculos entre movimento e partido, conforme veremos a seguir.

Aquela que foi considerada a maior derrota dessa gestão ocorreu em maio de 2008, quando o presidente Lula, no segundo ano de seu segundo mandato, anunciou a revisão do Decreto 6.321/2007 – que fortalecia os mecanismos de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia – e a transferência da coordenação do Plano Amazônia Sustentável, exercida pelo MMA, para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, sob a chefia de Mangabeira Unger (Entrevista 21, 2/4/2014). A forma de fazer política do partido havia mudado. Com isso, houve uma quebra de confiança no PT, enfraquecimento dos laços de identidade e rompimento na implementação de uma estratégia em comum.

Um ocupante de cargo estratégico no MMA informou que, a partir desse momento, os ambientalistas no governo entenderam que não haveria mais espaço para a agenda

ambiental no governo federal em razão dos interesses políticos do PT (Entrevista 21, 2/4/2014). As medidas de prevenção do desmatamento na Amazônia levaram à impopularidade do partido na região por parte dos chefes do agronegócio local e à perda de apoios cruciais nas eleições municipais de 2008. De acordo com um dirigente do MMA à época:

(...) a gente conseguiu o resultado que queria, que batia de frente com os interesses da Amazônia. Quem estava pagando campanha eleitoral na Amazônia? O desmatamento, é ele que pagou a campanha eleitoral de 2008. Com aquela pesquisa que a gente fez da lista dos municípios críticos, o PT perdeu eleição em municípios que a gente colocou como desmatadores. Isso gerou pressão em cima dos governadores. Tem município do Mato Grosso que perdeu investimento. Teve indústria que ia implementar uma planta de alimentos, mas deixou de implementar porque o município estava na lista negra. Teve impacto forte na área econômica: 4 bilhões de reais de crédito que deixaram de ir para a Amazônia, para a pecuária. Então, nós mexemos pra valer. Os governadores ficaram furiosos porque teve uma intervenção forte (Entrevista 4, 8/4/2013).

A política pública de maior sucesso implementada no MMA colocou em risco a condição *sine qua non* para o sucesso eleitoral dos partidos políticos: a conquista de votos. Expôs igualmente um problema há muito enfrentado por partidos de esquerda no governo: manter sua ideologia ou manter-se competitivo no mercado eleitoral. O que os entrevistados revelaram é que o governo estava disposto a sacrificar uma política pública eficaz e o apoio ambientalista para rever as perdas eleitorais que aconteceram em função do acirramento das normas de combate ao desmatamento na Amazônia e ganhar apoio do agronegócio. Essa política, que era o foco de atenção e de luta de Marina Silva e de seus companheiros da sociedade civil e prioridade no início do primeiro governo do PT (2003-2006), agora era preterida pelo mercado eleitoral na avaliação de líderes do partido. A estratégia eleitoral partidária prevaleceu.

O PT passou por transformações ao longo de sua experiência na administração federal, já indicadas em diferentes estudos (Amaral, 2010; Hunter, 2010; Ribeiro, 2008, 2014), que afetaram a relação do partido com os movimentos sociais, pois, em busca de governabilidade política e de uma gestão pragmática, o governo petista concentrou a maioria de suas energias em alcançar acordos com atores estratégicos, como os partidos da oposição e grupos econômicos poderosos para se garantir no poder e no mercado eleitoral (Ribeiro, 2008, 2014; Gómez Bruera, 2013). Quando o poder estatal foi alcançado, novas formas de envolvimento com as instituições do Estado alteraram a natureza das relações do partido com os movimentos sociais (Gómez Bruera, 2013).

Para os defensores da teoria do partido cartel (Katz e Mair, 2009), ao considerarem que os recursos do Estado se tornaram indispensáveis para a sobrevivência de partidos

políticos e para o acúmulo de recursos organizacionais, os partidos, uma vez no poder, tendem a iniciar um processo de mudança à medida que acessam os recursos estatais. Os vínculos do partido com a sociedade civil são negativamente afetados por essa busca de recursos, de poder e de sobrevivência política da organização partidária (Katz e Mair, 2009; Ribeiro, 2014).

A mudança de interesse da orientação partidária do PT e sua preferência pela governabilidade política e econômica e pelas políticas eleitorais em detrimento do apoio aos movimentos sociais fizeram que vários desses grupos de ativistas perdessem espaço político. A experiência narrada sobre o posicionamento de Lula a favor dos representantes do agronegócio e contra sua equipe ambiental é exemplo claro das consequências desse tipo de escolha e mostra quão preterida a linha política de Marina Silva era em relação às pautas que o governo passou a defender, com outros atores políticos estratégicos, enfraquecendo-a dentro da estrutura partidária. Os incentivos seletivos garantidos a essa líder e a seus seguidores deixaram de ser distribuídos.

Conforme assinalou Panebianco (2005), cada linha política do partido disputará os incentivos seletivos que têm influência no fortalecimento da ideologia e da identidade partidárias de seus membros. Eles são estratégicos e podem definir a permanência ou não de apoiadores e dos atores em suas organizações partidárias. Nesse sentido, a falta de incentivos para o apoio ao partido pode levar aqueles que também têm atuação nos movimentos sociais a se sentir livres para assumir novas referências e identidades.

Após o ocorrido, Marina Silva renunciou ao cargo de ministra do Meio Ambiente, decisão que foi acompanhada pelo pedido de exoneração do grupo de apoiadores mais próximos que a ministra tinha no MMA, especialmente aquele oriundo da sociedade civil. A ação política de Marina Silva dentro do PT já não contava mais com o apoio de outrora e a ministra recebia várias críticas por sua gestão, que mobilizou consideravelmente atores da sociedade civil.

Pessoas de diferentes organizações sociais, entre elas ambientalistas, temiam que o apoio quase irrestrito que os ambientalistas davam a Marina Silva gerasse uma desmobilização do movimento, que passou a ficar acrítico e a confiar demasiadamente nas ações de Marina Silva e de sua equipe, ou seja, nas ações governamentais (Losekann, 2009). Organizações ambientalistas que estavam dentro do governo, com seus representantes em cargos políticos ou assessorando à distância, como o ISA, tinham um vínculo mais orgânico com a equipe ministerial. Mas outras ONGs, como Greenpeace e WWF-Brasil, tinham perspectiva mais crítica em relação a essa ida de ambientalistas da sociedade civil para o MMA e também a temas específicos, como a proposta da Lei de Gestão de Florestas, que foi bastante questionada por diferentes organizações ambientalistas (Oliveira, 2016). O ex-deputado federal Aldo Rebelo, que, à época, era líder do governo na Câmara dos Deputados, chegou a falar publicamente que Marina se tornara a ministra das ONGs, e não da sociedade, e que o MMA havia tomado um caráter quase

unilateral¹⁷, pois deixava de representar outros setores da sociedade, como os agricultores. Para Rebelo, o projeto político e o posicionamento de Marina Silva se assemelhavam mais à lógica dos ativistas do que a de seu partido e a do governo federal.

O reconhecimento dos grupos externos ao MMA de que Marina Silva adotou uma postura movimentalista, ou de ONG, no Ministério é significativo, pois sugere a desvinculação entre sua imagem e o PT. Reconhecer que a identificação com o movimento ambientalista era mais forte que a partidária significava entender que Marina Silva internalizou os valores e normas do grupo, dirigindo sua lealdade primeira mais ao movimento do que ao partido.

Observamos que os principais atores da política ambiental nessa gestão mantiveram certa coerência na implementação de suas agendas, nas propostas e no projeto que construíram enquanto sociedade civil. Conforme Mische (2001, 2008), Melucci (1996) e Tilly (2005) assinalaram, as identidades e os projetos que dão liga aos atores sociais são cambiantes em razão das relações que constroem e do contexto em que atuam, bem como o são suas estratégias (Jasper, 2004, 2014; Meyer e Staggenborg, 2012). Na arena governamental – esse novo lugar de atuação dos ambientalistas que conviveram com pessoas de diferentes trajetórias e onde sofriam diferentes pressões –, suas agendas, estratégias, identidades e projetos foram revisados, necessariamente, mas não sofreram realinhamentos como os do PT. Podemos considerar que permanecer no governo após as derrotas em relação à agenda dos transgênicos e à liberação do licenciamento das hidrelétricas do rio Madeira, da forma como aconteceram, requereu mudanças nos planos desses atores, mas eles mantiveram coesão de grupo e estratégia em suas funções e conseguiram desenvolver parte importante da agenda que elaboraram para a Amazônia.

Para Melucci (1996), a capacidade do líder de fornecer símbolos de identificação e de reforçar a identidade coletiva é de grande importância, uma vez que o líder também reforça a estrutura psicológica dos membros individuais (p. 341). Dessa forma, o líder assume um papel de defesa dos projetos dos movimentos sociais, que contêm e reforçam suas identidades, demandas, estratégias, enfim, seus projetos. Ao defender os projetos e obter sucesso em sua jornada, sua base reforçava os poderes de recompensa – a implementação de fato do projeto de sociedade civil no governo; de identificação – no respeito e na aceitação de que Marina Silva gozava no movimento, e na gratificação emocional que ela proporcionava; e de competência do líder – reconhecimento dos talentos de Marina Silva para implementação do projeto ambientalista, os quais lhe concediam legitimidade, o critério essencial que governa as trocas entre o líder e sua base de apoio e o fundamento do poder do líder. A partir do que foi exposto sobre a relação de Marina Silva com os ambientalistas, não houve sobreposição de estratégia e identidade do partido sobre a do movimento social, conforme defendem Heaney e Rojas (2015) e Rosenblum (2008) em casos de conflitos e sobreposições.

¹⁷ Ver: Oliveira, 2016, p. 151.

A linha política de Marina Silva dentro do PT perdeu importância e deixava, claramente, de ser uma prioridade para o governo e para o partido à medida que este elencava novas parcerias e propostas como prioritárias, isto é, o enfraquecimento de uma *issue* que fora relevante dentro do partido altera o mecanismo de identificação de eleitores e de partidários, o qual pode também ser fragilizado. O partido deixava de sustentar um desenho de linha política e *issue* ambiental, o que teve impacto na opinião pública. Com isso, o reforço de linhas concorrentes também enfraquecia o papel de liderança de Marina Silva dentro do partido, os incentivos coletivos de identidade e seletivos eram fortalecidos em outras linhas políticas, como as que defendiam as pautas de infraestrutura e do agronegócio. O papel de liderança partidária de Marina Silva era, portanto, enfraquecido.

Experiência pós-governo e ação na arena eleitoral

Em 2009, Marina Silva se desfilou do PT, partido em que construiu sua carreira política ao longo de 30 anos. Ela se filiou ao Partido Verde (PV) e concorreu ao cargo de presidente da República, nas eleições de 2010, contra a candidata de Lula, Dilma Rousseff, conquistando o terceiro lugar no pleito, com quase 20 milhões de votos. No âmbito da sociedade civil, Marina e seus apoiadores iniciaram o Movimento Brasil Sustentável, em 2008; criaram o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em 2009; e o Instituto Marina Silva (IMAS), em 2011. As mobilizações no campo social e político tiveram forte apoio de lideranças do setor empresarial que vinham desenvolvendo, desde o final da década de 1990, diferentes projetos de responsabilidade ambiental nas empresas. Essa união foi tão profícua que, nas eleições de 2010, Guilherme Leal, presidente da empresa de cosméticos Natura, foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Marina Silva.

Um entrevistado de ONG, que acompanhava de forma participativa a gestão de Marina Silva no governo, informou que, após sua saída do MMA, um grupo de ambientalistas, preocupado com as decisões governamentais, formulou uma campanha de mobilização nacional para chamar a atenção para a agenda ambiental que estava sendo arquivada pelo governo do PT (Entrevista 2, 27/4/2013). A campanha se chamava Brasil Sustentável, era liderada por Marina Silva e coordenada por ambientalistas que acompanhavam essa líder sociopartidária desde a década de 1990, num modelo imbricado de líderes e liderados buscando dar novos sentidos para sua atuação.

A campanha logo foi preterida pela defesa que alguns ícones do movimento ambientalista e de outros movimentos sociais faziam da candidatura de Marina Silva ao cargo de presidente da República nas eleições de 2010. Ela era uma forte liderança partidária, para além de sua força e influência no campo da sociedade civil. Não era possível desvincular Marina Silva da sua atuação e histórico político-partidário. Junto com ela, um grupo de lideranças do movimento ambientalista se filiou ao PV e alguns concorreram a cargos tanto no legislativo como em governos de estados.

A filiação de Marina Silva e de várias lideranças do movimento ambientalista ao PV, as quais a acompanhavam e davam suporte às suas ações, aconteceu por meio de negociações, de acordo com as quais o partido deveria dar espaço para esse grupo atuar na direção partidária, em sua estrutura organizacional, de partido formal. Após as eleições, contudo, os “chefes” do partido não cumpriram o acordado, e a líder Marina Silva, junto com seu grupo de apoiadores, se desfilou do PV (Entrevista 9, 2/2/2015). Mais uma vez, os incentivos seletivos partidários eram negados ao grupo de Marina Silva. Naquele momento, surgiu a proposta de criar um novo partido político para que ele mesmo fizesse sua própria representação política, uma vez que os partidos com os quais tinham antes estabelecido vínculos deixaram de os representar. Vale ressaltar que se trata de parte importante de um movimento que, desde sua formação, interage com partidos políticos em suas diferentes arenas de atuação: legislativa, governamental e eleitoral.

A ideia de criar um partido próprio amadureceu e, em fevereiro de 2013, Marina Silva e uma rede de apoiadores apresentaram uma proposta do que mais tarde se tornaria a Rede Sustentabilidade, criada formalmente em setembro de 2015. O que se observa nesse processo é que a identidade de movimento social se sobrepôs à identidade de partido político, no que se refere à relação entre ambientalistas com o Partido dos Trabalhadores e com o Partido Verde. Uma vez que esses partidos deixaram de fazer a representação política dos projetos dos ambientalistas e de defender suas principais *issues*, de distribuir os incentivos coletivos de identidade e incentivos seletivos – que reforçam sua identidade interna e externa como defensores da agenda ambiental – em razão de interesses eleitorais e próprios da organização partidária, os ambientalistas preferiram trilhar seu próprio caminho na vida partidária, tão próxima e cara a eles desde o seu surgimento.

Ainda que os ambientalistas, sob a liderança sociopartidária de Marina Silva, tenham ingressado nas arenas partidárias e se lançado na aventura eleitoral, como apoiadores partidários e como candidatos, eles se desvincularam, em sua ação, identidade e estratégia, do PT, partido que, por quase três décadas, foi um aliado, e fundaram seu próprio partido. As identidades e estratégias foram separadas, bem como os seus caminhos. A liderança de Marina Silva para os ambientalistas foi determinante para dar o formato e definir a longevidade, a intensidade e o local de interação dos atores e organizações do movimento com o seu antigo partido, quais sejam: as arenas legislativa e governamental. Também definiu o tipo de relação com o PV, na arena eleitoral, e os caminhos de atuação na ação coletiva tanto na sociedade civil ou em atividades partidárias.

A ação dos ambientalistas dentro das arenas eleitoral, legislativa e governamental os capacitou com a experiência política, que definiu sua ação futura: criar um partido político e se lançar no mercado eleitoral. Ainda que a Rede Sustentabilidade não seja um partido dos ambientalistas, mas, sim, a representação de algumas importantes lideranças ambientais e de milhares de eleitores, podemos considerar que ela é um produto relevante da experiência de décadas de interação entre movimento e partido no campo social e nas arenas partidárias.

Conclusão

Neste artigo, buscamos compreender como atores de movimentos sociais e de partidos políticos se unem, interagem com o passar dos anos e superam os conflitos que surgem dessa relação, conjugando elementos analíticos da literatura de movimentos sociais e de partidos políticos. Para tanto, estudamos a interação entre atores do movimento ambientalista com partidos políticos desde o seu surgimento, na década de 1980, até a articulação de ambientalistas para a formação do partido político Rede Sustentabilidade, em 2013. Trata-se de uma análise histórica, rara nos estudos sobre interação entre movimentos sociais e partidos políticos, que aborda diferentes formas de interação do mesmo movimento social com partidos políticos. A análise evidenciou que o movimento ambientalista escolheu, em razão de elementos de identidade e estratégia, uma legenda específica para ter relação mais próxima, o Partido dos Trabalhadores.

Observamos que as identidades e estratégias dos movimentos sociais e dos partidos políticos são elementos que os aproximam no processo de luta pela realização de objetivos em comum e para alcançar eficácia política, mas também os distanciam, a depender dos ajustes que ocorrem nas linhas políticas dos partidos, nas suas estratégias e nas transformações pelas quais passam os movimentos sociais, com implicações para o redirecionamento de suas identidades e estratégias – especialmente nos processos de interação com os partidos. Conforme observamos no exemplo de Marina Silva, as lideranças sociopartidárias, líderes no partido e no movimento, exercem papel crucial na mediação, no formato, na longevidade e na intensidade da interação entre as diferentes partes, o que pode dar sobrevida à interação entre atores e organizações sociais e partidárias ao longo dos anos.

A análise da ação do movimento ambientalista com partidos políticos aponta para uma transformação na forma de atuação política do movimento, que migrou para as arenas partidárias a fim de implementar seu projeto político socioambiental. No percurso, Marina Silva se tornou uma líder para o movimento e intensificou as relações de proximidade que este já havia estabelecido com o PT, partilhando projetos em comum. A partir de certo momento, conflitos surgiram na interação entre movimento e partido, e a relação de liderança que desenvolveram com Marina Silva foi determinante para, juntos, romperem com o PT e assumirem novas práticas de ação dentro do sistema partidário. Se antes apoiavam candidaturas e programas de governo desse e de outros partidos, a orientação pós-PV era de eles mesmos serem os protagonistas no sistema político, sem intermediários partidários para lutar e implementar seus projetos políticos e com a forte liderança de Marina Silva.

Nossa principal contribuição teórica ao trabalhar a interação entre partido e movimento foi construir um paralelo entre a literatura de movimentos sociais e a de partidos políticos, identificando pontes entre elementos analíticos de ambos os campos – dentro do debate sobre identidades e estratégias coletivas e partidárias – e, com isso,

destacar o papel das lideranças sociopartidárias na interação entre movimentos sociais e partidos políticos. Essa é uma carência na literatura nacional e internacional sobre o assunto, apesar de abundarem estudos empíricos que sinalizam para essa necessidade. As análises ora se desenvolvem focadas em elementos de uma ou de outra literatura, ora se utilizam da bem estabelecida literatura sobre relações entre Estado e sociedade civil para estudarem casos específicos de interação entre movimentos sociais e partidos políticos, fazendo enquadramentos que nem sempre contemplam as dinâmicas das organizações partidárias. Nesse sentido, acreditamos que a contribuição é válida para pesquisadores de ambos os campos.

Empiricamente, a análise histórica de mais de 30 anos da interação de ambientalistas com partidos políticos – como se uniram a partidos, como atuaram juntos e como os conflitos surgiram e foram assimilados – traz uma perspectiva de como essa relação é oscilante em função de diferentes elementos que remetem ao movimento e aos partidos e, ao mesmo tempo, tão importante para a força e o direcionamento político de um movimento social. Para o campo dos partidos políticos, como houve destaque para a relação com o PT, a análise aponta para a necessidade de observar a importância que movimentos sociais podem ter para o desenvolvimento da organização partidária, especialmente com *issues* específicas, que podem auxiliar em processos eleitorais e também na implementação de políticas públicas quando estão no governo. Partidos e movimentos são agentes de mediação e têm grande importância um para o outro e para a sociedade.

Na análise, prevaleceu a perspectiva dos movimentos sociais, uma vez que este artigo teve como proposta abordar a relação de um movimento social com partidos políticos para compreender mecanismos interacionais de como se constroem pontes com partidos políticos. Estudos futuros podem abordar essa relação de forma mais integrada entre os dois campos ou mesmo trazer mais intensamente a perspectiva dos partidos políticos na relação com movimentos sociais. Seria uma excelente contribuição.

Referências bibliográficas

ABERS, R. N.; OLIVEIRA, M. S. "State, society, networks, and big projects in the Brazilian Amazon". *Anais da Lasa Conference 2013: The future of Latin America*. Washington, Estados Unidos, 2013.

_____. "Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, nº 2, p. 336-364, ago. 2015.

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. F. "Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 2, p. 325-357, 2014.

ABERS, R. N.; TATAGIBA, L. F. Institutional activism: mobilizing for women? Health from inside the Brazilian bureaucracy. In: ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. (orgs.). *Social movement dynamics: new perspectives in theory and research from Latin American*. Canada: Ashgate, p. 73-101, 2015.

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, nº 28, p. 52-84, 2011.

ALBALA, A. *Civil society and political representation in Latin America (2010-2015)*. New York: Springer, 2018.

ALMEIDA, P. Social movement unionism, social movement partyism, and policy outcomes: health care privatization in El Salvador. In: JOHNSTON, H.; ALMEIDA, P. (eds.). *Latin American social movements: globalization, democratization, and transnational networks*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. "Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 4, nº 70, p. 151-167, nov. 2007.

ALONSO, A.; MISCHÉ, A. "Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests". *Bulletin of Latin America Research*, vol. 36, nº 2, p. 144-159, 2016.

ALVAREZ, S. E. *Engendering democracy in Brazil: women's movement in politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

AMARAL, O. M. E. "As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009". Tese de doutorado em ciência política. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANRIA, S. "Social movements, party organization, and populism: insights from the Bolivian MAS". *Latin American Politics and Society*, vol. 55, nº 3, p. 19-43, 2013.

ARAÚJO, S. M. G. "Coalizões de advocacia na formulação da política nacional de biodiversidade e florestas". Dissertação de mestrado em ciência política. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. "Política ambiental no Brasil no período 1992/2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom". Tese de doutorado em ciência política. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BERNARDO, M. B. "Do monopólio dos sonhos aos descaminhos da política: ambientalismo e espaço público". Tese de doutorado em sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BERNSTEIN, J. "Party network research, faction, and the next agenda". In: State of the Parties Conference Akron, Ohio, 5-7 out. 2005.

BLEE, K. M.; CURRIER, A. "How local social movement groups handle an election". *Quarterly Sociology*, nº 29, p. 261-280, 2006.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. "Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras". *Opinião Pública*, vol. 24, nº 1, 2018.

BRINGEL, B. "15-M, Podemos e os movimentos sociais: trajetórias, conjuntura e transições". *Novos Estudos Cebrap*, nº 103, p. 59-77, 2015.

CÉSAR, M. C. *Marina: a vida por uma causa*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

COMBES, H. "Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvement sociaux à partir du cas mexican". *Sociologie et Société*, vol. 41, nº 2, p. 161-188, 2009.

COWELL-MEYERS, K. B. "The social movement as political party: the North Ireland women's coalition and the campaign for inclusion". *Perspectives on Politics*, Cambridge, vol. 12, nº 1, p. 61-80, mar. 2014.

CROSS, W.; PILET, J. *The politics of party leadership: a cross-national perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

DELLA PORTA, D. In depth interview. In: DELLA PORTA, D. (org.). *Methodological practices in social movements research*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. 2ª ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DELLA PORTA, D.; RUCHT, D. Left-libertarian movements in context: a comparison of Italy and West Germany, 1965-1990. In: JENKINS, C.; KLANDERMANS, B. (orgs.). *The politics of social protest: comparative perspectives on state and social movements*. Social movements protest and contentions, vol. 3. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 229-275, 1995.

DELLA PORTA, D., et al. *Party movements against austerity*. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

DESAI, M. From movement to party to government: why social policies in Kerala and West Bengal are so different? In: GOLDSTONE, J. (ed.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

DIANI, M. Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: from metaphor to substance? In: DIANI, M.; MCADAM, D. (orgs.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-21, 2003.

DIANI, M.; BISON, I. "Organizations, coalitions, and movements". *Theory and Society*, vol. 33, nº 3-4, p. 281-309, 2004.

DIAS, T. S. "É uma batalha de narrativas: os enquadramentos de ação coletiva em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff no Facebook". Dissertação de mestrado em ciência política. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DONOSO, S. Outsider and insider strategies: Chile's student movement. In: DONOSO, S.; VON BÜLOW, M. (orgs.). *Social movements in Chile*. New York: Palgrave MacMillan, p. 65-97, 2017.

FISCHER, D. R. "Youth political participation: bridging activism and electoral politics". *Annual Review of Sociology*, nº 38, p. 119-137, 2012.

GABEIRA, F. A ideia de um Partido Verde no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj, p. 163-180, 1987.

GLENN, J. Parties out of movements: party emergence in postcommunist Eastern Europe. In: GOLDSTONE, J. (org.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, p. 147-168, 2003.

GOLD, T.; PEÑA, A. M. "Protests, signaling, and elections: conceptualizing opposition-movement interactions during Argentina's anti-government protests (2012-2013)". *Social Movement Studies*, vol. 18, nº 3, p. 1-23, 2018.

GOLDSTONE, J. A. (org.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

_____. "More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields". *Theory and Society*, vol. 33, nº 3/4, p. 333-365, jun.-ago. 2004.

GÓMEZ BRUERA, H. F. *Lula, the Workers' Party and the governability dilemma in Brazil*. Nova York: Routledge, 2013.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. "Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, nº 1, 2015.

HEANEY, M.; ROJAS, F. "Partisans, nonpartisans, and the antiwar movement in the United States". *American Politics Research*, vol. 35, nº 4, p. 431-464, jul. 2007.

_____. *Party in the street: the antiwar movement and the Democratic Party after 9/11*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HEANEY, M., et al. "Networking the parties: a comparative study of Democratic and Republican National Convention delegates". In: *The State of the Parties: 2008 and Beyond*. University of Akron. Ohio, EUA, Oct. 15-16, 2009.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E. *Greening Brazil: environmental activism in state and society*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

HUG, S. *Altering party systems: strategic behavior and the emergence of new political parties in Western democracies*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.

HUNTER, W. *The transformation of the Workers Party in Brazil (1989-2009)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

JANDA, K., et al. "Changes in party identity? Evidence from party manifesto". *Party Politics*, vol. 1, nº 2, p. 171-196, abr. 1995.

JASPER, J. M. *The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

_____. "A strategic approach to collective action: looking for agency in social-movement choices". *Mobilization: An International Journal*, vol. 9, nº 1, p. 1-16, 2004.

_____. *Protest: a cultural introduction to social movements*. Cambridge: Polity Press, 2014.

JENKINS, J. C.; KLANDERMANS, B. (eds.). *The politics of social protest*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

KATZ, R. S.; MAIR, P. "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, vol. 1, nº 1, p. 5-28, jan. 1995.

_____. "The cartel party thesis: a restatement". *Perspective on Politics*, vol. 7, nº 4, 2009.

KECK, M. E. *The Workers' Party and democratization in Brazil*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1992.

KITSCHOLT, H. New social movements and the decline of party organization. In: DALTON, R. J.; KUECHLER, M. *Challenging the political order: new social and political movements in Western democracies*. Cambridge: Polity Press, p. 179-208, 1990.

_____. Movement parties. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. (orgs.). *Handbook of party politics*. Londres: Sage Publications, p. 278-289, 2006.

LISBOA, M. V. Balanço da política ambiental do governo Lula: grandes e duradouros impactos. In: PAULA, M. (org.). *"Nunca antes na história desse país...?"*. Um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2011.

LOSEKANN, C. "A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos". Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MAIR, P. *Party system change: approaches and interpretations*. New York: Oxford International Press, 1997.

MASKET, S. A. "Party by other means: the rise of informal party organizations in California". Tese de doutorado em ciência política. University of California. Los Angeles, 2004.

MCADAM, D.; TARROW, S. "Ballots and barricades: on the reciprocal relationship between elections and social movements". *Perspective on Politics*, vol. 8, nº 2, p. 529-542, 2010.

MCGARRY, A.; JASPER, J. M. Introduction: the identity dilemma, social movements and contested identity. In: MCGARRY, A.; JASPER, J. M. (eds.). *The identity dilemma: social movements and collective identity*. Filadelfia: Temple University Press, p. 1-17, 2015.

MEGUID, B. M. "Competition between unequals: the role of mainstream party strategy in niche party success". *American Political Science Review*, vol. 99, nº 3, p. 347-359, 2005.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. New York: Cambridge University Press, 1996.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MEYER, D. S.; STAGGENBORG, S. Opposing movement strategies in U.S. abortion politics. In: COY, P. G. (org.). *Research in social movements, conflicts and change*. Vol. 28. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, p. 207-238, 2008.

_____. Thinking about strategy. In: MANEY, G., et al. (orgs.). *Strategies for social change*. Minnesota: University of Minnesota Press, p. 3-22, 2012.

MEZA, H.; TATAGIBA, L. F. "Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012)". *Opinião Pública*, vol. 22, p. 350-384, 2016.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MISCHE, A. Juggling multiple futures: personal and collective project-formation among Brazilian youth leaders. In: BARKER, C.; JOHNSON, A.; LAVALETTE, M. (eds.). *Leadership and social movements*. Manchester: Manchester University Press, p. 137-159, 2001.

_____. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MUDGE, S. L.; CHEN, A. "Political parties and the sociological imagination: past, present and future directions". *Annual Review of Sociology*, nº 40, p. 305-330, jul. 2014.

OLIVEIRA, M. S. "Movimentos para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva. Tese de doutorado em ciência política. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/22095>>. Acesso em: ago. 2021.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 11-63, 1987.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- PIRRO, A. "Ballots and barricades enhanced: far-right 'movement parties' and movement-electoral interactions". *Nations and Nationalism*, vol. 25, nº 3, p. 1-21, 2019.
- PIRRO, A.; GATTINARA, P. C. "Movement parties of the far right: the organization and strategies of nativist collective actors". *Mobilizations: An International Quarterly*, vol. 23, nº 3, p. 367-383, 2018.
- POGUNTKE, T. "Green Parties in national governments: from protest to acquiescence?". Working Paper 9. Keele European Parties Research Unit., 2001.
- POLETTA, F.; JASPER, J. M. "Collective identity and social movements". *Annual Review of Sociology*, nº 27, p. 283-305, ago. 2001.
- RIBEIRO, P. F. "Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005". São Carlos. Tese de doutorado em ciência política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- _____. "An amphibian party? Organisational, change and adaptation in the Brazilian Workers Party, 1980-2012". *Journal of Latin American Studies*, vol 46, p. 87-119, 2014.
- ROSENBLUM, N. *On the side of angels: an appreciation of parties and partisanship*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. (orgs.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. UK: Ashgate Publishing, 2015.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. *Partisans, antipartisans and nonpartisans: voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.
- _____. *Regimen de partidos*. Madrid: Editorial Tecnos, 1964.
- SCHLOZMAN, D. A. *When movements anchor parties: social movements, political parties, and electoral change*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- SCHWARTZ, M. A. *The party network: the robust organization of Illinois Republicans*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990.
- _____. *Party movements in the United States and Canada: strategies of persistence*. Maryland: Rowman and Littlefield, 2006.
- _____. "Interactions between social movements and US political parties". *Party Politics*, vol. 16, nº 5, p. 587-607, 2010.
- SECCO, L. *A história do PT*. 5ª ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.
- SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. "A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – Uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul". *Sociologias*, vol. 13, nº 28, p. 86-125, 2011.
- SIMMEL, G. *Conflicts and the web of group affiliation*. Nova York: Free Press, 1955.
- TAIBO, C. *Nada será como antes: sobre el movimiento 15-M*. Madri: Catarata, 2011.
- TATAGIBA, L. "Movimentos sociais e sistema político: um diálogo (preliminar) com a literatura". In: 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2008.

TATAGIBA, L. "Interactions between social movements and US political parties". *Party Politics*, California, vol. 16, nº 5, p. 587-607, mar. 2010.

_____. "Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)". *Sinais Sociais*, vol. 11, p. 71-98, 2017.

_____. "Entre as ruas e as instituições: os protestos e o *impeachment* de Dilma Rousseff". *Lusotopie*, vol. 17, p. 112-135, 2018.

TILLY, C. *Identities, boundaries and social ties*. Colorado: Paradigm Publishers, 2005.

VAN COTT, D. L. *From movements to parties in Latin America: the evolution of ethnic politics*. New York: Cambridge University Press, 2005.

VERGE, T. "Party strategies towards civil society in new democracies: the Spanish case". *Party Politics*, vol. 18, nº 1, p. 45-60, 2012.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj, p. 63-110, 1987.

VON BÜLOW, M.; BIDEGAIN, G. It takes two to tango: students, political parties and protests in Chile (2005-2013). In: ALMEIDA, P.; ORDERO ULATE, A. (orgs.). *Handbook of social movements across Latin America: bridging the divide*. Burlington: Ashgate, p. 1-11, 2015.

Abstract

Social movements and political parties' interaction: reflections from the environmental movement with Partido dos Trabalhadores experience

This article aims to analytically bring closer the literature on social movements and political parties, traditionally approached as detached. We put forward a debate about the process of both collective and party identity along with elements that define social movement's and political party's strategy choice. We argue that issues related to identity and strategy will be crucial to movement-party interactions which can occur through the mediation of a sociopartisan leadership – who exercises influence on both social and party fields. The theoretical discussion was built from a case study in which we observed the articulation of environmental movement's leaderships with political parties, specially the Partido dos Trabalhadores, from the eighties up to Rede Sustentabilidade formation. The intermediation of Marina Silva between social and political worlds was fundamental to getting social movement's leaderships to enter the political parties arenas: legislative, executive, electoral. We conclude that prior relationship between environmental movement and Partido dos Trabalhadores was essential to environmentalists to engage on Rede Sustentabilidade formation.

Keywords: social movements; political parties; movement-party interaction; Partido dos Trabalhadores; environmental movement

Resumen

Movimientos sociales en interacción con partidos políticos: reflexiones a partir de la experiencia del movimiento ambiental con el Partido dos Trabalhadores

El objetivo de este artículo es aproximar analíticamente dos literaturas que generalmente caminaron apartadas: la de movimientos sociales y la de partidos políticos. Proponemos un debate sobre los procesos de formación de identidad colectiva y de identidad partidista junto con elementos que definen la elección de estrategia de los movimientos sociales y de los partidos políticos. Argumentamos que cuestiones de identidad y de estrategia tendrán peso importante para establecer las interacciones entre movimientos y partidos y que estas pueden ocurrir a partir de la intermediación de liderazgos sociopartidistas influyentes tanto en el campo social y en el partidario. La discusión teórica fue desarrollada con base en estudio de caso que observó la articulación de líderes del movimiento

ambientalista con partidos políticos, especialmente con el Partido dos Trabalhadores, desde la década de 1980 hasta el proceso de formación de la Rede Sustentabilidade. La intermediación de la líder Marina Silva entre mundo social y mundo partidista fue fundamental para líderes del movimiento ambientalista adentrar a los partidos políticos y sus arenas. Concluimos que la relación previa del movimiento ambientalista con el Partido dos Trabalhadores fue crucial para la decisión de ambientalistas de comprometerse con la formación de la Rede Sustentabilidade.

Palabras clave: movimientos sociales; partidos políticos; interacción movimiento social y partido político; Partido dos Trabalhadores; movimiento ambientalista

Résumé

Des mouvements sociaux en interaction avec des partis politiques : réflexions à partir de la expérience du mouvement environnementaliste avec le Partido dos Trabalhadores

Le but de cet article est d'approcher les littératures des mouvements sociaux et celle des partis politiques. On propose un débat sur le processus de formation d'identité collective et partidaria aussi bien que sur des éléments qui définissent le choix des stratégies des mouvements sociaux et des partis politiques. On soutient que des questions d'identité et de stratégie joueront un rôle important pour l'établissement des interactions entre les mouvements sociaux et les partis politiques et que telles interactions peuvent se produire par l'intermédiation des leaderships socio-partidaires – leaderships influents en même temps dans les domaines social et partidaria. La discussion théorique a été développée à partir de l'observation de l'articulation des leaders du mouvement environnementaliste par rapport aux partis politiques depuis les années 1980 jusqu'au processus de formation de la Rede Sustentabilidade. L'intermédiation du leader Marina Silva entre les mondes social et partidaria a été fondamentale pour que les leaderships du mouvement environnementaliste puissent rentrer dans les partis politiques et leurs arènes. On conclut que la relation précédente entre le mouvement environnementaliste et le Partido dos Trabalhadores a été cruciale pour la décision des écologistes de s'engager dans la formation de la Rede Sustentabilidade.

Mots-clés: mouvements sociaux; partis politiques; interaction mouvement social et parti politique; Partido dos Trabalhadores; mouvement environnementaliste

Artigo submetido à publicação em 1 de maio de 2018.

Versão final aprovada em 16 de junho de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



Avaliar o quê? Os vários sentidos de efetividade no campo de estudos da participação

Carla Giani Martelli¹ 

Rony Coelho² 

O principal objetivo deste artigo é avançar na compreensão do termo efetividade utilizado pelo campo da participação para avaliar os resultados produzidos pelas instituições participativas. A revisão bibliográfica e a pesquisa com um *corpus* de 71 *papers* sobre a temática da efetividade da participação, apresentadas em quatro edições do “Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas”, mostraram a multiplicidade de sentidos que o termo pode assumir. Defendemos a ideia de que os trabalhos que se propõem a falar de efetividade devem definir com precisão o que pretendem avaliar, já que da clareza do objeto de avaliação dependem as conclusões sobre a validade dos espaços participativos e os estímulos necessários para sua continuidade.

Palavras-chave: efetividade; participação; instituições participativas; avaliação; política pública

Introdução

Passados 30 anos da consagração da participação cidadã na formulação, gestão e controle de políticas públicas como princípio constitucional no Brasil e com base na vasta produção de pesquisas sobre as chamadas instituições participativas (IPs), a década de 2010 dedicou-se a avaliar seus resultados. Mas resultados com relação a quê?

O acúmulo de pesquisas no campo da participação permite apontar a multidimensionalidade tanto de propósitos quanto de resultados potencialmente advindos dessas IPs, o que desafia as estratégias analíticas de medição. Não há consenso nos debates políticos, nem na literatura acadêmica, sobre que objetivos se espera atingir com o funcionamento dos diversos espaços participativos, os quais seriam relevantes para um conjunto de diferentes tipos de efeitos e resultados. Por exemplo, as pesquisas questionam se e sob que condições a institucionalização e a ampla disseminação de processos participativos provocam melhorias no processo de formulação, implementação e controle

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Ciências Sociais, Araraquara (SP), Brasil. E-mail: <carla.martelli@unesp.br>.

² Universidade de Estadual Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Campinas (SP), Brasil. E-mail: <coelhorgs@yahoo.com.br>.

de políticas públicas e nos resultados destas para a qualidade de vida e o acesso a bens públicos por parte dos cidadãos brasileiros. Também questionam em que medida provocam melhorias nos processos deliberativos e na qualidade da vida democrática. Nesse sentido, uma ampla gama de trabalhos foi produzida para tratar da “efetividade”, especialmente a partir da publicação da coletânea produzida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), coordenada por Pires (2011). Passa-se a falar no “problema da efetividade” (Avritzer, 2011, p. 13) ou em “agenda da efetividade” (Gurza Lavalle, Voigt e Serafim, 2016, p. 617) no campo da participação.

Entrando em nova década, ainda não se tem clareza sobre o significado de efetividade na avaliação das IPs. Neste artigo, defendemos a ideia de que os trabalhos que se propõem a abordar a efetividade devem explicar com precisão o que pretendem avaliar, já que são múltiplos os sentidos que podem ser atribuídos ao termo. Da clareza do objeto de avaliação dependem as conclusões sobre a validade dos espaços participativos e os estímulos necessários para sua continuidade.

Para mostrar a multiplicidade dos sentidos de efetividade empregados no campo da participação, este artigo sistematizou um *corpus* de 71 *papers* sobre a temática, apresentados em quatro edições do “Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas” (doravante EPDPP), nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019³.

Orientados pelas diretrizes propostas pela “meta-análise” e adaptando-as para um estudo qualitativo (Bicudo, 2014; Sampaio e Figueiredo Filho, 2019), construímos um banco de dados com mais de 40 variáveis, selecionadas a partir de ampla revisão de estudos sobre o tema, publicados em revistas especializadas pós-2010.

Para empreender tal análise, além desta introdução, o artigo está organizado em mais quatro seções. A seguinte, “O debate sobre efetividade”, traz a abordagem teórica e apresenta trabalhos que buscaram sistematizar o debate sobre efetividade. Na terceira, “Notas metodológicas”, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na quarta, “Os sentidos de efetividade nos trabalhos dos EPDPPs”, apresentamos os resultados da análise e a nossa contribuição. A última parte traz breves “Considerações finais”.

O debate sobre efetividade

Um dos pontos relevantes do questionamento sobre a efetividade das IPs é que este tem aproximado o debate da participação do campo prático-teórico de avaliação de políticas públicas (Pires, 2011). Essa aproximação, entretanto, não se dá sem dificuldades, a começar pelos elementos de avaliação usados no campo das políticas públicas: eficácia,

³ O EPDPP tem se constituído num espaço de encontro dos principais pesquisadores do campo da participação. Nas edições de 2015, 2017 e 2019, contou com um seminário temático (ST) específico sobre o tema da efetividade. Na primeira edição (2013), a efetividade apareceu distribuída nos vários Seminários Temáticos.

eficiência e efetividade. Para compreendê-los, é necessário fazer uma distinção entre avaliação de processos e avaliação de impactos (Figueiredo e Figueiredo, 1986).

Na avaliação de processos, um dos objetivos é aferir a eficácia, avaliar se um dado programa está sendo (ou foi) implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas. A avaliação de eficácia é a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas, pois é mais factível e menos custosa de ser realizada. O avaliador estabelece uma equação entre as metas anunciadas por um programa e as metas alcançadas, ou ainda, avalia a relação entre os instrumentos previstos para implementação de uma política e aqueles efetivamente empregados. Em suma, a eficácia diz respeito à avaliação de metas: o que definirá o sucesso ou o fracasso do programa é saber se as metas atingidas são iguais, superiores ou inferiores às metas propostas (Figueiredo e Figueiredo, 1986; Arretche, 2013).

A eficiência também diz respeito à avaliação de processos quando se afere a relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados. Nesse caso, o que importa é a otimização dos recursos disponíveis, um custo mínimo para o máximo de benefício possível. Olhando especificamente para o setor público, conforme Arretche (2013), a avaliação da eficiência seria a mais necessária e a mais urgente de ser desenvolvida, uma vez que a escassez de recursos públicos exige maior racionalização do gasto. Em regimes democráticos, probidade, competência e eficiência no uso de recursos publicamente apropriados constituem algumas das condições para a confiança pública no Estado e nas instituições democráticas.

Diferentemente de eficácia e eficiência, quando se fala em efetividade fala-se em avaliação de impactos com uma ambição ainda mais ampla e complexa do que a avaliação de processos, pois se quer avaliar os efeitos de uma política sobre uma dada população-alvo com a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais, ou seja, entram em análise as mudanças pretendidas nas condições sociais. Pode-se falar em efetividade objetiva, subjetiva e substantiva: uma mesma política pode causar impactos objetivos, gerando mudanças quantitativas nas condições da população-alvo; pode ainda gerar impactos subjetivos, alterando o “estado de espírito” da população; e, finalmente, pode causar um impacto substantivo, mudando qualitativamente as condições de vida da população (Figueiredo e Figueiredo, 1986).

Se a pretensão é mudar qualitativamente as condições de vida de uma dada comunidade, vê-se que a avaliação de efetividade pode indicar os princípios que a orientam. Alguns princípios de justiça social minimamente aceitos devem guiar as políticas públicas. Assim, não basta aferir o impacto, mas importa saber em que medida as mudanças contribuem com condições mais justas de vida. É por essa razão que se diz que o exame da efetividade substantiva exige uma avaliação *política* da mudança (Figueiredo e Figueiredo, 1986).

Há outro fator que ajuda a mostrar a complexidade da avaliação de impacto. Como dissemos, aferir impacto refere-se a medir as alterações ou mudanças concretas provocadas em uma dada realidade na qual esse programa intervém. Mas, além dos efeitos no meio social, pode haver outros impactos, esperados ou não, que afetam as instituições ou organizações participantes, e/ou os agentes que implementam o programa. Assim, há a possibilidade de distinguir entre os efeitos sociais sobre os agentes implementadores, a comunidade local e os grupos particulares de interessados na sua execução, e os efeitos institucionais, que dizem respeito aos efeitos sobre as instituições governamentais e não governamentais associadas à sua implementação (Draibe, 2001, p. 25).

Resumidamente, um programa pode gerar efeitos sociais e/ou institucionais, pode gerar mudanças quantitativas numa dada realidade (efetividade objetiva); pode alterar o “estado de espírito” da população (efetividade subjetiva) e pode mudar qualitativamente as condições de vida da população (efetividade substantiva). Como ele tem a dizer sobre mudanças nas condições de vida de uma dada população, falar em efetividade exige uma avaliação *política* da mudança, ou seja, entram no debate critérios éticos e morais no desenho da política.

Não bastasse considerar todos esses aspectos, o desafio de medir efetividade implica, ainda, isolar a interferência de variáveis intervenientes para saber ao certo a causa da mudança, o que é um grande problema metodológico na avaliação de políticas públicas em geral, e em particular quando se trata da avaliação no campo das ciências sociais (Arretche, 2013; Gurza Lavalle, 2011; Gurza Lavalle, Voigt e Serafim, 2016).

Assim, se as dificuldades já são grandes no campo das políticas públicas, trazendo o termo para o campo da participação, outras dificuldades são acrescidas. A começar pela palavra *participação*, que pode significar “categoria nativa da prática de atores sociais, categoria teórica da teoria democrática (...) e procedimento institucionalizado”, como no caso das IPs (Gurza Lavalle, 2011, p. 33). E essa “multidimensionalidade ou polissemia dos sentidos práticos, teóricos e institucionais torna a participação um conceito fugidio, e as tentativas de definir seus efeitos, escorregadias” (Gurza Lavalle, 2011, p. 33). Além disso, metodologicamente, há que se considerar que a relação causa e efeito é atravessada por espaços longos de tempo e/ou mediada por uma sucessão ou encadeamento extenso de efeitos. Quanto mais distante for a causa do efeito, mais difícil é mostrar que existe uma conexão (Gurza Lavalle, 2011). Decisões e deliberações podem levar anos para ser implementadas, em particular aquelas tomadas no interior das IPs. Então, como saber, de fato, as causas que contribuíram para um dado efeito? Como considerar o fator tempo, muitas vezes necessário para mostrar algum resultado? Por exemplo, se quisermos medir os efeitos das IPs naquilo que diz respeito à mudança “no estado de espírito” da população-alvo, ou ainda, na educação política, como fazê-lo sem desprezar o critério do tempo necessário para o aprendizado da experiência participativa e para a mudança de hábito? Ou como aferir os resultados de uma IP sem considerar que o tempo é um elemento crucial para o aprendizado dos processos, maturação e geração de resultados?

Além dessas dificuldades, a literatura mostra que não há consenso com relação aos efeitos esperados da participação. Efeitos com relação a quê? Efeitos sociais, efeitos institucionais? Espera-se observar mudanças quantitativas, subjetivas ou qualitativas nas condições de vida? O campo da participação emprestou das políticas públicas um único termo, “efetividade”, mas muitas vezes não deixa claro o que busca avaliar. E isso pode ter implicações importantes, pois se pode concluir que uma dada IP não é efetiva avaliando apenas uma das dimensões possíveis para medir efetividade, deixando de considerar outras tantas que poderiam trazer resultados positivos na avaliação. De outro lado, pode-se querer aferir vários aspectos, exigindo de uma IP algo que ela não se propõe realizar. Tanto num caso como no outro, as conclusões sobre a efetividade de uma IP podem ser negativas e, conseqüentemente, podem afetar os esforços e energias para sua continuidade.

Não deixar claro o que se pretende avaliar tem outras implicações. Muitas vezes se fala em avaliar a efetividade de uma IP, mas o que se está medindo é a eficácia dela, ou seja, em vez de avaliar impacto, estão sendo avaliados processos: quanto cumpre com as metas anunciadas ou, ainda, quanto respeita as diretrizes e os procedimentos. Por exemplo, boa parte da literatura sobre efetividade examina a “efetividade do momento deliberativo”, procurando mostrar como se dá o processo de deliberação nas IPs (quem delibera, como delibera). Nesse caso, não seria melhor falar em eficácia das IPs? Mas se pode contra-argumentar que a qualidade do processo deliberativo tem impacto nas decisões que orientarão políticas, que, por sua vez, impactarão as condições de vida de uma dada população. Ou seja, não é um debate fácil.

Em uma tentativa de organizar o debate sobre efetividade, inserindo estudiosos do campo em linhas de pesquisa, Ferro (2015) sistematiza três linhas principais. A primeira concentraria seus estudos na compreensão da dinâmica interna das IPs, em como se dá o processo de tomada de decisões e na capacidade de incidirem sobre a política pública, considerando variáveis como associativismo, projeto de governo e tipo de política pública. A segunda linha buscaria avaliar os efeitos da participação na produção de resultados, por exemplo, o papel da IP na redistribuição do acesso a programas e serviços públicos. Na terceira linha, o enfoque seria a efetividade da participação da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais e da ação coletiva, na construção democrática.

Olhando para o esforço de organização do campo, Santos (2017) acredita ser improvável que o conceito de efetividade siga uma única abordagem, pois as pesquisas mais influenciadas pela teoria da democracia deliberativa tenderiam a focar a qualidade da deliberação nas IPs, ao passo que as relacionadas com a avaliação de políticas públicas tenderiam a pensar a efetividade enquanto resultado direto no oferecimento de bens e serviços à população, restando dúvida sobre a possibilidade de associar as duas perspectivas, como sugeriu Avritzer (2011). Para ele, no Brasil pós-redemocratização, as formas de participação foram se disseminando em várias áreas de políticas públicas e as formas de deliberação foram sendo crescentemente relacionadas às decisões em relação

às políticas, passando a ser central investigar a capacidade de essas deliberações se tornarem efetivas no que diz respeito à produção de resultados. Ou seja, o autor propõe que o debate sobre efetividade das IPs leve em consideração estas duas dimensões: efetividade deliberativa (os momentos deliberativos) e efetividade das instituições, reunidas no que ele chama de *efetividade da participação*, a qual abrangeria tanto a dimensão deliberativa quanto a implementação e os resultados das políticas públicas (Avritzer, 2011, p. 17).

Avançando no debate, Almeida (2017, p. 652) define quatro categorias para o termo efetividade: 1- efetividade das dinâmicas internas participativa e deliberativa; 2- efetividade da representação; 3- efetividade decisória e de implementação das políticas; 4- efetividade da articulação sistêmica dos atores e mecanismos com o Estado e a sociedade. A autora chama atenção para o fato de que estas não são categorias estanques, mas sim com mútua interpenetração. No primeiro caso, a preocupação é com o funcionamento interno dos espaços de participação e deliberação. Mostra que, apesar das diferenças nos enfoques teóricos, tanto a agenda da participação quanto a da deliberação apontam dificuldades de se estabelecer um processo discursivo e decisório no interior das instituições participativas, que envolva atores ativos, considerados iguais, independentemente do segmento ao qual pertencem – governamental ou não governamental –, e com capacidade contestatória e propositiva. Além disso, espera-se que os espaços expressem e decidam sobre a diversidade de temas relevantes para a política pública. Para a segunda categoria, destaca a efetividade representativa dos espaços, estando a investigação centrada na forma como os atores acessam esses canais, na pluralidade da sociedade civil e no relacionamento que os representantes estabelecem com os representados, o que, em última instância, também dependerá da efetividade de articulação com a sociedade, com outras instituições participativas e com o Estado. No terceiro caso, o destaque é para o problema da implementação, que, num primeiro momento, foi percebido nas pesquisas que se preocuparam com o poder decisório interno dos atores (o que decidem e como decidem), para o qual contribuiu a agenda deliberativa. Mas também perpassa o impacto da participação na agenda governamental e nas decisões dos órgãos responsáveis pela política pública. A quarta categoria diz respeito aos problemas da baixa capacidade de influência das instituições participativas no governo por conta da fragilidade na articulação das instituições participativas com um conjunto de atores, governamentais e da sociedade civil, bem como com outras áreas de políticas e instituições de participação (Almeida, 2017, p. 669-670).

Como esses trabalhos mostram, o exercício de captar os sentidos de efetividade é desafiador. Assim também apontou a amostra utilizada para este artigo. A partir dela, chegamos a um total de dez categorias de efetividade: 1- participação; 2- deliberação; 3- efetividade sobre a agenda governamental (*outcomes*); 4- articulação; 5- produção de *outputs*; 6- representação; 7- institucionalização; 8- controle e transparência; 9- capacidade redistributiva; 10- inclusão.

Antes de analisarmos e discutirmos essas categorias, apresentamos os passos metodológicos da pesquisa.

Notas metodológicas

Como mencionado, adotamos como referenciais empíricos os artigos relacionados ao tema da efetividade apresentados nas quatro edições dos EPDPPs. Ao todo, foram analisados 71 trabalhos. Sob o desafio de analisar essa grande quantidade de informação, recorreu-se à metodologia conhecida como “revisão sistemática” ou “meta-análise” (Sampaio e Figueiredo Filho, 2019; Dacombe, 2017; Figueiredo Filho et al., 2014; Bicudo, 2014; Pinto, 2013). Embora não muito utilizada no campo da ciência política brasileira, ainda mais em se tratando de estudos qualitativos, a revisão sistemática tem o propósito de auxiliar na construção de balanços bibliográficos de modo mais criterioso, esquivando-se, tanto quanto possível, das armadilhas da forma “narrativa-literária”, frequentemente utilizada, conforme argumentam Figueiredo Filho et al. (2014, p. 207-208). Essas armadilhas estão associadas a vieses de vários tipos, como a seleção inapropriada de trabalhos, a falta de transparência nessa seleção e a não representatividade dos trabalhos selecionados, bem como sua impossibilidade de replicação⁴. A revisão sistemática, além de colaborar com a sistematização de informações, também propicia maior acurácia em caso de “replicabilidade” (King, 1995, p. 444).

Para estudiosos do tema, segundo Figueiredo Filho et al. (2014, p. 209), a revisão sistemática tem os objetivos, primeiro, “de elevar a objetividade das revisões de literatura, minimizando possíveis vieses”, e, segundo, de “aumenta[r] a quantidade de estudos analisados”. Buscar uma revisão com procedimentos determinados “consiste em colocar diferentes estudos juntos em um mesmo banco de dados e utilizar metodologias analíticas e estatísticas para explicar a variância dos resultados utilizando fatores comuns aos estudos” (Roscoe e Jenkins, 2005, p. 54, apud Figueiredo Filho et al., 2014, p. 209). Em síntese, consoante à proposta pioneira de G. V. Glass, a “meta-analysis refers to the analysis of analyses” (Glass, 1976, p. 3, apud Figueiredo Filho et al., 2014, p. 209).

No âmbito da ciência política nacional, os trabalhos de Santos (2008), Figueiredo Filho (2009) e Paranhos (2014), citados por Figueiredo Filho et al. (2014), e, mais recentemente, de Sampaio e Figueiredo Filho (2019) são exemplos de estudos que se pautaram por critérios sistemáticos para elaboração da revisão de literatura. Embora haja sutil variação nos procedimentos descritos pelos autores adeptos dessa metodologia nos

⁴ Para Wolf (1986, apud Figueiredo Filho et al., 2014, p. 208), “um problema típico dos modelos tradicionais de revisão da literatura é a inclusão seletiva de estudos, em geral baseada nas impressões do revisor sobre a qualidade dos trabalhos. Isso porque as revisões tradicionais geralmente utilizam um critério *a posteriori* para julgar se um determinado estudo deve ou não ser incluído”. Isso acaba por gerar uma amostra por conveniência, sendo sua principal consequência a baixa confiabilidade das sínteses produzidas, como sugerem Figueiredo Filho et al. (2014), artigo que indicamos para aprofundar o assunto no campo da ciência política.

diferentes campos de estudo, os mais utilizados são os da “abordagem clássica”, conforme apontam Pinto (2013, p. 1.040), Bicudo (2014, p. 11) e Sampaio e Figueiredo Filho (2019, p. 2). Esses procedimentos consistem basicamente em sete passos, relativamente autoexplicativos: 1) formulação da pergunta; 2) localização e seleção dos estudos; 3) avaliação crítica dos estudos; 4) coleta dos dados; 5) análise e apresentação dos dados; 6) interpretação dos dados; e 7) aprimoramento e atualização da meta-análise.

Apropriando-se dessa abordagem, a aplicação desses procedimentos para o presente artigo resultou no que segue:

1) A formulação do problema de pesquisa pode ser sintetizada com a seguinte questão: quais os sentidos que o termo efetividade assume nos trabalhos apresentados nos EPDPPs?

2) Foram selecionados os *papers* relacionados ao tema apresentados nas quatro edições dos encontros, disponíveis em seus Anais⁵ (doravante Anais EPDPPs). Em 2015, 2017 e 2019, o evento contou com Seminário Temático (ST) específico sobre a “Efetividade das Instituições Participativas”, sendo apresentados em cada edição, respectivamente, 23, 11 e 25 trabalhos. Por estarem abrigados em um ST sobre efetividade, todos os trabalhos apresentados foram automaticamente selecionados. Apenas para o EPDPP de 2013, por não ter tido um seminário específico, houve uma avaliação prévia, na qual foram selecionados 12 trabalhos. O número de trabalhos analisados, portanto, foi 71.

3) Para a coleta de informações de cada *paper*, construímos um banco de dados com 13 “tópicos de interesse”, que agruparam 47 variáveis, as quais continham os possíveis “fatores comuns” (Roscoe e Jenkins, 2005), que poderiam estar presentes (ou não) nas análises. A grande quantidade de informação coletada se justifica pela tentativa de conhecer um pouco mais a fundo a produção recente sobre efetividade e os elementos e variáveis mobilizados para explicar e lidar com esse conceito. Essas variáveis (ou categorias) foram definidas a partir de um levantamento bibliográfico dos estudos sobre efetividade, publicados após 2010, tomando por base três principais fontes que refletem a produção consolidada no campo da ciência política. A primeira foi a coletânea organizada pelo Ipea, que se tornou referência sobre o tema da efetividade nas instituições participativas no Brasil (Pires, 2011). A segunda foram artigos buscados na base Scielo, na qual se pesquisaram palavras-chave associadas às IPs e à efetividade. Foram selecionados artigos das principais revistas da área da ciência política. A terceira foram os congressos e encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) (ambos após 2010), nos quais buscou-se por trabalhos nas áreas temáticas de interesse. Reforça-se que esse conjunto de referências foi utilizado para a construção das variáveis que compõem a Tabela

⁵ Anais do I Encontro: ISBN 978-85-87361-97-4; Anais dos II, III e IV Encontros: ISSN: 2527-0133. Disponíveis em: <https://pdpp2019.sinteseeventos.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=407>. Acesso em: 1 jan. 2020.

1, não sendo objeto da “revisão sistemática” (só os trabalhos do IV Encontro o são). A sistematização se deu como segue na Tabela 1:

Tabela 1
Variáveis selecionadas para a realização da meta-análise

Tópicos de interesse	variáveis selecionadas
i) identificação do artigo	1 - ano; 2 - autor(es); 3 - título do trabalho; 4 - palavras-chave;
ii) literatura mobilizada	5 - efetividade das IPs (Pires, 2011; entre outros); 6 - democracia deliberativa; 7 - literatura internacional;
iii) tipo de IP analisada	8 - orçamento participativo; 9 - conselhos; 10 - conferências; 11 - outros;
iv) nível administrativo	12 - municipal; 13 - estadual; 14 - nacional;
v) esfera de governo	15 - executivo; 16 - legislativo;
vi) modo como aborda o problema da efetividade	17 - diretamente; 18 - indiretamente;
vii) trabalho relação de causalidade?	19 - relação de causalidade;
viii) tipo de efetividade trabalhada	20 - como participação; 21 - como deliberação [capacidade de tomada de decisão interna; qualidade do debate; vinculação da decisão às políticas]; 22 - como representação; 23 - como efeito sobre agenda governamental; 24 - como produção de <i>outputs</i> ; 25 - como controle da informação e acesso a ela; 26 - como capacidade redistributiva; 27 - como institucionalização; 28 - como articulação [com atores sociais, com atores estatais]; 29 - como inclusão de atores ou causas;
ix) método utilizado	30 - quantitativo [estatística descritiva; testes estatísticos avançados; outros]; 31 - qualitativo [estudo de caso; estudo comparativo; outros];
x) fontes e materiais	32 - documentos internos; 33 - legislação; 34 - entrevistas; 35 - dados de pesquisas censitárias; 36 - observação <i>in loco</i> ; 37 - <i>survey</i> (questionários); 38 - outros;
xi) variáveis analisadas	39 - desenho institucional; 40 - vontade política ou projeto político; 41 - organização da sociedade civil; 42 - inserção na rede de políticas públicas; 43 - outras;
xii) contexto abordado	44 - endógeno; 45 - exógeno [relações com atores sociais; relações com atores estatais];
xiii) abordagem longitudinal	46 - período analisado; 47 - análise comparativa temporal.

Fonte: Elaboração dos autores.

Observação: No banco de dados, cada uma dessas variáveis corresponde a uma coluna. As informações entre colchetes foram consideradas como subcategorias. Com exceção das variáveis relacionadas à “Identificação do artigo”, a maior parte dessas colunas foram preenchidas com as seguintes alternativas: “Sim”/“Não”/“NA” (Não aplicável)/“NI” (Não identificável). A intenção foi identificar a presença dessas variáveis em cada artigo para posterior análise, apresentação e interpretação dos dados.

4) A coleta de dados foi realizada por meio da leitura dos trabalhos e do preenchimento da planilha. A apresentação e a análise deles (passo 5), bem como sua interpretação (passo 6), serão tratadas de forma conjunta na próxima seção. O aprimoramento e a atualização da meta-análise (passo 7) fogem do escopo deste artigo.

efetividade, lançamos mão de variáveis, como do *corpus*

tuito de uma aproximação
de palavras dos seus títulos,

Como ressaltado por Figueiredo Filho et al. (2014, p. 221), essas nuvens têm sido “uma estratégia eficiente de lidar com uma variável (em geral qualitativa nominal) que apresenta muita variação de ocorrências”. É eficiente na medida em que possibilita uma rápida identificação das palavras importantes de um *corpus* de texto ao organizar visualmente a distribuição lexical pela quantidade de vezes que estas ocorrem, destacando as mais influentes pelo tamanho e centralidade na nuvem.

Como seria de esperar, a palavra “participação” tem o maior destaque em todas as configurações. Ela compõe os núcleos das nuvens e é seguida de termos como “políticas”, “públicas” e, entre outros, “efetividade”, especialmente nos títulos e nos resumos. Esses elementos lexicais reforçam a presunção de que os trabalhos dos EPDPPs são bons preditores para lidar com o problema de pesquisa considerado, ou seja, para realizar uma revisão sistemática sobre os sentidos de efetividade recentemente adotados pela literatura de participação e políticas públicas.

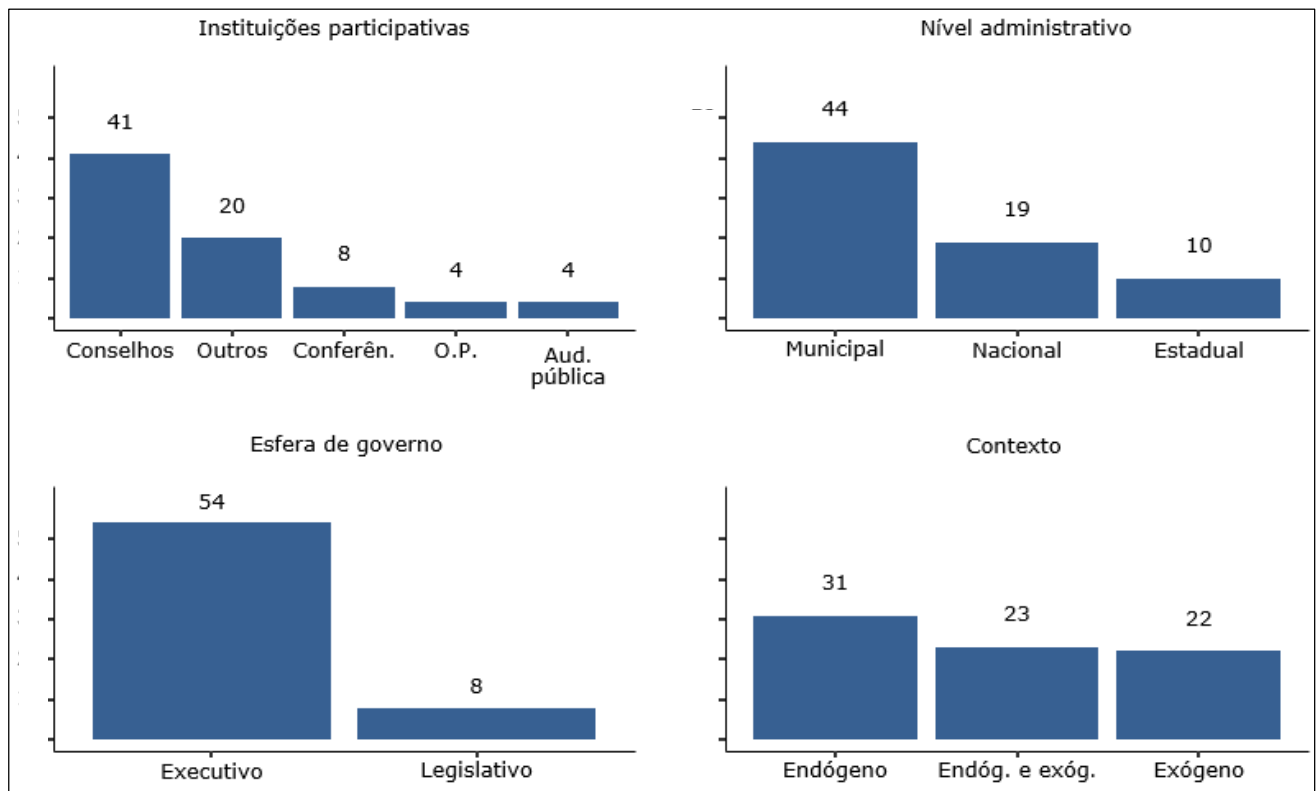
Também, como se pode entrever nas nuvens, os conselhos são as IPs com maior destaque no bloco de trabalhos analisados: dos 71 artigos, 41 (57%) deles trataram de conselhos. Isso provavelmente está relacionado ao fato de que essas são as IPs de maior nível de institucionalização e disseminação (Cortes, 2011), e não surpreende que apareçam em primeiro lugar, com pouco mais da metade dos trabalhos tratando delas. Em segundo, vem a categoria “Outros” (20 – 28%), que engloba espaços participativos como os planos diretores, comitês de bacia, coletivos de pais, coletivos setoriais, entre outros. As conferências foram abordadas por 8 (11%) artigos, e tanto o orçamento participativo quanto as audiências públicas por apenas 4 (5%) cada um. Vale aqui uma “nota técnica” para indicar que a soma dos números (77) no gráfico “Instituições participativas” (Figura 1) ultrapassa o número de artigos, pois alguns *papers* trataram de mais de um mecanismo ao mesmo tempo – observação também válida para vários dos “tópicos de interesse” (Tabela 1)⁶. Por exemplo, o artigo de Bezerra (2017) aborda tanto o OP quanto os conselhos e as conferências na tentativa de “revisar os principais esforços metodológicos e empíricos de análise de eventuais efeitos redistributivos das denominadas ‘instituições participativas’” (p. 1). Também é o caso do artigo de Soares Filho (2019), que, tratando da Política Nacional de Participação Social (PNPS), acaba por abordar de forma interseccional várias das IPs.

Esse primeiro conjunto de gráficos (Figura 1) permite conhecer melhor o que se pode chamar de cenário empírico abordado. Além das IPs, ele demonstra quais níveis administrativos e esferas de governo foram mais trabalhados pelo conjunto de artigos analisados, bem como quais planos (endógeno: processos internos – ou exógeno: processos ou contextos externos) dos mecanismos participativos foram mais abordados. Quanto ao nível administrativo, o municipal foi o que recebeu maior atenção (44 – 62%),

⁶ Vale notar que pode ocorrer o inverso também. Alguns somatórios podem não chegar a 71, pois algumas variáveis de certos artigos foram marcadas como NA (Não aplicável) ou NI (Não identificável) pela impossibilidade de identificação. Cf. também “Observação” na Tabela 1.

seguido pelo nacional (19 – 26%). No tocante à esfera de governo, em disparado, o executivo foi o mais citado (54 – 76%). Em relação aos processos internos ou externos às IPs, o contexto endógeno foi o mais investigado (31 – 43%), ou seja, foram mais estudados aspectos relacionados ao funcionamento interno das IPs, seguidos daqueles trabalhos que olharam para ambos os contextos ao mesmo tempo, internos e externos (23 – 30%). Pode-se depreender, portanto, que a maior parte dos artigos dos EPDPPs trabalhou com os conselhos, no nível municipal, analisando a esfera do executivo e o contexto endógeno delas.

Figura 1
IPs, nível administrativo, esfera de governo e contexto



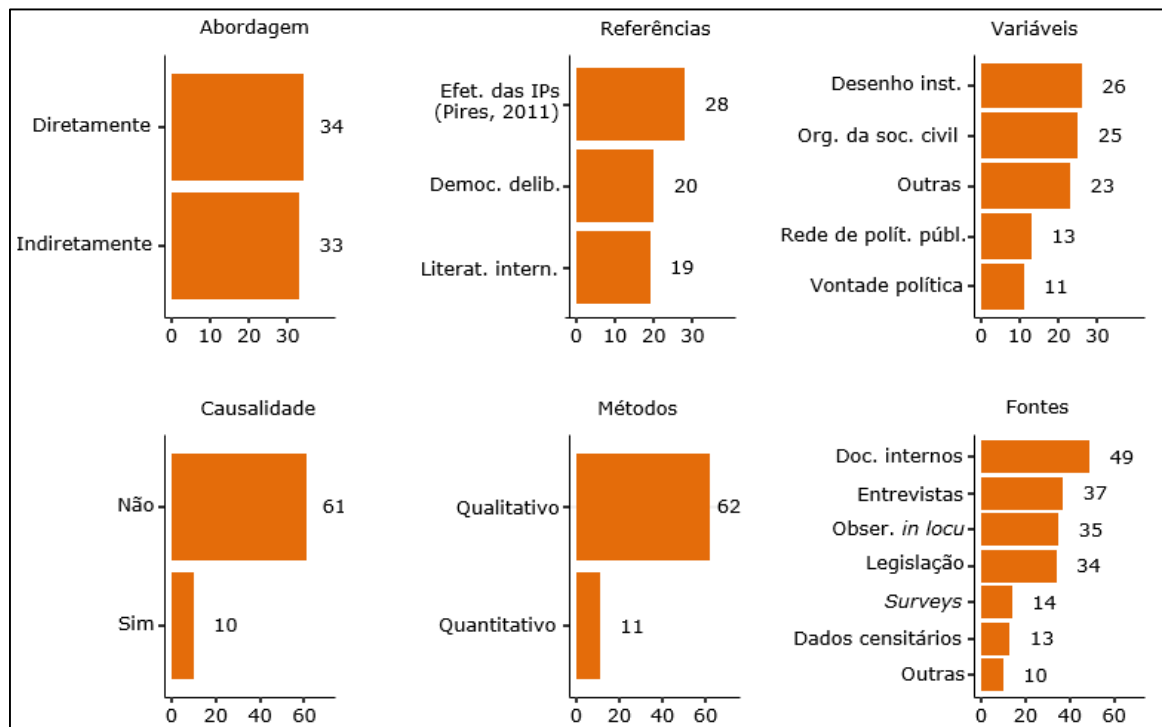
Fonte: Elaboração dos autores.

Como se sabe, a Constituição de 1988, com sua proposta de descentralização administrativa e de fortalecimento da participação social em relação a algumas políticas específicas, foi a propulsora da criação de muitos conselhos, como os de saúde, assistência social e direitos da criança e do adolescente (Cortes, 2011). Esses colegiados de gestão de políticas públicas são vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm como característica diferenciadora de outros espaços participativos a perduração no tempo. Por mais que essa

permanência possa não se verificar na prática, e que existam conselhos que a partir de determinado momento tenham interrompido as suas reuniões, há no ato da criação destes a intencionalidade de que sejam um espaço contínuo, perene, que mantenha certa constância em suas reuniões – com algum encadeamento entre elas –, e estejam inseridos em um contexto mais amplo de construção de políticas públicas setoriais. Existem hoje mais de 30 mil conselhos nos 5.570 municípios brasileiros, conforme os dados das pesquisas Munic do IBGE (IBGE, 2015). Assim, pode-se mesmo falar na existência de um “exército de conselheiros espalhados pelos quatro cantos do Brasil” (Almeida e Tatagiba, 2012, p. 70) nos níveis locais. Esses dados ajudam a esclarecer o interesse de pesquisa de mais da metade dos *papers* por essa modalidade participativa e também a preponderância do município entre os níveis administrativos, e do executivo entre as esferas de governo pesquisadas.

Dada essa base empírica, um segundo conjunto de gráficos (Figura 2) permite uma análise estatística descritiva sobre como o problema teórico da efetividade foi mais propriamente abordado, ou seja, como foram abordados alguns dos elementos teóricos e metodológicos que guiaram as análises.

Figura 2
Referências, abordagem, método e outros



Fonte: Elaboração dos autores.

Praticamente metade dos artigos (34 – 48%) tratou diretamente a questão da efetividade ou, para usar outro termo, da efetividade *stricto sensu* (Avritzer, 2011), e a outra metade o fez apenas indiretamente. Não obstante, a grande maioria (61 – 86%) não mencionou a questão da “causalidade”, lembrada com frequência na literatura especializada como um grande desafio ao se tratar da efetividade. Como apontam alguns autores, dentre eles Gurza Lavallo (2011, p. 40), imputar causalidade é um dos maiores desafios das ciências sociais, e isso se agrava nos campos de estudos em que há carga normativa nos conceitos, como é o caso da participação. Muitos dos que procuram apontar causalidade acabam por investigar efeitos remotos e gerais, cujas cadeias causais são não apenas desconhecidas como improváveis e, por vezes, indemonstráveis. Disso decorreria a tentação à “causalidade remota”, em que a relação entre causa e efeito é atravessada por espaço longo de tempo e/ou mediada por uma sucessão ou encadeamento extenso de efeitos intermediários. A superação dessa barreira⁷, de difícil transposição, ajuda a explicar a baixa empregabilidade da causalidade, de forma direta, nas análises.

Em termos de embasamento teórico dos *papers* analisados, os capítulos reunidos na publicação do Ipea (Pires, 2011) foram os mais citados, por 28 trabalhos (41%). Já os chamados “teóricos da democracia deliberativa” foram citados em 20 (29%). Por fim, outra parte (19 – 28%) recorreu à literatura internacional para empreender suas análises.

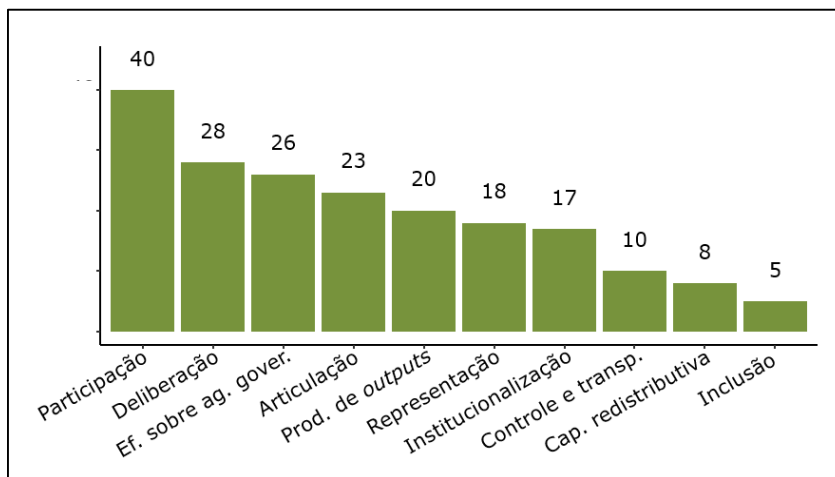
Em termos metodológicos, como mostra o gráfico “Métodos” (Figura 2), a grande maioria dos trabalhos (62 – 87%) utilizou técnicas qualitativas para tratar o problema da efetividade. As fontes e os materiais mais acessados foram os documentos internos (atas, regimentos, resoluções etc.) (49 – 69%), seguidos de entrevistas (37 – 52%), legislação (leis, decretos, portarias etc.) (35 – 49%) e observação *in locu* (34 – 47%). Nesse aspecto, como se deduz a partir dos números apresentados (o total aponta para uma sobreposição), é bastante comum nos trabalhos encontrar mais de um tipo de fonte e de materiais para subsidiar as análises. Não obstante, *surveys*, dados censitários e outras fontes foram bem menos utilizados. Ou seja, há um desbalanceamento entre os métodos aplicados e os tipos de fontes. Se são os conselhos as IPs mais pesquisadas, é compreensível que seus documentos internos sejam as fontes mais acessadas para avaliar seu funcionamento interno (contexto endógeno), em diálogo com a literatura que mostra a importância da variável “desenho institucional” para medir efetividade. Aliás, não sem razão, entre as variáveis explicativas da efetividade identificadas nos trabalhos, “desenho institucional” foi a mais mencionada (26 – 36%), fazendo coro também com a análise endógena das IPs, como demonstrado acima. A predominância dessa variável era mais ou menos esperada, uma vez que trata de um elemento que a literatura havia identificado, desde longa data, como importante na avaliação dos processos participativos (Faria e Ribeiro, 2011).

⁷ Ainda segundo Gurza Lavallo (2011), existem ao menos duas formas de lidar com o problema da causalidade remota: “a primeira é assumir o risco devido à importância de se estabelecerem efeitos gerais, mas optando por desenhos de pesquisa capazes de minimizá-lo (...). A segunda alternativa, aqui sugerida, é renunciar à tentação das causalidades remotas e aproximar a causa do efeito; isto é, fixar o olhar nos efeitos imediatos ou diretamente imputáveis às IPs naquilo que efetivamente produzem” (p. 41).

Organização da sociedade civil (25 – 34%) e “Outras” variáveis (23 – 32%) também têm destaque nesse quesito. Mas, em suma, o que mais chama a atenção são a predominância do método qualitativo e o não tratamento do problema da causalidade.

Uma vez conhecida essa visão mais panorâmica, passamos aos sentidos de efetividade encontrados nos 71 textos dos EPDPPs. Eles foram categorizados e quantificados como segue no Gráfico 1. A partir do levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, construímos as variáveis, registrando dez sentidos de efetividade: 1- participação; 2- deliberação; 3- efetividade sobre a agenda governamental (outcomes); 4- articulação; 5- produção de outputs; 6- representação; 7- institucionalização; 8- controle e transparência; 9- capacidade redistributiva; 10- inclusão. A tentativa foi separar os sentidos em categorias, de modo a tornar mais claro o entendimento do que se quer dizer quando se fala em efetividade.

Gráfico 1
Sentidos da efetividade (n)



Fonte: Elaboração dos autores.

A “efetividade da participação” foi referenciada por mais da metade dos trabalhos, 40 (56%). Como entendida por Avritzer (2011, p. 17), a efetividade da participação tem um sentido mais geral, podendo abranger tanto a efetividade deliberativa quanto o processo de implementação das políticas públicas e seus resultados. Não sem razão, dos 40 trabalhos que mencionaram “efetividade da participação”, 21 (52%) também mencionaram a efetividade deliberativa; 16 (40%), a efetividade como representação; e 10 (25%), a produção de *outputs*.

Por um lado, isso pode mostrar que as categorias não são estanques, tal como indicado por Almeida (2017). Por outro, essa definição tão geral pede imediatamente uma outra pergunta: efetividade da participação com relação a quê? As respostas podem

mostrar maior ou menor grau de efetividade com relação a quem, de fato, participa com voz e voto, levando a conclusões sobre a capacidade de inclusão de dada IP; mas elas também podem buscar aferir a efetividade sob o ponto de vista dos resultados produzidos pela IP, tanto em termos de suas decisões (*outputs*) como em relação aos efeitos sobre as políticas públicas (*outcomes*). As respostas podem, além disso, buscar medir a capacidade de influência da IP com relação a uma distribuição mais ou menos equitativa dos benefícios da política. Ou seja, uma mesma pesquisa pode ter conclusões muito distintas a depender do aspecto que está buscando medir. Mas, se a pesquisa usa o termo “efetividade da participação”, sem esclarecer todos esses aspectos, pode concluir pela não efetividade da participação porque olhou, por exemplo, apenas a dimensão da capacidade redistributiva, mas poderia ser bastante efetiva se fossem os *outputs* a variável escolhida. Daí a necessidade de melhor definir quais resultados se busca aferir com a participação.

No que tange à segunda categoria mais encontrada, uma parte significativa dos trabalhos, 28 (40%), tratou a efetividade do ponto de vista da teoria da deliberação. Isso também não surpreende, pois, no levantamento bibliográfico realizado, ficou evidente que muitos autores trabalham com esse sentido (Avritzer, 2011; Vaz, 2011; Almeida e Cunha, 2011; Cunha e Zanetti, 2016; Souza, 2011). Dos trabalhos dos EPDPPs, Prazeres (2017), por exemplo, entende a efetividade deliberativa da mesma forma que Cunha (2010), como:

a capacidade efetiva de essas instituições influenciarem, controlarem e decidirem sobre determinada política pública, expressa na institucionalização dos procedimentos, na pluralidade da composição, na deliberação pública e inclusiva, na proposição de novos temas, na decisão sobre as ações públicas e no controle sobre essas ações (Cunha, 2010, apud Prazeres, 2017, p. 2).

Na verdade, essa definição mais ampliada de “efetividade deliberativa” proposta por Cunha dá o tom de boa parte dos trabalhos nessa categorização. Mas alguns autores optam por tomar apenas um elemento específico, dentre os vários elencados na definição acima, para empreender suas análises. Por exemplo, no *paper* de Costa e Barbosa (2017), o objetivo é verificar o processo deliberativo nas plenárias dos conselhos gestores de políticas públicas. Já Melo e Barros (2017, p. 12), analisando o Conselho Municipal de Política Cultural de Fortaleza, buscam verificar em que as decisões dos conselhos afetam as políticas públicas a eles relacionadas, pois afirmam que “a análise dos impactos que reverberam nas políticas públicas a partir do exercício das funções e atribuições concedidas aos conselhos é de extrema importância para entender a efetividade desses espaços de participação social”.

Tal como no caso da efetividade da participação, quando se fala em *efetividade da deliberação* também se pode incorrer em conclusões enviesadas, se não ficar claro qual aspecto se quer avaliar: por exemplo, se é a qualidade do processo deliberativo – quem participa do processo, o modo de inserção dos diferentes sujeitos, os temas sobre os quais

debatem e decidem e a forma como o fazem – ou se é a forma como o processo deliberativo impacta as políticas públicas.

O terceiro tipo de efetividade mais recorrente diz respeito à produção de *outcomes*. Foram 26 trabalhos (36%) classificados nessa tipologia. A literatura mostra a importância de avaliar o potencial de influência das IPs nos resultados das políticas públicas. Cunha e Zanetti (2016), por exemplo, referem-se à influência das deliberações de dez conferências nacionais de assistência social (realizadas entre 1995 e 2015) na constituição de aspectos fundantes da política, como financiamento, planejamento, princípios, estrutura, que impactam a agenda governamental. Petinelli (2011, 2015) também analisa a capacidade de influência de conferências nacionais sobre a agenda governamental. Pesquisando as primeiras conferências nacionais de aquicultura e pesca, de cidades, de meio ambiente, de esporte, de políticas para mulheres e de políticas de promoção da igualdade racial, Petinelli buscou medir o efeito das recomendações aprovadas nesses encontros sobre os programas de políticas formulados pelo governo federal. O trabalho de Aguiar, Ferreira e Silva (2015) buscou avaliar a relação entre a presença de conselhos gestores de políticas e o acesso da população a bens e serviços públicos – olhando 853 municípios de Minas Gerais –, ou seja, os resultados externos propiciados pelos conselhos. Também Rodrigues (2019) traz um resumo da produção decisória (de 2005 a 2011) de conselhos municipais de habitação de cinco municípios brasileiros de grande porte – Belo Horizonte, Fortaleza, Guarulhos, Porto Alegre e São Paulo –, buscando mostrar como as decisões afetaram a política habitacional dos municípios.

Encontramos 23 (32%) trabalhos que mostram a efetividade sob o viés da articulação. Lembramos o trabalho de Almeida (2017), que destaca a importância da articulação de uma dada instituição participativa com a sociedade, com outras instituições participativas e com o Estado, ou seja, com um conjunto de atores, governamentais e da sociedade civil, bem como com outras áreas de políticas e instituições de participação, “sinalizando a importância de uma compreensão macro da política, que dê conta de perceber a participação institucionalizada como um dos distintos repertórios de interação dos movimentos sociais ou como parte de um ciclo mais amplo de políticas públicas” (p. 670). Azevedo, Campos e Lira (2016) também apontam essa dimensão, buscando aferir a articulação dos conselhos com atores societais e estatais de toda a federação brasileira. Santos e Gugliano (2015) propõem uma análise sobre a efetividade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, buscando avaliar sua interlocução com a sociedade civil e a incidência que tem no processo decisório das políticas governamentais. O trabalho de Alencar e Silva (2013), por exemplo, estudando o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), propôs-se avaliar os principais mecanismos utilizados pelo conselho para articular as relações entre Estado e sociedade nessa área de política pública. Menezes (2019), estudando o Conselho da Cidade da Bahia, mostra sua importância como espaço de articulação e criação de novos canais de diálogo institucional. Também Pismel (2019), referindo-se aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios de

Americana e Sumaré (SP), aponta sua importância como atores do campo multiorganizacional de implementação de uma política pública.

Com relação à noção de efetividade no que se refere à produção de *outputs*, encontramos 20 trabalhos (28%). A pesquisa de Gurza Laval, Voigt e Serafim (2016) deixa clara essa noção de efetividade. Dizem os autores, “trata-se de uma estratégia que foca a produção decisória dos conselhos (*outputs*), e não seus efeitos sobre as políticas (*outcomes*), permitindo diagnosticar o que os conselhos estão de fato fazendo e quando o fazem; isto é, que decisões tomam e em que momento de seu ciclo de vida” (p. 611). O trabalho de Nascimento (2013) quer avaliar a importância do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na produção de decisões que impactaram o processo de formulação do Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase). Nesse caso, destaca tanto a produção decisória do conselho (*output*) quanto seus efeitos sobre a política (*outcomes*).

A efetividade como representação foi encontrada também em 18 (25%) trabalhos. No levantamento bibliográfico, verificamos que várias pesquisas se desenvolveram nessa chave, por exemplo, Pogrebinski e Ventura (2017), ao buscarem saber em que medida as IPs – as Conferências Nacionais – despertaram ou não uma maior responsividade do Poder Legislativo brasileiro. Em outro trabalho, Pogrebinski e Santos (2011) mostram que, apesar de se constituírem em espaços de representação extraparlamentar, as conferências nacionais fortalecem a representação parlamentar ao multiplicarem as formas de vocalização e agregação dos interesses presentes na sociedade. Concluem que:

as conferências nacionais são instituições representativas, não simplesmente por engendram internamente a lógica representativa (por meio da eleição de delegados e votação por maioria, entre outros) e sustentarem alguma modalidade “informal” de representação, mas por comporem uma estrutura mais complexa de representação política no âmbito dos Poderes do Estado, que conta com a participação e a deliberação da sociedade civil de forma mais direta e menos mediada pelos tradicionais mecanismos de controle, como o voto, e de vocalização das preferências por ele expressas, como os partidos (p. 264).

O trabalho de Almeida (2017) fala literalmente em “efetividade da representação”, buscando avaliar a forma como os atores das IPs acessam os canais de representação, a pluralidade da sociedade civil e o relacionamento que os representantes estabelecem com os representados. O trabalho de Neves, Oliveira e Barros (2017) tem como objetivo apontar os principais limites das práticas políticas e do processo de representação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (gestão 2014-2016).

Sobre efetividade como institucionalização, 17 *papers* (24%) abarcam essa dimensão. Um bom exemplo aparece no trabalho de Martelli et al. (2017), que, pesquisando as conferências nacionais de três setores de política – assistência social, meio ambiente e política para as mulheres –, chama atenção para a importância das conferências como espaço de encontro entre diferentes atores que se articulam e reforçam

demandas por maior institucionalidade do setor. O trabalho mostra que quanto maior o envolvimento de uma comunidade de política, como é o caso da assistência social, maior é a pressão para que os marcos, garantias legais e procedimentos sejam cada vez mais consolidados, com consequente incremento da institucionalidade do setor. Assim, pode-se falar em efetividade avaliando o papel da IP na estruturação de um setor de política.

No que se refere à efetividade, considerando aumento de controle e acesso à informação, encontramos 10 (14%) trabalhos que abordam esse aspecto. Para a construção dessa variável, destaca-se a pesquisa de Santos (2016) com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, que verifica a importância do conselho para introduzir mudanças na administração pública estadual, tendo contribuído para o aumento da transparência e do acesso à informação. O artigo de Ikeda Junior, Santos e Vilela (2017, p. 7) mostra a importância dos conselhos como “instrumentos jurídicos colocados à disposição da população para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações” de interesse público. Mostra o trabalho do Conselho das Cidades para o aumento da transparência e do controle social com relação aos megaempreendimentos no Rio de Janeiro.

Quanto à efetividade como capacidade redistributiva, encontramos oito trabalhos (11%) que tocam nesse ponto. Esse é um aspecto muito sensível na literatura, muitas vezes acompanhado pela questão da deliberação. O trabalho de Vaz (2011), por exemplo, busca compreender a dinâmica de funcionamento das instâncias deliberativas e sua capacidade não apenas de incluir os cidadãos nas discussões sobre políticas públicas, mas também de produzir resultados efetivos quanto à redistribuição dos bens e ações concernentes a essas políticas. Almeida e Cunha (2011) também falam em efetividade deliberativa e efetividade em termos de capacidade distributiva. Querem ver o potencial deliberativo para propor e/ou alterar o formato e o conteúdo de políticas e, com isso, incidir diretamente sobre a (re)distribuição de recursos públicos. Importante pesquisa de Pires (2011) propõe uma estratégia para a avaliação dos efeitos distributivos das IPs, a qual envolve a análise da alocação de recursos públicos a partir de instâncias participativas em comparação com a distribuição territorial da pobreza/riqueza e com os padrões de exclusão vivenciados nas cidades brasileiras. Também Wampler (2011) e Cortes (2011) preocupam-se com os possíveis efeitos das instituições participativas sobre o nível de acesso a bens e serviços públicos nos municípios brasileiros. Entre os trabalhos apresentados nos EPDPPs, o de Bezerra (2017) sobre o impacto das IPs na variável “capacidade redistributiva” é exemplar. Tomando como referência analítica as três principais IPs – orçamento participativo, conselhos gestores e conferências de políticas públicas –, a autora faz um extenso balanço de como a literatura sobre efetividade abordou o tema da capacidade redistributiva.

Por fim, 5 (7%) trabalhos trataram a efetividade considerando a inclusão de atores e causas. Um deles mostrou que a criação dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural significou a possibilidade de inclusão de segmentos até então excluídos da discussão das

políticas de patrimônio cultural nos municípios. E mais, a dinâmica participativa e deliberativa dos conselhos permitiu a inserção de valores e interesses culturais diversificados, o que representou estímulo à democratização estatal (Starling, 2015). O tema da inclusão é fundamental para o debate democrático, na medida em que um dos objetivos das inovações democráticas seria propiciar a inclusão de segmentos da população que tradicionalmente estão excluídos do processo participativo. Essa é a razão que leva pesquisadores (Cunha, 2013; Martelli, 2014) a investigar o perfil socioeconômico e associativo-político dos participantes de IPs. A pergunta que orienta esses trabalhos é: qual o potencial de inclusão social e política desses espaços? A esse sentido de inclusão enquanto presença de indivíduos com perfis socioeconômicos que estão ausentes das tradicionais instituições de representação, soma-se um outro: o sentido de inclusão enquanto inserção de temas, interesses e causas nos processos de discussão e decisão, ou ainda, o sentido de inclusão enquanto alargamento ou expansão da comunidade de debate, em especial a garantida pela presença de setores-chave, tanto do governo quanto da sociedade, por possuírem autoridade e/ou algum vínculo ou trajetória na área de política (Martelli, Almeida e Lüchmann, 2019). Parece-nos extremamente relevante pautar o debate da efetividade também por essa categoria – *inclusão* –, considerando-a em sentido alargado – inclusão de atores, temas e causas –, pois, ao fazê-lo, muitas conclusões negativas sobre a efetividade das IPs poderiam ser revistas, considerando, com atenção à dimensão do tempo, os impactos nos setores de políticas provocados pela entrada de novos atores, temas e causas por meio das IPs.

As dez categorias de efetividade aqui sistematizadas permitem compreender por que o termo efetividade foi escolhido e não eficácia ou eficiência, também utilizados para a avaliação de políticas.

Voltemos às categorias: 1- participação; 2- deliberação; 3- efetividade sobre a agenda governamental (*outcomes*); 4- articulação; 5- produção de *outputs*; 6- representação; 7- institucionalização; 8- controle e transparência; 9- capacidade redistributiva; 10- inclusão. Apenas as categorias “participação” e “produção de *outputs*” poderiam ensejar o uso do termo eficácia, pois tratam de avaliação de processos. Por exemplo, pode-se falar em efetividade da participação considerando quem participa, como participa, enfim, avalia-se o processo deliberativo, os procedimentos que envolvem a deliberação. Também na avaliação de *outputs*, o que está em jogo é a avaliação de processo, ou seja, do processo de produção decisória de uma dada IP, em que medida a IP cumpre seu papel, produzindo decisões. Entretanto, mesmo nesses dois casos, pode-se combinar a avaliação de processos com a de impacto, pois, ao avaliar o processo deliberativo, pode-se, por exemplo, indagar em que medida a deliberação que sai de uma IP interfere na implementação da política pública e em seus resultados, o que corresponde à avaliação de impacto. Ou ainda, poder-se-ia considerar o impacto da participação para o aprendizado político (efetividade subjetiva). Na avaliação de *outputs*, além de se aferir o

que de fato uma IP faz, pode-se perguntar em que medida o que faz (*output*) impacta o setor da política.

Para todas as outras oito categorias, fica claro tratar-se de avaliação de impacto, pela capacidade de influenciar a agenda governamental, a formulação de política pública ou seus resultados ("deliberação"; "*outcomes*"); por avaliar a capacidade de articulação de uma IP junto a outras instituições que incidem sobre o ciclo mais amplo de política pública ("articulação"); por avaliar o impacto na composição de mais uma complexa estrutura de representação política no âmbito dos poderes do Estado ("representação"); por avaliar o papel de uma IP no fortalecimento institucional de um setor de política ("institucionalização"); por avaliar em que medida o funcionamento de uma IP impacta em mudanças na administração pública pela imposição de maior controle sobre a informação e acesso a ela ("controle da informação e acesso a ela"); por avaliar o impacto das decisões de uma IP na maior redistribuição de bens e serviços públicos ("capacidade redistributiva"); ou ainda por avaliar os impactos de uma IP na inclusão de atores, temas e causas num dado setor de política pública ("inclusão").

Em todos esses casos, procede-se à avaliação de impacto da IP no que diz respeito a mudanças na realidade de um dado setor, nos mais variados aspectos aqui mencionados. Poder-se-ia mesmo falar em efeitos sociais e institucionais das IPs, ou ainda em efetividade objetiva, subjetiva e substantiva, a depender do aspecto destacado para avaliação, o que mostra a multiplicidade de sentidos que efetividade pode assumir.

Considerações finais

O principal objetivo deste artigo foi sistematizar os sentidos possíveis atribuídos ao termo *efetividade*, a partir da revisão bibliográfica e da pesquisa com um *corpus* de 71 *papers* sobre a temática da efetividade da participação, apresentados em quatro edições do "Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas". Com base na multiplicidade de sentidos, sistematizados em dez categorias, destacamos a recorrente preocupação em avaliar o impacto. Mostramos ser possível pensar o impacto da atuação das IPs de várias formas, o que implica direcionar o olhar do pesquisador para lugares diferentes: a) é possível pensar o impacto das IPs nos vários processos que envolvem a política pública, desde a interferência na agenda até a implementação e avaliação de resultados. Podem ser medidos os impactos objetivos, focando dados quantitativos, ou os impactos substantivos, observando o impacto da política na vida de uma dada comunidade. Nesse último caso, avalia-se a IP direcionando o olhar para o setor da política e/ou para a população-alvo; b) é possível pensar os efeitos da participação no que se refere ao aprendizado dos envolvidos no processo, ou seja, avalia-se a mudança no "estado de espírito" dos participantes, a "efetividade subjetiva"; aqui, o olhar do pesquisador se volta para os participantes, suas mudanças de percepção e comportamento; c) é possível medir efeitos da atuação da IP na articulação com outras instituições e com atores sociais e

estatais; nesse caso, o olhar deve se voltar para os canais de diálogo construídos pelas IPs em prol de algum objetivo; d) é possível avaliar os efeitos das IPs para aumentar e pluralizar a vocalização de demandas junto aos representantes; aqui o olhar do pesquisador se volta para o Poder Legislativo, ou para atores políticos com poder de influenciar a agenda e as decisões dos Poderes de Estado; e) é possível avaliar impactos na administração pública, cobrando informações e transparência de procedimentos e dados, ou seja, o olhar do avaliador se volta para a interferência das IPs nas mudanças de regras e procedimentos em prol de maior transparência e publicização de dados; f) é possível medir efeitos das IPs na inclusão de vozes e demandas; nesse caso, o olhar se volta para dentro das IPs, avaliando sua capacidade inclusiva, não só de atores tradicionalmente ausentes dos espaços habituais de participação e representação, mas também de causas e temas; g) além dos “efeitos sociais” engendrados pelas IPs, é possível avaliar os “efeitos institucionais”, olhando o impacto das IPs na institucionalização das políticas ou observando seus efeitos sobre as instituições governamentais e não governamentais associadas à sua atuação.

Essa variedade de aspectos e significados nos leva a algumas considerações importantes. Ela revela, por exemplo, que o campo da participação está atento à amplitude que o termo efetividade pode assumir, como mostraram a bibliografia consultada para compor as variáveis deste artigo e os trabalhos sobre efetividade das quatro edições do EPDPP. E isso é fruto do tempo: o tempo de funcionamento das IPs e o amadurecimento de seus processos permitiram alargar a visão e os procedimentos analíticos com relação ao potencial das IPs e o alcance de seus resultados.

Se o campo está sendo capaz de perceber os múltiplos impactos que as IPs podem gerar, esperamos seguir divulgando os resultados de pesquisas sobre a efetividade (alargada) das IPs, com o compromisso de fazer jus ao seu legado, tão ameaçado pelo atual governo de Jair Bolsonaro, avesso às políticas de participação social. Os estudos sobre avaliação têm grande importância para decisões políticas. No nosso caso, os estudos sobre a efetividade das IPs têm implicações não só para a decisão de gestores sobre a continuidade ou não de política de participação social, mas também no sentido de animar aqueles que participam desses espaços, sejam eles representantes do governo ou cidadãos e demais representantes da sociedade civil. Como bem apontou Wampler (2011, p. 43), “se as IPs não produzem mudanças significativas ou se elas não são percebidas como propiciadoras de processos de mudanças, então se torna menos provável que os participantes continuem a investir nelas”.

E aqui fazemos uma última consideração: avaliar é atribuir valor, é determinar se as coisas são boas ou más, ou seja, a avaliação de uma dada política tem a dizer sobre os princípios que a orientam, envolve critérios éticos e morais. Se o objetivo é avaliar o impacto produzido por uma política na realidade, há que se ter clareza dos princípios que norteiam os objetivos de mudança. No que diz respeito à política de participação social, as mudanças pretendidas incidem sobre maior igualdade e justiça na distribuição de recursos

públicos visando ao bem-estar de todos. Ou seja, a avaliação de políticas públicas implica uma avaliação *política* que consiste em atribuir valor às políticas, às suas consequências, ao aparato institucional em que elas se dão e aos próprios atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas. Daí a importância de estabelecer critérios de avaliação que permitam dizer se e por que uma política é preferível à outra (Figueiredo e Figueiredo, 1986).

Se consideramos as IPs com potencial para impactar vários aspectos da realidade social e/ou institucional, e se acreditamos nos princípios norteadores das mudanças pretendidas, cabe ressaltar a necessidade de ampliar nossas lentes analíticas para falar de efetividade, mostrando, de forma clara e objetiva, as dimensões possíveis e passíveis de mensuração. Isso pode resultar em conclusões mais cuidadosas, menos enviesadas e, quiçá, mais otimistas do papel que as instituições participativas têm desempenhado no Brasil.

Referências bibliográficas

AGUIAR, C. C.; FERREIRA, M. A. M.; SILVA, E. A. "Efeitos das instituições participativas sobre a gestão pública municipal". *Anais do II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Unicamp, Campinas, SP, 2015.

ALENCAR, J. L. O.; SILVA, S. P. "Mecanismos de construção participativa em políticas públicas: uma análise da composição do Conselho Nacional de Economia Solidária e da percepção de seus conselheiros". In: *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando agendas e agentes*, de 23 a 25 de abril de 2013. Unesp, Araraquara (SP).

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. "Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas". *Serviço Social & Sociedade*, nº 109, p. 68-92, 2012.

ALMEIDA, D. C. R. "Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a política nacional de participação social". *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, nº 3, 2017.

ALMEIDA, D. C. R.; CUNHA, E. S. M. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

ARRETCHE, M. "Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas". *Revista Crítica de Sociologia e Política*, ano I, nº 1, jul.-dez. 2013.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

AZEVEDO, N. L.; CAMPOS, M. M.; LIRA, R. A. "Por que os conselhos não funcionam? O diagnóstico O'Donnell". *Anais da 40ª Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2016.

BEZERRA, C. P. "Instituições participativas geram efeitos redistributivos? Desafios metodológicos para a análise". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

BICUDO, M. A. V. "Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa". *Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática*, vol. 9, nº 0, p. 7, 2014.

CORTES, S. V. Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

COSTA, L. F. A.; BARBOSA, A. S. "Conselhos gestores de políticas públicas e participação: consensos, dissensos e tensões no palco deliberativo". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

CUNHA, E. S. M. Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos Conselhos Municipais de Assistência Social. In: AVRITZER, L. (org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Conferências de políticas públicas e inclusão participativa. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (orgs.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea, 2013.

CUNHA, E. S.; ZANETTI, D. G. "Participação e influência na agenda governamental: o caso da assistência social". *Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte, 2016.

DACOMBE, R. "Systematic reviews in political science: what can the approach contribute to political research?". *Political Studies Review*, vol. 16, nº 2, p. 148-157, 2017.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; Carvalho, M. C. B. (orgs.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FARIA, C. F.; RIBEIRO, U. C. Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

FERRO, M. C. T. "Participação, políticas públicas e efetividade: linhas de pesquisas, limites e descobertas". *Anais do II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Unicamp, Campinas (SP), 2015.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. "O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral". Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, D. B., et al. "O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?". *Teoria e Pesquisa*, vol. 23, nº 2, p. 205-228, 2014.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. "Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica". *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, vol. 1, nº 3, p. 107-127, set.-dez. 1986.

GURZA LAVALLE, A. Participação: valor, utilidade, efeitos e causas. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

GURZA LAVALLE, A.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. "O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, nº 3, 2016.

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic). Rio de Janeiro, 2015.

IKEDA JUNIOR, R.; SANTOS, E. S.; VILELA, L. E. "Controle social e desenvolvimento no território dos megaempreendimentos". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

IMBEAU, L. M.; PÉTRY, F.; LAMARI, M. "Left-right party ideology and government policies: a meta-analysis". *European Journal of Political Research*, vol. 40, nº 1, 2001.

KING, G. "Replication, replication". *PS: Political Science & Politics*, vol. 28, nº 3, p. 444-452, 1995.

MARTELLI, C. G. "Conferências municipais para quê? Setores de políticas públicas e a diversidade político-institucional de seus participantes". *Anais do IX Encontro da ABCP*, Brasília, DF, 2014.

MARTELLI, C. G.; ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L. "The meanings of representation and political inclusion in the Conferences of Public Policies in Brazil". *Brazilian Political Science Review*, vol. 13, nº 1, 2019.

MARTELLI, C. G., et al. "Conferências Nacionais e Políticas Públicas: uma análise longitudinal nas áreas de assistência social, meio ambiente e políticas para as mulheres". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

MELO, R. N. P.; BARROS, J. M. "Efetividade e Conselhos de Política Cultural: uma agenda a ser construída". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

MENEZES, D. M. O. "Instituições participativas e a disputa pela efetividade: o caso do Conselho Estadual das Cidades da Bahia". *Anais do IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, UFRGS, Porto Alegre (RS), 2019.

NASCIMENTO, A. R. "Formulação da política pública a partir de um Conselho Nacional dos Direitos: o caso do Sistema Nacional Socioeducativo – Sinase". In: *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes*, de 23 a 25 de abril de 2013, Unesp, Araraquara (SP).

NEVES, A. V.; OLIVEIRA, P. N.; BARROS, M. S. R. "Representação e práticas políticas: análise da participação no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

PARANHOS, R. "Conexões inglórias: responsividade e produção legislativa subnacional no Brasil". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, 2014.

PETINELLI, V. "As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do governo federal (2003-2010)". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 1, 2011.

_____. "Aferindo a capacidade de influência das conferências de políticas públicas". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, nº 3, 2015.

PINTO, C. M. "Metanálise qualitativa como abordagem metodológica para pesquisas em letras". *Atos de Pesquisa em Educação*, vol. 8, nº 3, p. 1.033, 2013.

PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

PISMEL, A. C. "Conselhos gestores importam: uma análise sobre a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos". *Anais do IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, UFRGS, Porto Alegre (RS), 2019.

POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F. "Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 3, 2011.

POGREBINSCHI, T.; VENTURA, T. "Mais participação, maior responsividade? As conferências nacionais de políticas públicas e a qualidade da democracia no Brasil". *Dados*, vol. 60, nº 1, p. 7-43, mar 2017.

PRAZERES, L. P. "É um assunto natimorto: notas sobre as competências dos participantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cachoeiras de Macacu, RJ". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

RODRIGUES, F. P. "Mecanismos entre decisão e implementação: a efetividade nos conselhos municipais de habitação". *Anais do IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, UFRGS, Porto Alegre (RS), 2019.

ROSCOE, D. D.; JENKINS, S. "A meta-analysis of campaign contributions' impact on roll call voting". *Social Science Quarterly*, vol. 86, nº 1, 2005.

SAMPAIO, D.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. "Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática". *BIB*, São Paulo, nº 88, 1/2019.

SANTOS, M. L. "Teoria e método nos estudos sobre o legislativo brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994-2005". *BIB*. Rio de Janeiro, nº 66, 2008.

SANTOS, P. R. "Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 3, p. 501-511, maio-jun. 2016.

SANTOS, P. R.; GUGLIANO, A. A. "Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 3-19, dez. 2015.

SANTOS, R. A. S. "A efetividade das instituições participativas: dos desafios teóricos aos problemas metodológicos". *Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Ufes, Vitória (ES), 2017.

SOARES FILHO, M. L. V. "Tensões e incentivos do Legislativo nacional à formulação e implementação das instituições de participação: o caso do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e da Política e Sistema Nacional de Participação Social". In: *IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, de 10 a 13/9/2019, UFRGS, Porto Alegre (RS).

SOUZA, C. H. L. Conferências e os desafios metodológicos de seu estudo. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

STARLING, M. B. L. "Os conselhos de políticas públicas e a democratização da ação estatal: a política municipal de patrimônio cultural de Minas Gerais". *Anais do II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Unicamp, Campinas (SP), 2015.

VAZ, A. C. N. Da participação à qualidade da deliberação em Fóruns públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. In: Pires, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

Abstract

Evaluate what? The various meanings of effectiveness in the field of participation studies

The main purpose of this article is to advance in the understanding of the term effectiveness that has been used to evaluate the results produced by participatory institutions. The literature review and the research into a corpus of 71 papers on the effectiveness of participation, presented in four editions of

the “International Meeting Participation, Democracy and Public Policies”, show the multiplicity of meanings which the term effectiveness carries. We argue that the papers addressing this issue should define with accuracy what they intend to assess, as the conclusions of the participatory spaces validity and the necessary incentive to their continuity depend on the clarity of the evaluation object.

Keywords: effectiveness; participation; participatory institutions; evaluation; public policy

Resumen

¿Evaluar qué? Los distintos significados de la eficacia en el campo de los estudios de participación

El principal objetivo de este artículo es avanzar en la comprensión del término efectividad utilizado por el campo de la participación para evaluar los resultados producidos por las instituciones participativas. La revisión bibliográfica y la investigación con un corpus de 71 papers sobre la temática de la efectividad de la participación, presentados en cuatro ediciones del “Encuentro Internacional Participación, Democracia y Políticas Públicas”, revelaron la multiplicidad de sentidos que el término puede alcanzar. Defendemos la idea de que los trabajos que se proponen a discutir sobre la efectividad deben definir con precisión lo que pretenden evaluar, ya que de la claridad del objeto de evaluación dependen las conclusiones sobre la validez de los espacios participativos y los estímulos necesarios para su continuidad.

Palabras clave: efectividad; participación; instituciones participativas; evaluación; política pública

Résumé

Évaluer quoi? Les différentes significations de l'efficacité dans le domaine des études de participation

L'objectif principal de cet article est d'élargir la compréhension du terme “efficacité” utilisé dans le champ de participation pour évaluer les résultats produits par les institutions participatives. La bibliographie et la recherche – réalisée avec un corpus de 71 articles sur le thème de l'efficacité de la participation, présentées dans quatre éditions de la “Réunion internationale sur la participation, la démocratie et les politiques publiques” – ont démontré la multiplicité des significations que ce terme peut assumer. Nous défendons l'idée que les travaux qui proposent d'en parler doivent définir précisément ce qu'ils veulent évaluer comme efficacité, car les conclusions sur la validité des espaces participatifs et des stimulations nécessaires à leur continuité dépendent de la clarté de l'objet d'évaluation.

Mots-clés: efficacité; participation; institutions participatives; évaluation; politique publique

Artigo submetido à publicação em 19 de maio de 2020.

Versão final aprovada em 5 de fevereiro de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



Equalização da disputa ou reprodução de desigualdades? Uso do Facebook por candidatas à Câmara Federal por São Paulo em 2018

Catarina Helena Cortada Barbieri¹ 

Luciana de Oliveira Ramos² 

Ivan Osmo Mardegan³ 

Juliana Fabbbron Marin Marin⁴ 

Lais Menegon Youssef⁵ 

Neste artigo, analisamos o uso de ferramentas do Facebook em campanhas eleitorais de candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo com o objetivo de avaliar se esse uso mitiga ou reproduz desigualdades socioeconômicas estruturais que elas vivenciam em sociedade. Acompanhamos o uso do Facebook durante a campanha eleitoral de 2018 visando entender especificamente se e como essa rede social foi utilizada por essas candidatas. A partir de uma base de dados com mais de 55 mil postagens de 465 candidatas, incorporamos um olhar interseccional sobre as múltiplas identidades dessas mulheres e correlacionamos seus marcadores sociais (estrato sócio-ocupacional, grau de instrução, idade e raça/cor) com o uso do Facebook durante a campanha eleitoral. Os resultados das análises quantitativas apontam que, em vez de mitigar as desigualdades socioeconômicas preexistentes, essa rede social acabou por reproduzi-las ao longo da campanha.

Palavras-chave: campanhas eleitorais; Facebook; internet; mulheres na política; desigualdades

¹ Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, Núcleo de Gênero e Direito. São Paulo (SP), Brasil. E-mail: <catarina.barbieri@fgv.br>.

² Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, Núcleo de Gênero e Direito. São Paulo (SP), Brasil. E-mail: <luciana.ramos@fgv.br>.

³ Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas (Eaesp) e Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público (Cepesp-FGV). São Paulo (SP), Brasil. E-mail: <ivan.osmo@gmail.com>.

⁴ Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) e Escola de Direito de São Paulo. São Paulo (SP), Brasil. E-mail: <julianafabbbron@gmail.com>.

⁵ Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo. São Paulo (SP), Brasil. E-mail: <laisyoussef@gmail.com>.

Introdução⁶

Neste artigo, buscamos responder se, no contexto da disputa eleitoral de candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo em 2018, o uso do Facebook contribuiu para a reprodução de desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres na sociedade ou atuou de modo a mitigá-las. A intenção é entender se, durante o período eleitoral, um recurso não tradicional de campanha – as redes sociais –, que, a princípio, não depende de lideranças e estruturas partidárias para ser utilizado, é capaz de reduzir as desigualdades relativas a raça, grau de instrução, idade e estrato sócio-ocupacional preexistentes no ambiente *offline* entre as candidatas.

O pano de fundo deste artigo está relacionado à desigualdade entre homens e mulheres no acesso a essa política e na participação nesse espaço. Atualmente, as mulheres constituem apenas 25% dos parlamentares no mundo, segundo dados da União Interparlamentar⁷. Ou seja, a maioria dos parlamentos continua dominada por homens, e alguns não possuem sequer uma mulher. Isso significa que as mulheres, embora representem mais de 51% do eleitorado ao redor do globo, ainda estão excluídas da participação igualitária nos espaços de tomada de decisão sobre leis e políticas públicas.

Todavia, para avançar no debate acerca da desigualdade entre homens e mulheres no acesso aos cargos eletivos, é necessário ir além do binarismo de gênero e buscar captar as barreiras que as múltiplas fontes da identidade das mulheres impõem ao acesso à disputa eleitoral e às habilidades de explorar as potencialidades das ferramentas de campanha, em especial as redes sociais.

O foco do artigo é o acesso à rede social Facebook e seu uso por essas candidatas, mas, em conjunto com o marcador de gênero, nossas análises incluem as variáveis raça/cor⁸ (declarar-se branca ou não), grau de instrução (ter ensino superior completo ou não), estrato sócio-ocupacional (pertencer a estratos mais altos ou não) e idade. Assim, é

⁶ Este artigo é fruto de achados da pesquisa “Democracia e representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero”, desenvolvida no âmbito da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), em parceria com o Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV (Cepesp). Coordenada pelas professoras Catarina Barbieri e Luciana Ramos, a pesquisa foi agraciada com o financiamento do Fundo de Pesquisa Aplicada da FGV, o que viabilizou a execução desse projeto coletivo. Integraram a equipe de pesquisa Aline Herscovici, Fernanda Moraes, Hannah Maruci Aflalo, Ivan Mardegan, Juliana Fabbroni Marin Marin, Laís Youssef e Vanilda Chaves. Agradecemos o apoio de Clara Batista, Danilo Sousa, Fernanda Cimetta, Helena Funari, Isla Andrade, Lívia Buzolin e Rafaella Monesi, que auxiliaram na coleta de dados do Facebook durante a campanha eleitoral de 2018. Agradecemos às (aos) pareceristas anônimas(os) pelos comentários que contribuíram enormemente para a versão final do texto. Versões preliminares deste artigo foram apresentadas em seminários de pesquisa no InternetLab (São Paulo, Brasil) e no Institute of the Americas (University College London, Reino Unido). Agradecemos particularmente as sugestões e críticas de Mariana Valente e Malu Gatto.

⁷ Os dados mencionados estão disponíveis no site da União Interparlamentar, mais especificamente no *link* <https://data.ipu.org/women-averages?month=6&year=2020&op=Show+averages&form_build_id=form-4t-x0rNb3uPXo4BC7b1hzGLg7X-QYSZGKzLX4Iq4kUg&form_id=ipu__women_averages_filter_form>. Último acesso: 8 jul. 2020.

⁸ No presente artigo, utilizamos a nomenclatura adotada pelo TSE, portanto, raça/cor, visto que todas as nossas análises são provenientes de dados disponibilizados pelo Tribunal.

a partir de um olhar interseccional que nos debruçamos sobre a questão para entender se há e quais seriam as diferenças entre as candidatas no acesso ao Facebook e no seu uso em suas campanhas.

As eleições gerais de 2018 trouxeram diversas novidades, entre elas, a possibilidade de uso de redes sociais como instrumento de campanha eleitoral, tendo sido, por exemplo, regulamentada a possibilidade de “impulsioneamento” de conteúdos⁹. Com base na suposição de que as redes sociais não requerem investimento inicial para a propagação de informações, posto que são, a princípio, gratuitas, e, sobretudo, de que não dependem de decisões das executivas dos partidos (como é o caso da distribuição de recursos dos fundos eleitorais e de tempo na TV e no rádio), poderíamos assumir provisoriamente que elas se tornaram um importante instrumento de campanha, principalmente para candidaturas de mulheres que receberam pouco ou nenhum apoio partidário, o que, por si só, justificaria a necessidade de uma análise mais detida de como se deu esse uso. Desse modo, candidaturas com menos recursos financeiros, apoios simbólicos, menos estrutura e/ou menor experiência de campanha poderiam, em tese, disputar novos eleitores, aos quais não teriam acesso via outros meios de comunicação, e aumentar ou potencializar seu contato com possíveis eleitores já existentes.

Importante salientar que o foco deste artigo não é apontar qualquer predição quanto ao resultado da eleição, ou seja, o objetivo não é fazer qualquer afirmação sobre se o uso dessas ferramentas na rede social teve influência no sucesso nas urnas. O intuito é compreender se as desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade brasileira e experienciadas por mulheres marcadas por múltiplas identidades e, assim, com diferentes estratos sócio-ocupacionais, graus de instrução, idade e raça/cor, se reproduzem no uso do Facebook durante uma campanha eleitoral. A hipótese explorada é a de que o uso do ambiente virtual poderia nivelar as condições de campanha entre as candidatas, que, de antemão, são diferentes entre si em virtude das desigualdades estruturais preexistentes ao processo de eleição.

A literatura vem apontando que as características das pessoas importam quando falamos sobre o uso da internet. Não apenas no sentido do acesso em si, ou seja, ter equipamento e acesso à internet ou não, mas também sobre as habilidades que as pessoas precisam ter para melhor usufruir dos instrumentos oferecidos pelos ambientes virtuais de forma a atender a seus interesses e maximizar os benefícios (Hargittai, 2002; Ribeiro, Borba e Hansen, 2019). Essas habilidades podem ser afetadas pelo perfil socioeconômico do usuário e por outros fatores, como idade, raça/cor, escolaridade e recursos financeiros

⁹ Diferentemente das eleições anteriores, 2018 foi a primeira vez que se permitiu a realização de impulsioneamento de postagens no Facebook, conforme disposto no art. 57-C, introduzido na Lei Federal nº 9.504, de 1997, pela Lei nº 13.488, de 2017, que dispõe: “É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na Internet, excetuado o impulsioneamento de conteúdo, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>>. Último acesso em: 21 dez. 2018.

(Ribeiro, Borba e Hansen, 2019; Gulati e Williams, 2013; Robinson et al., 2015; Herrnson, Stokes-Brown e Hindman, 2007; Marques, Aquino e Miola, 2014). Em resumo, esses estudos apontam que pessoas mais jovens, brancas, com nível educacional mais elevado e com maior acesso a recursos financeiros usariam a internet, incluindo as redes sociais, de forma quantitativa e qualitativamente superior.

No contexto brasileiro, os ambientes *offline* são conhecidos pela elevada desigualdade social e pelas diferenças de oportunidades, principalmente quando abordamos aspectos relativos a raça/cor e renda, prevalecendo os privilégios de pessoas brancas e de classes sociais mais abastadas. No contexto eleitoral *offline*, a distribuição de recursos eleitorais também é marcada por forte desigualdade (Campos e Machado, 2015; Sacchet e Speck, 2012a, 2012b). Essas desigualdades podem ser reproduzidas ou até acentuadas em ambientes *online* (Hargittai e Hsieh, 2013). Nesse sentido, o acesso a recursos financeiros pode se mostrar um importante preditor da adoção do Facebook nas campanhas eleitorais (Gulati e Williams, 2013). A hipótese aventada por esses estudos é a de que grupos que se encontram em desvantagem *offline* provavelmente usam a internet de forma menos intensa do que os mais privilegiados.

Para analisar se as desigualdades *offline* foram reproduzidas em ambiente *online* no contexto da disputa eleitoral brasileira – mais especificamente na disputa por diferentes perfis de mulheres ao cargo de deputado federal –, monitoramos as Páginas e os Perfis do Facebook das 465 candidatas que concorreram a esse cargo por São Paulo nas eleições de 2018. Durante todo o período de campanha, foram coletadas as seguintes informações ligadas ao uso do Facebook: acesso à ferramenta, sua manutenção durante o período eleitoral (uso contínuo), o número total de publicações realizadas pelas candidatas, o número de publicações concernentes à campanha da própria candidata em relação ao total de postagens e, por fim, a existência de impulsionamento de publicações.

Em seguida, cruzamos esses dados com quatro variáveis relativas ao perfil socioeconômico das candidatas – estrato sócio-ocupacional (pertencer a estratos mais altos ou não), grau de instrução (ter ensino superior completo ou não), raça/cor (declarar-se branca ou não) e idade –, a fim de examinar se o uso do Facebook foi realizado de forma equivalente por mulheres com características socioeconômicas diversas, o que indicaria uma mitigação das desigualdades estruturais da sociedade. Em contrapartida, se encontrarmos padrões variados de utilização entre grupos de candidatas diferentes que apontem para a melhor utilização da ferramenta por pessoas de estratos sócio-ocupacionais mais elevados, com grau de instrução mais alto, brancas e mais jovens, poderemos concluir que houve a reprodução das desigualdades no uso do Facebook.

Para responder à pergunta da pesquisa, o artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução, sendo que as duas primeiras, “Gênero e interseccionalidade: impacto nas análises sobre a inserção de mulheres na política institucional” e “Desigualdades digitais em campanha eleitorais: do acesso às habilidades

de manejo da internet”, têm por objetivo apresentar os referenciais teóricos e metodológicos mais amplos que fornecem as lentes analíticas para a pesquisa. A primeira parte contempla os estudos de gênero e interseccionalidade e seus desdobramentos nas análises sobre a inserção de mulheres na política institucional, particularmente em campanhas eleitorais, objeto deste trabalho. Na segunda parte, apresentamos os resultados de estudos sobre desigualdades digitais no acesso à internet e às redes sociais e no seu uso. Em seguida, em “Nota metodológica”, apresentamos a metodologia de análise quantitativa para, na quarta parte, explicitar os resultados dela decorrentes. Finalizamos com as “Considerações finais”.

Gênero e interseccionalidade: impacto nas análises sobre a inserção de mulheres na política institucional

Nas últimas décadas, a desigualdade na participação de homens e mulheres na política institucional tem recebido especial atenção na agenda de direitos. Atualmente, os parlamentos nacionais são compostos majoritariamente por homens, com exceção de apenas três países¹⁰. Isso significa que as mulheres estão sub-representadas nesses espaços de poder e tomada de decisão política sobre os principais rumos de uma nação. No Brasil, esse cenário de sub-representação é bastante acentuado e coloca o país entre os piores do mundo, uma vez que ele está na 141ª posição do *ranking* da União Interparlamentar, com apenas 14,6% de mulheres representadas na Câmara dos Deputados.

A desigualdade de gênero na política institucional no Brasil e na maioria dos países do globo motivou a realização de diversos estudos para entender as razões da baixa presença de mulheres. O debate acadêmico nacional e internacional tem se debruçado sobre todas as etapas do processo eleitoral e da participação política para entender essas diferenças de gênero no acesso aos cargos eletivos.

As causas para a sub-representação de mulheres apontadas pela literatura englobam explicações de cunho institucional, que vão desde a análise das interações entre as regras eleitorais e o sistema político (Norris, 2013; Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012; Htun e Jones, 2002; Matland, 1998; Rule e Zimmermann, 1994) até o estudo das limitações das leis de cotas enquanto política afirmativa de inserção de mais mulheres na política (Krook e Norris, 2014; Krook, 2004, 2009; Araújo, 2001; Htun, 2001), passando pela análise do papel dos partidos políticos na seleção e recrutamento de candidatas viáveis ou com chances de se eleger (Araújo, 2005; Shvedova, 2005; Norris e Lovenduski, 1995).

¹⁰ São eles: Ruanda (primeiro lugar no *ranking*, com 61,3% de mulheres entre os parlamentares), Cuba (com 53,2%) e Emirados Árabes Unidos (com 50%). O *ranking* elaborado pela União Interparlamentar relativo a junho de 2020 está disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=6&year=2020>>. Último acesso em: 11 jul. 2020.

Há também estudos que explicam a sub-representação de mulheres na política formal devido ao processo de socialização voltado para a esfera privada a que estão submetidas, o que limita seu acesso a determinados tipos de redes sociais e políticas que poderiam ser ativados na arrecadação de recursos (Ballington, 2003; Sacchet, 2009). Ante a constatação de que os homens tendem a se organizar em grupos voltados à esfera pública e as mulheres participam mais de grupos que lidam com questões práticas do cotidiano familiar e comunitário, Sacchet (2009) ressalta que “as desigualdades sociais – de gênero, classe, etnia etc. – estão relacionadas à distribuição desigual de recursos e de acesso a diferentes redes que favorecem a troca de informação e criam oportunidades para o desenvolvimento político e social desses grupos” (p. 327).

Há, ainda, estudos que demonstram que a destinação de menor quantidade de recursos às campanhas de mulheres em comparação às campanhas de homens é um obstáculo importante para o sucesso eleitoral de candidatas (Speck e Mancuso, 2014; Sacchet e Speck, 2012a, 2012b). Ao compararem a arrecadação de campanha de mulheres e homens candidatos aos cargos de deputados federal e estadual no pleito de 2006, Sacchet e Speck (2012b) concluíram que as mulheres têm arrecadações de campanha significativamente menores que as dos homens. E mesmo que controlados pelo fator reeleição, os dados mostram que a diferença diminui, mas persiste. Uma arrecadação menor para as campanhas de mulheres faz com que as suas candidaturas não alcancem o mesmo potencial que as masculinas, prejudicando as suas chances de se eleger.

Tais estudos mostram que as mulheres, de forma geral, têm enfrentado diversos obstáculos de acesso à participação na política institucional. Como se viu, elas têm maior dificuldade de acesso a recursos tradicionais que são controlados pelas instâncias internas dos partidos: elas recebem menos recursos financeiros que os candidatos homens e têm menos acesso às redes de contatos que possibilitam maior arrecadação de verbas de campanha. Esse estado de coisas reduz as chances de ganharem mais visibilidade e se tornarem mais competitivas, com reais possibilidades de conquistar uma cadeira no parlamento.

Acontece que esses obstáculos de acesso a recursos partidários tradicionais não recaem igualmente sobre todas as mulheres. Mulheres brancas parecem ter mais condições de superá-los e acessar a política formal, tendo em vista que, das 77 mulheres eleitas à Câmara Federal em 2018, 82% são brancas, 17% são negras e 1% é indígena. Nas eleições de 2014, das 51 mulheres eleitas, 80% eram brancas e 20%, negras¹¹.

Assim, para aprofundar a análise da desigualdade entre homens e mulheres no acesso à política formal, é preciso levar em conta as diversas formas de opressão que recaem sobre as mulheres, incluindo as decorrentes dos marcadores de raça/cor, classe

¹¹ De acordo com levantamento feito pelo portal Gênero e Número a partir de dados do TSE, disponíveis no link: <<http://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019>>. Último acesso: 12 jul. 2020.

social, idade, entre outros. Essa preocupação em compreender as múltiplas e imbricadas formas de opressão está ligada à noção de interseccionalidade.

O uso desse termo ficou notório depois da publicação da análise de Crenshaw (1989) sobre as variadas formas em que gênero e raça se imbricavam na discriminação sofrida por mulheres negras no ambiente de trabalho e na própria tutela jurídica relacionada a essas demandas. A ideia original de Crenshaw – analogia com um cruzamento em uma estrada (*intersection*) – era que mulheres negras sofriam discriminação de gênero e raça, ao mesmo tempo, no âmbito do trabalho. Tratava-se de uma opressão com múltiplas faces. A via da raça não era independente da via do gênero: a mulher negra vivia esse entrecruzamento na sua experiência, que não se resumia à soma de opressões individualmente consideradas. O direito antidiscriminatório nos Estados Unidos à época, argumentava Crenshaw, falhava em apreciar a intersecção, deixando social e juridicamente desassistidas mulheres negras discriminadas nas relações de trabalho. Ferramenta teórico-analítica pensada por feministas negras, os estudos sobre a interseccionalidade enfatizam o modo como a interação das opressões de gênero e raça impacta a vida de mulheres negras (Akotirene, 2019; Carneiro, 2009, 2011; Hooks, 2015; Gonzales, 1984).

Às categorias raça e gênero foram sendo, posteriormente, agregados outros marcadores de diferença, como classe social, orientação sexual, etnicidade, idade, deficiência (Davis, 2016; Hirata, 2014; Hill Collins, 2019; Gonzales, 1988). A literatura sobre a articulação desses eixos cresceu substancialmente, permitindo o reconhecimento de novas e específicas formas de opressões atuantes sobre as mulheres, sobretudo de grupos socialmente subalternizados, expondo, inclusive, as hierarquias e opressões impostas por mulheres pertencentes a grupos socialmente dominantes sobre outras mulheres. De acordo com Hill Collins e Bilge (2016), a interseccionalidade adiciona camadas de complexidade a vários temas, como desigualdade social, poder, relacionalidade e justiça social. No que diz respeito à desigualdade social e à organização do poder em uma dada sociedade, as autoras sustentam que há divisão social, seja de raça, gênero ou classe, mas existem muitos eixos que trabalham juntos.

Bilge (2009) sintetiza o conceito de interseccionalidade: “teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (p. 70). Para a autora, o “enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (p. 70).

No Brasil, a transposição desse instrumento teórico-metodológico para os estudos empíricos sobre o comportamento de mulheres em campanhas eleitorais vem ocorrendo paulatinamente. Estudos sobre gênero, raça, etnicidade, classe social e idade no acesso aos cargos eletivos na política brasileira também vêm crescendo, ainda que a ausência do

registro de dados sobre raça/cor pelo TSE até 2012 – que atualmente é autodeclarado na ficha das candidatas – em muito tenha dificultado esse avanço. Há estudos pioneiros que trabalharam fatores tradicionais para a sub-representação de mulheres negras e brancas e de homens negros até as eleições gerais de 2010, mas que enfrentaram dificuldades devido à falta de dados relacionados a raça/cor/etnia (Santos, 2010; Meneguello et al., 2012). Há ainda estudos que se concentram nas mulheres negras na política, mas que têm como escopo o modo como os discursos em relação a essas representantes ou candidatas são construídos pela mídia e por formadores de opinião (Carneiro, 2009; Gomes, 2018). Ademais, existe um crescente corpo de pesquisas avaliando as particularidades e os desafios da inserção das mulheres indígenas brasileiras nos processos político-eleitorais – estas também marcadas por profundas diferenças entre si (Segato, 2003; Pinto, 2010; Souza e Cemin, 2012; Pacheco, 2017), sem contar alguns importantes estudos que focam homens e mulheres indígenas conjuntamente, como Codato, Lobato e Castro (2017),

Buscando contribuir para o avanço dessas pesquisas sob a lente teórico-metodológica da interseccionalidade, este artigo se propõe a analisar este novo aspecto das campanhas eleitorais: o uso de redes sociais. Dentro do grupo de candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo nas eleições de 2018, verificamos como essas mulheres, com diferentes perfis socioeconômicos, aqui analisados a partir de quatro marcadores (raça/cor, estrato sócio-ocupacional, grau de instrução e idade), usaram a rede social Facebook durante a campanha eleitoral, correlacionando tais dimensões com a existência de Página e/ou Perfil, se houve uso contínuo da ferramenta durante a campanha, o número total de publicações, a proporção de publicações relacionadas à própria campanha e o uso de impulsionamento.

As candidatas negras usam o Facebook de maneira diferente das candidatas brancas? Será que as candidatas sem ensino superior completo e de estratos sócio-ocupacionais mais baixos utilizam o Facebook diferentemente daquelas com maior grau de instrução e pertencentes aos estratos sócio-ocupacionais mais altos? E as candidatas com mais idade em relação às mais jovens? Como dito anteriormente, uma hipótese seria que as redes sociais, por terem acesso inicial gratuito e estarem fora do escopo de controle direto dos partidos políticos, poderiam representar uma alternativa para nivelar diferenças. Ao contrário, se as respostas a essas perguntas forem positivas, será necessário entender quais diferenças são relevantes e se o uso do Facebook reproduz as desigualdades socioeconômicas existentes no mundo *offline*.

Desigualdades digitais em campanhas eleitorais: do acesso às habilidades de manejo da internet

Nesta seção, apresentamos os resultados de estudos sobre desigualdades digitais no acesso à internet e às redes sociais e no seu uso, que, assim como a literatura

precedente, fornecem as lentes para analisar as variáveis selecionadas e os resultados encontrados.

As primeiras discussões apresentadas neste artigo sobre impactos sociais da tecnologia tratam da sua influência na relação do cidadão com o engajamento na política. Para sistematizar o debate, Boulianne (2009, p. 193) faz uma revisão da literatura e uma separação entre os posicionamentos dos estudiosos que, na leitura de Ribeiro, Borba e Hansen (2019, p. 262), podemos encaixar em dois possíveis grupos: os cyberotimistas e os cyberpessimistas. Segundo Boulianne, os primeiros defendem que a internet seria capaz de mobilizar indivíduos desengajados, uma vez que ela ampliaria o acesso à informação e, por conta disso, aumentaria o interesse desses indivíduos em participar da política (p. 194-195). Ainda de acordo com essa autora, o segundo grupo de estudiosos entende que a internet não mobilizaria indivíduos desengajados; pelo contrário, só aumentaria desigualdades políticas que já existem no mundo *offline* e desestimularia o engajamento político, pois essa tecnologia estaria sendo adotada, sobretudo, como forma de entretenimento (p. 193-194). Ribeiro, Borba e Hansen (2019) complementam afirmando que quem já é engajado ficaria mais engajado, e os menos engajados ficariam ainda mais desengajados.

Com base em Anstead e Chadwick (2009, p. 58), pode-se acrescentar que haveria ainda um terceiro grupo que faz contraposição aos cyberotimistas: o dos normalizadores. Partindo de uma análise institucional comparada em pesquisa de campanha na internet, os autores entendem que, para os normalizadores, a internet apenas replica as atuais relações políticas e de poder existentes, ao passo que os otimistas veem na internet uma possibilidade de reforma política e redistribuição de poder. Os normalizadores também afirmam que os recursos disponíveis para os atores políticos (tais como recursos financeiros, midiáticos e sociais) são capazes de condicionar suas habilidades no uso da internet para realizar campanha, traduzindo a força *offline* que eles têm em vantagens no mundo *online*.

Fato é que a internet é capaz de reconfigurar ou até reduzir os custos de oportunidade das pessoas a ela conectadas, porém não os neutraliza (Anstead e Chadwick, 2009, p. 57). Há uma ampla literatura que trata dos conceitos da exclusão digital e da desigualdade digital (DiMaggio e Hargittai, 2001; DiMaggio et al., 2004; Guillén e Suárez, 2005; Hargittai, 2002; Zillien e Hargittai, 2009). Com base nela, é possível afirmar que a exclusão digital foi considerada, em um primeiro momento, um debate binário voltado a ter ou não os meios de acessar a internet. Esse debate precisaria ser ampliado para olhar as desigualdades *online*, resultantes das habilidades *offline* dos usuários (DiMaggio e Hargittai, 2001; Hargittai, 2002).

A discussão sobre exclusão digital avançou no sentido de considerar a desigualdade de conhecimento no uso das ferramentas digitais, o “knowledge divide” (Várallyai, Herdon e Botos, 2015, p. 365), além de reconhecer que o acesso em si é apenas uma das várias

fontes de desigualdade que precisam ser analisadas no tema da desigualdade digital (Hargittai e Hsieh, 2013, p. 2). Há, portanto, o reconhecimento da literatura especializada de que a exclusão digital é um fenômeno mais complexo e multidimensional do que se pensava inicialmente, e o termo “desigualdade digital” passou a se referir às disparidades socioeconômicas existentes dentro da “população *online*”, tais como qualidade e custo de conexão e conhecimentos e habilidades para encontrar informações (Stiakakis, Kariotellis e Vlachopoulou, 2009, p. 47-48). Entretanto, interação entre acesso e habilidade ainda é um tema pouco explorado pela literatura tanto brasileira quanto internacional (Ribeiro, Borba e Hansen, 2019).

DiMaggio e Hargittai (2001) identificam cinco dimensões da desigualdade digital, interconectadas: (i) meios técnicos pelos quais as pessoas acessam a internet (por exemplo, qualidade da conexão e de *hardware*); (ii) autonomia no uso da internet (por exemplo, acesso de casa ou do trabalho, compartilhamento com outras pessoas); (iii) habilidade da pessoa em usar a internet; (iv) apoio social ao qual o usuário de internet pode recorrer; e (v) propósito com o qual a pessoa usa a internet (p. 8).

Segundo esses autores, a primeira dimensão – meios técnicos – sinaliza que quem não tem formas eficientes de acessar a internet, que em geral são mais caras, não consegue explorar todo o conteúdo *online* disponível, reduzindo os benefícios que seriam possíveis com a internet, o tempo de uso e a aquisição de habilidades. A segunda dimensão, autonomia, aponta fatores geográficos em que o acesso à internet disponível é mais restrito, como em bibliotecas públicas, e de pior qualidade, principalmente em áreas rurais (DiMaggio e Hargittai, 2001, p. 8-9). Em relação a essas duas dimensões, poderíamos acrescentar a questão atual a respeito de o acesso se dar por meio de celular ou de computador, por um pacote de dados restrito ou por uma conexão rápida, estável e sem limitações de dados. Os autores reconhecem que os estudos demonstram forte associação de nível educacional, raça e renda com disponibilidade de internet em casa, e entendem que, entre as pessoas com esse acesso, quanto maior a autonomia, maiores são os benefícios¹² que os usuários adquirem (DiMaggio e Hargittai, 2001, p. 10).

A terceira dimensão – habilidades – indica que a diferenciação entre usuários pode ser feita por meio da análise do nível educacional e das habilidades técnicas: quanto maior o nível educacional e o domínio das habilidades técnicas necessárias, mais e melhor a ferramenta será explorada pelo usuário para os propósitos que lhe interessam (DiMaggio e Hargittai, 2001, p. 10-11). A quarta dimensão – apoio social – sugere que amigos e/ou familiares usuários de novas tecnologias são responsáveis por motivar novas pessoas a adotarem esses meios também. Por fim, a quinta dimensão – propósito do uso – significa

¹² Os autores não definem expressamente o que consideram ser benefícios nesse contexto. Porém, a partir da leitura de seu artigo, é possível apontar que benefícios consistem na possibilidade de o usuário buscar, encontrar e salvar informações de forma rápida e quando tem necessidade. De forma mais concreta, há de se falar na possibilidade de encontrar oportunidades de educação, emprego, cuidados com a saúde, além de participação e criação de espaços de discussão, inclusive política.

que, quanto mais sofisticado é o uso – por exemplo, quando se busca o aprimoramento de habilidades, oportunidades de emprego e informações sobre questões políticas, em vez do mero consumo de entretenimento –, mais habilidades são necessárias, conectando-se, assim, com a terceira dimensão aqui apresentada.

A dimensão das habilidades é a que mais diretamente se liga à análise aqui empreendida. Essa dimensão trata de uma espécie de “competência” que consiste na capacidade de responder pragmática e intuitivamente aos desafios e oportunidades de forma que o potencial do ambiente digital seja mais bem explorado (DiMaggio e Hargittai, 2001, p. 11). Tais conhecimentos podem ser influenciados pelos aparatos sociais de que a pessoa pode dispor ou não, como o nível educacional e financeiro, indicando que há uma relação entre *status* socioeconômico e a posse de recursos digitais. Ou seja, as desigualdades sociais existentes no mundo *offline* podem reforçar as desigualdades digitais (Hargittai e Hsieh, 2013, p. 3), o que, por sua vez, afeta o uso dos recursos digitais (p. 9). A tese que os autores apresentam é de que as habilidades e competências no uso da internet estão ligadas à satisfação dos usuários com a experiência de usá-la, que, se for positiva, permite que fiquem mais tempo na internet e, por sua vez, desenvolvam habilidades adicionais (DiMaggio e Hargittai, 2001, p. 11).

Para os fins do presente artigo, a dimensão das habilidades, trabalhada na literatura de desigualdade digital, é a lente teórica adotada para compreender as diferenças no uso de ferramentas como a Página e o Perfil do Facebook entre as candidatas ao cargo de deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2018. Todas as variáveis coletadas e analisadas, e que serão detalhadamente explicadas na próxima seção, guardam essa dimensão de habilidade.

No Brasil, os estudos acerca do Facebook como ferramenta de campanha são mais centrados na análise do uso dessa ferramenta em eleições majoritárias, como mostraremos a seguir. Ainda há poucos estudos focados no uso do Facebook em eleições proporcionais brasileiras e menos ainda em mulheres candidatas em eleições proporcionais, mas a análise de alguns estudos nacionais e da experiência de alguns outros países pode ajudar a levantar hipóteses sobre a forma como essa rede social é usada durante as campanhas eleitorais no Brasil.

Em um estudo conduzido na Nova Zelândia, são analisadas as diferenças de frequência e de comportamento entre as postagens no Facebook dos candidatos ao parlamento nas eleições gerais do país em 2011 (Ross, Fountaine e Comrie, 2014). Nas 1.148 postagens totais feitas ao longo da campanha, as autoras identificam que as mulheres tendem a postar com mais frequência conteúdos relacionados a pautas de campanhas do que os homens.

Gulati e Williams (2013) observam o uso do Facebook nas eleições de 2012 para o Congresso dos Estados Unidos com o objetivo de identificar o que diferenciava o pequeno substrato de candidatos que optaram por não usar a rede social da grande maioria que

usou. O estudo conclui que um dos grandes marcadores de diferença foram os recursos financeiros e a idade, ou seja, os candidatos que não tinham presença no Facebook eram em sua maioria independentes (sem vinculação partidária), com pouco financiamento e mais velhos. Ainda assim, uma vez que a adoção do Facebook entre candidatos norte-americanos é quase universal (mais de 90% dos candidatos em disputa utilizaram a ferramenta Página), o estudo ressalta que a mera utilização da ferramenta não indica mais competitividade, mas sim a forma como o candidato a utiliza.

No Brasil, o uso de redes sociais em campanhas eleitorais ainda está em processo de consolidação. Braga e Carlomagno (2018) sistematizam a literatura acerca do uso da internet em campanhas eleitorais no país e, com base nessa sistematização, indicam momentos de suma importância para a compreensão do uso das tecnologias digitais no processo eleitoral brasileiro, entre os quais destacamos quatro: os anos de 1998, 2010, 2012 e 2014. De acordo com os autores, as primeiras experiências de uso da internet em campanha eleitoral ocorreram em 1998, a partir da utilização de *websites* pelos candidatos. O uso da *web* foi se tornando mais avançado com o passar das eleições, aumentando o número de candidatos à presidência que começaram a utilizá-la; além disso, a interatividade dos *websites* também passou por transformações. A partir de 2010, cessaram as restrições relacionadas ao uso das mídias sociais no Brasil, restrições essas criadas nas eleições de 1998. Após a queda dessas limitações, nas eleições de 2012 o Facebook começou a ser utilizado mais intensamente pelos candidatos e, nas eleições subsequentes, em 2014, essa rede social se tornou a principal ferramenta de campanha na internet, sendo mantida nas eleições de 2016 como a rede de maior impacto.

Com base no exposto, notamos que uma parcela dos estudos nacionais que analisam o uso do Facebook para fins eleitorais por parte dos candidatos que disputam algum cargo eletivo se concentra em disputas majoritárias e direciona seu olhar para a análise de conteúdo das publicações (Gonçalves e Ferreira, 2013; Ituassu et al., 2014; Souza, 2014; Massuchin e Tavares, 2015; Eufrauzino, 2015; Rossini et al., 2016; Souza e Marques, 2016; Penteado, Pereira e Fiacadori, 2016; Miola e Carvalho, 2017; Borba, 2019). Além do foco no conteúdo, alguns estudos também analisam a participação de eleitores (Silva e Silva, 2015; Maia, 2019), a integração do Facebook com outros *sites* (Aggio e Reis, 2013), o discurso utilizado e a integração com outras redes (Panke e Thauny, 2013) e uso do Facebook e redes de apoio (Albuquerque et al., 2016). Apenas dois dos estudos levantados abordam as eleições proporcionais, mais especificamente a disputa para o cargo de deputado federal, concentrando-se na análise de conteúdo de publicações (Santos, 2017) e na análise de conteúdo e interação (Murta et al., 2017)

Murta et al. (2017) analisam a interação e a participação nas *fanpages* (Páginas) de Facebook de oito candidatos ao cargo de deputado federal nas eleições de 2014, buscando compreender quais tipos de postagens são privilegiadas nas suas Páginas e qual tipo tem mais interações. A pesquisa abrangeu os 33 últimos dias de propaganda eleitoral

na internet e analisou 840 publicações, assim como seu número de curtidas, compartilhamentos e comentários. Utilizando o *software Digicamp*, os pesquisadores rastream, coletaram, organizaram e indexaram essas publicações em sete categorias: registro de atividades, apoio de terceiros, pedido de voto, plataforma de campanha, feitos do passado, evento, pessoal. Os autores concluíram que um candidato interessado em mais curtidas, comentários ou compartilhamentos, em tese, deve se preocupar mais com a qualidade do que com a quantidade de postagens, e que, quanto mais seguidores tem um candidato, maior a possibilidade de interações.

Santos (2017), por sua vez, foca sua pesquisa na compreensão do uso do Facebook por dois candidatos eleitos ao cargo de deputado federal em 2014. A autora coletou as publicações de ambos os candidatos em suas *fanpages* durante o período de campanha eleitoral (entre 6 de julho e 5 de outubro de 2014), transformando todas as publicações em arquivos salvos em formato PDF para posterior submissão ao *software Atlas TI*. Uma amostra correspondente a 13 dias de campanha foi utilizada como base e os conteúdos das publicações foram analisados a partir das seguintes categorias: “a coesiva – indica o sentimento de grupo ou a simples presença na mídia –, a afetiva – expressa humor, emoção e autorrevelação –, e a interativa – pressupõe que os agentes respondam ou façam perguntas, citem ou concordem com outras postagens” (p. 106).

Ao efetivar a análise das publicações e entrevistar os candidatos, os resultados da autora mostram que ambos os candidatos tiveram uma presença social predominantemente coesiva no Facebook, mas cada um deles enfoca a rede social de modo diferente. Um dos candidatos focou na campanha física, por não considerar o seu eleitorado engajado em discussões com cunho político na internet, deixando o espaço *online* em segundo plano; seu assessor foi o responsável por sua campanha *online*, utilizando o celular para realizar as publicações, de forma a priorizar a agilidade das postagens, conforme argumenta a autora (Santos, 2017, p. 108). Em contrapartida, o outro candidato buscou se adaptar às tecnologias de comunicação, contando com o suporte de uma equipe para a realização da campanha (jornalista, fotógrafo, publicitário, *social media* e chefe de gabinete); mas, diferentemente do primeiro candidato, havia demora para a publicação dos conteúdos, o que pode ter comprometido o envolvimento dos seguidores.

Santos (2017) conclui que um dos candidatos utilizou o Facebook como uma ferramenta complementar às outras táticas de campanha, ao passo que o outro direcionou sua campanha ao Facebook e ao Twitter. Todavia, nenhuma dessas campanhas se encaixa no conceito de “cybercampanhas”, pois, conforme explica a autora, “não se observam estratégias voltadas especificamente para o ambiente social virtual” (p. 110).

Os achados do presente artigo dialogam com essas pesquisas e buscam avançar a compreensão sobre o uso das redes sociais para fins de campanha eleitoral em eleições proporcionais e, em especial, entre mulheres candidatas ao suscitar novas reflexões sobre o uso e a qualidade do uso do Facebook no processo eleitoral e ao lançar mão de novos

critérios de análise, direcionando o olhar para as desigualdades existentes entre as candidaturas de mulheres em ambiente *offline* e suas repercussões em ambiente *online*.

Nota metodológica

Com o objetivo de contribuir para os estudos que analisam como o Facebook tem sido utilizado em campanhas eleitorais, em particular entre mulheres candidatas, procuramos entender se o seu uso reduz as desigualdades estruturais presentes no mundo *offline* ou acaba por reproduzi-las em um contexto já marcado por diversas desigualdades, como é o caso do processo eleitoral. Para tanto, realizamos o monitoramento das 465 candidatas que chegaram até as urnas na disputa pelas cadeiras da Câmara Federal pelo estado de São Paulo.

O Facebook foi escolhido pelo fato de ser essa a rede social mais utilizada pelos brasileiros – aproximadamente 127 milhões¹³ – e por proporcionar aos usuários uma ampla variedade de meios de difusão de informações, como a possibilidade de uso do Perfil pessoal, criação de uma Página, publicação de diferentes tipos de conteúdo, como textos, imagens, vídeos, *links*, criação de eventos e utilização de instrumentos como o impulsionamento. A opção por analisar as candidatas pelo estado de São Paulo se deu por esse ser o maior colégio eleitoral do país e pelo fato de as mulheres serem mais afetadas pelas desigualdades no momento da campanha eleitoral. O crescimento da relevância de campanhas *online* poderia ser uma possível alternativa para contornar essas desigualdades. E, por este artigo estar inserido em uma pesquisa mais ampla sobre as condições de inserção das mulheres em disputas eleitorais, focamos nossa análise no gênero feminino, bem como na raça/cor das candidatas.

O processo de monitoramento foi realizado manualmente por uma equipe de 15 pesquisadoras(es). A opção pela coleta manual em detrimento do uso de ferramenta automatizada de *web scraping* foi feita em decorrência das restrições¹⁴ criadas pelo Facebook no que concerne ao acesso aos dados por meio desse último tipo de coleta.

O monitoramento do uso das ferramentas pelas candidatas foi realizado semanalmente pela equipe, no período de 16 de agosto a 7 de outubro de 2018. As seguintes informações foram coletadas e são a base deste artigo: endereço da

¹³ Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

¹⁴ Buscamos, inicialmente, a realização de coleta automatizada para facilitação do acesso aos dados necessários à pesquisa. Todavia, verificamos que a API (Application Programming Interface) do Facebook sofreu alterações após o caso da Cambridge Analytica, culminando em restrições para a coleta automatizada de dados. Passou a ser necessária a aprovação dos aplicativos utilizados e, mesmo com essa aprovação, manteve-se a restrição para captação de algumas informações. Em decorrência dessa limitação, optamos pela coleta manual para que a pesquisa pudesse ser concretizada.

Página/Perfil¹⁵, número total de publicações da candidata e número de publicações relacionadas à própria campanha. Após o período eleitoral, coletamos ainda o número de impulsionamentos de publicações de cada uma das candidatas, por meio da Biblioteca de Anúncios do Facebook¹⁶, ferramenta disponibilizada pela própria rede social e que permitiu ao público acesso a todos os impulsionamentos efetivados no período de campanha eleitoral.

Optamos por monitorar as ferramentas Página e Perfil, pois há importantes diferenças entre elas. Os Perfis possuem limitação no que concerne ao número de “amigos” que podem ser adicionados; as publicações podem estar restritas aos seus amigos, não permitindo acesso público às informações e publicações do usuário; e trata-se de uma ferramenta administrada por um único usuário. Diferentemente, as Páginas podem ser administradas por diversos usuários, as postagens se tornam públicas, ampliando a possibilidade de acesso por parte dos usuários do Facebook, e não há limitação quanto ao número de seguidores. Uma diferenciação de extrema relevância é que os impulsionamentos podem ser realizados apenas por meio das Páginas. Pelas distinções elencadas e levando em conta o contexto eleitoral, consideramos neste artigo que a Página é uma ferramenta que possibilita um uso mais profissional quando comparada ao Perfil.

O impulsionamento é uma funcionalidade paga, diferentemente da criação de Páginas e Perfis, que é gratuita. Seu uso visa ampliar a difusão de postagens para públicos que normalmente não teriam acesso a elas, conferindo maior alcance e visibilidade a esse conteúdo. Além disso, no contexto da campanha eleitoral de 2018, o uso do impulsionamento foi regulado pela Justiça Eleitoral, que criou regras¹⁷ específicas para a

¹⁵ Segundo o Facebook, “um Perfil é um local no Facebook onde você pode compartilhar informações sobre si mesmo, como interesses, fotos, vídeos, cidade atual e cidade natal”. É preciso ter um Perfil para criar uma Página ou gerenciar Páginas de terceiros.

Em linhas gerais, Páginas “são locais no Facebook que artistas, figuras públicas, empresas, marcas, organizações e ONGs usam para se conectar aos fãs ou clientes. Quando uma pessoa curte ou segue uma Página no Facebook, ela começa a ver as atualizações dessa Página no Feed de Notícias”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/337881706729661?helpref=search&sr=2&query=o%20que%20é%20um%20perfil>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

¹⁶ Endereço da Biblioteca de Anúncios: <<https://www.facebook.com/ads/archive/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

¹⁷ Resolução nº 23.551/2017 (TSE), art. 24. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos políticos, coligações e candidatos e seus representantes (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, caput).

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda ou pelo impulsionamento de conteúdos e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, § 2º).

§ 3º O impulsionamento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser contratado diretamente com o provedor da aplicação de internet com sede e foro no País, ou de sua filial, sucursal, escritório, estabelecimento ou representante legalmente estabelecido no País e apenas com o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, § 3º).

§ 4º O representante do candidato a que alude o *caput* se restringe à pessoa do administrador financeiro da respectiva campanha.

utilização dessa ferramenta, as quais deveriam ser seguidas à risca pelas candidaturas sob pena de cometerem crime eleitoral. Assim, o uso do impulsionamento requer não só o conhecimento prévio de uma série de normas jurídicas, como também uma habilidade específica para a utilização legal das funcionalidades oferecidas pelo Facebook.

Outras informações utilizadas neste artigo foram coletadas no repositório de dados eleitorais disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tais como idade, grau de instrução e raça/cor das candidatas. A partir do dado de ocupação, igualmente disponibilizado pelo TSE, enquadrámos cada uma das ocupações em cinco diferentes estratos sócio-ocupacionais: (i) baixo, (ii) médio-baixo, (iv) médio (v) médio-alto e (vi) alto, com base em classificação utilizada por Jannuzzi (2003)¹⁸. Desse modo, essa variável foi operacionalizada para marcar diferenças de classe entre as candidatas em termos das ocupações declaradas à Justiça Eleitoral.

Embora a disputa tenha sido iniciada por 528 mulheres, durante o processo de análise de suas candidaturas, algumas renunciaram e outras foram impedidas de concorrer por terem as candidaturas indeferidas. Assim, apenas as 465 candidatas aptas, deferidas e que tiveram os nomes incluídos na urna foram acompanhadas durante todas as sete semanas. Nos casos de indeferimento ou renúncia, o monitoramento da candidata cessava na semana em que fosse divulgada a sua renúncia ou o indeferimento.

Entre todas as mulheres que concorreram ao cargo, foram encontradas as Páginas de 299 candidatas e os Perfis de 375 em ao menos uma das semanas de campanha. Mas nem todas tiveram Página ou Perfil durante todo o processo eleitoral: apenas 246 candidatas tiveram Página durante as sete semanas de campanha e 367 tiveram Perfil durante esse período. Fala-se em Páginas e Perfis encontrados porque foi realizada a busca na seção “pesquisar” disponibilizada no Facebook, utilizando o nome completo da candidata, nome de urna ou diferentes combinações com partes dos nomes. E os resultados foram comparados com as fotos do TSE das respectivas candidatas, para checar se foi encontrada a pessoa correta. Em muitos casos, não houve qualquer correspondência entre os nomes buscados e a existência de Página ou Perfil. Além disso, a cada semana de monitoramento, as candidatas que não foram encontradas no Facebook na semana anterior tiveram seus nomes novamente pesquisados. Assim, pudemos verificar casos em que candidatas criaram sua Página ou seu Perfil em momento posterior ao do início do processo eleitoral.

§ 5º Todo impulsionamento deverá conter, de forma clara e legível, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável, além da expressão “Propaganda Eleitoral”.

¹⁸ Uma das opções de ocupação é “outros”, e 141 candidatas assinalaram essa categoria. Como se trata de um número elevado de candidatas, correspondendo a 26,7% do número total de mulheres concorrendo ao cargo, buscamos as respostas para essa categoria “outros” por meio de solicitação à Ouvidoria do TSE no dia 14 de fevereiro 2019. No dia 1º de março 2019, recebemos a seguinte resposta via e-mail: “A informação a respeito de ocupação é autodeclarada e não é possível declarar a opção ‘outros’”. Diante disso, as candidatas desse grupo não tiveram suas ocupações classificadas, impedindo a sua análise.

Para identificar o acesso ao Facebook e o seu modo de uso por parte das candidatas, foram utilizados cinco descritores para construir as variáveis dependentes:

(i) Acesso (probabilidade de ter Página e/ou Perfil em ao menos uma das semanas de campanha): assume valor 1 para as candidatas que tiveram uma Página ou Perfil ativo identificado em pelo menos uma semana de monitoramento e valor 0 em caso contrário;

(ii) Uso contínuo (probabilidade de manter Página e/ou Perfil durante as sete semanas de campanha): assume valor 1 para as candidatas que tiveram uma Página ou Perfil ativo identificado em todas as sete semanas de monitoramento, e valor 0 em caso contrário;

(iii) Intensidade (quantidade total de publicações realizadas na Página e/ou no Perfil): logaritmo natural da soma de todas as publicações realizadas na Página ou Perfil durante as sete semanas de monitoramento. Importante salientar que a soma das publicações das candidatas durante todo o período eleitoral, independentemente de seus conteúdos, é igual a 55.543.

(iv) Foco (porcentagem de publicações correspondentes à divulgação da própria campanha): razão entre a quantidade de postagens em que a candidata explicitamente faz campanha pela sua candidatura e a quantidade total de postagens na Página e/ou no Perfil. Foram consideradas postagens da própria campanha apenas as postagens na Página e/ou no Perfil próprios da candidata (feitas por ela mesma ou por terceiros) que se referiam explicitamente à candidatura através de divulgação de seu nome, número de urna e/ou pedido evidente de voto. Essa menção explícita poderia ter sido feita através de texto da postagem, imagem que mostrasse claramente os elementos citados acima (como a foto de um santinho) ou vídeo em que houvesse menção direta à candidata, ao número de urna e/ou pedido explícito de voto. Algumas(ns) leitoras(es) poderiam supor que toda e qualquer postagem de uma candidata no período eleitoral seria uma postagem com o objetivo de promover a campanha. Acontece que as observações do campo de pesquisa nos mostraram que postagens de cunho privado, sem nenhuma referência à candidatura, foram frequentes. Embora reconheçamos que cada publicação em uma rede social, independentemente de seu conteúdo, tem um papel na construção da imagem de uma pessoa, o interesse dessa análise é entender com que frequência a candidata fez postagens reforçando explicitamente a sua candidatura, pois muitas Páginas não eram utilizadas apenas para a disputa eleitoral, ou não foram criadas necessariamente com essa finalidade. Há candidatas, por exemplo, que já possuíam Página na qual divulgavam informações sobre sua profissão ou sobre outros temas que não as eleições e aproveitaram esse espaço para divulgar a própria campanha. Assim, a escolha por só considerar “de campanha” as postagens que tivessem um pedido explícito de voto ou que mostrassem – através de texto, fala (mensagem de voz ou vídeo) ou imagem (fotografia, *meme*, santinho etc.) – o número de urna da candidata foi a que nos pareceu mais adequada para diferenciar essas postagens das demais e padronizar a variável entre as candidatas analisadas. A soma das

publicações concernentes à própria campanha das candidatas durante todo o período eleitoral foi igual a 31.645, o que corresponde a aproximadamente 57% de todas as publicações.

(v) Impulsioneamento (probabilidade de utilização de impulsioneamento de publicações): assume valor 1 para todas as candidatas que tiveram pelo menos uma postagem com impulsioneamento pago durante as sete semanas de campanha e valor 0 em caso contrário.

Analizamos os possíveis efeitos que as seguintes variáveis independentes poderiam exercer sobre as variáveis dependentes: (1) escolaridade (ensino superior completo), (2) raça (raça/cor branca), (3) estrato sócio-ocupacional (pertencer a estrato sócio-ocupacional alto) e (4) idade. Todas elas, com exceção da idade, são variáveis binárias que assumem o valor 1 caso a candidata apresente a respectiva característica.

O objetivo da análise foi identificar se o Facebook foi um ambiente no qual as desigualdades socioeconômicas entre as candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo em 2018 foram reproduzidas ou mitigadas no processo de campanha eleitoral. Para os fins deste estudo, o uso das ferramentas Página e Perfil demonstraria a mitigação das desigualdades estruturais da sociedade se encontrássemos formas de utilização parecidas entre diferentes grupos de candidatas. O fato de características como ter menos idade, ter ensino superior completo, declarar-se branca e pertencer a estrato sócio-ocupacional alto não serem significantes para um uso mais intenso da Página e/ou do Perfil no Facebook durante a campanha é sinal de que essas ferramentas podem ajudar a equalizar as condições de campanha. Caso contrário, elas podem reproduzir desigualdades estruturais.

As variáveis dependentes que medem acesso, uso contínuo, intensidade, foco e impulsioneamento denotam medidas de habilidades das candidatas ao operar a ferramenta analisada. Abrir uma Página ou um Perfil no Facebook demanda um conhecimento mínimo de como essa rede social funciona e o que é preciso para ter acesso a ela. É também importante deter habilidades específicas para usar as múltiplas funções das ferramentas disponíveis dentro da plataforma de modo mais focado na campanha eleitoral. As variáveis que medem a manutenção do uso das ferramentas durante todo o período eleitoral (uso contínuo) e a quantidade absoluta de postagens estão também relacionadas com possíveis habilidades que as candidatas possuem. Além disso, manter uma Página e/ou um Perfil ativos por sete semanas e realizar postagens frequentes ou focadas na própria campanha demandam intenso tempo de dedicação, o que nem sempre está à disposição de todas as candidatas, tendo em vista as diferentes condições socioeconômicas das quais elas partem. Finalmente, a variável de impulsioneamento foi operacionalizada para medir quais candidatas efetivamente conseguiram acessar essa ferramenta, já que isso também demandaria habilidades específicas, como discutido acima¹⁹.

¹⁹ A escolha por uma variável binária, que mede apenas se o impulsioneamento foi feito ou não, nos pareceu mais adequada para comparar as candidatas em termos de suas habilidades/competências digitais. Uma alternativa teria sido usar uma variável contínua, que medisse a quantidade de postagens que cada candidata

Entre as variáveis explicativas, possuir ensino superior completo é uma indicação da facilidade que uma candidata terá em absorver os conhecimentos necessários para operacionalizar as ferramentas no Facebook. Supõe-se que ter uma escolaridade mais alta esteja correlacionado com maiores habilidades. Assim, espera-se que haja uma relação positiva entre possuir ensino superior completo e nossas variáveis dependentes. O contrário deve ocorrer para a variável idade. Pessoas com mais idade tendem a ter mais dificuldade para absorver novos conhecimentos relacionados a novas tecnologias, ou seja, teriam menor habilidade para operacionalizar as ferramentas. Espera-se que a idade se relacione negativamente com nossas variáveis dependentes. As variáveis de raça/cor e estrato sócio-ocupacional também marcam divisões de grupos que possivelmente tenham diferentes habilidades na utilização das ferramentas analisadas. É sabido que no Brasil a escolaridade de cidadãos negros e dos mais pobres é mais baixa (menor acesso à educação infantil, maior evasão no ensino básico, menor ingresso no ensino superior), além de terem de enfrentar outras adversidades como a necessidade de trabalhar em idade precoce, impossibilidade de dedicação de tempo para atividades que não sejam as relacionadas à obtenção de renda ou afazeres e cuidados domésticos, e condições piores de moradia e segurança pessoal. Esses fatores podem ser fundamentais para determinar as decisões das pessoas em termos de se, como e por quanto tempo utilizam ferramentas de redes sociais, principalmente em contexto eleitoral.

Dadas as considerações acima, podemos definir as hipóteses deste artigo como sendo:

- H1: ter ensino superior se correlaciona positivamente com as variáveis dependentes;
- H2: a idade das candidatas se correlaciona negativamente com as variáveis dependentes;
- H3: ter declarado raça/cor branca se correlaciona positivamente com as variáveis dependentes;
- H4: pertencer aos estratos sócio-ocupacionais mais altos se correlaciona positivamente com as variáveis dependentes.

A estratégia de análise foi o uso de regressões multivariadas. Usamos regressões logísticas para as variáveis dicotômicas – (i) acesso, isto é, tem Página ou Perfil; (ii) uso contínuo, isto é, manteve Página ou Perfil; e (v) impulsionamento – e regressões por mínimos quadrados ordinários robustos para (iii) intensidade e (iv) foco.

Os coeficientes representam a variação estimada na variável dependente dado um aumento unitário na variável independente, mantendo as demais fixas. Seu valor absoluto precisa ser analisado com cautela, em especial o das regressões logísticas. Quando a variável dependente estiver em “log”, a interpretação passa a ser em termos percentuais.

impulsionou, se o foco fosse mensurar diferenças relacionadas à quantidade de recursos disponíveis para serem usados nessa atividade, o que não era o objetivo neste artigo.

Isso quer dizer que, caso a variável dependente esteja em “log” (modelo log-nível), um aumento unitário da variável explicativa gera um efeito percentual na variável dependente no valor de seu coeficiente multiplicado por 100 (Wooldridge, 2013, p. 44). Nas regressões logísticas, é preciso calcular o Efeito Marginal na Média (EFM) – elasticidades marginais calculadas nas médias das variáveis independentes – depois de estimar os coeficientes das regressões para podermos interpretar o impacto estimado do aumento da variável independente sobre a dependente (p. 542). Variáveis explicativas binárias (caso de *estrato sócio-ocupacional alto*, *raça/cor branca* e *ensino superior*) também demandam uma interpretação diferenciada dos coeficientes (p. 217).

A significância estatística indica se o impacto da variável independente sobre a dependente é estatisticamente diferente de zero, dado um nível de significância e o desvio-padrão da variável. Isso quer dizer que, se construirmos um intervalo de confiança para a estimativa do impacto da variável independente sobre a dependente e o valor zero não estiver contido nesse intervalo, poderemos rejeitar a hipótese nula de que o impacto é igual a zero. Os valores dos limites superior e inferior dos intervalos de confiança dependem do nível de significância. Um nível de significância de X% representa que, se realizássemos repetidamente o mesmo teste usando amostras diferentes, obteríamos resultados dentro do intervalo de confiança em (100-X)% das vezes. Para nossas análises, utilizamos níveis de significância de 1%, 5% e 10%.

Resultados do uso do Facebook nas campanhas das candidatas: redução ou reprodução das desigualdades?

Nesta seção, apresentamos os resultados das regressões, com o objetivo de responder à seguinte pergunta: o uso das ferramentas Página e Perfil do Facebook na campanha contribuiu para a reprodução de desigualdades presentes em ambiente *offline* ou atuou de modo a mitigá-las durante as eleições de 2018?

A Tabela 1 sintetiza os achados. As linhas representam as variáveis dependentes e as colunas, as variáveis explicativas. Começamos com a análise dos resultados para a ferramenta Página. Encontramos uma correlação importante entre as variáveis explicativas analisadas e a utilização dessa ferramenta. Ter ensino superior e declarar-se branca mostraram-se significantes no acesso, no uso contínuo e na intensidade de publicações. O estrato sócio-ocupacional também se mostrou importante para as duas primeiras variáveis e foi a única a se correlacionar com o foco do uso da ferramenta para a campanha. A idade foi negativamente correlacionada com o uso contínuo e a intensidade do uso da Página.

Em relação à utilização da ferramenta Perfil, as variáveis explicativas não mostraram uma correlação tão intensa quanto para a ferramenta Página. As variáveis estrato sócio-ocupacional e idade foram as únicas a apresentar significância estatística, para apenas uma das dependentes (porcentagem de postagens de campanha), com

coeficientes muito próximos de zero. Isso pode ser sinal de que ainda exista algum diferencial de classe e de geração no uso dessa rede social durante a campanha.

Realizamos ainda uma análise do impulsionamento de conteúdo, identificando as candidatas que usaram esse serviço em suas Páginas. O resultado da regressão mostra uma correlação com todas as nossas variáveis independentes. Ensino superior, raça/cor branca e estrato sócio-ocupacional alto se correlacionaram positivamente com o impulsionamento de conteúdo com coeficientes significantes. A idade se correlacionou negativamente, também com significância estatística.

Tabela 1
Resultados das regressões

		Constante	Ensino superior	Branca	Estrato alto	Idade	N	R ²
Página	Acesso	0.292	0.461**	0.555***	0.908***	-0.014	465	0.073
		(0.462)	(0.211)	(0.211)	(0.216)	(0.008)		
	Uso contínuo	0.131	0.534***	0.440**	0.931***	-0.021**	465	0.080
		(0.448)	(0.205)	(0.209)	(0.205)	(0.008)		
	Intensidade	3.336***	0.591***	0.370**	0.225	-0.011*	291	0.089
		(0.348)	(0.172)	(0.179)	(0.166)	(0.006)		
	Foco	0.842***	0.033	-0.039	0.052*	-0.001	299	0.028
		(0.057)	(0.034)	(0.030)	(0.031)	(0.001)		
Perfil	Acesso	0.932*	0.018	0.063	0.318	0.006	465	0.005
		(0.536)	(0.248)	(0.248)	(0.252)	(0.010)		
	Uso contínuo	0.889*	0.087	0.069	0.312	0.004	465	0.005
		(0.520)	(0.240)	(0.241)	(0.244)	(0.009)		
	Intensidade	4.176***	-0.075	0.058	0.151	-0.010	349	0.008
		(0.375)	(0.177)	(0.185)	(0.177)	(0.007)		
	Foco	0.573***	0.023	0.015	0.095***	-0.003**	375	0.043
		(0.075)	(0.033)	(0.035)	(0.033)	(0.001)		
Geral	Impulsionamento	-1.442**	1.010***	0.656**	1.125***	-0.035***	394	0.134
		(0.645)	(0.308)	(0.313)	(0.295)	(0.012)		

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE e no monitoramento de Páginas e Perfis de candidatas no Facebook.
Significância: *** 0.01 ** 0.05 * 0.10.

Por um lado, ter um Perfil no Facebook não depende tanto das características pessoais das candidatas, possivelmente por essa plataforma ter se popularizado na sociedade brasileira e seu uso ter um caráter mais pessoal do que profissional. Por outro, a utilização de uma Página e do impulsionamento de conteúdos se correlacionou com o pertencimento a classes sócio-ocupacionais mais privilegiadas e ao grupo de candidatas mais jovens.

Passamos a analisar os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre as dependentes para identificar a magnitude dessa influência. A Tabela 2 indica esses valores. Os impactos que não tiveram coeficientes estatisticamente significantes ou muito próximos de zero foram desconsiderados. Assim, apresentamos os efeitos marginais das variáveis explicativas apenas sobre a ferramenta Página e o impulsionamento.

Tabela 2
Efeitos marginais das variáveis explicativas sobre as dependentes

	Ter ensino superior	Declarar-se branca	Pertencer a estrato alto	Ano adicional de idade
Acesso Probabilidade de ter Página (%)	+10.4	+12.7	+20	-
Uso contínuo Probabilidade de manter Página (%)	+13.2	+10.9	+22.7	-0.5
Intensidade Qtd. de postagens na Página (%)	+59	+37	-	-1,1
Foco Porcentagem de postagem de campanha na Página (pp)	-	-	+5.3	-
Probabilidade de impulsionamento (%)	+13.8	+8.6	+16.1	-0.5

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE e no monitoramento de Páginas e Perfis de candidatas no Facebook.

A Tabela 2 revela que ter ensino superior completo, ser branca e pertencer a um estrato sócio-ocupacional alto se correlacionaram significativamente ao acesso e ao uso contínuo da ferramenta Página. Respectivamente, candidatas desses grupos possuem probabilidade 10,4%, 12,7% e 20% maiores de terem uma Página. No caso da manutenção da Página pelas sete semanas, essas variáveis estão ligadas a um aumento de 13,2%, 10,9% e 22,7% na probabilidade de a candidata fazer uso contínuo da ferramenta.

Candidatas com ensino superior e candidatas brancas ainda mostraram uma quantidade total de postagens na Página 59% e 37% maiores, respectivamente, que candidatas identificadas como negras, pardas, indígenas ou amarelas. O estrato sócio-ocupacional alto ainda se correlacionou de maneira positiva com o foco das postagens na própria campanha. Candidatas que pertenciam a um estrato alto tiveram um percentual de postagens de campanha 5,3 pontos percentuais acima das demais em média. A idade teve correlação negativa sobre a probabilidade de continuidade do uso, na quantidade de postagens (intensidade) e na probabilidade de uso do impulsionamento (-0,5%, -1,1% e -0,5% para cada ano adicional, respectivamente).

O impulsionamento se mostrou uma funcionalidade muito correlacionada com as variáveis explicativas. Todas elas apresentaram correlação estatisticamente significativa. A probabilidade de a candidata ter usado impulsionamento de postagens aumenta 13,8% para quem tem ensino superior; 8,6% para candidatas brancas e 16,1% para candidatas que pertencem a um estrato sócio-ocupacional alto, e cai 0,5% para cada ano adicional na idade das candidatas.

Desse modo, podemos concluir que, de maneira geral, as hipóteses de H1 a H4 foram confirmadas para as análises das Páginas e para o impulsionamento. Apenas uma variável dependente (foco) apresentou pouca correlação significativa com as variáveis analisadas. A variável idade não teve uma correlação significativa com mais de uma das variáveis dependentes (acesso e foco), mas teve resultados consistentes nas demais (uso

contínuo, intensidade e impulsionamento). Quando a correlação se mostrou estatisticamente significativa, o sinal encontrado seguiu a mesma direção proposta pela hipótese para as quatro variáveis analisadas (ou seja, positivo quando a hipótese previa uma correlação positiva e negativo quando a hipótese previa uma correlação negativa). No caso dos Perfis, como já salientado acima, os resultados não confirmaram as hipóteses levantadas, o que sugere que o uso dessa ferramenta não apresenta correlações claras com as variáveis analisadas.

Considerações finais

Este artigo traz novas evidências para o debate sobre o uso das redes sociais para fins eleitorais em geral, mas particularmente em campanhas de mulheres com diferentes perfis socioeconômicos. Questionamos se as desigualdades entre as mulheres presentes na sociedade, em especial as diferenças de raça/cor, nível educacional, estrato sócio-ocupacional e idade, se manifestam também no uso eleitoral de Página ou Perfil do Facebook pelas candidatas ao cargo de deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2018. Os resultados das análises indicam que sim. Grupos diferentes de candidatas dentro dessas variáveis socioeconômicas se correlacionam com diferenças no uso dessa rede social.

Tomando como base que, entre as 465 candidatas que disputaram o cargo por São Paulo, 64% (299) tiveram Página e 80% (374) tiveram Perfil em ao menos uma semana de campanha, os dados revelam que um número bastante considerável de candidatas teve acesso ao Facebook. Ainda assim, ter ensino superior completo, ser branca, ser de um estrato sócio-ocupacional mais alto e ter menos idade são fatores que influenciam positivamente no acesso e/ou no uso contínuo, especialmente no que concerne à Página e ao impulsionamento, que consideramos, respectivamente, uma ferramenta e uma funcionalidade de caráter mais profissional. Quando analisamos pela perspectiva não apenas do acesso, mas também das habilidades de uso, a desigualdade se manifesta de maneira mais intensa, o que corrobora a literatura analisada, em especial o estudo de Hargittai e Hsieh (2013), que mostra que as habilidades no uso da internet podem ser influenciadas pelos aparatos sociais de que a pessoa dispõe, como o nível educacional e financeiro, indicando que há uma relação entre o *status* socioeconômico e a posse de recursos digitais.

Os presentes achados seguem as evidências levantadas por estudos realizados em diferentes locais e contextos. A idade das candidatas – variável que tem sido colocada como uma das mais relevantes nas análises sobre redes sociais e política – apresentou um impacto significativo na direção esperada: impacta negativamente a continuidade e a intensidade no uso da Página, ou seja, quanto maior a idade, menos contínuo é o seu uso e menor a sua intensidade. A correlação da forma como as candidatas utilizaram as

ferramentas com a raça/cor, o grau de instrução e o estrato sócio-ocupacional pode indicar que a trajetória de vida das candidatas influencia no acesso a habilidades necessárias para fazerem um uso mais intenso das redes sociais durante o período eleitoral, o que demonstra uma reprodução de desigualdades.

Resultados muito semelhantes foram encontrados para o uso do impulsionamento, o que era esperado, já que este está condicionado à adesão à ferramenta Página e ao pagamento de uma quantia em dinheiro pela funcionalidade.

Um ponto relevante foi a ausência quase total de correlações das variáveis explicativas com a variável de foco de uso das ferramentas, isto é, a porcentagem de publicações correspondentes à divulgação da própria campanha. Uma possível explicação para esse fato é que, uma vez ultrapassado o obstáculo de acesso às ferramentas, o foco passa a ser praticamente igual entre as candidatas, ou seja, elas aproveitam a ferramenta de maneira similar para fins de campanha.

Com relação ao Perfil, encontramos bem menos correlações significantes do que em relação à Página. Apenas as variáveis estrato sócio-ocupacional alto e idade mostraram-se relevantes para explicar diferenças no uso dessa ferramenta (mesmo assim, com coeficientes muito próximos de zero). No caso particular do estrato sócio-ocupacional, é possível que essa variável esteja capturando o efeito das demais, dado que, no contexto socioeconômico brasileiro, elas se correlacionam intensamente. Esse resultado também indica que, mesmo que a ferramenta Perfil seja mais disseminada, pode ainda haver desigualdades no seu modo de utilização, pelo menos durante a campanha eleitoral, que precisam ser estudadas mais profundamente.

Portanto, as ferramentas *online* disponíveis na internet não parecem ser fruídas de maneira tão “democrática” como pressupunham as teorias mais otimistas. Os dados apontam que, sem um planejamento especial envolvendo estrutura e aprendizado de habilidades específicas, realizar uma campanha eleitoral nas redes sociais pode não ser tão simples e barato como se poderia pensar a princípio. Em vez de equalizar as capacidades de campanha em um ambiente de desigualdades extremas, as ferramentas de redes sociais tendem a reproduzir essas desigualdades se não forem garantidas condições mais equilibradas de estruturação das campanhas e de aprendizado das habilidades necessárias para operá-las.

Essa correlação pode nos indicar que não basta apenas ter o mesmo acesso às ferramentas se a capacidade de usufruir de seus benefícios for desigual. Um uso intensivo dessas redes – algo que supostamente será cada vez mais comum em uma campanha eleitoral – deve demandar uma capacidade de domínio da ferramenta, que pode depender da situação da candidata antes da campanha, especialmente seu grau de instrução e seu estrato sócio-ocupacional. A isso, há de se somar, seja para mitigar as desigualdades, seja para aprofundá-las, a capacidade de angariar recursos partidários de caráter financeiro, para viabilizar, por exemplo, o impulsionamento de conteúdo e o pagamento de recursos

organizacionais, além de pessoal especialmente designado para alimentar conteúdos e com conhecimento para tanto.

Os dados indicam a necessidade de se adotar certa cautela, pois parecem afastar uma visão mais otimista em relação à capacidade de democratização das campanhas eleitorais em redes sociais pela mitigação das diferenças entre o *offline* e o *online*. Pelo menos entre mulheres com perfis socioeconômicos distintos, os dados corroboram a aposta dos normalizadores, isto é, autores cujos estudos apontam que a internet apenas replica as atuais relações políticas e de poder existentes no ambiente *offline* e, por isso, são céticos em encarar a internet como uma ferramenta de renovação da política ou de redistribuição de poder. Poder-se-ia supor, nessa linha, que as diferenças já mapeadas na literatura entre as campanhas de homens e mulheres e de brancos e não brancos, além das barreiras que as mulheres enfrentam nas disputas político-eleitorais, seriam replicadas no uso do Facebook, em que se captam diferenças entrecruzadas de gênero e raça. A falta de habilidades de uso das redes sociais em campanha eleitoral – ou a ausência de recursos necessários para adquiri-las – pode ser apontada como uma nova barreira às mulheres no processo eleitoral, especialmente às mulheres não brancas, com grau de escolaridade e estrato sócio-ocupacional baixos, complementando a análise sobre os obstáculos à inserção de mulheres na política institucional de um ponto de vista interseccional.

O que aqui se apresentou visa contribuir para uma agenda de pesquisa mais ampla, em primeiro lugar, informada pela necessidade de olhar para as mulheres candidatas não como um bloco monolítico, mas como um grupo com diversas identidades, e, em segundo lugar, voltada ao exame do uso das redes sociais como um novo recurso de campanha eleitoral e, em especial, ao exame da forma como esse novo e importante recurso é utilizado por essas candidatas marcadamente diferentes. Essa agenda pode reunir estudos que comparem o uso dessas ferramentas entre candidatos e candidatas, a fim de verificar se há diferenças de gênero e raça nesse cenário. Pode ainda ir além. Na comparação entre ou intragrupos, abre-se a possibilidade de desenvolver trabalhos que busquem identificar outras variáveis que expliquem a melhor ou pior utilização do Facebook e a sua influência no resultado da votação – por exemplo, ser candidata à reeleição ou novata, ter algum capital político ou não ter visibilidade prévia, ter alta ou baixa receita de campanha –, bem como trabalhos que procurem replicar a metodologia aqui adotada em outros estados da federação para uma análise das diferenças regionais no uso das redes sociais.

Referências bibliográficas

AGGIO, C.; REIS, L. "Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatas eleitos nas eleições municipais de 2012". *Compólitica*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 155-188, jul.-dez. 2013.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2019.

ALBUQUERQUE, A., et al. "Redes de campanha de pré-candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro". *Em Debate*, Belo Horizonte, vol. 8, nº 6, p. 8-23, ago. 2016.

ANSTEAD, N.; CHADWICK, A. Parties, election campaigning, and the Internet: toward a comparative institutional approach. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. (eds.). *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Londres: Routledge, p. 56-71, 2009.

ARAÚJO, C. "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, nº 1, p. 231-252, 2001.

_____. "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 24, p. 193-215, 2005.

BALLINGTON, J. Gender equality in political party funding. In: AUSTIN, R.; TJERNSTRÖM, M. (eds.). *Funding of political parties and election campaigns*. Stockholm: Idea, 2003.

BILGE, S. "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". *Diogenes*, vol. 225, nº 1, p. 70-88, 2009.

BORBA, F. "Medindo a propaganda negativa na TV, rádio, debates, imprensa e Facebook: o caso das eleições presidenciais de 2014". *Intercom – RBCC*, São Paulo, vol. 42, nº 1, p. 37-56, jan.-abr. 2019.

BOULIANNE, S. "Does internet use affect engagement? A meta-analysis of research". *Political Communication*, vol. 26, nº 2, p. 193-211, 2009.

BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. "Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 26, p. 7-62, maio-ago. 2018.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. "A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 16, p. 121-151, jan.-abr. 2015.

CARNEIRO, A. S. "Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência". *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/643>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

_____. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero" (online). *Portal Geledés*, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CODATO, A.; LOBATO, T.; CASTRO, O. "'Vamos lutar, parentes!' As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, 2017.

CRENSHAW, K. W. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1.989, nº 1, 1989.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIMAGGIO, P.; HARGITTAI, E. "From the 'digital divide' to 'digital inequality': studying internet use as penetration increases". Princeton University Center for Arts and Cultural Policy Studies, Working Paper Series nº 15, 2001. Disponível em: <https://culturalpolicy.princeton.edu/sites/culturalpolicy/files/wp15_dimaggio_hargittai.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

DIMAGGIO, P. et al. "Digital inequality: from unequal access to differentiated use: a literature review and agenda for research on the digital inequality", 2004. Disponível em: <<http://www.webuse.org/pdf/DiMaggioEtAl-DigitalInequality2004.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

EUFRAUZINO, L. F. "Marketing político e mídias sociais: as estratégias utilizadas no Facebook e Twitter de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), nas eleições de 2014". Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2015.

GOMES, R. C. A. "De 'tia-do-café' a parlamentar: a sub-representação das mulheres negras e a reforma política". *Revista Sociais & Humanas*, vol. 31, nº 1, p. 49-80, 2018.

GONÇALVES, L.; FERREIRA, A. R. "Facebook: a nova ferramenta de Campanha Eleitoral Digital". *Panorama*, vol. 3, nº 1, jan.-dez. 2013.

GONZALES, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Anpocs, p. 223-244, 1984.

_____. "Por um feminismo afro-latino-americano". *Isis Internacional*, Santiago, vol. 9, p. 133-141, 1988.

GUILLÉN, M. F.; SUÁREZ, S. L. "Explaining the global digital divide: economic, political and sociological drivers of cross-national internet use". *Social Forces*, vol. 84, nº 2, p. 681-708, 2005.

GULATI, G. J.; WILLIAMS, C. B. "Social media and campaign 2012: developments and trends for Facebook adoption". *Social Science Computer Review*, vol. 5, nº 31, p. 577-588, 2013.

HARGITTAI, E. "Second-level digital divide: differences in people's online skills". *First Monday*, vol. 7, nº 2, abr. 2002. Disponível em <<https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/942/864>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

HARGITTAI, E.; HSIEH, Y. Digital inequality. In: DUTTON W. H. (ed.). *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: Oxford University Press, mar. 2013.

HERRNISON, P. S.; STOKES-BROWN, A. K.; HINDMAN, M. "Campaign politics and the digital divide: constituency characteristics, strategic considerations, and candidate internet use in state legislative elections". *Political Research Quarterly*, vol. 60, nº 1, p. 31-42, mar. 2007.

HILL COLLINS, P. *Intersectionality as critical social theory*. Durham: Duke University Press, 2019.

HILL COLLINS, P.; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge (UK): Polity, 2016.

HIRATA, H. "Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, São Paulo, nº 26, vol. 1, p. 61-73, 2014.

HOOKS, B. "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 16, p. 193-210, 2015.

HTUN, M. "A política de cotas na América Latina". *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, p. 225-230, 2001.

HTUN, M.; JONES, M. Engendering the right to participate in decision-making: electoral quotas and women's leadership in Latin America. In: CRASKE, N.; MOLYNEUX, M. (eds.). *Gender and the politics of rights and democracy in Latin America*. Basingstoke: Palgrave, 2002.

ITUASSU, A., et al. "Internet, eleições e democracia: o uso das redes sociais digitais por Marcelo Freixo na campanha de 2012 para a prefeitura do Rio de Janeiro". *Compólitica*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, ago.-dez. 2014.

JANNUZZI, P. M. "Estratificação sócio-ocupacional para estudos de mercado e pesquisa social no Brasil". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 3-4, nº 17, p. 247-254, 2003.

KITTILSON, M. C.; SCHWINDT-BAYER, L. A. *The gendered effects of electoral institutions: political engagement and participation*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KROOK, M. L. "Gender quotas as a global phenomenon: actors and strategies in quota adoption". *European Political Science*, vol. 3, p. 59-65, 2004.

_____. *Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KROOK, M. L.; NORRIS, P. "Beyond quotas: strategies to promote gender equality in elected office". *Political Studies*, vol. 62, p. 2-20, 2014.

MAIA, L. R. H. "A política dos eleitores no Facebook dos candidatos: processos interacionais nas eleições presidenciais de 2014". *Compólitica*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1, 2019.

MARQUES, F. P. J. A.; AQUINO, J. A.; MIOLA, E. "Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 2, p. 178-203, ago. 2014.

MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. "Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à presidência em 2014 no Facebook". *Compólitica*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 2, p. 75-112, 2015.

MATLAND, R. Enhancing women political participation: legislative recruitment and electoral systems. In: KARAN, A. M. (org.). *Women in Parliament: Beyond Numbers*. Estocolmo: International Idea (Institute for Democracy and Electoral Assistance), 1998.

MENEGUELLO, R., et al. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas (SP): Unicamp/Cesop, 2012.

MIOLA, E.; CARVALHO, F. C. "Recursos persuasivos nas campanhas no Facebook: uma proposta metodológica a partir das eleições de 2016 em Curitiba". *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCar*, vol. 5, nº 2, 2017.

MURTA, F., et al. "Eleições e mídias sociais: interação e participação no Facebook durante a campanha para a Câmara dos Deputados em 2014". *Compólitica*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 1, 2017.

NORRIS, P. "Recrutamento político". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, nº 46, p. 11-32, 2013.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament*. London: Cambridge University Press, 1995.

PACHECO, S. "Mulheres indígenas e participação política: emergência étnica feminina em um contexto de expropriação territorial". *Religación. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, vol. 2, nº 8, p. 101-114, 2017.

PANKE, L.; THAUNY, J. Características do discurso eleitoral no Facebook. In: CASTILHO, A.; ROCHA, D.; MACEDO, R. G. (orgs.). *Comunicação política na esfera pública: democracia, eleições e cidadania no Brasil*. Capivari, SP: Nova Consciência, 2013.

PENTEADO, C. L. C.; PEREIRA, N. B.; FIACADORI, G. O Planalto em disputa no Facebook: um estudo dos perfis de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas eleições de 2014. In: CERVI, E. U; MASSUCHIN, M. G; CARVALHO, F. C. (orgs.). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016.

PINTO, A. "Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero". *Fazendo Gênero*, vol. 9, 2010.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; HANSEN, J. R. "Internet e ativismo político na América Latina e Caribe: recursos individuais e oportunidades de acesso". *Civitas*, Porto Alegre, vol. 19, nº 1, p. 261-280, jan.-abr. 2019.

ROBINSON, L., et al. "Digital inequalities and why they matter". *Information, Communication & Society*, vol. 18, nº 5, p. 569-582, 2015.

ROSS, K.; FOUNTAINE, S.; COMRIE, M. "Facing up to Facebook: politicians, publics and the social media(ted) turn in New Zealand". *Media, Culture & Society*, vol. 37, nº 2, p. 251-269, 2014.

ROSSINI, P. G. C., et al. "O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas eleitorais nas estratégias das campanhas digitais". *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, vol. 18, nº 2, p. 145-157, 2016.

RULE, W.; ZIMERMANN, J. *Electoral systems in comparative perspectives: their impact on women and minorities*. London: Greenwood Press, 1994.

SACCHET, T. "Capital social, gênero e representação política no Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, p. 306-332, 2009.

SACCHET, T.; SPECK, B. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (orgs.). *Mulheres nas eleições de 2010*. São Paulo: ABCP, p. 417-452, 2012a.

_____. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, nº 1, p. 177-197, 2012b.

SANTOS, C. *A participação das mulheres negras nos espaços de poder* (online). Brasília (DF): Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, R. C. D. "Comunicação política no Facebook: a presença social dos deputados federais do Grande ABC na campanha eleitoral de 2014". Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2017.

SEGATO, R. L. "Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil". *Série Antropologia*, nº 326, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie326empdf.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SHVEDOVA, N. Obstacles to women's participation in parliament. In: BALLINGTON, J.; KARAM, A. (eds.). *Women in Parliament: Beyond Numbers*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, p. 33-50, 2005.

SILVA, E. F.; SILVA, A. A. F. S. "Marketing político no Facebook: a campanha eleitoral do prefeito eleito de Taubaté em 2012". *ECCOM*, vol. 6, nº 11, p. 23-44, jan.-jun. 2015.

SOUZA, C. C. C. R. M. "Internet e comunicação política: uma análise da campanha *online* dos principais candidatos ao executivo de Macaé-RJ nas eleições de 2012". Programa de Pós-graduação em Sociologia Política: Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2014.

SOUZA, I. J.; MARQUES, F. P. J. Campanha negativa nas eleições de 2014: uma abordagem empírica sobre como os candidatos à presidência utilizaram o Facebook. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C (orgs.). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016.

SOUZA, P.; CEMIN, B. Mulheres indígenas em Porto Velho-RO: gênero, migração e participação política. In: SACCHI, A.; GRAMKOW, M. M. (orgs.). *Gênero e povos indígenas*: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/Funai, p. 172-183, 2012.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. "A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance". *Brazilian Political Science Review*, vol. 8, nº1, p. 34-57, 2014.

STIAKAKIS, E.; KARIOTELLIS, P.; VLACHOPOULOU, M. From the digital divide to digital inequality: a secondary research in the European Union. In: SIDERIDIS, A. B.; PATRIKAKIS, C. Z. (eds.). *Next generation society*: technological and legal issues. e-Democracy 2009. Lecture notes of the Institute for Computer Sciences, Social Informatics and Telecommunications Engineering, vol. 26. Springer, Berlin, Heidelberg, p. 43-54, 2009.

VÁRALLYAI, L.; HERDON, M.; BOTOS, S. "Statistical analyses of digital divide factors". *Procedia Economics and Finance*, vol. 19, p. 364-372, 2015.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria*: uma abordagem moderna. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ZILLIEN, N.; HARGITTAI, E. "Digital Distinction: Status-Specific Types of Internet Usage". *Social Science Quarterly*, vol. 90, nº 2, p. 274-91, 2009.

Abstract

Equalization of disputes or reproduction of inequalities? The use of Facebook by female candidates for federal deputy from Sao Paulo in 2018

This article examines whether the use of Facebook tools in election campaigns mitigates or reproduces structural socioeconomic inequalities that candidates experience in society. We monitor the use of Facebook during the 2018 election campaign to specifically understand whether and how this social media was used by candidates for the post of federal deputy for São Paulo. From a database with more than 55 thousand posts from 465 candidates, we incorporate an intersectional look at the multiple identities of these women and correlate their social markers (socio-occupational stratum, educational level, age and race/color) with the use of Facebook during the election campaign. The results of the quantitative analyzes show that, instead of equalizing pre-existing socioeconomic inequalities, this social media ended up reproducing them throughout the campaign.

Keywords: election campaigns; Facebook; internet; women in politics; inequalities

Resumen

¿Igualación de disputas o reproducción de desigualdades? El uso de Facebook por las candidatas de São Paulo a la Cámara Federal en 2018

Este artículo examina si el uso de herramientas de Facebook en campañas electorales mitiga o reproduce las desigualdades socioeconómicas estructurales que los candidatos experimentan en la sociedad. Supervisamos el uso de Facebook durante la campaña electoral de 2018 para comprender

especificamente si las candidatas para el puesto de diputado federal de São Paulo utilizaron esta red social y cómo. Desde una base de datos con más de 55 mil publicaciones de 465 candidatas, incorporamos una mirada interseccional a las múltiples identidades de estas mujeres y correlacionamos sus marcadores sociales (estrato socio-ocupacional, nivel educativo, edad y raza / color) con el uso de Facebook durante la campaña electoral. Los resultados de los análisis cuantitativos muestran que, en lugar de igualar las desigualdades socioeconómicas preexistentes, esta red social terminó reproduciéndolas durante toda la campaña.

Palabras clave: campañas electorales; Facebook; internet; mujeres en la política; desigualdades

Résumé

Em francês: Egalisation des élections ou reproduction des inégalités? Utilisation de Facebook par les candidates de São Paulo à la Chambre fédérale en 2018

Cet article examine si l'utilisation des outils Facebook dans les campagnes électorales atténue ou reproduit les inégalités socio-économiques structurelles que connaissent les candidats dans la société. Nous surveillons l'utilisation de Facebook pendant la campagne électorale de 2018 pour comprendre spécifiquement si et comment ce réseau social a été utilisé par les candidats au poste de député fédéral de São Paulo. À partir d'une base de données avec plus de 55 000 postes de 465 candidats, nous incorporons un regard intersectionnel sur les identités multiples de ces femmes et corrélons leurs marqueurs sociaux (strate socio-professionnelle, niveau d'éducation, âge et race/couleur) avec l'utilisation du Facebook pendant la campagne électorale. Les résultats des analyses quantitatives montrent qu'au lieu d'égaliser les inégalités socio-économiques préexistantes, ce réseau social a fini par les reproduire tout au long de la campagne.

Mots-clés: campagnes électorales; Facebook; Internet; femmes en politique; inégalités

Artigo submetido à publicação em 14 de janeiro de 2020.

Versão final aprovada em 1 de julho de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



Los *memes* políticos como recurso persuasivo *online*. Análisis de su repercusión durante los debates electorales de 2019 en España

Rocio Zamora Medina¹ 

Salvador Gómez García² 

Helena Martínez Martínez³ 

En el contexto del *politainment online*, el recurso de los *memes* políticos como fórmula humorística y creativa para configurar la imagen política se ha convertido en una práctica cada vez más habitual en las campañas electorales. Especialmente con motivo de la celebración de debates electorales, la difusión de *memes* políticos en redes sociales ha acaparado el interés de los académicos. Este artículo toma en consideración las taxonomías establecidas sobre los tipos de *memes* políticos y analiza su capacidad persuasiva. En concreto, la investigación incluye un análisis cuantitativo de los principales *memes* difundidos en Twitter durante los dos debates electorales que tuvieron lugar en la campaña electoral de 2019 en España: 4N y 7N. El estudio está fundamentado en la perspectiva del *framing* integrado (textual-visual) y se sustenta sobre el estudio del poder persuasivo de los *memes* basado en la importancia de cada uno de los elementos de la retórica (*pathos*, *ethos* y *logos*) con el objetivo de analizar, asimismo, las consecuencias sobre su viralidad y repercusión en la audiencia social.

Palabras clave: *memes*; redes sociales; campañas electorales; Twitter; humor; España

Introducción

El cruce de caminos entre la comunicación política, la viralidad y el humor en el escenario digital ha ido incrementándose a lo largo del tiempo (Highfield, 2016; Gómez-García et al., 2019). La proliferación de canales que privilegian el uso de la parodia, el contenido sarcástico, *gifs*, *memes* o otros contenidos burlescos, los ha convertido en un elemento fundamental no sólo del debate político contemporáneo, también de un

¹ Universidad de Murcia. Facultad de Comunicación y Documentación. Murcia, España.

E-mail: <rzamoramedina@um.es>.

² Universidad de Valladolid. Facultad de Filosofía y Letras. Valladolid, Castilla y León, España.

E-mail: <salvadorgomez@hmca.uva.es>.

³ Universidad de Murcia. Facultad de Comunicación y Documentación. Murcia, España.

E-mail: <helenamartinez@um.es>.

tratamiento habitual en los escenarios de crisis sociales, sanitarias y económicas más recientes (Manfredi-Sánchez, Amado-Suárez y Waisbord, 2021). En ese sentido, Davis, Love y Killen (2018) han definido este nuevo contexto en la convergencia de tres vectores claramente diferenciados: el incremento de los espacios satíricos de actualidad (Webber, Sarlos y Eckhardt, 2013), un entorno de medios participativos impulsado por las tecnologías sociales digitales (Barnard, 2016) y, por último, la consolidación de una cultura de creadores a través de internet en la que el ingenio es un activo indispensable (Navarro-Sierra y Quevedo-Redondo, 2020). Este uso del humor también ha propiciado un prolífico *corpus* de investigaciones que, si bien señala su carácter distintivo, todavía no ha profundizado en las fórmulas en las que este se manifiesta.

El presente artículo se sitúa en las coordenadas anteriores para abordar un escenario concreto: la popularidad de los *memes* como estrategia a medio camino entre lo humorístico, lo informativo y lo político, para participar en el debate de la campaña política que se desarrolló durante el mes de noviembre de 2019 en España. Esta investigación sobre el uso de *memes* en el marco de los debates electorales, percibidos como una prueba de fuego para los candidatos y los programas de los partidos, pone el acento en su rol como cultura creativa ciudadana en el ámbito electoral y su alcance como barómetros de opinión, crítica política, construcción de opinión y capacidad para hacer emerger los aspectos más debatidos durante la campaña, complementando y ampliando propuestas anteriores realizadas en el escenario español (Meso-Ayerdi, Mendiguren-Galdospín y Pérez-Dasilva, 2017).

Partimos de la hipótesis de que los *memes* en política deben ser reconocidos como fórmulas persuasivas en la medida en la que son estructuras creadas para construir significado (Blackmore, 1999; Foss, 2004) y contribuyen a la integración del poder visual y textual. Desde el punto de vista de la retórica visual, la pregunta de esta investigación trata de identificar en qué medida la carga persuasiva de los *memes* potencia los recursos o rasgos emocionales sobre otro tipo de rasgos de naturaleza racional, así como en qué grado contribuye el poder visual de la imagen a la hora de otorgar sentido al texto.

Para ello, se ha definido una investigación que, en un primer momento, incluye una reflexión inicial sobre el uso del humor en política y, especialmente, los rasgos persuasivos y de campaña política en los que se han empleado los *memes* como nuevo integrante y desafío de la comunicación política contemporánea (Mazzoleni y Bracciale, 2019). Tras abordar en qué consiste el poder persuasivo de dichos *memes*, se tomarán como referencia los principales trabajos realizados hasta el momento en el contexto internacional que han realizado aportaciones sobre el uso de los *memes* en los contextos políticos, tanto electorales como no electorales. Posteriormente se explica con detalle la metodología de corte cuantitativo a partir de la cual se llevó a cabo un análisis específico de los *memes* más populares de los debates electorales del 4 y 7 de noviembre de 2019 basado en un conjunto de indicadores de interés sobre los rasgos persuasivos más

aceptados en la construcción del discurso de esta categoría popular y que servirán para contrastar nuestra hipótesis y preguntas de investigación.

El uso del humor en política

El vínculo entre los medios de comunicación, la comunicación política y el humor se asocia a los primeros usos de soportes informativos dirigidos al gran público (Stephens, 1988, p. 61-68) que, por ejemplo, configuró la caricatura como un nuevo modo de expresión en la segunda mitad del siglo XVIII mediante la combinación de información y arte popular para un género simbólico que aprovechaba la imaginación del lector para ejercer la crítica política (Conboy, 2004). La popularización de la prensa de masas a finales del siglo XIX institucionalizó tanto a estos géneros como a la sátira que se configuraba como una catarsis colectiva en las incipientes sociedades de masas (Chapman, 2005). Este conjunto de fórmulas ha germinado en los medios audiovisuales donde los programas o discursos que mezclan información con humor presentan mayores tasas de retención (Berg y Lippman, 2001) y de eficacia persuasiva (Lyttle, 2001). En ese sentido, se ha concluido que el humor es una manera efectiva de comunicar mensajes políticos (Niven, Lichter y Amundson, 2003).

El uso del humor en los mensajes políticos se ha manifestado, por ejemplo, como parte de la estrategia política en campaña puesto que se trata de un escenario en el que el humor puede servir para la creación y consolidación de significados compartidos que absorbe y re-significa la cultura popular (Chagas et al., 2017). Ese proceso de resignificación se sitúa, además, en la confluencia de una cultura popular tanto *offline* como *online* que ha supuesto –como señalan Mazzoleni y Bracciale– que uno de los registros de la narrativa colectiva resultante de esta interacción se defina como “humorístico-satírico, que consideramos aquí como el territorio privilegiado de la cultura pop digital del cual el *meme*, visto desde la perspectiva de la comunicación política, es el producto más significativo” (Mazzoleni y Bracciale, 2019, p. 50).

La emergencia del *meme* en la comunicación política actual ha planteado análisis comparativos entre las semejanzas estilísticas de las fórmulas clásicas con las emergentes (Ochoa, 2018) entre las que destacan la capacidad persuasiva de los *memes* y su rol en los diferentes escenarios que conforman la comunicación política.

Los *memes* y su poder persuasivo

El uso de *memes* se ha extendido y popularizado en los últimos años en los espacios de internet, convirtiéndose en una de las prácticas habituales de la conversación social. El fenómeno de los *memes* ha sido estudiado desde diferentes prismas, partiendo de las ideas conceptuales de Dawkins (1976), hasta su popularidad y desarrollo en internet (Shifman,

2014; Shifman y Thelwall, 2009; Milner, 2013, 2015) y entendido como “a piece of culture, typically a joke, which gains influence through online transmission” (Davison, 2012).

El estudio de los *memes* no solo aborda su concepción como herramienta lúdica o humorística, sino, que se constituyen como nuevas formas de expresión comunicativa visual, de participación ciudadana o nueva cultura participativa (Shifman, 2014) y como entidades discursivas capaces de configurar argumentaciones (Milner, 2013), que cumplen cualidades retóricas (Ruiz Martínez, 2018).

La dimensión de los *memes* como formas de persuasión es relevante en la medida en que los asumimos como formas de participación activa y polifónica (Milner, 2013), como instrumentos discursivos de expresión con capacidad para articular el discurso público (Shifman, 2014) y como herramientas con capacidad para conformar e influir en los estados de ánimo, perspectivas u opiniones (Shifman, 2014; Kadir y Lokman, 2013).

Como forma de participación ciudadana, adquieren relevancia en la vida democrática, al convertirse en una expresión política e ideológica humorística (Vera, 2016), como elemento de comunicación subversiva (Huntington, 2013), y en el ámbito ideológico, al contribuir a la discusión política pública (Ruiz Martínez, 2018) o como pieza de cultura popular que funcione como herramienta de transformación de la ideología mayoritaria (Pato, 2016). Algunos autores han señalado que a la popularidad y expansión de algunos movimientos y partidos recientes como el 15M, Occupy Wall Street o Podemos, se le atribuye parte de influencia por la creación y difusión de *memes* propagandísticos (Milner, 2013) y su dimensión retórica (Ruiz Martínez, 2018).

Al considerar los *memes* como unidades discursivas, se pueden examinar desde los enfoques semiótico, discursivo y retórico (Huntington, 2013, 2016). Desde el punto de vista de la retórica visual, se combinan enfoques discursivos y semióticos y se conciben como estructuras creadas para construir significado (Dyner, 2016). En este sentido, los *memes* contribuyen a la integración del poder visual y textual en los contenidos *online* y poseen además una estructura inherente que permite que funcionen las estrategias persuasivas (Fahmy y Ibrahim, 2019). Por otra parte, los *memes* también presentan el riesgo del abuso de la construcción de argumentos fundados en el *pathos*, con menor presencia del *ethos* y el *logos*, y en detrimento de la argumentación racional (Ruiz Martínez, 2018).

El uso de los *memes* en los contextos políticos

Los *memes online*, como elementos clave de la cultura popular, desempeñan un papel importante en la creación de significado y en el reflejo de las tendencias políticas en curso (Mancera Rueda, 2020). De ahí la creciente preocupación de los investigadores por el potencial persuasivo de este nuevo género mediático en los contextos políticos (Knobel y Lankshear, 2007; Shifman y Thelwall, 2009; Davison, 2012; García-Huerta, 2014; Shifman, 2009, 2014; Chagas, 2015).

Para algunos autores, el origen del uso de los *memes* en los contextos electorales debe situarse en las elecciones presidenciales americanas de 2012, unas de las primeras experiencias de fuerte visibilidad y presencia en las redes sociales de los *memes* (Burroughs, 2013). Si bien hay otros investigadores que identifican ya un incipiente recurso de los *memes* en la estrategia de campaña de 2004 y de manera algo más significativa en la de 2008 (Jenkins, 2008). Desde entonces, los estudios sobre el uso de los *memes* como parte de la campaña *online* son cada vez más numerosos y se pueden contrastar experiencias en diferentes países (Adegoju y Oyeboode, 2015; Jackson y Thorsen, 2015; Romero-Cárcamo, 2015; Gal, Shifman y Kampf, 2015; Usher, 2016).

Hoy en día, los *memes* forman parte de los recursos habituales de las comunidades *online* a la hora de comentar acontecimientos de relevancia. En un contexto definido por la interrelación entre los formatos políticos y los de entretenimiento, los *memes* políticos *online* presentan bastantes similitudes, tanto por el tono, el discurso así como las herramientas empleadas. Concretamente, Márquez (2017), siguiendo un criterio funcional, llegó a identificar dos tipos de *memes*: aquellos que buscan un juego visual sin mayores resonancias ideológicas y los que emplean el collage fotográfico para realizar verdadera crítica política.

Todos ellos deben ser considerados verdaderos textos digitales que incluyen un discurso propio que, especialmente en los contextos políticos, presentan unos rasgos propios. Así, desde un punto de vista semiótico, los *memes* incluyen una “dimensión signica compleja” que combina varios lenguajes, y que presenta un carácter subjetivo y opinativo, puesto que plantea una visión particular de su creador o de la gente que lo difunde. Así lo observó Pérez-Salazar (2017) en su análisis de los usos sociales de los *memes* publicados en Facebook y Twitter durante las elecciones mexicanas.

Una de las ventajas del uso de *memes online* en campaña es su consideración de forma de conocimiento popular (Pestarino y Winckler, 2018), que permite ofrecer discursos paralelos para las muchas otras discusiones públicas relacionadas con el contexto electoral, además de señalar algunas de las tensiones evidentes entre las representaciones oficiales y las no oficiales. Esa fue una de las principales conclusiones a las que llegó Heiskanen (2017) en su reciente estudio sobre el uso de los *memes* durante la campaña presidencial de 2016 en Estados Unidos. Este trabajo incluía un análisis descriptivo de los *memes* más populares durante dicha campaña para concluir diciendo que la discusión de los *memes* de Internet generados por los usuarios, a través de la inclusión de texto superpuesto en una imagen, modificado y remezclado por los usuarios, que luego se difunde en las redes sociales y en los medios de comunicación puede considerarse una forma de participación electoral, una idea que el propio Shifman (2009, 2014) ya había advertido con anterioridad. La autora ilustra así las formas en las que los *memes* hablan de la intersección del activismo electoral y las representaciones culturales: permiten a los usuarios tomar una posición rápidamente y reaccionar al desarrollo de eventos políticos en tiempo real, brindando discursos alternativos a los principales puntos de vista de los medios, y permitiendo la

movilización de los votantes fuera de los discursos políticos oficiales, incluido el potencial para influir en la votación.

En esa misma línea, otros investigadores han apuntado que los *memes* en Internet deben ser considerados una forma de expresión de los ciudadanos ante las diversas acciones de la esfera pública, “que irrumpen como un síntoma de hartazgo ciudadano y es a través de dichas prácticas creativas que los usuarios de las redes sociales digitales buscan generar un estado de opinión e intentan informar de las situaciones políticas, o de otra índole, que suceden cotidianamente” (Romero-Cárcamo, 2015).

Un reciente trabajo realizado sobre el uso de los *memes* publicados en Twitter en un contexto electoral como fue la jornada electoral del 26J en España lo realizaron Meso-Ayerdi, Mendiguren-Galdospín y Pérez-Dasilva (2017). Estos autores analizaron la popularidad de los *memes* en los contextos políticos como contenido alternativo a través de los cuales los usuarios manifiestan su sentir, generalmente, haciendo uso del humor y de la sátira. Para ello, realizaron un estudio descriptivo-interpretativo, en el que combinaron la metodología del análisis del discurso con la del análisis de contenido de *memes*. Los autores llegaron a la conclusión de que los *memes* se emplearon para comunicar ideas y generar un estado de opinión. Irrumpieron en la jornada electoral como un síntoma tanto de hartazgo ciudadano como de desconfianza y decepción hacia sus líderes políticos. Ahora bien, no se confirmó la previsión de que los contenidos sean más lacerantes con el partido en el poder y con el principal partido en la oposición. El trabajo demostró también que los momentos de más actividad creativa coincidían con los hechos más destacados del 26J.

Precisamente dentro de cualquier carrera electoral, uno de los acontecimientos clave son sin duda los debates electorales, que se convierten también en momentos propicios para la proliferación de *memes* en las comunidades *online*. Uno de los trabajos más destacados sobre el uso de los *memes* difundidos a raíz de los debates electorales es el de Chagas et al. (2017). Estos autores tomaron como muestra las elecciones de Brasil de 2014 (bautizadas como las “elecciones de los *memes*”) con el fin de ofrecer una taxonomía útil y objetiva para identificar los tipos de *memes*, así como conocer qué tipos de contenidos de los *memes* alcanzaron mayor repercusión y propagación. El modelo que proponen, que toma como base otras propuestas taxonómicas anteriores (Shifman, 2014; Tay, 2012), parte de una muestra de 6.000 imágenes, que fueron analizadas a partir de 175 variables binarias. Su taxonomía para analizar los tipos de *memes* políticos durante los debates electorales se divide en tres grandes macrocategorías –*memes* políticos persuasivos, de acción popular y de discusión pública– con 4 microcategorías cada una. Los resultados demostraron que la mayoría de los *memes* difundidos se corresponden con la macrocategoría de discusión pública y *memes* de acción popular.

Sobre esas mismas elecciones de 2014 en Brasil, Dalmonte, Ferreira y Cardoso (2016) quisieron comprobar las formas de interacción de los sujetos en los procesos de discusión política a raíz del uso de los *memes* en los debates electorales. Su objetivo fue

verificar el crecimiento de la participación política de la audiencia, así como las formas en las que estos contenidos se utilizan. Llegaron a la conclusión de que, mediante estos nuevos modelos de consumo, la audiencia asume un rol más activo y un papel más relevante en la apropiación y resignificación de los mensajes, participando en la apropiación y circulación de contenidos en detrimento de una posición de audiencia objetiva y pasiva.

Los *memes online*, utilizados en contextos electorales, también pueden servir para repensar la conexión entre el compromiso cívico y la acción política desde la perspectiva de la participación casual del ciudadano con la política en Internet. Sirva de ejemplo la reflexión sobre la relación entre el compromiso político, la conversación informal y la acción colectiva a través del juego político que representó el uso de los *memes* difundidos en Twitter durante el debate electoral de 2014 en Portugal (Chagas et al., 2017). Para ello, los autores utilizaron como muestra fotografías sacadas directamente de la televisión durante el debate caracterizadas como una acción colectiva basada en una conversación informal e identificaron la posición política predominante en cada caso.

En definitiva, el estudio de los *memes* políticos permite identificar las formas de pensar, los comportamientos y las acciones, tanto del partido político que los envía como de la comunidad *online*, que es, al fin y al cabo, quien les atribuye valor (Knobel y Lankshear, 2007). A la luz de esta idea, cabe destacar uno de los escasos trabajos específicos sobre el uso de *memes* en debates en España realizado por Martínez-Rolán y Piñeiro-Otero (2016) y que sirve como referencia para la presente investigación. Estos autores analizaron el uso estratégico de las imágenes en el discurso digital de los partidos políticos españoles en Twitter en el debate del estado de la nación en 2015. Si bien, no se trata de un debate electoral al uso, el análisis de contenido realizado por estos autores incluyó un etiquetado temático de *memes* mediante el análisis de significados (imagen y texto). Su estudio demuestra cómo el potencial memético de algunos perfiles políticos para generar un impacto y suscitar mayor *engagement* entre sus seguidores se basa en el tamaño de su comunidad *online*, pero, sobre todo en un mayor compromiso de estos seguidores con un líder de partido específico (Ballesteros-Herencia, 2020). Además, los autores observaron una cierta polarización política *online*, considerando dos claras tendencias en la construcción estratégica de los *memes*: por un lado, para fortalecer las ideas a favor de un líder propio y, por otro, para criticar la labor de otros partidos, especialmente, la gestión gubernamental.

Metodología: selección de la muestra y codificación

La muestra se obtuvo a través de varios procesos. En primer lugar, se obtuvieron las publicaciones de Twitter que emplearon cualquiera de los *hashtags* relacionados con el debate a través de un *software* que se suele emplear para monitorizar los discursos de marcas en redes sociales. Los *hashtags* de búsqueda inicial fueron los oficiales: “#ÚltimaOportunidadL6”, “#DebateElectoral”, “#DebateARV”, “#debatea5RTVE”,

"#ElDebate4N", que se ampliaron con aquellos *hashtags* que aparecían en las publicaciones y que se incorporaron a la base de datos de búsquedas. Los resultados de estos nuevos *hashtags* no fueron apreciables en su mayoría ya que, habitualmente, responden a chascarrillos que se producían a lo largo del debate como, por ejemplo, #Aúnhuelealeche, #Miraesteadouin o #Mamadas. El número de *hashtags* fue muy elevado aunque la muestra se concentró en torno a los oficiales. El proceso de recogida se sistematizó empleando una conexión a la API de Twitter (Interfaz de Programación de Aplicaciones) a través del *software* R y su librería Rtweet.

Estos datos se refinaron en diferentes intervalos para cada debate con el objetivo de identificar posibles variaciones en la interacción (*likes* y *retuits*) como posibles desapariciones de contenido. Se obtuvieron, aproximadamente, unos 500 *tuits* significativos de cada uno de los debates (en número de *retuits*, *likes* o perfil del autor) de los que se discriminaron todos aquellos que no eran *memes* y que respondían a otro tipo de sentido (informativo, polémico, opinativo etc.).

No existe un criterio unificado en el caso de muestras tan concretas porque otras investigaciones suelen realizar un número de corte con relación al número de *retuits* (Reichart, Pegoraro y Cruikshank, 2019). Teniendo en cuenta esta situación, se valoraron diferentes fórmulas para intentar medir la influencia tangible (aquella que recibía una interacción) y no tangible (aquella en la que el *tuit* es leído pero que no recibe interacción dentro de la red social) de los *tuits* como conjunto. Se tuvieron en cuenta investigaciones recientes que tratan de matizar el valor del *retuit* como único indicador de influencia (Lu y Luqiu, 2019). Por ello, a partir de las referencias anteriores, se optó por un "índice de influencia", que permitiera jerarquizar el alcance de cada uno de los *tuits*. Dicho índice de influencia se construyó a partir de estimaciones anteriores (Alperin, Gómez y Haustein, 2019) y la interpretación, desde el punto de vista de la investigación, del nivel de compromiso implícito en un *retuit*, un *like* o el número de *followers* de la fuente original (Firdaus, Ding y Sadeghian, 2019; Pond y Lewis, 2019). De esta forma, la estimación se calculó a partir de la suma del número de *retuits*, el número de *likes* dividido por 3 y el número de *followers* de la fuente dividido por mil.

Tras realizar una serie de cálculos con el total de la muestra vinculada a los *tuits* que contenían algún tipo de *meme*, se estableció una muestra en la que se incluyeron todos los *tuits* con un índice de influencia superior a 100 en el caso del debate del 4 de noviembre de 2019 y superior a 50 en el caso del debate del 7 de noviembre de 2019. Las diferencias de valor en dicho índice responden a un factor corrector con relación al total de la muestra que, en el primer caso, era mucho más numerosa.

La muestra final comprendió 39 *tuits* para el debate del 4N y 23 para el debate del 7N. Un corte que se consideró representativo –desde el punto de vista mediático– teniendo en cuenta el índice de influencia total de la muestra frente al correspondiente al total del universo (en otras palabras, los que hay son muy representativos porque engloban, aproximadamente, el 98% de *retuits* y el 95% de *likes* del total). Siguiendo los patrones

de la estadística descriptiva, este análisis podría considerarse un patrón para modelos de carácter inferencial y con muestras superiores.

La unidad de análisis natural fue cada uno de los tuits seleccionados a los que se aplicó una ficha de codificación que recogía tanto datos formales de los mismos como 9 variables relacionadas con su construcción. Con el fin de analizar la dimensión temática de los *memes*, se utilizó la clasificación propuesta por Bebić y Volarevic (2018). Estos autores distinguieron entre temas nacionales de naturaleza social (*domestic social issues*), temas nacionales de naturaleza política (*domestic political issues*), temas internacionales de naturaleza social (*foreign social issues*) y temas internacionales de naturaleza política (*foreign political issues*).

Para analizar los tipos de imágenes que se incluyen en cada *meme*, nos basamos en el trabajo de Martínez-Rolán y Piñeiro-Otero (2016) sobre el uso de imágenes en el discurso digital de los partidos políticos españoles en Twitter, durante el debate del estado de la nación de 2015 en España. A partir de las aportaciones de estos autores se diferenció una tipología de los *memes* gráficos que incluía fotos tomada de capturas de televisión (*screen prints*), composiciones de más de una foto (*photo collages*), fotos (*single photos*), gráficos (*graphics*), composiciones de texto e imágenes muy estereotipadas (*macro images*), infográficos (*infographics*), tablas (*tables*) y texto visualizado sin imágenes (*visual text*).

Para realizar la taxonomía de los *memes* en el contexto de los debates electorales nos basamos en el trabajo de Chagas et al. (2017), quienes realizaron un análisis de contenido cuantitativo de *memes* recogidos durante los diferentes debates TV presidenciales de Brasil en 2014 en Twitter. Su taxonomía se divide en 3 grandes macrocategorías (basadas en el trabajo de Shifman, 2014) con 4 microcategorías cada una. Así, distinguen entre *memes* políticos persuasivos –o aquellos estratégicamente diseñados para ser difundidos y / o buscan apoyo para una candidatura particular con la intención de convencer al votante – que se subdividen en aquellos de retórica proposicional o apelación pragmática, retórica seductora o apelación emocional, retórica ético-moral o apelación ideológica, retórica crítica o apelación de la credibilidad de la fuente; por otra parte, *memes* de acción popular –caracterizados por ser una construcción colectiva de significado, movilizando al ciudadano común– subdivididos en acción colectiva, acción colectiva híbrida, acción conectiva, acción conectiva de compromiso relativo; y, finalmente, aquellos *memes* de discusión pública –aquellos diseñados para funcionar como comentarios irracionales de los votantes sobre una situación o reacción específica, a menudo identificada como bromas–, que a su vez se subdividen en lugares comunes de la política, alusiones literarias o culturales, chistes sobre personajes políticos, chistes sobre situaciones.

El proceso de codificación fue realizado por los autores de la investigación a través de una ronda de análisis de una muestra común en la que se aseguró la fiabilidad del estudio analizando una muestra común de 10 tuits de cada una de las series. Tras dos

rondas de codificación se obtuvo un nivel de acuerdo entre codificadores del 91,3%. Posteriormente, se utilizó el programa informático SPSS versión 20 para proceder al análisis estadístico de las frecuencias, así como la elaboración de tablas de contingencia. Una vez obtenidos los resultados, se procedió a comparar los resultados obtenidos de manera global, así como diferenciados según cada uno de los dos debates analizados.

Resultados

Después de la codificación de todos los tuits seleccionados, se procedió a la evaluación de las intervenciones recogidas a través de los indicadores de su construcción (Bebić y Volarevic, 2018; Martínez-Rolán y Piñeiro-Otero, 2016; Chagas et al., 2017). A continuación, se procedió con la explotación de los datos y con la elaboración de tablas de contingencia con frecuencias simples utilizando el programa SPSS 20. Los resultados de ambos debates que se muestran a continuación están referidos al total de las intervenciones de cada uno de los debates.

El uso de la imagen en la conversación social en torno a los debates políticos

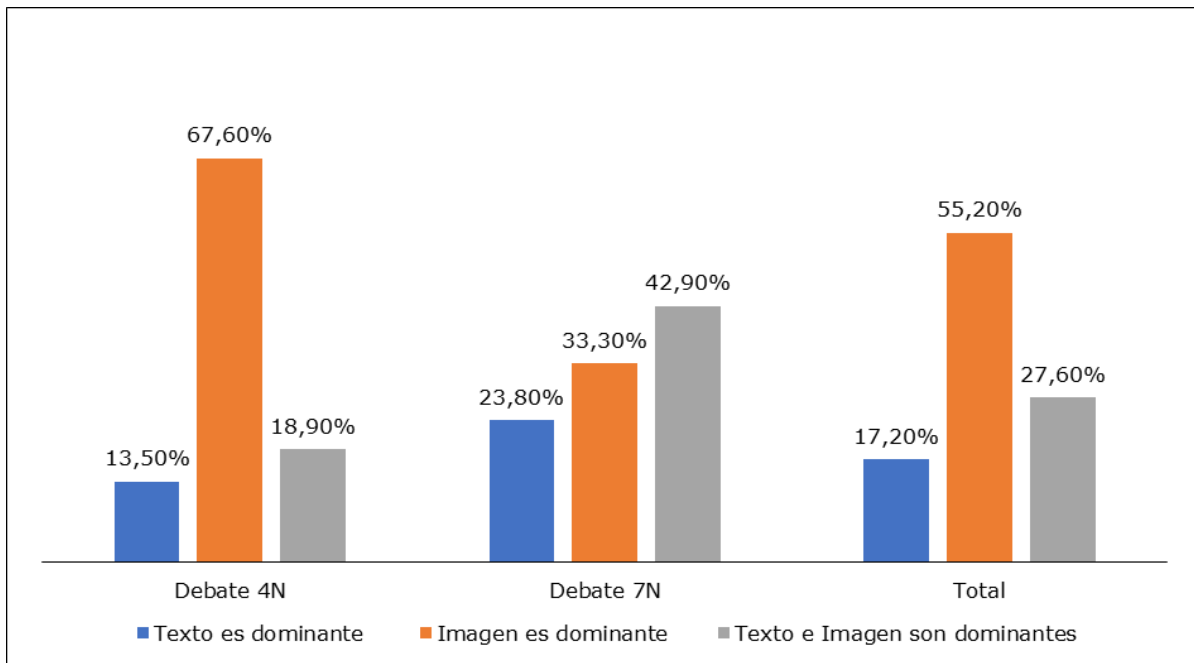
El análisis de la conversación social en torno a #DebateElectoral del 4N y el 7N se concentró en los *hashtags* oficiales (#ÚltimaOportunidadL6, #DebateElectoral, #DebateARV", #debatea5RTVE, #ElDebate4N, ##ElDebate7N) y nos ha permitido señalar diferentes elementos comunes y divergentes entre los *memes* analizados.

En lo que se refiere al tipo de imágenes utilizadas durante la conversación social en forma de *meme*, destaca el uso de capturas de pantalla de televisión en el 37,9% del total, seguido de la elaboración de composiciones visuales o foto collages (19%) y la incorporación *gifs* (17,2%) y fotos (15,5%). Si nos fijamos en posibles diferencias en función de cada uno de los debates, el uso de capturas de pantalla de televisión fue sustancialmente más elevado el 4N (51,4%) que el 7N (14,3%). En este último debate las prácticas más repetidas fueron la incorporación de fotos (23,8%) y composiciones visuales (23,8%). En cuanto al uso de videos o *gifs*, se detectaron valores similares en ambos debates, con un 16,2% de las imágenes del debate del 4N y 19% del debate del 7N. Solo el 1,7%, del total de las unidades analizadas en ambos debates no contenía ningún tipo de imagen.

Por lo que se refiere a la construcción elemental de los mensajes, tal y como muestra el Gráfico 1, en más de la mitad de los casos (55,2%) la imagen domina sobre el texto. Una primacía que se traduce en dos tendencias: el uso de imágenes sin texto en el tuit o el empleo de un texto breve, de carácter residual, que no tenía influencia en la imagen (donde reposaba la fuerza del discurso). Por otro lado, la dominancia de texto e imagen por igual se manifiesta en el 27,6% de la muestra. La predominancia textual en los *memes* es apenas residual, con tan sólo un 17,2% de los casos. Esta clara apuesta por

la imagen a la hora de construir los *memes* en redes sociales se mantuvo en cada uno de los debates, aunque con ciertas diferencias. Mientras que, en la conversación analizada en torno al 4N, el 67,6% de los tuits muestran dominancia del elemento visual frente al textual (13,5%), los *memes* en torno al debate referido al 7N se caracterizaron por otorgar un protagonismo igualitario entre los elementos visuales y textuales (42,9%), de tal modo que la imagen aparecía como dominadora sobre el texto en menos ocasiones (33,3% frente 23,8%). Con todo, si bien no figura en el Gráfico 1, la consistencia visual y textual de los tuits fue evidente en ambos casos, considerando el dato de que el texto se mostró como elemento complementario a la imagen en el 62,1% del total de los mensajes analizados, con valores del 48,6% en el caso del 4N y del 85,7% en el 7N.

Gráfico 1
Elemento dominante (texto versus imagen) (%)



Fuente: Elaboración propia.

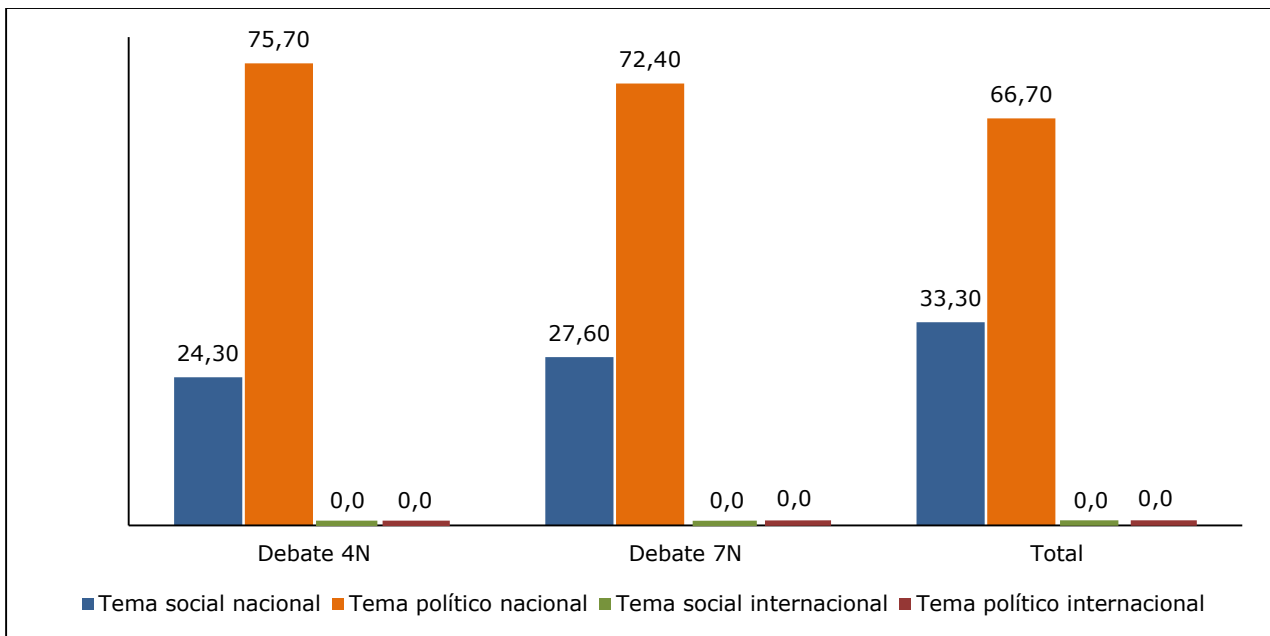
Método de extracción: análisis de frecuencias.

Discurso y persuasión en la conversación social en torno a los debates políticos

El análisis en torno a los debates electorales del 4N y el 7N arroja diferentes resultados sobre la construcción discursiva de la conversación social en Twitter previa a la cita electoral (Gráfico 2). Partiendo del núcleo discursivo, nos fijamos en los temas referenciados en cada uno de los *memes* analizados. De este modo, observamos cómo en

el 66,7% del total de los casos la conversación giró en torno a temas nacionales de naturaleza política ("domestic political issue", Bebić y Volarevic, 2018), que necesariamente incluye menciones expresas en el mensaje a la campaña electoral, el voto, las encuestas o diversas menciones a políticos o partidos políticos. En ambos debates los valores resultaron similares (75,7% de los mensajes de los debates en el 4N y 72,4% en el 7N) con la conversación centrada mayoritariamente en temas de naturaleza política nacional; seguida de temas de naturaleza social nacional (24,3% de los casos en el 4N y el 27,6% en el debate del 7N).

Gráfico 2
Núcleo discursivo

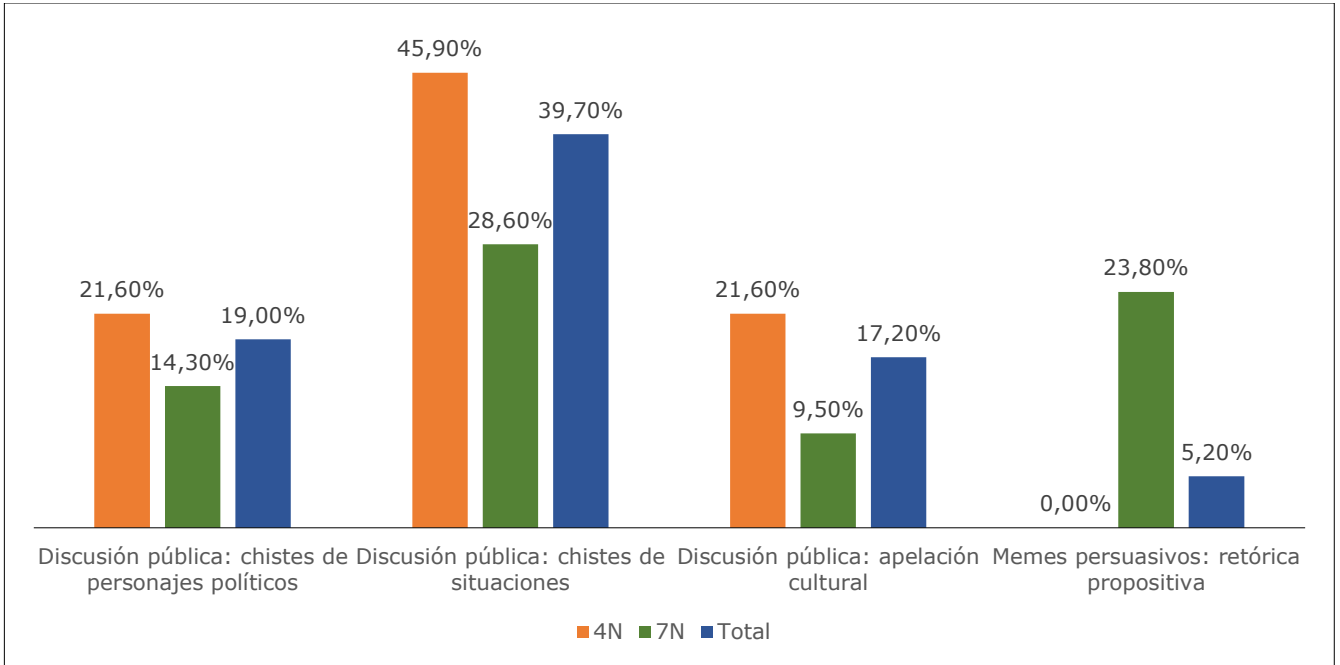


Fuente: Elaboración propia.

Método de extracción: análisis de frecuencias.

Siguiendo la propuesta de categorías de Chagas et al. (2017) para identificar los tipos de *memes*, se llevó a cabo un análisis taxonómico de la conversación social en torno a los dos debates televisivos analizados en este estudio. Los resultados totales muestran una predominancia de los tuits de humor en la categoría de discusión pública. Así, tal y como muestra el Gráfico 3, existió un claro predominio de los *memes* de categoría de discusión pública con chistes sobre personajes políticos (39,7%) y la discusión pública con chistes sobre situaciones (19%), seguidos de los *memes* de discusión pública con alusiones culturales y literarias (17,2%).

Gráfico 3
Taxonomía de *memes* (%)



Fuente: Elaboración propia.

Método de extracción: análisis de frecuencias.

Atendiendo a las diferencias entre cada uno de los debates, los chistes sobre situaciones, es decir, aquellos que incluyen comentarios sobre reacciones, expresiones faciales, gestuales o corporales de los candidatos en ciertas situaciones, predominaron en la conversación en torno al debate del 4N (45,9%); seguido de otras categorías de discusión pública como los chistes sobre personajes políticos (21,6%) y las alusiones culturales o literarias (21,6%). En cuanto a la conversación en torno al debate del 7N, los porcentajes presentaron menos desequilibrios, de tal modo que aquí la discusión pública fue la categoría más frecuente y, dentro de ella, los chistes sobre situaciones (28,6%), seguidos de la categoría de *memes* persuasivos con retórica propositiva o apelación pragmática (23,8%) que hacían referencia a las propuestas del candidato, o bien planteaban una discusión que apunta al cálculo racional del votante o abarcaban temas discutidos en las elecciones y las opiniones de los candidatos (Chagas et al., 2017).

Imagen 1

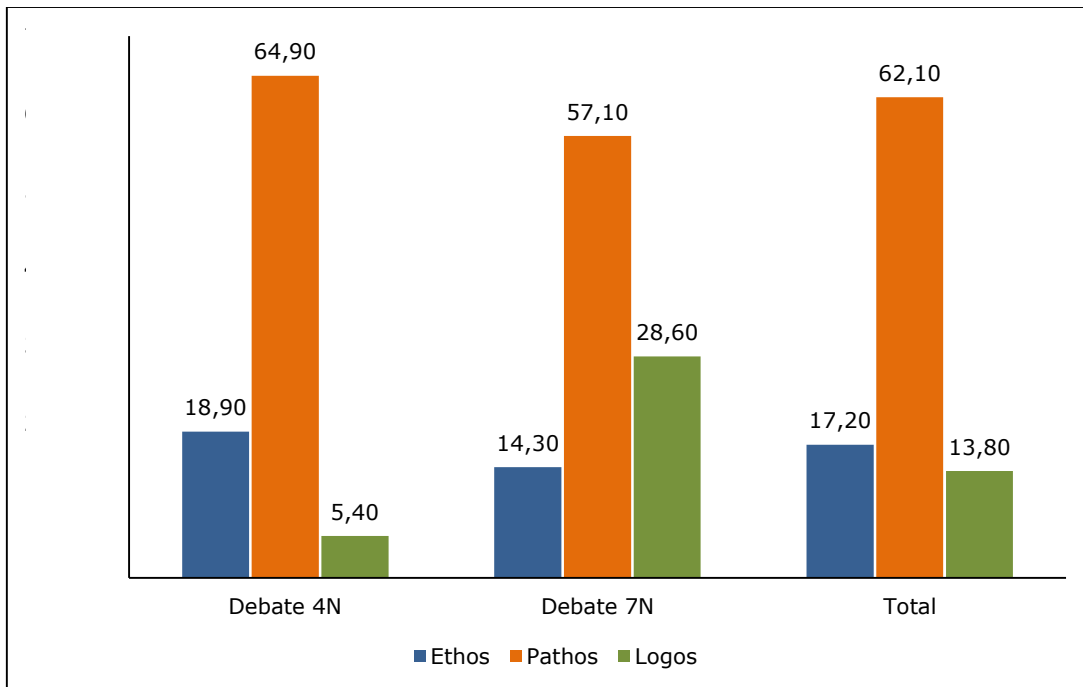
Uso de *memes* con alusiones culturales o literarias



Fuente: <<https://twitter.com/taehyuvngie/status/1191482307217113088?s=20>> y <<https://twitter.com/forocoches/status/1191469888528883712?s=20>>. Consultado el: 15 mar. 2020.

En cuanto a la dimensión retórica de la conversación social estudiada, se ha tenido en cuenta la fase discursiva *inventio*, a través del análisis de la presencia de los elementos aristotélicos de la persuasión: *ethos*, *logos* y *pathos*. Los resultados totales indican que la argumentación afectiva o emocional es el tipo argumentativo más repetido, con una presencia del *pathos* del 62,1%, seguido de la argumentación ético-moral basada en los rasgos del orador, indicada en el *ethos* con un 17,2% y, finalmente, la argumentación racional a través de una frecuencia de 13,8% en los indicadores del *logos* (Gráfico 4). En el caso de cada uno de los debates se visibiliza indistintamente el claro protagonismo del discurso emocional a través de *pathos* (64,9% en el discurso del 4N y 57,1% en el debate del 7N).

Gráfico 4
Técnica persuasiva dominante en los memes



Fuente: Elaboración propia.

Método de extracción: análisis de frecuencias.

De manera específica, dentro del *pathos*, el recurso retórico más utilizado para la expresión de afectos y emociones con finalidad persuasiva ha sido el humor y el sarcasmo, con una frecuencia de 97,3% en la conversación en torno al debate del 4N; 76,2% en los casos analizados en torno al debate del 7N, que supone el 89,7% en los resultados totales.

Imagen 2

Meme de discusión pública con alusión cultural



Fuente: <<https://twitter.com/SraLandingham/status/1192550665815568388?s=20>>. Consultado el: 15 feb. 2020.

En relación al elemento dominante en los diferentes *memes*, se realizaron diferentes tablas de contingencia para identificar posibles relaciones entre las variables clave de nuestro estudio. En este sentido, cabe reseñar, que únicamente se encontró una asociación estadísticamente significativa ($\text{Chi-square} \leq .001$) entre el tipo de imagen y el elemento dominante en cada *meme*. Si bien la presencia del *pathos* fue prácticamente generalizable en todos los casos, se detectó una presencia significativamente mayor de este elemento persuasivo en las imágenes que habían sido tomadas como capturas de pantalla (81,8% del total) que en otros casos, tales como las fotos (66,7%), el montaje de fotografías o collage (45,5%) o incluso los videos (50%). Este dato deja clara la importancia cada vez mayor que adquieren las imágenes difundidas a través de los medios como recurso simbólico humorístico por parte de la audiencia para expresar estados emocionales de una forma accesible en el transcurso de la conversación social paralela al desarrollo de estos debates electorales.

Tabla 1
Relación entre el tipo de imagen y el recurso persuasivo utilizado

			Ethos	Logos	Pathos	No aplicable	
Tipo imagen	Captura de pantalla	Recuento	2	1	18	1	22
		%	9,1	4,5	81,8	4,5	100,0
	No hay imagen	Recuento	0	0	0	1	1
		%	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
	Emoji	Recuento	0	1	0	0	1
		%	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
	Foto collage	Recuento	3	3	5	0	11
		%	27,3	27,3	45,5	0,0	100,0
	Foto	Recuento	3	0	6	0	9
		%	33,3	0,0	66,7	0,0	100,0
	Macro image	Recuento	0	0	0	1	1
		%	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
	Texto visualizado	Recuento	0	1	2	0	3
		%	0,0	33,3	66,7	0,0	100,0
	Video/gif	Recuento	2	2	5	1	10
		%	20,0	20,0	50,0	10,0	100,0
Total		Recuento	10	8	36	4	58
		%	17,2	13,8	62,1	6,9	100,0

Fuente: Elaboración propia.

Método de extracción: análisis de frecuencias.

La viralidad de los memes sobre los debates políticos en función de los recursos retóricos

Con el fin de comprobar la relación entre el uso de los diferentes elementos retóricos y su capacidad para obtener mayor o menor viralidad se procedió a diferenciar el total de la muestra de *memes* a partir de su nivel de retuits que caracterizaba a cada unidad de análisis. De este modo, se agruparon los *memes* en torno a 3 grupos de retuits que se ordenaron en función de los valores medios de la muestra: nivel alto, nivel medio y nivel bajo.

Concretamente, los resultados demostraron una asociación estadísticamente significativa mediante tablas de contingencia (Chi-square $\leq .005$) entre el nivel de retuits y el elemento retórico dominante en los *memes* (*ethos*, *logos* o *pathos*), en el sentido de que aquellos *memes* que utilizaron mayoritariamente el *pathos* como recurso persuasivo fueron también los que presentaban mayor número de retuits. Por contraste, los *memes* que optaron por utilizar el *logos* como recurso persuasivo resultaron menos atractivos y su capacidad de producir viralidad fue menor.

Tabla 2
Relación entre el nivel de retuits y el recurso persuasivo utilizado (%)

	Retuit bajo	Retuit medio	Retuit alto	Total
Ethos	30	70	0	100
Logos	50	12,50	37,50	100
Pathos	27,80	19,40	52,80	100
No aplicable	75	25	0	100

Fuente: Elaboración propia.

Método de extracción: tabla de contingencia.

Sirva de ejemplo para ilustrar la capacidad viral de los *memes* analizados la selección de aquellos que obtuvieron mayor número de retuits en cada uno de los dos debates. Así, tal y como se aprecia en la Imagen 1, en el debate del 4N, el *meme* más viralizado fue con una imagen captada de la televisión en la que figuraba el líder de Ciudadanos, Albert Rivera, en el momento en el que éste sacó una piedra para ilustrar una de sus intervenciones. La comunidad virtual utilizó esta imagen para añadir y modificar el significado de la misma en un tono humorístico, añadiéndole diferentes elementos y comentarios. Los dos *memes* más compartidos (Imagen 3) estaban vinculados a este candidato y alcanzaron 26.300 y 24.000 respectivamente.

Imagen 3
Meme más viralizado en el debate del 4N



Fuente: <<https://twitter.com/offensiveprank/status/1191468334417686528>> y <<https://twitter.com/Hiervansson/status/1191474763379675138>>. Consultado el: 15 feb. 2020.

En el caso del debate del 7N, curiosamente, el *meme* que resultó ser más viral no contaba con ninguna imagen, sino que simplemente añadía un texto en el que se evidenciaban las diferencias entre dos de las candidatas, Irene Montero y Rocío Monasterio,

también en un tono jocoso, como se aprecia en la Imagen 4. En este caso, el *meme* consiguió un total de 4.000 retuits.

Imagen 4
Meme más viralizado en el debate del 7N



Fuente:

<<https://twitter.com/luciadeluna/status/1192567577760980992?s=20>>. Consultado el: 15 feb. 2020.

Consideraciones finales

La aportación de los *memes* en el ámbito de la representación simbólica de los principales debates electorales de las elecciones españolas de noviembre de 2019 en las redes sociales consolida su definición como un género, a medio camino entre lo humorístico, lo informativo y lo político, con una amplia aceptación social para la manifestación tanto de juegos visuales o de ingenio como de la crítica política (Márquez, 2017). Este artículo fortalece, así, el *corpus* de investigaciones que subrayan la concepción del *meme online*, no sólo como herramienta lúdica o humorística, sino que, además, se constituye como una nueva forma de expresión comunicativa visual, de participación ciudadana o nueva cultura participativa (Shifman, 2014) y como una entidad discursiva capaz de configurar argumentaciones (Milner, 2013) que cumplen cualidades retóricas (Ruiz Martínez, 2018). En los contextos políticos, son empleadas como unidades discursivas persuasivas que buscan comunicar ideas y opiniones y contribuyen a la comunicación subversiva y representativa y a la influencia sobre los estados de opinión, y nos permiten aproximarnos a las opiniones y posturas respecto a los líderes políticos sobre los que enuncian (Martínez-Rolán y Piñeiro-Otero, 2016).

Tal y como ha demostrado este artículo, la dimensión de los *memes* como formas de persuasión política es relevante en la medida en que los asumimos como formas de participación activa y polifónica (Milner, 2013) que contribuyen a la integración del poder visual y textual en los contenidos *online* y poseen además una estructura inherente que permite que funcionen las estrategias persuasivas (Fahmy e Ibrahim, 2019).

Atendiendo a los resultados de esta investigación sobre el uso de los *memes* en la conversación social en torno a los debates electorales del 4N y el 7N, se constata que, en

la línea de nuestra hipótesis de investigación, en el *meme* predomina una naturaleza visual frente a la textual que, además, se traduce en una carga persuasiva que apela claramente a los rasgos emocionales.

Además, en lo que se refiere a la relación entre discurso y persuasión en la conversación social en torno a los debates políticos, los resultados obtenidos permiten afirmar que la argumentación afectiva o emocional es el tipo argumentativo más repetido en los *memes* políticos *online*, con una considerable presencia del *pathos*, seguida de la argumentación ético-moral y basada en los rasgos del orador, indicada en el *ethos*, y en menor medida, de la argumentación racional, a través del *logos*.

Esa clara apuesta por los recursos persuasivos basados en el componente emocional –especialmente el humor y el sarcasmo–, a tenor de nuestros resultados, conlleva asimismo una mayor dosis de viralidad entre la comunidad *online*. Por lo que, respecto a la cuestión de la viralidad de los *memes* sobre los debates políticos en función de los recursos retóricos, nuestro estudio destaca la importancia del componente emocional como elemento clave para su difusión.

En ese sentido, los temas que aparecieron en los *memes* de ambos discursos privilegiaron las intervenciones más excentricas o aquellas que se percibían como extremos desde el punto de vista ideológico. No se trataba, en ambos casos, de los partidos hegemónicos que, además, obtuvieron los mejores resultados electorales. Los propios *memes* derivaron a una construcción doméstica de la política que resulta lógica en el ámbito en que se situaban los propios debates.

La muestra analizada presenta la recurrencia de motivos, con leves variaciones, que constituyen los nuevos rasgos visuales de una retórica política popular a través de este medio que, en futuras investigaciones, convendría concretar, sobre todo la consistencia tanto visual como textual. Por último, como limitación del estudio, no se han obtenido datos concluyentes sobre la relación entre los creadores de los tuits, el uso de *hashtags* o la popularidad del discurso. Una serie de cruces que resulta de interés y que convendrá precisar en el futuro.

Referencias bibliográficas

ADEGOJU, A.; OYEBODE, O. "Humour as discursive practice in Nigeria's 2015 presidential election online campaign discourse". *Discourse Studies*, USA, vol. 17, nº 6, p. 643-662, 2015.

ALPERIN, J. P.; GÓMEZ, C. J.; HAUSTEIN, S. "Identifying diffusion patterns of research articles on Twitter: a case study of online engagement with open access articles". *Public Understanding of Science*, USA, vol. 28, nº 1, p. 2-18, 2019.

BALLESTEROS-HERENCIA, C. "Los marcos del compromiso: framing y engagement digital en la campaña electoral de España de 2015". *Observatorio (OBS*) Journal*, vol. 14, nº 3, p. 98-119, 2020.

BARNARD, S. R. "'Tweet or be sacked': Twitter and the new elements of journalistic practice". *Journalism*, USA, vol. 17, p. 190-207, 2016.

BEBIĆ, D.; VOLAREVIC, M. "Do not mess with a meme: the use of viral content in communicating politics". *Communication & Society*, España, vol. 31, nº3, p. 43-56, 2018.

BERG, E.; LIPPMAN, L. "Does humor in radio advertising affect recognition of novel product brand names?". *Journal of General Psychology*, USA, nº 128, p. 194-205, 2001.

BLACKMORE, S. *The meme machine*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BURROUGHS, B. "FCJ-165 Obama trolling: memes, salutes and an agonistic politics in the 2012 presidential election". *The Fibreculture Journal*, Australia, nº 165, p. 258-277, 2013.

CHAGAS, V. "Entre criadores e criaturas: uma análise sobre a relação entre *memes* de internet e propriedade intelectual". In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, 4-7 set. 2015.

CHAGAS, V., et al. "A política dos *memes* e os *memes* da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de *memes* dos debates eleitorais de 2014". *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, nº 38, p. 173-196, jan.-abr. 2017.

CHAPMAN, J. *Comparative media history*. Manchester, UK: Polity Press, 2005.

CONBOY, M. *Journalism – A critical history*. London, UK: Sage Publications Ltd, 2004.

DALMONTE, E.; FERREIRA, P. C.; CARDOSO, C. "Espalhamento midiático e profanação: uma análise de *memes* sobre os debates eleitorais de 2014". *C&S*, São Bernardo do Campo, vol. 38, nº 3, p. 217-243, set.-dez. 2016.

DAVIS, J. L.; LOVE, T. P.; KILLEN, G. "Seriously funny: the political work of humor on social media". *New Media & Society*, vol. 20, nº 10, p. 3.898-3.916, 2018.

DAVISON, P. The language of internet *memes*. In: MANDIBERG, M. (ed.). *The social media reader*. New York: New York University Press, 2012.

DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

DYNEL, M. "'I has seen image macros!'. Advice animal memes as visual-verbal jokes". *International Journal of Communication*, vol. 10, p. 660-688, 2016.

FAHMY, S.; IBRAHIM, O. "No, memes no! Digital persuasion in the #MeToo Era". In: AEJMC Annual Conference, Toronto, Canadá, 2019.

FIRDAUS, S. N.; DING, C.; SADEGHIAN, A. "Topic specific emotion detection for retweet prediction". *International Journal of Machine Learning and Cybernetics*, vol. 10, p. 2.071-2.083, 2019.

FOSS, S. K. Framing the study of visual rhetoric: toward a transformation of rhetorical theory. In: HILL, C. A.; HELMERS, M. (eds.). *Defining visual rhetorics*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004.

GAL, N.; SHIFMAN, L.; KAMPF, Z. "'It Gets Better': Internet memes and the construction of collective identity". *New Media & Society*, vol. 18, nº 8, p. 1.698-1.714, 2015.

GARCÍA-HUERTA, D. "Las imágenes macro y los *memes* de internet: posibilidades de estudio desde las teorías de la comunicación". *Paakat: Revista de Tecnología y Sociedad*, nº 6, 2014.

GÓMEZ-GARCÍA, S., et al. "Constructing Donald Trump: mobile apps in the political discourse about the president of the United States". *Comunicar*, vol. 59, p. 49-59, 2019.

- HEISKANEN, B. "Meme-ing electoral participation". *European Journal of American Studies*, vol. 12, nº 2, p. 1-26, 2017.
- HIGHFIELD, T. "News via Voldemort: parody accounts in topical discussions on Twitter". *New Media & Society*, vol. 18, nº 9, p. 2.028-2.045, 2016.
- HUNTINGTON, H. "Subversive memes: Internet memes as a form of visual rhetoric". *Selected Papers of Internet Research*, nº 14, p. 23-26, 2013.
- _____. "Pepper spray cop and the American dream: using synecdoche and metaphor to unlock Internet memes' visual political rhetoric". *Communication Studies*, nº 67, vol. 1, p. 77-93, 2016.
- JACKSON, D.; THORSEN, E. "UK election analysis 2015: media, voters and the campaign". Project report. Bournemouth University, Poole, 2015.
- JENKINS, H. *Convergence culture: la cultura de la convergencia de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós, 2008.
- KADIR, S.; LOKMAN, A. "Memes: persuasive political warfare". *Centre of Media and Information Warfare Studies (CMIWS)*, nº 7, p. 31-35, 2013.
- KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. Online memes, affinities, and cultural production. In: KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. (eds.). *A new literacies sampler*. New York: Peter Lang, 2007.
- LU, S.; LUQIU, L. R. "Does political efficacy equally predict news engagement across countries? A multilevel analysis of the relationship among internal political efficacy, media environment and news engagement". *New Media & Society* (online), 2019.
- LYTTLE, J. "The effectiveness of humor in persuasion: the case of business ethics training". *The Journal of General Psychology*, nº 128, vol. 2, p. 206-216, 2001.
- MANCERA RUEDA, A. "Estudio exploratorio de las estrategias de encuadre discursivo en memes humorísticos publicados en Twitter durante las elecciones generales de noviembre de 2019 celebradas en España". *Dígitos*, vol. 6, p. 197-207, 2020.
- MANFREDI-SÁNCHEZ, J.; AMADO-SUÁREZ, A.; WAISBORD, S. "Presidential Twitter in the face of Covid-19: between populism and pop politics". *Comunicar*, vol. 29, nº 66, p. 83-94, 2021.
- MÁRQUEZ, L. "¿Son los debates electorales la nueva Eurovisión? Análisis del seguimiento de dos eventos masivos a través de Twitter". *Dígitos*, nº 3, p. 137-162, 2017.
- MARTÍNEZ-ROLÁN, X.; PIÑEIRO-OTERO, T. "The use of memes in the discourse of political parties on Twitter: analysing the 2015 state of the nation debate". *Communication & Society*, nº 29, vol. 1, p. 145-159, 2016.
- MAZZOLENI, G.; BRACCIALE, R. *La politica pop online: i meme e le nuove sfide della comunicazione politica*. Bologna: Il Mulino, 2019.
- MESO-AYERDI, K.; MENDIGUREN-GALDOSPÍN, T.; PÉREZ-DASILVA, J. "Memes políticos difundidos por usuarios de Twitter. Análisis de la jornada electoral del 26J de 2016". *El Profesional de la Información*, vol. 26, nº 4, p. 673-682, 2017.
- MILNER, R. M. "The world made meme: discourse and identity in participatory media culture". Phd. Dissertation of Communication Studies, University of Kansas, 2012.
- _____. "Pop polyvocality: Internet memes, public participation, and the Occupy Wall Street Movement". *International Journal of Communication*, vol. 7, p. 2.357-2.390, 2013.

- MILNER, R. M. "Memes are dead; long live memetics" (online). *Culture Digitally*, 27 oct. 2015. Disponible en: <<https://culturedigitally.org/2015/10/01-memes-are-dead-long-live-memetics-by-ryan-m-milner>>. Accesado el: 26 ago. 2016.
- NAVARRO-SIERRA, N.; QUEVEDO-REDONDO, R. "El liderazgo político de la Unión Europea a través del ecosistema de aplicaciones móviles". *Revista Prisma Social*, vol. 30, p. 1-21, 2020.
- NIVEN, D.; LICHTER, S. R.; AMUNDSON, D. "The political content of late night comedy". *Harvard International Journal of Press/Politics*, nº 8, vol. 3, p. 118-133, 2003.
- OCHOA, G. E. "De la caricatura al *meme*: las nuevas formas visuales de generar opinión a través del humor". Tesis Comunicación Social, Pontificia Universidad Católica de Ecuador, Ecuador, 2018.
- PATO, I. "Podíamos. O cómo conquistar el Estado con memes y lágrimas". *Playground*, 19 ene. 2016.
- PÉREZ-SALAZAR, G. *El meme en Internet: identidad y usos sociales*. México: Fontamara, 2017.
- PESTARINO, J.; WINCKLER, G. "Memes políticos: apropiabilidad digital en la web 2.0". *Artefacto Visual*, vol. 3, nº 4, p. 2.530-4.119, 2018.
- POND, P.; LEWIS, J. "Riots and Twitter: connective politics, social media and framing discourses in the digital public sphere". *Information, Communication & Society*, vol. 22, nº 2, p. 213-231, 2019.
- REICHART, L.; PEGORARO, A.; CRUIKSHANK, S. A. "Tweet, retweet, favorite: the impact of Twitter use on enjoyment and sports viewing". *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, vol. 63, nº 1, p. 94-110, 2019.
- ROMERO-CÁRCAMO, L. "Memes y opinión pública ¿una relación posible?". *Diálogos de la Comunicación*, nº 91, 2015.
- RUIZ MARTÍNEZ, J. M. "Una aproximación retórica a los *memes* de internet". *Revista Signa*, nº 27, p. 995-1.021, 2018.
- SHIFMAN, L. "An anatomy of a YouTube *meme*". *New Media & Society*, vol. 14, nº 2, p. 187-203, 2009.
- _____. *Memes in digital culture*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2014.
- SHIFMAN, L.; THELWALL, M. "Assesing global diffusion with web memetics: the spread and evolution of a popular joke". *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, nº 60, p. 2.567-2.576, 2009.
- STEPHENS, M. *A history of news: from the drum to the satellite*. England: Viking Penguin, 1988.
- TAY, G. "Embracing LOLtits: popular culture, on-line political humor, and play". Phd Dissertation of Communication Studies, University of Canterbury, New Zealand, Christchurch, 2012.
- USHER, B. "Me, you, and us: constructing political persona on social networks during the 2015 UK general election". *Persona Studies*, vol. 2, nº 2, p. 19-41, 2016.
- VERA, E. "El *meme* como nexo entre el sistema educativo y el nativo digital: tres propuestas para la enseñanza de Lenguaje y Comunicación". *Revista Educación y Tecnología*, año 5, nº 8, vol. 2, p. 1-15, 2016.
- WEBBER, J.; SARLOS, S.; ECKHARDT, M. *The cultural set up of comedy: affective politics in the United States post 9/11*. Bristol: Intellect Ltd, 2013.

Abstract

Political memes as an online persuasive resource. Analysis of its impact during 2019 electoral debates in Spain

In the online *politainment* context, the use of political *memes* as a humorous and creative formula to configure the political image has become an increasingly common practice in electoral campaigns. Especially on the occasion of electoral debates, dissemination of political *memes* on social networks has captured the interest of scholars. This study takes into account the established political *memes* taxonomies and analyzes their persuasive capacity. Specifically, the research includes a quantitative analysis of the main *memes* spread on Twitter during the two electoral debates that took place in the 2019 electoral campaign in Spain: 4N and 7N. The study uses the perspective of integrated framing (textual-visual) and is based on the persuasive power of *memes* in relation to the importance of each of the elements of rhetoric (pathos, ethos and logos), with the aim of analyzing as well the consequences on its virality and repercussion on the social audience.

Keywords: *memes*; social networks; electoral campaigns; Twitter; humor; Spain

Resumo

Memes políticos como recurso persuasivo online. Análise do seu impacto durante os debates eleitorais de 2019 na Espanha

No contexto da *politainment online*, o uso de *memes* políticos como uma fórmula humorística e criativa para configurar a imagem política tornou-se uma prática cada vez mais comum em campanhas eleitorais. Especialmente por ocasião dos debates eleitorais, a disseminação de *memes* políticos nas redes sociais conquistou o interesse dos acadêmicos. Este trabalho leva em consideração as taxonomias estabelecidas sobre os tipos de *memes* políticos e analisa sua capacidade de persuasão. Especificamente, a pesquisa inclui uma análise quantitativa dos principais *memes* espalhados no Twitter durante os dois debates eleitorais que ocorreram na campanha eleitoral de 2019 na Espanha: 4N e 7N. O estudo baseia-se na perspectiva do enquadramento integrado (textual-visual) e no estudo do poder persuasivo dos *memes* com base na importância de cada um dos elementos da retórica (pathos, ethos e logos), com o objetivo de analisar, também, as consequências de sua viralidade e repercussão no público social.

Palavras-chave: *memes*; redes sociais; campanhas eleitorais; Twitter; humor; Espanha

Résumé

Les mèmes politiques comme ressource en ligne convaincante. Analyse de son impact lors des débats électoraux de 2019 en Espagne

Dans le contexte du *politainment en ligne*, l'utilisation de mèmes politiques comme formule humoristique et créative pour façonner l'image politique est devenue une pratique de plus en plus courante dans les campagnes électorales. Surtout à l'occasion des débats électoraux, la diffusion de mèmes politiques dans les réseaux sociaux a suscité l'intérêt des universitaires. Cet article prend en considération les taxonomies établies sur les types de mèmes politiques et analyse leur capacité de persuasion. Plus précisément, la recherche comprend une analyse quantitative des principaux mèmes diffusés sur Twitter pendant les deux débats électoraux qui ont eu lieu lors de la campagne électorale de 2019 en Espagne : 4N et 7N. L'étude se fonde sur la perspective du cadrage intégré (textuel-visuel) et se base sur l'étude du pouvoir persuasif des mèmes en fonction de l'importance de chacun des éléments de la rhétorique (pathos, ethos et logos) afin d'analyser, également, les conséquences sur sa viralité et son impact sur l'audience sociale.

Mots-clés: mèmes; réseaux sociaux; campagnes électorales; Twitter; humour; Espagne

Artigo submetido à publicação em 8 de abril de 2020.

Versão final aprovada em 5 de fevereiro de 2021.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.



OPINIÃO PÚBLICA

May-August 2021

Vol. 27, nº 2

Contents

	<i>Page</i>
Tribute of <i>Opinião Pública</i> to professor Gláucio Ary Dillon Soares	i-ii
<i>Rachel Meneguello</i>	
<i>Pedro Neiva</i>	
Democratic legitimacy and political support: recent innovations in the international debate	333
<i>Julian Borba</i>	
<i>Gabriela Ribeiro Cardoso</i>	
Rememoration and retrotopia: <i>Folha de S. Paulo</i> and <i>O Globo</i> coverages of the 55th anniversary of the 1964 coup d'État	360
<i>Fernanda Nalon Sanglard</i>	
<i>Lucia Santa Cruz</i>	
<i>Juliana Gagliardi</i>	
Party cues in Brazil? A crucial test on the ability of the Brazilian party system to influence public opinion	385
<i>Wladimir Gramacho</i>	
Political and party polarization in United States (1936-2016)	412
<i>Camila Feix Vidal</i>	
Combating corruption as a citizen priority for government action: the case of Chile, 2000-2019	451
<i>Mariángeles Cifuentes Krstulovic</i>	
<i>Patricio Navia</i>	
The influence of demographic and structural factors on the meanings of work among Brazilians: evidence from the World Values Survey	476
<i>Cibele Satuf</i>	
<i>Jorge Alexandre Barbosa Neves</i>	
Money or ideology? Determinants of individual-level attitudes towards globalization and free-trade in Brazil	509
<i>Flávio Pinheiro</i>	
<i>Ivan Filipe Fernandes</i>	
<i>Maria Herminia Tavares de Almeida</i>	
The construction of political-territorial ties: evidence from São Paulo	549
<i>Telma Hoyler</i>	
<i>Lucas Gelape</i>	
<i>Graziele Silotto</i>	
Social movements and political parties' interaction: reflections from the environmental movement with Partido dos Trabalhadores experience	585
<i>Marília Silva de Oliveira</i>	
Evaluate what? The various meanings of effectiveness in the field of participation studies	623
<i>Carla Giani Martelli</i>	
<i>Rony Coelho</i>	
Equalization of disputes or reproduction of inequalities? The use of Facebook by female candidates for federal deputy from São Paulo in 2018	651
<i>Catarina Helena Cortada Barbieri</i>	
<i>Luciana de Oliveira Ramos</i>	
<i>Ivan Osmo Mardegan</i>	
<i>Juliana Fabbbron Marin Marin</i>	
<i>Lais Menegon Youssef</i>	
Political memes as an online persuasive resource. Analysis of its impact during 2019 electoral debates in Spain	681
<i>Rocio Zamora Medina</i>	
<i>Salvador Gómez García</i>	
<i>Helena Martínez Martínez</i>	